

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

Luis Felipe Silveira

**PROJETOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE LAZER:
O APAGAR DAS LUZES DA SME-POA**

Porto Alegre

2020

Luis Felipe Silveira

**PROJETOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE LAZER:
O APAGAR DAS LUZES DA SME-POA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências do Movimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Marco Paulo Stigger

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Luis Felipe
Projetos em políticas públicas de esporte e de
lazer: o apagar das luzes da SME-POA / Luis Felipe
Silveira. -- 2020.
340 f.
Orientador: Marco Paulo Stigger.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de
Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto
Alegre, BR-RS, 2020.

1. Etnografia. 2. Projetos. 3. Secretaria Municipal
de Esporte, Recreação e Lazer. 4. Políticas públicas
de esporte e de lazer. I. Stigger, Marco Paulo,
orient. II. Título.

Luis Felipe Silveira

**PROJETOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE LAZER:
o apagar das luzes da SME-POA**

Tese de Doutorado em Ciências do Movimento Humano

Aprovada em: 25 / 01 / 2021

Conceito final: A

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Myskiw
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Leandro Forell
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Simone Rechia
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Marco Paulo Stigger (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico esta tese
a minha família: Daniela Favero Netto,
sem teu incentivo e teu apoio essa tese
não sairia do campo dos projetos.

AGRADECIMENTOS

Para chegar até a conclusão da escrita desta tese, muitas foram as caminhadas necessárias. Por mais que a tese, requisito necessário para obtenção do título de doutor, seja um empreendimento individual, corroboro a ideia de que o processo de produção é coletivo. Com isso, agradeço às muitas pessoas e às instituições que fizeram deste um projeto possível.

Gostaria de agradecer imensamente à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Nesse lugar, que me acolheu em 2010, tive inúmeras oportunidades que enriqueceram minha caminhada. Pude atuar na graduação, na pós-graduação, como proponente de atividades de extensão, em pesquisas, em diversas mostras culturais, enfim, uma lista extensa. Mas essa instituição é feita de pessoas com quem convivo há mais de dez anos e com as quais construí amizades e admirações. Agradeço a todos os colegas professores da Educação Física: Adriano, Alessandra, Fernanda Marquesan, Fernanda Faggiani, Lúcio, Luís, Márcio, Michelle, Nelson, Rafael, Ricardo, Rodrigo Cavasini, Rodrigo Sartori, Sani e Sônia. Agradeço ao professor Fábio Suñe, coordenador dos cursos de Educação Física, por compreender esse período em que estive cursando o doutorado. Especialmente, agradeço ao professor Luciano Castro, que me contratou no seu primeiro mês como diretor da Faculdade de Educação Física e hoje, dez anos depois, segue como decano da recente Escola de Ciências da Saúde e da Vida e, apesar da carga de trabalho que essa posição lhe confere, está sempre de porta aberta para ouvir e para ajudar. Na PUCRS aprendi a ser professor universitário especialmente pelo exemplo dos colegas que sempre estiveram abertos a conversas.

Agradeço, também, à Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME). Além de ter sido o campo onde produzi os dados para a minha tese, a SME me proporcionou um universo de aprendizagens que não cabe em nenhuma descrição. Apesar de extinta, ela segue nas mentes e nos corações dos professores que se doaram na prática cotidiana do trabalho no esporte e no lazer. Minha caminhada na SME durou quase cinco anos, convivi com mais de 90 professores, alguns estavam se aposentando, outros se aposentaram e poucos acessaram esse lugar como servidores públicos depois de mim. Compartilhei as alegrias e as angústias daqueles que trabalham no esporte e no lazer. A todos, meus agradecimentos pelas conversas, pelos conselhos, pelos desabafos e, principalmente, pelos ensinamentos

sobre políticas públicas de esporte e de lazer – dificilmente aprenderei mais sobre isso em outro lugar.

Registro meus agradecimentos também ao Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (Gesef). Desde o meu ingresso no grupo, pelo curso de extensão “Diálogos sobre etnografia em esporte e lazer” em 2015, me senti acolhido. Naqueles momentos em que duvidei se conseguiria concretizar a escrita de uma tese, encontrei amparo e muita inspiração para seguir com os colegas. Pude conviver com pesquisadores formados nesse grupo que se destacam pela excelência acadêmica, pela qualidade científica e, principalmente, pela generosidade que mostraram na minha caminhada. Para mim, nossos seminários foram o principal espaço de reflexão e de construção de conhecimento. Muito obrigado a todos os colegas do Gesef. Gostaria de agradecer à Raquel e ao Mauro, agora coordenadores do grupo, pelas inúmeras conversas sobre a condução desta pesquisa. Também agradeço aos doutores que foram formados no grupo e que voltavam para colaborar com quem estava buscando essa formação, especialmente ao Leandro e à Ariane, que foram cirúrgicos em muitas contribuições durante o meu processo. Também quero agradecer aos colegas de “Pós” que foram a minha “turma” nesse processo: Fabiana, Cristiano, Maitê, Augusto, Mauro Castro, Bruna, Walter, Guilherme, Leonardo, Diego, Sheroll, Denise e Marcelo, obrigado pelas leituras atentas e pelas trocas. Também agradeço aos alunos de graduação que atuaram no grupo, muitos deles contribuindo de diferentes maneiras para esta tese e alguns deles que seguem no grupo avançando para um mestrado: Thiago, Paloma, Vitória, Ismael, Carol e Arthur. A possibilidade de que eu tenha esquecido de alguém no momento da escrita deste agradecimento é grande, mas a ausência do registro não significa que eu não seja grato. Meu muito obrigado ao Gesef e às muitas pessoas que fazem desse um grupo especial.

O Gesef ganhou vida a partir de um “pai fundador”, o professor Marco Paulo Stigger, meu orientador. Tua sinceridade e generosidade são características que se somam ao teu rigor e conhecimento. Recordo-me de uma das nossas primeiras conversas, quando me perguntou o que eu queria no grupo, pois tinha cursado mestrado na área de Biomecânica. Não me lembro da resposta; possivelmente eu não tinha uma resposta. Mas, durante a caminhada que tu me proporcionaste – que passou, por exemplo, por alguns retornos sobre a minha escrita que diziam “este texto não é etnográfico!” e, depois de algum trabalho, por “gostei do que tu disse aqui!” –,

foi me mostrando o que eu queria. Hoje, a minha resposta àquela pergunta seria “quero ser orientado por ti”. Muito obrigado por me ensinar a olhar e a escrever o mundo dessa forma. Obrigado pelos caminhos que me mostraste.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), especialmente àqueles com quem tive a oportunidade de cursar alguma disciplina. Da mesma forma, agradeço aos funcionários do PPGCMH, sempre solícitos e assertivos quando precisei.

Agradeço aos colegas da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Surdos Bilíngue Salomão Watnick. Quando fui “devolvido” da SME, uma das consequências da sua extinção, cheguei à escola para dar aulas de Educação Física para alunos surdos sem saber sinalizar “oi”. Obrigado pela paciência para me ajudar e pela compreensão com as minhas dificuldades. Agradeço por ajustarem semestralmente meus horários para que eu pudesse seguir cursando as disciplinas necessárias para concluir o doutorado. Muito obrigado por tudo.

Além de todos esses lugares e essas pessoas que possibilitaram minha caminhada, nada seria possível sem o lugar de onde partimos e para onde voltamos. Agradeço à minha família, que há 20 anos me incentivou quando disse que queria cursar Educação Física. Agradeço ao meu pai, Luis Fernando Remião Silveira, e à minha irmã, Amanda Fernanda Silveira, e especialmente à minha mãe, Kátia Rosi Possobom, que, mais do que incentivadora, foi um exemplo.

Hoje, minha família é Daniela Favero Netto, minha esposa. Teria que escrever outra tese para explicar como és importante na minha vida. Além do mais, foi minha parceira em inúmeras discussões sobre os possíveis projetos, sobre a qualificação, sobre a produção de dados, sobre a escrita dos diários, sobre as angústias da produção dos textos da tese e sobre os desabafos acerca dos limites que me pareciam intransponíveis. Foste incentivadora e conselheira desde a minha intenção de ingressar no doutorado até as inúmeras escolhas necessárias nessa caminhada. Na verdade, caminhamos juntos. Foste o meu refúgio em todos os momentos, especialmente naqueles em que o pensamento parecia não mais responder e que o corpo precisava de um simples carinho. Essa tese também é tua. Por isso e por muito mais do que isso, o meu agradecimento e o meu amor.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo das políticas públicas de esporte e de lazer e trata das tensões referentes à diminuição do Estado e ao acesso aos direitos sociais no contexto do processo de extinção da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) de Porto Alegre. A discussão central desta tese foi a seguinte: considerando um cenário em que as políticas públicas de esporte e de lazer figuravam como um direito social a partir de uma estrutura pública e atividades consolidadas, como a SME foi extinta, e em que medida ocorre a continuidade dessas políticas públicas após a sua extinção? Para responder às questões em tela, busquei dialogar com estudos do campo da antropologia política, olhando para os dados produzidos por meio de uma etnografia multissituada a partir da noção de projeto de Gilberto Velho. No processo de imersão no campo, que pelas características desenvolvidas denomina-se participação observante, figurei com um duplo papel: o de professor que atuava em atividades de esporte e de lazer na SME e o de pesquisador que investigava esse espaço social. Como material etnográfico, produzi os seguintes dados: diários de campo acerca das minhas observações em reuniões, eventos, manifestações e outras atividades cotidianas; documentos de diferentes naturezas, tais como reportagens, leis, circulares, orientações e outros; diálogos de grupos de WhatsApp relacionados aos espaços investigados; e três roteiros de entrevistas abordando questões diferentes que surgiram no transcurso dessa pesquisa. O trabalho divide-se em três partes que marcam esse processo: um período antes da extinção da SME, em que eu fui aprendendo o que é ser professor desse espaço; o processo de extinção da SME, em que eu acompanhei os movimentos em defesa dessa política pública; e o período de continuidade dos serviços de esporte e de lazer, em que o Projeto do Governo e o Projeto dos Professores acerca dos rumos dessas políticas entram em tensão. A partir do que observei em campo, pude concluir que há um Projeto Coletivo que atribui sentido e alguma direção comum às ações dos professores que atuam nas políticas públicas de esporte e de lazer, e que isso só é possível devido ao tipo de vínculo, duradouro e estável, que esses servidores têm com o trabalho que desempenham. Nesse Projeto Coletivo, o principal tipo de atividade são as sistemáticas, que possibilitam a criação de laços entre os usuários e o serviço público, favorecendo a materialização dessas políticas na perspectiva dos direitos sociais. No entanto, o processo de extinção desvelou que a manutenção do serviço da forma como vinha acontecendo era dependente do status político de secretaria, que permitia um campo de possibilidades mais amplo do que aquele que se mostrou após a extinção. Observei que, de um lado, havia um projeto que objetivava a “centralização administrativa” e a “redução de custos” em detrimento dos serviços oferecidos para a população de Porto Alegre; do outro, havia um coletivo de pessoas que buscava defender o direito de acesso da população aos serviços públicos de esporte e de lazer. Ao fim do estudo, após analisar os diferentes movimentos dos atores envolvidos nesse espaço social, pude concluir que, no caso particular de Porto Alegre, a reforma administrativa que visava diminuir o Estado acabou por reduzir o horizonte dos direitos sociais que eram vislumbrados por meio do acesso às políticas públicas de esporte e de lazer implementadas pela extinta SME.

Palavras-chave: Políticas públicas de esporte e de lazer. Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Projeto. Etnografia.

ABSTRACT

This research is situated in the field of public policies on sport and leisure, and it approaches the tensions regarding the diminution of the State and the access to social rights in the process of extinction of the Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) of Porto Alegre. The main discussion in this thesis is the following: considering a scenario where the public policies on sport and leisure were a social right, provided in a public structure and with consolidated activities, how and why was the SME extinct, and to what extent have these public policies being continued after the extinction? To answer these questions, I attempted to dialog with the Political Anthropology studies, analyzing the data produced through a multi-sited ethnography based on Gilberto Velho's notion of project. During the process of immersion in the field, characterized as an observing participation, I played a double role: as a teacher that developed sport and leisure activities at the SME and as a researcher that investigated this social space. The ethnographic material produced were the following: field diaries with my observations during meetings, events, manifestations and other daily activities; different types of documents, such as newspaper reports, laws, official communications, orientations and others; chats in WhatsApp groups related to the spaces under investigation; and three interviews about different issues that came up during the research. The work is divided in three parts: a period before the extinction of the SME, when I gradually learned what meant to be a teacher in that space; the process of extinction of the SME, when I observed the movements in defense of this public policy; and the period of continuity of the sport and leisure services, when the Government Project and the Teachers Project about the course of these policies came into tension. Based on what I observed in the field, it was possible to conclude that there is a Collective Project that attributes meaning and some common direction to the actions of the teachers who work for the public policies on sport and leisure, and that it was only possible due to the type of bond – durable and stable – these servers have with the work they develop. In this Collective Project, the systematic activities are the main ones, since they provide the possibility of creating bonds between the users and the public service, favoring the materialization of these policies under the perspective of social rights. However, the process of extinction revealed that the maintenance of the service, as it had been happening, depended on the political status of the SME, which allowed a wider range of possibilities if compared to that after the extinction. I observed that, on the one hand, there was a project that focused on “administrative centralization” and “cost reduction” rather than on the services offered to the population of Porto Alegre; on the other hand, there was a collective of people that tried to defend the right of the population to the sport and leisure services. In the end of the study, after analyzing the different movements of the actors involved in this social space, I could conclude that, in the case of Porto Alegre, the administrative reform that aimed at diminishing the State ended up diminishing the social rights that were offered through the access to the public policies on sport and leisure implemented by the extinct SME.

Keywords: Public policies on sport and leisure. Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Project. Ethnography.

RESUMEN

Esta investigación se inserta en el campo de las políticas públicas de deporte y recreación y aborda las tensiones relacionadas con la reducción del Estado y con el acceso a los derechos sociales en el contexto del proceso de extinción de la Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) de la ciudad de Porto Alegre, Brasil. La discusión central de esta tesis fue la siguiente: considerando un marco en el que las políticas públicas de deporte y recreación eran un derecho social a partir de una estructura pública y de actividades consolidadas, ¿cómo la SME se extinguió? ¿Y en qué medida ocurre la continuidad de estas políticas públicas tras su extinción? Para contestar las cuestiones planteadas, busqué dialogar con estudios del campo de la antropología política, observando los datos producidos por medio de una etnografía multisituada a partir de la noción de proyecto de Gilberto Velho. En el proceso de inmersión en el campo, que por las características desarrolladas se denomina participación observante, desempeñé un doble papel: el de profesor que actuaba en actividades de deporte y recreación en la SME y el de investigador de este espacio social. Como material etnográfico, produje los siguientes datos: diarios de campo acerca de mis observaciones en juntas, eventos, manifestaciones y otras actividades cotidianas; documentos de diversa índole, tales como reportajes, leyes, circulares, orientaciones y otros; diálogos de grupos de WhatsApp relacionados con los espacios investigados; y tres guiones de entrevistas que abordan distintos temas que surgieron en el transcurso de esta investigación. El presente trabajo se divide en tres partes que marcan este proceso: un período antes de la extinción de la SME, en el que fui aprendiendo qué es ser profesor de este espacio; el proceso de extinción de la SME, en el que acompañé los movimientos en defensa de esta política pública; y el período de continuidad de los servicios de deporte y recreación, en el que el Proyecto del Gobierno y el Proyecto de los Profesores acerca de los rumbos de estas políticas entran en tensión. A partir de lo que observé en campo, pude concluir que hay un Proyecto Colectivo que le atribuye sentido y alguna dirección común a las acciones de los profesores que actúan en las políticas públicas de deporte y recreación, y que ello solo es posible debido al tipo de vínculo, duradero y estable, que estos funcionarios tienen con el trabajo que desempeñan. En este Proyecto Colectivo, el principal tipo de actividad son las sistemáticas, que posibilitan la creación de lazos entre los usuarios y el servicio público, favoreciendo la materialización de estas políticas desde la perspectiva de los derechos sociales. Sin embargo, el proceso de extinción desveló que el mantenimiento del servicio conforme solía hacerse era dependiente del estatus político de secretaría, que permitía un campo de posibilidades más amplio que el que se presentó tras su extinción. Observé que, de un lado, había un proyecto que tenía como objetivo la “centralización administrativa” y la “reducción de costos” en detrimento de los servicios ofrecidos a la población de Porto Alegre; de otro, había un colectivo de personas que buscaba defender el derecho al acceso de la población a los servicios públicos de deporte y recreación. Al fin del estudio, después de analizar los distintos movimientos de los actores involucrados en este espacio social, pude concluir que, en el caso particular de Porto Alegre, la reforma administrativa cuyo propósito era reducir el Estado culminó con la reducción del horizonte de los derechos sociales que eran contemplados por medio del acceso a las políticas públicas de deporte y recreación implementadas por la extinguida SME.

Palabras clave: Políticas públicas de deporte y recreación. Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Proyecto. Etnografía.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Placa de inauguração do Ginásio Tesourinha, fixada no hall de entrada	66
Figura 2 –	Imagem aérea do Ginásio Tesourinha.....	67
Figura 3 –	Hall de entrada do Ginásio Tesourinha	68
Figura 4 –	Quadra de esportes do Ginásio Tesourinha	71
Figura 5 –	Reunião de professores na sala 14 do Ginásio Tesourinha	72
Figura 6 –	Sala 27 do Ginásio Tesourinha.....	73
Figura 7 –	Espaços físicos do Ginásio Tesourinha.....	74
Figura 8 –	Cartaz de divulgação da festa junina do Ginásio Tesourinha.....	138
Figura 9 –	Organograma sintético da SME	146
Figura 10 –	Organograma de como funciona o Tesourinha	147
Figura 11 –	Matéria sobre o Projeto Verão 2018	153
Figura 12 –	Nota sobre mobilizações do movimento #SomosTod@sSME	171
Figura 13 –	Nota encaminhada por professor ao jornal.....	171
Figura 14 –	Material produzido pela Comissão de Comunicação.....	176
Figura 15 –	Visita da Frente Parlamentar ao Ginásio Tesourinha durante uma aula de biodança	178
Figura 16 –	Visita da Frente Parlamentar ao Ginásio Lupi Martins	178
Figura 17 –	Aula de dança ministrada pelo prefeito Marchezan na Praça Darcy Azambuja	180
Figura 18 –	Nota do comentarista Paulo Germano na Zero Hora	187
Figura 19 –	Fórum em Defesa da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer	192
Figura 20 –	Organograma da SMDSE apresentado pela secretária interina.....	228
Figura 21 –	Relações hierárquicas e administrativas observadas no Ginásio Tesourinha e vínculo funcional das pessoas que ocupam esses espaços.....	259
Figura 22 –	Matéria sobre o XXIV Encontro sobre o Envelhecimento.....	286
Figura 23 –	XXIV Encontro sobre o Envelhecimento – Parque Ararigbóia.....	287
Figura 24 –	Alunos e professores do Esporte na Câmara e no Gabinete da secretária interina do Desenvolvimento Social e Esporte.....	290

Figura 25 – Manifestação dos usuários de diferentes Unidades Recreativas na homenagem aos professores ocorrida na Câmara dos Vereadores em 15 de outubro de 2018.....	298
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de atendimentos relacionados ao setor do Esporte..... 150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação de atividades oferecidas pelo Esporte em 2016	151
Quadro 2 – Comparação do modelo do Parque Araribóia com programas do governo federal	156
Quadro 3 – Manifestações de vereadores nas sessões 46. ^a e 65. ^a da Câmara Municipal	195
Quadro 4 – Síntese das apresentações no Seminário Interno da SMDSE	216
Quadro 5 – Contornos dos projetos do Governo e dos Professores para o Esporte	244
Quadro 6 – Espaços sob a responsabilidade da SME (com e sem professor)	252
Quadro 7 – Dados referentes ao impacto da devolução dos professores cedidos da SMED	279
Quadro 8 – Alterações dos professores indicados a devolução nos despachos do processo SEI/PMPA.....	284
Quadro 9 – Locais de lotação dos professores antes e depois da devolução para a SMED	291
Quadro 10 – Despachos envolvendo a devolução dos professores e manifestações solicitando a permanência dos docentes no Esporte	296
Quadro 11 – Impacto da devolução e primeiras estratégias de ajustes	300

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção de dados etnográficos	42
Tabela 2 – Vínculo, número de matrículas e carga horária de professores na SME em 2016	253

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAGITES –	Associação dos Amigos do Ginásio Tesourinha
ADIESEF/RS –	Associação dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul
ASSEPLA –	Assessoria de Planejamento
CBCE –	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CC –	Cargo em comissão
CCJ –	Comissão de Constituição e Justiça
CECORES –	Centro de Comunidade Vila Restinga
CECOVE –	Centro de Comunidade Vila Elizabeth
CECOFLOR –	Centro de Comunidade Vila Floresta
CECOPAM –	Centro de Comunidade Parque Madepinho
CEGEB –	Centro Esportivo George Black
CELAR –	Centro de Estudos do Lazer
CEPRIMA –	Centro Esportivo Primeiro de Maio
CEVI –	Centro Esportivo Vila Ingá
CGERL –	Coordenadoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer
CGI –	Coordenação de Gestão Interna
COMUI –	Conselho Municipal do Idoso
CREF-RS –	Conselho Regional de Educação Física do Rio Grande do Sul
CTG –	Centro de Tradições Gaúchas
DEHMAB –	Departamento Municipal de Habitação
DEM –	Democratas
DERP –	Departamento de Esportes e Recreação Pública
DGERL –	Diretoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer
DIRESP –	Diretoria de Esportes
ECCE –	Em Cada Campo uma Escolinha
EPME –	Equipe de Produção e Manutenção de Equipamentos
ESEFID –	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
EST –	Equipe de Suporte Técnico
FASC –	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FESC –	Fundação de Educação Social Comunitária
FG –	Função gratificada

FHC –	Fernando Henrique Cardoso
FP –	Frente Popular
FUNDERGS –	Fundação do Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul
FUNDESP –	Fundo Municipal de Desenvolvimento Desportivo
GEEMPA –	Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação
GESEF –	Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física
JAPA –	Jogos Abertos de Porto Alegre
MBL –	Movimento Brasil Livre
ME –	Ministério do Esporte
MEC –	Ministério da Educação
ONU –	Organização das Nações Unidas
OP –	Orçamento Participativo
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PELC –	Programa de Esporte e Lazer na Cidade
PGM –	Procuradoria-Geral do Município
PMPA –	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PP –	Partido Progressista
PPCI –	Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio
PRB –	Partido Republicano Brasileiro (Republicanos)
PROMETA –	Programa de Metas 2017-2020
PSB –	Partido Socialista Brasileiro
PSD –	Partido Social Democrático
PSDB –	Partido da Social Democracia Brasileira
PT –	Partido dos Trabalhadores
PUCRS –	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RA –	Responsável por Atividade (no caso da SME, era o coordenador da Unidade Recreativa)
REDE –	Rede Sustentabilidade
RH –	Recursos Humanos (setor)
SEI –	Sistema Eletrônico de Informações
SERP –	Supervisão de Esportes e Recreação Pública
SIMPA –	Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
SMACIS –	Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social
SMC –	Secretaria Municipal de Cultura

SMDSE –	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte
SME –	Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer
SMEC –	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SMED –	Secretaria Municipal de Educação
SMJ –	Secretaria Municipal da Juventude
SMSURB –	Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SRP –	Serviço de Recreação Pública
UE –	Unidade Executora
UFRGS –	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UR –	Unidade Recreativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	QUESTÕES DE PESQUISA	32
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	36
3	COMO FUNCIONA O “ESPORTE”	50
3.1	ENTRADA EM CAMPO: COMO FUI LOTADO NA SME	52
3.2	O GINÁSIO TESOURINHA	66
3.3	A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESPORTE: ALGUMAS REGRAS	74
3.4	O CASO DA CRIAÇÃO DA SME: UM GRUPO COESO OU UM COLETIVO DE GRUPOS	86
3.5	O QUE É SER PROFESSOR DA SME?	108
3.5.1	Negociar com outros servidores públicos: os concursados e os cargos em comissão.....	110
3.5.2	Negociar com a comunidade: sobre a pedagogia no Esporte.....	125
3.5.3	Negociar com as normas e regras da SME: sobre a gestão no Esporte	145
3.6	SME: UM PROJETO QUE DEU CERTO?	155
4	A CRISE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE LAZER: A EXTINÇÃO DA SME	160
4.1	DA PROPOSTA DA REFORMA ADMINISTRATIVA À EXTINÇÃO DA SME	161
5	CAMINHOS PARA CONTINUAÇÃO: TENSÕES E NEGOCIAÇÕES NO ESPORTE	201
5.1	INSTABILIDADES PRODUZIDAS PELA EXTINÇÃO	203
5.2	TENSÕES, CONFLITOS E ACUSAÇÕES: APRESENTANDO PROJETOS	205
5.2.1	Quando a secretária interina visita o “Esporte”.....	207
5.2.1.1	Seminário interno da SMDSE: apresentando os projetos	215
5.3	O ESPORTE SÓ ARRUMA CONFUSÃO: NEGOCIAÇÕES E PROJETOS EM CONFLITO	245
5.3.1	As reivindicações pelos espaços de gestão	249
5.3.1.1	Um retrato de despedida da Gerência Pedagógica	250

5.3.1.2	As tensões em torno do esvaziamento de espaços de gestão: a Gerência Pedagógica e a coordenação do Ginásio Tesourinha.....	254
5.3.2	A busca pela manutenção dos professores cedidos.....	271
5.3.2.1	Saindo do campo: como fui devolvido para a SMED	273
5.3.2.2	Fora do campo: percepções acerca da devolução dos professores	289
6	CONCLUSÕES	304
	REFERÊNCIAS.....	319
	APÊNDICE I – Dados de atendimentos em atividades esportivas, recreativas e de lazer de 1976 a 2019	328
	APÊNDICE II – Atendimentos em diferentes categorias de 1990 até 2019	330
	APÊNDICE III – Orçamento municipal previsto pela Lei Orçamentária Anual de Porto Alegre para a função Desporto e Lazer de 1994 até 2020	332
	APÊNDICE IV – Número de professores que estavam atuando em atividades de esporte e de lazer, de 2001 até 2018	334
	APÊNDICE V – Unidades recreativas com atividades orientadas por professores de 1986 até 2017.....	335
	ANEXO I – Circular Normativa 01/2015.....	337
	ANEXO II – Circular Normativa 02/2015.....	339

1 INTRODUÇÃO

Em abril de 2014, por meio de um processo não planejado que explicarei com mais detalhes no capítulo 3, eu ingressei como professor na Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) de Porto Alegre. Paralelamente, havia o meu interesse em ingressar no curso de doutorado. No entanto, não estava inserido em nenhum grupo de pesquisa, tampouco sabia o que propor como projeto de pesquisa; vinha de um mestrado sobre a biomecânica do joelho, das “duras”, mas já havia decidido mudar de área.

Na medida em que eu fui conhecendo um pouco mais a SME, o seu funcionamento, como se davam as relações entre os servidores e a comunidade, o que constituía a história desse lugar – características que abordarei no capítulo 3 –, vislumbrei a possibilidade de desenvolver uma proposta de pesquisa sobre políticas públicas, em que eu pudesse estudar o lugar em que eu estava trabalhando. Encontrei na SME uma oportunidade e uma curiosidade para desenvolver minha pesquisa. A partir dessa escolha, passei a procurar um orientador. Nesse percurso, conversando com algumas pessoas, estudando sobre o tema, me aproximei do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (Gesef), que tinha como coordenador o professor Marco Paulo Stigger.

O meu ingresso no Gesef foi um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Frequentando as reuniões do grupo, participando dos seminários, convivendo com outros pesquisadores, fui me apropriando das formas como o grupo desenvolve as suas pesquisas. Além disso, nesse período inicial, o Gesef, representando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), junto a outras cinco universidades do estado implementaram uma rede de pesquisa, a Rede Cedes-RS, a partir de um projeto federal que tinha como objetivo financiar o desenvolvimento de investigações no campo das políticas públicas de esporte e de lazer.¹

¹ Esta pesquisa não foi financiada pelo referido projeto. Em nenhum momento fui bolsista, e nem poderia devido aos meus vínculos trabalhistas com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). No entanto, muitos dos dados que produzi foram estimulados pelas pesquisas que a Rede Cedes-RS demandava a partir da sua agenda. Com isso, minha participação no grupo como pesquisador colaborador foi fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Nesse contexto, ingressei no curso de doutorado em 2016 e comecei a observar o meu “campo de trabalho” que passou a ser o meu “campo de pesquisa”. A despeito das minhas pretensões investigativas, em dezembro de 2016, o prefeito de Porto Alegre recentemente eleito encaminhou um projeto de lei propondo a extinção da SME – assunto que abordarei com mais atenção no capítulo 4. Com essa situação, um novo cenário foi se mostrando: aquele espaço que me parecia consolidado começou a passar por um processo que culminou com a sua extinção. Comecei a observar e a participar de tentativas para continuação das ações e dos serviços que a Secretaria implementava – o que desenvolverei no capítulo 5. Porém, nessa “luta” cotidiana, envolvido com outros professores e com as pessoas que frequentavam as atividades esportivas e de lazer, a devolução dos professores cedidos da Secretaria Municipal de Educação (SMED), entre os quais eu me incluía, me tirou de campo.

Considerando essa característica do processo investigativo que vivi, entendo que esta pesquisa parte de dois pontos: 1) das oportunidades que foram surgindo no transcurso do trabalho de campo, com destaque ao meu acesso como trabalhador da Secretaria; 2) de um acontecimento relevante, que foi a inesperada, e até considerada improvável, extinção da SME. A extinção da Secretaria foi um fato relevante pelo qual, como pesquisador naquele espaço, não pude deixar de ter curiosidade. Esse acontecimento, que ocorreu no período em que eu estava em campo, se tornou a principal pauta nos espaços em que eu circulava. Se minha pergunta fosse “o que acontecia nas políticas públicas de esporte e de lazer?”, a resposta seria “a extinção da SME”. O que quero dizer é que isso mobilizou a atenção de todos os agentes envolvidos no campo, tanto os trabalhadores, em suas diferentes funções e vínculos com o serviço público, quanto os usuários, desde os mais envolvidos até aqueles esporádicos, que participavam de atividades esportivas e de lazer sem regularidade.

Fui percebendo que duas temáticas atravessavam esse acontecimento, temáticas que me provocavam enquanto alguém que estava ali pesquisando e que, como servidor, estava ali vivenciando: um movimento do prefeito em direção à diminuição do Estado e a sua repercussão na diminuição dos direitos sociais ao esporte e ao lazer. A discussão acerca da diminuição do Estado apareceu com a proposta de reestruturação administrativa encaminhada ainda na gestão do prefeito Fortunati, a partir da solicitação do prefeito eleito Nelson Marchezan Júnior em dezembro de 2016. Essa proposta apresentava uma redução de mais de 50% das secretarias, entre elas, a Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME).

Essa discussão conduziu a outra, que estava intrincada com a primeira, sobre o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais. Nessa discussão, a reestruturação administrativa, ao extinguir a SME, cercearia a capacidade do setor de materializar suas políticas públicas com a perspectiva que vinha sendo operacionalizada até então – de acesso universal às atividades esportivas e de lazer, o que vinha de uma política já desenvolvida na cidade há mais de 90 anos.² Mesmo assim, os recursos financeiros para o esporte e lazer sempre foram escassos. Nesse contexto, a alternativa dos gestores do setor foi buscar na autonomia política, que o status de secretaria proporcionava, as soluções para contornar o baixo orçamento. Cientes desse funcionamento das políticas públicas de esporte e de lazer na cidade de Porto Alegre, os professores consideravam que as mudanças propostas conduziram para uma redução do acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais.

Fui percebendo então que, a partir desse acontecimento, dois fronts se levantavam: de um lado, a partir da proposta de reforma administrativa, a redução do Estado; de outro, uma defesa da manutenção dessa estrutura estatal, com a justificativa de que somente assim os direitos sociais ao esporte e ao lazer poderiam ser garantidos. Nesse debate entraram em discussão o tamanho do Estado e os direitos sociais, particularmente os direitos sociais ao esporte e ao lazer.

Com isso, cabe abordar neste texto alguns elementos que nos permitiam refletir sobre as temáticas que foram atravessando as discussões que observei em campo. Os direitos sociais foram reconhecidos em uma escala mundial apenas com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU em 1948, juntamente com os direitos políticos e os direitos civis. A partir de então, as constituições de diversos países passaram a incluir os direitos sociais nos seus documentos. Segundo Maria Palma Wolff (2015, p. 75),

pela primeira vez na história constitucional brasileira, os direitos sociais foram tratados como direitos fundamentais. O artigo 6º nomeia-os: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados [...].

Muitos dos autores que buscam compreender os direitos sociais utilizam como referência para o desenvolvimento das suas investigações o estudo da cidadania produzido por Thomas Humphrey Marshall (1967), especialmente o capítulo 3 da obra

² Há um conjunto de estudos que sustentam essa história das políticas: Feix (2003), Mayboroda (2017), Cunha (2009), Amaral (2001a), Werneck (2002) e Molina (1997).

intitulada *Cidadania, classe social e status*. Nesse capítulo, foi desenvolvido o conceito de cidadania proposto por Marshall, segundo o qual o desenvolvimento da cidadania se deu a partir de três partes ou elementos: um elemento civil, outro político e o último social. Como elemento civil, Marshall (1967, p. 63) explica que “é composto dos direitos necessários à liberdade individual [...]”. Já pelo elemento político “se deve entender o direito de participar no exercício do poder político [...]”. E, no que se refere ao elemento social, o autor aponta “que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p. 63-64). Para chegar a essa divisão, Marshall revisita a história e aponta os processos de surgimento dos diferentes elementos que compõem a cidadania a partir da sua análise. Segundo o autor,

é possível, sem distorcer os fatos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos (MARSHALL, 1967, p. 66).

Essa sequência de aparecimento e reconhecimento dos direitos sugeriu uma classificação por meio de três gerações de direitos. Os direitos civis inauguram a primeira geração, “inspiram-se no ideário liberal de autonomização do indivíduo frente ao Estado, colocando aquele contra este” (PEREIRA, 2009, p. 104). Cabe destacar que, no contexto histórico em que esse direito foi requerido, a sociedade (inglesa) estava submetida a um Estado absolutista; assim, tal conquista constituiu-se em um fato revolucionário. É importante ressaltar também que tais direitos passaram a defender os interesses particulares daqueles que os buscaram. Nesse sentido, é possível considerar que os interesses individuais, que sustentam os direitos civis, favorecem alguns indivíduos em detrimento de outros, contribuindo para a desigualdade.

Ainda constituindo a primeira geração, surgiram os direitos políticos. Nessa etapa das conquistas de direitos, a sociedade passou a buscar a participação ativa na vida pública. “Transitava-se, assim, do terreno das liberdades negativas (ou passivas), típicas dos direitos civis, para as liberdades positivas (ou ativas) em que a separação entre indivíduo e Estado perdia a nitidez” (PEREIRA, 2009, p. 105).

Pautado no Estado de Bem-Estar (*Welfare State*), que se refere à ampliação do Estado para melhorar as condições de vida dos cidadãos, surgem então os direitos

sociais, figurando como a segunda geração dos direitos. Pautados no princípio da igualdade, “não se coadunam como ideário liberal [...]. Tal dissonância reside no fato de tais direitos não se colocarem contra o Estado, mas, diferentemente dos direitos individuais, exigem a participação cívica deste na vida da sociedade” (PEREIRA, 2009, p. 105). A emergência desses direitos se deu, em grande medida, decorrente das reivindicações dos trabalhadores por novos direitos, visto que os direitos de primeira geração ampliaram a desigualdade já existente.

A terceira geração de direitos ocorre recentemente, com os direitos difusos. Segundo Potyara Pereira (2009, p. 105), esses direitos “refletem as novas realidades que afetam o planeta e as transformações globais, requerendo solidariedade e fraternidade entre os povos como princípios básicos”. A problemática desses direitos está na definição de quem são os seus titulares, visto que toda a humanidade se beneficiará da sua defesa.

As gerações representam um processo ininterrupto em que a sociedade buscou conquistar direitos à liberdade, à participação e à igualdade. Nesse longo processo, valores liberais e valores sociais-democratas atravessaram a referida busca, constituindo, em certa medida, o conjunto de direitos. E isso torna a noção de cidadania ainda mais complexa.

Importante destacar o caráter contraditório presente nas gerações dos direitos: enquanto os direitos de primeira geração, particularmente os direitos civis, se opõem ao Estado, os direitos de segunda geração, ou seja, os direitos sociais são a favor do Estado. Assim, percebemos a relação presente entre o tamanho do Estado e o acesso aos direitos sociais que emerge nas discussões acerca da extinção da SME.

Ainda sobre as considerações de Marshall acerca do desenvolvimento da cidadania, Lea Guimarães Souki (2006) aponta que se trata de um estudo particular do caso inglês e que tal desenvolvimento da cidadania ocorrera daquela forma apenas na Inglaterra. Apesar disso, a autora sustenta que a pesquisa de Marshall é pertinente para a discussão sobre noções de cidadania e de desigualdade no Brasil a partir, por exemplo, de dois pontos: a existência de uma base lógica das classes dominantes no que diz respeito à tolerância à desigualdade; e uma compreensão da classe dominante inglesa da interdependência da sociedade no que se refere ao seu bem-estar. Ao desenvolver esses pontos, analisando a obra de Marshall, a autora assim explica:

o que para ele está em discussão é em quais condições a pobreza pode ser aceitável. Pobreza entendida como a situação daquele que, por falta de reserva econômica, deve trabalhar duramente. Contudo, a indigência, entendida como a situação em que uma família carece do mínimo para viver decentemente, não seria aceitável. Portanto, alguma escala de pobreza não guardaria contradição com os princípios de direitos iguais da cidadania (SOUKI, 2006, p. 51).

Resumidamente, a obra de Marshall aponta que, no processo de desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, que ocorrera por meio do desenvolvimento dos direitos segundo a ordem e os períodos referidos pelo autor, havia a percepção das elites de que a desigualdade social era algo que lhes afetaria, comprometendo o seu bem-estar. Assim, ao analisar o caso brasileiro, Souki (2006) sustenta que a preocupação com a pobreza ocorreu apenas na década de 1990, com a estabilização econômica do país. A noção de interdependência não figurava nas elites brasileiras antes disso (e em que medida figura agora?). Poderíamos, talvez, considerar a atual desestabilização econômica uma possível explicação para o retrocesso acerca das preocupações com a pobreza?

Outro ponto relevante na discussão proposta pela autora refere-se ao surgimento dos direitos que, no caso inglês, sustentaram o conceito de cidadania elaborado por Marshall.

A consideração da importância da sequência histórica inglesa dos direitos civis, políticos e sociais não deve ser tomada como uma prescrição, mas como um recurso de explicação. [...] Com os direitos civis vinham as liberdades garantidas por um poder Judiciário, independente do Executivo e com uma tradição de neutralidade [...]. As instituições desenvolvidas nessa fase eram os Tribunais de Justiça que serviam de intermediação política e se reforçavam na medida em que exerciam suas funções. Com base no exercício dessas liberdades e das instituições correspondentes, ampliaram-se os direitos políticos e com eles o desenvolvimento dos partidos e a consolidação do Legislativo. Através destes sancionaram-se os direitos sociais que o Executivo punha em prática. Portanto, as liberdades civis constituíram-se na base de todo o processo (SOUKI, 2006, p. 54-55).

Já no Brasil, os direitos sociais foram instituídos em um contexto de ausência de direitos civis e políticos no período varguista e, posteriormente, durante a ditadura militar³, sendo, no primeiro caso, restritos aos trabalhadores com carteira assinada e, no segundo caso, aos trabalhadores rurais (SOUKI, 2006). Essa experiência brasileira com a concessão de direitos, particularmente com os direitos sociais, pareceu ter

³ O conceito de cidadania regulada desenvolvido por Wanderley Santos (1979) aborda a “concessão” de direitos no Brasil.

ocorrido em uma direção específica, da elite política para alguma parcela da população.

Ao apontar o questionamento “direitos sociais: afinal do que se trata?”, que é também o título do seu livro, Vera da Silva Telles (1999) chama a atenção para um processo de “estreitamento do horizonte de legitimidade dos direitos sociais”. A autora afirma que talvez seja possível

[...] avaliar o efeito devastador da atual corrosão dos direitos. A destituição dos direitos – ou, no caso brasileiro, a recusa de direitos que nem mesmo chegaram a se efetivar – significa também a erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas, de tal modo que estas se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissenso, de representação e negociação; é por via dessa destituição e dessa erosão, dos direitos e das esferas de representação, que se ergue esse consenso que parece hoje quase inabalável, de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos não há nada a fazer a não ser a administração técnica de suas exigências, que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras (TELLES, 1999, p. 186-187).

A autora destaca que a recusa de direitos acaba por eliminar um espaço de negociação do possível – possível este que seria, talvez, a ampliação de um campo de possibilidades para quem percebe (reivindica/vivencia) direitos. O que ocorre é o esvaziamento da mediação política em processos conflituosos. O consenso formado de que a lógica de mercado estrutura a gestão da política, que reduz o campo de ação nesse espaço de negociação, coloca o agente político como um administrador priorizando o mercado em detrimento dos direitos sociais – ou colocando os direitos nos termos e lógicas do mercado. E é a partir dessa perspectiva que a redução do Estado vai fazendo sentido e passa a ser operacionalizada.

Ao abordar dessa forma as reflexões da autora, parece que os direitos sociais estão em risco iminente, pois suas considerações acabam por estreitar as possibilidades de avanço. No entanto, a interpretação que devemos fazer acerca dos seus apontamentos é de que esse quadro pessimista está instalado, mas também há outros “quadros” que tencionam as políticas e o horizonte de legitimidade dos direitos sociais em outras direções. Um exemplo para ilustrar essa perspectiva refere-se às políticas de saúde, consideradas “direitos de todos e dever do Estado”. Segundo Wolff (2015, p. 76),

essas conquistas decorrem dos movimentos dos trabalhadores da área da saúde, processo que tem suas bases ainda na realização da 1.º Conferência

Nacional de Saúde realizada em 1941, a qual teve influência na criação do Ministério da Saúde [...]. As conferências que seguiram desencadearam o movimento pela reforma sanitária, que propunha a inversão da centralidade das ações, até então muito adstritas a práticas curativas. Assim, diferentemente das demais políticas, o campo da Saúde contou com experiência de participação e controle social em período anterior à Constituição de 1988.

A autora, ao descrever a situação que contribuiu para a materialização do direito à saúde, que figura como um direito social, sinaliza que isso somente foi possível por meio da ação dos trabalhadores que atuavam nas políticas públicas referentes à saúde. Segundo Pereira (2009), as políticas públicas devem concretizar os direitos sociais, ou seja, é por meio da implementação de políticas públicas, negociadas e discutidas nas esferas políticas, que os direitos sociais se colocam no horizonte da população. Ainda referente às políticas públicas, a autora afirma que

o caráter público desta política não é dado apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção, mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade (PEREIRA, 2009, p. 95).

Com isso, ampliar o acesso às políticas públicas seria também ampliar o horizonte dos direitos sociais; e o contrário seria a redução do acesso às políticas e o conseqüente estreitamento do horizonte dos direitos. A autora destaca que as políticas públicas têm quatro características: constituem um marco ou linha de orientação para a ação pública; visam concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis; guiam-se pelo princípio do interesse comum e da soberania popular; e visam à satisfação das necessidades sociais, e não da rentabilidade econômica privada (PEREIRA, 2009).

Ao localizar os direitos sociais e a sua relação com as políticas públicas, abordarei o direito social ao esporte e ao lazer, que passou a figurar no Brasil, constitucionalmente, somente a partir de 1988. Desde então, além de pauta para formulação de políticas públicas, alguns pesquisadores buscaram compreender como ocorre a materialização dessas políticas no sentido de atender aos direitos sociais ao esporte e ao lazer. Juliano Silveira (2013, p. 4) nos sugere que

pensar o esporte e o lazer na perspectiva do direito social significa compreender os mesmos como conquistas dos cidadãos em sua relação com o Estado e logicamente com o Capital. Portanto, esporte e lazer, nesse sentido, se constituem em prerrogativa dos cidadãos e o usufruto dos mesmos deve ser assegurado pelo Estado, uma vez que este é o responsável por cumprir tal dever.

Michele Flausino e Fernando Mascarenhas (2012), a partir de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, tiveram como objetivo analisar os diferentes discursos que percebem o esporte e o lazer como direitos sociais. No entendimento dos autores, o Estado deve garantir tais direitos por meio da materialização de políticas públicas, entendidas como políticas sociais públicas. Consideram, então, que estas são “as políticas que visam à garantia de tais direitos sociais dos cidadãos, como um bem público, democrático e de acesso universal” (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 3).

Pedro Athayde (2013) afirma que o lazer ainda tem um papel coadjuvante como direito social. Na sua argumentação, se solicitarmos a uma pessoa para elencar seus direitos, muito provavelmente poucos mencionarão o lazer. Isso mostra que o lazer, e aqui o relaciono com o esporte, figura como um direito pouco reconhecido pela nossa sociedade. Ao refletir sobre as possíveis imbricações do lazer com as novas expressões da “questão social”, o autor sustenta que

é premente que o lazer seja reconhecido como direito social pelo Estado e que esse assuma sua responsabilidade de edificar uma política social pautada no acesso universal. Nesse sentido, devem-se evitar programas e projetos sociais fundados na ótica assistencial ou filantrópica. Além disso, políticas focais precisam reduzir-se a conjunturas e períodos onde elas sejam momentaneamente profícuas e necessárias. Esses são os desafios à consecução do lazer como direito diante das novas expressões da “questão social” e das desigualdades que compõem o contexto social histórico e cultural brasileiro (ATHAYDE, 2013, p. 26).

No artigo *O esporte como direito de cidadania*, ao problematizar as funções assumidas historicamente pelo esporte, Athayde e colaboradores (2016, p. 498) apresentam um contraponto acerca de uma visão do esporte como fenômeno que “foi acometido pelos processos de mercantilização e espetacularização”. Para isso, os autores percebem o esporte como uma das necessidades intermediárias. Tais necessidades são fundamentais para a garantia dos direitos sociais no seu conjunto. De acordo com a argumentação dos autores, essas necessidades intermediárias “são competentes para contribuir com a melhoria da saúde física e da autonomia do gênero humano em sua totalidade” (ATHAYDE *et al.*, 2016, p. 496). Essa visão se torna pertinente na medida em que pensamos nas práticas esportivas e nas suas relações com os direitos sociais, sugerindo que não podemos fragmentá-los, pois, apesar de serem um dever do Estado, os direitos sociais não são efetivados por diferentes motivos, tais como:

a ocorrência de políticas focais que priorizam localidades com vulnerabilidade social contrapondo-se à proposta de universalização, poucos financiamentos que não atendem às demandas, inexistência de um controle democrático e o recuo do Estado com o avanço das políticas neoliberais (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 3).

Apesar da clareza expressa no Artigo 217, parágrafo 3.º, da Constituição Federal de 1988 apontando que “o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”, Silveira (2013, p. 2) afirma que “existe um grande abismo entre a formulação de uma proposta no plano jurídico e a concretização da mesma, sobretudo quando voltamos o olhar para a questão dos direitos sociais”. A contribuição do autor nos indica que devemos olhar não apenas para os direitos sociais nos documentos e discursos oficiais; é necessário observar como esses direitos são materializados no cotidiano das ações que se propõem a efetivá-los. No entanto, Flausino e Mascarenhas (2012), ao pesquisar documentos e ações decorrentes das Conferências Nacionais do Esporte, destacaram que, entre muitos entraves que dificultam a materialização de políticas que atendam ao direito social ao esporte e ao lazer, ocorre um discurso

[...] carregado de adjetivações que qualificam e instrumentalizam tais fenômenos, os quais são: “esporte tira a criança da rua”; “esporte é ferramenta da paz contra a violência”; “esporte é ferramenta contra as drogas”; “o esporte e o lazer promovem qualidade de vida”; “o esporte promove a inclusão social” e “esporte é saúde” (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 4).

Ao analisar os documentos referentes à I Conferência Nacional do Esporte, os autores apontam que foi firmado o compromisso da “inclusão social dos cidadãos em um contexto real da prática dos direitos sociais” (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 7). Como resposta ao compromisso estabelecido na conferência, o Ministério do Esporte propôs programas e projetos que tinham como objetivo a universalização do direito ao esporte e ao lazer, sendo o exemplo de maior destaque o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Na análise da documentação referente à II Conferência Nacional do Esporte, os autores relatam que foi afirmada a permanência da exclusão social, figurando como “um entrave ao desenvolvimento humano e conseqüentemente à universalização” das políticas públicas de esporte e de lazer. Então, para dar conta dessa constatação, o Ministério do Esporte se comprometeu em “ampliar os espaços e reformar os equipamentos visando uma ampliação do acesso ao direito social ao esporte e lazer

como meio de elevar a qualidade de vida e prevenir o uso de drogas” (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 8).

A partir da análise desses documentos, os autores apontam que, apesar de o discurso oficial reconhecer o esporte e o lazer como direitos sociais universais, ele também atribui um caráter funcional-utilitarista ao focalizar a política. Assim, os documentos apresentam certa contradição ao considerar, ao mesmo tempo, o esporte e o lazer tanto direitos universais quanto ferramenta para tratar as mazelas da sociedade. Segundo os autores,

a realidade que abarca a efetivação de tais direitos é completamente contrária ao que é sinalizado na Carta Magna, pois os mesmos não conseguiram a sua efetivação concreta devido ao recuo da participação do Estado frente aos avanços das políticas neoliberais, desintegrando direitos sociais, transformando-os em direitos de consumo, mercadoria (FLAUSINO; MASCARENHAS, 2012, p. 21).

Uma reflexão interessante sobre a pesquisa de Flausino e Mascarenhas (2012) pode ser formulada por meio da relação dos discursos produzidos acerca do esporte e do lazer e o efeito na materialização das políticas. Os autores sustentam que há um discurso mistificador do esporte e do lazer, atribuindo-lhes funções de superpoderes mágicos. Como efeito, os projetos e os programas de esporte e de lazer são dotados da capacidade de resolver qualquer problema, independente da forma como é materializado. Nesse sentido, se ele ocorre por meio de políticas focais ou por meio de políticas universais, não importa. Considerando que projetos “focais” costumam ser mais “baratos” para os governos que os projetos “universais”, os gestores que se balizam pela redução dos gastos com políticas sociais acabam por optar pelo primeiro tipo.

A literatura parece sinalizar, a partir da análise de muitos projetos sociais com características focais – ou seja, que apontam a resolução de um problema específico a ser resolvido por meio de atividades esportivas –, que as políticas públicas de esporte e de lazer estão se aproximando de uma lógica de mercado enquanto se afastam de uma lógica de direito social. De acordo com Silveira (2013, p. 7-8),

podemos avaliar que a realização do direito ao esporte, que pressupõe uma intervenção pública de natureza social, fica comprometida pela opção do Estado em reconhecer o esporte preponderantemente em sua forma mercadoria, abrindo mão de uma proposta de universalização ao acesso e expondo suas facetas neoliberais, na qual têm lugar de destaque ações utilitaristas e compensatórias como são os casos dos projetos sociais que adotam o esporte como carro chefe. Por isso, ao tratarmos das políticas públicas para o esporte, devemos ter clareza de que a sua presença como

política pública está mais afastada da perspectiva de direito social e cada vez mais próxima da perspectiva de serviço.

Nesse sentido, o autor argumenta que as propostas de políticas públicas para o esporte e para o lazer que são materializadas por meio de projetos sociais articulados com o terceiro setor afastam a perspectiva do direito social do horizonte das populações.

Neste estudo, buscarei refletir sobre o espaço de materialização do acesso aos direitos sociais que ocorre por meio da implementação de políticas públicas de esporte e de lazer em Porto Alegre. No caso aqui abordado, há muitos esforços voltados a essa realização, seja na busca pela implementação das políticas, seja na defesa de manutenção de uma secretaria específica, seja na tentativa de manutenção de um serviço. Também há diversos atores que mobilizam energia para a defesa desse direito: políticos, servidores, líderes comunitários e usuários dos serviços de esporte e de lazer.

Na linha do que Telles (1999) desenvolve em seu livro, cabe refletir: quando os usuários (ou trabalhadores) dos serviços públicos de esporte e de lazer defendem o direito a essas atividades, eles abrem uma disputa sobre o que se entende, ou o que se pode entender, a respeito do acesso a esses serviços? Ao mesmo tempo, ao defender a manutenção da SME, também abrem uma disputa sobre como se pode acessar esses direitos. E nesse ponto pretendo discutir acerca da possibilidade que as pessoas que utilizam os serviços de esporte e de lazer têm de aprender a acessar esse direito, bem como sobre a possibilidade de encerramento do acesso a esse direito que a extinção da SME, ou seja, que a redução do Estado coloca no horizonte dessas pessoas. A reflexão sintetizada nos parágrafos até aqui apresentados me conduziu para as questões que orientaram esta pesquisa, descritas a seguir.

1.1 QUESTÕES DE PESQUISA

É possível afirmar que há um consenso acerca da relevância da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer para o campo das políticas públicas. Essa afirmação pode se pautar no cotidiano e nas particularidades dos serviços que a SME desenvolve, mas também ao considerarmos a quantidade de pesquisas que investigaram a SME a partir de diferentes olhares.

Apontarei, portanto, algumas pesquisas, entre outras, priorizando dissertações de mestrado e teses de doutorado, que tiveram como campo de investigação a SME. Por meio delas, sugiro algumas categorias como eixo das referidas pesquisas. Um conjunto de pesquisadores buscou compreender, a partir do caso de Porto Alegre, como se dava a participação popular nas políticas públicas de esporte e de lazer (AMARAL, 2003; FORELL, 2014; SANTOS, 2003; STIGGER, 1992). Outra categoria de estudos versa sobre os projetos esportivos ou sobre os projetos sociais esportivos que são materializados pela SME (BELLO, 2004; BIELAWSKI, 2018; LAZZARI, 2013). Também encontramos estudos que pautaram a formação de professores que atuam nas atividades de esporte e de lazer (SCHAFF, 2010; TONDIN, 2011). E uma quarta categoria chamei de movimentos sociais esportivos que se relacionam com as políticas públicas de esporte e de lazer na cidade (MARTINS, 2016; MYSKIW, 2015; MYSKIW; MARIANTE NETO; STIGGER, 2015; MYSKIW; PACHECO; STIGGER, 2014; MYSKIW; STIGGER, 2014).

A quantidade de pesquisas nos mostra a importância da SME como um lugar onde as políticas públicas de esporte e de lazer são materializadas e que abre um espaço para investigações e reflexões ao campo acadêmico. Chamo a atenção para isso pois o trabalho que agora inicio tem como ponto de partida algo que pode significar o encerramento desse lugar, e que por isso figura como um fato relevante, justificando-se o esforço para a sua compreensão: a extinção da SME.

Nesse caso particular, parto de um processo que culminou no fim de uma secretaria pouco depois de completos 24 anos de existência. Tal processo não representou apenas uma reestruturação administrativa, e sim a redução de direitos. Esse fato nos conduz à questão que vem sendo apresentada: a redução do Estado ocorreu junto à redução do acesso ao direito social referente ao esporte e ao lazer? Esse questionamento, que atravessa o trabalho aqui apresentado, torna esta pesquisa relevante. Ademais, o processo de continuidade dos serviços que antes eram materializados pela SME também se mostra como um fato relevante para se estudar, pois representa uma busca pela manutenção do acesso ao direito social no contexto em que se apresenta.

Outro ponto que deve ser considerado está relacionado ao lugar em que eu, como pesquisador, me coloquei no campo. Esse lugar me possibilitou a criação de vínculos com as pessoas que produziam o campo que eu investigava, favorecendo a comunicação e a troca de informações para a produção dos dados desta pesquisa.

Nesse sentido, a pertinência do tema se soma à oportunidade do pesquisador como argumentos que justificam o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, proponho como pergunta central da tese a seguinte questão: **considerando um cenário em que as políticas públicas de esporte e de lazer figuravam como um direito social a partir de uma estrutura pública e atividades consolidadas, como a SME foi extinta, e em que medida ocorre a continuidade dessas políticas públicas após a sua extinção?**

A partir dessa questão norteadora, um conjunto de outras perguntas foram formuladas durante o processo desta pesquisa, ou seja, durante o trabalho de campo, durante a análise e durante a escrita deste texto. A seguir apresento um conjunto dessas perguntas:

- Como a SME e outros setores da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) que, historicamente, se dedicaram a fomentar políticas de esporte e de lazer se consolidaram no que se refere aos direitos sociais nessa área? O longo período de existência desse(s) “setor(es)”, mesmo passando por diferentes denominações, justificaria dizer que Porto Alegre tem (teve) uma política de Estado nessa área? É possível dizer que essa política se constituiu como um projeto dos professores?
- Como ocorreu a extinção da SME? Quais foram os atores e os projetos em disputa que estiveram presentes nesse processo?
- Após a extinção da SME, como os serviços de esporte e de lazer foram desenvolvidos dali em diante? Esse acontecimento repercutiu nos direitos da população no que se refere ao acesso ao esporte e ao lazer? Como os professores passaram a se relacionar com a nova estrutura administrativa que foi criada?

Ao prosseguir a leitura desta pesquisa, o leitor encontrará mais cinco capítulos. No **capítulo 2**, descrevo a metodologia produzida nesta pesquisa. Fiz a opção pela etnografia por considerar que ela me mostrará “por dentro” como o processo ocorreu. Além disso, utilizei a noção de projeto de Gilberto Velho como uma forma de olhar para os dados produzidos em campo. Os capítulos que seguem estão divididos e marcados por diferentes momentos da minha trajetória no campo. No **capítulo 3**, falo sobre a SME, que fui conhecendo ao entrar em campo, inclusive descrevo como se deu o meu acesso à Secretaria. Faço, ainda, uma análise sobre a criação da SME, apontando que ela foi possível e que contribuiu para o desenvolvimento e a

atualização de um “projeto coletivo”. Também abordo, a partir da minha experiência na SME, algumas aprendizagens que fui entendendo serem necessárias para a atuação do professor. No **capítulo 4**, descrevo e analiso o processo de extinção da SME. Como muitos dos meus colegas, estive envolvido em mobilizações que buscavam a manutenção da pasta, objetivo esse que não foi alcançado com o fim desse processo. O **capítulo 5** aborda dois momentos particulares: a aproximação da Secretária Municipal do Desenvolvimento Social e Esporte com os professores que atuavam na extinta SME, naquele momento Diretoria de Esportes (Diresp); e a continuidade dos serviços públicos de esporte e de lazer após a extinção da Secretaria. Assim, os capítulos 3, 4 e 5 representam três momentos do meu percurso no campo: quando eu estava conhecendo a SME e aprendendo a ser professor nesse lugar particular; quando vivenciei o processo de extinção da SME, buscando junto a um coletivo a manutenção da Secretaria; e quando participei da continuidade dos serviços de esporte e de lazer em um contexto que se mostrou desfavorável devido à forma como esse serviço vinha sendo materializado, que findou com a minha devolução para a SMED. Por fim, no **capítulo 6**, apresento um conjunto de interpretações que pude elaborar a partir do que fui observando, participando e sentindo no percurso que transcorri no campo. Adianto que, a partir do processo que vivenciei em campo, não foi possível uma conclusão pontual, mas sim algumas considerações que nos permitem avançar no sentido de refletir sobre as questões que essa pesquisa apresentou.

A partir de um processo etnográfico, como dito, esta tese teve como eixo central a minha experiência enquanto professor que atuava na área do esporte e do lazer como servidor do município de Porto Alegre na ocasião do processo de extinção da SME. Saliento ainda que, nesse processo, as discussões acerca dos direitos sociais nas políticas públicas de esporte e de lazer que emergem em diferentes momentos no texto constituem retratos de situações que fomentaram debates dos quais participei e/ou que observei em campo, sem a pretensão de aqui esgotar a discussão acadêmica acerca do tema.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Desde antes do meu ingresso no curso de doutorado, sabia que queria estudar a Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME). Ingressei no curso em agosto de 2016 e já atuava na SME desde 2014, como mencionei anteriormente. Muitas coisas que ainda estava aprendendo sobre essa Secretaria me intrigavam: as narrativas sobre as políticas participativas, a capacitação do corpo docente, os muitos projetos que acumulavam histórias, a diversidade de práticas oferecidas para a população de Porto Alegre nas atividades sistemáticas e o frequente discurso de que a Secretaria estava “apagando as luzes”.

Para explicar melhor essa expressão, vou contar como foi a minha primeira reunião geral na SME, quando fui apresentado pela gerente pedagógica ao corpo docente da Secretaria que estava presente naquele momento. Após a apresentação, ocorreu uma situação que me gerou certo estranhamento. Um colega, desconhecido naquele momento, bate no meu ombro e diz: “Então é tu que vai apagar as luzes da Secretaria!”. Minha disposição de novato na SME contrastou com as palavras do meu colega de Secretaria. Mas esse não foi um fato isolado; outros colegas em diferentes momentos repetiam as mesmas palavras ou falavam a mesma coisa com outras. Não havia dúvidas de que essa sensação, que a SME estava acabando, circulava nas subjetividades dos professores.

Pude perceber que havia uma certa nostalgia em torno da SME. Muitas vezes, em um mesmo turno de fala nas reuniões ou em conversas nos corredores do Ginásio Tesourinha, os professores lembravam os áureos tempos da Secretaria contrastando, quase concomitantemente, com um cenário de desinvestimento e precarização. Naquele momento, ao mesmo tempo que eu me empolgava com a descrição grandiosa da SME, ficava incomodado. Diante disso, me perguntava: como essa Secretaria, com tantos projetos e tantas ações inovadoras na área do esporte e do lazer, pode estar acabando justo neste momento em que eu ingresso como professor?

No entanto, no meu cotidiano, atuando como professor em diferentes atividades esportivas e de lazer, percebia que as pessoas que eu atendia estavam absorvidas com aqueles momentos (talvez como as brigas de galo para os balineses do estudo de Geertz). Minhas turmas de dança, por exemplo, tinham mais de 40 alunos. Nas manifestações dos alunos – dos meus e de outros professores –, as

atividades que eles frequentavam na Secretaria constituíam parte importante das suas vidas e pouco ou quase nunca se referiam a um possível “apagar das luzes” da SME.

Essa ambiguidade presente nas minhas subjetividades sobre a SME me estimulou a produzir um projeto para o ingresso no curso de doutorado, intitulado: *Do apagar ao acender das luzes: o(s) sistema(s) de crenças em que operam os professores da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer*. Foi com esse projeto que ingressei no curso em 2016. No entanto, não segui a proposta de pesquisa apresentada naquele momento. O que eu não podia prever, tampouco gostaria, era que em 2017 a SME seria extinta. Teria eu apagado as luzes da SME, tal como anunciava meu colega de Secretaria?

O que ocorrera é que eu estive em campo, vivendo o cotidiano junto aos professores, funcionários e alunos da SME, em três momentos marcadamente distintos: durante um período em que a Secretaria operava com alguma estabilidade, com a consciência de um desinvestimento e com certa nostalgia de momentos e realizações anteriores; durante o processo de extinção da SME; e posteriormente à extinção, um período em que a nova estrutura administrativa foi sendo construída/negociada. Como pesquisador, estava em um local privilegiado, pois pude circular em muitos espaços interessantes para a pesquisa que fui desenvolvendo durante esses diferentes momentos.

Com o meu ingresso no curso de doutorado passei a colaborar com a Rede Cedes-RS, que estava iniciando um novo ciclo a partir de uma proposta implementada e coordenada pela UFRGS. Essa iniciativa envolveu cinco universidades, oito professores pesquisadores e 21 estudantes de graduação e pós-graduação. Segundo os proponentes do projeto,

o Centro da Rede Cedes-RS esteve orientado para o desafio de produzir conhecimentos sobre as práticas e políticas que fazem com que esporte e lazer sejam garantidos como direitos sociais e, para tanto, sejam democratizados universalmente. Em torno disso, o objetivo do Centro compreendeu a constituição de um Centro de Estudos, de Investigações e de Formação no campo da política e da gestão pública do esporte e do lazer no estado do Rio Grande do Sul, este orientado para o conjunto de agentes sociais e de entidades engajados no planejamento, na implementação e na avaliação de planos, programas e projetos que se pautam pelos propósitos de educação, de lazer e de inclusão social, tendo em vista a melhor compreensão e qualificação da intervenção (STIGGER; MYSKIW, 2019, p. 17-18).

Minha participação no Centro da Rede Cedes-RS, especificamente no centro vinculado à UFRGS, fomentou o desenvolvimento desta pesquisa na medida em que

minhas estratégias de produção de dados se relacionaram com o cronograma de pesquisa do Centro. O que eu quero dizer com isso é que, em muitos momentos do desenvolvimento desta tese e do meu percurso metodológico, as pesquisas da Rede Cedes-RS e a pesquisa que aqui apresento se atravessam.⁴ Destaco que esse entrelaçamento foi positivo, possibilitando que eu, como pesquisador, produzisse e acessasse uma grande quantidade de dados e, como consequência, um grande conjunto de reflexões possíveis.

Acrescento a isso o fato de participar do Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (Gesef), que possui uma extensa produção de pesquisas no campo das ciências sociais utilizando a abordagem etnográfica como modo de investigação (FORELL, 2014; FREITAS, 2019; MARIANTE NETO, 2016; MYSKIW, 2012; PACHECO, 2017; SILVEIRA, 2016; STIGGER, 2000; THOMASSIM, 2010). Segundo Marco Paulo Stigger (2015, p. 40), a intenção do Gesef “passou a ser a de ampliar a compreensão acerca do entorno da diversidade do esporte e de outras práticas corporais praticadas ‘no lazer’, articulando-o com outras dinâmicas e realidades culturais”. Na linha do que Stigger explica sobre as pesquisas do Gesef, poderia dizer que esta pesquisa busca ampliar a compreensão acerca do entorno e da diversidade nas políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre, articulando-as com dinâmicas e realidades culturais da SME (e/ou do setor que oferece os serviços de esporte e de lazer em Porto Alegre).

Considerando essa intenção investigativa, utilizei a etnografia para a produção de dados desta pesquisa. De acordo com François Laplantine (2012, p. 150),

a etnografia é antes a experiência de uma imersão total, consistindo em uma verdadeira aculturação invertida na qual, longe de compreender uma sociedade apenas em suas manifestações “exteriores” (Durkheim), devo interiorizá-la nas significações que os próprios indivíduos atribuem a seus comportamentos.

Os primeiros estudos antropológicos produzidos a partir de etnografias tinham como lócus de pesquisa sociedades consideradas primitivas, distantes das sociedades do pesquisador. O estudo de Bronislaw Malinowski conhecido como *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado originalmente em 1922, descreve os costumes e a cultura dos povos da região do Arquipélago de Trobriand, na Melanésia.

⁴ Foram produzidos dois artigos a partir de dados produzidos junto à Rede Cedes-RS. Eles integram o livro *Políticas públicas de esporte e de lazer: olhares e experiências na perspectiva do direito social*, publicado em 2019 e disponível para download em: <https://www.editoraunijui.com.br/produto/2200>.

O pesquisador foi o primeiro a introduzir – e a defender – a pesquisa de campo por um período prolongado como parte da investigação etnográfica, sugerindo que, a partir dessa estratégia de pesquisa, seria possível atingir o “ponto de vista nativo”. O autor dedica um capítulo para explicar detalhadamente como se deu a produção do material etnográfico. Apontando a necessidade de uma escrita sincera sobre as condições de pesquisa, ele afirma que “o pesquisador deve, antes de mais nada, procurar afastar-se da companhia de outros homens brancos, mantendo-se, assim, em contato mais íntimo possível com os nativos. Isso só se pode conseguir de fato quando se acampa dentro das próprias aldeias” (MALINOWSKI, 2018, p. 61). Neste capítulo, Malinowski defende a observação participante como condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica.

Também defendendo o trabalho de campo e, particularmente, a observação participante, Willian Foote Whyte (2005) desenvolveu uma pesquisa entre 1936 e 1940 que originou o livro *Sociedade de esquina*. Para esse empreendimento, o pesquisador se estabeleceu em um bairro pobre de Boston, que chamou de Cornerville, onde conviveu com a comunidade ítalo-americana. Nessa pesquisa, Whyte passa então a participar da vida social de Cornerville. A oportunidade para essa inserção no campo surge após entrevistas com assistentes sociais daquele bairro, quando lhe foi apresentado Doc, que seria o seu informante privilegiado. Após explicar o seu interesse de pesquisa, que era estudar os problemas sociais em distritos superpopulosos, Doc falou:

Bom, qualquer noite que quiser, saio com você por aí. Posso levá-lo aos pontos – pontos de jogos – e andar com você pelas esquinas. Lembre-se apenas que você é meu amigo. Isso é tudo que precisam saber. Conheço esses lugares, e se eu disser que é meu amigo ninguém vai incomodá-lo. Basta me dizer o que quer ver, e nós providenciamos (WHITE, 2005, p. 294).

Além das contribuições, no que se refere à abordagem metodológica, sobre observação participante, Whyte figura como um pioneiro nas pesquisas de campo em meio urbano. Mas cabe ainda destacar, nesse campo que se abre para a etnografia nas cidades, o trabalho de Loïc Wacquant (2002, p. 12), que assim afirmou: “aterrissei na academia de boxe de Woodlawn por engano e por acaso. Estava na época procurando um ponto de observação para ver, ouvir e tocar de perto a realidade cotidiana do gueto norte-americano”. Desde os primeiros contatos com a Gym, Wacquant registrou suas observações no seu “diário etnográfico”. Naquele momento inicial, ele não imaginava que aquela experiência, que fora uma iniciativa apenas para

fomentar a sua aproximação com os residentes daquele bairro, seria o seu campo de investigação. A partir da descrição presente no livro *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*, somos consumidos pela experiência do pesquisador como um ingressante no universo do boxe que, com o passar de três anos de árduos treinamentos orientados pelo treinador Dee Dee, consegue participar do Chicago Golden Gloves, “o mais prestigioso torneio amador da cidade” (WACQUANT, 2002, p. 271).

Os estudos de Whyte e Wacquant foram produzidos a partir da etnografia, destacando a observação participante, e tiveram como campo o meio urbano. No Brasil, Gilberto Velho é uma referência nos estudos urbanos. Sua dissertação de mestrado, que foi fruto do trabalho de campo realizado no bairro Copacabana, deu origem ao livro *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Já no prefácio do livro o autor anuncia seu objetivo maior: “pretendo, com este livro, dar início a uma série de trabalhos sobre o meio urbano, com uma abordagem antropológica” (VELHO, 2012, pos. 189). Gilberto Velho assume esse empreendimento e desenvolve inúmeros estudos no meio urbano, formando muitos pesquisadores que, assim como ele, contribuem para essa abordagem da antropologia.

O autor nos chama a atenção para uma característica desses estudos que ocorrem na mesma sociedade do pesquisador, sendo muitas vezes na mesma cidade ou no mesmo grupo de convívio. Tal característica refere-se à dificuldade relacionada à distância, ou seja, o estranhamento do que o pesquisador observa em campo. Com isso, Gilberto velho afirma que

dentro da nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento. Vivemos experiências restritas e particulares que tangenciam, podem eventualmente se cruzar e constantemente correm paralelas a outras tão plenas de significado quanto as nossas. A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros da nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras descontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas. Isto fica particularmente nítido quando fazemos pesquisa em grandes cidades e metrópoles onde a heterogeneidade provinda da divisão social do trabalho, a complexidade institucional e a coexistência de numerosas tradições culturais expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias (VELHO, 2013, p. 82-83).

Nessa linha argumentativa, o autor aponta que existem diferentes esferas culturais, que estão distantes em certos aspectos e que convivem e partilham espaços sociais. E isso justifica e permite o estudo do pesquisador que busca compreender o seu grupo social ou grupos sociais próximos ao seu. Além disso, Gilberto Velho

oferece um aparato conceitual que contribui para a interpretação das interações sociais na cidade (VELHO, 1994, 1997, 2012, 2013; VELHO; KUSCHNIR, 2001).

O projeto do antropólogo Gilberto Velho de “dar início a uma série de trabalhos no meio urbano” contribuiu para a formação de muitos pesquisadores. Cito aqui uma de suas orientandas que desenvolveu dois trabalhos etnográficos que tematizaram a política no Rio de Janeiro. Estou me referindo à antropóloga Karina Kuschmir. Suas pesquisas de mestrado e de doutorado, que foram continuadas por meio de uma série de artigos e livros, analisaram entre outros objetos de estudo a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Tal pesquisa foi publicada em formato de livro com o nome *Eleições e representação no Rio de Janeiro* (1999). Em outro estudo a antropóloga acompanha o cotidiano de uma família de políticos do subúrbio. Essa pesquisa foi publicada em formato de livro com o título *O cotidiano da política* (2000). Esses estudos se destacam, assim como as pesquisas de outros autores tais como Moacir Palmeira, Beatriz Heredia e Marcos Bezerra, por exemplo, por contribuir para uma abordagem investigativa chamada de “antropologia da política” (KUSCHNIR, 2007). Essa abordagem difere da ciência política, pois, carregando no seu DNA a perspectiva antropológica, visa olhar a política por dentro, nas relações cotidianas que podem escapar em outras abordagens que não utilizam a etnografia como base conceitual.

Além dos até então citados, outros autores como Clifford Geertz (2015), Yves Winkin (1998), Roberto Cardoso de Oliveira (2006) e José Guilherme Cantor Magnani (2002, 2016) me conduziram na forma de pensar ao desenvolver uma etnografia. Isso inclui conviver com as pessoas e com os grupos que fazem parte do campo de estudo, criar relações e vínculos que favoreçam o diálogo e a troca de informações, escrever um diário de campo e realizar entrevistas produzindo materiais etnográficos que sustentem as minhas interpretações acerca do que observei, vivi e teorizei sobre o campo pesquisado. Nesse sentido, ao “olhar de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002, p. 14), busquei fazer uma “descrição densa” (GEERTZ, 2015, p. 5), complicando o cotidiano que se apresenta na rotina das pessoas que acompanhei. Cabe acrescentar que

a etnografia não julga, não condena em nome de um ponto de vista “superior”. Ela procura, antes de tudo compreender, aproximando o que está distante, tornando familiar o que é estranho. Agindo assim, torna as coisas, as pessoas e os eventos mais complicados do que parecem. Pelo fato de o etnógrafo limitar-se a um longo trabalho de descrição – interpretação – os dois andam

em par – ele põe às claras a complexidade das práticas sociais mais comuns dos pesquisados, aquelas que são de tal forma espontâneas que acabam passando despercebidas, que se acredita serem “naturais” uma vez que foram naturalizadas pela ordem social como práticas econômicas, alimentares, escolares, culturais, religiosas ou políticas etc. (BEAUD; WEBER, 2014, p. 10).

No percurso dessa pesquisa a minha presença no campo foi bastante intensa. Como já abordei, eu atuava como professor na SME. Fiquei em campo em torno de quatro anos, cinco meses e 15 dias, aprendendo sobre como funcionava a Secretaria. No entanto, não produzi diários de campo nem coletei documentos por todo esse período; essa produção mais sistemática se deu a partir do final de 2016 e seguiu até meados de 2019. Nesse período utilizei diferentes estratégias para produção de dados etnográficos. Na Tabela 1, a seguir, apresento uma visão geral do que foi produzido.

Tabela 1 – Produção de dados etnográficos

Ano	Diários de campo	Pastas com documentos coletados/produzidos	Entrevistas abertas	Número de grupos de WhatsApp acompanhados
2016	5	3	-	1
2017	31	48	16	2
2018	41	70	8	6
2019	4	20	-	2
Total	81	141	24	6 (grupos diferentes)

Fonte: elaboração própria

Sempre que estive em campo, eu estava observando e estava aprendendo. Como professor que atuava nas atividades de esporte e de lazer, frequentava os espaços da Secretaria pelo menos em quatro turnos semanais. Para produção de diários de campo, priorizava as reuniões de professores, os eventos e as atividades que fugiam da rotina e também fazia anotações nos dias em que surgia alguma conversa ou situação relacionada aos meus estranhamentos. Além disso, fiz diários em alguns dias que aparentavam uma normalidade a partir do que eu enxergava. Normalmente, registrava anotações em um caderno que carregava comigo ou gravava alguma nota de áudio no celular. Quando chegava em casa ou no dia seguinte, digitava o diário em um arquivo específico. Nomeava cada diário com a data e um título relacionado ao momento da observação, que poderia ser uma reunião, um evento, uma aula, uma conversa, etc. Formatei o arquivo como sugerido por Winkin (1998, p. 138), “escrito em duas colunas: a coluna da direita é para vocês, a coluna da esquerda é para sucessivas releituras e para comentários”. Nesse processo de

escrita, leitura e reescrita, fui percebendo e aprendendo as funções do diário: a catártica, a empírica e a reflexiva (WINKIN, 1998). Cada uma delas aparecia com mais intensidade em momentos diferentes do processo de produção da tese.

Nos diferentes espaços em que circulei, antes e depois da extinção da SME, coletei e produzi muitos documentos. Nessa lista possível estão: circulares do serviço de esporte e de lazer; e-mail; processos SEI/PMPA⁵; atas de reuniões; informativos; transcrições da Câmara Municipal; leis e normativas da PMPA; relatórios e anuários estatísticos com dados e informações sobre os serviços da PMPA; notícias do site da PMPA; notícias do site da Câmara Municipal; projetos, emendas, resultado de votações e outros documentos do site da Câmara Municipal; reportagens de diferentes veículos de informação de Porto Alegre (*Zero Hora*, *Correio do Povo*, *Sul 21*, *Jornal do Comércio*); fotos; vídeos; gravações de áudio; entre outros tipos de documentos. Na medida em que conseguia coletar/produzir esses documentos, eu arquivava no meu computador em pastas organizadas por data e com um título que descrevia algo relacionado ao local ou às informações que tais documentos continham.

Utilizei, também, como estratégia de produção de dados, entrevistas de diferentes tipos. Durante o trabalho de campo, fiz entrevistas com três roteiros diferentes. O primeiro roteiro de entrevista se relaciona com o que Beaud e Weber (2014) chamaram de entrevistas informativas (entrevistas exploratórias) e entrevistas pessoais. Para esse primeiro conjunto de entrevistas, selecionei professores que atuavam no serviço de esporte e de lazer há muitos anos, ou seja, pessoas com uma longa trajetória no espaço pesquisado. Foram o total de 11 entrevistados. Os objetivos desse primeiro roteiro de entrevista foram: conhecer as diferentes trajetórias/biografias dos entrevistados; conhecer como os entrevistados percebiam o funcionamento do espaço pesquisado e como esse funcionamento foi mudando; conhecer como os entrevistados perceberam as mudanças que foram ocorrendo nesse espaço, as mudanças de departamento para secretaria, por exemplo; e ouvir histórias sobre o espaço pesquisado. Para essa entrevista, busquei conversar com pessoas que atuavam há pelo menos uma década no setor (a maioria atuava há mais de duas) e que tivessem atuado em cargos de gestão/coordenação (muitos entrevistados tinham atuado em mais de três cargos de gestão/coordenação).

⁵ Sistema Eletrônico de Informações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O segundo roteiro de entrevista buscou questionar sobre o processo de extinção da SME. Foram entrevistadas cinco pessoas, cuja participação considerei intensa, pois se envolveram em muitos processos e situações do movimento #SomosTod@sSME. Desse grupo, três eram professores que participaram com diferentes envolvimento no movimento, um era ex-secretário do Esporte e uma era vereadora de Porto Alegre. Os objetivos dessa entrevista foram: reconstruir as memórias das mobilizações que ocorreram por meio do movimento #SomosTod@sSME; compreender a percepção dos entrevistados sobre o lugar do esporte e do lazer na agenda municipal; conhecer de forma mais detalhada o envolvimento do entrevistado no movimento; e ouvir histórias que ocorreram no transcurso das mobilizações e ações do movimento.

O terceiro roteiro de entrevista buscou verificar as mudanças do serviço de esporte e de lazer após a extinção. Foram entrevistados oito coordenadores de Unidades Recreativas⁶ (URs). Desse grupo, quase todos já tinham uma longa trajetória no serviço de esporte e de lazer, na sua maioria mais de dez anos. Apenas um dos coordenadores estava atuando como professor na Prefeitura há cerca de três anos, então, nesse caso, algumas questões foram direcionadas para o coordenador anterior. Uma série de questões referentes à gestão, às ações programáticas, aos professores e funcionários, à infraestrutura, aos materiais permanentes e de consumo e ao pessoal de apoio foram feitas nessas entrevistas. Em algumas, os coordenadores entrevistados relataram situações que estavam ocorrendo com a mudança da estrutura administrativa do setor.

Os dados produzidos por meio dessas entrevistas foram transcritos e arquivados. Eles foram utilizados para esta tese e também para artigos desenvolvidos em conjunto com a Rede Cedes-RS. Cabe destacar que, para esta pesquisa, os dados das entrevistas foram utilizados de forma complementar às observações. Segundo Beaud e Weber (2014, p. 118), “a observação continua sendo a principal ferramenta da etnografia, sua melhor arma. A entrevista é seu complemento mais ou menos indispensável”. Já as atividades cotidianas “prestam-se dificilmente à entrevista, pois os pesquisados, literalmente, não ‘veem’ o que fazem”.

Durante o meu trabalho de campo, acompanhei alguns grupos de WhatsApp. O meu acesso a parte desses grupos se deu pelo meu vínculo como professor; já o

⁶ São denominados Unidades Recreativas (URs) os diferentes locais onde as atividades esportivas e de lazer são desenvolvidas, seja uma praça, um parque, um ginásio ou um centro comunitário.

acesso a outros ocorreu quando comecei a atuar na Equipe de Suporte Técnico (EST). Nos grupos de que participei, pude acompanhar muitos diálogos que me ajudaram a olhar para diferentes situações. Muitas delas, não aconteciam no campo em que eu estava, mas tinham influência. Em muitas situações, o que era dialogado nos grupos informava e atualizava um conjunto de pessoas. Sem aquelas informações, eu não conseguiria atribuir sentido, tampouco conseguiria “ver” muitas coisas que ocorriam nas interações cotidianas. O que quero dizer é que não considerar a participação nos grupos de WhatsApp como uma fonte de produção de dados para esta pesquisa seria omitir um conjunto, nesse momento imensurável, de informações.

As formas como eu registrava esses dados era diversa, dependendo do tipo de informação ou “material” compartilhado nos grupos. Quando se tratava de um diálogo, em algumas situações, transcrevia-os para um diário de campo. Quando eram encaminhados documentos, notícias, fotos ou outros arquivos, eu abria uma pasta no arquivo de documentos no meu computador. Muitas das conversas não foram registradas nos diários ou em pastas de documentos, mas essa ausência de registro não significa que as trocas realizadas não contribuíram para o que eu conseguia ver e perceber no campo. Os participantes dos grupos eram professores que atuavam nos serviços de esporte e de lazer.

Houve situações em que solicitei informações para pessoas por meio de mensagens privadas do WhatsApp. Em algumas dessas trocas, por se tratar de informações extensas, ou por se tratar de relatos de situações ocorridas e que eu perguntava a versão da pessoa, eu sugeria uma resposta em formato de áudio. Parte delas eu transcrevi e registrei no meu diário de campo; outras foram utilizadas diretamente na escrita da tese.

De posse de um grande conjunto de dados produzidos, organizei diários e documentos. Então, passei a ler, reler e escrever textos que reunissem percepções, narrativas e histórias descritas nos meus materiais. Enfim, analisei os dados à luz da literatura que desde o início do processo de pesquisa me ajudava a olhar para o campo. Assim, ao escrever os textos que seguem nos próximos capítulos, não tive como objetivo desvendar as “verdades” que atravessavam o cotidiano das interações que observei. Busquei, ao tentar responder minhas questões de pesquisa, escrever coisas que se ajustavam à realidade, coisas essas que pude capturar com o que consegui observar e aprender durante o período em que fiquei em campo.

Dividi a análise desta pesquisa em três partes. Na primeira parte (capítulo 3), faço uma leitura de como funciona o Esporte, nesse caso compreendido como o setor em que estive pesquisando. Para isso, utilizei dados das entrevistas, dados produzidos a partir das observações em campo, documentos e leis referentes à PMPA e dados de outras pesquisas que foram já realizadas. Na segunda parte (capítulo 4), analisei o processo de extinção da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer. Nessa análise utilizei dados de entrevistas e das minhas observações, incluindo também as matérias de diferentes veículos de comunicação que noticiaram fatos sobre o processo, as transcrições das sessões da Câmara Municipal e outros documentos que foram publicizados pela Prefeitura ou pela própria Câmara. Na terceira parte (capítulo 5), descrevi alguns processos relacionados à forma como o setor do Esporte se reorganizou após a extinção da Secretaria. Nessa última parte, priorizo os dados produzidos a partir das minhas observações, mas também utilizo matérias de diferentes veículos de notícias e documentos que circularam nos espaços em que eu estava inserido. Ao analisar os dados produzidos em campo com o objetivo de responder às questões de pesquisa, dialoguei com as noções de projeto, de campo de possibilidades, de negociação da realidade e metamorfose discutidas na produção intelectual do antropólogo Gilberto Velho (VELHO, 1994, 1997, 2012, 2013; VELHO; KUSCHNIR, 2001).

Essa divisão da análise em três capítulos, como descrevi, além de evidenciar diferentes momentos que experienciei em campo, mostra que o meu percurso etnográfico não foi linear. Abordar o não planejamento desse percurso soa como uma informação redundante considerando se tratar de um estudo etnográfico. No entanto, ser e estar em campo como um professor da SME antes do início dessa pesquisa confere uma característica particular. Meus primeiros movimentos como pesquisador ocorreram no local em que eu atuava, no Ginásio Tesourinha. As pessoas lá me situavam como professor, não como pesquisador. Assim, minha situação etnográfica (SILVA, 2009) me possibilitou andar e ver assim localizado. Na medida em que a pesquisa avançava, na medida em que eu conversava com as pessoas, e na medida em que diferentes oportunidades foram aparecendo no campo, passei a circular em outros espaços, o que foi alterando a forma como as pessoas me situavam. Com isso, andei e vi locais e coisas que essas novas situações etnográficas me permitiram.

Essa característica que se apresentou no meu percurso etnográfico, principalmente sobre o que está descrito nos capítulos 4 e 5, se relaciona com o que George E. Marcus denomina etnografia multilocal. Segundo o autor,

a pesquisa multilocal é desenhada em torno de cadeias, caminhos, tramas, conjunções ou justaposições de locais em que o etnógrafo estabelece alguma forma de presença, literal ou física, com uma lógica explícita de associação ou conexão entre locais que de fato definem o argumento de etnografia⁷ (MARCUS, 2001, p. 118).

No trabalho de campo, tive oportunidades de participar de reuniões no Ginásio Tesourinha, na sede da Secretaria no Parque Marinha do Brasil, na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid), em diferentes Unidades Recreativas da SME e na Câmara Municipal. Particpei de mobilizações do movimento #SomosTod@sSME em ginásios, praças e na Câmara Municipal durante sessões com os vereadores e em eventos mobilizados pela Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte, Lazer e Recreação. Além de circular em espaços físicos seguindo as manifestações, os movimentos e as pessoas, circulei em espaços virtuais, tais como postagens em redes sociais ou grupos de WhatsApp.

Essa circulação se deu devido à necessidade de responder às perguntas que foram surgindo no transcurso dessa investigação. Não participar de “certa” reunião inviabilizaria a descrição de uma “certa” situação, assim como não participar de “certo” grupo de WhatsApp me deixaria de fora de “certa” discussão. Essa conexão existente entre esses multilocais, e que são característica da etnografia multilocalizada, como aponta Marcus (2001), foi fazendo sentido durante o processo de escrita da tese, não antes, pois os dados produzidos em diferentes locais foram se tornando necessários no esforço de tornar verossímil aquilo que fui descrevendo e aquilo que fui interpretando durante a escrita.

Além de multilocal, atribuo outra característica ao trabalho de campo realizado para essa pesquisa. Traço um paralelo com o processo e com as dificuldades descritas por Wacquant (2002), expressas quando o autor aponta que, de tão capturado e cativado pelo seu campo, tendo seu corpo, seus punhos e suas vísceras tomados pela experiência etnográfica, em dado momento aventou a possibilidade de desistir da pesquisa para seguir no boxe. Estive durante a pesquisa assim capturado,

⁷ Tradução livre de: “la investigación multilocal está diseñada alrededor de cadenas, sendas, tramas, conjunciones o yuxtaposiciones de locaciones en las cuales el etnógrafo establece alguna forma de presencia, literal o física, con una lógica explícita de asociación o conexión entre sitios que de hecho definen el argumento de la etnografía”.

não a ponto de desistir da pesquisa, mas absorvido de “corpo e alma” pelo campo que estudava. Mas diferente de Wacquant, aquele era o meu trabalho, favorecendo aquilo que o autor denomina “participação observante” (WACQUANT, 2002, p. 23), em que o pesquisador não tem a opção de não participar. Essa característica do trabalho de campo possibilitou que eu acessasse muitas pessoas e muitos espaços. Possivelmente, um observador no campo não teria o mesmo acesso. Destaco, ainda, que os acessos que tive durante o percurso etnográfico me oportunizaram experiências ímpares – e pontuo que não foram apenas boas experiências –, como, por exemplo, o fato de estar entre os professores que foram devolvidos para a SMED. Esse foi, certamente, o momento etnográfico mais difícil do campo. Me vi, então, capturado pelo acontecimento que deveria registrar para descrever como pesquisador. Mas estando também na situação de professor e em uma posição de “devolvido”, pude sentir no corpo aquilo que em palavras encontrei dificuldades para expressar. Apesar de considerar que essa situação foi a mais representativa, a participação observante atravessou toda a minha experiência em campo.

O último ponto que abordarei neste capítulo refere-se aos aspectos éticos da pesquisa. Para introduzir esse tema, aponto o que Luís Roberto Cardoso de Oliveira argumentou em um ciclo de debates sobre antropologia e ética organizado pela Associação Brasileira de Antropologia. Segundo o seu argumento, há o que ele caracteriza como “areacentrismo” ou “biocentrismo” na visão sobre ética que constitui as normas e resoluções propostas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Isso incorre em uma série de dificuldades para pesquisas sociais, que se traduz

não só em distorções do ponto de vista cognitivo, mas numa atitude que também não deixa de ter consequências normativas, na medida em que impõe (arbitrariamente) uma visão local (biomédica) sobre a prática de pesquisa, ou sobre a ética na prática de pesquisa, como se fosse universal. Isto é, como se representasse, adequadamente, a relação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Além de revelar uma má compreensão do caráter desta relação nas ciências sociais (ou nas humanidades), creio que a imposição do modelo biomédico desrespeita direitos e, assim, teria implicações normativas. Uma distinção central na relação com os sujeitos da pesquisa, invisibilizada pelo que estou chamando de areacentrismo, seria a diferença entre pesquisas em seres humanos, como no caso da área biomédica, e pesquisas com seres humanos, que caracterizaria a situação da antropologia, especialmente da antropologia social ou cultural, que congrega a grande maioria dos pesquisadores no Brasil (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 33).

Cardoso de Oliveira explica a relação do pesquisador com os sujeitos de pesquisa. A pesquisa *em* seres humanos considera uma situação de intervenção, em

que o ser humano pesquisado está em uma posição de cobaia. Já a pesquisa *com* seres humanos considera uma situação de interlocução, em que o ser humano pesquisado está em uma posição de ator. Além disso, o autor acrescenta que na pesquisa *com* seres humanos, particularmente aquelas com abordagem antropológica em que a centralidade da produção dos dados está no trabalho de campo, tudo é negociado durante o período de pesquisa, inclusive o objeto de pesquisa. Com isso, afirma ele, o consentimento informado parece pouco produtivo para o trabalho de campo, pois, quando o pesquisador está em campo, “ele tem que negociar sua identidade e sua inserção na comunidade, fazendo com que sua permanência no campo e seus diálogos com os atores sejam, por definição, consentidos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p. 34).

Como argumentado pelo autor, a pesquisa desenvolvida nesta tese foi produzida *com* as pessoas com quem convivi no período em que estive em campo. Desde a minha entrada em campo, que se deu antes do meu ingresso no curso de doutorado, as pessoas que aparecem neste texto sabiam sobre minhas pretensões relacionadas à pesquisa. Também sabiam sobre o tipo de pesquisa que eu estava desenvolvendo e sobre o tipo de dados que eu produzia. Mesmo assim, eu negociava frequentemente as minhas participações em diferentes espaços, até muitas vezes sendo redundante ao sinalizar minha posição de pesquisador.

Na escrita deste trabalho, optei pelo anonimato. Dessa forma, mudei o nome de todas as pessoas que foram observadas e entrevistadas nessa pesquisa. Ao todo, citei 75 “personagens” que tiveram seus nomes alterados. No entanto, da mesma forma que Cláudia Fonseca (2008, p. 45), reconheço que

[...] o uso de nomes fictícios não garante o anonimato aos informantes. Justamente porque a descrição densa depende da riqueza dos detalhes contextuais – tanto do local, quanto do indivíduo – não é difícil para qualquer pessoa próxima aos nossos sites etnográficos reconhecer cada personagem, que seja nomeado ou não.

Já no caso dos agentes políticos, após conversar com o meu orientador, optei por não alterar o nome dos ocupantes de cargos dos poderes Executivo e Legislativo municipais. Essa opção se deu pelo caráter público de suas funções. Suas manifestações, seus votos e suas decisões, que muitas vezes foram utilizados para esta pesquisa, não são anônimos e estão publicizados em canais específicos para esse fim. Considerando isso, não fazia sentido modificar os seus nomes.

3 COMO FUNCIONA O “ESPORTE”

Neste capítulo busquei descrever como fui aprendendo o funcionamento da SME. Como já relatado anteriormente, atuei como professor de 15 de abril de 2014 até 28 setembro de 2018. Entrei na Secretaria sem conhecer seu funcionamento e suas propostas. Não pretendia atuar nela, tampouco sabia que havia essa possibilidade. Quando a minha cedência para o Esporte foi interrompida, estava extremamente absorvido pelo trabalho, sofri por ser “devolvido” para a SMED. Pensei, inclusive, em me exonerar do cargo público, certo de que a ideia de trabalhar na escola não fazia sentido para a minha atuação profissional. Mas, na verdade, estava acreditando que o meu lugar não era na escola pelo meu envolvimento com o lugar do qual eu estava sendo retirado. Enfim, havia incorporado uma porção de aflições e de sentimentos que, naquele momento, compartilhava com os colegas do Esporte.

A tarefa pretendida neste capítulo não é simples. Tampouco pretendo com ela esgotar a referida descrição. Explico que escrevo a partir dos lugares em que circulei no campo, das oportunidades de aprendizagem que tive, dos interlocutores que contribuíram com essa pesquisa; enfim, assumo de partida a incompletude do que segue. Além disso, neste rito textual de acordos preliminares com aqueles que seguirão as próximas páginas, preciso compartilhar outro posicionamento.

O lugar que estudei, antes facilmente identificado como SME, no transcurso dessa pesquisa foi mudando de nome. Isso me fez refletir sobre a representatividade do nome e da história desse lugar. Logo após a extinção, em alguns diários de campo, passei a registrar o nome desse lugar como “a extinta SME”. Acho que ali, naquele momento de registro, eu expressava um sentimento de revolta e de que estava presenciando o fim de algo que era muito bom, o fim de algo que eu sentia que havia dado certo. Ao estudar e ler sobre a história desse lugar em Porto Alegre, percebi que ele não havia se criado a partir de uma sigla; ele é resultado de um processo longo, de mais de um século de ações de pessoas, de contextos mais amplos e de necessidades sociais que surgiam com a passagem dos anos. Percebi que chamá-lo de “a extinta SME” limitava a importância desse lugar para o que eu pretendia estudar: as políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre. Assim, caí nesta incerteza: como chamar esse lugar?

Talvez a minha escolha não seja “academicamente” a mais adequada, visto que no campo da Educação Física ela demarca várias fronteiras e sinaliza uma série

de disputas (acadêmicas e políticas). Entretanto, ela surgiu no campo, e a escolha pelo seu uso se deu a partir de uma mudança nos registros das minhas observações nos diários de campo. Nesse sentido, essa escolha carrega as tensões e as disputas que ocorreram no tempo em que estive pesquisando nesse lugar.

Decidi por chamar de “Esporte”, com letra maiúscula, esse lugar que já foi os Jardins de Recreio, já foi o Serviço de Recreação Pública (SRP), já foi o Departamento de Educação Física, já foi o Departamento de Esportes e Recreação Pública (DERP), já foi a Supervisão de Esportes e Recreação Pública (SERP), já compartilhou ações com a Fundação de Educação Social Comunitária (FESC) nos Centros de Comunidade, se tornou Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) e agora é um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE). Mesmo nesse novo lugar no organograma da administração municipal, o Esporte mudou algumas vezes de nome nesse curto espaço de tempo, considerando sua história. Foi Diretoria de Esporte (Diresp) logo que o governo Marchezan assumiu, depois foi denominada Coordenadoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer (CGERL) quando o novo organograma foi apresentado e, por fim, passou a se chamar Diretoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer (DGERL) alguns meses depois, decorrente de uma reestruturação no organograma.

Ao escrever algo contando sobre esse lugar, eu necessitava recorrer a diferentes nomes que me pareciam, na maioria das vezes, confundir mais do que explicar. Sempre que recorria ao nome correto quando me referia ao lugar em certo tempo, precisava de uma explicação que, ao mesmo tempo que era fundamental, parecia redundante. Isso me incomodava.

Chamar de Esporte esse lugar, no sentido que utilizo neste texto e com o sentido com que ele foi mobilizado no meu trabalho de campo, não diminui os sentidos da recreação ou do lazer que tanto pautam as abordagens das pessoas que ali atuam e que já atuaram. Em muitas situações, os professores falavam “Eu trabalho no Esporte”, ou alguém em alguma esfera da prefeitura argumentava “Ah, ele é do Esporte”. Esse lugar se constitui de muitos significados que a categoria “esporte” não dá conta de explicar. Mas chamar de “Esporte” faz sentido, pois ele representa, entre muitas outras coisas, não uma derrota ao presenciar a extinção de uma secretaria, mas sim uma vitória ao perceber-se incorporado no nome do novo lugar do Esporte. Talvez não o lugar na estrutura administrativa que as pessoas que ali circulam

desejassem, mas um lugar possível na correlação de forças políticas em que o Esporte é apenas uma política, representando que ele não será extinto.

Falar desse lugar no singular também não faz justiça às inúmeras tensões que ali ocorreram. São lugares que materializam políticas públicas de esportes, de lazeres e de recreações. Enfim, ao falar do Esporte, não quero dizer apenas “esporte”, também não quero me referir apenas a um setor administrativo; quero expressar um conjunto de coisas muito mais complexas, que espero, nas páginas seguintes desta tese, explicar com mais densidade.

3.1 ENTRADA EM CAMPO: COMO FUI LOTADO NA SME

Neste capítulo descrevo como ocorreu a minha lotação na Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) de Porto Alegre, pois, em certa medida, ela também explica como se deu a minha entrada em campo. Ingressei na SME como professor concursado, a partir de um processo seletivo público. O que se torna interessante nessa explicação é que o concurso que prestei não foi para a SME, tampouco havia a possibilidade de ingresso na SME quando prestei o referido concurso.

No final de 2013 prestei concurso⁸ para o cargo de professor de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Tal iniciativa, confesso aqui, foi particularmente motivada pela influência da minha esposa. Não era minha intenção atuar na Rede Municipal de Ensino, pois já atuava como professor universitário. Mas os argumentos da minha esposa de que isso seria enriquecedor para o meu currículo, de que isso poderia ser um campo de estudo para o projeto de pesquisa que eu deveria encaminhar para concorrer a uma vaga no doutorado⁹ e de que ser concursado era algo que daria uma certa segurança financeira acabaram me convencendo a prestar o concurso. Na época, o primeiro e o segundo argumentos faziam sentido para o meu projeto¹⁰, pois eu buscava aprendizagens que enriquecessem meu currículo e que ampliassem minhas possibilidades de atuação

⁸ Concurso CP 492 – Professor área Educação Física. Acesso ao edital e aos documentos do concurso pelo link: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/concursos/default.php?reg=56&p_secao=81. Acesso em: 8 set. 2020.

⁹ Esse era um objetivo em pauta naquele período.

¹⁰ No sentido abordado por Gilberto Velho (2013): projeto sustentado pela biografia e trajetória dos atores sociais.

profissional, e também buscava uma oportunidade de envolvimento em um campo de pesquisa que estivesse relacionado com alguma esfera da atuação profissional no campo da Educação Física com o propósito de desenvolver uma pesquisa. Já o terceiro argumento não fazia muito sentido para mim naquele momento.¹¹

Passou, então, a fazer sentido para o meu projeto prestar concurso para o cargo de professor municipal. Nessa oportunidade, a vaga para a qual eu concorria era para atuar em escolas municipais como professor de Educação Física no ensino fundamental. Não havia outra vaga para licenciados em Educação Física nesse concurso. Ao mesmo tempo que prestei o concurso, iniciei a construção de uma proposta de projeto de pesquisa para doutorado que relacionasse o espaço escolar e a dança.¹² Fui aprovado no concurso para professor municipal, mas não fui selecionado para o curso de doutorado naquela oportunidade.

Em março de 2014, fui chamado para assumir o cargo. Comecei, então, a pesquisar as possíveis escolas municipais da minha possível lotação. Criei, junto à minha esposa, uma certa expectativa quanto à escola para a qual eu seria designado. Sabia que não teria como opção todas as escolas da Rede. Sabia que das mais de 90 escolas a maioria ficava distante da minha residência. Sabia que teria que negociar os horários de trabalho, pois seguiria trabalhando na universidade. Ao mesmo tempo que a expectativa aumentava, uma certa insegurança crescia nas projeções das minhas possíveis lotações. Eram inseguranças relacionadas aos horários de lotação, à distância da escola, aos deslocamentos que deveria fazer, à nova rotina que, de acordo com o meu projeto pessoal, deveria deixar espaço para um curso de doutorado.

Cerca de uma semana antes da minha apresentação para a Secretaria Municipal de Educação (SMED), eu recebi um telefonema do gerente geral da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME), professor Orlando.¹³

¹¹ Aqui a noção de projeto também pode ser relacionada, pois nunca havia atuado como servidor público e não tenho nenhum familiar que atua ou atuou no serviço público durante meu período de socialização primário. Minha biografia e minha trajetória não haviam cruzado com valores e significados acerca do trabalho no serviço público, com ressalva à minha esposa, que é servidora pública. Assim, a minha noção de segurança por meio de um concurso público era muito pautada pelo senso comum e muito pouco por experiências pessoais.

¹² A escolha de um tema que relacionasse o espaço escolar se deu porque pretendia pesquisar um campo em que eu atuasse; articulei com a dança por ser uma área do conhecimento em que atuava naquele momento e que atuo em diferentes contextos, inclusive no ensino superior.

¹³ O professor Orlando atua na PMPA desde a década de 1990. Trabalhou em diferentes atividades, coordenou projetos e, no momento em que ingressei como professor na SME, atuava em um cargo de

Nesse contato ele me oferecia a possibilidade de atuar como professor de dança na referida Secretaria. Para me apresentar os detalhes da proposta, ele me convidou para uma reunião na sede administrativa da SME, que era no Parque Marinha do Brasil.

Dois dias depois fui à reunião previamente marcada. Lá fui recebido pelo professor Orlando e por uma integrante da equipe da Gerência Pedagógica que era responsável pelos estágios, a professora Eliane.¹⁴ Ambos eram professores concursados que atuavam em cargos administrativos dentro da Secretaria. Eles me explicaram que o secretário da pasta do Esporte, professor Diego¹⁵, havia negociado com a secretária da pasta da Educação quatro cedências¹⁶ de professores de Educação Física para atuar na SME. Desses quatro, eles precisavam de pelo menos um professor que atuasse na área da dança (pois havia uma demanda devido à aposentadoria de uma professora). Esclareceram que chegaram até o meu nome porque outro professor – chamado nesse concurso e que já havia conversado com eles, pois queria atuar na SME – tinha me indicado quando questionado se ele conhecia alguém da lista de convocados nessa chamada¹⁷ que trabalhasse com dança. Antes de entrarem em contato comigo, eles comentaram que acessaram meu currículo e alguns vídeos na internet para verificar minhas experiências na área da dança, confirmando o perfil necessário para a demanda do setor.

Seguiram a reunião me apresentando o local de lotação, que seria o Ginásio Osmar Fortes Barcellos, conhecido como Ginásio Tesourinha¹⁸, e os dias e horários

gerência (função gratificada de maior nível nos cargos de gestão para professores na estrutura da SME).

¹⁴ A professora Eliane atua na PMPA desde a década de 1990. Trabalhou em diferentes atividades, coordenou projetos e, no momento em que ingressei como professor na SME, atuava como coordenadora de estágios. Era um cargo de função gratificada vinculado à Gerência Pedagógica. Por atuar nesse cargo, a professora participava das reuniões e das decisões colegiadas que ocorriam na Gerência Pedagógica.

¹⁵ O professor Diego é professor de Educação Física aposentado pelo município de Porto Alegre. Iniciou a carreira como servidor público no final da década de 1970. Tem vínculo com o vereador João Bosco Vaz, que fora secretário do Esporte anteriormente e que havia indicado o professor Diego para assumir o cargo.

¹⁶ Nesse processo, uma secretaria cede servidores para outra a partir de uma negociação entre elas. A secretaria de origem do servidor deve estar de acordo com a cedência. Configura-se, então, como um processo político que envolve o interesse dos secretários gestores das diferentes pastas.

¹⁷ A partir da homologação, o concurso público tem validade de dois anos renováveis por mais dois. A Prefeitura faz chamadas aos aprovados na medida em que necessita de mais professores (no caso do concurso que eu prestei).

¹⁸ Tesourinha era o apelido do jogador de futebol Osmar Fortes Barcellos, que nasceu na região onde o Ginásio foi construído e que ganhou destaque por ter sido o primeiro jogador negro a atuar em times profissionais no Rio Grande do Sul (TESOURINHA..., 2010).

dos meus turnos de trabalho.¹⁹ Em seguida, eles falaram sobre as diferenças de trabalhar na SME comparadas com a atuação na SMED. O que os professores denominavam “diferenças” referia-se às vantagens e desvantagens funcionais e às preferências, que são particulares, quanto ao tipo de trabalho. Destaco essa comparação entre a atuação do professor de Educação Física nas diferentes secretarias porque elas me ajudaram a aprender algumas noções sobre os significados de atuar na SME como servidor público.

Entre os pontos que os professores abordaram, primeiramente eles fizeram a comparação referente aos locais de trabalho. Se eu escolhesse a SME, estava garantida a minha lotação no Ginásio Tesourinha, que fica em uma zona central da cidade. Se eu escolhesse a SMED, só ficaria sabendo da minha lotação quando fosse me apresentar para assumir o cargo, o que ocorreria em alguns dias, porém a maior parte das escolas ficava na periferia da cidade – e isso foi destacado enfaticamente pelos professores. Nesse ponto, referente ao local de trabalho, eles complementaram que apenas no Projeto Verão²⁰ a maioria dos professores da SME são deslocados para atuar, pelo período de um mês, nas piscinas dos centros comunitários, que são localizados nas regiões periféricas da cidade, mas nos outros meses do ano eu ficaria apenas no Ginásio Tesourinha.

Os professores comentaram sobre uma diferença das clientela que eu atenderia a partir da minha escolha: o público SME frequenta as atividades porque querem e porque gostam, eles não são obrigados a frequentar essas atividades, que são praticadas nos momentos de lazer; já o público atendido pela SMED tem a obrigatoriedade de frequentar as aulas de Educação Física, pois os alunos não têm opção de escolha sobre a atividade que querem fazer, e as aulas de Educação Física na escola são oferecidas em um horário determinado pela escola. Isso, no ponto de vista dos professores, é uma das explicações para a falta de interesse dos alunos das escolas municipais nas aulas de Educação Física, além da consequente falta de

¹⁹ O concurso para o cargo de professor no município de Porto Alegre é para 20 horas semanais. Na SME, essa carga horária era dividida em cinco turnos de quatro horas da seguinte forma: um turno nas segundas-feiras (das 8h às 12h), para participação nas reuniões pedagógicas; um turno de planejamento (o servidor atribuía um horário na planilha semanal “das 8h às 12h de sexta-feira”, por exemplo, mas o planejamento não era presencial); e três turnos de atuação diretamente com atividades docentes nas Unidades Recreativas ou à disposição de projetos).

²⁰ Projeto desenvolvido pela SME nos meses de janeiro e fevereiro. Informações sobre a edição de 2019 estão disponíveis em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?p_secao=1717. Acesso em: 1 dez. 2020.

interesse dos professores em ministrar suas aulas.²¹ Dito isso, os professores destacaram que o público que frequenta as atividades oferecidas SME seria muito mais “agradável” de se trabalhar do que o público que frequenta as escolas.

Na esteira desse ponto, os professores falaram que na SME era possível trabalhar com o tipo de atividade com que cada um tinha mais proximidade ou de que gostasse mais de desenvolver. No meu caso, eu poderia trabalhar apenas com a dança se fosse essa a minha vontade, assim como alguns professores que trabalham apenas com basquete, ou apenas com musculação, ginástica, yoga, etc. Na escola isso não era possível, pois é necessário trabalhar com diferentes conteúdos da Educação Física.

Outro ponto abordado foi sobre o período de férias e de recesso. Caso eu optasse pela SME, teria apenas um mês de férias, que poderia ser em janeiro ou em fevereiro. Nesses meses, como já mencionado, a Secretaria oferece o Projeto Verão. Assim, para que esse projeto seja possível, a Gerência Pedagógica faz uma escala, tentando acatar a escolha do mês de férias dos professores e a escolha do local de trabalho no Projeto Verão (normalmente nos centros comunitários que têm piscina), de quem deve trabalhar em janeiro e quem deve trabalhar em fevereiro. Ainda sobre a opção de escolha pela SME, eles comentaram que os recessos da segunda quinzena de julho e da segunda quinzena de dezembro poderiam ser gozados se o professor acumulasse banco de horas.²² Se optasse pela SMED, teria férias somadas ao recesso do final do ano letivo (normalmente final de dezembro) até o início do

²¹ Para mostrar essa característica do trabalho, apresento um trecho da entrevista com a professora Sílvia, que atua na área do esporte e do lazer na Prefeitura de Porto Alegre desde a década de 1980, e um trecho da entrevista com a professora Taís, que atua na Secretaria desde 1998, ambas realizadas para esta pesquisa:

“Eu sempre trabalhei na SME porque sempre acreditei no trabalho, nesta maneira que a gente trabalha, sem a formalidade da escola, porque eu também já trabalhei em escola, antes de entrar na SME eu trabalhava em escola. As pessoas estão aqui porque elas querem, eu acredito que essa questão do querer, do prazer é muito importante na aprendizagem, e desde a época que eu trabalhava na escola ela tá do mesmo jeito, sabe?” (SÍLVIA, 1/6/2017).

“No nosso serviço, as pessoas vão por opção, e isso pra quem trabalha é bom, porque tu lida com o desejo das pessoas, as pessoas estão ali porque querem. Claro, muitas porque precisam fazer uma atividade física, por questões de saúde, orientadas por médicos, mas elas escolhem o que fazer. Tu tá lidando com o desejo, o gosto das pessoas, o horário que elas têm disponível, então pra quem trabalha isso é um ponto positivo [...]” (TAÍS, 12/9/2017).

Com manifestações desse tipo, fui aprendendo como muitos dos professores percebem o trabalho na SME e, comparativamente, como eles percebem o trabalho na escola.

²² Uma das formas mais frequentes de acúmulo de banco de horas é a partir das atividades assistemáticas, que a SME oferece em formato de eventos em finais de semana e em feriados. Para dispor de professores para atuarem nessas datas, visto que não são dias de trabalho, o gestor autoriza o acúmulo de um banco de horas que os professores podem gozar em outro período desde que acordado com a chefia.

próximo ano letivo (normalmente no final de fevereiro). Além disso, os professores lotados nas escolas têm recesso de julho, que ocorre na segunda quinzena desse mês. Na SMED não há necessidade de utilização do banco de horas para gozar os recessos, mas ocorrem convocações para sábados letivos que equivalem à carga horária dos recessos.²³

Os professores também mencionaram que, para os professores lotados na SME, a Prefeitura não paga difícil acesso em nenhum dos locais, apesar de algumas Unidades Recreativas estarem localizadas ao lado de escolas de difícil acesso.²⁴

E o último ponto abordado, cuja ênfase foi percebida como um critério determinante para a minha escolha entre a SME e a SMED, comparava o tempo de trabalho para aposentadoria.²⁵ Para professores que atuam em sala de aula, com regência de classe, na SMED o tempo de trabalho para a aposentadoria é de 25 anos. Na SME, mesmo atuando permanentemente com alunos, os professores só podem se aposentar após 30 anos de trabalho.²⁶

Em seguida, os professores me apresentaram a necessidade da SME daquele momento: um professor formado em licenciatura plena em Educação Física²⁷ que trabalhasse com dança para atuar em algumas turmas que estavam sem professor devido à aposentadoria da servidora que atuava com essa modalidade. Eu estava assumindo 20 horas como professor na PMPA. Eles insistiram que eu solicitasse o aumento da minha carga horária para 40 horas²⁸, falaram que era, inclusive, uma

²³ Saliento apenas que essas informações referentes à vida funcional dos professores da SMED são baseadas no relato dos professores no momento da entrevista descrita e a partir de como a SMED e a Prefeitura se organizavam naquele período, ou seja, no ano de 2014.

²⁴ Gratificação concedida aos professores de escolas localizadas em regiões de difícil acesso, conforme a Lei n.º 6.151/1988.

²⁵ Importante destacar que os dois professores que estavam conversando comigo estavam próximos da aposentadoria. Isso pode, de certa forma, contribuir para o destaque investido nessa diferença entre trabalhar na SME ou na SMED.

²⁶ Neste trecho de entrevista realizado para esta pesquisa com a professora Patrícia, servidora pública desde a década de 1980, destacam-se as diferenças funcionais em trabalhar na SME em comparação com o trabalho na SMED: “[...] o professor de escola tinha difícil acesso, tinha as suas férias mais o recesso dos alunos, tinha... Então tinha uma série de vantagens que o professor que ficou que era dessa Secretaria não tem... Inclusive um importantíssimo na época que era a aposentadoria com 25 anos de serviço e aqui não conta 25 anos, tu mesmo tendo turma o tempo todo... Então tem essa diferença [...]” (PATRÍCIA, 3/8/2017).

²⁷ O concurso que eu prestei era para licenciados em Educação Física pois o campo de atuação previsto eram as escolas municipais. A SME fomenta atividades relacionadas com o campo de atuação do bacharelado em Educação Física. Devido à legislação vigente, professores licenciados só podem atuar em escolas. Entretanto, professores graduados em currículos antigos, quando havia apenas a formação em licenciatura plena, podem atuar nos dois campos.

²⁸ O regime normal de trabalho é de 20 horas semanais, entretanto, mediante o acordo entre o gestor e o servidor, há dois tipos de regimes especiais de trabalho: regime suplementar, com uma jornada de 30 horas semanais; e regime complementar, com 40 horas semanais (PORTO ALEGRE, 1988).

exigência do Secretário da SME para efetivar a cedência. Expliquei que trabalhava na universidade e que estava tentando cursar o doutorado. Eles argumentaram, posteriormente, que poderiam abrir uma exceção, pois não havia outro professor nessa primeira chamada do concurso que trabalhasse com dança²⁹.

Como essa reunião ocorreu em uma sexta-feira, pedi um prazo até a segunda-feira para dar uma resposta. No final de semana, entrei em contato com amigos que trabalhavam na SMED e com amigos que trabalhavam na SME com o objetivo de reunir argumentos para a minha escolha, pois eu não conhecia o trabalho nesta Secretaria. Minha decisão foi pela SME. Após alguns anos de convívio com os colegas que estavam nessa reunião, a professora Eliane me confidenciou que achavam que eu não aceitaria o convite. Quando perguntei o motivo dessa desconfiança, ela me respondeu que, quando me falou sobre o tempo de trabalho para a aposentadoria (30 anos), ela interpretou pela minha reação que eu optaria pela SMED, pois trabalharia por menos tempo (25 anos) até me aposentar, comparado com o tempo necessário na SME.

Referente a esse episódio, que marcou o meu acesso à SME como servidor público municipal, cabem algumas considerações, mas algumas informações sobre a Secretaria ainda são necessárias. Antes da criação da SME, o setor que administrava o Esporte estava vinculado à SMED com a denominação Supervisão de Esportes e Recreação Pública (SERP). Os professores que atuavam nesse setor eram vinculados à SMED, ou seja, o acesso a essas vagas de trabalho se davam por meio de um concurso para professor de Educação Física para a Rede Municipal de Ensino. Quando a SME foi criada, segundo relato de alguns professores daquela época, foi oferecida a possibilidade de os professores que estavam atuando no Esporte optarem pela relocação nessa nova Secretaria. Esses relatos são confirmados quando olhamos a Lei Municipal n.º 7.330/1993, que cria a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer:

Art. 12 – O Executivo Municipal providenciará a lotação dos cargos de provimento efetivo necessário ao funcionamento da Secretaria ora criada,

²⁹ Aqui podemos refletir sobre a estratégia de gestão dos professores do setor do Esporte. Apesar da necessidade de professores com formação específica, a PMPA, enquanto promotora do concurso, não contemplou a SME de nenhuma forma: não ofereceu concurso específico para a SME tampouco proporcionou entrada de professores via concurso com formações específicas (como a formação necessária para ministrar aulas de dança). Os professores/gestores da SME, na tentativa de manter os serviços da Secretaria e, dessa forma, a própria Secretaria, buscam dar conta de realizar as atividades que mobilizam os usuários nas diferentes Unidades Recreativas.

oportunizando o aproveitamento do pessoal em exercício na Supervisão de Esportes e Recreação Pública – SERP.

Art. 13 – Os funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo, lotados na Secretaria Municipal de Educação – SMED, especificamente, na atual Supervisão de Esportes e Recreação Pública – SERP, serão relatados para a Secretaria ora criada (PORTO ALEGRE, 1993, p. 2).

Assim, o primeiro grupo de professores que atuaram na SME, a partir da sua criação, iniciaram suas carreiras como servidores públicos na SMED. A PMPA ofereceu dois concursos com vagas específicas para lotação na Secretaria de Esportes: os concursos públicos n.º 335, que ocorreu em 1998, e n.º 418, em 2003.³⁰ Houve a tentativa de um terceiro concurso público com vagas específicas para a SME, mas este dependia da criação de cargos, pois já estava em vigor a legislação que separou a formação de professores de Educação Física em licenciatura e bacharelado.

Gostaria de retomar o processo pelo qual eu acabei lotado na SME. Fiz um concurso para uma secretaria e acabei lotado em outra. Isso foi possível devido ao processo de cedência. Como já referido, nesse processo o líder político de uma das pastas envolvidas negocia sua necessidade com o líder político de outra pasta. Entrando em acordo, a cedência é efetivada. Mas me questiono o motivo da não realização de concurso específico para a SME. Era de conhecimento dos gestores a necessidade. Logo, poderiam ter vagas destinadas para o Esporte. Em certa medida, fui entendendo que a discussão acerca dos motivos da não realização do concurso se desenvolveram em dois sentidos: um financeiro e um político. A professora Taís, durante uma entrevista, explica:

³⁰ Obtive acesso a dois editais em que constam vagas específicas para a SME. O primeiro foi o Edital do Concurso Público n.º 335 – Professor, de 23 de setembro de 1998. Nas características da classe de cargos, “3.6 – Lotação: na Secretaria Municipal de Educação ou na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer”. Na descrição do cargo específico para a SME, a vaga tem o código 25, a área de docência é descrita como “Educação Física/Esporte, Recreação e Lazer”, e na habilitação para o cargo exigia-se “Licenciatura Plena em Educação Física ou Licenciatura Plena em Educação Física e Técnico em Desporto”. O segundo foi o Edital do Concurso Público n.º 418 – Professor, de 22 de setembro de 2003. Nas características da classe de cargos, “3.7 – Lotação: na Secretaria Municipal de Educação ou na Secretaria Municipal de Esportes ou em Entidades educacionais conveniadas com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre”. Na descrição do cargo específico para a SME, a vaga tem o código 28, a área de docência é descrita como “Educação Física/Esporte, Recreação e Lazer (somente na Secretaria Municipal de Esportes)”, e na habilitação para o cargo exigia-se “Licenciatura Plena em Educação Física ou Licenciatura Plena em Educação Física e Técnico em Desporto”.

[...] Não tem concurso ativo, nós estamos há 13 anos sem concurso, muito em função do desmembramento do curso de Educação Física, que dividiu em licenciatura e bacharelado. Com essa questão então o concurso que existia pra SMED e SME era voltada pra professores, e com a divisão dos cursos então teria que se criar um concurso pra bacharel pra trabalhar na Secretaria. Como esse cargo não existe na Prefeitura, então o primeiro movimento foi tentar criar o cargo de bacharel, profissional, educador físico, o nome não chegamos a um consenso, mas também emperrou na questão financeira, pois para criar o cargo nós teríamos que criar tantas vagas quanto fossem necessárias para manter o serviço como um todo, e à medida que fossem se aposentando os profissionais, fariamos concursos para repor. Então a gente fez uma previsão na época, acho que era pra 2010, a gente entrou com processo pra criação do cargo, de profissional de educação física, criação de 120 cargos, que era o que a gente imaginava que poderia dar conta de tudo que a gente já fez, mas emperrou na questão financeira porque precisava ter um aporte financeiro reservado no orçamento que desse conta desses 120, e aí já não tinha. E a questão também da nomenclatura. Uma das sugestões foi usar na época um cargo que já existia e ampliar o número, que era de recreacionista, que a descrição do cargo, na verdade, tá muito próxima do que a gente colocava como descrição do profissional de educação física. Mas o nome a gente achava muito reducionista, porque ele já tem um teor meio pejorativo, recreação é só ficar cuidando de crianças brincando, e na verdade não é isso. Recreação é muito maior que isso. Porto Alegre é conhecida e reconhecida nacionalmente e internacionalmente inclusive, como pioneira na área da recreação pública, em 1926, com os primeiros jardins de praça, mas o que complicou mesmo foi a questão financeira. Então não conseguindo criar o cargo, não conseguimos fazer concurso pra essa área. Então estamos desde 2004 sem concurso pra Secretaria de Esporte, hoje Diretoria de Esportes (TAÍS, 12/9/2017).

Conforme relata a professora, a legislação acerca dos egressos do curso de Educação Física mudou: houve a divisão em licenciados e bacharéis. Entretanto a legislação acerca dos cargos necessários para dar conta dos serviços específicos das políticas públicas de esporte e de lazer, os atendimentos à população por meio de atividades ministradas por professores de Educação Física, não acompanhou essa mudança. Destaco que, referente à criação de cargos municipais e à ampliação de vagas para um cargo já existente, é necessário que a Câmara dos Vereadores aprove uma lei com a descrição do novo cargo ou com a mudança do número de vagas de que certo cargo dispõe. Isso dialoga com o fato mencionado pela professora Taís sobre o aporte financeiro reservado para um novo cargo ou para ampliação de vagas, que deve ser aprovado pela referida Câmara.

No trecho a seguir, a professora Patrícia fala sobre o momento em que houve concurso específico para a SME. Refere-se, também, ao momento posterior, quando os concursos específicos deixaram de ocorrer.

Quando então se propôs o concurso público, se propôs para atender às necessidades dessa Secretaria, e essa Secretaria tinha necessidade de trabalho nos finais de semana, tinha a necessidade da relação comunitária, tinha a necessidade de propor coisas novas que acompanhassem a evolução da sociedade e dos espaços públicos... Então o concurso todo desde sua literatura, né, pedida, aconselhada, as questões elas convergiam pra este ideal, né... O que acontece... O concurso vai chamar os concursados, vai ter número X de profissionais, ou seja, tu vai investir nessa Secretaria... Outros governos não quiseram investir, então deixaram essa Secretaria diminuindo, mantendo os cargos políticos e diminuindo os cargos técnicos e de preenchimento das aposentadorias ou afastamentos. Então isso é natural, as pessoas vão saindo, um não vai repondo

e vai diminuindo... Isso também dentro de uma política de partidos e de governo pode representar um enxugamento da máquina pública, a privatização dos espaços públicos [...]” (PATRÍCIA, 3/8/2017).

A professora Patrícia inicia seu relato referindo-se a um momento específico: o período de criação da SME enquanto ela estava na gestão da Frente Popular (FP).³¹ Nesse período, ocorreram os concursos específicos para o setor. Havia, segundo a professora, um interesse em fortalecer a SME com servidores concursados. Na narrativa da interlocutora, existiam necessidades produzidas na própria ampliação da política (trabalho nos finais de semana, relação comunitária, evolução da sociedade e dos espaços públicos). Talvez, além destes, possamos mobilizar outras relações para tal interesse, como o fato de que nessa época a chefe da pasta do Esporte era uma professora concursada pela Prefeitura de Porto Alegre que atuava nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer e que tinha relações políticas com os chefes do Poder Executivo. Abordarei essa história em um momento posterior.

Com a impossibilidade do preenchimento de vagas por meio de concursos, a solução encontrada pelos gestores da SME foi a da negociação política³² entre secretarias. Este foi o processo pelo qual eu entrei na SME como professor, e outros antes e depois de mim: acordo entre os secretários das pastas de Educação e do Esporte para viabilizar a cedência de professores de Educação Física.³³

Muitos professores com quem convivi, em diferentes momentos, questionavam a falta de concurso público e ressaltavam a importância da entrada de novos professores para a manutenção dos serviços oferecidos pela Secretaria. A partir disso, fui aprendendo sobre essa necessidade e, devido à realidade da Secretaria, sobre as consequências da falta de concurso específico. Após 2004³⁴, quando ocorreu o último concurso, parece não ter havido interesse do Poder Executivo de “abastecer” a pasta do Esporte com servidores de forma a garantir a continuidade da política pública. É necessário considerarmos que a SME foi criada no governo da Frente Popular e por

³¹ Frente Popular foi uma coligação partidária que governou Porto Alegre de 1989 até 2004, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) o detentor do cargo líder do Executivo, prefeito e vice-prefeito.

³² Será que o motivo alegado pelo Executivo para a recusa da criação de vagas, a falta de recursos financeiros, não foi um nome possível para a falta de negociação política entre agentes do Executivo e do Legislativo? Será que havia reduzido o interesse pelas políticas desenvolvidas pela SME?

³³ Em setembro de 2018, a pasta do Esporte contava com 31 professores de Educação Física cedidos da SMED, oito professores cedidos da FASC e 44 professores lotados na SME, totalizando 83 professores divididos em funções de gestão e de atendimento à comunidade nas atividades oferecidas pelo Esporte.

³⁴ Último ano da administração petista, que durou 16 anos. A Frente Popular (FP) venceu quatro eleições consecutivas em Porto Alegre.

meio de movimentos políticos de agentes vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT) que são servidores concursados e atuantes na pasta do Esporte. Será, então, que esse desinteresse pode estar fundado em uma possível marca partidária?

Outro ponto que merece reflexão é a forma de acesso ao cargo de professor que atua no Esporte. Quando o acesso ocorre por meio de um concurso, a nomeação para o referido cargo respeita uma ordem determinada pelo resultado das provas escrita e de títulos. Quando esse acesso ocorre por meio de uma negociação, não há uma ordem, isso depende da vontade e do interesse de quem está negociando e de quem está sendo “contratado”. Algumas conversas com colegas antigos no Esporte, alguns com mais de duas décadas como servidor público, me sugerem que a escolha da forma de acesso por meio de cedência ocorre pelo fato de permitir que o “contratante” escolha quem ele quer “contratar”. E essa escolha pode ter como influência desde indicações pessoais até necessidades particulares. Com isso, as pessoas que detêm esse poder podem “escolher” quem elas querem, podem “recusar” quem solicita e não é do interesse delas e podem impor condições para aceitar alguém.³⁵

Quanto à escolha decorrente de indicação pessoal, não há o que aprofundar a partir dos dados que produzi, mas posso inferir que essa forma de acesso permite tal abordagem. Posso, entretanto, aprofundar um pouco mais o raciocínio referente ao que eu chamei de necessidades particulares. Utilizo o meu caso como exemplo (existem outros no Esporte), um professor com formação na área da dança. Como já comentado, o concurso público garante a continuidade de uma política pública de esporte e de lazer, pois vincula um servidor a uma função específica. No entanto, os concursos realizados em Porto Alegre não especificavam em qual modalidade o servidor deveria atuar; a especificação era ampla: “Educação Física/Esporte, Recreação e Lazer”. Nessa formulação de vagas para o setor, há um benefício, pois ela é ampla e permite que o servidor atue em diferentes funções na pasta do Esporte, mas há também um prejuízo. Sigo explicando a partir do meu caso: o servidor público que inicia a sua carreira no Esporte e começa a atuar nas Unidades Recreativas é incentivado a oferecer atividades esportivas, recreativas e/ou de lazer, tais como aulas

³⁵ É possível fazer uma relação entre esse processo de cedências e o processo de indicações políticas para cargos comissionados considerando que há, em comum, uma cultura de indicações para atuar em certas posições. No livro *O cotidiano da política* (2000), a pesquisadora Karina Kuschnir descreve alguns processos de indicações políticas para cargos comissionados envolvendo, inclusive, servidores concursados.

de dança. Quando isso ocorre, tal servidor produz uma demanda: alunos que se matriculam nas turmas que ele oferece. O problema ocorre porque essa atividade não é planejada como uma política pública para a cidade; na forma como está posta em Porto Alegre, ela “serve à política pública”, ou constitui a política pública. Nesse caso, eu fui “contratado” para assumir as turmas de uma professora que se aposentou e que havia criado uma demanda na área da dança.

Segundo o que me foi referido por colegas do Esporte, há pelo menos duas formas de garantir a continuidade de uma atividade específica como uma política pública para a cidade. A primeira seria o oferecimento de vagas para professores de forma específica. Como exemplo, aponto a iniciativa da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, que, por meio do Edital 02/2018³⁶, promoveu um concurso para a área do esporte e do lazer garantindo a contratação de professores para modalidades específicas. A segunda seria a implementação de projetos que proporcionem a formação continuada de professores para áreas específicas. Existem alguns projetos que dão conta da continuidade de algumas atividades, como, por exemplo, o Projeto de Ginástica Artística, que foi criado em 2001 com o objetivo de “desenvolver a prática da ginástica como modalidade desportiva na SME”.³⁷ A iniciativa para a criação desse projeto foi de seis professores que atuavam na Secretaria.

Sobre essas duas formas de garantir a continuidade, ainda acrescento que a primeira nunca ocorreu em Porto Alegre. O que acaba por se aproximar dessa forma é o convite de professores que têm formação específica para cedência. Já a segunda forma proporciona um espaço de formação e planejamento, mas essa iniciativa não parte de um projeto institucional, ela depende do envolvimento e da iniciativa dos professores. O que gostaria de apontar com isso é que as diferentes modalidades oferecidas pela Secretaria não são fruto de uma política pública planejada e estruturada para a cidade; e eu poderia dizer que as diferentes modalidades oferecidas são consequência de uma política contingencial.

³⁶ O referido edital abriu 19 vagas para o cargo de técnico desportivo, sendo, cada uma delas, com alguma especialidade (Técnico Desportivo: Dança; Técnico Desportivo: Tênis; Técnico Desportivo: Basquete; etc.). Todas as vagas exigiam graduação em Educação Física e comprovação da especialidade, que variavam de seis meses a um ano de experiência, e comprovante de curso na área. Edital disponível em: http://www.francodarocha.sp.gov.br/arquivos/texto/anexo_5a551d408fb59.pdf Acesso em: 9 jan. 2020.

³⁷ As informações sobre o Projeto Ginástica Artística foram acessadas na apresentação ocorrida no Seminário Interno da SMDSE em 2018.

Sobre a atuação de professores que têm formação específica, fui aprendendo o seguinte: eles oferecem certas modalidades por iniciativa particular, como, por exemplo, dança, yoga, tai-chi, dança circular, kung-fu, etc.; criam uma certa demanda, pois os alunos atendidos passam a buscar essas modalidades ou, muitas vezes, os alunos passam a buscar o professor; a gestão do serviço público não garante a continuidade dessas atividades, logo, se o professor de uma modalidade que exige formação específica se aposentar, não há reposição de professor e o atendimento na modalidade referida acaba, deixando a população sem a atividade.

A partir dessas reflexões, poderia levantar as seguintes questões: permitir que os professores ofereçam modalidades particulares que fogem de um escopo mais geral pode ser considerado uma política? A Secretaria possibilita espaços e oportunidades de formação para os seus docentes? Esses espaços poderiam se configurar como uma política de formação continuada?

Sim, a permissividade para o oferecimento de modalidades particulares é uma política do Esporte, que fora anunciada no meu contato inicial com os professores do Esporte. Mas essa política é contingencial. Inclusive ressalto que muitas vezes ouvi os professores falarem que “na SME trabalhamos com o que gostamos”. Referente às oportunidades de formação, também há uma política do Esporte. Segundo Rodrigues (2001, p. 163),

a proposta de qualificação profissional acontece em níveis diferenciados:

- Individual:
 1. Liberação para cursos, seminários e encontros, desde que da área afim, num total de 40h por semestre.
 2. Garantia de hora-atividade para estudo, planejamento e organização individual (4 a cada 20h).
- Por equipe de trabalho:

Buscamos garantir ao professor uma equipe de trabalho que, se não atua no mesmo espaço, tem, entre si, ação com o mesmo objetivo de trabalho.

Em documentos internos, tais como a Circular Normativa 01/2015, também constam orientações referentes à formação:

3. Participação em congressos, cursos...

Solicitação de liberação para *um* congresso, curso [...] de *até 40h* por semestre, através de memorando à Gerência Pedagógica, com no mínimo 15 dias de antecedência, com a autorização da chefia imediata e, posteriormente encaminhar cópia do certificado.

Quando fora do município, solicitar abertura de processo no Protocolo Central da PMPA, com no mínimo 30 dias de antecedência, anexando ficha de inscrição e/ou folder e posteriormente apresentar cópia do certificado.

Para apresentação de trabalho (oral e/ou poster) referente a esta Secretaria, encaminhar solicitação à Gerência Pedagógica via memorando – com

resumo anexo, antes da inscrição (ou apresentação de carta-convite, antes da confirmação) e posteriormente encaminhar cópia do certificado.

Essas orientações caracterizam uma política da pasta do Esporte que, a partir dos dois documentos apresentados, podemos considerar já estabelecida, pois o primeiro documento se refere a orientações da década de 1990 e o segundo a uma circular normativa de 2015. Além da continuidade, é possível sustentar que a política é contingencial, uma vez que utilizar esse tempo de formação depende da iniciativa e da vontade do professor, e não de uma necessidade da política pública.

A partir da análise da forma como eu e muitos outros professores acessaram esse espaço de trabalho, como professores cedidos da SMED, arrisco a categorizá-la também como precária. Essa forma de atender à demanda de professores para as políticas de esporte e de lazer não garante a permanência desse quadro. As cedências são temporárias, podem ser a qualquer momento interrompidas, seja pela vontade do servidor, seja pela vontade do gestor político. No sentido de sustentar a minha análise de que a cedência é um vínculo precário, aponto o retorno de 14 professores cedidos da SMED para as escolas em outubro de 2018³⁸, que mobilizou muitos usuários das unidades recreativas e circulou nos canais de comunicação. Abordarei esse acontecimento com detalhes mais adiante, aqui destaco apenas que o retorno desses professores para as escolas teve como consequência o encerramento de algumas atividades de esporte e de lazer e a redução de outras, o que me sugere a cedência como um vínculo precário, como um vínculo frágil.

Nessa descrição, com algumas reflexões acerca do meu acesso ao campo de estudo, destaco duas características das políticas públicas de esporte e de lazer desenvolvidas pela SME que são a sua base: os professores e as atividades

³⁸ Acontecimento que mobilizou tanto a comunidade que frequenta as Unidades Recreativas como os veículos de notícia de Porto Alegre. A seguir, constam alguns links disponíveis de matérias publicadas na internet.

Jornal *Sul 21*: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/09/usuarios-temem-fim-de-programas-esportivos-apos-convocacao-de-professores-pela-prefeitura/>

Jornal *Extra Classe*: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2018/09/prefeitura-esvazia-programa-de-atencao-a-idosos-em-porto-alegre/>

PMPA: <https://prefeitura.poa.br/smdse/noticias/prefeitura-garante-servicos-nas-unidades-esportivas-do-municipio>

Rádio Guaíba: <https://guaiba.com.br/2018/09/27/prefeitura-chama-de-volta-professores-cedidos-mas-descarta-prejuizo-em-ginasios-e-centros-esportivos-da-capital/>

Jornal *do Comércio*: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2018/10/650761-idosos-protestam-contr-retirada-de-professores-de-atividades-esportivas.html

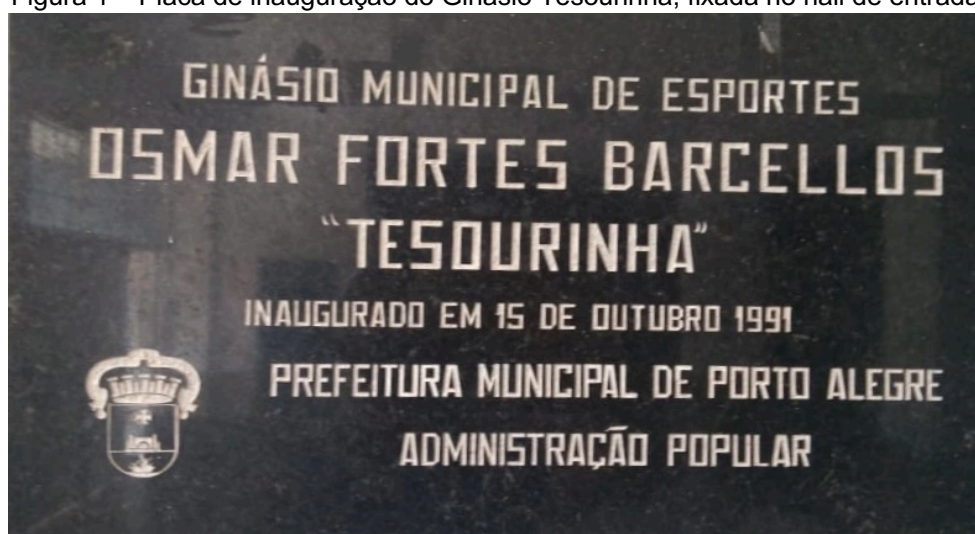
Acessos em: 15 abr. 2020.

sistemáticas.³⁹ Nos capítulos seguintes, abordarei com mais profundidade essas políticas e, especialmente, as suas características. Mas já nesta introdução destaco que esses são os diferenciais dos serviços públicos materializados em Porto Alegre no campo do esporte e do lazer comparativamente aos serviços públicos materializados em outros municípios.

3.2 O GINÁSIO TESOURINHA

Considerando que atuei como professor no Esporte lotado no Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcelos, mais conhecido como Ginásio Tesourinha, por este ser o maior equipamento público esportivo que a Secretaria administra e também porque muitas das atividades que descreverei, e que envolvem o grupo de professores, tais como as reuniões pedagógicas, ocorreram nesse espaço, acredito que uma breve descrição do Ginásio ajude a localizar o leitor. Acrescento que esse local foi extremamente relevante para a minha experiência como professor da Secretaria de Esportes, não apenas pela sua estrutura física, mas também pelas pessoas que ali convivem no esporte, no lazer, na recreação, na política pública, no trabalho e nas relações afetuosas de amizade.

Figura 1 – Placa de inauguração do Ginásio Tesourinha, fixada no hall de entrada



Fonte: elaboração própria

³⁹ Atividades sistemáticas são aquelas oferecidas pela Secretaria que ocorrem com certa regularidade e que exigem, na grande maioria dos casos, matrícula. Enquanto professor da SME, eu oferecia 90 vagas divididas em duas turmas de dança como atividades sistemáticas, que ocorriam duas vezes por semana.

O Ginásio foi inaugurado em 6 de junho de 1988, na gestão do prefeito Alceu Colares (PDT – 1985-1988)⁴⁰, mas alguns colegas comentam que ele ainda estava em construção quando da inauguração. Quando a obra foi de fato finalizada, na gestão da Frente Popular, o Ginásio foi inaugurado novamente, em 15 de outubro de 1991 (Figura 1). O Ginásio fica na Rua Erico Verissimo, s/n.º, Bairro Menino Deus, cerca de 500 metros da Avenida Ipiranga.⁴¹ A capacidade do Ginásio é de 8 mil espectadores, mas, devido à falta de Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI)⁴², não recebe eventos esportivos de grande porte.

Na região onde o Ginásio foi construído era localizado o Bairro Ilhota, considerado a primeira favela de Porto Alegre.⁴³ Como mencionado anteriormente, o nome do Ginásio é uma homenagem ao jogador de futebol Tesourinha, que nasceu na Ilhota.

Figura 2 – Imagem aérea do Ginásio Tesourinha



Fonte: Google Earth

⁴⁰ A Lei n.º 6.116/1988 denomina o Ginásio de Esportes Osmar Fortes Barcelos, “Tesourinha”, o Ginásio de Esportes do Município (PORTO ALEGRE, 1988a).

⁴¹ Localização do Ginásio Tesourinha: <https://goo.gl/maps/iEMSEXLYKaU3ev9dA>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁴² Conforme inciso XXXI do artigo 6.º da Lei Complementar n.º 14.376/2013 e suas alterações, Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) é um processo que contém os elementos formais, que todo proprietário ou responsável pelas áreas de risco de incêndio e edificações deve encaminhar ao Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul, conforme orientações do referido órgão.

⁴³ O blog Porto Alegre Antigo conta um pouco da história desse bairro, abordando a transformação que ocorreu com a transposição do Arroio Dilúvio. Mostra, também, algumas fotos e alguns mapas. Disponível em: <http://lealevalerosa.blogspot.com/2017/03/ilhota.html>. Acesso em: 24 abr. 2020.

O Ginásio Tesourinha tem inúmeros ambientes, em que ocorrem diferentes usos, tanto por servidores quanto pela população que circula nesses espaços. Alguns desses usos fazem parte de atividades orientadas, tais como as atividades esportivas e de lazer. Outros fazem parte da forma como a comunidade do Tesourinha ocupa esses espaços. Esses usos “não oficiais” ocorrem, da mesma forma, com atividades esportivas e de lazer. Explicando esses espaços: ao acessar o Ginásio pela Avenida Erico Verissimo, temos um hall de entrada amplo; à direita de quem acessa, fica um espaço de convivência, geralmente equipado com algumas cadeiras e mesas de plástico, onde também fica o Bar do Ginásio, conhecido como Bar do Antônio⁴⁴; ao lado desse espaço de convivência, há uma janela de atendimento da secretaria, protegida por grades.

Figura 3 – Hall de entrada do Ginásio Tesourinha



a) Entrada do Ginásio. b) Hall de entrada visto da quadra. c) Ao fundo, da esquerda para a direita: o Bar do Antônio, o corredor de acesso à secretaria, à sala dos professores e a outras salas, e a janela de atendimento da secretaria. d) Hall e entrada do Ginásio visto de dentro. e) Hall de entrada da porta de acesso ao Ginásio. f) Vista a partir da janela de atendimento da secretaria.

Fonte: elaboração própria

⁴⁴ Antônio é no nome do ecônomo do bar. Ele permaneceu no Ginásio até o seu falecimento, no ano de 2016. No ano de 2017, com a entrada da gestão do prefeito Marchezan, iniciou-se uma ação para despejo, pois o contrato de cedência do bar não estava válido há muitos anos. Como o Ginásio estava sem PPCI, não era possível abrir um novo edital para o bar. Seu Antônio, como era conhecido, faleceu um ano antes de o bar ser despejado. Após o seu falecimento, sua esposa e filha seguiram trabalhando no bar. Quando a ação foi executada, que deixou o Ginásio sem um bar, elas levavam bebidas e lanches em isopores e vendiam na entrada do Ginásio, instalando seus produtos em uma mesa de plástico na porta de acesso.

Esse espaço é, ao mesmo, a entrada principal do Tesourinha e o espaço de convivência mais importante do Ginásio. Ali, onde o Bar do Antônio sempre estava aberto com algumas mesas e um conjunto de cadeiras dispostas no hall, os alunos chegavam dezenas de minutos antes das suas aulas e permaneciam por mais algumas dezenas de minutos conversando com os seus colegas, com os amigos que faziam outras atividades, encontravam os professores que se deslocavam para o relógio-ponto ou para a sala dos professores, enfim, se atualizavam de todas as notícias importantes para quem frequentava o Tesourinha. De certa forma, esse era o local onde os professores procuravam os alunos, um pouco antes ou um pouco depois das aulas, para dar algum recado, para entregar algum documento, para fazer alguma combinação, etc. Era o ponto de encontro. Mesmo para os professores, que tinham um espaço reservado, o bar era um local para “dar um tempo” antes das aulas ou nos intervalos.

Entre o bar e a janela da secretaria, fica o acesso a um corredor em que é permitida a entrada apenas aos funcionários e professores (de acordo com uma placa pendurada na grade/portão que isola o corredor do espaço de convivência). Entrando por esse corredor, ao lado direito, fica o relógio ponto, onde todos os servidores municipais lotados no Ginásio devem registrar sua frequência. A primeira porta dá acesso a uma sala que está dividida em três ambientes por divisórias de compensado, uma sala de espera com um sofá e com um armário com todas as chaves das salas, depósitos, banheiros, portões, etc. do Ginásio, a sala da Direção Administrativa do Ginásio (cargo em comissão – CC) e a secretaria do Ginásio, onde são realizadas as matrículas e atendimentos à comunidade.

A sala do diretor administrativo é um espaço bem pequeno, contendo apenas uma mesa com um computador, um armário e duas cadeiras (uma para uso do diretor e outra para uso de algum visitante). A sala de espera também é pequena; o acesso dos professores a esse espaço era frequente, pois lá tinha um quadro com as chaves das salas de aula e depósitos, onde ficavam os materiais para as aulas. Não havia um controle sobre quem pegava as chaves; volta e meia alguma chave não era encontrada e a alternativa era recorrer ao diretor, que possuía, dentro do armário na sua sala, cópia de todas as chaves do Ginásio. Alguns professores mais antigos tinham cópia das chaves das salas que utilizavam, mas a maioria tinha apenas a cópia da chave da sala dos professores.

A porta seguinte, seguindo pelo corredor, é a da sala dos professores e da coordenação pedagógica. Não há divisórias nesta sala; há um armário de metal com cadeados (um nicho para cada professor), uma mesa para reuniões, um balcão/armário com portas, uma mesa de escritório com um computador (mesa do coordenador pedagógico), uma televisão e inúmeras cadeiras. Além dos professores, os estagiários de Educação Física frequentam esse espaço. Normalmente, os materiais pessoais dos professores e estagiários ficam nessa sala, dentro dos armários, enquanto eles estão ministrando as aulas. A presença mais frequente nesse espaço é a da coordenadora pedagógica, que o utiliza tanto para fazer o trabalho administrativo, que envolve, por exemplo, os despachos e a produção de memorandos, quanto para as reuniões, que podem ser com professores do Ginásio, com professores e administradores de outros setores da PMPA, com estagiários de Educação Física, com integrantes da Associação dos Amigos do Ginásio Tesourinha (Aagites) e/ou da comunidade, ou com alunos do Ginásio. Frequentemente, nos intervalos entre uma aula e outra, eu encontrei a coordenadora pedagógica do Ginásio em reunião nessa sala. Em muitas situações, eu ou os outros professores perguntávamos se poderíamos acessar o espaço ou não. Em algumas oportunidades a coordenadora solicitava privacidade, mas na maioria das vezes a reunião seguia com a presença dos professores.

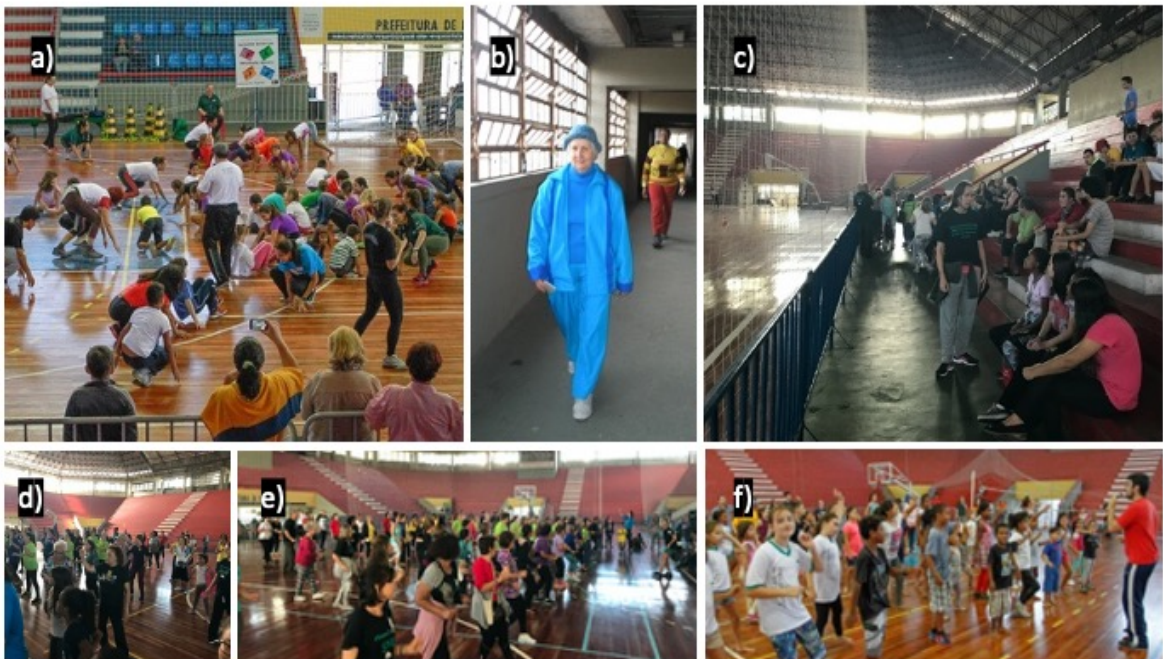
A terceira porta seguindo pelo corredor é a sala da Aagites. Essa sala era utilizada pelas integrantes da Associação que se distribuía em diferentes horários para atendimento da comunidade do Tesourinha. Normalmente esse atendimento era para o pagamento da mensalidade/contribuição dos associados. Nos horários que antecediam ou imediatamente após algumas atividades do Ginásio, principalmente aquelas orientadas para idosos, havia uma grande concentração de pessoas nessa sala. Muitas das componentes da Associação eram idosas e faziam essas atividades. E nesses momentos elas utilizavam os espaços para reuniões, organizar a documentação, dar conta das demandas administrativas, enfim, eram momentos de trabalho e lazer que se misturavam. Reuniões com a coordenadora e o diretor do Ginásio e algumas que envolviam o secretário do Esporte e que necessitavam de privacidade ocorriam nessa sala, principalmente aquelas que discutiam os investimentos dos recursos da Aagites.

Ainda seguindo no corredor, a próxima porta é a cozinha do Ginásio, equipada com uma pia, um fogão industrial, geladeira, mesa e bancos. Nesse espaço os

funcionários do Ginásio se reúnem com maior frequência. Normalmente, quando os professores saem da sala para procurar um dos funcionários, o primeiro lugar em que procuram é na cozinha. Nessa parte do Ginásio também tem dois banheiros: um feminino, que geralmente fica trancado, e outro masculino, que sempre fica aberto.

Circulando por esses espaços, de certa forma, conseguimos encontrar quase todos os públicos que frequentam o Tesourinha. A frente do Bar do Antônio é o espaço onde os alunos ficam antes e depois das aulas; as subdivisões da secretaria são os espaços onde os CCs do Ginásio trabalham; a sala dos professores é o espaço onde encontramos os servidores concursados e estagiários de Educação Física que estão lotados no Ginásio quando não estão dando aulas; na sala da Aagites encontramos a comunidade do Tesourinha; e na cozinha encontramos os funcionários de serviços e de limpeza.

Figura 4 – Quadra de esportes do Ginásio Tesourinha



a) Foto de atividade coletiva registrada da arquibancada. b) Foto da pista de caminhada. c) Corredor em torno da quadra e arquibancada. d, e, f) aulas coletivas em eventos da Secretaria. Na parte superior das fotos é possível observar as janelas que estão acima da arquibancada, assim como a pista de caminhada.

Fonte: elaboração própria

No centro do Ginásio fica a quadra poliesportiva coberta, com piso de madeira. Em torno dessa quadra tem um corredor que possibilita que as pessoas acessem outros espaços do Ginásio. Circulando pelo lado direito, é possível acessar a sala 14,

que é utilizada para inúmeras aulas coletivas e equipada com som, ar-condicionado, ventiladores e piso de parquet.

Figura 5 – Reunião de professores na sala 14 do Ginásio Tesourinha



Fonte: elaboração própria

Seguindo no mesmo sentido pelo corredor em torno da quadra, é possível acessar um segundo hall, onde fica a Clínica Pública de Fisioterapia, espaço esse muitas vezes utilizado para exercícios dos pacientes. Continuando em torno da quadra poliesportiva, do lado oposto à sala 14, fica a sala 27, que é a mais bem equipada do Ginásio. Além do som, ela possui uma caixa amplificadora, ar-condicionado mais potente, piso laminado e forro de gesso rebaixado. Tanto a sala 14 quanto a 27 contam com um depósito, com muitos materiais para as aulas que acontecem nesses espaços, e banheiros localizados na frente das salas.

Nas salas 14 e 27 acontece a maioria das aulas coletivas de atividades não esportivas, como, por exemplo, aulas de ginástica, dança, alongamento, yoga, capoeira, etc. Os alunos, principalmente os idosos e as integrantes da Aagites, enaltecem esses espaços, valorizando-os como “espaços qualificados”. Quando acessamos essas salas e as comparamos com academias ou clubes privados que oferecem atividades semelhantes, estranhamos essa categorização dos alunos do Tesourinha. Pensando a respeito, entendo que a categoria “espaços qualificados” não se refere apenas à estrutura física e aos materiais disponibilizados, apesar de que, quando o comparamos com espaços em outras Unidades Recreativas, o Tesourinha de fato se apresenta como um espaço “mais qualificado”. Acredito que essa categorização considera as atividades que ali são vivenciadas por essas pessoas assim como o vínculo que elas têm com esses espaços.

Figura 6 – Sala 27 do Ginásio Tesourinha



a) Fotos de reuniões de professores; vista do palco da sala tirada da frente da porta de acesso. b) Foto do encerramento de uma aula de dança. c) Fotos de reuniões de professores; ao fundo a porta do depósito de materiais; na parede do fundo ficam empilhados muitos colchonetes utilizados em aulas de alongamento e ginástica. d) Fotos de reuniões de professores, mostrando o fundo da sala e a disposição das cadeiras em palestras. e) Fotos de reuniões de professores; ao fundo a porta de acesso à sala; disposição das cadeiras normalmente utilizada em reuniões.

Fonte: elaboração própria

Partindo novamente do hall de entrada, à esquerda de quem acessa o Ginásio pela entrada principal, do lado oposto à secretaria, há um outro corredor que dá acesso à sala de musculação (ao fim do corredor); também estão localizados nesse corredor a sala da segurança (Guarda Municipal) e banheiros para alunos. Existem muitos grupos de alunos que fazem a musculação. As turmas são organizadas por horários, assim, os mesmos grupos de alunos se encontram duas vezes por semana. Essa também é uma das atividades mais concorridas do Ginásio, para a qual sempre há lista de espera.

Em torno da quadra tem a arquibancada construída com degraus de concreto (para os espectadores dos jogos se sentarem). Acima dos degraus e em torno da arquibancada tem uma pista de caminhada (possibilita a atividade de caminhada orientada em dias de chuva). Ainda dentro do Ginásio existem outros banheiros, vestiários e depósitos. Na área externa, de um lado tem um estacionamento, e de outro, quadras externas, um gramado e uma praça com alguns brinquedos e bancos.

Os espaços internos do Ginásio são muito mais explorados do que os espaços externos. O Tesourinha só passou a ter atividades sistemáticas na área externa do

Ginásio com a construção da quadra de areia em 2016, quando começou a ser ofertada a atividade de beach tennis. As quadras poliesportivas externas do Tesourinha, apesar de estarem mais conservadas que quadras de outras Unidades Recreativas que têm atividades sistemáticas, são utilizadas pela comunidade para atividades livres, não para atividades orientadas por professores. O Centro Esportivo Primeiro de Maio (Ceprima), por exemplo, tem atividades sistemáticas apenas em quadras externas, pois não possui ginásio, ficando dependente das condições climáticas para a realização das aulas.

Figura 7 – Espaços físicos do Ginásio Tesourinha



Fonte: elaboração própria

3.3 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO ESPORTE: ALGUMAS REGRAS

Neste capítulo apresentarei um conjunto de regras que orientavam o trabalho dos professores em parte do período em que estive em campo. Aqui cabe essa delimitação temporal, pois, após a extinção da SME, que será abordada em capítulo posterior, muitas dessas regras deixam de figurar no cotidiano do trabalho dos professores. Destaco a necessidade de conhecermos esse conjunto de regras visto que nos auxiliará no processo de análise sobre as repercussões que elas produziram na organização do trabalho quando foram alteradas pelos gestores que assumiram após a extinção. Em síntese, essas regras orientaram o trabalho dos professores até a extinção da SME; após isso, algumas delas passaram a ser questionadas e/ou

excluídas, o que desorganizou a forma como os professores desenvolviam o trabalho no setor.

Vou organizar minha escrita partindo de um documento nomeado *Cadernos SME*, na tentativa de explicar como fui aprendendo o funcionamento de algumas regras. Esse documento, no seu conjunto, é o agrupamento de outros tantos documentos, sendo esta uma iniciativa da professora Sílvia, que estava na coordenação do Ginásio Tesourinha em 2015 e reuniu diferentes documentos com orientações para o trabalho na SME.⁴⁵ Esse compilado de documentos tinha uma versão impressa, que ficava na sala dos professores, normalmente sobre a mesa de reuniões, e também foi encaminhado para o e-mail dos professores que estavam lotados no Tesourinha naquele ano.

Começo pela Circular Normativa 01/2015⁴⁶, documento produzido pela Gerência Pedagógica que tem como objetivo orientar a vida funcional dos professores. Este documento contém dez itens, quais sejam: 1) Reuniões; 2) Redução de carga horária para estudo; 3) Participação em congressos, cursos...; 4) Afastamentos por problemas de saúde; 5) Férias; 6) Licenças-prêmio; 7) Turnos extras; 8) Compensação de turnos; 9) Folhas Ponto; 10) Ponto eletrônico. Essa circular dá uma visão geral das regras do trabalho dos professores. A seguir comentarei alguns dos itens citados. Conhecer um pouco sobre essas regras e sobre algumas das formas como essas regras eram interpretadas pelos professores nos ajuda a compreender um pouco sobre como a SME funcionava naquele momento.

O primeiro item trata das reuniões pedagógicas, que ocorrem todas as segundas-feiras. O documento apresenta a ordem mensal e os locais de cada reunião. De acordo com a Circular Normativa 01/2015:

- 1.^a segunda-feira do mês: reuniões de RAs⁴⁷ e de professores no Ginásio Tesourinha;
- 2.^a segunda-feira do mês: reunião de equipe, nos respectivos locais de trabalho;

⁴⁵ Fazem parte do *Cadernos SME* os seguintes documentos: Atribuições dos coordenadores, professores e estagiários da SME; Divisão (dos professores) por área de atuação; Divisão (dos professores) por projeto; Lista de endereços das Unidades Recreativas da SME; Cronograma de reuniões do primeiro semestre; Cronograma de reuniões do segundo semestre; Circular Normativa (professores); Circular Normativa RAs (coordenadores); Proposta pedagógica 2015; Rotina administrativa do RA; Telefones internos SME.

⁴⁶ Disponível na íntegra no Anexo I.

⁴⁷ RAs é a abreviatura para Responsáveis por Atividade. Esse é o cargo formalizado por meio de uma Função Gratificada (FG). Os professores que atuam nesse cargo são chamados de coordenadores das Unidades Recreativas.

- 3.^a segunda-feira do mês: reunião geral (áreas de atuação), no Ginásio Tesourinha;
- 4.^a segunda-feira do mês: reunião de projetos e/ou equipes, em locais a combinar.

A primeira reunião de cada mês, de RAs e de professores, ocorre no Ginásio Tesourinha em duas salas diferentes: na sala 27 ficam os professores; na sala 14 os coordenadores das Unidades Recreativas (RAs) e alguns componentes da Gerência Pedagógica, normalmente a própria gerente, que em 2015 era a professora Taís. A pauta geral da reunião dos professores, no ano em questão, foi uma formação com um professor convidado. Esse professor foi remunerado por um recurso da Gerência Pedagógica, reservado para formação continuada de professores, para ministrar cerca de oito palestras durante o ano de 2015.

A reunião dos RAs tinha uma pauta administrativa. Frequentemente, ao final da reunião de RAs ou no turno da tarde, quando eu encontrava a coordenadora do Ginásio Tesourinha, professora Sílvia⁴⁸, com quem eu tinha maior aproximação, ela falava: “Não aguento mais essa reunião! É só choradeira! Todo mundo dizendo que falta isso, que falta aquilo... Parece mais uma terapia em grupo!” (DC, 3/4/2017). Sílvia explicava que os coordenadores reclamavam que não tinham recursos para fazer nada, que faltavam materiais, que faltavam professores, que faltava material de divulgação, que faltavam estagiários, enfim, me passava a impressão de que esse espaço era para a “gestão da falta”.

A segunda reunião de cada mês era reservada para as equipes de trabalho. No meu caso, como estava com todas as minhas horas lotadas no Ginásio Tesourinha, eu me reunia com a coordenadora e os professores do Ginásio. As outras Unidades Recreativas se reuniam nos seus locais de trabalho. Segundo a professora Sílvia, essa era a reunião que mais rendia. Na sexta-feira anterior à reunião de equipes, ela enviava a pauta da reunião para todos os professores. A seguir, um exemplo da pauta da reunião de equipe (copiado de uma pauta enviada via WhatsApp pela professora Sílvia para o grupo de professores em 2015):

- Pauta Diretor
- Relatos Reuniões (projetos)
- Relatos Eventos
- Eventos programados para o mês
- Licenças
- Chamadas e planejamentos

⁴⁸ A professora Sílvia atuava na PMPA desde a década de 1980. Trabalhou em diferentes setores da SME, inclusive na coordenação de projetos junto à gerência pedagógica.

- Relatórios de eventos
- Pauta dos professores

As reuniões de equipe eram espaços para gestão de algumas demandas administrativas (relatórios, chamadas, licenças), para organização de ações da própria unidade (eventos do mês, planejamento), um espaço informativo (relatos de eventos, relatos reuniões) e um espaço para solicitações e negociações do cotidiano (pauta diretor, pauta professores).

No período de 2014 a 2016, o diretor administrativo (cargo em comissão), que era o professor Fonseca⁴⁹, participava de uma parte da reunião. Ele dizia que, como foi professor, agora aposentado, participaria para dar os seus informes, fazer os seus pedidos e ouvir o que cabia a ele; posteriormente se retiraria, pois acreditava que o outro momento, apenas para os professores, deveria existir para que todos ficassem mais à vontade para expor seus pontos de vista ao coordenador pedagógico. O professor Fonseca tinha o reconhecimento dos professores e dos alunos do Tesourinha como um bom administrador. Conseguiu renovar o Ginásio com pequenas e médias reformas, trabalhando sempre em parceria com a Aagites e negociando recursos para benfeitorias, além do que sabia lidar com os funcionários da limpeza e com os terceirizados.⁵⁰ Enfim, desempenhava sua função transparecendo competência.

A terceira reunião de cada mês era geral (áreas de atuação). Naquele período, esse encontro era organizado em dois grupos: professores que atuavam na área do esporte e recreação; e professores que atuavam na área da promoção à saúde. As pautas dos encontros variavam entre planejamento de ações ou eventos em conjunto, debates sobre abordagens pedagógicas e formações específicas para a área.

A quarta reunião de cada mês era sobre projetos. No ano de 2015 os seguintes projetos faziam parte das ações da SME: Bonde; Brincalhão; Ginástica Artística; Lazer & Saúde; De Bem Com a Vida; e Yoguinha. A pauta dessa reunião girava em torno do planejamento e da organização dos projetos. Eu participava do projeto De Bem Com a Vida, que trata dos atendimentos à população idosa; como as atividades que

⁴⁹ O professor Fonseca tem graduação em Educação Física, é faixa preta de judô e atuou como mestre dessa modalidade por muitos anos. Foi presidente de federações esportivas e, desde 2005 até 2017, atuou como diretor do Ginásio Tesourinha, que é um cargo comissionado, por indicação do prefeito da época, José Alberto Fogaça de Medeiros, conhecido como Fogaça. Ele é vinculado politicamente com o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

⁵⁰ Nesse período, o diretor do Ginásio coordenava os funcionários (concursados e terceirizados), atribuindo atividades e ajustando o ponto eletrônico.

eu oferecia tinham como clientela principalmente idosos, fui convocado para participar desse projeto.

Retomando a Circular Normativa 01/2015, ainda no item 1, “Reuniões”, destaco o fato de que “não é permitida a compensação de turno nas manhãs de reunião”. Quando fui entrevistado para atuar na SME, me informaram que a presença nas reuniões de segunda-feira era obrigatória, mas, apesar dessa exigência, alguns professores compensam turno por diferentes motivos ou não estão lotados na segunda pela manhã devido a outras atividades profissionais, denotando a possibilidade de flexibilização da regra.

Outro ponto da Circular Normativa 01/2015 que cabe discutir é o item 3, “Participação em congressos, cursos...”. Esse item dá conta da autonomia conferida aos professores para buscar a formação adequada ao desempenho das suas atividades docentes, pois são permitidas até 40 horas por semestre para atividades classificadas nesta regra. Há, na regra, orientações para uma consulta à Gerência Pedagógica, que pode abrir precedente para uma avaliação se a referida atividade pode ser uma justificativa para tal liberação ou não. Mas, antes de qualquer entrave possível, interpreto essa regra como um voto de confiança na autonomia do quadro docente e na crença de sua qualidade. O próprio título do item me sugere essa interpretação, que termina com reticências, ou seja, não encerra tal categoria de liberação em “congressos e cursos”. Esse item, que é uma regra particular dessa Secretaria, contribui para uma interpretação que confere à Gerência Pedagógica uma posição de poder com relação aos professores, pois cabe ao chefe do setor deferir ou indeferir os pedidos para participação em congressos e cursos. Logo, como a regra deixa margem para interpretação, a última palavra acaba sendo da Gerência Pedagógica.

O item que orienta sobre as “Férias”, quinto da Circular Normativa 01/2015, aponta que as férias devem ser solicitadas nos meses de janeiro, fevereiro ou julho. Elas podem ser solicitadas em outros períodos, mas serão avaliadas pelo coordenador da Unidade Recreativa (UR) em que o servidor está lotado e pela Gerência Pedagógica. O item seguinte, “Licenças-prêmio”, são orientações sobre os períodos em que essas licenças podem ser gozadas: no referido documento, são entre 17 e 31 de julho e entre 17 e 31 de dezembro. Quanto ao item 8, “Compensação de Turnos”, há uma orientação sobre as regras para solicitação dessas compensações e ficam sugeridos os mesmos períodos da licença-prêmio. Nesses três

itens (5, 6 e 8), períodos diferentes dos sugeridos devem ser avaliados pelo coordenador e pela Gerência Pedagógica. A explicação para essa verificação é para que o atendimento que o professor realiza à comunidade não seja prejudicado, que o coordenador organize uma substituição ou que permita um período de férias para a atividade em questão.

O sétimo item da Circular Normativa 01/2015 traz uma outra regra particular da SME, os “Turnos extras”. Todo professor tem a sua quantidade de horas semanais a cumprir. Como vimos, para compensar turno, seja para um recesso, seja por motivo particular, o professor deve acumular um banco de horas. Para isso, o professor deve trabalhar em horários diferentes daqueles em que ele está lotado. Isso só é permitido mediante autorização da Gerência Pedagógica, e o professor deverá atuar em algum evento ou atividade que conste no planejamento de alguma Unidade Recreativa, ou seja, um evento da SME que mobilize professores de diferentes locais, como, por exemplo, a festa do Dia das Crianças ou os Jogos Abertos de Porto Alegre (JAPA). Além de atuar no evento, para que as horas sejam adicionadas ao banco, o professor responsável pelo evento deve incluir no “Relatório de Evento” o nome de todos os servidores que atuaram no referido evento e as horas que cada um trabalhou.

Ainda nesse item, uma regra chama a atenção: “será autorizada a realização de apenas um passeio de grupo por semestre de até 6h aos sábados e 5h aos domingos, totalizando no máximo 10h extras”. Ao leitor desavisado, parece que há um equívoco na soma de horas; o que a circular não explica é que, para o acúmulo de horas no banco, existe uma outra regra na SME que não consta nessa circular. Essa é uma regra do tipo “é assim que isso funciona aqui!”. Assim, cada hora de trabalho nos sábados é valorada em 1,5 hora e nos domingos e feriados em 2 horas. Assim, 5 horas trabalhadas no domingo são registradas como 10 horas, por exemplo.

Essa valoração das horas é uma regra tão usual na SME que não necessita de esclarecimento na Circular Normativa. Mas qual é a lógica dessa regra? Por que essa regra existe? A explicação dos professores para essa regra está ancorada nas seguintes características do serviço prestado, aliado ao tipo de vínculo que os professores têm com a Prefeitura:

- a) não é possível pagar hora extra aos professores para as horas trabalhadas além da carga horária semanal, só é permitido registrar o excedente no banco de horas;

- b) os gestores e os professores que propõem as atividades oferecidas pela Secretaria acreditam que o lazer para os trabalhadores deve ocorrer nos momentos de não trabalho; considerando que os feriados ou finais de semana seriam adequados para dar conta dessa demanda, atividades assim são propostas;
- c) os professores são lotados nas unidades recreativas e nos projetos de segunda-feira a sexta-feira; o trabalho nos sábados, domingos e feriados é considerado carga horária extra;
- d) existe certa autonomia no planejamento, assim, os próprios professores podem (e são solicitados para que façam) propor as atividades para a população e é necessário que eles se engajem e proponham atividades nos sábados, nos domingos e nos feriados para a comunidade das Unidades Recreativas;
- e) com o objetivo de incentivar a adesão dos professores para trabalhar e/ou para propor atividades nos sábados, domingos e feriados, as horas trabalhadas nesses dias são valoradas.

Quando os professores trabalham nos sábados, domingos e feriados, nessa lógica de banco de horas “como pagamento”, o valor da hora-aula é maior (em 50% nos sábados e em 100% nos domingos e nos feriados). Apesar de a SME prestar o serviço público com atividades para o lazer e entender que os finais de semana e feriados são momentos privilegiados para atividades dessa natureza, alguns professores justificam a coerência dessa regra com o seguinte argumento: “quem é que gosta de trocar o domingo de folga com a família por um dia de trabalho? Se não fosse valorado, quem gostaria de trabalhar nos finais de semana?”⁵¹ (DC, 10/4/2017).

De acordo com alguns dos professores com quem conversei, essa regra é baseada nas leis trabalhistas: quando o trabalhador, após cumprir sua jornada de trabalho normal, é convocado para horas extras nos sábados, o valor da hora trabalhada deve ser valorada em 50% (assim como qualquer hora extra em outro dia útil, pois sábado é considerado um dia útil); quando a convocação ocorre para um domingo ou feriado, a hora trabalhada deve ser valorada em 100%. Na regra adaptada pela SME, não é valorada a hora trabalhada além da carga horária normal entre segunda-feira e sexta-feira.

⁵¹ Uma das primeiras alterações da gestão de Marchezan no Esporte foi proibir a liberação de horas valoradas.

O último destaque sobre o item da Circular Normativa 01/2015 que motivou essa discussão, de um máximo de 10 horas autorizadas como banco nos passeios de sábados e/ou domingos, foi elaborada com qual objetivo? Por que essa regra consta na Circular e por que a regra sobre a valoração das horas trabalhadas em outras atividades não merece explicação? Poderíamos ir pelo caminho de que não é possível trabalhar mais de 10 horas por dia, mas essa explicação cai por terra se olharmos para registros de outras atividades que acumulam horas, tais como os eventos esportivos nos finais de semana (os Jogos Abertos de Porto Alegre, por exemplo). Nesses eventos, organizados pela Gerência de Eventos, os professores acumulam mais de 10 horas de trabalho em um domingo, por exemplo. Muitas vezes essas horas são registradas, no ponto eletrônico, de forma fracionada para não exceder o máximo de horas diárias de trabalho permitido. Explico: digamos que um professor trabalhou dois turnos em um evento esportivo no domingo. Considerando a regra da valoração de horas, essas 8 horas de trabalho devem ser registradas como 16 horas, pois são valoradas em 100%. O registro no banco de horas dessas 16 horas ocorre em dias diferentes, podendo ser 10 horas no dia em que o professor trabalhou e as outras 6 horas em outro dia. Mas por que, então, há permissão de acúmulo dessa quantidade de horas para eventos esportivos, mas não para atividades de lazer? A regra que limita a quantidade de horas delimita a atividade, que são os passeios. E na lógica das atividades da Secretaria, podemos considerar o passeio uma atividade de lazer, e não uma atividade esportiva. Será que o lazer, enquanto atividade oferecida à população, tem valor menor do que o esporte? Estaria por trás dessa regra esta concepção: o esporte com um valor superior ao lazer?

Outro documento que apresenta um conjunto de regras e orientações é a Circular Normativa 02/2015⁵², direcionada aos coordenadores das Unidades Recreativas. Os itens desse documento são: 1) Reuniões; 2) Reforço acerca dos itens 2, 3, 4 e 7 da Circular 01/2015 para os professores sob sua abrangência; 3) Férias, licença prêmio e/ou compensação de turnos; 4) Folha Ponto; 5) Ponto Eletrônico; 6) Horários; 7) Estagiários; 8) Divulgação das atividades sistemáticas e eventos; 9) Atividades sistemáticas; 10) Materiais; 11) Eventos; e 12) Planejamento anual do ano seguinte.

⁵² Disponível na íntegra no Anexo II.

Muitos dos itens da Circular Normativa 02/2015 constam, também, na circular anterior, com o diferencial de que esta foi produzida para os coordenadores. Nesse sentido, as orientações acerca de cada item são constituídas desta especificidade: orientar quem fiscaliza os diferentes atores que compõem, como se diz no campo, “a ponta”⁵³ da política. Um debate item a item talvez soaria redundante, então abordarei apenas aqueles que nos ajudam a perceber, em parte, algumas demandas dos coordenadores das Unidades Recreativas que diferem daquelas dos professores.

O segundo item da Circular Normativa 02/2015 deixa claro que o papel de fiscal é uma expectativa, por parte da Gerência Pedagógica, para a função dos coordenadores, pois esse item solicita que sejam reforçadas as regras sobre os seguintes itens: 2) Redução de carga horária para estudo; 3) Participação em congressos, cursos...; 4) Afastamentos por problemas de saúde; e 7) Turnos extras. Essa expectativa de um papel de fiscal pode estar ancorada, também, em um fato anteriormente abordado: as reuniões mensais de RAs. Nesse encontro, a Gerência Pedagógica solicita suas demandas e reforça suas orientações. Soma-se, para convencimento do coordenador acerca desse papel, e uma certa coação, a função gratificada (FG)⁵⁴, que é atribuída pela indicação da Gerência Pedagógica.

Os itens 3, 4, 5, 6 e 7 da Circular Normativa 02/2015 referem-se ao que podemos denominar “gestão dos trabalhadores”. São orientações sobre os horários, o registro do trabalho, as licenças e reduções de carga horária, a quantidade de horas mensais e semanais, o banco de horas e as horas extras, assim como as formas possíveis de compensar as referidas horas. Assim, esses itens orientam como o coordenador deve organizar o trabalho dos professores e estagiários.

O item 8 da Circular Normativa 02/2015 trata da “Divulgação das atividades sistemáticas e eventos”. Cabe, aqui, uma explicação sobre o que são atividades sistemáticas e o que são eventos, registrados como atividades assistemáticas. Os turnos de trabalho dos professores são preenchidos com atividades/aulas regulares com alunos, consideradas atividades sistemáticas. Ocorrem regularmente, com periodicidade semanal definida. A maior parte das atividades sistemáticas oferecem

⁵³ Frequentemente os gestores se referem aos professores que ministram as atividades para a população, tais como aulas de futebol, de ginástica, de dança, etc., como “os professores que trabalham na ponta”.

⁵⁴ Segundo o artigo 68 da Lei Complementar n.º 133/1985, a função gratificada é instituída por lei para atender a encargos de chefia, assessoramento e outros de confiança, sendo privativa de funcionário detentor de cargo de provimento efetivo, observados os requisitos para o exercício (PORTO ALEGRE, 1986).

vagas para que os alunos se matriculem. A quantidade de vagas oferecida por turma de atividade sistemática varia de 20 a 45 de acordo com a especificidade da prática corporal, sendo que a grande parte das turmas, por orientação da Gerência Pedagógica, oferece 30 vagas. Para frequentar as atividades os interessados devem realizar a matrícula na secretaria da Unidade Recreativa. A cada mês são oferecidas as vagas que foram desocupadas por alunos que desistiram ou que perderam a vaga. O aluno matriculado na atividade pode faltar no máximo três vezes por mês com justificativa; caso ele falte mais e/ou não justifique as faltas, ele perde a vaga.⁵⁵ Há, também, aulas abertas que são sistemáticas. Uma das atividades que eu ministrava era de dança de salão como uma aula aberta. Nessa modalidade não havia necessidade de matrícula. No Tesourinha, os adultos e os idosos podem frequentar apenas uma atividade/aula sistemática que exija matrícula, no entanto, podem frequentar quantas aulas abertas quiserem, inclusive se matriculados em alguma atividade do Ginásio. Em todas as atividades/aulas sistemáticas, os professores devem fazer o registro da frequência dos alunos por meio de uma lista de chamada, contabilizando atendimentos em atividades sistemáticas para a Secretaria. No caso das aulas abertas, em que os professores não têm uma lista de chamada, é realizado o registro do número de pessoas que participaram da atividade em cada encontro.

Outra dimensão do trabalho é desenvolvida por meio de eventos, denominados atividades assistemáticas, que não ocorrem com frequência semanal regular. Esses eventos podem ser, por exemplo, confraternizações, celebrações de datas festivas, passeios, atividades de lazer, competições esportivas, cursos e seminários para a comunidade. As atividades assistemáticas propostas pelas Unidades Recreativas, pelo Tesourinha, por exemplo, não fazem parte da carga horária semanal de trabalho dos professores. Frequentemente essas atividades ocorrem nos finais de semana ou em feriados, como já argumentado anteriormente. Há, também, atividades assistemáticas que são eventos organizados pela Gerência de Eventos. Muitos desses fazem parte do calendário anual de eventos da Secretaria, tais como os Jogos Abertos de Porto Alegre, a festa do Dia das Crianças, os Jogos dos Surdos, etc.

⁵⁵ A explicação dos professores para essa estratégia é porque as atividades são gratuitas e, se o aluno estiver matriculado e não frequentar a aula, ele estará desperdiçando um recurso público, ocupando uma vaga que poderia ser oferecida para outra pessoa da comunidade. Essas regras, referentes à distribuição de vagas para a comunidade, varia de UR para UR, ou seja, existem algumas diferenças nessas regras em cada um dos locais que oferecem atividades sistemáticas.

O último item que vou abordar da Circular Normativa 02/2015 é o de número 12, que solicita ao coordenador o envio de um planejamento anual de todas as atividades, sejam sistemáticas ou assistemáticas, para a Gerência Pedagógica até a data da última reunião de RAs do ano. Para dar conta dessa demanda, no último trimestre do ano, os coordenadores solicitam aos professores que encaminhem o planejamento de suas atividades sistemáticas e assistemáticas pretendidas para o próximo ano. Por exemplo: professores que trabalham com escolinhas esportivas (atividades sistemáticas) e organizam campeonatos (atividades assistemáticas) devem propor essa atividade no seu planejamento anual. O envio desse planejamento à Gerência Pedagógica visa garantir que as atividades ocorram. Para isso os proponentes das atividades devem informar os materiais necessários, a expectativa de atendimento, os horários e dias programados para as atividades sistemáticas, as datas e a previsão de horas de trabalho (banco de horas) quando forem atividades assistemáticas, a descrição das atividades e outros detalhes. Os coordenadores também inserem na pauta das reuniões de equipe o planejamento das atividades assistemáticas da Unidade Recreativa, como, por exemplo, a festa junina, a Festa da Família, eventos para a comunidade, festa de encerramento do ano, etc.

Existem situações em que atividades assistemáticas são propostas pelas Unidades Recreativas durante o ano, mas há uma certa resistência da Gerência Pedagógica quanto a sua implementação. Muitas vezes essa resistência ocorre como uma impossibilidade de liberação de banco de horas para os professores envolvidos, ou como impossibilidade de liberação de materiais ou equipamentos para a realização da atividade. Existe um sentimento de que os eventos organizados pela Gerência de Eventos são priorizados em detrimento dos eventos das Unidades Recreativas. Mas, na maioria das vezes, os professores proponentes encontram formas “criativas” de fazer a atividade mesmo com a falta de recursos e/ou autorizações da Gerência Pedagógica.

Uma solução encontrada pela equipe do Ginásio Tesourinha foi propor, no planejamento anual, uma atividade assistemática por mês solicitando a reserva de todos os espaços físicos do Ginásio e prevendo uma grande quantidade de banco de horas para todos os professores que estavam lotados na UR. A proposta consistia em inúmeras atividades ocorrendo simultaneamente, pensando o Ginásio como um espaço diverso de esporte e de lazer para todas as idades. Quando as atividades ocorriam, não eram todos os professores que trabalhavam em todos os eventos

programados. As atividades oferecidas em cada edição do grande evento eram decididas no mês anterior ao encontro, na reunião de equipe.

Então, por que propor um grande evento sabendo que não serão utilizados todos os espaços reservados e que não será necessária toda a carga horária prevista? O objetivo da equipe era garantir que o evento entrasse na programação do Ginásio. Para isso, esse evento deveria constar no planejamento anual, constituindo, assim, a garantia de que o evento seria realizado. “Se está no planejamento, o evento deve acontecer”, dizia a coordenadora do Ginásio. Como o banco de horas era apenas registrado após o envio do relatório de evento para a Gerência Pedagógica, as horas previstas no planejamento não faziam diferença, não eram nem questionadas. O ajuste referente a quais atividades ocorreram e à quantidade de horas trabalhadas ocorria pelo relatório de evento. Essa iniciativa também tem origem na dificuldade de planejar um evento assistemático com muitos meses de antecedência.

Algo que eu fui entendendo sobre o funcionamento da SME, e que não está descrito nesses documentos, é que existe uma lógica hierárquica em diferentes assuntos que servia como balizadora para escolhas e decisões. Aprendi que a “antiguidade”, ou seja, o tempo de atuação como servidor público, concedia benefícios nessa lógica. Para ilustrar, vou utilizar o planejamento do Projeto Verão como exemplo.

Nos meses de janeiro e fevereiro, como já explicado anteriormente, a SME atua com uma proposta diferente dos meses restantes. Um dos motivos é a necessidade de conceder férias ao quadro de professores. Assim, a Gerência Pedagógica permite que os professores tirem férias nos meses de janeiro ou fevereiro. Para isso, no período de planejamento do Projeto Verão, circula na reunião geral um formulário que os professores devem preencher indicando o mês de preferência para férias e três locais para trabalhar no projeto por ordem de preferência. A efetivação da vontade do servidor depende da permissão da Gerência Pedagógica, que leva em conta a necessidade de professores em cada local e a lógica hierárquica. Explico: há uma previsão de carga horária de professores para atuar em cada mês no sentido de dar conta das atividades previstas no Projeto Verão, porém, caso ocorra um desequilíbrio na distribuição das indicações de férias, a Gerência Pedagógica recorre aos professores mais novos e solicita a estes a mudança do seu período de férias, priorizando a vontade dos servidores mais antigos.

O mesmo ocorre para as indicações de locais de trabalho no verão. Nesses meses a SME abre as piscinas dos centros comunitários. Para que isso seja possível, há o deslocamento de professores das Unidades Recreativas em que estão lotados para esses locais. Eles atuam em atividades orientadas, como natação e hidroginástica, no controle de atividades livres, como o banho livre, na gestão do acesso às piscinas, na confecção das carteirinhas de acesso, nas oficinas de saúde, na fiscalização do banho para evitar acidentes, como salva-vidas caso ocorra algum incidente, etc. As equipes de cada Centro Comunitário, para cada mês, são montadas pela Gerência Pedagógica. Caso alguma equipe fique com poucos professores, usando a lógica de atendimento à primeira opção de cada professor, os professores mais novos não são atendidos na sua primeira opção, sendo lotados nas equipes dos locais que colocaram em segunda ou terceira opção. Novamente a lógica hierárquica é utilizada.

Outro exemplo, também no Projeto Verão, ocorreu quando o Ginásio Tesourinha propôs atividades para os meses de janeiro e fevereiro. Normalmente as Unidades Recreativas fecham em dezembro e retomam as atividades apenas em março. Na proposta da coordenadora do Ginásio constava um conjunto de atividades para o mês de janeiro e outro conjunto de atividades para o mês de fevereiro (de acordo com a escala de férias solicitada pelos professores envolvidos). Não foi autorizado à coordenadora que todos os professores lotados no Tesourinha permanecessem atuando no Ginásio, apenas alguns poderiam, pois havia necessidade de professores nos Centros de Comunidade. Para a escolha dos professores que ficariam no Ginásio, foi utilizada a lógica hierárquica, independentemente das atividades planejadas. Essa lógica opera em muitas outras situações cotidianas na Secretaria.⁵⁶

3.4 O CASO DA CRIAÇÃO DA SME: UM GRUPO COESO OU UM COLETIVO DE GRUPOS

O quanto eu deveria voltar no passado para trazer elementos que me ajudem a falar do presente que pretendo descrever? Essa escolha é difícil considerando uma

⁵⁶ Na Lei Complementar n.º 133/1985, em seu artigo 52, que trata da progressão funcional, consta que “a progressão obedecerá aos critérios de merecimento e antiguidade, processando-se na forma da lei”, ou seja, utiliza-se também a lógica da antiguidade para conceder vantagens.

política pública de quase cem anos. Poderia retornar no tempo e falar, como Eneida Feix (2003) ou como Fabiana Mayboroda (2017), sobre a criação dos Jardins de Recreio e sobre o processo que resultou na criação do Departamento de Educação Física. Poderia retroceder e abordar, como Rosane Molina (1997, 2004), Sílvia Amaral (2001a, 2001b) ou Christianne Werneck (2002), os Centros de Comunidade e como o Centro de Estudos do Lazer (Celar) contribuiu para a recreação e o lazer de Porto Alegre. Mesmo sabendo que esse passado, em alguma medida, constitui o presente que desejo discutir, não vou tão longe. Retornarei até a década de 1980, quando alguns processos que foram acontecendo em meio a inúmeras tensões e disputas conduziram o Esporte à estrutura administrativa de Secretaria Municipal.

Na entrevista com a ex-secretária da SME, a professora Rejane Penna Rodrigues, ao conversar sobre a Secretaria no período em que estava à frente da gestão, ela mencionou o seguinte:

A gente como colega conhecia o potencial de cada um, nas mais diversas áreas... E aí elas [as pessoas] eram chamadas, não interessava se era do PT ou não... Porque dentro da Secretaria não era pra ser petista, era pra ser bons profissionais... Tanto que os que nos sucederam de outros partidos no futuro, conversando com o secretário: “Ô, Rejane, a gente sempre achou que vocês eram todos petistas” ou então “A gente achou que a Secretaria tinha muito dinheiro”, porque o que se visualizava de fora era uma coisa tão concreta, tão íntegra que parecia então que pela política tradicional estava tudo amarrado ou pelo partido ou pelo dinheiro, e não era... O que estava amarrado é que nós acreditávamos na área, respaldado, é óbvio, por políticas participativas, políticas que aceitavam as diferenças [...] (ENTREVISTA, 3/8/2017).

Esse relato me despertou certo estranhamento e passei a me perguntar: o que seria essa “coisa concreta” mencionada por alguém de fora da SME? Isso produz uma ideia de homogeneidade. Produz uma ideia de um espaço permeado de consensos. Entretanto, eu convivia, enquanto professor que participava de reuniões semanais com um grande grupo de professores, em um espaço conflituoso e repleto de tensões. As pessoas discordavam e manifestavam suas ideias.

Ao levar adiante esse estranhamento, conversando com professores, políticos, líderes comunitários e até mesmo simples usuários de longa data dos serviços públicos prestados pela SME, novamente eu acessava uma narrativa que me conduzia a uma ideia de homogeneidade. As pessoas manifestavam uma visão positiva acerca de como a Secretaria foi inovadora, como a Secretaria serviu de exemplo para as políticas públicas de esporte e de lazer de todo Brasil, como a Secretaria atendia às comunidades, quão significativos eram os programas e os

projetos propostos pelo Esporte e algumas outras histórias nessa direção. Não pude negar a existência de uma visão compartilhada, por muitas das pessoas que circulam no Esporte, sobre essa homogeneidade da SME. Havia uma nostalgia em torno desses relatos. Enquanto pesquisador, busquei relativizar o que ouvia me perguntando: o que produzia essa percepção?

Para me auxiliar a olhar esse estranhamento, busquei respaldo na noção de projeto desenvolvida por Gilberto Velho (1994, 1997, 2012, 2013), que foi bastante esclarecedora como ponto de partida para pensar os dados que produzi no campo. Ressalto que não parto da premissa de que essa aparente homogeneidade seja verdadeira; ela existe em um certo grau na representação simbólica desses sujeitos. Entretanto, me senti compelido a aprofundar meu olhar sobre essa visão compartilhada por muitas pessoas com quem conversava. A visão de “uma SME ideal”.

Para dar conta desse objetivo, recorri a relatos presentes em entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, aos meus diários de campo e a documentos diversos coletados e produzidos durante minha pesquisa. Também utilizei descrições e entrevistas presentes em outros estudos sobre o Esporte (AMARAL, 2003; FORELL, 2014; MOLINA, 2004; SANTOS, 2003; SCHAFF, 2010; STIGGER, 1992). A partir desses dados, tentei contar um pouco do processo que avançou desde o período em que a pasta do Esporte, na estrutura administrativa municipal, era denominada Departamento de Esportes e Recreação Pública (DERP), passando por uma reformulação que a tornou Supervisão de Esporte e Recreação Pública (SERP), até um pouco além do período em que se estabeleceu como Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME). De toda maneira, podemos perceber uma certa direção nessas mudanças: de departamento para supervisão até secretaria. E é sobre essa direção que pretendo argumentar, pois ela nos traz elementos para pensá-la como a materialização de um projeto coletivo.

Começarei essa história com um personagem que figurará por muitos anos nesse espaço social, o professor Diego.⁵⁷ Ele começou sua carreira como servidor municipal em 1971, atuando como auxiliar administrativo na Prefeitura. Sempre na

⁵⁷ Diego é servidor aposentado, tendo iniciado sua carreira no serviço público na década de 1970. Além de atuar como professor no serviço público de esporte e de lazer de Porto Alegre, atuou em inúmeros cargos de coordenação e de gestão. Também foi secretário municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre e, apesar de aposentado, continua atuando em cargos e atividades políticas relacionadas, principalmente, com o campo do esporte.

carreira de servidor, cursou graduação em Educação Física. Em 1979 foi lotado no Parque Ararigóia para trabalhar com esportes. Naquela época a secretaria responsável pela política pública com atividades esportivas nas praças e parques era a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC). Dentro da SMEC, o setor responsável era o DERP. Quando Alceu de Deus Collares foi eleito prefeito de Porto Alegre, Cassiá Carpes⁵⁸ estava cotado para assumir a direção do DERP. O professor Diego não concordou com a indicação e acabou “comprando uma briga” para falar com a secretária da SMEC, responsável pela indicação. Resultado desse encontro: Cassiá Carpes não foi indicado para chefiar o DERP e o professor Diego foi indicado como coordenador de praças e parques (um cargo de chefia dentro do DERP). Dias mais tarde, o diretor que havia sido indicado para o DERP, no lugar de Cassiá, pediu exoneração do cargo. Posteriormente, o professor Diego foi chamado pela secretária da SMEC e questionado se conhecia alguém para assumir o cargo que estava vago. Imediatamente Diego se prontificou, e permaneceu três anos como diretor do DERP. Na gestão do prefeito Collares, os cargos políticos, cargos de chefia de diferentes setores e secretarias, eram definidos a partir de decisões diretas do gabinete do prefeito. O cargo de diretor do DERP favoreceu uma aproximação do professor Diego com a política, que foi se ampliando com o passar dos anos. Nesse percurso inicial ele se inseriu no Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Durante o percurso do professor Diego, outros quatro personagens iniciaram suas trajetórias no Esporte: Tadeu, Natália, Patrícia e Sílvia. Todos são professores e prestaram concurso público para atuar como servidores no município de Porto Alegre.

O professor Tadeu formou-se em Santa Maria, em Educação Física, e veio trabalhar em escolas de Porto Alegre. Fez concurso para a Prefeitura na década de 1980 e foi nomeado para o cargo quando o professor Diego era diretor do DERP. O relacionamento de Tadeu com Diego iniciou quando foram colegas em um curso de especialização oferecido pela UFRGS. Quando Diego descobriu que Tadeu havia sido aprovado no concurso, ele entrou em contato convidando-o para atuar no DERP. Tadeu não conhecia o trabalho, mas achou interessante. Assim, aceitou o convite e começou a trabalhar no setor. O professor relatou que, naquela época, o trabalho era muito focado no esporte, no modelo de escolinhas esportivas. Tadeu também era engajado politicamente com o Partido dos Trabalhadores (PT), participando de

⁵⁸ Na década de 1980 foi treinador de diferentes times do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Ingressou na carreira política somente em 2000, sendo eleito vereador de Porto Alegre.

reuniões e discussões em diferentes esferas partidárias. Durante a entrevista, ele transpareceu que, após algum percurso como servidor municipal, seu engajamento aumentou, o que parece ter ocorrido principalmente devido à rede de relacionamentos que ele foi construindo.

A professora Natália trabalhava no município de Alvorada, ministrando a disciplina de Educação Física. Seu vínculo não havia ocorrido por meio de concurso naquele município, mas por contrato emergencial na Rede Estadual de Ensino. Ela relata que não estava contente com o tipo de trabalho que conseguia desenvolver na escola. Na sua argumentação havia uma certa descrença acerca da contribuição que as intervenções na escola, a partir das aulas de Educação Física, poderiam dar ao público que as frequentava, muito devido à própria estrutura organizacional da escola.

Quando ela passou no concurso para a Prefeitura de Porto Alegre, descobriu que poderia atuar em praças e parques com atividades esportivas, saindo do espaço formal de educação. Sua primeira lotação foi o Parque Tenístico, onde sua atribuição inicial foi desenvolver atividades esportivas com crianças e adolescentes abordando o tênis. A professora Natália relatou que, ao iniciar suas atividades no Parque Tenístico, encontrou um espaço muito interessante, mas não tinha um trabalho pedagógico construído. Havia um professor lotado que era atleta de tênis e tinha vínculo com alguns clubes privados de Porto Alegre, priorizando, então, o trabalho nesses clubes, e não o atendimento no parque. A professora reparou que havia algumas pessoas adultas que trabalhavam e/ou que circulavam no parque que tinham interesse em jogar tênis, mas a proposta do local era de atendimento apenas para crianças e adolescentes. Apesar dessa política, ela articulou algumas atividades com essa comunidade de adultos e organizou aulas e jogos, possibilitando que essa parcela da população frequentasse atividades orientadas regulares. Segundo a professora, essa iniciativa teve como consequência uma “chamada” do gestor responsável, pois a atividade estava fora da política de atendimento. Além disso, ela recebeu uma avaliação negativa do seu coordenador em um dos relatórios do estágio probatório devido a essa situação.

Apesar desse início com certa resistência, a professora relata que o projeto vingou. As aulas coletivas de tênis para adultos começaram a ser oferecidas no parque e persistem até os dias de hoje. A professora manifesta que não tinha

envolvimento político-partidário, mas, mesmo não sendo vinculada a nenhum partido, se sentia petista “em ideais e princípios”.⁵⁹

A professora Patrícia, quando assumiu a Prefeitura, foi lotada no Parque Ararigóia. Ela atuou, durante algum tempo, em outras duas escolas estaduais com a disciplina de Educação Física, mas acabou se exonerando do serviço público estadual para se dedicar à Prefeitura. Desde antes do seu vínculo como servidora municipal, ela já era engajada politicamente. A professora frequentava reuniões do partido para debater questões políticas. Seu vínculo político ocorrera com Flávio Koutzii⁶⁰, inicialmente em um coletivo denominado Coletivo Flávio Koutzii, que, posteriormente, foi nomeado Esquerda Democrática, configurando-se como uma das tendências do PT. Nessa trajetória política, além do envolvimento com a tendência, a professora Patrícia também compôs a setorial do esporte e do lazer dentro do PT. Tanto as tendências quanto as setoriais eram espaços políticos de engajamento dentro do partido. Na lógica do PT, os candidatos a cargos nas eleições dependiam do apoio de diferentes grupos dentro do partido (diferentes tendências). Além disso, as indicações para cargos comissionados (CCs) também eram discutidas nesses grupos. Nessa lógica, ocupar espaços era, de certa forma, ter apoio de diferentes grupos dentro do partido.

A professora Sílvia escolheu atuar nas praças e parques por acreditar no potencial desse trabalho, tendo convicção de que o trabalho pedagógico nos espaços não formais de ensino é mais significativo, “pois o aluno que frequenta esse espaço não vai porque é obrigado (como no caso da Educação Física na escola), ele escolhe estar lá” (ENTREVISTA, 1/6/2017). Do ponto de vista da professora, o aluno faz aquilo de que gosta e no horário que ele quer, pois não precisa seguir o engessamento do calendário escolar. Essa combinação, segundo a professora, possibilita uma abordagem mais interessante e produtiva para os alunos. Ela começou a carreira

⁵⁹ Para auxiliar na compreensão do significado do que a professora Natália fala sobre sentir-se petista em ideais e princípios, sugiro o texto de Marcia Ribeiro Dias (2002), que aborda uma certa hegemonia que o PT conquistou em Porto Alegre na década de 1990. A capital gaúcha, segundo dados da pesquisa, tinha uma tradição oposicionista, no sentido de nunca reeleger governos municipais. Nas eleições de 1996, cerca de 46% dos porto-alegrenses se identificavam com o Partido dos Trabalhadores e manifestavam que votavam pelo partido, e não pelo candidato.

⁶⁰ Flávio Koutzii nasceu em Porto Alegre e foi um militante atuante no Brasil e na Argentina. No período da ditadura, ficou exilado, retornando para atuação política no Brasil em 1984. Sua trajetória contribuiu para se posicionar como um político influente do PT, a ponto de liderar um coletivo que carregou, por um período, o seu nome. Mais detalhes sobre a trajetória de Flávio Koutzii está disponível no livro *Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 a 1984* (2018), escrito por Benito Bisso Schmidt.

como servidora na DERP e, no momento dessa entrevista, já tinha mais de 30 anos de atuação na área do esporte e do lazer do município de Porto Alegre. Ela esteve vinculada ao PT desde a época da graduação, qual seja, o final da década de 1970, e se considerava uma militante de esquerda, mas disse que na década de 1990 se afastou do vínculo com o partido.

Em 1987 ocorreu uma reformulação administrativa na Prefeitura. A SMEC foi extinta. Como alternativa, foram criadas a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e a Secretaria Municipal de Educação (SMED). O DERP também foi reformulado e tornou-se Supervisão de Esporte e Recreação Pública (SERP). No período em que a reformulação estava sendo discutida, o professor Diego estava à frente do DERP. Ele relata que havia sugerido ao prefeito Collares a criação de uma Secretaria de Esportes. Collares não aceitou a proposta do professor Diego, mas propôs reformular o setor, mantendo-o vinculado à Educação e aumentando o número de cargos de chefia. Concordando com a proposta do prefeito Collares, Diego passou a batalhar intensamente pela aprovação do projeto na Câmara de Vereadores. Sua atuação, no sentido de negociar com os vereadores a aprovação do projeto que criava a SERP (com sua nova estrutura e seus novos cargos), transpôs a esfera política a ponto de mobilizar as suas relações pessoais. O professor Diego conseguiu amarrar um acordo em que a vereadora que estava como vice-líder da Câmara Municipal se propôs a ceder cargos que estavam com a sua bancada em troca de votos favoráveis de outras bancadas ao projeto. Diante disso, o projeto da Lei Municipal n.º 6.099, de 3 de fevereiro de 1988, foi aprovado.⁶¹ Com a SERP, criaram-se 43 cargos de chefia, que ficaram com a pasta do Esporte. Segundo o professor Diego, esses cargos continuam lá até hoje.

A partir dos relatos dos interlocutores e de alguns dados obtidos em relatórios de atividades da Prefeitura e em outros trabalhos acadêmicos sobre o referido período, podemos considerar que as atividades propostas pelo setor estavam pautadas nas práticas esportivas e em ações isoladas de atendimento à população. Alguns professores, principalmente aqueles engajados na proposta de implementação das políticas de esporte e de lazer que deram corpo à SME, relatavam que naquele período não havia uma proposta de política pública definida. O relato de uma

⁶¹ A Lei Municipal n.º 6099, de 3 de fevereiro de 1988, está disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/governo_municipal/usu_doc/normas_de_criacao_-_smc.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

colaboradora de Santos (2003), explicando sobre como funcionavam as Unidades Recreativas, também nos indica essa percepção. Ela afirma que, naquele período,

o trabalho, que se concentrava no final de semana e, dentro desse trabalho, a gente conversava com a comunidade, emprestava material e tinha um campeonato de futebol [...]. Tinha também um grupo de senhoras que faziam ginástica à tarde e nós desenvolvíamos recreação aos finais de semana. Tinham alguns grupos que jogavam voleibol, mas não era uma política [...], não tinha acompanhamento pedagógico, não tinha planejamento (SANTOS, 2003, p. 70).

Acrescento um depoimento oral transcrito na tese da professora Sílvia Amaral (2003), que estudou o Orçamento Participativo e a participação popular nas políticas públicas de lazer de Porto Alegre no intuito de verificar como estavam as políticas públicas de lazer desenvolvidas pela SERP ao final da gestão de Collares:

em 89 este serviço estava restrito ao centro da cidade; tinha como modelo o esporte de alto rendimento e era composto por um serviço de praças e parques, com professores lotados para dar aulas para crianças e adolescentes, fazer treinamentos e organizar competições e outro serviço que organizava competições (cerimoniais, carnês, arbitragens...) e equipes representantes do município (Jirgs...) Os encontros e discussões eram todos na perspectiva de dar conta das questões técnicas dos eventos esportivos e de cobrança do desempenho do professor “técnico” (AMARAL, 2003, p. 33).

Esses relatos sobre as ações desenvolvidas pela SERP naquele período corroboram o relato do professor Tadeu. Ele comentou que grande parte das propostas de atividades desenvolvidas pelo setor seguiam o modelo de “escolinhas esportivas” e “campeonatos esportivos” (ENTREVISTA, 27/6/2017). Esses diferentes relatos e percepções dos professores nos ajudam a pensar sobre como os serviços de esporte e de lazer foram avançando. Ao manifestarem que “antes não havia um planejamento” ou que “não era uma política”, podemos interpretar que as atividades que no momento do relato eram propostas pelo serviço público figuravam com maior planejamento e, talvez, articuladas em propostas mais amplas. Não busco com esse texto apontar que em um dado momento os serviços ocorriam sem planejamento ou sem orientação pedagógica. Certamente havia pressupostos e tradições que orientavam as pessoas que implementavam as atividades.

Nas eleições municipais ocorridas em 1988, a Frente Popular (FP), uma coligação de partidos de esquerda, venceu o pleito, permanecendo por 16 anos consecutivos como gestores do Executivo municipal. Nesse primeiro período, de 1989 a 1992, Olívio Dutra foi o prefeito de Porto Alegre. As diretrizes que pautavam sua

administração eram a democratização da administração, a inversão de prioridades e a descentralização do poder.

Como supervisor da SERP, foi nomeado o professor Weber, que era vinculado ao PT. Segundo os relatos, no início dessa primeira gestão, não havia uma direção bem estruturada sobre o “projeto” de trabalho para as políticas públicas de esporte e de lazer da cidade. Grande parte das discussões e das decisões que buscavam formar tal projeto para o setor ocorriam com a participação de todos os servidores vinculados à SERP, ou seja, professores e funcionários. Criou-se a proposta de reuniões sistemáticas, em forma de assembleia, para discutir o planejamento do setor. Segundo o relato da professora Natália, esse processo foi importante, pois “se criou uma ideia de participação”, mas, com o tempo, foram ocorrendo muitas divergências, e as reuniões naquele formato pareciam não funcionar mais.

O professor Weber não permaneceu muito tempo no cargo de supervisor da SERP; passados alguns meses, ele convidou a professora Natália para assumir o seu lugar. Ele “alegou estafa e se afastou do cargo” (AMARAL, 2003, p. 45). Natália relatou que havia a possibilidade de uma outra professora assumir a supervisão da SERP, entretanto havia alguns setores da supervisão, tal como o setor de eventos e o setor de praças e parques, que não concordavam com a indicação. A referida professora atuava na Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), havia desenvolvido um trabalho reconhecido e, sobretudo, tinha vínculo partidário com o PT.

Ao aceitar o cargo, a professora Natália propôs modificar a forma como a SERP se organizava. Modificou os setores dando prioridade ao setor pedagógico – priorizou a formação de professores para atuação nas praças e parques. As “assembleias” que ocorriam nas segundas-feiras se tornaram reuniões pedagógicas. A professora constituiu um grupo de estudo que se encontrava semanalmente, um grupo de professores que atuavam no setor pedagógico, com a finalidade de preparar pautas para as reuniões semanais de professores. Seu objetivo era buscar nos estudos acadêmicos elementos para sustentar políticas públicas para o setor. Nesse período alguns assessores que atuavam como professores universitários no campo do esporte e do lazer e com foco no estudo de políticas públicas passaram a compor esse setor em cargos comissionados e buscavam contribuir com a formação dos docentes que atuavam na SERP.

Os relatos do professor Tadeu e da professora Natália apontam que nesse período começou a se pensar uma proposta para as políticas públicas de esporte e

de lazer que rompesse com a implementação de atividades focadas apenas nos esportes, tais como as escolinhas esportivas, ou com o atendimento a partir da organização de campeonatos e/ou empréstimos de materiais e equipamentos esportivos.

Segundo Stigger (1992), as políticas públicas implementadas pela SERP foram orientadas por dois documentos: a *Carta de princípios*, desenvolvida no I Encontro Nacional de Administrações Petistas Ligadas ao Esporte e Lazer, produzida em dezembro de 1989; e as *Diretrizes para o trabalho da SERP*, documento produzido pelo próprio setor. Segundo o autor,

interpreta-se nos dois documentos que norteiam as ações da SERP uma visão de esporte e lazer não alienados, fenômenos culturais contextualizados e que devem ser entendidos como espaços onde se construa a democracia, a participação e a cidadania, com vistas a uma sociedade justa e igualitária (STIGGER, 1992, p. 35).

Ambos os documentos foram produzidos na esteira da Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, e da vitória da Frente Popular na cidade de Porto Alegre, que buscava “romper com a ordem social vigente” (AMARAL, 2003, p. 20). Nesse sentido, a tônica nas políticas públicas circulava em torno dos direitos sociais e, mais especificamente, do acesso às políticas públicas que materializassem os direitos sociais. Assim, o esporte e o lazer constituíam um espaço privilegiado para a implementação de ações que atendessem a tal necessidade.

Walson Lopes (2014), em pesquisa que estudou a trajetória política do Partido dos Trabalhadores de 1979 a 2002, mostra que o PT do final das décadas de 1980 e 1990 busca modificar seu discurso considerado classista e socialista, que atendia uma parcela da população, para um discurso com contornos de um partido socialdemocrata. Com esse novo contorno, o PT ampliou seu escopo de atuação política, atendendo à narrativa acerca das políticas sociais que estava em foco. No I Congresso Nacional do PT, ocorrido em dezembro de 1991, que condensou um conjunto de inflexões políticas do partido que nasceram nesse movimento de transformação, o autor apresenta que

as resoluções aprovadas explicitam que o Partido dos Trabalhadores havia se tornado um partido reformista preocupado em “radicalizar a democracia” brasileira; e que essa radicalização seria de agora em diante o grande princípio do socialismo petista. “Para o PT, Socialismo é sinônimo de radicalização da democracia”, diz uma das deliberações. Ainda segundo essas resoluções, o PT deveria lutar para reformar o Estado e elevar milhões de brasileiros à condição de cidadãos, democratizando, portanto, a sociedade

brasileira. A cidadania foi indelevelmente impregnada ao discurso petista: “O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos de cidadania” (LOPES, 2014, p. 26).

Ainda nessa primeira gestão da Frente Popular, com Olívio Dutra como prefeito, ocorreram intensas disputas internas no Esporte, naquele período ainda estruturado como supervisão (SERP). De um lado, um grupo constituído pela supervisora, professora Natália, que trabalhava alinhada com a secretária de Educação, que naquele período era a Esther Grossi, e seu grupo de trabalho, que teve como atribuição construir uma proposta de gestão para a SERP. De outro lado, um grupo de professores que divergiam da proposta administrativa desenvolvida até o momento. Essa divergência parece que estava intimamente vinculada a questões políticas, pois o grupo divergente tinha uma forte relação com o PT; mais especificamente, eles estavam vinculados a uma tendência⁶² do partido, a Esquerda Democrática. A Esther Grossi e a professora Natália não eram vinculadas a nenhuma tendência do partido. Segundo Tadeu, a Esther não era uma “política pura”, ela era conhecida por atuar no Geempa.⁶³ Além disso, ele menciona que “a Natália era da Esther” (ENTREVISTA, 27/6/2017), associando a chefe da SERP com a secretária e com suas políticas. Nas manifestações no professor, não ser um “político puro” parecia ser algo ruim para o cargo que a Esther Grossi estava ocupando.

A professora Natália relatou que havia um desgaste enorme entre os professores que atuavam com alguns cargos de chefia. Percebendo isso, ela solicitou apoio à secretária Esther Grossi, que contratou uma consultoria para avaliar o grupo de trabalho da SERP (grupo que atuava nas posições de chefia do setor). Um relato semelhante foi feito pela professora Sílvia Amaral na sua tese de doutoramento:

em início de 1991 passamos a ter a consultoria do Miguel Massolo e Nize Pellanda (psicologia institucional) com o objetivo de estudar o grupo e trabalhá-lo na perspectiva de dirimir os conflitos. Esse trabalho apontou para um diagnóstico de um grupo muito complicado, autofágico e tendo, na figura [nome da servidora], sua principal articuladora (AMARAL, 2003, p. 46).

⁶² Segundo o professor Tadeu, as tendências são “uma série de espaços de poder que são ocupados de acordo com o tamanho da tendência partidária”. O PT foi formado a partir de diferentes grupos políticos. A organização do partido em tendências foi a forma encontrada para que os diferentes grupos convivessem dentro do partido. Ainda no relato do professor Tadeu, ele explica que as tendências se modificam, se reorganizam, se juntam e se separam, e que há debates intensos dentro do PT.

⁶³ O Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (Geempa) é uma ONG que atua desde 1970. Em 1988 adquiriu sua sede no Bairro Cidade Baixa. Mais informações disponíveis em: <https://geempa.com.br/o-geempa/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

A conclusão dessa consultoria, conforme apontado pela informante de Amaral (2003), era de que a equipe estava em um nível de conflito extremamente elevado. A sugestão foi que a professora Natália pedisse afastamento do cargo ou que exonerasse alguns servidores que estavam em cargos de chefia, pontualmente aqueles que estavam constantemente em rota de colisão com a sua gestão. A decisão da professora foi exonerar a servidora que era a pivô de muitas situações de conflito, a professora Tamara.

A professora Tamara era coordenadora do setor de manutenção. Esse setor desempenhava um trabalho reconhecido na Prefeitura e mencionado nos dias atuais com certa nostalgia, pois possuía um corpo de operários altamente qualificados para a produção de equipamentos esportivos que eram instalados nas praças e nos parques da cidade. Segundo a professora Natália, Tamara almejava ser nomeada supervisora da SERP; para isso, ela articulava ações no sentido de dificultar a gestão do setor, estabelecendo vínculos com outros servidores que não estavam alinhados com a atual supervisora. Imediatamente após a exoneração da professora Tamara, houve, segundo as palavras do professor Tadeu, um “racha violento” no grupo. Os professores que estavam aliados à professora Tamara e que atuavam em cargos de chefia pediram exoneração e retornaram para a “ponta”, isto é, voltaram para as praças e parques atuando como professores nas atividades esportivas e de lazer oferecidas pela SERP. Esse grupo de professores, na sua grande maioria, atuava na Prefeitura desde a época da DERP (alguns no setor de eventos e outros no setor de praças e parques daquela época) e tinha vínculo partidário com PT, especialmente com a tendência Esquerda Democrática.

Após esse “racha”, a professora Natália reestruturou sua equipe e implementou alguns projetos dando luz à proposta de governo, que se alicerçou, principalmente, em três diretrizes: a inversão de prioridades, a democratização do acesso e a descentralização do poder. O principal movimento nessa direção foi a expansão da abrangência do setor. Foram construídas muitas Unidades Recreativas nesse período, principalmente na periferia da cidade. Outro movimento foi a ampliação do escopo de atividades oferecidas pelo setor. O investimento no setor pedagógico buscou, além do processo de formação continuada dos professores, discutir e criar novas propostas de atividades e de projetos para a população.

Ainda nesse período, o grupo que se exonerou dos cargos de chefia, que tinha vínculo com a tendência Esquerda Democrática do PT, construiu uma proposta para a criação da Secretaria de Esportes. Com a aproximação do final da gestão do prefeito Olívio Dutra, Tarso Genro iniciou um movimento para angariar apoio a sua candidatura. Dentro do partido, como já mencionado, era necessário o apoio de diferentes tendências para se lançar candidato. Assim, o grupo de professores da SERP que eram vinculados à tendência Esquerda Democrática acordou apoio à candidatura e, caso eleito, Tarso apoiaria o projeto para a criação da SME.

Com a vitória de Tarso Genro nas eleições de 1992, o apoio do Executivo à criação da SME estava garantido, mas dependia também do Legislativo para que a lei fosse aprovada. O professor Tadeu, que participou do grupo que produziu e apresentou a proposta da nova Secretaria, comenta que não havia um consenso acerca da criação da SME. Havia um grupo de professores que apoiavam a criação da SME, cujos argumentos circulavam em torno da autonomia política; e outro grupo, que estava na chefia da SERP na gestão do Olívio Dutra, argumentava que “com o afastamento da SMED perderíamos o caráter educativo e o esporte retornaria para uma abordagem focada em escolinhas esportivas”. Não interpreto que o debate relatado pelo professor Tadeu sugere a existência de um grupo contrário à criação da SME, ou a existência de restrições à autonomia política do setor; me parece que eram dois grupos mobilizando discussões diferentes, mas não contrárias.

A professora Natália afirma que a Esther Grossi nunca foi contra a criação de uma secretaria para o Esporte, sempre apoiou o setor e seus questionamentos eram no sentido de fomentar a qualificação do setor. Durante a entrevista, essa narrativa aparece na fala da professora Natália com um tom de defesa, apesar de as minhas perguntas não apontarem para uma acusação. A intencionalidade da manifestação da professora me levou a pensar que havia um ambiente de “críticas e acusações” acerca da gestão e do lugar da SERP como um “setor” da Secretaria de Educação, que era gerido pela secretária Esther Grossi. Aqui estou fazendo um “salto especulativo”, considerando entrevistas, diálogos e observações, mas essa posição defensiva da professora Natália me conduz a pensar que essas acusações se somaram aos argumentos que justificaram a criação da SME.

Tadeu relata que ele e o grupo de professores proponentes do projeto da nova Secretaria visitaram inúmeras vezes a Câmara de Vereadores com o objetivo de buscar apoio político dos vereadores para a criação da SME. Foram muitos debates,

esclarecimentos e algumas “discussões ferozes” (ENTREVISTA, 27/6/2017), dentro do próprio partido inclusive.

Em 5 de outubro de 1993, o projeto de criação da SME foi aprovado pela Câmara dos Vereadores.⁶⁴ Segundo Tadeu, após a aprovação da lei que criou a SME, o prefeito Tarso Genro pretendia indicar um “medalhão” do esporte como secretário. Ele comenta que havia rumores de que o ex-jogador de futebol Paulo Roberto Falcão seria indicado.⁶⁵ Esses rumores provocaram, segundo as palavras do professor Tadeu, um “movimento forte” contra essa indicação. O grupo que elaborou, apresentou e buscou apoio político para a criação da SME queria alguém que partilhasse de suas ideias no cargo de secretário da pasta. Assim, o grupo buscou o apoio de Flávio Koutzii, que era líder da Esquerda Democrática. Ele intercedeu em favor do grupo e bancou a indicação da professora Rejane Penna Rodrigues como secretária. Rejane era servidora, atuava na SERP e era militante do PT associada à tendência de Flávio Koutzii. A seguir um relato da entrevista com a professora Rejane acerca da criação da SME:

[...] Quando eu entrei na Prefeitura, era um departamento dentro da SMED, depois passou a Supervisão de Esporte e Recreação Pública, e posteriormente, na gestão do prefeito Tarso Genro, já na época da campanha, a pedido de um grupo nosso dessa supervisão que éramos, identificamos com o programa partidário do candidato Tarso. A gente indicou que, se ele constituísse uma secretaria, esse status de secretaria com o mesmo valor [recurso financeiro] que estava sendo despendido para o nosso trabalho dentro da SMED, mas com status político de poder estar próximo dos demais secretários, próximo do prefeito, representando a prefeitura em vários aspectos, não sendo representado pela Secretaria de Educação, pelo Secretário da Educação, faria um trabalho melhor... E houve uma sensibilidade do prefeito na época, que quando ele foi eleito ele encaminhou dois projetos para a Câmara dos Vereadores: a da criação da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, e da criação da Secretaria de Captação de Recursos [...] (ENTREVISTA, 3/8/2017).

Nesse excerto da entrevista, fica evidente a percepção da ex-secretária da SME de que, ao se tornar secretaria, há um aumento de status político. Entretanto, esse aumento de status não foi convertido, segundo o mesmo relato, em um aumento de recursos despendidos para o setor. Segundo Etel Gutterres e Rejane Rodrigues (1996, p. 78),

⁶⁴ Lei n.º 7.330, de 5 de outubro de 1993, que cria a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME) e dá outras providências. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/governo_municipal/usu_doc/normas_de_criacao-sme.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

⁶⁵ Retomo que, na criação da SERP, havia a intenção de indicação de um ex-jogador de futebol, Cassiá Carpes, que ainda atuava como treinador, para o cargo de supervisor.

foi criada a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer com os mesmos recursos (humanos e orçamentários) da antiga Supervisão de Esporte e Recreação. Sendo assim foi preciso estruturar-se, funcionar e sentir-se enquanto Secretaria do Município.

Antes de ser indicada como secretária, no ano de 1993, quando estava em pauta o debate sobre a criação da SME, a Rejane foi indicada como supervisora da SERP pelo prefeito eleito Tarso Genro. Devido ao vínculo com o grupo de professores que haviam pedido exoneração dos cargos no “racha” (com a professora Natália) que ocorrera durante a gestão anterior, aquele grupo retornou às chefias.

A professora Natália relata que ela sofreu uma certa perseguição. Ao sair do cargo de supervisora, ela solicitou que ficasse lotada no Parque Ramiro Souto. Entretanto, das 60 horas que ela trabalhava no setor, 20 foram lotadas em uma praça na periferia da cidade, próximo à cidade de Alvorada, e 40 horas foram disponibilizadas para a SMED. A professora tinha alguns contatos com políticos que, sabendo do que ocorrera, sugeriram que ela fosse cedida para outro setor. Ela aceitou e ficou atuando como assessora na Câmara dos Vereadores durante alguns anos. Quando essa oferta foi sugerida, ela disse que havia outros servidores que trabalhavam com ela que também estavam sendo “perseguidos”. Naquele momento argumentaram que não poderiam transferir outros, apenas ela. Segundo a professora, o grupo que assumiu a SERP acreditava que ela se articulava com os outros servidores para tentar ascender novamente no setor, fazendo alianças para “derrubar” a equipe atual. Assim, eles “tiraram de cena” todos os servidores que tinham alguma relação com a professora Natália, transferindo a lotação deles para regiões periféricas da cidade.

A professora Sílvia, que na gestão do Olívio Dutra trabalhou com a professora Natália, relatou que, após a vitória do prefeito Tarso Genro, outro grupo do PT assumiu a SERP. Como trabalhava em um cargo de chefia, associaram-na com o grupo gestor anterior (com a professora Natália). Assim, ela também foi lotada na periferia. A professora acrescenta que havia um servidor que fiscalizava o trabalho dela e de outros colegas que estavam naquela Unidade Recreativa. Depois de um tempo, ela afirma que foi tachada como uma servidora que pouco trabalhava. Para solucionar essa situação, Sílvia foi transferida para o Parque Marinha do Brasil, sede da SME. Segundo a professora, nenhuma atividade “vingava” no local. Lá no Marinha, ela começou a se envolver com um projeto que estava iniciando e que teve uma grande

repercussão na Secretaria, o Projeto Lazer e Saúde.⁶⁶ De acordo com Sílvia, após um período trabalhando no projeto, “eles perceberam que eu trabalhava” (ENTREVISTA, 1/6/2017). Posteriormente, a professora foi coordenadora do projeto durante alguns anos.

A professora Patrícia, que atuou na equipe de gestão da SME no princípio da Secretaria, conta o seguinte:

a única coisa que nós nunca toleramos lá na nossa época, o não trabalho... As pessoas que se escondiam, as pessoas que se escondiam do trabalho ou as pessoas que se distanciavam da comunidade... Era a única coisa que nos incomodava... Então isso realmente a gente ficou muito... com o olhar atento, acompanhando, porque isso aí desconstituía a administração... Se tu tem um profissional que não vai ao local de trabalho, que só chega atrasado, sai mais cedo, que não mantém grupo, ele desconstituía a administração... Se tu tem uma pessoa que vai e trata mal a comunidade, ela não desconstituía o partido, ela desconstituía a administração... Então pra isso a gente foi bem intolerante... (ENTREVISTA, 3/8/2017).

Essa pode ser considerada uma outra justificativa para a referida “perseguição”. Para os acusados de não atender devidamente a clientela da Secretaria, dando conta de todas as atribuições conferidas a um servidor público, fazia sentido o deslocamento para um local onde seriam mais bem “monitorados”.

A Frente Popular permaneceu na gestão da Prefeitura de Porto Alegre por 16 anos (de 1989 até 2004). No primeiro mandato, o Esporte esteve vinculado à pasta da Educação, permanecendo na estrutura administrativa herdada do governo anterior. Na transição para o segundo mandato e com a vitória no referido pleito, ocorreu o movimento de reestruturação dessa pasta, resultando na criação da SME.

O primeiro ponto que eu gostaria de discutir sobre essa história é a ideia de coesão. Podemos considerar que, no período entre a criação da SME até o fim da quarta gestão da Frente Popular em Porto Alegre (1993-2004), um grupo desfrutou de uma certa coesão, pois foi esse grupo, composto por servidores de carreira na sua maioria, que permaneceu à frente da gestão dessa pasta. Mas em que medida essa coesão pode ser pensada? Como ela se sustentou durante esse longo período? Considerando um universo de trabalhadores, como ocorreu um mínimo de alinhamento para manutenção dessa coesão por um período tão longo? O que essa ideia de coesão ensinou para esse grupo de servidores que seguiu trabalhando na

⁶⁶ Foi um projeto de atendimento sistemático da SME que orientava a população em diferentes parques e praças para atividades de caminhada e corrida, mantendo um registro de frequência cardíaca de pressão arterial. No ano 2000, por exemplo, foram 21.301 atendimentos em dez locais diferentes (dados do relatório de atividades da PMPA).

SME mesmo após o final da gestão da Frente Popular? E será que essa coesão se encerra ao final desse período de gestão?

Minha ideia é sustentar que essa coesão ocorreu devido a uma confluência de fatores que tentarei justificar, quais sejam: um alinhamento político e um alinhamento corporativo. Acredito que essa coesão faz parte de um aprendizado político vivenciado pelos professores que atuam no Esporte e que, em certa medida, esse aprendizado não se encerra no final da gestão da Frente Popular nem se iniciou com ela.

O alinhamento político que tento argumentar trata-se de quanto a pasta em questão, a do Esporte nesse caso, consegue dialogar com o projeto político do gestor do Executivo. Uma fala da professora Patrícia me ajuda a pensar essa relação: “eu acho que é superimportante entender que os partidos têm a sua ideologia, e essa ideologia ela vai desde o gabinete do prefeito até a última pessoa que a política atinge na sociedade”. E ela complementa argumentando que, “enquanto estavam na gestão, eles estavam amarrados nas duas pontas: com o Orçamento Participativo, que era o que a comunidade demandava, e com a gestão da Prefeitura, que era no que eles apostavam” (ENTREVISTA, 3/8/2017).⁶⁷

Na fala da professora está claro que as políticas públicas materializadas pela Secretaria estavam amarradas com a proposta do governo. Nessa perspectiva, propor programas, projetos ou ações que não dialogassem com tal projeto seria caminhar para o “desalinhamento” político, perdendo um elemento fundamental da referida coesão, o sentido político da Secretaria. Minha hipótese é a de que o grupo que permaneceu por 12 anos na gestão da SME sabia como negociar seus projetos com os projetos dos governos.

Mas apenas o alinhamento político não daria conta da manutenção desse grupo por esse longo período na gestão do setor tampouco garantiria a referida coesão. Outro elemento que acredito ter sido fundamental para essa permanência prolongada foi o que chamei de alinhamento corporativo. Quero dizer com isso que o corpo de servidores que atuam na materialização das políticas públicas percebe essas políticas como suas; ou melhor, eles se consideram participantes na construção dessa política. A noção de projeto nos ajuda a pensar sobre essa dimensão da coesão. Gilberto

⁶⁷ Segundo Dias (2002, p. 158), sobre as reeleições da Frente Popular em Porto Alegre, “a referida hegemonia social foi construída em torno de um projeto político governamental pautado, ideologicamente, na participação direta da população nos negócios do Estado e, objetivamente, na inversão de prioridades para o investimento em políticas públicas, destinando um maior volume de verbas para os segmentos mais carentes da população”.

Velho (2013, p. 65) explica que “Alfred Schutz desenvolveu a noção de projeto como ‘conduta organizada para atingir finalidades específicas’” e complementa:

embora o ator, em princípio, não seja necessariamente um indivíduo, podendo ser um grupo social, um partido, ou outra categoria, creio que toda noção de projeto está indissoluvelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito. Ou invertendo a colocação – é indivíduo-sujeito aquele que faz projetos. A consciência e a valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e a condução de projetos. Portanto, se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessa trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos (VELHO, 2013, p. 65).

Esses argumentos nos permitem pensar acerca do processo pelo qual passaram os indivíduos que constituíram o Esporte, descrito anteriormente, e a possibilidade de ter produzido as circunstâncias para a atualização de projetos individuais, favorecendo a interpretação de que tenham objetivos comuns. Acerca dessas atualizações, podemos considerar a noção de metamorfose também discutida por Gilberto Velho. Nas palavras do autor,

a metamorfose de que falo possibilita, através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos – portanto, a universos simbólicos diferenciados –, que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos. Assim, eles não se esgotam numa dimensão biológico-psicologizante, mas se transformam – não por volição, mas porque fazem parte, eles próprios, do processo de construção social da realidade (VELHO, 2013, p. 124).

Assim, não encontro na noção de projeto, pensado no singular, a possibilidade de reunir a diversidade de interesses e intenções dos indivíduos que fizeram parte desse processo. Corroboro a ideia da heterogeneidade dos grupos sociais mesmo que, olhando de longe, eles pareçam homogêneos (visão compartilhada sobre a SME). A própria descrição mostra que não havia consenso na forma de conduzir o Esporte. Entretanto, isso não exclui a possibilidade de que o referido grupo heterogêneo, constituído de indivíduos que não concordaram em inúmeros aspectos que envolveram a criação da SME naquelas circunstâncias, por exemplo, encontre certas coerências na reconstrução de seus projetos que os permita produzir uma ideia de grupo coeso. Esses indivíduos são os responsáveis pela construção social do

Esporte. Esses indivíduos transformaram e se transformaram nesse processo. Podemos pensar, então, na ideia de coletivos de projetos?

Não pretendo, assim como Velho, e como Schutz antes dele, sustentar que esses projetos são produtos de indivíduos movidos pela racionalidade, que são produtos de cálculos precisos para traçar as estratégias necessárias à conquista de um determinado objetivo. Segundo Velho (2013, p. 65),

as circunstâncias de um presente do indivíduo envolvem, necessariamente, valores, preconceitos, emoções. O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão de etapas de sua trajetória.

Pensando sobre a ideia de identidade social, se recorrermos a outros estudos que investigaram o campo do esporte, da recreação e do lazer nas políticas públicas da cidade de Porto Alegre, vamos nos deparar com um conjunto de personagens que sustentam a relevância dessas políticas, desenvolvidas localmente, como exemplo para o Brasil e a América Latina. Entre esses estudos, está a dissertação da professora Eneida Feix (2003), que nos conta sobre um período em que ocorreu a criação dos Jardins de Recreio até a institucionalização da Recreação Pública em Porto Alegre. Em seu estudo há uma grande referência ao professor Frederico Guilherme Gaelzer como protagonista desse processo. Em outro estudo, Amaral (2001b) refere-se ao protagonismo da professora Lenea Gaelzer (filha do professor Frederico Guilherme Gaelzer) como docente da Escola Superior de Educação Física e como proponente da disciplina de Recreação no currículo do curso de graduação e de cursos de especialização em Recreação. A autora destaca o reconhecimento acadêmico de Lenea Gaelzer em nível nacional e internacional, contribuindo significativamente para a consolidação dos estudos em recreação e lazer. No mesmo artigo, Amaral (2001b) aborda a criação e as contribuições do Centro de Estudos do Lazer (Celar), que “foi fruto da dissidência, de alguns educadores da época, do pensamento social vigente, das políticas educacionais e da concepção de lazer/recreação da SERP” (AMARAL, 2001b, p. 119). O Celar, liderado pela professora Zila Totta a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), foi responsável pela formação de professores a partir de cursos de especialização, por

pesquisas do campo do lazer e pela administração dos Centros de Comunidade de Porto Alegre, que funcionaram como uma espécie de laboratório (WERNECK, 2002).

Mesmo que de forma simplificada, esse recorte acerca de alguma literatura do campo da recreação e do lazer nas políticas públicas de Porto Alegre permite sinalizar que um longo processo antecedeu os personagens da descrição que iniciou este capítulo e, também, em grande medida, produziu elementos para a constituição de uma identidade vinculada ao campo do esporte, do lazer e da recreação pública em Porto Alegre. Esses elementos são memórias referentes a um passado da recreação pública da cidade. Alguns Jardins de Recreio, inclusive o primeiro localizado na Praça do Alto da Bronze, permaneceram com atividades organizadas pela SME até os anos 2000; os centros comunitários continuam como Unidades Recreativas centrais nas ações do setor, assim como alguns professores e técnicos são ainda do período em que a FESC administrava tais centros.⁶⁸ Esses elementos materiais contribuem tanto para essa memória que, em um momento do trabalho de campo, conversando com um professor da UFRGS, pesquisador da área do esporte e do lazer, ele comentou: “parece que tem uma áurea do Gaelzer aqui na SME...”.

Dando luz à história que introduz este capítulo, também encontramos elementos que nos ajudam a sustentar a ideia de memória, talvez em um sentido mais específico, como o abordado por Maurice Halbwachs na sua obra *A memória coletiva* (2003), em que as memórias compartilhadas em um determinado grupo permanecem enquanto tal grupo existir. Halbwachs explica que

talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nos fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar de memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda agora no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 2003, p. 41).

Halbwachs destaca o papel do grupo na manutenção de memórias coletivas. Mesmo quando o sujeito individual não está acompanhado do grupo, as memórias o acompanham. Assim, segundo o autor, o sujeito nunca está sozinho. Se pensarmos que os personagens do drama descrito anteriormente, independentes da heterogeneidade de seus pensamentos acerca do trabalho no Esporte, compartilham

⁶⁸ No ano de 1999, foi realizado um convênio entre a FESC e a SME (Convênio n.º 175/99), em que materiais, servidores e espaços físicos, tais como as piscinas comunitárias, passaram a ser administrados pela SME. Tal convênio foi assinado pelo prefeito Raul Pont, pela presidente da FESC, Ana Paula Motta Costa, e pela secretária da SME, Rejane Penna Rodrigues, em 12 de julho de 1999.

cotidianamente de memórias acerca de uma história sobre a recreação e o lazer na cidade, ou de relatos sobre as disputas acerca da criação da SME, não podemos ignorar que há memórias coletivas e que elas constituem formas de atribuir significados às ações dos atores. Os muitos momentos de nostalgia que observei nos relatos de diferentes professores me ajudam a pensar sobre essas memórias.

Não se trata aqui de um estudo acerca das memórias que compõem a forma de pensar dos professores da SME, mas sim a mobilização de argumentos que nos ajudem a perceber a contribuição dessas memórias para a noção de projeto, ou de coletivos de projetos, sobre o que tento argumentar. Quanto à relação entre memória e projeto, podemos retomar Gilberto Velho (2013, p. 67):

a memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações (VELHO, 2013, p. 67).

Tal fragmentação da memória favorece o pensamento de que a trajetória de Frederico Guilherme Gaelzer, as contribuições da professora Lenea Gaelzer, o desenvolvimento do trabalho por meio do Celar, a reestruturação da DERP em SERP, o desenvolvimento de um projeto para o esporte e o lazer baseado em orientações pautadas em políticas como direitos sociais, e a criação da SME sejam organizados pelos diferentes atores de maneira que possam elaborar um projeto que encontra sentido em projetos dos outros atores que pertencem a esse grupo. Mesmo quando divergem em certos momentos, no caso de um “racha violento”, o sentido comum encontrado em projetos que se atualizam, na medida em que interagem, convivem com suas diferenças. Não quero dizer que tal interação seja harmoniosa; tenderei a apostar no oposto. Assim como no momento descrito ocorreram disputas, conflitos e acusações, em outros momentos tais características permeiam as relações. Entretanto, tais relações são possíveis pelo fato de existir algum encontro nos projetos individuais.

Como, então, sustentar a noção de projeto para um grupo ao mesmo tempo que sustento relações de disputas, conflitos e acusações? Estaria propondo um exercício teórico contraditório acerca do campo estudado? A seguinte explicação de Gilberto Velho nos auxilia a pensar sobre essa aparente contradição:

o projeto existe no mundo da intersubjetividade. Por mais velado ou secreto que possa ser, ele é expresso em conceitos, palavras, categorias que pressupõem a existência do outro. Mas, sobretudo, o projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo (VELHO, 2013, p. 67).

Nesse sentido, a convivência do grupo nesse espaço permeado por relações de disputas, conflitos e acusações só é possível pelo projeto, pois o projeto permite a comunicação assim como é percebido por ela. A negociação da realidade que ocorre nos processos de disputas, conflitos e acusações torna-se possível. Nessas condições, as atualizações dos projetos ocorrem porque os indivíduos percebem um campo de possibilidades para suas tomadas de decisões. Não quero com isso apostar na racionalidade de tal projeto, mas pretendo sustentar que há certa autonomia nas ações individuais e que as possibilidades de movimentos se apresentam por meio da noção de projeto.

Concluo este subcapítulo com um excerto da entrevista realizada com a professora Patrícia, quando ela falava sobre o período posterior à criação da SME: “naquele tempo, as pessoas faziam qualquer coisa pela Secretaria, porque estava fazendo pelos seus ideais, porque estava fazendo por aquilo que acreditavam, pela comunidade que eles reconheciam” (ENTREVISTA, 3/8/2017). Essa fala expressa a noção de projeto como algo inextrincável à SME, como um produto de um somatório de ideias e esforços individuais e coletivos.

Reuni, por meio de relatos em entrevistas e no trabalho de campo, elementos que me fazem pensar que a SME foi criada e foi se atualizando por meio dos esforços de um grupo de agentes que sustentaram e fortaleceram a ideia de um projeto coletivo. Em certa medida, tal projeto coletivo (ou coletivos de projetos) vigorou por reunir: um grupo coeso de agentes com conhecimento técnico e boas relações políticas; uma articulação política prévia ao sufrágio municipal; uma articulação conceitual da proposta na nova Secretaria (SME) com o projeto político da Frente Popular; e um período de ascensão das políticas sociais pela via normativa (Constituição de 1988) que fomentaram políticas públicas de esporte e de lazer além de uma ampliação da demanda comunitária (organizações sociais e Orçamento Participativo).

Essa história, para além de mobilizar uma discussão sobre a ideia de coesão, visa sustentar que essa ideia é produto de uma aprendizagem política. Os professores

que atuam no Esporte aprenderam sobre a importância dessa noção, podendo utilizar esse aprendizado nas suas ações cotidianas, na materialização dos seus projetos, na implementação das políticas públicas de que são responsáveis e na negociação da realidade em que estão inseridos.

Tudo que eu disse aqui não é uma novidade, pois, além de já discutido em outros trabalhos, essa história encontra sustentação nas aprendizagens que tive no trabalho de campo. As pessoas que atuam no Esporte sabem, em maior ou em menor grau, sobre as tensões, sobre os conflitos e sobre as acusações que constituem as relações nesse setor. Mas elas também compartilham de uma ideia de unidade, uma ideia de coesão. Seria essa ideia de coesão da SME, presente na narrativa de diferentes atores que circulam nesse campo, produto de um projeto coletivo ou coletivos de projetos? A partir do que observei, pretendo trabalhar com essa noção, me referindo a ela como Projeto Coletivo ou Coletivos de Projetos do Esporte.

3.5 O QUE É SER PROFESSOR DA SME?

Pesquisar no mesmo espaço em que desempenhava o papel de professor permitiu que eu vivenciasse situações de uma forma muito parecida com a que todos os outros trabalhadores desse espaço também vivenciaram, afirmando a participação observante como característica desta pesquisa. Essa situação etnográfica me permitiu acumular, além de um conjunto de dados, condições particulares para interpretar o que é ser professor da SME – questão essa que acompanhará este subcapítulo. Para tanto, elenquei três características que parecem constituir a atuação nesse lugar.

Tais características não são as únicas, mas, pelo que pude vivenciar e observar, estão presentes no cotidiano e na atuação, materializadas em muitos momentos nas ações dos professores. Abordarei a capacidade de negociação com outros agentes públicos, em que é necessário situar os diferentes tipos de trabalhadores do setor público. Também identifiquei a necessidade de negociação com as comunidades que são atendidas pelos serviços e percebi que os alunos não eram agentes passivos durante o desenvolvimento das aulas, envolvendo-se em atividades que vão muito além desse espaço. Além disso, entendi que era necessário negociar com a organização da SME, pois as regras e as normas nem sempre eram

explícitas, ampliando consideravelmente as possibilidades de formas como as coisas podiam ser realizadas.

Essas características compõem um conjunto de aprendizagens que, na medida em que os professores vão atuando na SME, vão se incorporando à prática desses trabalhadores. Aponto que se trata de aprendizagens pelo simples fato de os professores desenvolverem essas características no cotidiano dos serviços que eles oferecem, ou seja, eles aprendem na prática. Em determinadas situações, percebi a necessidade de negociar com outros agentes públicos nesse processo e, como professor da SME, fui situando esses agentes no campo, o que moldou a forma como eu desenvolvia essas negociações. Da mesma maneira, percebi a necessidade de negociar com os alunos que atendia e com as comunidades que frequentavam os espaços em que eu trabalhava. Logo, na medida em que conseguia situar essas pessoas no campo, essa negociação tornou-se mais frequente, contribuindo para os sentidos das atividades desenvolvidas, por exemplo. E ainda, quando precisava desenvolver tais atividades, aprendi que era necessário negociar para viabilizá-las, pois, naquele espaço público, as formas de organização se mostravam plurais. Assim foi preciso aprender o que encaminhar e com quem falar em cada situação. O que quero introduzir aqui, e que está relacionado ao que descrevo na sequência deste capítulo, refere-se às aprendizagens sobre a política, sobre a pedagogia e sobre a gestão, que são particulares para aqueles que atuam no Esporte.

Aqui ainda quero destacar dois pontos. Primeiramente, devo explicar que, ao descrever essas aprendizagens, eu aponto que são características dos professores da SME, pois, com a extinção da Secretaria, essas características que diferenciam a atuação nesse espaço são colocadas em risco. Elas funcionavam na forma como a SME estava organizada. Dito isso, posso expor a importância de pensarmos sobre essas três aprendizagens, pois elas nos ajudam a compreender algumas consequências que a extinção apresentou à forma como o serviço de esporte e de lazer se materializava. Tais consequências são mais complexas e mais difíceis de explicar, pois constituem pequenas práticas que são visíveis apenas quando observamos de perto. O que eu quero dizer é que, ao mudar essa forma de organização, de cima para baixo, como vamos ver, os professores, que são os materializadores das políticas públicas, ficam, em muitas situações, sem saber como fazer as pequenas coisas necessárias para que esse serviço continue. Assim, a partir

de um olhar invertido, se desaprende sobre a política, sobre a pedagogia e sobre a gestão.

Ao usar o termo “negociar”, me refiro à noção de “negociação da realidade” apontada por Gilberto Velho, na qual está implicada a noção de projeto, considerando minha análise acerca do Projeto Coletivo ou Coletivos de Projetos do Esporte. Em certa medida, a presença da negociação aponta a existência do projeto. No trabalho de campo, observei os professores negociando a organização de uma festa junina, por exemplo, com os diferentes grupos de atividades do Ginásio Tesourinha, com outros professores, com funcionários, com CCs e com políticos. Observei, também, professores negociando com a Gerência Pedagógica como distribuir a carga horária de trabalho nos dias da semana e/ou em participações em eventos com o objetivo de acumular banco de horas. Atuando como professor, fui cobrado e vi cobranças sobre o registro de faltas e de presenças de alunos, bem como sobre a gestão das vagas disponíveis nas atividades esportivas e de lazer que o professor ministra. Acompanhei discussões convictas acerca de diferentes abordagens sobre a atuação docente nas atividades de esporte, de lazer e de recreação, algumas certas da necessidade de um direcionamento para a saúde, outras convictas de um caminho a partir da ótica do lazer.

Aprender a ser professor na SME é aprender a administrar um conjunto complexo de demandas no cotidiano, em contato com os alunos, com as comunidades, com os líderes comunitários, com os colegas, com os coordenadores, com os CCs e com os políticos. Portanto, tentarei, na sequência deste capítulo, apontar elementos que nos ajudem a pensar sobre essas características com o objetivo de descrever o que é ser professor do Esporte.

3.5.1 Negociar com outros servidores públicos: os concursados e os cargos em comissão

Algo que aprendi rapidamente foi sobre os diferentes “tipos” de trabalhadores que atuam no serviço público. Refiro-me aos servidores, ou concursados, e aos CCs, que atuam nos cargos em comissão. No cotidiano da Secretaria, essa diferença é muito marcada; há fronteiras construídas, tanto na esfera administrativa quanto na esfera simbólica, que separam esses dois tipos de atores. Pretendo, neste capítulo, responder quais tipos de vínculo os trabalhadores que atuam no Esporte têm com o

serviço público. Além disso, cabe também discutir quais diferenças existem entre esses tipos de trabalhadores considerando o fato já mencionado de que existem fronteiras construídas entre eles. E, por fim, pretendo apontar alguns tipos de conflitos que eu pude perceber entre esses tipos de trabalhadores. Busco, com isso, apresentar ao leitor uma visão mais complexa acerca dos servidores públicos e das relações existentes entre eles.

Já partindo para a primeira questão, vou falar sobre os trabalhadores chamados de servidores, cujo acesso ao serviço público, e ao trabalho na SME, ocorreu por meio de concurso público. Vou falar também dos CCs, aqueles trabalhadores que atuam na Prefeitura de Porto Alegre em cargos em comissão e cujo acesso ao serviço público ocorre por meio de indicações políticas do Executivo. Essa diferença na forma de acesso marca uma fronteira importante e acaba fomentando um conjunto de sentidos comuns que reforçam e atualizam tais fronteiras.

Os servidores públicos concursados, que chamarei aqui apenas de professores, independentemente do governo que esteja na gestão, se mantêm como servidores públicos, pois eles têm estabilidade no emprego, já que acessaram o espaço público por meio de um concurso público. Essa independência frente ao governo que é eleito contribui para o argumento – que parte desse grupo – de que o compromisso e a experiência dos professores que atuam na SME são com a política pública de esporte e de lazer, e não com a política do governo que está na gestão de Porto Alegre. Essa característica de vínculo, que acaba por proporcionar a esses trabalhadores muitos anos de atuação no Esporte, favorece que eles dominem o funcionamento dos setores ou do tipo de serviço que desempenham. Observei os servidores concursados de Porto Alegre em diferentes manifestações, e em uma delas, que versava contra os cortes que a Prefeitura estava propondo às carreiras desses trabalhadores, alguns relatos me chamaram a atenção, tais como o seguinte: “os servidores são necessários para a continuidade das políticas públicas que atendem a população”.

Os CCs, cargos previstos na estrutura administrativa da gestão pública, são indicações políticas. O chefe do Executivo, que no caso do município é o prefeito, tem o poder de nomear esses trabalhadores de acordo com as vagas disponíveis. Essa característica de vínculo favorece que eles atuem nos cargos apenas enquanto a gestão de certo partido ocorra, pois, com a mudança de partido, normalmente ocorre a troca desses trabalhadores. Conceitualmente, os cargos comissionados são para

funções de gerenciamento e/ou de chefia. O objetivo desses trabalhadores é fazer com que o Projeto do Governo seja implementado. Assim, os CCs e o governo que está na gestão são interdependentes, ou seja, o prefeito pode despedir e admitir trabalhadores para essas vagas a qualquer momento, ao mesmo tempo que depende desses trabalhadores para atuar em diferentes estruturas administrativas. Apesar de interdependentes, os CCs estão em uma posição de desvantagem, pois eles não têm instrumentos legais para negociar, por exemplo, uma imposição do chefe do Executivo. Se o prefeito mandar um CC fazer algo e ele se recusar, o prefeito pode, sem risco de sofrer penalidade, exonerar esse servidor sem qualquer explicação. Por isso, há um argumento – que parte dos professores – de que o compromisso dos CCs é com a política de governo, e não necessariamente com a política pública de esporte e de lazer. Outra característica, agora acerca da relação desses trabalhadores com os setores em que atuam no serviço público, é que eles são nomeados para chefiar alguns setores que não conhecem. Os CCs assumem a responsabilidade de coordenar muitos servidores concursados que detêm um conhecimento muitas vezes maior do que o deles, o que acaba por gerar um certo desconforto.

A desproporcionalidade de acesso ao trabalho por meio de concurso ou por indicação, ao mesmo tempo que pode produzir uma série de predicados que qualificam e diferenciam os trabalhadores, possibilita um espaço fértil para processos de acusação entre essas duas categorias de agentes públicos. A partir do ponto de vista dos professores, que são concursados, a entrada no serviço público por meio de um concurso produz a ideia de “profissionais qualificados”. Em contraste com o acesso ao serviço público por meio de indicações políticas, que é o caso dos CCs, o acesso via concurso é percebido como mérito da competência do servidor. Ou seja, o fato de o indivíduo, para acessar esse espaço de trabalho, ter prestado um concurso público e ter sido aprovado em uma prova produz a narrativa de que esse indivíduo está no cargo por competência, por mérito de ter os conhecimentos técnicos necessários para o cargo.

Essa narrativa é mobilizada em situações em que os professores buscam se posicionar em um lugar de maior legitimidade, principalmente quando há uma negociação da realidade que envolve os CCs. Resumidamente, essa narrativa é utilizada como argumento para demarcar fronteiras entre esses dois tipos de atores sociais. É importante chamar a atenção para o fato de que essa narrativa e seus usos

não se restringem apenas ao lugar que chamo de Esporte; em outros setores do serviço público ela também ocorre.

Há, no quadro de professores que atuam no Esporte, alguns que foram relatados quando a SME foi criada e que haviam prestado concurso público para trabalhar na SMED. Há, também, alguns professores que fizeram concurso específico para a SME e aqueles professores que fizeram concurso para a SMED e foram cedidos para a SME. Além disso, alguns professores que atuavam na extinta FESC, a partir do Convênio n.º 175/99, passaram a atuar na SME. Apesar dessa pluralidade no que se refere ao acesso, a narrativa referente à qualificação profissional e ao merecimento pelo acesso por meio de concurso é sustentada pelos professores que acessaram o serviço por diferentes caminhos. A narrativa produz uma ideia homogênea de servidor público.

Observei que algumas interações entre professores e CCs se destacaram por se caracterizarem, em parte, por uma certa hostilidade. Fui aprendendo que quanto mais no centro, ou seja, quanto mais próximo dos espaços onde os gestores circulavam, quanto mais próximo dos espaços de decisões, mais tensas se tornavam essas interações. Também observei que muitas pré-noções produzidas nessas relações circulavam em outros espaços de forma “generalizante”, sem considerar os contextos em que eram produzidas, fomentando, de certa forma, um acirramento entre duas categorias de trabalhadores que cotidianamente interagem nos espaços de gestão, de formulação e de implementação das políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre.

Acredito que seja necessária a relativização dos papéis, principalmente do senso comum que contorna estas duas categorias de trabalhadores, pois ambas trabalham no serviço público com o objetivo de implementar políticas públicas. Entretanto, são muitas vezes percebidos com pouca ou nenhuma diferenciação por quem olha de fora, confundindo-se no que se refere às funções e/ou aos vínculos políticos. No cotidiano do Esporte, porém, há um abismo simbólico que separa esses trabalhadores. Soma-se a isso um amplo sistema de acusações que valorizam representações sociais gerais de cada categoria.

Uma acusação que atravessa o serviço público, cujo motivo é a estabilidade dos servidores, ou seja, o fato de que eles não podem ser demitidos, é a narrativa de que funcionário público trabalha pouco, tem pouca produtividade no desempenho das

suas funções, sendo assim acusados de serem acomodados.⁶⁹ A característica funcional da estabilidade é discutida em embates entre servidores, agentes políticos e CCs. De certa forma, esse debate circula na sociedade posicionando, de um lado, os defensores da estabilidade dos servidores públicos como pessoas que são a favor do Estado e, de outro, os defensores do fim da estabilidade dos servidores públicos como pessoas que são contra o Estado.

Segundo Silvia da Costa e Gládis Montini (2010), que estudaram a percepção de que os servidores públicos são acomodados, a acomodação faz parte de um panorama mais complexo, não sendo possível explicá-la apenas como uma iniciativa individual. Pode estar associada, por exemplo, à insegurança do mercado de trabalho, às condições de trabalho, à burocracia, entre outros. Também pode ter relação com o fato de os trabalhadores do setor público não procurarem outro emprego na lógica de um avanço/promoção como profissional, não buscarem capacitação constante, não serem produtivos, entre outros.

O estudo de Costa e Montini (2010) sugere que é necessário relativizar essa noção, pois no contexto pesquisado a acomodação aparece a partir de diversos motivos. Quando mobilizada como acusação aos professores, essa acomodação ganha contornos pejorativos, sendo associada sempre à “falta de produtividade” e identificando o servidor como um trabalhador que pouco trabalha, pouco produz. Atribui, assim, um valor negativo à carreira de servidor público. Essa argumentação está ancorada em uma lógica neoliberal, em que a redução do Estado favoreceria o aumento de produtividade nos serviços públicos. No entanto, a noção de produtividade deve ser relativizada. O que é ser produtivo nas diferentes lógicas que estão em disputa nessas narrativas (a favor e contra o Estado)?

Talvez nessa lógica entre os professores, que seriam as pessoas a favor do Estado, estaria pautada na ideia de servidores acomodados. O trecho a seguir envolve o diretor do Ginásio Tesourinha, que é CC, o secretário da SME, a coordenadora do Ginásio Tesourinha e um funcionário de manutenção, que são servidores públicos:

⁶⁹ Sustentado por essa narrativa, o Projeto de Lei do Senado n.º 116/2017 Complementar, que está tramitando para votação no Plenário, regulamenta o artigo 41, parágrafo 1.º, inciso III da Constituição Federal para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128876>. Acesso em: 27 jan. 2020.

No intervalo da reunião de equipe, após ter comprado um pão de queijo no Bar do Antônio, encontrei a professora Sílvia conversando com o diretor Fonseca no corredor, na frente da porta da sala que dá acesso à secretaria. Fonseca falou: “Sílvia, sabe quem vem trabalhar uns tempos aqui no Tesourinha? O Zezinho!”. Imediatamente a professora reagiu: “Ah, não! Sério? Por quê?”. Zezinho era um servidor antigo conhecido por não cumprir seus horários. A professora Sílvia contou que em vários eventos tinha combinado com ele algo e, quando ele deveria trabalhar, não aparecia. Fonseca explicou que o secretário Diego tinha pedido para ele ficar um tempo com o Zezinho, pois ele dava uma dura nos funcionários que não trabalhavam. O Zezinho estava lotado em uma UR sem relógio-ponto. Ele chegava sempre atrasado e muitas vezes não aparecia no trabalho. Quando ele tinha que assinar a folha-ponto, relatou Fonseca, ele dizia para o professor que era o coordenador dele que estava passando dificuldade, que não tinha dinheiro e que, se ele tivesse desconto no salário, não conseguiria pagar as contas... Assim, todos os meses o coordenador acabava fazendo vista grossa e não dava os atrasos e faltas. O diretor falou que foi o próprio coordenador que pediu para o secretário ajudá-lo a “resolver esse problema”, pois não conseguia ser duro com o servidor que sempre deixava ele na mão. Fonseca continuou explicando que o secretário Diego sempre mandava os “funcionários malandros” para ele, pois, como no Tesourinha tem relógio-ponto, não tem “arrego”. “Se ele não bater o ponto, eu não vou justificar, ele vai levar desconto. Eu já avisei que não posso ajudar ele se ele não fizer a parte dele”, disse Fonseca (DC, 3/10/2016).

Nesse excerto são pelo menos quatro pessoas que trabalham no setor público que, apesar de acomodar, não toleram servidores acomodados. O professor da UR que fazia “vista grossa” não tolerava mais a falta de compromisso do Zezinho. O secretário Diego, tentando resolver o problema, mandou o servidor acomodado para um lugar onde ele não tem “arrego”. A professora Sílvia, que já passou por algumas situações em que o Zezinho a “deixou na mão”, lamenta que ele vá para o Tesourinha. O diretor Fonseca, conhecido por ser durão, de primeira avisa que, se ele não chegar no horário, não há o que fazer. No primeiro mês do Zezinho no Tesourinha, ele recebeu apenas 50% do salário; Fonseca falou que ele tentou argumentar, mas o diretor manteve a sua posição e não justificou as faltas e os atrasos daquele mês, o que resultou em um severo desconto no salário do servidor.

Algumas situações que são contadas nos corredores do Esporte encontram semelhança nas observações de outros pesquisadores que investigaram o campo da política, como no trecho a seguir:

muitos políticos têm uma grande quantidade de cargos a oferecer porque adotam um sistema de divisão dos salários oficiais. Frequentemente, o número de assessores ou pessoas que se deseja contratar excede a quantidade de cargos disponíveis pelo mandato. Para resolver esse problema, uma prática comum nas casas legislativas é “dividir o cargo”. O vereador ou o deputado nomeia alguém de sua confiança para um cargo cujo salário é dividido, informalmente e ilegalmente, entre várias pessoas com salários menores. Em alguns casos, o acordo prevê que o próprio parlamentar receba uma parte do dinheiro, geralmente como justificativa de contribuição para as despesas do mandato.

Tanto a “divisão do cargo” quanto as “contribuições” para o mandato são práticas generalizadas, embora aplicadas em maior ou menor extensão. Há casos extremos, de parlamentares que juntam fortunas pessoais arrecadando para si 80% dos salários de todos os cargos disponíveis em seu

gabinete. Existem aqueles que dividem cargos sistematicamente para triplicar ou até quadruplicar o número de pessoas a seu serviço. O mais comum, porém, é a divisão de apenas alguns cargos ou a divisão temporária, até que se consiga regularizar a situação (KUSCHNIR, 2000, p. 82).

Esse tipo de prática envolve agentes políticos com mandato, ou seja, eleitos por meio do voto, que têm cargos à disposição para nomear assessores, que são um tipo de servidor público equivalente aos CCs (contratados por meio de indicação política, sem concurso público). Nessa relação entre o político que tem os cargos à disposição e o CC, que é nomeado apenas pela vontade do político, não há espaço para negociação como os servidores concursados têm. Se o CC ou assessor fizer uma greve, ele pode ser imediatamente exonerado. O poder conferido ao político, o de nomear e exonerar o CC, parece transferir os direitos desse cargo ao político, retirando-o do trabalhador.

No livro *O cotidiano da política*, Karina Kuschnir (2000) aborda a etnografia que desenvolveu circulando em subúrbios cariocas acompanhando candidatos a cargos eletivos e as suas estratégias de trabalho cotidianas. Nessa pesquisa, quando a autora aborda a relação dos políticos com os seus assessores, ela nos ajuda a pensar sobre os CCs e a relação deles com as políticas públicas de esporte e de lazer. Apesar de ser um estudo desenvolvido na década de 1990, seu conteúdo encontra verossimilhança com situações atuais, situações que frequentemente encontramos em jornais e noticiários e, no caso desta pesquisa, que encontrei no campo.

Os CCs que contribuíram para a pesquisa de Karina Kuschnir têm uma relação diferente com o político que os indicou para o cargo quando comparados com os CCs que trabalham diretamente com as políticas públicas de esporte e de lazer. Explico: os primeiros são assessores diretos do político, ou seja, trabalham no gabinete do parlamentar desempenhando tarefas ligadas ao mandato; os CCs que atuam no Esporte estão trabalhando em setores do Executivo, ou seja, são cargos do prefeito, nomeados pelo prefeito, ou negociados por apoio político nas votações encaminhadas à Câmara dos Vereadores, por exemplo.

Consideremos, também, outros partidos que não compunham a chapa que venceu as eleições municipais de 2016: no final de 2018, o cargo de secretário da SMDSE foi para o MDB devido à “entrada do partido para a base do governo na Câmara” (FONTOURA, 2018). O que isso significa? Significa que os vereadores do MDB sinalizaram apoio para as pautas do governo. Cabe destacar que o adversário

de Marchezan no segundo turno das eleições era do MDB, o candidato Sebastião Melo, vice-prefeito na gestão anterior.

Essa relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo também foi observada pela antropóloga Karina Kuschnir. Para Marta, a vereadora que Karina acompanhava na sua pesquisa, essa relação garantia o acesso a serviços que eram necessários para o trabalho com a comunidade que a elegera:

o valor do acesso ao ocupante do cargo máximo no Poder Executivo – seja o prefeito ou o governador – é muito alto. Na Câmara Municipal, o prefeito é chamado por seus aliados de “chefe”, num tom bem-humorado, mas que indica a assimetria das suas posições. Além de ser do mesmo partido ou de fazer parte da bancada de apoio, **é preciso conversar e cultivar a aliança dia a dia**. Marta esforça-se para estreitar esses laços, procurando defender o Executivo na Câmara. É preciso “votar as coisas de interesse do prefeito”, ela diz, porque **“eu também preciso concluir minhas obras”** (KUSCHNIR, 2000, p. 98, grifos meus).

Apesar da diferença entre os assessores de Marta e os CCs do Esporte, o vínculo deles com os políticos que os indicaram para o cargo também é assimétrico. Os CCs devem trabalhar de acordo com as pautas desses políticos, ou eles podem ser exonerados dos cargos. Considerando que os cargos do Esporte são do prefeito, mesmo que os CCs não sejam todos indicados diretamente pelo prefeito, sua manutenção depende do alinhamento com o governo (ou do alinhamento de quem os indicou com o prefeito). De certa forma, o campo de possibilidades para a ação dos CCs é demasiadamente menor que o dos servidores concursados, tanto no que se refere aos direitos enquanto trabalhadores do serviço público quanto no que se refere à forma de atuação no serviço público. Faz sentido, então, pensar que os CCs trabalham para o governo porque realmente é isso que acontece.

No Esporte, fui entendendo que havia uma relação estreita entre alguns CCs e alguns políticos. A prática de distribuição de CCs como forma de selar alianças entre o governo e parlamentares é algo frequente. Em matéria publicada no jornal *Zero Hora* em 26 de março de 2019, a jornalista Bruna Vargas explica como o Executivo municipal consegue reverter a rejeição de um projeto por 22 votos a seis para aprovação por 24 votos a 12. O referido projeto modificou o plano de carreira dos servidores públicos. A matéria intitulada “Como o governo quadruplicou os votos e garantiu a aprovação do projeto que restringe benefícios de servidores” explica que essa vitória foi resultado da “ampliação da base aliada, negociação de cargos e mobilização de técnicos” (VARGAS, 2019). Entre o final do ano de 2018 e o início de 2019, os partidos MDB e DEM entraram para a base do governo na Câmara. No caso

do MDB, como citado anteriormente, essa entrada teve como troca a nomeação da vereadora Comandante Nádia como secretária municipal do Desenvolvimento Social e Esporte.

Outra matéria do mesmo veículo, publicada em 12 de maio de 2019, anuncia que, “após redução, quadro de CCs da Prefeitura de Porto Alegre volta a inflar”. Segundo a matéria,

o crescimento das funções comissionadas ocorreu ao mesmo tempo em que Marchezan aumentou o apoio na Câmara Municipal com a adesão de nove vereadores. Desde o final do ano passado, MDB (5 vereadores), DEM (3 vereadores) e PSC (1 vereador) ingressaram na base do governo no Legislativo (APÓS REDUÇÃO..., 2019).

A matéria apresenta, ainda, o número de CCs lotados por setores da Prefeitura, sendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esportes (SMDSE) aquela que possui o maior número de cargos comissionados indicados pelo prefeito: um total de 119.

Citei anteriormente exemplos de práticas políticas que, como vimos, não é exclusividade de Porto Alegre. Essas práticas produzem um conjunto de acusações que têm como alvo, em uma esfera mais ampla, o governo e, em uma esfera mais localizada, os próprios CCs que atuam no Esporte. Tais acusações versam que “os CCs são incompetentes, estão aqui só porque tem padrinho político”, “os CCs não trabalham pela política pública de esporte e de lazer, eles trabalham para os interesses do governo”, “os CCs não conhecem o Esporte, atuam aqui apenas porque são indicados”, etc. Enfim, há uma noção generalizante dos CCs, assim como há uma visão generalizante dos servidores.

A partir dessa noção generalizante, no governo Marchezan, durante e depois do processo de extinção da SME, os CCs eram vistos como “espiões”, como intrusos. A seguir, trago um excerto do diário de campo que nos mostra uma situação em que essa interpretação fica evidente:

Neste encontro temos a reunião de equipe. Foi acordado com o pedagógico que os professores de todas as URs fariam suas reuniões no Tesourinha, em diferentes espaços, para permitir que antes fizéssemos a assembleia sobre os movimentos e acontecimentos referentes à extinção da SME. Logo no início da assembleia, a professora Clarisse iniciou um relato sobre a visita do prefeito à Praça Darcy Azambuja. A professora há pouco tinha iniciado quando o Lucas – CC que havia sido indicado ao cargo de diretor do Ginásio Tesourinha – entrou na sala 27. Lucas abriu a porta sem prestar atenção no que estava acontecendo na sala, pois ele estava olhando o celular. Entretanto, quando ele entrou, as pessoas que estavam na sala mudaram completamente de comportamento. Quando Lucas abriu a porta, quase que a totalidade de professores presentes olharam para ele e, posteriormente, começaram a se olhar. Apesar de não haver nenhuma manifestação verbal, o

desconforto acerca da presença do CC naquele momento ficou evidente para quem conhecia o grupo, o que não era o caso de Lucas. A professora Clarisse, que estava relatando a visita do prefeito, desacelerou a sua fala, com uma expressão que se aproximava de um susto. Olhando para os professores que coordenavam a reunião, pareceu ficar sem saber se continuava ou o quealaria, então passou a medir suas palavras. Quase que ao mesmo tempo em que Lucas se sentava em uma das cadeiras, a professora Sílvia, coordenadora do Tesourinha, se levantou e se deslocou até ele. Chegando próximo, ela falou de forma ríspida e direta: “A reunião contigo é depois. Quando chegar a hora eu te chamo na tua sala”. Naquele momento parece que Lucas se deu conta de que estava no lugar errado. Rapidamente ele se levantou e saiu desconsertadamente. Após isso, a professora Clarice retomou o seu relato (DC, 10/4/2017).

No período em que tramitava a extinção da SME, e principalmente nas reuniões que ocorriam com todos os professores no Tesourinha, havia um estado de vigília instalado, havia uma sensação de que os professores estavam sendo vigiados. A partir dessa sensação, todos os CCs, que trabalhavam para o Projeto do Governo, eram vistos como possíveis espíões. Os professores não confiavam nos CCs.

As acusações produzidas devido aos usos políticos dos cargos comissionados são tão difundidas que uma das bandeiras da campanha do atual prefeito de Porto Alegre foi acabar com indicações políticas como moeda para estabelecer alianças. Na sua proposta, a contratação dos CCs para as posições de dirigentes, de executivos ou de operacional seria indicada a partir do Banco de Talentos, constituindo, em tese, um processo seletivo pautado na competência e no currículo do candidato. A lógica desse processo seletivo seria semelhante à lógica de contratações no setor privado, escapando, assim, da lógica de indicações do setor político. No site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, há uma explicação sobre o Banco de Talentos:

A nova gestão que se iniciou em 1.º de janeiro de 2017 governa de um jeito novo, com base nos valores da transparência, verdade, ética e diálogo com a cidade. Nossas primeiras iniciativas visam racionalizar e profissionalizar a gestão pública. Queremos os melhores talentos trabalhando na administração da cidade e queremos os servidores públicos de Porto Alegre fazendo parte deste processo. Gente comprometida e muito capacitada para fazer uma gestão orientada para resultados, com foco no desenvolvimento econômico e no combate à pobreza (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2017).

Essa proposta foi recebida com desconfiança pelos professores do Esporte, entre os quais muitos diziam que era somente “fachada”. Essa desconfiança inicial estava ancorada no conhecimento que eles tinham acerca do funcionamento da gestão pública. Os professores duvidavam que seria possível outra forma de negociação política que não envolvesse, entre outras coisas, a indicação de cargos comissionados para aliados políticos assumirem posições de chefia na administração

municipal, ou em troca de acordos com aliados por ocasião para aprovação de leis na Câmara, por exemplo.

Algumas situações foram fortalecendo e confirmando essa percepção. Menciono duas que apareceram nos meus diários de campo ainda nos primeiros meses da gestão do governo Marchezan. A primeira aconteceu em torno do cargo de diretor do Tesourinha, que é um cargo comissionado. Quando Marchezan assumiu a prefeitura, o diretor Fonseca – que era indicação política do PDT e que atuava no Ginásio desde 2005 – disse que foi trabalhar no dia 2 de janeiro de 2017 preparado para “entregar as chaves do Tesourinha para o novo gestor”, segundo as palavras do próprio ex-diretor. Entendendo como funciona a ocupação de cargos comissionados, Fonseca, que atuou por 12 anos nesse cargo, imaginava que seria exonerado e que outra pessoa seria nomeada no seu lugar. Para o seu espanto, nada aconteceu. Passou o mês de janeiro e ninguém vinculado à nova gestão havia entrado em contato com ele. No final do mês de fevereiro, alguém vinculado ao gabinete do prefeito entrou em contato e perguntou se ele gostaria de permanecer como diretor do Ginásio, ocupando o cargo comissionado. Ele manifestou interesse, então foi orientado a se inscrever no Banco de Talentos, pois, para nomeação de cargos em comissão, segundo as regras da nova gestão, o currículo dele teria que constar lá. Prontamente ele fez a inscrição, entretanto, alguma coisa mudou e, no dia em que ele deveria ir à prefeitura para assinar a sua nomeação e permanecer como diretor, Fonseca foi comunicado de que fora exonerado.

Sendo Fonseca reconhecido pelo trabalho que desenvolvera no Ginásio Tesourinha, a forma do seu desligamento foi amplamente comentada pelos professores e alunos do Ginásio. Quando ele havia anunciado que permaneceria, tanto professores quanto alunos comemoraram; quando ele comunicou que havia sido exonerado, ocorreu um desapontamento. De certa forma, essa situação acentuou a suspeita dos professores acerca do Banco de Talentos, de que era apenas um novo instrumento para legitimar velhas práticas da administração pública.

Outra situação, que ocorreu em uma reunião de equipe do Ginásio Tesourinha, contribuiu para essa percepção sobre o Banco de Talentos. Estavam presentes, além dos professores e da coordenadora do Ginásio, um dos diretores que havia sido

indicado para o cargo.⁷⁰ Durante uma discussão sobre algumas regras gerais que o prefeito havia instituído acerca das rotinas dos servidores que dificultavam o trabalho nos finais de semana, o então diretor tenta defender a gestão Marchezan, como relato no trecho a seguir:

O diretor falou: “o Marchezan exonerou todos os CCs, pois nas trocas de governo era possível que ficassem um ou outro CC escondido, **sem padrinho político que sustentasse a permanência dele no cargo comissionado**. Assim a exoneração de todos fez uma limpa e quem não tinha padrinho foi exonerado definitivamente. **Todos os CCs que tinham padrinho político foram contratados no dia seguinte**. Essa medida acabou liberando, assim, vagas para CCs que estavam sendo ocupadas por esses indivíduos que permaneciam escondidos e quietinhos. Algumas determinações do governo são gerais, depois as situações vão sendo avaliadas”. Houve um silêncio na sala após a fala do diretor. O comentário após ele sair era acerca da falácia do Banco de Talentos, que tudo seguia como sempre, todos os CCs têm rabo preso com um “padrinho”, e a contratação não é de acordo com a capacitação dos candidatos, como prega o prefeito (DC, 10/4/2017).

O Banco de Talentos pretendia representar uma estratégia do governo que se alinhava com uma narrativa de transparência e que escapava das “velhas práticas” de indicações em troca de apoio político. A partir dessa estratégia, a contratação de profissionais capacitados para a atuação no serviço público não seria por meio de indicações políticas, mas sim pautada pela competência dos candidatos. Com isso, a nomeação de CCs escaparia da ideia de que a atuação desses servidores era de acordo com as pautas do padrinho político ou de acordo com o governo, produzindo a ideia de que os CCs contratados pelo Banco de Talentos trabalhariam de forma mais eficiente no serviço público, convertendo melhores serviços para a população. De toda forma, esses acontecimentos em torno do Banco de Talentos acabam acentuando as divergências entre professores e CCs. Além destas situações citadas, ocorre uma investigação referente ao Banco de Talentos⁷¹ que contribui para esse contexto de desconfiança (JACOBSEN, 2019).

Nos debates na Câmara de Vereadores, esse antagonismo entre CCs e servidores também se materializa. Nas discussões acerca da reestruturação administrativa proposta pelo governo Marchezan ocorridas no dia 21 de dezembro de 2016, a vereadora Sofia Cavedon, criticando a proposição do Projeto de Lei

⁷⁰ No primeiro semestre de 2017, cinco indicações passaram pelo cargo de diretor do Tesourinha, dos quais pelo menos quatro participaram de encontros com os professores para discutir estratégia de gestão para o Ginásio.

⁷¹ Para citar mais um fato, em 3 de outubro de 2019, a Câmara dos Vereadores instalou uma CPI para investigar o Banco de Talentos. Matéria disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/10/camara-instala-cpi-do-banco-de-talentos-e-presidente-quer-quebrar-sigilo-do-prefeito-ck1axj2st02mp01n3r17goyvx.html>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Complementar n.º 012/16 sem o devido diálogo com a sociedade, mobilizou esse antagonismo como argumento para sustentar suas críticas ao projeto:

[...] queremos cobrar coerência, porque nós votamos, muitas vezes, contra a criação de CCs. O governo que está se encerrando dobrou o número de cargos comissionados, e essa crítica foi feita pelo Marchezan, na campanha; no entanto, o Marchezan mandou para cá um projeto que não extingue CCs. E nós fizemos uma emenda que no mínimo 30% dos cargos comissionados têm que ser extintos imediatamente, agora, já no início, para mostrar coerência. (Palmas.) Para mostrar respeito aos municipais, para não fazer os municipais pagarem a conta dos desmandos que aconteceram até agora [...] (PORTO ALEGRE, 2016a, p. 45).⁷²

Nessa mesma sessão da Câmara dos Vereadores, o vereador Professor Alex Fraga acrescentou:

[...] estamos no período de discussão de um projeto que chega a esta Casa assinado pelo atual prefeito, José Fortunati, a pedido do futuro prefeito Nelson Marchezan Júnior. Olha, o mandato do Prefeito eleito começa em 1.º de janeiro, quando ele toma posse, portanto, não há nenhum tipo de atribuição, cargo ou poder desse senhor frente a essa gestão e frente a esta Câmara de Vereadores. (Palmas.) Boa parte das discussões que nós percebemos ao longo desta tarde, e talvez adentre a noite de hoje, provavelmente, se refere a uma disputa política para o governo futuro que se inicia em janeiro. Portanto, precisamos ficar muito atentos às posições de cada vereador e dos seus partidos, porque, provavelmente, nós estaremos percebendo a composição do futuro governo, as determinações de secretarias, as chefias, a distribuição de CCs, de FGs. Infelizmente, essa é a política que nós temos no Brasil [...] (PORTO ALEGRE, 2016a, p. 46).⁷³

Além de trazer elementos que contribuem para pensarmos sobre a relação entre CCs e servidores, as falas dos vereadores também atualizam as observações dos estudos de Karina Kuschnir, que foram realizados no Rio de Janeiro da década de 1990, para o contexto de Porto Alegre. Nesse sentido, a constatação referida pelo vereador Professor Alex Fraga evidencia que existe um movimento, por parte dos vereadores reeleitos, que visa sinalizar aqueles que estão dispostos a negociar os seus projetos de mandato com o objetivo de capitalizar apoio do líder do Executivo. Abre-se, então, um campo de possibilidades para a negociação da realidade.

No Esporte, principalmente após a entrada do governo Marchezan, percebi um acirramento do antagonismo entre professores e CCs. Isso não significa que antes de

⁷² Excerto do pronunciamento da Vereadora Sofia Cavedon durante a discussão do PLCE n.º 012/16, que propõe a reforma administrativa para a gestão Marchezan. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/sessoes_plenarias/265/025%C2%AA_Sess%C3%A3o_Extraordin%C3%A1ria_21DEZ2016.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

⁷³ Excerto do pronunciamento do Vereador Professor Alex Fraga durante a discussão do PLCE n.º 012/16, que propõe a reforma administrativa para a gestão Marchezan. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/sessoes_plenarias/265/025%C2%AA_Sess%C3%A3o_Extraordin%C3%A1ria_21DEZ2016.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

2017 esse antagonismo não existia. Mas, de certa forma, ele estava acomodado. Ademais, me parece que os professores estavam em uma situação confortável, assim como os CCs. Como exemplo, utilizo o caso dos CCs que estavam lotados no Tesourinha. Já abordei nesse texto o diretor Fonseca, que exercia o cargo como CC. Não havia críticas, por parte dos professores, ao desempenho do trabalho que ele desenvolvia; pelo contrário, havia o reconhecimento pela sua competência. Outro exemplo nessa linha é a secretária Paula, que atuava na secretaria do Ginásio como CC, também indicada pelo PDT. Havia um sentido de colaboração e coleguismo na relação entre os professores que atuavam no Tesourinha e a Paula. Penso isso porque, um pouco antes da Paula tirar licença-maternidade, houve uma grande mobilização de professores e alunos para fazer um “chá de fraldas” para ela. Desse evento, professores, alunos e a Paula saíram muito emocionados. Outro exemplo foi quando chegou a notícia da exoneração da Paula no início do governo Marchezan; a coordenadora do Tesourinha, professora Sílvia, disse: “E agora, como nós vamos nos organizar sem a Paula?”. A professora lamentou, pois todas as matrículas assim como a elaboração das chamadas por turma eram realizadas pela Paula. Ela era vista como uma CC organizada e comprometida com os serviços oferecidos pelo Ginásio. Não estaria equivocado ao afirmar que os professores do Tesourinha consideravam o Fonseca e a Paula CCs competentes. Nas relações cotidianas do Ginásio que envolviam os professores, o Fonseca e a Paula, não aparecia (ou pouco aparecia) a diferenciação entre concursados e CCs que passou a aparecer de forma mais evidente após o início da gestão Marchezan.

Entre Fonseca e Paula, também havia o reconhecimento mútuo acerca da competência para o trabalho que cada um desenvolvia no Ginásio. Por outro lado, na configuração dos cargos comissionados do Tesourinha após 2017, havia outra relação. Após uma série de trocas de diretores que foram nomeados para o Ginásio, Vinícius permaneceu no cargo. A seguir apresento um excerto do diário de campo do dia em que ele foi apresentado para os professores:

Na semana passada, semana anterior à desta reunião, a Sílvia, como de costume, mandou a pauta da reunião via WhatsApp. Como ela não estaria presente (Sílvia saiu de férias durante o mês de agosto), a reunião de equipe ficou restrita à confirmação dos eventos programados para o mês. Na mensagem, a Sílvia também anunciou que o diretor que estava no Ginásio, Rômulo, havia saído, e que a Taís iria apresentar o substituto. Entre os professores, começou uma brincadeira: “Vamos fazer um bolão para ver quanto tempo ele vai ficar!”, pois nesse período de oito meses esse será o quinto diretor que passa pelo Ginásio. Até o final de fevereiro, seguia o professor Fonseca. Na sequência, ficou alguns dias o diretor Carlos. O terceiro foi o Lucas, que ficou poucas semanas e

havia anunciado que pouco ficaria ali (um perfil muito diferente do professor Fonseca). Depois chegou o Rômulo, que se mostrou muito interessado e estava fazendo um grande esforço para conhecer o Ginásio, mapeando as suas necessidades, trazendo propostas para resolver os problemas e conseguir verbas para melhorias no Ginásio. Havia conquistado o carisma da Sílvia e da presidenta da Associação, a Karen. Com a sua saída, a professora Sílvia disse: “Ele estava trabalhando muito, por isso tiraram ele daqui”. A professora Taís não foi apresentar o novo diretor. Quando ele chegou no Ginásio, eu estava conversando com outros professores na frente do Bar do Antônio. Ele passou caminhando rápido, com o olhar para baixo, e se dirigiu diretamente para a sala do diretor, que fica junto à secretaria. Quando passou por mim, me cumprimentou com um movimento rápido elevando os olhos. A Letícia, que é a CC que está na secretaria do Ginásio, apresentou ele para os professores. Ela entrou na sala dos professores com ele durante a reunião de equipe e falou: “Esse é o Vinícius, nosso novo diretor”. Ele, sem parar, caminhando e cumprimentando os professores que estavam na sala, disse: “Diretor não, sou apenas um colega, não vou interferir no trabalho de vocês!”. O professor Isac foi conversar com ele no intervalo da reunião; depois ele me comentou, acho que devido à brincadeira que fizemos sobre o bolão para ver quem acerta quanto tempo ele fica, que o novo diretor disse: “Me pediram para ficar pelo menos um mês aqui no Ginásio”. Complementando o comentário, o professor Isac falou que conversou com a Letícia e que ela havia comentado que conhecia o Vinícius, e que “ele não faz nada, é bem arriado” (DC, 31/7/2017).

Mesmo antes de 2017, eu já havia aprendido, como professor, as percepções acerca dos usos dos cargos comissionados pelos políticos. Mas o que aconteceu em 2017 com a vitória do governo Marchezan para o Executivo, que desestabilizou as relações entre professores e CCs e que ampliou o antagonismo existente entre essas duas categorias de trabalhadores do serviço público?

O primeiro ponto que precisamos considerar é que o Projeto do Governo Marchezan atacou o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. Com a proposta de reforma administrativa, que será discutida mais adiante, o governo se colocou em oposição aos servidores que atuavam no Esporte. Paralelo a isso e constituindo o Projeto do Governo, a política do Banco de Talentos que produzia a narrativa de que os CCs eram todos contratados pela sua competência, pelas suas qualificações técnicas e permaneceriam apenas se mantivessem a sua produtividade colocava essa categoria de servidor em rota de colisão com os professores.

Sustentando essa narrativa, Marchezan tinha um histórico de ataques ao funcionalismo. Em 2016, quando estava em campanha, ainda atuando como deputado, chamou os servidores que estavam protestando durante a sua fala de “vagabundos” (KLEIN, 2016). Essa “fama” acompanha o candidato, que, após eleito, é percebido como um “rival” pelo Esporte. No discurso do governo, o Banco de Talentos posiciona os CCs como trabalhadores competentes e produtivos em oposição aos professores, que são “vagabundos”. Nas redes sociais e nas entrevistas que concede, o prefeito reforça essa narrativa frequentemente. Para os professores, a narrativa do Banco de Talentos não passa de uma estratégia para justificar a

contratação de pessoas que vão contribuir para a implementação do Projeto do Governo, que se opõe ao projeto de políticas públicas de esporte e de lazer que faz sentido para os professores da SME.

Os CCs que são nomeados para cargos no Esporte a partir de 2017 são taxados como representantes do atual Projeto do Governo – que pretende terminar com o Esporte. Essas pessoas chegam aos setores que têm um funcionamento, que já têm uma dinâmica, mas não são preparadas para o que vão encontrar e não têm clareza do que devem fazer. Principalmente em 2017, como veremos mais adiante, o Projeto do Governo estava centrado na reforma administrativa, não nas políticas públicas. Os CCs que chegavam nos setores do Esporte sem conhecer o funcionamento e a dinâmica desses locais tinham que aprender e, ao mesmo tempo, e em algumas situações, gerir esses locais. Entretanto, a maioria dos professores não estavam dispostos a compartilhar os seus conhecimentos sobre os serviços, havia uma baixa tolerância com os CCs, que fora provocada por todo esse contexto. Ao contrário do que eu observava nas relações com os CCs que atuavam antes de 2017, quando havia um sentido de cooperação, em 2017 passou a vigorar um sentido de intolerância.

A relação entre essas diferentes categorias de trabalhadores do serviço público, descrita anteriormente pelas relações entre os professores e os CCs que atuam no Esporte, é atravessada por um tipo de aprendizagem acerca da política que envolve: as formas de acesso aos cargos públicos; as atribuições; os acessos aos recursos e serviços; as vantagens relacionadas à carreira que cada categoria de trabalhadores dispõe; e os motivos e negociações que possibilitaram a nomeação do servidor ao cargo. Essa aprendizagem também é significativa, pois possibilita a leitura dos limites que os professores têm, enquanto servidores públicos, na negociação com políticos e CCs.

3.5.2 Negociar com a comunidade: sobre a pedagogia no Esporte

Neste subcapítulo abordo como fui aprendendo a “dar aula” na SME. É importante mencionar que eu já tinha mais de dez anos de experiência como professor de dança, eu já “dava aula” há um tempo considerável. Nesse sentido, tinha minhas estratégias para as aulas planejadas com intervenções específicas para objetivos que eu acreditava serem pertinentes aos praticantes de atividades que envolvessem a

dança. Mas o contato com os alunos foi me mostrando outras dimensões da atuação como professor. Dimensões que não faziam sentido nas minhas atuações como docente em outros espaços. O ofício de “dar aula” na SME foi modificando a forma como eu percebia a atividade docente, e essa modificação se deu em grande parte pela relação que eu estabeleci com os alunos. Ao mesmo tempo em que eu, no papel de professor, ia conduzindo as aulas, os alunos que “recebiam as aulas” foram me ensinando como adequar a minha prática docente àqueles momentos, àquelas pessoas naquele contexto. Muitas das alunas que tive faziam aulas de dança há mais de duas décadas, o que mostra que elas tinham mais experiências acumuladas nos seus anos de vivência naquele lazer do que eu nos meus de formação e atuação profissional somados.

Mas essas aprendizagens que tive com os alunos que frequentavam as aulas que eu tinha a responsabilidade de ministrar não ficaram restritas somente a esse espaço. Muitos dos alunos se envolviam em atividades e participavam de diferentes formas do cotidiano do Tesourinha. Assim, pretendo mostrar neste subcapítulo como a comunidade se relaciona com os professores que atuam no Esporte, como a comunidade se relaciona com o Tesourinha e suas atividades. Em suma, a pergunta que me proponho a responder é: como as comunidades participam das políticas públicas de esporte e de lazer materializadas no Ginásio?

Gostaria de destacar que o tema da participação comunitária não é o objetivo central desta tese. Trabalhos como de Marco Paulo Stigger (1992), no seu estudo sobre a administração de parques públicos e a democracia desenvolvido na SERP, nos mostra que havia a “intenção de favorecer a participação popular” (STIGGER, 1992, p. 145) por parte da gestão do setor naquela época (década de 1990). Contribuindo com a ideia de participação popular, Leandro Forell (2014), estudando a participação da comunidade na gestão do Parque Ararigbóia, nos mostra que essa participação se deu com diferentes noções de democracia em momentos distintos da relação da comunidade com as possibilidades de participação na gestão do parque (FORELL, 2014; FORELL; STIGGER, 2016).

A professora Rosane Molina (1997) investigou os Centros de Comunidade e mostrou que, mesmo em meio à ditadura militar, os educadores “trabalhavam no sentido de que as experiências vividas pelos participantes lhes permitissem desenvolver uma postura reflexiva e crítica a respeito do contexto e das cotidianidades do mundo no qual viviam” (MOLINA, 2004, p. 32-33). Apesar do período histórico,

o estudo apresenta elementos sobre a participação da comunidade nas decisões sobre a implementação das atividades que os centros desenvolviam, por exemplo. Também nos mostra que esses espaços foram o berço de algumas associações comunitárias, explicando que as intervenções realizadas nos centros comunitários favoreceram o associativismo daquelas comunidades.

Encontramos esse debate também na tese de Sílvia Amaral (2003), que estudou a participação da população nas reivindicações de políticas públicas de lazer no Orçamento Participativo. Já Hamilton Santos (2003) estudou a democratização das políticas públicas de esporte e de lazer nas primeiras três gestões da Frente Popular em Porto Alegre sob a perspectiva da ampliação do acesso às atividades esportivas e de lazer. Assim, mostrou, no desenvolvimento da sua pesquisa, diferentes espaços em que a população participava dos processos decisórios. Ademais, em um estudo sobre as vivências de lazer nos grupos de idosos do Parque Alim Pedro, Flavia Bielawski (2018) nos mostra as diferentes formas como esses grupos participam da materialização das atividades que são desenvolvidas no parque.

Esse apanhado com diferentes pesquisas, que têm em comum a presença da comunidade na relação com as políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre, nos mostra que tanto o envolvimento das pessoas que frequentam os espaços de esporte e de lazer quanto as formas de participação dessas pessoas, que são diversas e estão presentes. Considerando o alcance temporal que a literatura nos permite observar, pode-se considerar esta uma característica importante dessa política pública, que ocorre historicamente em Porto Alegre. Destaco, portanto, que o meu objetivo com este subcapítulo está restrito muito mais a como, a partir da minha experiência no campo, consegui perceber essa participação e como ela afeta o trabalho dos professores que atuam no Esporte.

Outro limite que cabe nesta breve introdução está relacionado com as minhas possibilidades de interpretar como as participações das comunidades afetam o trabalho dos professores da SME visto que eu circulei e produzi dados, predominantemente, no Ginásio Tesourinha. Apesar desse limite, pelo que pude compartilhar com professores de outras Unidades Recreativas, e pelo que pude aprender a partir da literatura que consultei, é possível ampliar essas interpretações sem correr o risco de cometer um grave erro. Mas devo alertar que as relações entre as comunidades e os professores são muito plurais, o que eu consegui observar

dentro dos limites do Ginásio Tesourinha, e também tive a oportunidade de conversar com professores de diferentes URs sobre isso.

Assim, durante o meu trabalho de campo, convivi mais intensamente com a comunidade que frequenta o Ginásio Tesourinha. Percebi que ela participava de diferentes formas nas políticas públicas implementadas ali no Ginásio e, em situações pontuais, em outros locais. Apesar de ter características um pouco diferentes do Parque Ararigbóia e do Parque Alim Pedro, por exemplo, começando pelo fato de que a comunidade do Tesourinha é composta por pessoas de diferentes bairros da cidade e, inclusive, de cidades da Grande Porto Alegre, o termo “comunidade do Tesourinha” faz sentido.

Mais de mil alunos frequentam mensalmente as atividades sistemáticas oferecidas pelo Ginásio. Grande parte dos grupos de idosos e de adultos tem pessoas que frequentam atividades desde a década de 1990. Nesse sentido, a comunidade do Tesourinha supera a noção geográfica de bairro ou de região, centrando-se na utilização do equipamento público e das relações ali constituídas.

A minha primeira descrição para exemplificar a participação da comunidade nas políticas públicas de esporte e de lazer tem relação com a minha lotação no Tesourinha. Ela só ocorreu devido às inúmeras solicitações das alunas dos grupos de dança e de um grupo de convivência que eram atendidas pela professora Sinara⁷⁴, que havia se aposentado cerca de um ano e meio antes da minha nomeação para atuar no Ginásio. Como falei no primeiro capítulo, a necessidade por um professor que atuasse com a atividade de dança surgiu devido à insistência de alguns grupos de alunas do Ginásio que, frequentemente, solicitavam reuniões com o secretário do Esporte, o professor Diego na época, ou com o vereador que tinha o Tesourinha como uma das suas bases eleitorais, o vereador João Bosco Vaz.

Escrevi “grupos de alunas”, pois acho que essa descrição merece estar no plural. Não se trata de um grupo coeso, mas sim de diferentes grupamentos de pessoas, reunidas muito mais pela afinidade que encontraram com a atividade de lazer no espaço do Tesourinha e, depois, pela amizade que as vinculou nesses

⁷⁴ A professora Sinara iniciou sua carreira na PMPA atuando na FESC ainda na década de 1980. Passou a atuar na SME após a criação da Secretaria, no ano de 1994. Foi lotada no Ginásio Tesourinha e seguiu desenvolvendo suas atividades lá até a aposentadoria, que ocorreu no início de 2013. A professora é formada em Educação Física e desenvolvia atividades como ginásticas, danças e grupos de convivência para a terceira idade. Teve uma participação significativa no desenvolvimento do projeto De Bem com a Vida.

pequenos grupamentos. Tentarei esmiuçar um pouco mais esses grupos que, durante a minha atuação como professor no Ginásio, foram me ensinando a ser professor na SME.

Chegando ao Tesourinha, entre algumas outras atividades, fiquei responsável pelas turmas de dança e por um grupo de convivência. Muitas das alunas que participavam do grupo de convivência participavam, também, da turma de dança. O grupo de convivência, chamado de Grupo Beija-flor, foi criado no dia 4 de setembro de 1993 pela professora Sinara. A proposta de criação do grupo era de atender idosos com o objetivo de proporcionar “participação em atividades de lazer, música, técnicas e dinâmicas em grupo para estreitar as relações interpessoais, debate sobre o envelhecimento e qualidade de vida e a promoção da auto-organização”.⁷⁵ O grupo tinha uma reunião semanal, em que ocorriam dinâmicas e atividades organizacionais, e dois encontros semanais com aulas de dança. Na época em que comecei a dar as aulas de dança, cerca de umas 15 componentes do grupo de convivência participavam dessas aulas. Em algumas reuniões do Grupo Beija-flor, participavam mais de 40 alunas. Como muitas das alunas já estavam com idade mais avançada, ao longo desses anos de participação nas atividades de convivência e de dança, muitas pararam de participar da dança, mas seguiram participando da convivência. Tiveram que trocar a dança pela musculação, pois necessitavam de uma atividade pontual de reforço muscular que fora indicada pelo atendimento de fisioterapia que o Ginásio também oferecia. Elas manifestavam que essa troca ocorrera quando a política de atendimento no Tesourinha mudou, não permitindo que elas fizessem mais do que uma atividade no Ginásio.

Abro um parêntese sobre essa política de atendimento no Ginásio: ela foi pensada para possibilitar que mais pessoas participassem das atividades oferecidas no Tesourinha, pois havia uma grande demanda por parte dos usuários, mas não existia a possibilidade de aumentar o número de vagas; pelo contrário, as aposentadorias de servidores sem a reposição de outros acabavam por reduzir a quantidade de turmas e vagas. Tanto é que eu fui nomeado como professor no Tesourinha com 20 horas para dar conta da demanda de duas professoras com 40

⁷⁵ Essa descrição do objetivo do grupo está publicada no livro organizado e produzido pela professora Sinara com a contribuição de textos de muitas das alunas do grupo no ano de 2012, intitulado *Nossas histórias: relatos dos integrantes do grupo de terceira idade Beija-flor*, impresso pela Prefeitura de Porto Alegre e distribuído pelo próprio grupo.

horas cada. Como as integrantes do grupo de convivência, na maioria dos casos, frequentavam o Tesourinha desde a década de 1990, seguidamente elas manifestavam a sua inconformidade com essa regra. Achavam que essa regra não cabia a elas, pois estavam lá há muitos anos. Tinham uma noção de “direito adquirido”. E, em certa medida, essa noção de direito adquirido favoreceu os investimentos delas em solicitar que o secretário do Esporte conseguisse um professor para substituir a professora que havia se aposentado. Ter a reposição da professora era um direito delas.

Com essa aposentadoria, as alunas ficaram sem aulas de dança, mas solicitaram ao diretor do Ginásio, que na época era o professor Fonseca, para continuarem utilizando a sala no horário que as reuniões do grupo de convivência ocorriam. Na organização do grupo havia diferentes atribuições: secretária, tesoureira, social, cultura, turismo, biblioteca, filantropia, presidente e vice-presidente. Cada cargo era ocupado por uma integrante e, a cada ano, havia uma eleição para escolha da “líder de chapa”, ou seja, a presidenta. Uma das funções da presidenta, por exemplo, era retirar a chave da sala 27 na secretaria para o grupo de convivência. Durante o período em que o grupo ficou sem professor, cerca de 18 meses, elas mantiveram os encontros semanais nas sextas-feiras às 14h. Quando cheguei ao Tesourinha, a presidenta da época falou: “Eu segurei a porta dessa sala aberta enquanto tu não chegava, professor!”. Tanto na fala quanto nas ações da presidenta estava clara a intencionalidade: garantir o espaço até o novo professor chegar.

Havia muitos relatos de idas e vindas ao gabinete do secretário do Esporte, ao gabinete do vereador João Bosco Vaz, à gerência pedagógica e ao diretor e à coordenadora do Ginásio Tesourinha questionando sobre “quando vai chegar um professor para nós?”. Essas idas e vindas ocorriam por diferentes grupos, não apenas pela presidenta ou pela sua equipe de gestão, mas também por iniciativa de outras componentes do grupo que se autorizavam a fazer esse movimento para o benefício da continuidade do Beija-Flor. Era perceptível, inclusive, que um grupo tentava associar a chegada do novo professor aos seus esforços junto aos gestores.

Essa insistência por parte das componentes do grupo se confirma nas palavras dos gestores. O secretário do Esporte me falou uma porção de vezes, em um tom bem humorado: “Tu não imagina quantas vezes essas velhinhas me encheram o saco!”. O diretor Fonseca me falava: “Essas gurias não são fáceis, elas conseguem tudo que querem!”. A coordenadora do Ginásio concordava com o diretor e

complementava dizendo que o grupo existia devido ao trabalho da professora Sinara, que ensinou as senhoras que elas tinham direito às atividades de lazer.

O grupo organizava alguns eventos financiados por recursos dos próprios integrantes. A tesoureira era a responsável por gerenciar uma conta bancária específica para o grupo. Já no primeiro evento em que participei, percebi a complexidade da sua organização. As componentes do grupo organizaram bebidas quentes e frias, variedades de doces e salgados, contrataram um músico e produziram convites para mais de 60 pessoas. Além disso, entregaram flores para homenagear alguns componentes do grupo e alguns convidados externos, tais como o vereador João Bosco Vaz, o secretário do Esporte, o diretor e a coordenadora do Tesourinha e a professora Sinara.

Percebi que, além de uma atividade de lazer, aquele grupo também desenvolvia uma certa atividade política. Todos os convidados que participaram do evento tiveram, segundo protocolo organizado pela responsável pelo social, um momento de fala. Nas falas, além de agradecer as homenagens, eles reforçavam a importância do grupo para o Ginásio e a importância da participação de cada uma das componentes do grupo para a manutenção daquele espaço de convivência. No período anterior às eleições municipais de 2016, muitas das integrantes do grupo receberam correspondências do vereador João Bosco Vaz. A intencionalidade dessas correspondências era de mobilizar os votos das integrantes do grupo, confirmando que o vereador considera o Tesourinha uma base eleitoral.

Além das integrantes do grupo Beija-flor – que se mobilizaram na forma de diferentes grupos com a intenção de pressionar o vereador, o secretário, o diretor e a coordenadora para contratarem um professor –, a própria Aagites se mobilizou para solicitar um professor para as aulas de dança. A presidenta da Aagites, que na época era a dona Karen⁷⁶, já estava envolvida com a Associação há mais de 15 anos. Ela participava de um grupo de dança que era organizado por uma professora que também havia se aposentado. Karen e algumas ex-integrantes desse grupo permaneciam em outras atividades do Ginásio, mas manifestavam o interesse em

⁷⁶ Karen era aluna do Ginásio Tesourinha desde a década de 1990. Era aposentada e havia participado, por incentivo da professora Sinara, da criação da Aagites. Estava como presidenta, ou envolvida com algum cargo da Associação, desde que ela havia sido criada. Com isso, já acumulava mais de 15 anos de experiência com a gestão da Associação e com a relação comunitária que essa função exigia. Observei que ela tinha uma relação de amizade e confiança com a coordenadora e especialmente com o diretor do Ginásio.

fazer aulas de dança. Em uma conversa, a Karen falou: “Eu fazia musculação porque tinha que me manter fazendo uma atividade física, mas o que eu gosto mesmo de fazer é a dança” (DC, 17/4/2017).

Esse contexto que antecedeu a minha “chegada” no Ginásio Tesourinha ajuda a pensar sobre as aprendizagens que foram ocorrendo nas negociações cotidianas que se davam em torno das atividades que eu ministrava. Os grupos de alunos que assumi, em grande parte, já frequentavam as atividades do Ginásio Tesourinha há muitos anos. Assim, posso dizer que eles foram “educados para o lazer” que ali vivenciam. Nesse sentido, como professor naquele espaço, eu não podia negar o direito “adquirido” de manifestar as suas compreensões sobre como entendiam que deveria ser a aula. Esses alunos experientes não eram atores passivos do processo; eles desempenhavam um papel relevante em diferentes atividades, inclusive nas propostas de aulas que eu ministrava, sugerindo desde a escolha das atividades até as formas de abordagem das práticas docentes. Havia ali uma forma de participação com a qual eu não estava habituado.

Uma forma de compreender a relação entre professor e aluno da SME é olhar, por exemplo, para as organizações de alunos que atuam em algumas Unidades Recreativas. No Tesourinha existe a Aagites, como mencionei anteriormente. Outras URs têm organizações ou associações que não são formalizadas, mas que se relacionam ativamente e de diferentes formas com os professores. A fim de ajudar a pensar sobre o lugar das associações na organização do Esporte, apresento a seguir um excerto da entrevista com a professora Patrícia. Ela explica como era a sua percepção sobre o perfil dos professores lotados no Ginásio Tesourinha quando ela atuava na equipe de gestão e qual era a relação que esse perfil de professor tinha com a comunidade.

Nós tínhamos excelentes professores de várias modalidades históricas que tinham criado o basquete [Viva Basquete], que trabalhavam o voleibol, mas eles eram professores com uma visão de treinador. Um professor assim, restrito à sua aula, à sua técnica... Esses nós mantivemos num espaço privilegiado que era o Tesourinha, dando escolinhas esportivas. Dali não se esperava [a criação de uma associação], até porque a comunidade não era do entorno. As pessoas [professores] que iam pra lá não tinham todo aquele trânsito comunitário, porque nós não podíamos querer que as pessoas fizessem do jeito que nós faríamos se estivéssemos lá, então foi respeitado, foi valorizado... Já outros professores e que hoje talvez tenham feito uma reflexão, porque já ouvi alguns comentários, eles não entendiam que deveriam fazer relação comunitária mesmo em coordenação de espaços, praças e parques... Eles achavam que eram servidores públicos, empregado do público, mas aí levavam ao extremo, onde tu é o empregado sem ação, tu só faz as tarefas... E principalmente quando era pra fomentar a associação, pra auxiliar, pra dar o espaço, pra dar ideia, pra ajudar a se organizar, eles caíam fora... Em alguns momentos me parecia que era pra não disputar o pequeno poder do espaço

que estavam liderando, coordenando... Mas também como eu te digo, era perfil... Tinha pessoas que eram excelentes administradores do local e nós não íamos abrir mão de eles estarem lá porque eles administravam, os alunos estavam lá no horário, os professores trabalhavam, os funcionários trabalhavam e tal... Aí vinha de novo o aporte da assessoria comunitária, ela fazia o papel de movimento de ajuda... Então, as associações comunitárias no meu entendimento tinham diretrizes construídas dentro da Secretaria, eram diferentes, plurais e tinham ou não o respaldo dos professores dependendo no nível de entendimento e comprometimento que tinham com essa visão de administração (ENTREVISTA, 3/8/2017).

Até certo ponto, a professora Patrícia faz uma crítica ao perfil de professor que não atua no sentido de fomentar a organização de associações comunitárias. Mostra, também, a visão que a gestão daquele período tinha acerca da relação com a comunidade. Existia uma política que estimulava a criação das associações e havia uma proposta de trabalho que partia da relação com essa associação. Nos textos que abordam a gestão da Secretaria no período em que ela era administrada pela Frente Popular, essa proposta administrativa era chamada de cogestão (GUTTERRES; RODRIGUES, 1996; RODRIGUES, 2001; RODRIGUES; MARCELLINO, 2011). A professora Patrícia também fala que os professores “talvez tenham feito uma reflexão”, possivelmente por perceber que existia, no período desta pesquisa, uma relação comunitária construída no Tesourinha que envolvia professores, coordenador, diretor, Associação e alunos.

Talvez por ser um espaço central, quando o Tesourinha foi pensado como um equipamento público de esporte, não se imaginava uma ocupação comunitária como aquela que já frequentava o Ararigbóia (FORELL, 2014). Patrícia relata que a comunidade que frequentava o Ginásio não era do entorno. Entretanto, independentemente dessa característica, foi sendo construída uma relação com a comunidade materializada também em forma de associação.

No próximo excerto da entrevista, a professora Patrícia abordada a percepção que ela tinha sobre a Aagites e explica como se deu o início da proposta de criação da Associação:

O Ginásio Tesourinha, pelo perfil dos professores que estavam lá, era dar aula... Aí como a mãe de uma professora nossa ajudava naquela época, professora Júlia, ela começou a frequentar não sei se o alongamento, dança ou ginástica lá no Tesourinha. Ela entendia a discussão que se tinha sobre associativismo e elas fundaram a associação lá, que é a Aagites, e tem pessoas até hoje lá... Agora me esqueci nomes, mas tem pessoas... Só que elas ficaram meio que isoladas, porque o conjunto dos professores não respaldava. Além disso, tinha uma dificuldade de entendimento, de colega falar pra colega na aula: “Fulana quer arrecadar, ou quer nos dar trabalho, eu vim aqui pra fazer a aula”. Então, quando um professor dá o seu testemunho, o seu olhar, ele facilita essa relação; se ele se omitir ou for contra, ele não ajuda... Então, no meu entendimento, a Aagites existe, mas podia ter outro potencial, e não tem porque não teve esse entendimento, essa ajuda do conjunto de

professores daquela época... Mas o que nós sempre achamos de [associativismo] espontaneísta não existe; ou a associação ela vem de base mesmo, ou então ela vai ser um aparelho feito pela administração (ENTREVISTA, 3/8/2017).

Nesse segundo excerto, o papel do professor nessa “pedagogia” que envolve o trabalho com as associações está mais claro. Segundo o relato da professora, para que uma associação funcione de modo a fomentar a participação e o entendimento de todos os envolvidos acerca dos seus objetivos, é necessário que o professor contribua, é necessário que o professor aborde essa proposta nas suas intervenções. Em certa medida, a professora Patrícia compreende que essa pedagogia depende mais do professor e do conjunto de alunos do que da proposta pedagógica da Secretaria. Corrobora essa visão a fala da professora Júlia em uma reunião geral no Tesourinha, quando a pauta da discussão era o processo de extinção da SME: “Cada professor tem ação no cotidiano. Se o professor não quiser, não acontece” (DC, 3/7/2017).

O relato do professor Fonseca, ex-diretor do Tesourinha, também nos ajuda a compreender sobre a relação da Associação com o trabalho que é desenvolvido no Ginásio.

[...] A comunidade ser envolvida nessas coisas, não é só o poder público que tem que fazer, a comunidade tem que se comprometer, porque na verdade hoje o poder público por muitos anos das coisas terem sido abandonadas, dos caras pensar só na política e não pensar no bem-estar na população, hoje não existe mais recurso pra isso daí, mas hoje através de um bom trabalho, um trabalho sério, a comunidade vem ajudar, ela vem contribuir, ela vem com uma coisa muito simples... A grama cresceu, nós não temos como cortar, o pessoal faz um mutirão, vem lá, corta a grama... O pessoal vem lá, faz um mutirão, pinta a sala... E essa política a gente adotou no Tesourinha... Tinha uma associação, mas ela também não era atuante, então se fez a associação funcionar e aí começamos a cobrar mensalidade dos alunos, a mensalidade bem baixinha, que era até irrisório em relação ao que nós oferecíamos, porque nós sempre tivemos bons professores, bons técnicos, todos eles comprometidos, mas desmotivados... Aí nós começamos a oferecer um trabalho de excelência e as pessoas viam que aquela contribuição servia pra reformar sala, fazer uma secretaria boa, botar computador, informatizar tudo, enfim... Construímos uma fisioterapia que era para as pessoas quando se machucavam não tinham aonde ir... Então tudo isso aí fez com que a Secretaria crescesse e o Tesourinha se tornasse referência em Porto Alegre para essas coisas... Tudo isso foi como, através da parceria da comunidade com o poder público, que funciona quando ela for bem administrada e principalmente transparente, aonde tá indo recurso que nós estamos depositando aqui... Pagava 20 reais semestralmente, e a pessoa via: “Bah, pintaram o corredor... Bah, arrumaram a máquina de musculação... Bah, trocaram as redes, botaram uma lâmpada...”. Isso motivava as pessoas, tanto é que nós vínhamos de 600 alunos e tivemos que parar em 1.600 porque nós não tínhamos mais onde botar aluno, porque nós não tínhamos mais espaço físico. Isso foi a prova que a coisa bem gerenciada, bem administrada e principalmente transparente, e a transparência quem dá é a própria comunidade, o cobrar de forma participativa, vamos dizer assim, não ostensiva, que a coisa está sendo bem gerenciada, então a associação se fortaleceu porque nós conseguimos injetar recurso não público, privado, para fazer as coisas que era pra ser do poder público, mas o poder público não tinha como fazer, mas a comunidade queria que isso acontecesse, então aconteceu... (ENTREVISTA, 11/12/2017).

É importante destacar que o professor Fonseca foi Diretor do Ginásio na primeira gestão após a Frente Popular. No seu relato, quando assumiu o Ginásio em 2005, tanto a estrutura física do Tesourinha estava precarizada quanto os professores estavam desmotivados. A estratégia do Fonseca para administrar o Ginásio foi fortalecer a comunicação com os alunos que frequentavam o Tesourinha, deixando claro onde eram feitos os investimentos que saíam das contribuições da Associação. Cabe destacar que a relação que o diretor Fonseca estabelecia com a Associação era mais administrativa, pois a função dele era essa. Com isso, a percepção que ele externaliza coloca a participação da comunidade de forma utilitarista, ou seja, as pessoas pagam e os administradores escolhem como gastar esse dinheiro. Mas a participação, afirmo aqui, não se dá somente dessa forma.

Quando iniciei ministrando aulas no Tesourinha, frequentemente a presidenta da Associação, que era uma aluna do Ginásio e exercia essa função de forma voluntária, pedia para falar sobre o que a Aagites estava fazendo, sobre a necessidade de mais pessoas se associarem, sobre a importância de contribuir com a taxa da Associação e como essa contribuição se convertia em benefícios para os alunos do Ginásio. Nessas primeiras visitas, eu escutava o recado da presidenta, mas pouco ou quase nada falava. No último ano em que atuei no Tesourinha, eu tinha uma outra postura, tomava parte da fala quando ela solicitava um espaço e, frequentemente, ao final das aulas, mobilizava o assunto reforçando a importância de se associar à Aagites. Eu fazia essa fala não por ser cobrado nem por solicitação de colegas ou coordenadores, mas sim porque fazia sentido, porque me parecia que naquele espaço público essa era uma forma de participação que fazia sentido.

O envolvimento da Aagites e dos alunos do Ginásio não ocorria apenas nas aulas ou apenas na gestão de recursos para manutenção do Tesourinha. Havia participação nos eventos propostos pelos professores do Ginásio, tais como festa junina, festa de final de ano, Dia das Mães, entre outros. Não é um objetivo aqui analisar tal participação, apenas pontuar que ela é parte do cotidiano do trabalho dos professores nas suas atividades com a comunidade. Nesse sentido, saber negociar a realidade a partir dessas participações frequentes e em diferentes dimensões da atuação do professor constitui o trabalho docente no Esporte.

Surge, com isso, uma expectativa por parte dos professores de que os alunos criem um vínculo com o professor que está dia a dia promovendo, ministrando e

coordenando as atividades sistemáticas das Unidades Recreativas (interdependência professor-aluno). Essa expectativa está centrada principalmente nas turmas de idosos e adultos e se materializa nos momentos em que os professores precisam recorrer aos seus alunos para desenvolver alguma ação. Esse vínculo se caracteriza por um tipo de troca, em que, de um lado, está o professor comprometido, preocupado, atento e disposto com os alunos e com as cotidianidades que envolvem a vida dos alunos e, de outro, o alunado que reconhece a doação do professor, atendendo seus pedidos e acatando suas recomendações. Com certa frequência os professores recorrem a esse recurso social em eventos e atividades das Unidades Recreativas, como, por exemplo, em festas juninas, festas de encerramento do ano, festas das turmas, etc. Já os alunos, cotidianamente, desfrutam desse vínculo nas aulas sistemáticas que frequentam. Nessa participação, tanto a Associação quanto os diferentes grupos de alunos se envolvem de diferentes formas. E nessas oportunidades, que ocorrem com certa frequência, a participação não se dá apenas com a doação de recursos (financeiros e/ou trabalho), ela se dá a partir de decisões e negociações sobre como as coisas devem ser realizadas. Retomo aqui que esses alunos acumulam bastante experiência sobre as atividades desenvolvidas no serviço público de esporte e de lazer.

A sugestão da Gerência Pedagógica para as atividades sistemáticas é que elas ocorram duas vezes por semana, com duração de 1h30min e que ofereça 30 vagas. Mas as escolhas acerca do tempo de prática ou do número de vagas é do professor que ministra a atividade, podendo ser alterada a partir da sua avaliação. Por exemplo: considerando o tamanho da sala, as características das aulas que eu ministrava de dança para adultos e idosos e a procura de alunos pela atividade, eu passei a disponibilizar 45 vagas por turma. A cada final de mês, os professores, ao encaminhar a chamada com o número de atendimentos realizados, deveriam indicar quantas vagas seriam abertas em cada turma. Frequentemente, durante o mês, as pessoas interessadas nas aulas me procuravam pedindo uma vaga na turma. Muitas vezes eu dava uma resposta evasiva, explicando que as vagas eram disponibilizadas no início de cada mês e que a matrícula deveria ser realizada na secretaria do Ginásio. Esse era o procedimento. Entretanto, algumas vezes os pretendentes a alunos insistiam, apareciam inúmeras vezes durante o mês e pediam para fazer uma aula, o que eu acabava permitindo. Com as reiteradas solicitações de vagas, eu orientava que o “futuro” aluno fizesse a matrícula na secretaria, pois a turma teria algumas vagas

naquele mês. Mesmo sem ter “liberado” vagas devido à desistência de algum aluno, nessas situações, eu acabava abrindo vagas para que esses alunos “persistentes” pudessem se inscrever. Em diferentes momentos o número de matriculados excedia as 45 vagas, pelo fato de a minha autonomia como professor da atividade permitir esse tipo de gestão.

Esse exemplo, descrito a partir das aulas que eu ministrava, não é um exemplo isolado. Muitos professores tinham atitudes semelhantes frente às solicitações e pressões de pessoas da comunidade. Alguns professores não se importavam muito com a necessidade de os alunos estarem matriculados e permitiam que eles permanecessem fazendo as aulas sem esse registro. De certa forma, essa demanda que partia da comunidade se configurava como uma forma de pressão para que os professores ampliassem as vagas nas suas turmas (ou deixassem que alunos participassem das aulas sem a necessidade de matrícula), fazendo com que cada um tomasse uma atitude particular sobre as diferentes situações.

Os professores que ministram atividades sistemáticas nas Unidades Recreativas da SME consideram a existência de uma interdependência entre eles e a comunidade: os professores precisam dos alunos para as suas aulas, para desenvolver atividades diversas, para negociar a realidade com os gestores, enquanto a comunidade precisa dos professores para orientação nas atividades esportivas e de lazer, para ter acesso às atividades e como o provedor de um espaço onde são vivenciadas experiências que ultrapassam as corporais.

Em algumas turmas, por exemplo, existe a figura de “líder de turma”. Essa pessoa é o representante/porta-voz, que auxilia o professor em algumas ações relacionadas àquele universo e no envolvimento da turma com as questões referentes ao Ginásio. Nas turmas de dança, por exemplo, as líderes das turmas eram responsáveis pela lista de aniversários, por ajudar na organização dos alunos que participam de coreografias, por organizar a turma nas participações das atividades do Ginásio, reuniões com a Aagites, etc. A escolha da líder ocorria por votação. Entretanto, em algumas turmas, poucos assumiam esse papel. Muitas vezes era necessário que eu, no papel de professor, insistisse sobre a importância dessa forma de participação (reforçando o pensamento da professora Patrícia exposto anteriormente).

Um exemplo de articulação que envolveu as turmas e seus líderes, e que foi mobilizada pelos professores, foi a realização de algumas das festas organizadas no

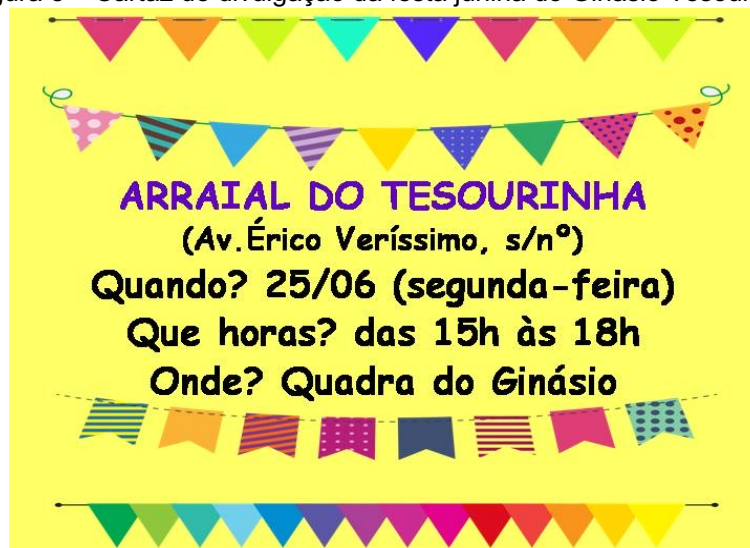
Tesourinha. Essas atividades também são desenvolvidas e articuladas com a comunidade em outras Unidades Recreativas, como, por exemplo, no Parque Ararigbóia, como apresentado por Forell nos excertos das entrevistas que realizou:

Para mim o momento que melhor retrata a participação e a cogestão do parque seja a festa de São João são feitas várias reuniões as pessoas que são usuárias do parque se responsabilizam por promover atividades, os professores também participam efusivamente e no final de tudo todo mundo fica feliz (Entrevista com professor do Parque).

A coisa mais linda do mundo é a festa de São João. Bah! A gente trabalha que nem uns louco, mas é para o bem do parque, os grupos trabalham juntos e se unem mais, parece uma grande família mesmo (Entrevista com usuária 2) (FORELL, 2014, p. 103).

No Ginásio Tesourinha são realizadas, pelo menos, duas festas para todos os alunos: a festa junina e a festa de encerramento do ano. Nesses eventos ocorre o envolvimento de diferentes grupos de alunos e de formas diversas. Para exemplificar, vou descrever um pouco da organização da festa junina que ocorreu em 25 de junho de 2018.

Figura 8 – Cartaz de divulgação da festa junina do Ginásio Tesourinha



Fonte: elaborado pela coordenadora do Ginásio Tesourinha

A necessidade de participação de grupos de alunos específicos fica evidente pela escolha do dia e horário: a festa foi agendada para uma segunda-feira, com início às 15h e final às 18h. O dia e o horário foram selecionados propositalmente, em uma reunião de equipe, para garantir a presença dos grupos de idosos que frequentam o Ginásio. Os idosos são os alunos que mais participam das atividades e que mais colaboram quando mobilizados pelos professores; também compõem a faixa etária de maior volume entre os alunos do Ginásio, cerca de 70%. No planejamento da festa,

foi acordado que cada professor iria mobilizar suas turmas, envolvendo os alunos, ou pais de alunos no caso de turmas de crianças, na organização das diferentes bancas. Também combinamos que os recursos obtidos por meio da venda dos produtos de cada banca ficariam com a turma que trabalhou na banca, e, dessa forma, os alunos teriam que se organizar para comprar o que seria comercializado. A banca do pinhão e do quentão ficou com a Aagites, a banca da pipoca com a musculação, a banca de bolos com o grupo de convivência, a banca do cachorro-quente com as turmas de basquete, e assim por diante. Essa festa contou com mais de 500 participantes.

No dia da festa, cada professor ficou responsável por organizar a banca da sua turma. Nas bancas das turmas pelas quais eu era responsável, por exemplo, acordei com as alunas uma escala de trabalho para que tivesse uma rotatividade e todas aproveitassem a festa, mas alguns professores preferiram ficar todo o tempo trabalhando na banca; enfim, diferentes formas de organização ocorreram na festa. Comparando com a descrição apontada por Forell (2014) sobre a participação da comunidade na organização da festa de São João do Parque Ararigbóia, percebo que essa mobilização que ocorreu na festa junina do Tesourinha não foi articulada entre os diferentes grupos. A articulação partiu dos professores que, de forma individual e com diferentes estratégias, mobilizaram as suas turmas envolvendo mais ou menos os seus alunos. Já no Parque Ararigbóia, essa mobilização está centrada na própria comunidade. Entretanto, antes de qualquer comparação apressada, é preciso considerar que a dimensão do Tesourinha, no que se refere à quantidade de alunos e turmas, é demasiadamente superior à do Ararigbóia. Também precisamos levar em conta que o Parque Ararigbóia é “do bairro”, já o Tesourinha, como ginásio municipal, é “da cidade”. Nesse sentido, a coesão de um grupo de alunos em um espaço menor ocorre com mais facilidade.

No dia seguinte da festa, fizemos a divisão dos lucros de acordo com a venda de cada banca. O valor recolhido foi entregue ao líder de cada turma ou ao professor para alguma aquisição (compra de uniformes para o basquete, por exemplo). O grupo de convivência arrecadou cerca de 550 reais. Esse recurso foi entregue à presidenta do grupo, que, no mês de setembro, organizou um passeio para um café colonial sem custo para as integrantes do grupo.

Essas festas não seriam possíveis, na forma como ocorrem, sem a participação dos alunos. Seja devido ao recurso necessário para adquirir os insumos das diferentes bancas, seja devido à colaboração na organização do evento, o envolvimento dos

alunos a partir da mobilização dos professores é perceptível. Esse envolvimento está relacionado com a noção de interdependência professor-aluno que mencionei anteriormente. Essa noção se materializa, por exemplo, nas palavras do professor Marion em uma situação que ocorreu no Tesourinha durante uma reunião de professores. Nas reuniões que ocorreram durante o processo de extinção da SME, alguns professores manifestaram a possibilidade de serem devolvidos para a Secretaria de origem (a SMED). Em uma das reuniões que ocorreram durante esse processo, o professor Marion, que não atua diretamente com alunos, somente em um cargo de gestão e que é cedido da SMED, falou: “Vocês pelo menos têm o apoio da comunidade, eu não tenho nada” (DC, 10/4/2017). A fala desse professor foi direcionada para outros professores que atuam com grandes turmas de alunos. Ele manifestou que os professores que tinham turmas contavam com alguma segurança em permanecer atuando no Esporte após a extinção da SME, pois a comunidade, na visão de Marion, seria uma garantia para essa permanência. Os gestores não acabariam com esses atendimentos, pois haveria um descontentamento nas comunidades atendidas. Segundo essa lógica, as comunidades pressionariam os gestores pela manutenção dos seus professores. Entretanto, essa visão não se confirmou, como veremos mais adiante. Essa discussão caberá em um capítulo posterior; aqui ela apenas nos ajuda a pensar sobre essa noção de interdependência que os professores do Esporte têm com relação à comunidade.

Nesse período em que estava em campo, pude acompanhar de perto o envolvimento da Associação do Tesourinha no cotidiano do Ginásio. Esse envolvimento se dava, principalmente, com a Karen, que era a presidenta da Aagites. Frequentemente ela se encontrava com o secretário, o diretor e a coordenadora do Ginásio ou com o Vereador João Bosco Vaz, pois, como presidenta da Associação, quando era necessário algum recurso da Aagites para o Ginásio, por exemplo, a Karen e o diretor precisavam assinar o cheque. Considerando isso, cabe destacar que os investimentos no Ginásio que partiam de recursos da Associação necessitavam de uma negociação com a dona Karen. A seguir coloco dois excertos dos diários de campo que mostram alguns tipos de negociações que ocorriam entre a Aagites e os professores:

No intervalo que tive entre as aulas da tarde, fui, como de costume, tomar um café na sala dos professores. Quando cheguei já estavam o professor Pedro, o professor Isac e a professora Sílvia. Com a exoneração do diretor Fonseca, que era CC do governo anterior, a professora Sílvia havia acumulado as funções do diretor, além das funções de coordenadora, até a nomeação de um novo diretor. Logo após eu entrar na sala, ela começou a contar que o professor Orlando, gerente da SME, foi conversar com ela durante a reunião da manhã sobre o relógio-ponto do Tesourinha. O equipamento estava estragado devido a sucessivas quedas de luz que ocorreram no temporal deste mês. Foi aberto um chamado para o conserto e a empresa veio recolher o equipamento na semana anterior. A professora Sílvia falou: “O Orlando veio conversar comigo sobre algumas coisas que o Fonseca fazia e que agora eu deveria dar conta, e, ao final da conversa, ele me entregou a conta do conserto do relógio-ponto para eu cobrar da Associação. Eu disse que não ia fazer isso, esse conserto tem que ser pago pela Prefeitura, não pela Associação!”. A professora disse que falou para a dona Karen não arcar com essa despesa (DC, 20/3/2017).

Em um outro momento da manhã de reuniões, a discussão foi sobre a festa junina. Foi combinado que os recursos obtidos com a venda de alimentos, de produtos no brechó e pescaria seriam para comprar uniformes para o basquete e sapatilhas de ponta para as meninas do ballet. Essa opção de direcionamento do recurso para compra desses materiais ocorreu porque, antes disso, havia sido solicitado à dona Karen (presidenta da Aagites) a compra de algo como uma caixa *bluetooth* para fazer uma rifa com esse fim, mas a Karen negou. Esse fato foi relatado pela professora Sílvia, que, como coordenadora do Ginásio, havia pedido para a Karen, que não quis comprar. Frequentemente é solicitado que a Associação compre algo para a viabilidade das aulas, sejam materiais (exemplo acima), seja conserto de equipamentos (já presenciei três solicitações de conserto da caixa amplificada da sala 27). O professor Pedro, que ministra atividades esportivas para crianças e adolescentes, argumentou que “a compra da caixa *bluetooth* não foi autorizada pela Karen porque não beneficiaria os grupos de idosos, pois, quando é preciso arrumar a caixa de som, ela autoriza”. Nesse caso, o professor se referia ao conserto da caixa de som da sala 27, cujos beneficiários são as idosas, que têm inúmeras atividades na sala e que utilizam a caixa de som (DC, 29/5/2017).

De certa forma, a posição da Karen enquanto presidenta da Aagites dava acesso às pessoas que tinham, devido aos seus cargos, a possibilidade de conceder acesso ou de realizar negociações acerca dos interesses da Associação. Assim, ela teve a possibilidade de solicitar a reposição de professor para as aulas de dança que ela frequentava. Essas oportunidades ocorriam, por exemplo, nos almoços que frequentemente o diretor do Tesourinha fazia na cozinha do Ginásio. Segundo a professora Sílvia:

Eram várias as naturezas dos almoços do Fonseca. Alguns eram para prestigiar os funcionários de limpeza e manutenção, perpetuando uma prática muito antiga na Prefeitura. Desses eu não participava. Outros tinham um forte cunho político, quando vinha o Bosco e o Diego, às vezes outras pessoas do PDT também; neste participavam também a Paula e a Nara, que eram CCs ligadas ao partido. Às vezes vinham a Geisa e a Magda (mãe da Daiane), que também eram pessoas ligadas ao partido. Nesses eu não fazia questão de participar. De vez em quando ele intimava, daí não tinha o que fazer, dizia que eu tinha que aprender a ser política. Um outro tipo era para o pessoal da Associação, chefias da Clínica de Fisioterapia, secretário Diego e coordenação do Tesourinha. No caso destes eu participava. E também tinha os dias em que a Maria cozinhava feijão, que daí eu e a Vera voávamos para a cozinha, mesmo sem convite (risos) [ENTREVISTA, 1/6/2017].

Esses momentos, além de mostrar a sua proximidade com o diretor do Ginásio com o secretário da pasta, com o vereador Bosco e com outras pessoas vinculadas

ao partido – inclusive de outros cargos comissionados do Esporte –, mostram que havia uma presença frequente do chefe da Secretaria e o seu vereador naquele espaço. Isso favorecia o acesso da comunidade do Tesourinha, representada muitas vezes pela presidenta da Aagites, às oportunidades de solicitar algum auxílio, como, por exemplo, a contratação de um professor. Assim, essa solicitação se tornava relevante, pois, frequentando o local, tal reivindicação não poderia ser facilmente esquecida pelos agentes políticos.

Cabe aqui um parêntese referente aos “almoços do Fonseca”. Forell (2014), ao estudar a participação da comunidade nas políticas públicas de esporte e de lazer materializadas no Parque Ararigbóia, destaca o lugar dos “rituais de comensalidade”. Segundo o autor,

o espaço da comensalidade se constitui como espaço privilegiado para a manutenção de valores simbólicos construídos no grupo social em que se está transitando; é um espaço comunicativo em que aprende-se como se portar e se incorporam moralidades vigentes (FORELL, 2014, p. 133).

Aqui não se trata de um espaço de continuidade de práticas de lazer; o que o almoço do Fonseca proporciona é que se fale sobre as políticas públicas de esporte e de lazer. Nesse ritual, as pessoas que participam dele se aproximam, o que favorece a participação delas nas decisões e nas escolhas de prioridades do Tesourinha.⁷⁷

Observei em campo que a Aagites vinha desempenhando um papel fundamental na gestão do Ginásio, contribuindo, inclusive, na gestão de outras Unidades Recreativas. Havia um canal aberto de comunicação e confiança entre o diretor do Ginásio, professor Fonseca, e a presidenta da Aagites. A Associação administrava os recursos que eram arrecadados por meio das contribuições dos sócios, os recursos que eram repassados pela Prefeitura de parte das taxas de aluguel do Ginásio e de outros recursos que eram repassados para a Associação em forma de doação. A seguir apresento um excerto da entrevista com o professor Fonseca em que ele explica como a Associação arrecadava recursos:

⁷⁷ Além da tese de Forell (2014), que analisa os rituais de comensalidade nas atividades de lazer sob várias dimensões, Kuschnir (2002), no artigo *Rituais de comensalidade na política*, define esses rituais como celebrações que encenam simbolicamente a eleição do político e contribuem para demarcar a sua identidade. No caso dos almoços do Fonseca, também há uma intencionalidade política que envolve a participação do próprio Fonseca, que é CC, do secretário do Esporte e do vereador João Bosco Vaz.

[...] Todo aluno entre a faixa etária de 18 e 55 anos teria que pagar uma semestralidade, que era de 20 reais, com exceção da musculação, que era 30, porque o custo da musculação era mais alto, mas isso não era suficiente. Só que o Ginásio era usado para muitos eventos de graça, aí nos estipulamos uma contrapartida para o uso do Ginásio, que poderia ser em material determinado pelo Ginásio, pela direção do Ginásio, em comum acordo com a Associação, ou depositar o equivalente em valor do aluguel do Ginásio por cada dia de uso, que na época era 1.000 reais... Utilizar o Ginásio no final de semana é 3.000 reais... Queremos usar o Ginásio de noite para jogar futebol de salão, vôlei, basquete... Nós também cobramos 100 reais a hora para o uso... Então essa era a forma que nós encontramos de arrecadar, e isso começou a funcionar, o Ginásio não era mais emprestado para a iniciativa privada sem ter o retorno, ou financeiro ou em contrapartida, e o Ginásio só era emprestado para as atividades da Prefeitura... Do contrário, tinha que ter a contrapartida, e assim nós conseguimos aumentar o fluxo de recursos do Ginásio... (ENTREVISTA, 11/12/2017).

Esses recursos eram utilizados para a manutenção do Ginásio, principalmente para compra de materiais de baixo custo, mas que eram frequentemente solicitados. Em conversas com o professor Fonseca, ele argumentava que o trâmite via Prefeitura para compra desses materiais era muito “burocrático” e levava muito tempo. Em algumas situações, a Secretaria não autorizava a compra alegando não ter recursos. A solução encontrada foi essa “parceria” com a Aagites. Nesses casos, o professor Fonseca solicitava a compra para a Associação, que rapidamente mobilizava os recursos para o atendimento da necessidade do Ginásio.

Ainda sobre os recursos que a Aagites administrava, Fonseca explica que percebia o Tesourinha como uma estrutura central na Secretaria e que, por ter essa função, era necessário participar de forma mais ampla na manutenção de outros equipamentos públicos. No trecho a seguir, o professor explica como se dava essa relação com outras Unidades Recreativas e a necessidade de negociar essa “função” da Aagites para a Secretaria:

A Associação, através do entendimento que eu tinha, e a dona Karen muitas vezes não concordava, mas... depois ela começou a entender... Por exemplo, ia entrar um recurso para ter um campeonato de futebol de campo lá no Marinha e o secretário queria cobrar, mas não tinha como cobrar... Então eu disse que a Associação cobra, a Associação do Tesourinha cobra o aluguel do campo porque é da Secretaria, né... Então, se pode ter um entendimento que também faz parte do Tesourinha, então a parte do dinheiro do aluguel do campo de futebol do Marinha entra no Tesourinha, e a metade vai ficar no Tesourinha, e a outra metade nós vamos pagar as demandas que vocês [o secretário representando o Marinha] tiverem, e as notas vão entrar na conta do Ginásio... Então, assim se fez reforma de motor de piscina, telhado novo do motor do Ceprima, troca de transformador da Restinga, iluminação do Campo da Tuca. Enfim, dessa mesma forma que se conseguia um recurso lá na PUC, eles depositavam o recurso aqui na conta da Associação, e a Associação mandava fazer os concertos... E por que isso? Porque as pessoas não tinham essa coragem de fazer isso aí. Os administradores lá da Restinga falavam: “Ah, mas como eu vou fazer uma associação, é difícil, ninguém vai contribuir, coisa e tal”. Mas tem que fazer, né... E eu tinha essa visão que o Tesourinha não era só o Tesourinha, que o Tesourinha pertencia à Secretaria, e, se a Secretaria tinha dificuldades, também cabia ao Tesourinha que tinha essa organização de ajudar a Secretaria também a desenvolver os seus projetos, e muita coisa foi feita dessa forma, né... E sempre foi feita as prestações de conta, e nunca tivemos nenhum apontamento ou uma interpretação mal... Só que as pessoas não se davam conta, “ah, fizeram o meu telhado”, “ah, tem que ir lá agradecer o

Fonseca”, “o Fonseca que deu o dinheiro para fazer isso aí...”, “ah, não foi o Fonseca...”, “ah, pois é, eu queria fazer”, faz! Mas as pessoas... Então tu também tem que ter a capacidade de argumentar com os teus alunos da tua comunidade que, se nós se unirmos, nós conseguimos fazer as coisas... Isso não quer dizer que as pessoas têm que aceitar isso, tudo é negociado... né, que a negociação ela tem que ser muito transparente... Eu dizia para a dona Karen: “Está aqui, entrou o dinheiro... Como é que nós vamos gastar o dinheiro?” “Assim!” “Então tá...”. E ela corria atrás das notas, ela ligava para o fulano... “Aqui ó, cadê a minha nota?!” Nesse ponto a dona Karen era ponta na faca... (ENTREVISTA, 11/12/2017).

Apesar da crítica do Fonseca sobre a falta de articulação de alguns gestores para a efetivação de associações nas Unidades Recreativas, essa forma de parceria entre o gestor/coordenador da Unidade Recreativa com uma associação de usuários ocorre em outras URs. A pesquisa de Forell (2014) investigou a participação da associação na gestão do Parque Ararigóia. Os estudos de Stigger (1992) e Amaral (2003) nos mostram que, historicamente, a proposta de gestão na SME é atravessada pelas contribuições de associações de moradores e das comunidades que frequentam as praças e os parques em que a Secretaria atuava. Além disso, os autores também apontam os limites da participação popular tanto no âmbito da Secretaria como no Orçamento Participativo.

As contribuições da associação para a conservação do Ginásio sempre foram anunciadas por muitos usuários e pela “equipe gestora” da Aagites, que frequenta diferentes atividades no Tesourinha. Um exemplo relevante sobre essas contribuições ocorreu em 2016, quando um temporal ocorrido em 29 de janeiro destelhou o Ginásio. Houve um grande investimento da Prefeitura, que arcou com a compra das telhas e com a contratação da empresa para instalação. Entretanto, não tinha recurso para o conserto da quadra. Devido à exposição à chuva, a quadra, que é de madeira (taboão), ficou inutilizada. O diretor do Ginásio, professor Fonseca, e o secretário do Esporte negociaram com a Aagites para que o recurso dessa reforma fosse do caixa da Associação. Eles se comprometeram em buscar um prestador de serviço e fiscalizar a obra (papel que ficou a cargo do diretor Fonseca). Foram, segundo relatos, cerca de 50 mil reais investidos na reforma da quadra. Em matéria publicada no *Correio do Povo*, foi anunciado que o valor total da obra, contando reforma do telhado e quadra, ficou em torno de 415 mil reais. Na matéria não é mencionada essa negociação com a Associação, parecendo que todo o recurso foi investido pela Prefeitura (APÓS TROCA..., 2016). Concluída a reforma, o diretor Fonseca comentou em uma conversa: “Os engenheiros da Prefeitura falaram que a quadra estava condenada, que não tinha conserto. Olha só, que lindo ficou!” (DC, 17/10/2016).

Em certa medida, o que quero sustentar neste capítulo é o fato de que atuar como professor na SME não é apenas saber dar uma boa aula do esporte ou da atividade a que se está vinculado. Para atuar na SME, é necessário o conhecimento de uma pedagogia particular, que é materializada nos diferentes espaços em que os professores atuam. Essa pedagogia particular não se restringe às formas de intervenção que são específicas da Educação Física, tais como as aulas nas salas de ginástica ou nas quadras esportivas. Essa pedagogia está presente nas muitas formas de relação que os professores desenvolvem com os alunos, que pode ser na negociação com as associações ou na organização das festas comemorativas que ocorrem ao longo do ano, por exemplo. Aponto que o conteúdo dessa intervenção acumula um conhecimento que, no meu caso, fui obtendo no contato com os alunos e com os outros professores que atuam nesse serviço, algo que só ocorre pela continuidade dos vínculos e das relações que essas pessoas têm com esses espaços.

3.5.3 Negociar com as normas e regras da SME: sobre a gestão no Esporte

Como professor da SME, fui aprendendo, na medida em que precisava de algo, como as coisas funcionavam. Na maioria das vezes, quando precisava encaminhar um memorando solicitando algo, por exemplo, eu perguntava para um professor mais experiente ou para a coordenadora do Tesourinha como deveria ser tal encaminhamento. Os fluxos cotidianos em parte estavam descritos nas Circulares Normativas, mas em “outra” parte não. Ao mesmo tempo que isso demandava a necessidade de perguntar “como faço esse encaminhamento?”, isso conferia certa autonomia aos coordenadores e gestores do Esporte, que, na sua maioria, eram professores concursados.

O que pude constatar é que, para muitas regras ou normas que exigem alguma demanda dos professores, existem leituras particulares e, conseqüentemente, diferentes formas de responder àquela demanda. Alguns professores respondem às demandas de formas bem particulares. Algumas respostas são acordadas a partir de pequenos grupos de professores que atuam em conjunto (professores de uma mesma UR ou de um mesmo projeto, por exemplo). Pude observar, ainda, que existem leituras das regras e normas da Prefeitura, ou seja, da gestão superior, que compreende o conjunto de secretarias e órgão da Prefeitura que têm uma resposta particular do Esporte – como é o caso de algumas regras do tipo “é assim que isso

funciona aqui no Esporte”. O que observei é que havia uma certa autonomia na forma de fazer a gestão de muitas coisas na Secretaria: as regras e normas podiam ser flexibilizadas em algumas situações.

Talvez conhecer a forma como a SME se organiza pode nos ajudar a pensar nessas flexibilizações. Partimos, então, da estrutura administrativa “formal” da SME, apresentada a seguir no organograma. Esta estrutura estava em funcionamento no período em que ingressei em campo e permaneceu assim até a extinção da Secretaria.

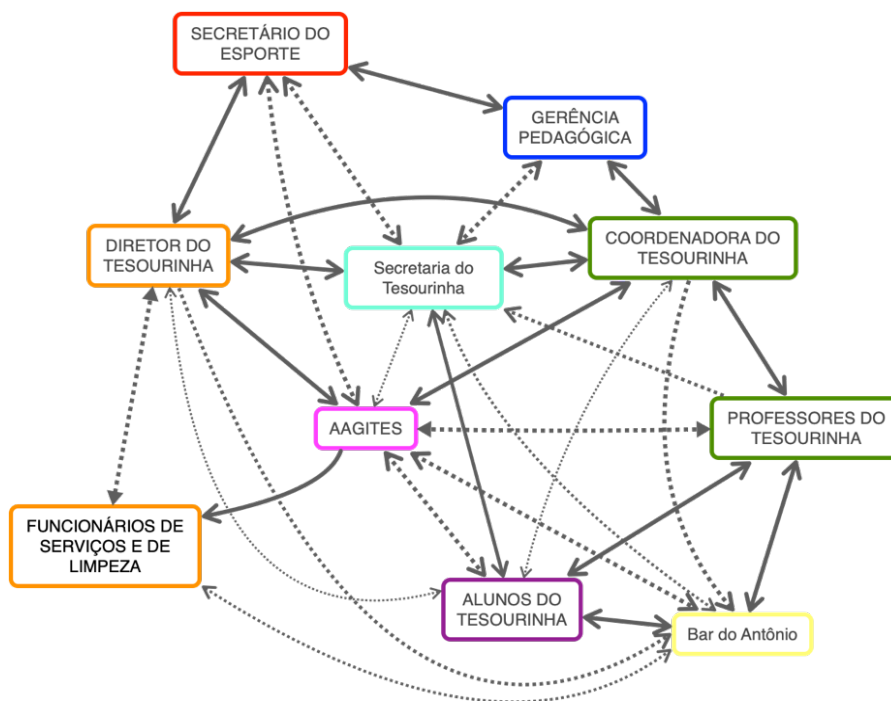
Figura 9 – Organograma sintético da SME



Fonte: legislação organizacional do Executivo municipal de Porto Alegre (2014)

Quando comecei a atuar como professor na Secretaria, essa estrutura não foi apresentada; fui conhecendo alguns dos setores descritos e as pessoas que atuam neles na medida em que precisava resolver alguma coisa. Nessa trajetória, antes de conhecer o organograma formal, e considerando o espaço e a função em que eu atuava, fui elaborando um organograma mental de como a SME funcionava, a partir dos fluxos das coisas que eram necessárias para que eu desenvolvesse o trabalho no Tesourinha. O “organograma” a seguir, que poderia ser considerado um organograma informal do Tesourinha, é um esquema que representa uma resposta para “como funcionam as coisas no Tesourinha?” – ou, pelo menos, esta é a forma como eu fui observando o funcionamento das coisas.

Figura 10 – Organograma de como funciona o Tesourinha



Fonte: elaboração própria

Quando falo “coisas”, me refiro a coisas materiais ou simbólicas, por exemplo: como faço para encaminhar uma aluna para a fisioterapia? Como faço para conseguir utilizar o hall de entrada do Ginásio para o brechó do grupo de convivência? A primeira “coisa” depende do encaminhamento de um memorando, ou seja, de uma “coisa” material. O professor deve encaminhar o memorando para a coordenadora do Ginásio ou para o diretor (na falta da coordenadora), que encaminha assinado para a Secretaria, que produz e disponibiliza a autorização para o agendamento da consulta. A segunda “coisa” – que chamarei de simbólica por se tratar de algo combinado, negociado – depende de uma conversa com o diretor do Ginásio, preferencialmente acompanhado ou com o apoio da presidenta da Aagites, depois, é claro, de combinado com a coordenadora do Tesourinha, que negocia com o Bar do Antônio e com a secretaria do Tesourinha para saber se é possível utilizar o espaço no dia solicitado.

Muitas são as leituras desse organograma informal do Tesourinha. Resumidamente, na maioria das vezes existem fluxos de coisas nas duas direções. Por exemplo: o Bar do Antônio recebe o valor da mensalidade dos associados da Aagites quando não tem ninguém na sala da Associação para recebê-lo, enquanto a Aagites encomenda os bolos e os salgados que o Bar do Antônio faz para os seus

eventos; a Gerência Pedagógica (GP) solicita o planejamento anual do Tesourinha para a coordenadora, que solicita os planejamentos individuais dos professores para conseguir devolver a demanda da GP; os professores solicitam à coordenadora para “tirar um turno”, e a coordenadora solicita, então, que a GP autorize a liberação das horas trabalhadas pelo professor em eventos para compor o banco de horas do professor, permitindo que ele “tire um turno”.

As linhas contínuas são fluxos que observei com mais frequência. Já as linhas pontilhadas têm frequência menor. Da mesma forma, as espessuras das linhas pontilhadas significam uma maior ou menor frequência.

Um exemplo de fluxo das coisas que envolve todos os diferentes atores presentes no organograma informal é como a coordenadora do Tesourinha explica os processos que envolvem desde o planejamento de um evento do Ginásio até o encerramento do evento pelo envio dos dados à Gerência Pedagógica. Explicarei com as minhas palavras: o planejamento de um evento do Ginásio ocorre, normalmente, nas reuniões de equipe, envolvendo a COORDENADORA DO TESOURINHA e os PROFESSORES DO TESOURINHA. Na reunião de planejamento ocorrem algumas negociações em torno das coisas materiais ou simbólicas que envolvem o evento. O planejamento é enviado à GERÊNCIA PEDAGÓGICA, que responde se o evento está ou não autorizado. Nesse planejamento enviado constam apenas informações gerais sobre o evento; não ficam registrados muitos detalhes. Na resposta, a GERÊNCIA PEDAGÓGICA informa se e quantas horas foram autorizadas para banco de horas dos professores que pretendem atuar no evento. Apesar de a resposta parecer considerar apenas se existe o recurso para a liberação das horas do banco, algumas recusas de eventos propostos por alguns professores, segundo os relatos dos próprios professores, não têm critérios bem definidos. Acompanhei a recusa da quantidade de banco de horas para diferentes eventos propostos pelo Tesourinha. Muitas das vezes era sugerido que se reduzisse o número de professores envolvidos ou que se reduzisse a quantidade de horas do evento (um exemplo são os passeios de final de semana, que ocupam um dia inteiro, mas é autorizada uma quantidade limitada de horas).

A partir dessa autorização, a COORDENADORA DO TESOURINHA deve: 1) comunicar o evento ao DIRETOR DO TESOURINHA; 2) reservar os espaços com a secretaria do Tesourinha; 3) avisar o Bar do Antônio sobre a necessidade de abrir durante o evento (principalmente nos eventos de final de semana); e 4) fazer a

solicitação do número de FUNCIONÁRIOS DE SERVIÇOS E DE LIMPEZA necessários para o evento. Todas essas ações da coordenadora envolvem, além de algum memorando, uma conversa com os diferentes atores envolvidos nesse processo. Os PROFESSORES DO TESOURINHA envolvidos com o evento divulgam e mobilizam os ALUNOS DO TESOURINHA. Em muitos eventos, além de participar, os alunos auxiliam os professores durante as atividades.

Após o evento, os PROFESSORES DO TESOURINHA devem entregar um relatório com o registro de atendimentos realizados. Esse relatório é enviado à GERÊNCIA PEDAGÓGICA pela COORDENADORA DO TESOURINHA. E os dados produzidos nesse evento chegam para o SECRETÁRIO DO ESPORTE a partir dos registros organizados pela GERÊNCIA PEDAGÓGICA.

Esses são apenas alguns exemplos dos fluxos das coisas materiais e simbólicas que observei no Tesourinha, particularmente antes da extinção da SME. Esses fluxos, que também podem ser concebidos como uma rede de colaborações, se fazem presentes tanto pelos trâmites de memorandos quanto pela necessidade de combinações para que as coisas aconteçam.

A partir desses fluxos, que têm as suas particularidades, os professores do Esporte materializam as políticas públicas de esporte e de lazer. Assim, o serviço público prestado pelo órgão passa pela atuação dos professores, seja por meio das atividades sistemáticas, as aulas regulares, seja por meio das atividades assistemáticas, os eventos, por exemplo.

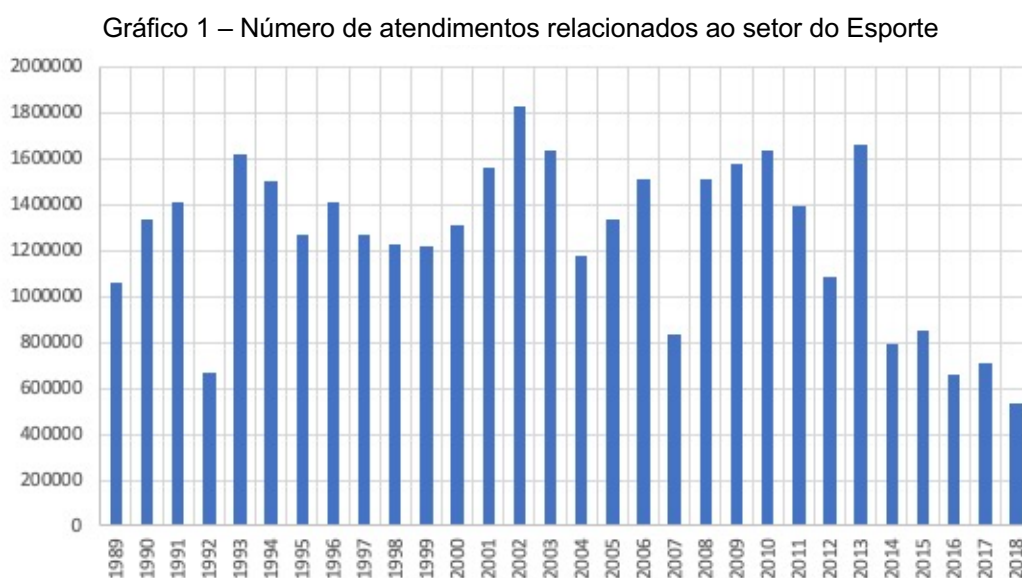
Desde o ano de 2005, a Prefeitura de Porto Alegre vem implementando e aperfeiçoando uma metodologia gerencial. Esse modelo se utiliza da identificação de desempenhos, objetivos e metas associadas às execuções físicas e financeiras das ações das políticas públicas municipais. Segundo o site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre,

o Modelo de Gestão permite promover maior integração da administração, modernizar a gestão, otimizar a aplicação de recursos e qualificar a prestação de serviços à população. Este Modelo permite, ainda, à Prefeitura ampliar a eficiência, eficácia e efetividade no que se refere à qualidade de sua capacidade de execução das políticas públicas (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2020).

No Esporte, os professores são os produtores dos dados que alimentam o Modelo de Gestão. Assim, eles devem aprender a produzir os dados de que a gestão necessita, mesmo que esses dados não façam “tanto” sentido para os professores,

seja por não considerarem que representam o trabalho desenvolvido em cada atividade, seja pela falta de comunicação e debate do significado de cada dado, ou ainda pelo processo de generalização que os dados sofrem ao serem registrados no conjunto produzido pelo Esporte.

Talvez algumas situações de “produção de dados” nos ajudem a pensar sobre essa aprendizagem necessária para os professores e as suas dificuldades tanto no sentido que os professores atribuem a elas quanto nos significados que elas produzem sobre o trabalho dos professores.



Fonte: relatórios de atividades e anuários estatísticos do período de 1989 até 2018

O Gráfico 1 nos mostra o total de atendimentos realizados por ano do período de 1989 até 2018.⁷⁸ Esse dado bruto representa a quantidade de atendimentos realizados em todas as atividades promovidas pelo Esporte. O registro de atendimentos não foi uma inovação recente. Eneida Feix (2003) mostra, na sua dissertação de mestrado, o registro de atendimentos em atividades nas Praças de Educação Física do ano de 1943. De certa forma, naquela época esse dado já figurava como um recurso que quantificava a política pública. O relatório apresentado pela pesquisadora mostra mais de 5 mil atendimentos em um mês na Praça Florida.

⁷⁸ Nos Apêndices desta tese consta um conjunto de dados reunidos de diferentes anuários estatísticos e relatórios de atividade, muitos dos quais acessei no acervo histórico de Porto Alegre, organizados em tabelas e gráficos. Esses dados nos mostram que, mesmo antes da adoção do modelo gerencial, o Esporte já utilizava os dados.

Apesar de representar um dado geral, o número total de atendimentos é constituído por uma grande diversidade de atividades. Olhando para o Gráfico 1, conseguimos avaliar apenas a variação quantitativa dos atendimentos, desconsiderando suas características e sua pluralidade. Fazendo um exercício no sentido de diferenciar as atividades que produzem os números de atendimentos, vamos comparar quatro dessas atividades que ocorreram no ano de 2016 no quadro a seguir.

Quadro 1 – Comparação de atividades oferecidas pelo Esporte em 2016

Atividade	Data e duração	Número de pessoas	Atendimentos	Capacidade máxima de atendimento
Circuito da Longevidade Parque Marinha	1/5, domingo: cerca de 4 horas	3.500	3.500	Ilimitado
Taça Eduardo Lawson de Basquete Tesourinha	15/10: 2 turnos; cerca de 8 horas	207	207	200 (devido à falta de PPCI do Ginásio)
Dança Terceira Idade Tesourinha	Setembro: 8 aulas de 1h30min; 12 horas de atividades	35	236	360 (considerando o máximo de vagas para a turma)
Yoga Tesourinha	Setembro 8 aulas de 1h30min; 12 horas de atividades	28	209	240 (considerando o máximo de vagas para a turma)

Fonte: elaboração própria

Os quatro tipos de atendimentos descritos no Quadro 1 foram somados aos 658.148 atendimentos do ano de 2016. Juntos, no mesmo indicador, são considerados como se fossem iguais, mas não são. O Circuito da Longevidade foi um grande evento que ocorreu no Parque Marinha do Brasil. Esse evento contou com uma rústica e uma caminhada como atividades principais, além de atividades coletivas de fitness, animação e algumas apresentações em um palco que também foi utilizado para premiação. O número de atendimentos foi estimado considerando as pessoas que participaram da rústica, da caminhada, das atividades coletivas e que apenas participaram assistindo. Não foi contabilizada a quantidade de pessoas exata que participaram do evento. A Taça Eduardo Lawson é um pequeno campeonato organizado por um professor do Ginásio Tesourinha. A etapa apresentada no Quadro 1 ocorreu no próprio Ginásio, que, por não ter PPCI, limita o número de pessoas que

podem participar dos eventos. A quantidade de atendimentos foi contabilizada a partir do número de jogadores e de pessoas que acompanharam os times. A Dança Terceira Idade trata-se de um tipo de atividade diferente: enquanto o Circuito da Longevidade e a Taça Eduardo Lawson são considerados atividades assistemáticas, a Dança Terceira Idade e a Yoga são consideradas atividades sistemáticas. Como apresentado no quadro, os registros de atendimentos ocorreram no mês de setembro de 2016. Naquele período, 35 pessoas estavam matriculadas na turma. Os atendimentos foram registrados a partir da realização da chamada pelo professor que ministrou a aula. O mesmo ocorreu na Yoga, que contou com 28 pessoas matriculadas naquele período.

Observando essas quatro atividades, que contabilizam um mesmo dado para o indicador “atendimento”, podemos ter alguma ideia das diferenças presentes nas ações de esporte e de lazer presentes na Secretaria e, ao mesmo tempo, como essas diferenças são “apagadas” a partir do registro como um indicador. Não pretendo com esse debate atribuir valor às atividades, no sentido de valorizar mais um tipo em detrimento de outro. No entendimento dos professores, todas são importantes e constituem o trabalho do Esporte. No entanto, alguns dos professores do Esporte com quem pude conversar sobre o registro desses dados, da forma como eles são realizados, manifestaram uma crítica referente à homogeneização que o indicador impõe ao trabalho desenvolvido. Segundo esse argumento, o número de atendimentos de um evento em um grande parque da cidade com capacidade ilimitada de participantes, cujo registro é realizado de forma estimada, tem o mesmo valor que uma atividade que ocorre duas vezes por semana, com duração de 1h30min e capacidade de atender no máximo 30 pessoas por encontro. Na análise dos professores, essa homogeneização, ao mesmo tempo que parece uma dificuldade em adaptar os registros de atendimentos no Esporte para os indicadores do modelo de gestão da Prefeitura de Porto Alegre, parece um tratamento para o uso político do dado quantitativo. O exemplo a seguir (Figura 11) mostra o uso político do registro dos atendimentos e, da mesma forma, a homogeneização do indicador “número de atendimentos”.

Figura 11 – Matéria sobre o Projeto Verão 2018



Fonte: *Correio do Povo*, 2 mar. 2018

A matéria busca mobilizar atenção para uma grande quantidade de “pessoas” que foram atendidas pela Secretaria no Projeto Verão. Ocorre, a partir da publicização da matéria, um uso político da informação produzida pelos professores que fazem o registro dos atendimentos realizados nas atividades da Secretaria. Há, na escrita da matéria, um possível equívoco que pode levar a uma interpretação que não representa a realidade. Onde está escrito “pessoas” devemos ler “atendimentos”. No Projeto Verão do referido ano, não foram atendidas mais de 50 mil pessoas, como descrito na matéria, mas sim foram realizados mais de 50 mil atendimentos. Não houve o registro do número de pessoas que utilizaram as piscinas, mas sim o registro de quantas eram atendidas em cada dia de trabalho dos professores. A mesma pessoa pode ser registrada muitas vezes. Normalmente, durante a temporada do Projeto Verão, é exatamente isso que ocorre.

Nesse projeto acontecem diversas atividades, mas arrisco dizer que a atividade mais representativa desse projeto seja o “banho livre”. Nessa atividade, os centros comunitários abrem um horário por dia, por exemplo, das 14h30 às 17h30, para que a comunidade utilize a piscina para banho livre, sem atividades orientadas por professores. O registro do atendimento ocorre sempre na entrada dos usuários na área da piscina, quando um funcionário registra quantas pessoas acessaram as piscinas para o banho livre naquele dia. Um mesmo usuário pode ir ao banho livre

todos os dias da semana⁷⁹, de terça a domingo, pois nas segundas as piscinas não abrem. Nesse caso, uma mesma pessoa somaria seis atendimentos. Se esse usuário fizesse as aulas que são oferecidas antes ou depois do banho livre, ele somaria mais alguns atendimentos⁸⁰, podendo contabilizar até dez atendimentos por semana. Nessa estatística apressada, uma pessoa poderia, facilmente, ter contabilizado 80 atendimentos. A partir dessa situação hipotética, os 50 mil atendimentos poderiam ter sido produzidos por 625 pessoas (aqui uma outra utilização política do indicador). Posso atribuir tanto ao meu uso desses dados quanto ao uso publicado na matéria (e aqui não estou explorando o uso político desses dados pelos professores) a seguinte análise:

Donald Campbell (1976, p. 3) identificou um fenômeno que chamou de “corrupção dos indicadores”, que descreve com precisão o estado que se chegou: “Quanto mais se usa um indicador social quantitativo para a tomada de decisões, mais sujeito ele estará a pressões corruptoras e mais capaz será de distorcer e corromper os processos sociais que deveria monitorar” (BECKER, 2015, p. 235).

Fazer esse registro não é algo que incomoda os professores; é uma característica do serviço. O uso político desse dado é que parece incomodar e, em certa medida, aponta para uma perspectiva perversa do planejamento das políticas públicas de esporte e de lazer. Na gestão Marchezan, o indicador utilizado para medir as políticas públicas de esporte e de lazer – meta n.º 34 do Programa de Metas 2017-2020 (Prometa) – é “promover a inclusão social por meio de 2,8 milhões de atendimentos nos equipamentos e eventos esportivos, recreativos e de lazer” (PORTO ALEGRE, 2017a, p. 41). Essa meta orienta o planejamento das políticas públicas para o setor. Nesse sentido, posso afirmar que, para o *police maker*, as diferenças referentes aos tipos de atividades que produzem o número de atendimentos não importam. Para o indicador, elas são irrelevantes, e as decisões são tomadas em função desse indicador. Assim, a escolha pelo tipo de atividade será sempre pela que pode render mais atendimentos com menos investimento de recursos. Nessa lógica, a qualidade do serviço público sai perdendo e o rendimento político do indicador sai ganhando.

⁷⁹ Em locais em que o banho não é dividido por faixa etária em diferentes dias, por exemplo: crianças e adultos nas terças e quintas, adolescentes e idosos nas quartas e sextas.

⁸⁰ Normalmente as URs oferecem aulas de natação e hidroginástica, em que todos os usuários podem se matricular e frequentar durante a temporada de piscinas.

3.6 SME: UM PROJETO QUE DEU CERTO?

Trabalhando na SME, fui aprendendo, ao mesmo tempo, que a “SME é um projeto que deu certo” e que as “as luzes estavam apagando”. Em uma mesma reunião, por exemplo, havia relatos que enalteciam os projetos, posicionando a Secretaria como uma referência de política pública para o Brasil, enquanto outros afirmavam que tudo estava acabando, que não havia mais condições para sustentar tais políticas. Aprendi, nesse contexto, a atuar em um espaço ambíguo, mas me questionava: como uma política pública que eu via como exemplar pode conviver com um cenário de precariedade e de falta de investimentos públicos? Como podem os gestores não perceberem o que está acontecendo com essa política? O que podemos fazer para que a SME não apague as luzes?

Existe, sim, a falta de recursos para todas as necessidades que são demandadas pela Secretaria, assim como também existe a manutenção de uma narrativa de que “os investimentos públicos são precários”. A “precariedade”, então, é percebida no investimento financeiro aplicado no Esporte, na aquisição de materiais, nas reformas das Unidades Recreativas e na ampliação do quadro docente, que é reduzido, por exemplo, e que a cada ano parece menor. Entretanto, quando comparamos o modelo de política pública implementado pela SME com o modelo de muitos dos projetos de esporte e de lazer implementados pelo governo federal, o projeto de Porto Alegre ainda é muito superior. Forell (2014) faz a comparação entre o modelo do Parque Ararigóia e o modelo de programas do governo federal, conforme reproduzo no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Comparação do modelo do Parque Ararigóia com programas do governo federal

Critério	Parque Ararigóia	Mais Educação/Escola Aberta	Segundo Tempo e PELC
Gestão	Comunidade e PMPA	Escolas e MEC ⁸¹	UE ⁸² s ME ⁸³
Local	Parques, centros comunitários e ginásios públicos mantidos pela SME	Nas escolas e em outros espaços cedidos à escola (igrejas, CTGs, associações de bairro)	Locais conveniados pelas unidades executoras
Política de pessoal	Professores de Educação Física concursados	Trabalhadores voluntários que recebem ajuda de custo	Pessoas contratadas precariamente (contrato por tempo determinado ou terceirização de mão de obra ou estagiários)
Remuneração mensal inicial	R\$ 1.802,10 por 20 horas semanais (edital de concurso 2013)	R\$ 80,00 por turma atendida	Depende do convênio e da forma de contratação
Demais benefícios	Plano de carreira, assistência médica e aposentadoria integral	Nenhum	Nenhum
Formação exigida	Graduação em Educação Física	Não existem exigências, indica-se que sejam prioritariamente estudantes de graduação	Depende da UE
Formação continuada	Semanal e proporcionada pela SME	Não existe	No início e no fim do convênio proporcionada por formadores do ME e mensal de responsabilidade das UE
Princípio da política	Universalista	Focalista	Focalista
Relação com a comunidade	Cogestão da política	Estabelecida pela escola	Protocolar, apenas preenche-se um formulário dizendo qual entidade faz controle social do programa
Continuidade	Permanente	Convênio renovado ou não anualmente	Tempo determinado de um a dois anos

Fonte: Forell (2014, p. 155)

A análise do autor comparando os modelos de políticas públicas nos fornece alguns elementos para pensar sobre a SME como um projeto que deu certo. Apesar de o estudo ter sido desenvolvido no Parque Ararigóia, o levantamento do modelo pode ser aplicado ao Ginásio Tesourinha ou em outra Unidade Recreativa. Forell (2014) elenca diversos pontos para o debate, mas eu gostaria apenas de chamar a atenção para dois desses pontos: um referente à relação dos professores com a política pública e o outro referente à relação dessa política pública com a comunidade.

⁸¹ Ministério da Educação.

⁸² Unidade Executora. Podem ser Municípios, Estado e universidades.

⁸³ Ministério do Esporte.

Sobre o primeiro ponto, a contratação dos professores por meio de concurso e os benefícios vinculados favorecem a permanência desses trabalhadores atuando nos projetos de esporte e de lazer. Isso, aliado à formação continuada e à continuidade da política, fomenta um processo de ampliação da qualidade do atendimento que esses professores oferecem às comunidades. Essa “ampliação da qualidade” dificilmente é mensurável por meio de indicadores, como o número de atendimentos ou o percentual do orçamento que é investido no esporte. A ampliação da qualidade é perceptível a partir, por exemplo, de estudos qualitativos acerca da participação das comunidades nas diferentes atividades que são oferecidas pelos locais gerenciados pela SME (BELLO, 2004; BIELAWSKI, 2018; FORELL, 2014; LAZZARI, 2013; MYSKIW, 2012; STIGGER, 1998).

Sobre o segundo ponto, que ocorre somente por meio das condições que o primeiro ponto proporciona, explico: os espaços para relação da comunidade com a política pública ocorrem por meio da atuação dos professores que constroem, nas suas diferentes abordagens docentes, uma interdependência com os frequentadores dos espaços esportivos e de lazer. Não quero atribuir somente aos professores o protagonismo dessa relação, mas percebo que, dentro desse modelo de política pública que é implementado pela SME, os professores têm um papel importante. Assim como eles produzem intervenções que fomentam essa relação, a própria relação produz diferentes formas de intervenções possíveis nesses espaços. E foi olhando a partir desse lugar que os professores ocupam que tentei mostrar o conjunto de aprendizagens que atravessam o “ser professor na SME”.

Essas aprendizagens se referem ao saber negociar com os diferentes grupos que circulam nos espaços de esporte e de lazer, sejam eles alunos, integrantes da comunidade, ligados direta ou indiretamente com as atividades oferecidas pelo professor. Essa capacidade de negociação tem relação com a ideia de alinhamento político, que aqui vai além de posicionamentos partidários. Vemos que a Frente Popular defendeu fortemente a abordagem “comunitária” na implementação das políticas públicas de esporte e de lazer e que a atuação dos professores, que foi incorporando inúmeras particularidades, foi superando a bandeira partidária e fazendo dessa abordagem uma característica da política. De certa forma, essa superação ocorreu também devido a um alinhamento corporativo, que não se deu em função de processos sindicais, mas nos ajuda a compreender esses alinhamentos, a noção de

projeto. Talvez possamos fazer isso pensando a SME como um espaço de Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos.

É necessário considerar que a SME é um espaço plural, onde há circulação de CCs, de políticos, de funcionários, de professores, da comunidade, de associações, enfim, existe um universo particular. Assim, aprender a negociar a realidade e com esses diferentes atores, bem como buscar alcançar as lógicas que orientam as negociações que envolvem esses grupos se torna necessário para atuar na SME.

Abordei, também, que as aprendizagens na SME vão além das intervenções realizadas nas atividades de esporte e de lazer que são oferecidas nas Unidades Recreativas. Essas aprendizagens, que pude vivenciar como professor na Secretaria, produzem e são produzidas no cotidiano, em contato com as comunidades, nas relações com os professores, CCs e políticos. Elas envolvem a possibilidade de “trabalhar com atividades com que se tem afinidade”, negociando e aprendendo as abordagens mais adequadas com os alunos atendidos. Nesse processo se desenvolve um trabalho comunitário que vai se construindo de formas muito particulares. E os alunos escolhem participar das atividades porque gostam e no tempo que lhes convém.

O envolvimento continuado dos professores com as políticas, assim como o envolvimento continuado das comunidades com as políticas produzem um espaço ímpar. Os primeiros gradativamente vão ampliando a qualidade das políticas públicas, no que se refere tanto às formas e possibilidades de intervenção quanto aos critérios de exigência dos alunos. E os alunos vão aprendendo qual é a qualidade das atividades de esporte e de lazer que eles querem. De certa maneira, a comunidade vai aprendendo os direitos que têm. Nesse sentido, é necessário conhecer como se dão essas relações, como funcionam esses espaços. Não basta somente “dar aula”. É necessário saber negociar com os alunos, e isso demanda algum tempo e algum investimento no desenvolvimento das redes que constituem essa pedagogia.

Independentemente do tipo de atividade que os professores desempenham na SME, é necessário aprender a gerir o seu trabalho. Esses conhecimentos passam por saber negociar as questões funcionais e pela produção de dados, mas não se esgotam nesses pontos. As questões funcionais estão relacionadas com o conhecimento de como funciona a organização administrativa da SME. Como vimos, as estruturas formais nem sempre explicam o “é assim que isso funciona!”, mas por meio delas se aprendem os limites possíveis de negociação sobre o trabalho, que

podem envolver desde as atividades em que um professor pode atuar, os horários em que um professor pode disponibilizar tal atividade até a presença ou participação do professor nas reuniões. Existe um campo de possibilidades que só é perceptível a partir desse conhecimento. Além disso, na SME, é necessário gerir a sua formação continuada, seja na escolha dos espaços formativos oferecidos pela própria Secretaria (reunião de projetos, reunião de professores), seja em formações de práticas corporais ou cursos de pós-graduação com que os professores se envolvem ao longo de suas carreiras.

A produção de dados nas políticas públicas de esporte e de lazer também são parte fundamental dessa aprendizagem, assim como o conhecimento do uso desses dados. Enfim, as aprendizagens sobre a gestão da SME passam por conhecer as particularidades do funcionamento do trabalho. Com quem falar? Como organizar? Em que isso interfere no trabalho? Como essa carga horária será registrada? Como os atendimentos serão registrados? Quanto devo acumular de banco de horas? Como será o registro do ponto? De qual reunião devo participar? Em outras palavras, esse conhecimento favorece a noção de autonomia para materialização das políticas públicas de esporte e de lazer.

Neste capítulo busquei apresentar a SME antes da extinção. Considerando o lugar que ocupei no campo durante aquele período, aponte algumas características e aprendizagens que foram se mostrando necessárias. Esse conjunto de características descritas neste capítulo nos ajuda a pensar na noção de Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, noção que se tornará importante ao analisarmos, nos capítulos seguintes, tanto o processo de extinção da SME quanto a continuidade dos serviços públicos de esporte e de lazer após a extinção. Isso porque, para essa análise ir além das limitações financeiras, ou dos prejuízos quantificáveis que ocorreram, precisamos considerar as subjetividades e os simbolismos desses processos.

4 A CRISE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E DE LAZER: A EXTINÇÃO DA SME

A principal justificativa desta pesquisa trata do acontecimento de um fato socialmente relevante: a extinção da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer, que existia em Porto Alegre desde 1993. Nesse sentido, este estudo visa oferecer uma leitura sobre como esse fato se relacionou com a implementação das políticas públicas de esporte e de lazer.

Como já abordado, estive em um lugar privilegiado do ponto de vista de quem pretende pesquisar as políticas municipais de esporte e de lazer. Justamente no período em que atuei na SME, ela passou pelo debate sobre a extinção e foi efetivamente extinta. Com isso, o primeiro objetivo que pretendo desenvolver neste capítulo refere-se à forma como ocorreu a extinção da SME. Para isso, utilizarei meus registros nos diários de campo, entrevistas, matérias publicadas em jornais e sites⁸⁴, assim como documentos produzidos pelos diferentes atores que circularam no campo durante o processo de extinção da Secretaria. Assim, neste capítulo pretendo descrever o processo que se deu desde o anúncio da extinção da SME, que ocorreu com a apresentação do Projeto de Lei Complementar n.º 012/16, até a sessão da Câmara de Vereadores que aprovou a extinção da Secretaria em 12 de julho de 2017.

Dois artigos já foram dedicados à análise desse processo. No primeiro, intitulado *A extinção da SME de Porto Alegre: discursos e enquadramentos de esporte, recreação e lazer na agenda do governo*⁸⁵ (MYSKIW *et al.*, 2019), analisamos os discursos e as mobilizações que ocorreram na Câmara dos Vereadores no transcurso do processo de extinção. Dessa forma, foram identificados dois blocos políticos: um materializado pela base de apoio do Executivo, que defendia o projeto de reforma administrativa do governo e tinha como proposta a extinção; e o outro constituído por um conjunto mais amplo de atores associados com o movimento #SomosTod@sSME, que defendia a manutenção da SME como uma pasta exclusiva dentro da estrutura administrativa do município.

⁸⁴ Site da Câmara dos Vereadores para notícias, projetos em tramitação e suas emendas (<https://www.camarapoa.rs.gov.br/>); site da Prefeitura para notícias e documentos relacionados ao Executivo (<https://prefeitura.poa.br/>); e sites de jornais e outros veículos de informação.

⁸⁵ Publicado no Livro *Políticas públicas de esporte e lazer: olhares e experiências na perspectiva do direito social*. Artigo de que sou coautor e que conta com material empírico produzido para esta tese. Disponível em: <https://www.editoraunijui.com.br/produto/2200>.

No segundo artigo, *Esporte, recreação e lazer nos jogos políticos: reflexões a partir da inserção numa ação coletiva em Porto Alegre*⁸⁶ (MYSKIW *et al.*, [2021?]), analisamos o processo de extinção da SME à luz da teoria do campo simbólico de Bourdieu. Dois eixos são desenvolvidos neste estudo: o primeiro trata do valor social do esporte, da recreação e do lazer como mobilizadores da ação política; o segundo reflete sobre o valor do esporte, da recreação e do lazer no jogo político, que envolve as disputas dos agentes envolvidos e as tomadas de decisão.

No capítulo a seguir, me proponho a apresentar um conjunto de acontecimentos e de situações que, de alguma forma, acompanhei durante o trabalho de campo que sustenta esta tese e outros artigos produzidos junto ao Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (Gesef). Também buscarei discutir como a noção de Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, apresentada no capítulo anterior, foi aparecendo e enfrentando a extinção da SME, ou seja, como os Projetos se relacionaram com a possibilidade de extinção da Secretaria.

Retomo aqui um ponto crucial para a análise desse processo: a noção de projeto não implica um envolvimento homogêneo dos professores que atuavam na SME durante aquele período. Há um universo de formas cujo engajamento se materializou, incluindo a ausência de engajamento por parte de alguns professores. Contudo, essa constatação não enfraquece o potencial interpretativo que a noção de projeto nos proporciona, bem como Gilberto Velho (2013, p. 108-109) nos destaca: “nem tudo nos projetos é político, mas, quando são capazes de aglutinar grupos de interesses, há de procurar entender sua riqueza simbólica e seu potencial de transformação”. Também contribuem para o conjunto de reflexões desenvolvidas neste capítulo algumas pesquisas do campo da antropologia da política, que têm a perspectiva de “explicar como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política” (KUSCHNIR, 2007, p. 163).

4.1 DA PROPOSTA DA REFORMA ADMINISTRATIVA À EXTINÇÃO DA SME

O processo de extinção da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer teve início no dia 16 de dezembro de 2016, quando o ainda prefeito José

⁸⁶ No prelo. Assim como no artigo anterior, sou coautor e o texto conta com material empírico produzido para esta tese.

Fortunati encaminhou para a Câmara dos Vereadores o Projeto de Lei Complementar n.º 012/16. Atendendo a uma demanda do então eleito para o cargo de prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, esse PLCE “cria as Secretarias Municipais que refere, estabelece suas finalidades e competências, extingue secretarias e dispõe sobre a organização administrativa durante a sua extinção e revoga legislação sobre o tema” (PORTO ALEGRE, 2016b, p. 2).

Nos dias 21 e 22 de dezembro de 2016, o PLCE n.º 012/16 estava em debate. Inúmeras manifestações foram proferidas apoiando e rejeitando o projeto. Muitas emendas foram apregoadas ao projeto. Havia, segundo os registros da sessão, outros projetos com prioridade para serem votados. Mas, apesar de algumas manifestações solicitando a continuidade da sessão, às 19h15min do dia 22 de dezembro de 2016, o presidente, vereador Paulo Brum, encerrou a sessão por falta de quórum deliberativo, ficando o PLCE n.º 012/16 para a primeira sessão de 2017, com a nova configuração da Câmara de Vereadores.

No dia 2 de janeiro de 2017 às 18h39min, na 2.ª Sessão Extraordinária da Câmara dos Vereadores ocorreram, então, a retomada do debate e a votação das emendas do PLCE n.º 012/16. A primeira emenda encaminhada para o debate (Emenda n.º 12) sugere a manutenção da SME, alterando o seu nome para Secretaria Municipal de Esportes e Desenvolvimento Social (SMEDS), assinada pelos vereadores Aírto Ferronato (PSB) e Paulinho Motorista (PSB) e defendido na tribuna pela vereadora Sofia Cavedon (PT). A emenda foi rejeitada por um placar de 13 votos a favor e 19 votos contra (PORTO ALEGRE, 2017b).

Após a rejeição da Emenda n.º 12, iniciou-se o debate da Emenda n.º 15, assinada pelos vereadores Mácio Bins Ely (PDT) e João Bosco Vaz (PDT). A Emenda n.º 15 alterava todos os artigos que extinguiriam a SME, mantendo a Secretaria com a mesma estrutura. Após um debate com argumentos tanto favoráveis quanto desfavoráveis, a Emenda n.º 15 foi rejeitada por um placar de 16 votos a favor e 17 votos contra. Um dos proponentes, vereador João Bosco Vaz, se ausentou no momento da votação. Argumentou, posteriormente, que tinha uma viagem aérea marcada, o que o impediu de permanecer na sessão até a hora da votação. Com a justificativa do placar apertado, o vereador Marcelo Sgarbossa (PT) solicitou renovação da votação da Emenda n.º 15. A votação ocorreu novamente ao final da sessão rejeitando a emenda, com o novo placar de 13 votos a favor contra 19 votos rejeitando-a (PORTO ALEGRE, 2017b).

A ausência do vereador Bosco gerou um desconforto grande no grupo de professores, não somente pelo fato de que o voto dele “salvaria” a SME, mas também pelo seu histórico na Secretaria. Bosco foi secretário da SME por cinco anos e mantém relações com grupos de apoiadores vinculados à Secretaria, especialmente ao Ginásio Tesourinha, ao futebol de várzea e ao Carnaval. A seguir, o relato do professor Edson acerca do fato:

Bosco fez a emenda porque o projeto chegou na Câmara e o Bosco fez uma emenda pedindo que se tirasse a SME da exclusão. Poxa, legal, é isso que nós queremos. Aí no dia 2 de janeiro, à tarde, o Bosco não estava na Câmara pra defender a proposta dele, ele simplesmente viajou. Então a coisa já começou torta, porque a gente acha que, se aquela emenda tivesse sido aprovada lá em janeiro, nós não teríamos passado por tudo que nós passamos, né, e depois, com tudo que esse vereador fez durante o processo, fica bem claro pra nós por que ele não tava! Então clareia muito as coisas, pelo menos pra mim, de por que ele não tava lá pra defender no dia 2 de janeiro (ENTREVISTA, 10/12/2017).

O texto definitivo da Lei Complementar n.º 810 foi publicado no dia 4 de janeiro de 2017. Segundo o documento, o Executivo municipal encaminharia projeto de lei de reforma administrativa no prazo de 120 dias contados da data de publicação da lei complementar (PORTO ALEGRE, 2017c). Sendo assim, até a votação do projeto de lei, que deveria ocorrer no início de maio, havia possibilidade de reverter a extinção. Para isso, seria necessário mobilizar apoios entre os vereadores para que eles encaminhassem alguma emenda ao projeto que garantisse a manutenção da SME – quanto maior o número de vereadores que assinassem a emenda, maior seria a chance de a Câmara dos Vereadores aceitá-la – e para garantir que a maioria dos vereadores votasse pela manutenção da SME, aprovando a emenda. A fim de mobilizar os vereadores, professores da SME, lideranças comunitárias, usuários dos espaços de esporte e lazer e outros cidadãos uniram esforços para mostrar a abrangência da Secretaria.

De certa forma, habitavam na memória dos servidores da SME outros processos que envolveram a mediação com os vereadores na Câmara, como, por exemplo, a própria criação da Secretaria – assunto que foi discutido no capítulo anterior. Naquele momento ocorreu a negociação de um grupo de professores do Esporte para que o projeto de criação da SME fosse aprovado. A experiência anterior alimentou as projeções de alguns grupos de professores de que essa estratégia poderia dar certo.

Por outro lado, o chefe do Executivo, proponente do projeto, também ganhava tempo. Em certa medida, ele já iniciava com alguma vantagem. O fato de essa votação ter sido prorrogada para janeiro e, na nova configuração da Câmara de Vereadores, ter sido aprovada foi um gesto simbólico de que existia espaço para negociação de projetos do Executivo nessa casa. A manifestação proferida pelo vereador Professor Alex Fraga mencionada anteriormente anunciava esse movimento:

[...] precisamos ficar muito atentos às posições de cada vereador e dos seus partidos, porque, provavelmente, nós estaremos percebendo a composição do futuro governo, as determinações de secretarias, as chefias, a distribuição de CCs, de FGs. Infelizmente, essa é a política que nós temos no Brasil (PORTO ALEGRE, 2016a, p. 46).⁸⁷

A partir de janeiro de 2017, os professores e alunos da SME, representantes das universidades e a Rede Cedes-RS começaram a se reunir e a organizar um movimento em defesa da SME, intitulado #SomosTod@sSME, com o objetivo de conseguir apoio político para a manutenção da Secretaria. Ao longo dos meses que se seguiram, esse movimento foi se fortalecendo, ganhando apoio e relevância política.

Já no dia 4 de janeiro, o professor Orlando, que ocupava um cargo de gerência na SME, fez uma visita à Secretária Municipal de Desenvolvimento Social. O relato que o professor encaminhou para a lista de e-mails de professores da SME foi o seguinte:

Ontem à tarde estive reunido com a secretária do Desenvolvimento Social. Aproveitei para contextualizar a SME desde a sua criação. No primeiro momento ela ficou muito surpresa com o tamanho e a abrangência do nosso trabalho. **Seremos uma subsecretaria**, Subsecretaria de Esportes e Lazer, segundo o novo organograma que me mostrou. Não temos ainda a definição de quem ocupará o cargo, mas consegui dela o compromisso de que o indicado será um professor da área, com registro no CREF. Pelo que parece manteremos a estrutura atual da Secretaria no primeiro momento (DC, 5/01/2017).

Houve, então, uma tentativa de aproximação, encampada pelo professor Orlando, com a gestora que seria responsável por administrar as políticas públicas de esporte e de lazer caso a SME fosse extinta. Nessa aproximação o professor obteve algumas informações sobre como o setor funcionaria e apresentou um pouco do

⁸⁷ Excerto da manifestação do Vereador Professor Alex Fraga durante a discussão do PLCE n.º 12/16 ocorrida em 21 de dezembro de 2016, que propõe a reforma administrativa para a gestão Marchezan. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/sesoes_plenarias/265/025%C2%AA_Sess%C3%A3o_Extraordin%C3%A1ria_21DEZ2016.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

trabalho que era desenvolvido no Esporte. No relato compartilhado sobre o encontro, o professor aponta que o Esporte seria uma “Subsecretaria de Esporte e Lazer”, entretanto, mais tarde, essa possibilidade se revela impossível. Na mensagem que o professor Orlando enviou para o grupo de professores ele já aponta, como certa a extinção da SME quando afirma que “seremos uma subsecretaria”, apesar do prazo de 120 dias até a votação. Essa manifestação do professor pode ser uma pista acerca do posicionamento que ele almeja nesse processo, ou seja, o papel de mediador. Entretanto, ainda não havia um movimento de resistência à extinção da SME construído, o que também pode ter levado o professor a fazer uma ação no sentido de buscar condições para certa continuidade do Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. Independentemente dos interesses envolvidos, tal manifestação pode ser resultado da verbalização de uma possível negociação, ou seja, um resultado dentro de um campo de possibilidades percebido pelo professor.

Gilberto Velho e Karina Kuschnir (2001), no artigo *Mediação e metamorfose*, contribuem para a compreensão do conceito de mediador. Os autores listam alguns exemplos de mediadores em diferentes estudos antropológicos relacionados com a antropologia das religiões. Nesses estudos, sacerdotes, santos, anjos, xamãs e diferentes tipos de espíritos, respeitadas as diferenças culturais existentes, atuam na mediação entre o natural e o sobrenatural, desempenhando o papel de “*go-between*”.

Nas sociedades complexas, tais como a nossa, existem muitas formas possíveis de mediação. Segundo os autores,

a atuação do mediador está diretamente relacionada à coexistência de múltiplos níveis de cultura, isto é, à convivência com valores, normas e princípios contraditórios de interpretação da realidade. Sua força como negociador é proporcional à diferença e mesmo às contradições entre as diversas “culturas políticas” mediadas, atuando ora como intérprete de diferentes níveis culturais, ora como mediador, solucionando conflitos de grupos das mais diferentes naturezas (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 83-84).

O indivíduo que atua no papel de mediador acaba por se posicionar em um lugar de poder, pois, no exercício dessa comunicação entre diferentes níveis de cultura, sua atuação é política e favorece a construção de um espaço para viabilizar e negociar seus projetos. Nessa direção, os autores acrescentam que há um predomínio da lógica das relações pessoais, sendo o tipo ideal quando dois indivíduos assumem um contrato de trocas mútuas em que nem sempre os termos são explícitos, podendo ser manifestadas nas diferentes formas de clientelismo (VELHO; KUSCHNIR, 2001).

Junto à constituição do Estado, nas sociedades modernas-contemporâneas, houve o desenvolvimento de um espaço de negociação política. Nesse espaço, caracterizado por ser um campo particular do domínio da política, agentes especializados ocupam posições estratégicas e atuam na negociação e na interação de diferentes grupos de pessoas e instituições (VELHO; KUSCHNIR, 2001). Considerando esse espaço de mediação,

o vereador é personagem central de uma ampla e diferenciada rede de relações, constituída por diversos grupos e numerosos indivíduos. Essas redes de relações podem ser classificadas em três eixos distintos, sendo que cada um corresponde a um tipo de interação e atuação específico. Grosso modo, esses eixos seriam o da relação do vereador com a população em geral da cidade (eleitores em potencial), com outros vereadores da mesma legislatura e com o poder público, mais especialmente, com o Executivo municipal (VELHO; KUSCHNIR, 2001).

No dia 9 de janeiro, a professora Sílvia encaminha outro e-mail para a lista de professores, que assim dizia:

Na última sexta-feira tivemos uma reunião no Simpa para conversarmos a respeito da extinção da SME e de nossa situação funcional. Esta foi muito interessante e proveitosa e tiramos como indicativo de continuidade uma nova reunião, nesta terça, dia 10, às 9h na SME, para que possamos dar continuidade à discussão e encaminhamentos com um grupo maior de professores (DC, 9/1/2017).

Assim, quase que simultaneamente, inicia-se uma outra aproximação, mas essa com oposição ao governo. Desse encontro, a professora Sílvia põe em pauta a extinção da Secretaria e preocupações com questões funcionais devido às mudanças na estrutura administrativa do município. O Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa) foi se posicionando de forma contrária à proposta de reestruturação administrativa feita pelo governo, principalmente no que se refere à extinção de secretarias. Na leitura do Sindicato, essa proposta visava atacar o serviço público, reduzir a ação do Estado nas políticas públicas e atingir os servidores concursados. Esse posicionamento do Simpa encontrou apoio dos servidores, muito devido às propostas do governo de extinção das secretarias municipais e pelas modificações na previdência e no plano de carreira do funcionalismo público municipal (FERRAZ, 2017). Nesse período em que acompanhei o processo de extinção da SME, a relação do Simpa com o governo e com alguns parlamentares foi se tornando mais tensa.

Parece que dois movimentos se iniciaram: um por meio do professor Orlando, tentando se aproximar do governo, entendendo a extinção como algo certo, e outro a partir do conjunto de alguns professores na direção oposta, se associando com a

oposição ao governo, que passou a buscar a manutenção da SME. Na sequência deste texto descreverei o movimento que se relacionou com a oposição ao governo. Não acompanhei as ações do professor Orlando no sentido de promover uma aproximação com a gestora da pasta de Desenvolvimento Social, tampouco tive acesso a outros movimentos de aproximação entre o governo e os professores da SME nesse período em que o processo de extinção da Secretaria estava ocorrendo.

Aqui já conseguimos identificar dois projetos em conflito: o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte e o Projeto de Reforma Administrativa do Município. De um lado, os professores; do outro, o governo. Em capítulo anterior abordei algumas características que nos ajudam a interpretar o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos, então podemos considerar que os professores do Esporte defendem um Estado forte, uma ampliação das políticas públicas sociais, a descentralização administrativa e a participação popular. Não dedicarei um capítulo para compreender o Projeto do PSDB em Porto Alegre, partido do prefeito Nelson Marchezan Júnior, proponente da reforma administrativa. No entanto, alguns estudos do campo das ciências políticas se dedicaram a compreender o partido, nos dando pistas sobre o referido projeto.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apesar de carregar o termo “social democracia” no seu nome, parece se associar a ideologias neoliberais. Essa afirmação está presente em um estudo de Déberson Ferreira Jesus (2013), que analisou a produção acadêmica sobre o PSDB que compreende o período de 1996 até 2011, destacando seis pesquisadores.

O autor mostra diferentes versões sobre a criação do PSDB. A narrativa com mais recorrência argumenta que o partido nasce de uma vertente dissidente do PMDB que era “mais para a esquerda” e que não concordava com as alianças com partidos de direita. Outros argumentos se sustentam em uma ideia mais pragmática de alguns líderes políticos que encontraram na fundação de um partido a única forma de se candidatar a cargos de maior prestígio. Alguns dos estudos abordados sustentam que o PSDB passa de um partido social-democrata para um partido vinculado ao “neoliberalismo de terceira via”. Essa mudança ocorre, principalmente, devido às alianças que o PSDB fez nas eleições de 1994 (JESUS, 2013).

Jesus (2013) argumenta que PSDB e PT eram partidos com projetos compatíveis, tanto que fora cogitada uma aliança entre eles – a aliança PT-PSDB ocorreu nas eleições de 1989, quando o PSDB apoiou Lula contra a candidatura de

Collor (BATISTA, 2015). Já nas eleições de 1994, um candidato conservador não teria chance de vencer a disputa presidencial. Assim, os partidos de direita apoiaram o candidato mais moderado, Fernando Henrique Cardoso (FHC) (PLANO..., 2002). Jesus (2013) explica que, durante os mandatos de FHC, as políticas do PSDB foram negociadas com os partidos que deram sustentação ao governo, contribuindo para as mudanças internas do projeto do partido. O autor aponta, ainda, que o PSDB não tinha uma estrutura organizacional adequada, o que permitia que os diretórios estaduais e municipais tivessem liberdade para as suas alianças com partidos de diferentes perspectivas ideológicas. O autor argumenta o seguinte:

após 1994 a tradição do PSDB conciliava um programa liberal que o aproximava do espectro de alianças de centro-direita, o partido relacionava-se mais com uma base empresarial do que com movimentos sociais, e tinha um perfil mais institucionalista e uma organização partidária com forte centralização da decisão na cúpula, apta a fazer movimentos pragmáticos eleitorais (JESUS, 2013, p. 87).

O estatuto do PSDB, registrado no ano de 2015, apresenta no seu segundo capítulo, “Dos objetivos e dos princípios programáticos do partido”, o seguinte artigo:

Art. 2.º – O PSDB tem como base a democracia interna e a disciplina e, como objetivos programáticos, a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático, participativo e representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem nacional justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de idéias, culturas e etnias; as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais (PSDB, 2015, p. 1).⁸⁸

A descrição do artigo 2.º parece se relacionar com uma perspectiva vinculada a um projeto social-democrata. Entretanto, algumas relações políticas do prefeito Nelson Marchezan Júnior, que já estavam presentes mesmo antes das eleições de 2016, nos indicam que o seu projeto de governo se relaciona com a perspectiva

⁸⁸ O documento, que foi registrado no ano de 2015, tem a grafia da palavra “ideia” com acento agudo. O acordo ortográfico de 2009 excluiu o acento dos ditongos abertos *ei* e *oi* nas palavras paroxítonas. O documento também apresenta o uso de trema, que segundo o mesmo acordo foi abolido de todas as palavras portuguesas e aportuguesadas, mantendo-se apenas em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros. A grafia desse documento não se trata de um argumento acerca da atualidade do que está nele descrito, mas nos ajuda a pensar que há a possibilidade de esse documento ter sido reproduzido e carregar as prerrogativas não do projeto peessedebista atualizado, e sim de um projeto que construído em outro momento histórico. O estatuto do PSDB está disponível no link: https://www.psd.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Estatuto-2015_12_final_.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

neoliberal. Sua relação com o Movimento Brasil Livre (MBL)⁸⁹ e muitas das suas manifestações públicas, por exemplo, nos ajudam a pensar o seu projeto nessa direção.

Com isso, é possível que a aproximação dos professores com o sindicato e com parlamentares de oposição ao governo que foi ocorrendo no processo de defesa da SME tenha contribuído para um contexto de rivalidades nas negociações entre esses dois projetos. Em certa medida, a aproximação dos professores do Esporte com o sindicato e com os vereadores de oposição fazia mais sentido para o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte do que a aproximação com o governo. Assim, de um lado havia os Coletivos de Projetos do Esporte, que defendiam a manutenção da SME e uma ideia de Estado forte; de outro, havia um Projeto de Governo a ser implementado que desde o início já era entendido como um “projeto neoliberal”, visando à extinção da SME e à redução do Estado.

O movimento em defesa da SME começou a se consolidar a partir do encontro que ocorreu no dia 16 de janeiro de 2017, na sede da SME localizada no Parque Marinha do Brasil. Estavam presentes nesse encontro oito pessoas: professores da Secretaria, um representante do Simpa e membros da Rede Cedes-RS. Essa reunião teve como objetivo traçar encaminhamentos para defender a manutenção da Secretaria. No dia seguinte, 17 de janeiro de 2017, ocorreu um segundo encontro, na sede da PMPA, com o objetivo de conhecer as propostas do governo para a área do Esporte e para defender a manutenção da SME. Estavam presentes nesse encontro nove pessoas: o secretário municipal de Relações Institucionais, uma vereadora de oposição ao governo, professores da SME, um representante do Simpa e membros da Rede Cedes-RS.

No dia 21 de janeiro de 2017 ocorreu uma roda de conversa no Fórum Mundial de Resistência, evento desenvolvido no Parque da Redenção. Esse encontro foi uma oportunidade de discutir com a comunidade usuária das Unidades Recreativas a situação da SME. A conversa teve cerca de 20 pessoas, entre professores da SME, usuários dos serviços públicos das Unidades Recreativas e comunidade, assim como

⁸⁹ Como exemplo, cito a matéria do *Jornal do Comércio* que aborda a participação do prefeito Nelson Marchezan Júnior no congresso do MBL, disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/11/politica/597283-declaracao-de-marchezan-em-congresso-do-mbl-cria-polemica-entre-veredores.html. Também, em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, Kim Kataguiri, que é um dos fundadores do MBL, afirma que a organização adotou o prefeito Nelson Marchezan Júnior. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2017/10/em-entrevista-kim-kataguiri-afirma-que-marchezan-foi-adoptado-pelo-mbl/>. Acesso em: 1 out. 2020.

membros da Rede Cedes-RS. No dia 24 de janeiro de 2017 ocorreu outro encontro na sede da Prefeitura de Porto Alegre, agora com a presença da secretária municipal de Desenvolvimento Social, a secretária Pâmela. Esse encontro teve como objetivo, além de conhecer os propósitos da gestora com as políticas públicas de esporte e de lazer, expor a importância e a dimensão do trabalho da SME. Estavam presentes 12 pessoas: além da secretária e sua assessora, coordenadores de cursos de graduação de Educação Física, professores da SME e representantes da Rede Cedes-RS, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), do Conselho Regional de Educação Física do Rio Grande do Sul (CREF-RS) e do Simpa.

Nos dias 6 e 20 de fevereiro foram organizadas pela Rede Cedes-RS duas plenárias na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid). O primeiro encontro contou com a participação de 35 pessoas; o segundo, com 42. Estiveram presentes alunos de diferentes Unidades Recreativas da SME, líderes comunitários, alunos e professores de diferentes instituições de ensino superior, professores e estagiários da SME, representantes do Conselho Municipal do Esporte, ex-secretários da SME, representantes do Simpa, membros da Rede Cedes-RS e vereadores de Porto Alegre com seus assessores.

Nos encontros que ocorreram na Esefid foram discutidas e definidas algumas ações para serem colocadas em prática pelo grupo de professores que estavam envolvidos no movimento em defesa da SME. Entre elas foi acordado que todos os professores iniciariam suas aulas nas Unidades Recreativas com uma roda de conversa com os alunos, chamando a atenção para as consequências da extinção, se ela fosse efetivada, e motivando os alunos a participarem das mobilizações. Também foi acordado de iniciar as reuniões pedagógicas semanais da SME com uma pequena assembleia para fazer um relato das ações da semana, combinar novas ações, fazer realinhamentos e mobilizar mais colegas para contribuir com as mobilizações. Além disso, foi articulada uma série de visitas aos vereadores. A partir desses encontros, foi criado um grupo no WhatsApp com o nome “SME na Luta”, no qual foram inseridos professores e outros atores que contribuíram para a organização desse coletivo. Também foi criada uma página no Facebook, com o objetivo de divulgar informações e agendas de mobilizações do movimento. Nesses encontros foi debatido o nome do movimento para divulgação nas redes sociais, que acabou sendo definido como #SomosTod@sSME. Uma das ações acordadas entre os participantes

desse coletivo era a divulgação do movimento e das mobilizações em defesa da SME nas mídias e em jornais, como se vê nas figuras 12 e 13, a seguir.

Figura 12 – Nota sobre mobilizações do movimento #SomosTod@sSME

■ **SME:** Roda de Afoxé e cortejo, no Parque Farroupilha, abriram a agenda de luta pela manutenção da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação (SME) da Capital. Um movimento popular, apoiado Pela Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte, Lazer e Recreação, quer a retomada da SME que, com 0,38% do orçamento municipal, atende a cerca de 1 milhão de pessoas ao ano. Detalhes: #somosTodosSme.

Fonte: *Correio do Povo*, 26 mar. 2017

Nessas reuniões plenárias também foram organizadas três comissões: a Comissão de Comunicação, composta inicialmente por quatro professores; a Comissão de Articulação Política, composta inicialmente por dois professores e um ex-secretário da SME; e a Comissão de Ações/Agenda, composta inicialmente por cinco professores. A composição dessas comissões foi flutuante; na medida em que alguma ação era necessária e/ou certos componentes da comissão não tinham disponibilidade por quaisquer motivos, outras pessoas eram mobilizadas para colaborar.

Figura 13 – Nota encaminhada por professor ao jornal

 **SOBRE ZH**

Bastante oportuna a matéria “Os donos da rua” (ZH, 25 e 26/3), no momento em que se discute a ocupação como alternativa para melhorar a segurança na cidade. Essa ocupação esporádica é válida, mas existe a do cotidiano em praças e parques oferecida à comunidade pela Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer (SME) que a atual prefeitura de Porto Alegre propõe extinguir por economia.

Na contramão das tendências mundiais, o Executivo rebaixa o status do esporte, da recreação e do lazer como alternativa de promoção da saúde e, por que não, como alternativa de segurança.

ALEXANDRE LUIS RITTER
Professor – Porto Alegre

Fonte: *Zero Hora*, 27 mar. 2017

Para cada comissão foi acordado um conjunto de responsabilidades. A Comissão de Comunicação confeccionou o material de divulgação da agenda de mobilizações, criou uma página no Facebook, organizou um abaixo-assinado eletrônico, encaminhou e-mails aos vereadores, organizou um vídeo sobre a SME e enviou materiais para os canais de mídia. A Comissão de Articulação Política fez contato com os vereadores, contactou e compartilhou os contatos dos líderes no Orçamento Participativo com os usuários dos equipamentos esportivos, estimulou a formação de comissões nas Unidades Recreativas e fomentou a atuação delas como grupos de pressão junto aos vereadores e aos líderes comunitários do OP. Já a Comissão de Ações/Agenda organizou uma agenda de ações com o objetivo de mobilizar as comunidades na defesa da SME, identificou as demandas relacionadas a cada ação/mobilização e encaminhou os relatos sobre as ações nas assembleias e para a Comissão de Comunicação.

Já nos primeiros dias após as plenárias, o professor Tales⁹⁰, integrante da Comissão de Articulação Política, encaminhou para o grupo do WhatsApp SME na Luta um relato das ações da comissão e uma agenda de reuniões com vereadores:

Pessoal, seguem relatos da Comissão de Articulação Política. Ontem, terça, dia 21/2, estive na coordenação do Orçamento Participativo, onde fui recebido por [nome de dois integrantes do OP], ambos da coordenação do OP. Encaminhamento: Dia 7/3 terá uma reunião com todos os conselheiros do OP onde vão solicitar um espaço para a comissão fazer uma intervenção oral na reunião do dia 14/3 à tarde. Vão me avisar, mas é quase certo. Teremos que preparar essa fala para todos os conselheiros do OP. Talvez o vídeo [vídeo sobre a SME]...

Hoje, dia 22/2, a comissão composta por [nome de três professores] e eu estivemos pela tarde na Câmara de Vereadores. Fomos recebidos pelo vereador Pablo Mendes Ribeiro no seu gabinete e pelo vereador Cassiá Carpes no plenário. As conversas foram no sentido da manutenção da SME, sendo ambos bem receptivos aos objetivos da nossa mobilização. Foram agendados os seguintes encontros:

Dia 1/3: 16h Comandante Nádia.

Dia 6/3: 13h30 bloco independente de vereadores. 15h Felipe Camozato. 16h Airto Ferronato. 17h Mônica Leal.

Dia 7/3: 11h Cassiá Carpes.

Dia 8/3: 11h Moisés Barbosa.

Vamos precisar uma boa organização e foco nos objetivos (DC, 22/2/2017).

A Comissão de Articulação Política conseguiu, nos meses de março e abril, agendar reuniões com uma grande parte dos vereadores, parlamentares de diferentes blocos. Na maioria das reuniões eles conseguiram dialogar com os próprios

⁹⁰ Professor com duas matrículas na Prefeitura, sendo uma por concurso para a SME e outra por concurso para a SMED. Atua nas políticas de esporte e de lazer em Porto Alegre desde a década de 1990. Foi atuante, durante a gestão da Frente Popular, no Orçamento Participativo e em políticas voltadas para a SME.

parlamentares; apenas em alguns casos o diálogo ocorreu com um assessor do gabinete. Além dos professores responsáveis pela comissão, outros professores participaram da agenda de encontros. Os encontros ocorriam, na maioria dos casos, em horários em que havia atividades nas Unidades Recreativas. Assim era necessário que os professores que não tinham turno de trabalho no horário das reuniões fossem para a Câmara de Vereadores. Novamente o grupo do WhatsApp SME na Luta foi utilizado para essa organização: quando a comissão conseguia agendar uma reunião, compartilhava a informação nesse grupo e buscava integrantes disponíveis para participar na data e horário agendados.

Essa ação da Comissão de Articulação Política construiu um espaço de diálogo com os vereadores que, apesar do acesso, não se mostrou muito efetivo no desfecho do processo de extinção. As pesquisas de Karina Kuschnir (1999) com vereadores da cidade do Rio de Janeiro e de Marcos Otávio Bezerra (1999) no Congresso Nacional apontam que os parlamentares entendem que receber e ouvir a população é um dever do homem público, mas isso não garante que essa escuta resultará no atendimento das solicitações encaminhadas nesses encontros. No entanto, as avaliações de alguns professores acerca dessas reuniões foram positivas, pois esses encontros fomentaram ações de alguns vereadores que colocaram a discussão sobre a extinção da SME em pauta. A seguir, trago um breve relato de um dos professores da Comissão de Articulação Política após uma tarde de reuniões agendadas em sequência:

Hoje a Comissão de Articulação Política, formada por [nome de cinco professores da SME] e mais os professores [integrantes da Rede Cedes-RS] estiveram cumprindo agenda à tarde junto aos vereadores de Porto Alegre. No meio da tarde, somou-se ao grupo a colega [representante do CREF-RS]. Primeiramente estivemos com o bloco independente de cerca de sete vereadores. A reunião foi muito boa na nossa avaliação, com falas importantes da nossa parte e do [nome dos integrantes da Rede Cedes-RS]. Os vereadores fizeram questionamentos sobre a SME, quando então pudemos expor a abrangência e diversificação do trabalho da Secretaria. O grupo tirou encaminhamento de chamar os atuais gestores para responder os questionamentos que os vereadores querem fazer sobre a extinção da SME e sobre a situação dos seus programas e projetos, bem como sobre seus professores. O vereador Tarciso fez uma intervenção muito contundente em defesa da SME e já abriu seu voto contra a extinção. Depois fomos ao gabinete do vereador Felipe Camozato, seguindo a agenda. O vereador alegou não poder estar presente em função da votação no plenário do veto do prefeito à lei que proíbe o parcelamento de salários [...]. A chefe de gabinete do vereador [nome da assessora] disse que ela receberia o grupo e depois passaria ao vereador. Demonstramos nossa insatisfação para a criatura, sendo que [nome do professor] fez uma intervenção dura e contundente dizendo coisas que todos nós queríamos dizer, e reiteramos então que nossa agenda era com o vereador e nos retiramos do gabinete. Depois conversamos com Mônica Leal, que chamou os outros vereadores da sua bancada para nos ouvir e solicitou uma reunião urgente com os novos diretores da SME; ficaram de nos avisar para estarmos juntos (DC, 6/3/2017).

A visita que mobilizou um maior número de vereadores ocorreu no dia 6 de março de 2017 na Câmara dos Vereadores. Nesse encontro estavam presentes 15 pessoas: o ex-secretário da SME, professores da SME, os coordenadores da Rede Cedes-RS e nove vereadores (PT, REDE⁹¹, DEM⁹², PSD⁹³, PRB⁹⁴ e PSB⁹⁵). Todos os encontros com os vereadores e/ou com seus assessores tinham como objetivo mobilizar apoio para a manutenção da SME. Nessa frente de ação, principalmente nos meses de março e abril, a Comissão de Articulação Política atuou permanentemente, com visitas semanais aos gabinetes dos vereadores, muitas vezes se dividindo em diferentes grupos para dar conta de dialogar com todos.

Karina Kuschnir (1999), no livro *Eleições e representação no Rio de Janeiro*, por meio de um estudo etnográfico, analisou as práticas políticas segundo as concepções e os pontos de vista dos atores do universo investigado. A autora afirma que os vereadores eleitos para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro dedicam grande parte do seu tempo para a mediação de alianças, que podem ser com a população (eleitores ou possíveis eleitores), com o Poder Executivo da cidade ou por meio de uma negociação interna com os seus pares, ou seja, com acordos com outros vereadores. Kuschnir aponta que esses acordos são fundamentais para a sobrevivência política no grupo, pois uma das características fundamentais do ambiente legislativo é a interdependência. Segundo um informante à autora,

é preciso manter sempre uma boa relação porque aqui você está o tempo todo dependendo dos outros. Qualquer coisa você precisa de 14 assinaturas pra isso, 22 praquilo. [...] Então não adianta você achar que pode viver em guerra com os outros vereadores, porque se você fizer isso você acaba não conseguindo fazer nada aqui dentro (KUSCHNIR, 1999, p. 52).

Conforme essa relação de interdependência, “voto dado (a favor de um projeto ou posição) deve significar voto retribuído” (KUSCHNIR, 1999, p. 52). Mas a autora destaca que há um valor atribuído ao conteúdo das matérias, o que condiciona a garantia de reciprocidade. Assim, se um vereador tem como objetivo aprovar algum projeto de sua autoria, é necessário que ele busque apoio com outros vereadores, mesmo aqueles que são considerados adversários políticos.

⁹¹ Rede Sustentabilidade

⁹² Democratas

⁹³ Partido Social Democrático

⁹⁴ Partido Republicano Brasileiro (Republicanos)

⁹⁵ Partido Socialista Brasileiro

Segundo o estudo, ter “bom trânsito”, ter a capacidade de fazer acordos, ter a habilidade de fazer costuras e de tolerar diferenças são as características mais valorizadas entre os parlamentares. Somente assim os vereadores conseguiriam atuar de forma a angariar as maiorias necessárias para as vitórias no plenário, e esse seria o sentido do exercício do seu mandato. Kuschnir (1999, p. 53) nos explica que

esta posição está o tempo todo refletida nas reuniões dos vereadores, seja em plenário, seja nas dependências da Câmara. Quase sempre predomina um clima de relações cordiais entre os parlamentares. Ter “bom trânsito” não se restringe aos contatos ligados aos atos legislativos. Sua manifestação mais frequente é simbólica, vivida nas conversas banais do dia a dia, nos comentários sobre as roupas de uns e de outros, na troca de elogios, nos apertos de mão, nos sorrisos, nos cumprimentos, no oferecimento de café, balas e salgadinhos nas horas de fome e cansaço, na atualização de fofocas amorosas e assim por diante (KUSCHNIR, 1999, p. 53).

Ter um “bom trânsito” é, então, uma característica valorizada nas relações entre os vereadores. O contraponto desse posicionamento seriam os “marcadores de posição”. Segundo a autora,

“marcar posição” é exatamente o contrário [de “bom trânsito”] – é não fazer acordos, não ceder nas negociações e, principalmente, explorar ao máximo a capacidade de sua ação individual como forma de obstruir os trabalhos e mesmo “irritar” os adversários. [...] Quem “marca posição” pode até ser admirado por alguns, mas sabe-se que dificilmente esse vereador vai ter algum dia um projeto seu aprovado. Um vereador explica dizendo que às vezes a “marcação de posição” é a única saída: “A maioria vota; a minoria espermeia” (KUSCHNIR, 1999, p. 56).

Além dessas características, os vereadores são posicionados em diferentes cargos de liderança e em comissões da Câmara Municipal. Assim, tanto esses cargos quanto as negociações internas e os votos no plenário funcionam como um sistema que posiciona o vereador em relação aos seus pares. E, segundo a explicação dos próprios vereadores, a maior habilidade de um parlamentar é saber utilizar a sua posição a seu favor. No entanto, Kuschnir (1999, p. 55) sinaliza que essa habilidade está relacionada a uma lógica da situação.

Nessa perspectiva, as realidades políticas têm de ser vistas como entidades dinâmicas e conformadas à relatividade da estrutura política em que estão envolvidas, em cada situação específica. Os critérios de diferenciação dentro da Câmara Municipal não se dão individualmente, mas, ao contrário, encontram seu campo de ação privilegiado na criação de blocos de situação – vereadores que agem como grupo em determinadas circunstâncias (KUSCHNIR, 1999, p. 55).

Ao analisar os votos da 2.^a Sessão Extraordinária (2/1/2017) e da 65.^a Sessão Ordinária (12/7/2017), bem como a manifestação pública de voto realizada na 46.^a

Sessão Ordinária (25/5/2017), notamos que a Câmara Municipal se distribuía em três grupos: um que defendia a manutenção da SME, com partidos vinculados à esquerda e que atuavam como oposição ao governo; outro que apoiava a proposta de extinção da SME, com partidos vinculados à direita e que atuavam como base do governo; e o grupo de vereadores do “centro”, figurando em uma posição independente e atuando em um “jogo duplo” (MYSKIW *et al.*, [2021?]).

Retomando a organização do movimento #SomosTod@sSME, a Comissão de Comunicação produziu materiais e alimentou as redes sociais com informações sobre o movimento (Figura 14). Essa comissão também dialogou com alguns apoiadores, como o Simpa, e com os meios de comunicação (jornais, rádios, televisão) buscando divulgar as ações do movimento em defesa da SME.

Figura 14 – Material produzido pela Comissão de Comunicação do movimento #SomosTod@sSME com apoio do Simpa

COMUNICADO

Nós, professores da SME, e com a parceria de Universidades como: ESEFID/UFRGS, ULBRA, IPA, PUC, UNISINOS (professores e alunos) e Entidades ligadas ao esporte, estamos lutando pela MANUTENÇÃO DA SME. Convidamos a população a unir-se a nós neste movimento pelo Direito ao Esporte, Recreação e Lazer com qualidade e de forma pública.

Solicitamos que todos acompanhem o MOVIMENTO:

*Acessando e compartilhando a nossa página no facebook:
<https://www.facebook.com/pg/somostodossme/about/>

* Colocando #SomosTodosSME# nas postagens e depoimentos que forem socializados na rede;

* Assinando e compartilhando o abaixo assinado abaixo:
https://secure.avaaz.org/po/petition/Nelson_Marchesan_Junior_Nao_extinga_a_Secretaria_de_Esportes_Recreacao_e_Lazer/

PARTICIPE DAS ATIVIDADES, ORGANIZE GRUPOS DE ALUNOS DOS LOCAIS, LEVE CARTAZES, PLACAS E/OU CAMISETAS DE IDENTIFICAÇÃO:

26/03 (domingo) - 15h – no Monumento do Expedicionário/Redenção - Afomé em Defesa da SME

01/04 (sábado) - 9h - no Monumento do Expedicionário/Redenção Aula Aberta e Caminhada em Defesa da SME


09/04 (domingo) – 11h - no Monumento do Expedicionário/Redenção Aula Aberta e Caminhada em Defesa da SME

17/04 (2ª feira) – 17h – Ginásio Tesourinha Abraço ao Ginásio Tesourinha

TODOS OS ALUNOS E A COMUNIDADE EM GERAL ESTÃO CONVIDADOS!

Apoio:

Comissão em Defesa da SME



www.facebook.com/simpapoa
www.simpa.org.br

Fonte: recebido nos grupos de WhatsApp (2017)

No dia 14 de março foi lançada na Câmara dos Vereadores, por iniciativa da vereadora Sofia Cavedon (PT), a Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte, Recreação e Lazer.⁹⁶ Foi um evento significativo para o movimento, pois a Câmara dos Vereadores ficou lotada de alunos de diferentes Unidades Recreativas da SME, além de professores, estagiários, estudantes e líderes comunitários.⁹⁷ A estimativa de público, considerando a lotação da plateia, foi superior a 300 pessoas. Entre os participantes estavam vereadores de Porto Alegre, ex-secretários da SME, professores da SME, representantes do Simpa, do CREF-RS e do CBCE, lideranças comunitárias vinculadas às Unidades Recreativas da SME e usuários dos serviços públicos prestados pela SME. Essa ação, além do evento em si, mobilizou visitas de vereadores às Unidades Recreativas da Secretaria, debates em torno das contribuições à cidade e articulações políticas.

A Figura 15, a seguir, ilustra uma das visitas da Frente Parlamentar que ocorreu no Ginásio Tesourinha. A imagem da matéria é emblemática, pois representa a aproximação do vereador Reginaldo Pujol (DEM) com a vereadora Sofia Cavedon (PT), que normalmente defendem posições opostas na Câmara. Tal encontro foi fomentado pela pauta da Frente Parlamentar. A foto foi registrada enquanto os vereadores participavam de uma aula que estava ocorrendo no momento da visita (na foto aparecem algumas alunas do Tesourinha). Já a Figura 16 é uma nota que menciona a visita da Frente Parlamentar ao Ginásio Lupi Martins. A criação da Frente Parlamentar constituiu-se em um instrumento político que favorecia um lugar para o debate das questões envolvendo as políticas públicas de esporte e de lazer. Dessa forma, materializou-se como uma conquista do movimento em defesa da SME.

⁹⁶ Sobre esse fato, o jornal *Correio do Povo* veiculou um vídeo contendo um trecho de entrevista com o professor Gilmar Tondin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nuhd1Rb8KxM>. Acesso em: 17 fev. 2020.

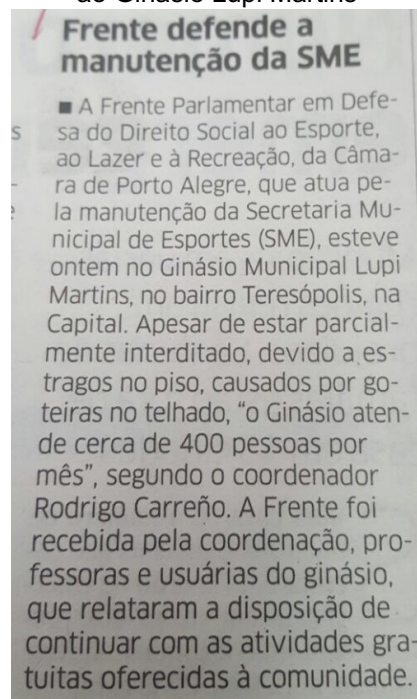
⁹⁷ Mais informações sobre o lançamento da Frente Parlamentar podem ser obtidas em matéria do jornal *Sul 21* disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/03/vereadores-lancam-frente-em-defesa-da-secretaria-de-esportes-e-lazer-em-porto-alegre/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Figura 15 – Visita da Frente Parlamentar ao Ginásio Tesourinha durante uma aula de biodança



Fonte: *Correio do Povo*, 28 abr. 2017

Figura 16 – Visita da Frente Parlamentar ao Ginásio Lupi Martins



Fonte: *Correio do Povo*, 8 jun. 2017

No dia 21 de março, também na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, ocorreu o Fórum em Defesa da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre.⁹⁸ O evento foi organizado pela Rede Cedes-RS e contou com mais de 450 participantes, entre eles: vereadores de Porto Alegre, ex-secretários da SME, professores da SME, representantes do Simpa, do CREF-RS e do CBCE, lideranças comunitárias e usuários das Unidades Recreativas da SME, docentes e discentes de cursos de graduação e pós-graduação de diferentes instituições de ensino superior, membros da Rede Cedes-RS e representantes da imprensa. A programação do evento contou com manifestações acerca das contribuições da SME à cidade, de presidentes de associações, de representantes de entidades, de professores e pesquisadores da UFRGS e de vereadores. Como resultado desse evento, foi elaborada uma carta intitulada *Carta de Porto Alegre para o Esporte, a Recreação e o Lazer*.⁹⁹

⁹⁸ Mais informações sobre o evento podem ser obtidas em matéria do jornal *Sul 21* disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/03/professores-servidores-e-comunidade-se-unem-em-defesa-de-secretaria-de-esportes/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

⁹⁹ A *Carta de Porto Alegre para o Esporte, a Recreação e o Lazer* pode ser lida na íntegra no seguinte link: http://www.ufrgs.br/gesef/uploads/CARTA_POA_ESPORTE_RECREACAO_LAZER.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

Esses eventos tiveram um grande engajamento das pessoas da comunidade, na sua maioria alunos e usuários das Unidades Recreativas da SME. Com isso, mobilizaram a atenção dos vereadores que, até esse momento, não haviam se posicionado no debate público em torno da manutenção da Secretaria. Após o Fórum em Defesa da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer, o vereador João Bosco Vaz encaminhou uma carta ao prefeito Nelson Marchezan Júnior apresentando a SME e defendendo a relevância do trabalho desenvolvido. Entre os seus argumentos em defesa da SME, o vereador cita que

o fechamento da SME, se acontecer, trará pouca ou nenhuma economia ao município. O orçamento da SME para investimentos é de apenas R\$ 1 milhão por ano. Só em 2016, foram 330 mil atendimentos em parques, praças, ginásios, centros comunitários e projetos sociais. São 83 professores, todos concursados. A estrutura da SME é muito enxuta (VAZ, 2017).

Ao final da carta, o vereador propõe uma nova secretaria, qual seja: a Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Acessibilidade. Cabe aqui ressaltar que a Secretaria Municipal da Juventude (SMJ) e a Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social (Smacis) também estavam entre as secretarias extintas, assim como os cargos de secretários municipais.

Nas semanas posteriores ao evento, ocorreram algumas mobilizações em defesa da SME¹⁰⁰ em diferentes Unidades Recreativas. As aulas abertas no Parque Ramiro Souto se destacaram por se tratar de um local de grande circulação, mas também houve grande repercussão sobre o abraço ao Ginásio Tesourinha, mobilizado pela Aagites.¹⁰¹ Nesse período quase todas as Unidades Recreativas fizeram alguma ação com o intuito de mobilizar seus usuários e a comunidade em geral para a defesa da manutenção da Secretaria.

Enquanto o debate sobre a extinção da SME estava ocorrendo, o prefeito visitou duas Unidades Recreativas com o objetivo de falar aos usuários que as atividades seriam mantidas mesmo com a extinção da Secretaria. A primeira visita foi na Praça Darcy Azambuja (5/4/2017), onde o diretor de eventos (indicação política do prefeito) organizou um evento com um “aulão” de dança para a comunidade.

¹⁰⁰ A matéria produzida e veiculada no canal do YouTube do Coletivo Catarse intitulada “População se mobiliza contra a extinção da SME em Porto Alegre” retrata algumas ações do movimento #SomosTod@sSME. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dSmwHfuXHAc>. Acesso em: 17 fev. 2020.

¹⁰¹ Mais informações sobre o evento podem ser obtidas em matéria no site do Simpa disponível em: <https://simpa.org.br/tesourinha-em-defesa-da-sme-contra-a-extincao/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

Primeiramente, o prefeito ministrou uma “aula de dança” e, depois, falou sobre a manutenção das atividades que a SME oferecia à população afirmando que as “aulas continuariam” (Figura 17).

Figura 17 – Aula de dança ministrada pelo prefeito Marchezan na Praça Darcy Azambuja



Reconhece o moço de camiseta verde que orienta uma aula de ginástica em praça pública? É ele mesmo, o prefeito de Porto

Alegre, Nelson Marchezan (PSDB), revivendo os tempos em que cursava a faculdade de Educação Física e atuava como professor de ginástica aeróbica.

Ao estilo do prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), Marchezan saiu do gabinete ontem para dar aula de ginástica na Praça Darcy Azambuja, no Bairro Intercap.

A professora titular, Vanessa Boeira, comanda uma turma de 23 alunas, mas ontem foram mais de cem pessoas assistir à aula do professor Marchezan. Entre os “alunos”, estava o vice-prefeito

PROFESSOR POR UM DIA

Gustavo Paim (PP). Marchezan resolveu bancar o professor para desmentir os boatos de que suspenderia

esse tipo de atividade. E garantiu que todas as aulas serão mantidas.

Mais cedo, o prefeito participou de uma homenagem pelos 245 anos de Porto Alegre na Assembleia Legislativa, proposta pela deputada Any Ortiz (PPS), que já foi vereadora na Capital.

Marchezan, que na segunda-feira completa cem dias à frente da prefeitura, disse que precisa de parceria para enfrentar os “desafios gigantesco” que tem pela frente:

– Sem parceria, a cidade não será o que desejamos.

Fonte: *Zero Hora*, 6 abr. 2017

Nesse encontro, os usuários da praça Darcy Azambuja participaram da aula ministrada pelo prefeito e dialogaram de forma amistosa, compartilhando seus anseios pela manutenção das atividades na praça e dando um voto de confiança ao prefeito.

A segunda visita foi ao Ginásio Tesourinha (11/4/2017), onde ele foi recebido por alunos da SME, integrantes da Aagites e professores e estagiários que estavam trabalhando no dia. Nesse encontro, o prefeito Marchezan não teve uma recepção amistosa de toda comunidade como na visita anterior. A Associação do Ginásio Tesourinha e alguns professores e integrantes do movimento #SomosTod@sSME

organizaram um protesto quando souberam da visita. Estavam presentes, além do prefeito, a secretária Pâmela, da pasta de Desenvolvimento Social, o diretor de eventos, alguns vereadores, entre eles o vereador João Bosco Vaz, que fora Secretário do Esporte em uma gestão anterior, e o ex-diretor do Ginásio, o Fonseca, que tinha vínculo político com o vereador Bosco. A seguir, o relato do professor Diego, que já foi secretário do Esporte, abordando a recepção da Aagites ao prefeito no Tesourinha:

Botaram uma faixa, a Associação botou uma faixa, e ela [secretária Pâmela] mandou tirar, chamou o [Carlos – diretor indicado pelo Marchezan] e disse: “Vai lá e tira!”. E ele foi lá e tirou. E aí as senhoras, pra não chamar as velhas do Tesourinha, foram lá e se botaram nele, e pegaram a faixa, e botaram a faixa, e ela quis mandar tirar de novo. E aí houve uma discussão entre o Bosco e o [Carlos], quase se bateram. Eu tive que intervir, me meti no meio dos dois pro Bosco não bater nele, pra não ser acusado depois de agressão. Então me meti no meio e não deixei. Mas ela mandou tirar, e aí o Bosco foi pra discussão com ela, e aí as senhoras botaram, e aí o Marchezan chegou, e pá pá pá, fica aquela discussão, e aí não, deixa a faixa, e deixaram a faixa lá, mas ela mandou tirar. Era a faixa em defesa da SME. Ela estava dizendo: “Eu ordeno que tirem a faixa!” [...] (ENTREVISTA, 15/12/2017).

Segundo os professores, não havia um aviso oficial de que o prefeito visitaria o Tesourinha. Alguns professores falaram que a visita foi organizada para aquele dia porque haveria menos chance de ter um movimento de “manifestação” contra o prefeito, já que no mesmo dia da visita havia uma assembleia dos servidores, e os professores estavam com dispensa de ponto eletrônico para participação. O aviso sobre a visita chegou para os professores e para a Associação do Ginásio por meio do Fonseca, que foi diretor do Tesourinha nas gestões anteriores, vinculado politicamente ao PDT (partido do vereador Bosco e do ex-secretário Diego). O Fonseca havia mandado uma mensagem para a professora Sílvia avisando que o Marchezan visitaria o Ginásio para fazer uma aproximação com o Esporte como havia realizado na Praça Darcy Azambuja alguns dias antes. A seguir apresento um excerto do diário de campo referente à visita do Prefeito ao Tesourinha:

Às 16h tudo já estava pronto. Os alunos do Ginásio aguardavam e as faixas estavam penduradas. Alguns professores estavam presentes devido ao aviso do Fonseca, outros estavam ministrando aulas. Antes da chegada do prefeito, o diretor Carlos apareceu e disse para a professora Sílvia: “Nós temos que tirar as faixas! Não podemos receber o prefeito assim, não é o momento pra isso!”. Sílvia argumentou que essa era uma iniciativa da comunidade, e ela como servidora deveria respeitar. Nesse momento o Carlos recuou. Quando chegou a secretária Pâmela, ela ordenou que as faixas fossem retiradas (a professora Sílvia afirmou que a secretária “ordenou” a retirada das faixas). Carlos começou a arrancar as faixas das paredes. Uma situação tensa se criou, pois uma aluna idosa do Tesourinha puxava a faixa de um lado e o Carlos do outro. [...] Na chegada do Marchezan, em torno das 17h, ocorreu o seguinte: do lado de fora do Ginásio, os diretores, a secretária e demais pessoas

da equipe de governo receberam o prefeito com aplausos; do lado de dentro do Tesourinha, os alunos o receberam gritando “FICA, SME!”. O prefeito foi cumprimentando as pessoas e dizendo: “Estou aqui para desmentir, o Tesourinha não vai fechar!”. No momento em que o Marchezan tentou dar “beijinhos” na presidenta da Aagites, a Karen, ela disse que não; foi possível observar que ela se afastou quando ele tentou dar um beijo no seu rosto. Karen me disse que ele falou: “Assim tu não vai conseguir o que tu quer!” [...] O Bosco ameaçou bater no diretor Carlos devido à discussão sobre as faixas; pessoas tiveram que interceder para segurar o Bosco. [...] A professora Sílvia falou que o vereador Bosco cochichou em algum momento da visita: “Já garanti o Diego para secretário e o Fonseca para o Tesourinha na negociação da proposta que fiz para a Secretaria” (DC, 11/4/2017).

O resultado dessa visita do prefeito ao Ginásio foi muito diferente do resultado da visita à Praça Darcy Azambuja. Na praça, a percepção era de que o prefeito havia conquistado a confiança da comunidade, pois eles participaram do “aulão” que ele ministrou, tiraram fotos, trocaram beijos, enfim, não houve resistência ou manifestações contrárias às falas do prefeito. E essa também foi a avaliação dos professores que estavam presentes. Uma das professoras disse que estava decepcionada com os seus alunos, argumentando que “elas falavam que defendiam a manutenção da SME, mas, chegando o prefeito, ficaram apenas sorrindo e tirando fotos”. Já na visita ao Tesourinha, houve uma articulação diferente. A Associação, a comunidade e os professores se prepararam para se manifestar. O saldo dessa visita foi negativo para o governo, tanto que não houve outras visitas às Unidades Recreativas depois do Tesourinha. A percepção dos professores acerca dessa visita foi a de uma pequena vitória contra a extinção.

A visita do prefeito ao Tesourinha também marcou o espaço do vereador João Bosco Vaz no debate. A divulgação da carta, a mobilização da comunidade do Tesourinha, a dramatização na defesa da vontade das alunas do Ginásio (sobre a retirada da faixa) e o comentário para a professora Sílvia são ações que comunicam o projeto do vereador.

Devido às repercussões das mobilizações, duas participações em programas de rádio foram dedicadas à discussão acerca da extinção da SME. A primeira participação ocorreu no programa *Esfera Pública*, veiculado pela Rádio Guaíba no dia 23 de março de 2017. Para esse programa foram convidados o vice-prefeito Gustavo Paim, o diretor de Esportes Celso Piasesk¹⁰², o presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior de Educação Física do Estado do Rio

¹⁰² O diretor de Esportes Celso Piascki foi aguardado até o final do programa, mas não compareceu para colaborar com o debate. O vice-prefeito explicou que ele estava em uma reunião em um banco com o objetivo de buscar recursos para a conclusão da construção de um equipamento esportivo na periferia da cidade.

Grande do Sul (Adiesef/RS), Cláudio Gutierres, e o professor da SME Gilmar Tondin. Nessa oportunidade, a pauta do programa, que durou cerca de uma hora, foi a extinção da SME. A segunda participação ocorreu no programa *Band News*, veiculado pela Rádio Bandeirantes no dia 6 de abril de 2017, em forma de entrevista com o presidente da Adiesef/RS, Cláudio Gutierres, e o professor da SME Gilmar Tondin, além da participação por telefone do secretário de Relações Institucionais e Articulação Política Kevin Krieger.¹⁰³ Essa entrevista durou cerca de 25 minutos

No dia 25 de maio de 2017 o tema da sessão de comunicação temática da Câmara dos Vereadores foi o direito ao esporte, ao lazer e à recreação, e mais uma vez os alunos da SME lotaram o evento. De certa forma, esse encontro materializou o crescimento do movimento: 19 vereadores manifestaram apoio à manutenção da SME. O líder da bancada do PMDB na Câmara, vereador Idenir Cecchim, falou, em discurso, que o prefeito de Porto Alegre “já pode pensar em um nome para assumir como secretário municipal de Esportes” (PORTO ALEGRE, 2017d, p. 30-31). O vereador garantiu que toda a bancada do MDB votaria pela manutenção da SME.

Após esse evento, a expectativa referente à manutenção da SME era positiva. Segundo a contagem dos votos dos vereadores, a extinção da SME não seria aprovada. O movimento #SomosTod@sSME contabilizava 19 votos de apoio à manutenção da Secretaria.¹⁰⁴ Estava conquistado o apoio político necessário para a manutenção da Secretaria. De certa forma, os grupos mobilizados em defesa da SME se tranquilizaram. E a mobilização na forma de eventos públicos foi perdendo intensidade.

Como estratégia para negociações com os vereadores, o governo municipal foi protelando a votação do projeto de lei que faria a extinção da SME. A votação deveria ocorrer até o início de maio, considerando o prazo de 120 dias, porém ocorreu somente no dia 12 de julho. Nesse período ocorreram negociações e reposicionamentos, principalmente pela mudança de voto de vereadores que haviam

¹⁰³ Cerca de um mês após essa entrevista, Kevin Krieger pediu exoneração do cargo. Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/prefeitura-de-porto-alegre-confirma-saida-de-kevin-krieger-do-governo-marchezan.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2020.

¹⁰⁴ Os votos por partido eram: 4 do PT, 3 do PSOL, 2 do PSB, 1 do PSD, 1 do DEM, 2 do PDT, 5 do PMDB e 1 do PP.

se comprometido em votar pela não extinção da SME, com destaque para a bancada do MDB.¹⁰⁵

Os relatos dos professores que estavam negociando os votos com os vereadores manifestaram que houve uma articulação do vereador João Bosco Vaz com o objetivo de cooptar o protagonismo do processo de defesa do Esporte. Esse vereador, componente do grupo de vereadores independentes e que tinha bastante influência na Câmara, se articulou com outros vereadores, especialmente aqueles vinculados ao esporte, e buscou algum tipo de negociação com o governo.

Durante a tramitação do projeto de lei, ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Nessa etapa, o vereador João Bosco Vaz fez uma emenda que visava retirar a extinção da SME do projeto de lei. Entretanto, essa tramitação apresentava alguns riscos.

Alguns professores ligados ao movimento em defesa da SME receberam uma informação do assessor jurídico da Câmara Municipal de que, se essa emenda fosse submetida à CCJ, ela não poderia ser proposta na votação em plenário. Iniciou-se, então, um movimento de professores e líderes comunitários para pedir ao vereador Bosco que retirasse a emenda da CCJ e rerepresentasse para votação em plenário. Contrariando a narrativa dos professores, o vereador garantia que tinha os votos para aprovação da emenda, posição que foi manifestada por outros vereadores na tribuna durante a sessão na Câmara Municipal que extinguiu a SME. A composição da CCJ era de sete vereadores, e a maioria não havia manifestado apoio à SME até o momento. Unidos dessa informação, foi realizada uma avaliação pelos integrantes do movimento #SomosTod@sSME de que a emenda que suprimia o artigo que extinguiu a Secretaria teria mais chance no plenário, com os 36 vereadores.

Os contatos com o vereador Bosco para essa solicitação foram tensos. Ele queria manter a sua emenda na CCJ argumentando que ela tinha os votos necessários, enquanto os professores insistiam para ele retirar com receio de que a emenda não fosse ao plenário para votação. Como resultado, o vereador retirou a

¹⁰⁵ A bancada do MDB era em 2017 a mais numerosa, composta por cinco vereadores: Comandante Nádia, André Carús, Idenir Cecchim, Mendes Ribeiro e Valter Nagelstein. No ano de 2020, aproximando-se da eleição municipal, a bancada do MDB conta apenas com um vereador, o parlamentar Idenir Cecchim. Comandante Nádia e Mendes Ribeiro foram para o DEM, Valter Nagelstein foi para o PSD, e André Carús renunciou devido às denúncias de corrupção. Uma matéria que aborda a renúncia do vereador está disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/10/23/vereador-de-porto-alegre-andre-carus-renuncia-ao-mandato-para-nao-deixar-partido-sombreado-pelas-investigacoes.ghtml>. Acesso em: 4 out. 2020.

emenda da CCJ, mas também deixou de apoiar a manutenção da SME. Mas por que a solicitação dos professores para retirada da emenda provocou esse cenário de conflito na interação com o vereador? E ainda por que o vereador, ao retirar a emenda, retirou o seu apoio à manutenção da SME?

O professor Edson falou sobre as negociações que realizou, junto a outros professores, com alguns vereadores a fim de conseguir apoio à manutenção da SME. Após o vereador Bosco ter retirado o seu apoio, o movimento #SomosTod@sSME tentou se articular com algum vereador para que, no dia da votação, ele submetesse uma emenda que suprimisse a extinção da Secretaria do projeto de lei. A estratégia do grupo era de que algum dos vereadores independentes submetesse a emenda, pois assim havia maior chance de outros vereadores desse grupo aprovar. Um dia antes da votação, o vereador Pujol afirmou que poderia apoiar a manutenção da SME. A seguir um relato do professor Edson sobre esse momento:

O Bosco disse que não ia fazer. Eu peguei o telefone, liguei pro Thiago [vereador], disse pro Thiago: “Nós estamos engatados, o que nós falamos na reunião de ontem, nós saímos eram quase 7h do gabinete do Pujol, ficamos discutindo isso no dia anterior”. Eu disse: “Thiago, aquela reunião eu te disse, não deu em nada, o Bosco não vai fazer”. “Não, Edson, amanhã eu vou lá na Câmara, vou tentar articular e tal, não sei o quê...”. “Então tá”. No outro dia à tarde eu tava lá. Tô entrando no restaurante da Câmara, tá saindo o Pujol, ele e mais uns quatro ou cinco caras, e eu disse: “Oi, vereador. Que bom que lhe encontrei! Sei que tem uma reunião lá da comissão agora, e o senhor vai estar envolvido. Queria conversar sobre a emenda do esporte...”. E ele diz: “Não me cobra nada. Tu tá me apertando?”. Cara, eu olhei pra ele assim e disse: “Não, vereador, não tô lhe apertando nada, em absoluto, eu só quero conversar com o senhor uma coisa que nós combinamos ontem...”. Não faz seis meses, nem um ano, eu pensei comigo, foi ontem, não faz doze horas, cara, que tu mandou eu voltar aqui, é isso que quero ver. “O senhor parece que tem uma visita em uma escola, eu só queria dar uma conversada”. Ele disse: “Não, eu faço as coisas no meu tempo, tu não me aperta. Tu tá me apertando?” “Não, vereador, eu não tô lhe apertando. Muito obrigado, depois a gente conversa”. Entrei e fui almoçar. E aí tu imagina, a primeira pessoa que eu encontro quando eu entro, a primeira pessoa na primeira mesa é o Bosco. (Risos.) Preciso te dizer alguma coisa a mais? Aí me sentei no restaurante e fiquei pensando comigo: nós estamos dependendo dessa gente, esse pessoal que vai aprovar, um cara que se comprometeu com a gente 12 horas antes e me tratou desse jeito. O cara não me recebeu pra falar comigo, para me dizer alguma coisa... (ENTREVISTA, 10/10/2017).

A professora Leila, que também participou de algumas negociações com os vereadores, fez um relato sobre o envolvimento do vereador Bosco nesse processo, citando também a situação mencionada anteriormente pelo professor Edson:

O João Bosco foi assim: no primeiro momento começou a fazer internamente um movimento de colocar aditivos de supressão da SME, ele e o Cassiá Carpes fizeram alguns aditivos... E no decorrer do processo, a própria Sofia Cavedon, conversando com o diretor administrativo da Câmara, eles entenderam que esses aditivos eles não iriam passar em todas as comissões, e se eles passassem, passassem nas comissões [entrassem em votação], eles não poderiam mais ser colocados em

plenário... Então a gente iniciou um convencimento, falamos com a assessoria jurídica do Cassiá Carpes, que concordou conosco, inclusive mandou um WhatsApp dizendo realmente que não vai passar... E nós começamos então, fizemos uma fala, tentamos... As lideranças comunitárias fizeram uma fala com o então vereador João Bosco para que ele retirasse esses aditivos, essas emendas e rerepresentasse no dia da votação. E ao que nos parece ele ficou enciumado, ou por vaidade, ele retirou as emendas e a partir daí ele, entre aspas, “tirou o time de campo”. Inclusive o Pujol fez uma fala bem comprometedoras do João Bosco, que ele fez essa fala em um grupo grande de pessoas, então eu posso falar porque temos testemunhas. Ele disse que o João Bosco falou pra ele dessa maneira: “Pujolzinho, não precisa mais, pode votar contra, pode votar contra... Porque assim, a Sofia Cavedon ela está como protagonista, ela roubou a cena. Essa era uma pauta minha, mas como ela roubou a cena, pode votar contra... Pode ficar à vontade...”. E foi essa fala... Ah, no momento em que o João Bosco saiu, todo mundo recuou, então ele acabou fazendo uma campanha contra, segundo relato que nós temos... Então o Bosco, por vaidade, eu acredito, e por orgulho, no momento em que ele percebeu que a Sofia estava à frente da comissão, porque ela criou a comissão da Frente Parlamentar em Defesa do Esporte, ela agendava a visita nos locais, coisa que ele nunca foi, eu sei que em algum momento o Marchezan chamou a Comissão do Esporte da Câmara e o João Bosco foi, bem no início do processo, segundo relato, fez uma fala importante, da importância da SME, mas no decorrer no processo ele se distanciou e no final ele acabou fazendo até uma campanha contra por uma questão de vaidade... No dia da votação ele fez somente uma fala, e nessa fala ele colocou essa culpa digamos nos professores, dizendo que os professores eles se atravessaram no processo. Lembrando que, no dia da votação do cargo de secretário, lá no início de janeiro, 4 de janeiro, podia ter revertido tudo isso. Ele estava ausente porque tinha uma viagem para o Rio, a lazer para o Rio de Janeiro, então ele fez essa opção, e no momento em que ele estava ausente, nesse dia ele criou um desconforto com todas as lideranças comunitárias que historicamente tinham uma amizade, uma aproximação com ele por ele ser secretário por tanto tempo, então ele já começou mal ali [...] (ENTREVISTA, 21/11/2017).

A professora Leila comentou sobre a mensagem de uma assessora do vereador Cassiá, garantindo que a emenda não seria aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Além disso, ela considera que houve, por parte do governo, outras negociações, como se vê no trecho a seguir:

A assessora jurídica que foi a minha colega na Fundergs, ela inclusive me mandou um Whats na época... Realmente não vai passar... Inclusive porque nós tínhamos dúvidas quanto a isso, no momento que a gente começou a perceber... Mas a gente sabe que o recuo das bancadas não se deu por essa questão do Bosco somente, se deu porque o prefeito chamou os vereadores... E até saiu uma nota que... Em um dos momentos em que o Paulo Paim estava no exercício como prefeito, saiu uma nota na *Zero Hora* que ele chamou a bancada que estava lutando pelo esporte dizendo então que o caminho seria colocar no final do desenvolvimento social a palavra esporte, e aí parece que deu uma recuada em todo o grupo. E eu acredito que tenha tido outras negociações no meio para os vereadores terem recuado tanto, porque nós vínhamos em um avanço de entendimento e de sensibilização de falas bem importantes de os vereadores e vereadoras verbalizar nesse sentido, “nós vamos votar com vocês, nós não vamos extinguir a SME” [...] (ENTREVISTA, 21/11/2017).

A seguir, na Figura 18, a nota do comentarista Paulo Germano, da *Zero Hora*, que foi mencionada pela professora Leila na sua entrevista:

Figura 18 – Nota do comentarista Paulo Germano na Zero Hora



PERIMETRAL

ZERO HORA
SEGUNDA-FEIRA,
10 DE JULHO DE 2017 **25**

Paulo Germano
paulo.germano@zerohora.com.br
zerohora.com/paulogermano

Com Júlia Burg
julia.burg@zerohora.com.br

...E APRENDE A AFAGAR VEREADORES

Após uma reunião com 10 vereadores que defendiam a reabertura da **Secretaria de Esportes**, Marchezan decidiu ceder. O projeto que transforma a Secretaria de Desenvolvimento Social – comandada por Maria de Fátima Záchia Paludo – em Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes será encaminhado à Câmara na próxima quarta-feira.

– São gestos importantes. Ele enfim começou a nos ouvir – diz um membro da base aliada.

O vice-prefeito **Gustavo Paím**, que assumiu a articulação política com a Câmara em maio, após a saída do secretário Kevin Krieger, tem sido elogiado:

– O Paím é a humildade que faltava a esse governo – aplaude um vereador.

Fonte: *Zero Hora*, 10 jul. 2017

Com isso, o vereador João Bosco Vaz retirou a emenda da CCJ e, da mesma forma, retirou o seu apoio nas negociações para manter a SME. A emenda poderia ser apregoada novamente pelo vereador na sessão plenária, entretanto ele não o fez. A repercussão desse episódio foi tão relevante junto aos vereadores que, no dia da votação (12 de julho de 2017), o vereador André Carús falou:

Vou começar falando sobre a Secretaria Municipal de Esportes. Por um dever ético e de consciência, vou abordar esse tema aqui. Até poucos dias, nós tínhamos uma emenda apregoada pelo Ver. João Bosco Vaz no processo. Por iniciativa do próprio Ver. João Bosco Vaz, essa emenda foi retirada justificadamente, porque havia um temor de que essa emenda não teria aprovação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (PORTO ALEGRE, 2017e, p. 20).

Na sequência, o vereador João Bosco Vaz pediu a palavra durante o tempo de fala do vereador André Carús:

V. Exa., permite uma parte? (Assentimento do orador.) Para esclarecer essa sua fala, a minha emenda, que salvaria a SME, tinha na Comissão de Constituição e Justiça cinco dos sete votos, e tinha aqui no plenário 21 votos, sendo que precisaria apenas de 19. Ela só foi retirada porque os professores pediram para eu retirar. Então, os professores que assumam isso (PORTO ALEGRE, 2017e, p. 20-21).

Com a retirada de apoio do vereador, Bosco iniciou-se uma corrida dos professores e alunos envolvidos no movimento #SomosTod@sSME em busca de algum vereador que se dispusesse a submeter uma emenda para retirar a extinção da SME do projeto de lei. Entretanto, essa busca era de um vereador que fosse considerado “independente”, pois os vereadores que eram da base do governo não apoiariam o movimento e os vereadores que eram de oposição ao governo não agregariam apoio dos vereadores independentes. A primeira opção depois da retirada de apoio do vereador Bosco foi o vereador Reginaldo Pujol, mas, como vimos, ele retirou o apoio com o Bosco. Algumas horas antes de a sessão iniciar, não havia nenhum vereador disposto a encaminhar a emenda. Houve, então, uma insistência com o vereador Tarcísio Flecha Negra, que acabou cedendo e se comprometeu a submeter uma subemenda a pedido do movimento.

Durante a sessão, os vereadores da base do governo e os vereadores que haviam retirado o apoio à manutenção da SME ficaram pressionando o vereador Tarcísio Flecha Negra para que ele não submetesse a subemenda. O professor Edson relata a pressão que o vereador estava sofrendo:

O Tarcísio estava receoso, e lá na hora a gente viu o porquê que ele estava receoso. Ele não conseguiu ficar sozinho um minuto antes de começar a plenária lá, eram os vereadores cercando, conversando com ele, e ele se desculpendo, se justificando, saindo pra outro lado, e os vereadores indo atrás dele, ou seja, não queriam que ele colocasse a emenda, então isso ficou muito claro. Apesar de já saber que iam vencer, já sabiam, com a articulação que o governo fez, decerto já tinham certos votos, já estava garantido. Mas o Tarcísio sofreu uma pressão muito grande aquele dia, muito grande mesmo. Ele inclusive colocou a emenda e se desculpou na fala [...] (ENTREVISTA, 10/10/2017).

Na tribuna, o vereador Tarciso Flecha Negra pediu os votos para a subemenda e, ao mesmo tempo, se justificou ao vereador João Bosco Vaz, afirmando que a pauta era dele:

[...] nós estamos “aos quarenta e quatro minutos, pênalti”, e eu vim aqui de coração, pedir aos nobres Pares, Colegas, que aprovem a Subemenda n.º 01. Quero dizer também ao Ver. João Bosco Vaz, que trabalhei 4, 5 anos, eu assinei esta Subemenda, porque eu acredito muito no esporte. Não quis passar por cima de ninguém, Bosco, essa Subemenda é tua, e respeito muito, tenho um carinho muito grande por ti [...] (PORTO ALEGRE, 2017e, p. 58).

As manifestações de apoio à Secretaria assim como a subemenda encaminhada pelo vereador Tarciso Flecha Negra não modificaram o quadro que já

havia sido diagnosticado antes da votação: se confirmou a extinção da SME.¹⁰⁶ Os vereadores que haviam manifestado apoio à SME, prometendo votar contra a extinção, justificaram seu voto dizendo que o prefeito havia se comprometido a manter os serviços. Para “recompensar” o movimento em defesa da SME, um dia antes da votação que aprovou a extinção da Secretaria, o prefeito encaminhou uma mensagem retificativa ao projeto acrescentando a palavra “esporte” no nome da Secretaria que incorporaria a pasta do Esporte da cidade. Dessa forma, renomeou a SMDS como Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE). Segundo a mensagem,

a proposição visa adequar o nome da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) ao trabalho desenvolvido pela pasta, acrescentando-se em sua nomenclatura a palavra esporte. Dessa forma, busca-se identificar, por meio da nova denominação, uma das principais diretrizes de atuação do órgão (PORTO ALEGRE, 2017f, p. 1).

Pude perceber que o conflito entre o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte e o Projeto de Reforma Administrativa do governo no processo de extinção da SME se mostrou como uma oportunidade para outros projetos na esfera do Legislativo. A partir dos dados produzidos nesta pesquisa, identifiquei dois projetos: um liderado pela vereadora Sofia Cavedon (PT) e outro pelo Vereador João Bosco Vaz (PDT), que disputaram espaço e marcaram posições na Câmara Municipal, se mostrando também como projetos conflitantes. Não considero que sejam esses os únicos projetos relacionados ao processo de extinção da SME na esfera legislativa, tampouco que sejam os únicos conflitantes, mas o alcance das minhas observações me permite analisar apenas esses.

Marcos Bezerra (1999), ao citar John Davis (1983), que fez sua pesquisa a partir da literatura antropológica disponível sobre as sociedades mediterrâneas, apresenta a existência de três formas de representação política: a reivindicação dos direitos, a luta de classes e a patronagem. O autor destaca, ainda, que duas ou três formas de representação podem coexistir no mesmo universo social. Segundo Bezerra (1999, p. 16), “em certas situações, pode ser mais fácil conseguir um emprego mobilizando-se relações de patronagem do que através da exigência de cumprimento de direitos, de uma greve ou da organização de um partido”.

¹⁰⁶ A tramitação do PLCE n.º 005/17, registrado na Câmara dos Vereadores no Processo n.º 01433/17, está disponível em: <https://camarapoa.rs.gov.br/projetos/131722>. Acesso em: 19 fev. 2020.

As considerações do autor nos ajudam a compreender o conflito entre os dois projetos ao observarmos o tipo de atuação dos vereadores mencionados, pois cada projeto representa o conjunto de significantes que cada vereador mobiliza na sua atuação, incluindo o tipo de relação com seus eleitores. O projeto da vereadora Sofia Cavedon orbitou em torno da Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte, Lazer e Recreação, criada em 14 de março de 2017. A criação da Frente ocorreu a partir do envolvimento da vereadora em algumas ações do movimento #SomosTod@sSME, que buscava a manutenção da SME e tinha como principais integrantes professores da própria Secretaria, alguns líderes comunitários e usuários dos serviços que a Secretaria oferecia à população.

Na sua pesquisa realizada no Rio de Janeiro, Kuschnir (1999, p. 40) descreve o tipo ideal¹⁰⁷ do vereador ideológico apresentando o seguinte exemplo:

o parlamentar, eleito pela primeira vez em 1992, tinha a agenda lotada de compromissos previamente marcados. Saiu de sua casa, em Copacabana, na Zona Sul, às oito horas da manhã, acompanhado por sua “assessora para assuntos de saúde” e por mim (como observadora). Seguimos de carro, com motorista, para o Posto de Atendimento Médico (PAM) de Irajá, onde havia uma reunião marcada para discutir os termos do projeto de lei que regulamenta a criação dos Conselhos Distritais de Saúde. A sala era modesta, com uma mesa para os debatedores e cadeiras para a plateia improvisada. Aos poucos, foram chegando cerca de 40 pessoas. Estavam presentes, entre outros, um representante do Conselho Municipal de Saúde, alguns funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, representantes de outros postos de atendimento da região e muitos dirigentes de associações de moradores da vizinhança. Todos assinaram um livro de presenças, e alguns se inscreveram para falar. O vereador começou expondo sua visão sobre fazer leis e a necessidade de ouvir as diversas opiniões da sociedade. Explicou que não estava interessado em ser o autor de “mais um” projeto de lei. Preferia reapresentar, com algumas modificações, um projeto, arquivado pela legislatura anterior. Comentou também a precariedade dos hospitais e das leis na área de saúde. Pediu, então, para que as pessoas dessem suas opiniões sobre o projeto em pauta. Muitos falaram, mas a maioria não tratou especificamente dos termos legais. Falou-se da dificuldade de “tirar as leis do papel”, da falta de participação das comunidades e do abandono do povo pelos governantes. O representante do Conselho Municipal de Saúde trouxe de volta a discussão sobre o projeto, e uma senhora apresentou questões. Nesse momento, porém, o vereador avisou que teria de ir embora e pediu que os resultados da reunião fossem transformados em um documento. Falou rapidamente sobre seu passado político, de militante estudantil cassado pela ditadura, sobre a dificuldade de se aprender a participar e que o trabalho que estavam fazendo era “lento mesmo” – os frutos nunca vindos a curto prazo.

¹⁰⁷ Utilizo a noção de tipo ideal como Max Weber (2015), no sentido de auxiliar a pesquisa empírica de causas, e não para reproduzir e compreender diretamente o mundo exterior ou para prever um desdobramento ideal esperado.

O caso descrito pela autora retrata uma situação em que pessoas que atuam na área da saúde mobilizaram um parlamentar para buscar apoio político no sentido de discutir alguns termos que estavam tramitando na Câmara Municipal. Esse caso apresenta semelhanças com a relação entre a vereadora Sofia Cavedon e o movimento #SomosTod@sSME. Assim, relaciono a atuação da Sofia Cavedon como sendo a de uma vereadora ideológica. A autora ainda desenvolve uma análise que também pode ser observada no caso da SME:

neste primeiro compromisso, pode-se dizer que o vereador esteve em contato com o eleitor ideal da prática ideológica. Eram pessoas mais ou menos “politizadas” e integrantes do “movimento popular organizado”, como sindicatos, associações de classe, de bairros, étnicas e religiosas. Esse tipo de vereador espera, justamente, lidar com grupos que sejam representativos de uma coletividade e estejam interessados em aprofundar sua participação no “processo político”, buscando algo mais do que a satisfação de suas necessidades imediatas (KUSCHNIR, 1999, p. 41).

Outra semelhança que encontramos nos dois casos refere-se à atuação dos parlamentares: ambos atuam como mediadores. A Frente Parlamentar posiciona a reivindicação do movimento #SomosTod@sSME de forma que os vereadores e agentes políticos envolvidos na disputa sobre a extinção da SME entendam que não se trata de um grupo de pessoas que buscam garantir o seu local de trabalho (no caso dos professores) e o seu local de lazer (no caso dos usuários). Trata-se de um movimento que busca reivindicar o direito social ao esporte, ao lazer e à recreação, algo desvinculado das suas necessidades particulares. A vereadora Sofia Cavedon, com a sua mediação, traduz os anseios do grupo que a mobiliza, associando a sua perspectiva e visão de atuação política, para o conjunto de parlamentares que devem se posicionar quanto à extinção ou não da SME.

O projeto da vereadora Sofia Cavedon, considerando a noção de vereador do tipo ideológico, buscou sustentação nas comunidades, particularmente aquelas organizadas (como o movimento #SomosTod@sSME). O processo de negociação desse projeto se deu em eventos, atividades e ações que envolviam, além das comunidades, seus pares, tais como o lançamento da Frente Parlamentar, as visitas nas Unidades Recreativas, o Fórum em Defesa da SME, a sessão temática da Câmara Municipal, o apoio às manifestações, os discursos na tribuna com a plateia lotada e as dramatizações públicas em defesa do direito ao esporte.

Figura 19 – Fórum em Defesa da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer



Fonte: elaboração própria

O vereador João Bosco Vaz teve outra abordagem. Logo no início do processo de extinção, em 2 de janeiro de 2017, sua presença no plenário durante a votação da Emenda n.º 15 ao PLCE n.º 012/16 poderia “salvar” a SME. Entretanto, o parlamentar buscou negociar o seu projeto com os seus pares e com o governo.

A pesquisa de Kuschnir (1999, p. 36) nos ajuda a pensar sobre a estratégia de negociação do parlamentar ao descrever o tipo de vereador assistencialista¹⁰⁸, cuja prática “costuma envolver a troca de bens materiais, embora não exclusivamente”. A autora apresenta como exemplo o caso do vereador que ajudou os moradores de um conjunto habitacional a construir um muro. A obra deveria ter sido realizada por uma empreiteira, que não fez o serviço. Como os moradores não tinham recursos para custear a obra, foram ao escritório do vereador para solicitar auxílio.

O vereador explica a sua postura: “Eu sou muito ansioso, eu quero ver as coisas acontecerem. Nesse sentido, eu não sou político, porque eu não tenho jogo de cintura de caminhar buscando, negociando, fazendo articulações.

¹⁰⁸ Kuschnir (1999, p. 48) explica: “ao adotar o termo ‘assistencialista’, procurei ampliar o alcance da classificação, buscando dar conta da complexidade da sociedade que analisamos e, conseqüentemente, também da maior heterogeneidade nos padrões de ‘assistência’ dos vereadores para seus eleitores”. Dessa forma, a autora busca escapar de uma visão reducionista da ação política que discute o tema do clientelismo, presente na literatura da época em que o estudo foi desenvolvido, pois, como explica Bezerra (2001, p. 204), “ao reduzir essas relações à questão da obtenção do voto, a noção de clientelismo deixa de fora sobretudo a ideia de que nessa forma de atuação dos políticos está em jogo uma concepção sobre o atuar político”.

Não. Eu quero. Pode me dar? Ótimo. Não pode me dar, eu vou buscar do meu jeito. Eu compro, eu pago”.

O parlamentar decidiu construir o muro, mas, como não tinha dinheiro suficiente para pagar a obra, foi comprando o material aos poucos. Os moradores tiveram de arcar com a mão de obra. “Todo mês eu tirava uma parte do meu salário para o material. Foram seis meses construindo esse muro. Daria hoje pra comprar um carro”, explica o vereador. “Muita gente pode dizer que eu sou louco, mas tinha dado a minha palavra e não podia recuar. Hoje, essa comunidade é o carro-chefe que eu tenho”.

O vereador conta que, tempos depois, pessoas dessa comunidade foram ao seu escritório levar um ventilador de teto de presente. O escritório tinha sido arrombado meses antes, e, entre as perdas, estava um circulador de ar que ficava na recepção, onde esperam atendimento, em média, 50 pessoas por dia. O vereador conta que ficou emocionado com a “sensibilidade” das pessoas, já que sempre adiava a reposição dos objetos furtados, em função dos pedidos dos eleitores, considerados prioritários: “Você tem tanta coisa para comprar, tanto compromisso... uma grade para um condomínio, tinta pra escola, material escolar pra criança [...]” (KUSCHNIR, 1999, p. 36-37).

O caso observado pela autora apresenta semelhança com a minha “contratação” para atuar como professor de dança no Tesourinha. Naquela época, o secretário da SME era vinculado ao João Bosco Vaz e fora indicado por ele para o cargo inclusive. Diferentes grupos de alunas do Ginásio visitaram o secretário e também o vereador João Bosco Vaz para pedir que eles conseguissem um professor para elas. Quando fui convidado para atuar na SME, a explicação foi de que precisavam de um professor que trabalhasse com dança e que o secretário do Esporte havia negociado a cedência de alguns professores, sendo que um deles deveria atender as turmas do Ginásio Tesourinha com aulas de dança. Logo que comecei a atuar no Ginásio, a turma das alunas que haviam entrado em contato com o vereador e com o secretário fez uma festa e convidou os dois para participar. No evento, ambos fizeram um discurso para a turma, sendo que o vereador Bosco destacou a atuação dele na “qualificação” do Ginásio, incluindo a implementação da Clínica de Fisioterapia, da qual muitas das alunas eram pacientes. Sobre a Clínica, o vereador salientou que ela só existia devido ao trabalho e ao empenho dele com aquela comunidade.

Tanto os pedidos das alunas do Tesourinha quanto o evento de agradecimento à “contratação” do professor ocorreram no ciclo da política municipal que iniciou em 2013 e findou em 2016. Já o processo de extinção da SME ocorreu no ciclo posterior, de 2017 a 2020. Destaco isso porque, considerando os dados produzidos nesta pesquisa, acredito que o projeto do vereador Bosco passou por um processo de metamorfose (VELHO, 1994) nesse novo ciclo. Um indício que me leva a essa afirmação refere-se ao próprio resultado das eleições de 2016, em que o número de

votos do parlamentar teve uma redução expressiva, sugerindo, talvez, uma mudança de estratégia na sua atuação como parlamentar. Sobre a “base” eleitoral do vereador, o ex-secretário da SME, bastante ligado ao vereador, explica:

Ele continua com o programa dele esportivo. Mas vou te responder assim. Ele hoje se desligou do esporte, ele hoje é ligado ao Carnaval. O Carnaval é a prioridade dele, Carnaval, Carnaval e Carnaval. Ele não vai mais a campo de futebol, ele não vai mais a evento esportivo, muito difícil ele ir. Claro que União, Sogipa, ele comparece, nas festas, no baile, no jantar, mas tu não vê ele mais em uma quadra, um campo, ou num evento esportivo, tu não vê mais ele. Agora tu quer ver ele, vai em quadra de escola de samba tu vê ele, tu vê ele no Carnaval, no barzinho que tem ali perto do supermercado na Perimetral, um boteco caindo aos pedaços, todo sábado de tarde tu vai lá, ele está lá. Pagode, samba, ou na praça Tamandaré, no fundo ali do Bagé, é onde ele está, o meio dele é esse. É onde ele tem voto. Tinha, porque ele perdeu, de uma eleição para outra, da eleição de 2012 para essa aqui, ele perdeu 50% dos votos, ele fez 9.500 em 2012 e 4.800. Quase não entrou, por 60 votos ele entrou, quase que ele não entra. Na próxima ele não vai, e se não for está fora da política (ENTREVISTA, 15/12/2017).

Como mencionado, o vereador João Bosco Vaz perdeu muitos votos na última eleição. Na eleição de 2004, ele foi eleito com 7.589 votos. Em 2008, ampliou sua base, provavelmente por ter atuado como secretário da SME atuando em alguns projetos, tal como o Esporte Dá Samba¹⁰⁹, sendo eleito com 9.098 votos. Na eleição de 2012, teve um pequeno aumento, quando recebeu 9.493 votos. Já na eleição de 2016, integrou 4.993 votos e, como relatado pelo ex-secretário, quase não se elegeu.

Considerando a posição do vereador Bosco na Câmara Municipal, que, segundo as categorias nativas do estudo de Kuschnir (1999), parece ter “bom trânsito”, o seu projeto tem vantagem nas negociações com seus pares quando em disputa com o projeto da vereadora Sofia Cavedon. Algumas falas presentes nas transcrições das sessões da Câmara me sugerem a interpretação acerca da boa relação que o vereador João Bosco Vaz tem com outros vereadores na Câmara Municipal. No Quadro 3, a seguir, trago exemplos disso.

¹⁰⁹ No site da Prefeitura, no link que direciona para a página do projeto, aparece a seguinte descrição: “Esporte Dá Samba – A escola de samba mirim Esporte Dá Samba foi fundada em 2005 pelo então secretário municipal de Esportes, Recreação e Lazer, João Bosco Vaz. A escola tem o propósito de desenvolver e manter uma escola de samba formada por crianças de cerca de 70 comunidades envolvidas nos projetos sociais da SME. Crianças com deficiência também integram sua bateria. Esse programa promove a inclusão social pelo esporte e pela cultura, com o objetivo de uma integração maior com o Carnaval da capital”. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?p_secao=172. Acesso em: 3 out. 2020. Também, no site da Prefeitura, destaco a matéria “Esporte Dá Samba, a participação democrática das crianças no Carnaval da cidade”, que aborda a criação do projeto e seus objetivos. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?reg=1&p_secao=172. Acesso em: 3 out. 2020.

Quadro 3 – Manifestações de vereadores nas sessões 46.^a e 65.^a da Câmara Municipal

Vereador	Manifestação na 46.^a Sessão Ordinária – 25 de maio de 2017
Dr. Thiago	Ver. João Bosco Vaz, V. Exa. falou da necessidade de votos, quero-lhe dizer que precisa apenas de mais 18 votos, porque o meu o senhor tem (p. 25).
Airto Ferronato	Faço questão de estar aqui para falar em meu nome e do Ver. Paulinho Motorista, do PSB, para dizer, meu caro Bosco, que pode contar com mais dois votos, nós vamos votar favoráveis (p. 26).
Vereador	Manifestação na 65.^a Sessão Ordinária – 12 de julho de 2017
Cláudio Janta	A nossa emenda construída por vários Pares desta Casa, que não estão ideologizando a questão do esporte, porque pediram para o Bosco tirar a emenda dele, e a emenda dele tira todos os apoios que aqui estão – pediram para tirar a emenda dele! Ele tirou! Nós o convencemos a construir novamente tudo que foi construído aqui, e ela garante a política do esporte, garante na base, nas comunidades e a sua receita. [...] E ela garante a política do esporte e os recursos públicos, garante a aula que o Ver. João Bosco nos deu sobre como conseguir pegar três mil jovens da periferia, dando tênis e dignidade para essas crianças, fazendo com que essas crianças tenham uniforme e gosto pelo esporte (p. 33).
Dr. Thiago	Mas quero dizer também, Ver. João Bosco Vaz, que eu lhe pedi que não tirasse a sua emenda, na Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. é o grande estimulador, assim como Ver. Tarciso, do esporte, como fator inclusor do jovem. V. Exa. tem um trabalho de anos à frente da Secretaria do Esporte. E V. Exa. tinha os votos para fazer com que essa emenda fosse aprovada na CCJ e viesse ao plenário. V. Exa. tinha os votos, eu havia lhe garantido os votos. Mas, infelizmente, por entendimento errado de outros Vereadores, que acabaram fazendo com que isso não ocorresse, acabaram estimulando a retirar a emenda que também é sua (p. 41).

Fonte: Porto Alegre (2017d, 2017e)

A 46.^a Sessão Ordinária não se tratava de uma votação, mas muitos vereadores anunciaram sua posição. Nas duas manifestações apontadas no Quadro 3 ocorridas nessa sessão, podemos observar que os vereadores, ao manifestarem seu voto a favor da manutenção da SME, demonstram apoio ao João Bosco. Nas manifestações destacadas da 65.^a Sessão Ordinária, em que ocorreu a votação que extinguiu a SME, os vereadores deixam claro o seu apoio ao vereador.

É possível afirmar, então, que o projeto do vereador João Bosco Vaz tinha mais apoio na Câmara Municipal do que o projeto da vereadora Sofia Cavedon. Em contrapartida, o projeto da vereadora Sofia Cavedon, eleita com 9.670 votos em 2016¹¹⁰, encontrava mais apoio nas comunidades organizadas, tal como no movimento #SomosTod@sSME, comparativamente.

As negociações do projeto do vereador João Bosco Vaz não ficaram apenas na esfera do Legislativo. Tanto a carta que ele enviou ao prefeito, citada

¹¹⁰ O total de votos dos vereadores eleitos em 2016 para a Câmara Municipal de Porto Alegre pode ser conferido na matéria do site G1 disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2016/noticia/2016/10/fernanda-melchionna-e-vereadora-mais-votada-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 3 out. 2020.

anteriormente, quanto a sua visita ao Paço Municipal, como explica o próprio vereador a seguir, configuram um movimento no sentido de fortalecer os seus possíveis votos na Câmara Municipal.

O Sr. Prefeito mandou me pedir um relatório sobre o trabalho da SME. Eu enviei a ele este relatório. Passados uns dias, ele me convidou para uma reunião. Eu disse a ele: eu vou, mas vou levar mais cinco Vereadores, porque a nossa conversa tem que ter testemunhas. Foram comigo os Vereadores Cassiá Carpes, Tarciso Flecha Negra, Mauro Pinheiro, Matheus Ayres e Mendes Ribeiro. Lá, conversamos com o Sr. Prefeito durante duas horas; só eu falei por uma hora e meia, mostrando para ele os projetos, mostrando para ele o trabalho, dizendo que ele não vai economizar em nada, porque ele tirou o Secretário e o Adjunto – que são dois – e colocou três lá. São três lá. Tem R\$ 1 milhão para investimento no ano todo. Quando eu fui Secretário, havia 120 professores; hoje são 83, que são concursados. Tudo isso nós mostramos para ele. Ele ouviu tudo, escreveu tudo, mas o homem é difícil; ele mantém a posição dele. E, frente a essa posição intransigente, nós vamos para o voto. Precisamos aqui de 19 votos. Ainda não temos os 19 votos, mas estamos a caminho de tê-los. Nós temos conversado com os Vereadores, mostrado aos Vereadores. Porque, de uma forma ou de outra, aqui, cada Vereador tem uma participação na área do esporte, lazer e recreação. Por exemplo, os dois Vereadores do PRB, o Ver. José Freitas e o Ver. Alvoní Medina, têm um trabalho fantástico com a terceira idade; então, é provável que votem conosco. Outros Vereadores como, por exemplo, o Ver. Cassiá Carpes, que vai falar depois, faz parte da base do Governo, vai votar conosco. (Palmas.) Não é pelo fato de ele ter sido jogador de futebol, ter sido treinador campeão pelo Grêmio, pelo Inter, jogou no Santos, mas, pela sua visão, sabe da importância que tem a atividade esportiva. A SME hoje, espalhada, é um grande clube de convivência. Então, o que nós estamos fazendo? Tentando convencer os Vereadores que ainda estão em dúvida. Estamos quase que chegando a esses 19 votos, é provável que logo à frente nós tenhamos esse apoio. E nessa conversa, nós precisamos – e já repassamos dados – que os Vereadores se apropriem melhor de tudo isso que nós estamos fazendo. Muito obrigado, Sr. Presidente (PORTO ALEGRE, 2017d, p. 18).

No discurso, João Bosco Vaz argumenta que muitos vereadores “vão votar conosco”. A interpretação dessa fala é que “muitos vereadores vão votar com ele”. O voto, considerando o sentido do jogo político, ocorre pelas alianças que o parlamentar é capaz de formar. Assim, o político que tem “bom trânsito”, que é o caso do referido vereador, consegue mobilizar mais apoio entre os seus pares, seja para votar com ou votar contra alguma pauta. Essa análise concorda com o que diz Kuschnir (1999, p. 56) quando aponta que

o cenário das discussões que antecedem a votação de certos projetos de lei está longe de ser pacífico. Ao contrário, a Ordem do Dia – como é chamada a pauta dessas votações – instaura um período de confrontos e acusações entre os vereadores. A cada instante, tem-se a consciência de que o voto de um influencia a aprovação do projeto e do voto do outro, e aos poucos vai se criando uma rede de dependências mútuas.

A autora ainda chama a atenção para o fato de que, “na prática, porém, observa-se que a maioria dos vereadores vota levando em conta a posição de suas alianças e não o conteúdo do projeto, ainda que nos discursos tudo se passe de maneira inversa” (KUSCHNIR, 1999, p. 66).

A mediação promovida pela Sofia Cavedon se deu, principalmente, com o movimento #SomosTod@sSME e a possibilidade de extinção da Secretaria, que acabou se confirmando. Talvez se possa comparar esse tipo de mediação com aquela descrita pela antropóloga Karina Kuschnir como “ideológica”, por ter sido materializada por uma vereadora do tipo ideológico mediando os anseios de um público “ideal”. Considerando o “pedido de auxílio” do movimento, não se chegou ao resultado esperado, pois a Secretaria foi extinta. No entanto, se analisarmos o projeto da vereadora Sofia Cavedon, percebemos que ele teve ganhos expressivos, pois mobilizou um grande grupo de pessoas no sentido de ampliar sua consciência de participação política ao se envolver nas diferentes mobilizações que ocorreram durante o processo de extinção. Além disso, apesar de não ser uma expectativa de um vereador do tipo ideológico, a Sofia Cavedon destacou-se na cena política, conseguindo se eleger como deputada estadual com um total de 32.969 votos em 2018, sendo 23.983 em Porto Alegre.¹¹¹ Inclino-me a pensar assim porque o papel dos parlamentares possibilita um lugar

onde certos indivíduos, participando de diversas alianças, atuam como mediadores entre grupos que não teriam oportunidade de interagir sem sua interferência. Em ambos os casos, os benefícios não são apenas para as partes mediadas, mas também para aquele que promove a negociação. Pelo fato de ocupar uma posição estratégica, o mediador pode influenciar diretamente na qualidade da relação, no sentido de adequar a posição das partes à sua própria possibilidade de atendê-las, e, com isso, obter também benefícios para si próprio (KUSCHNIR, 1999, p. 48).

O caso do Bosco, pelo menos no que pude observar, se trata de uma mediação de um tipo diferente. Anteriormente apontei o tipo assistencialista, que, como explica a autora, considera a complexidade que envolve a atuação parlamentar. Levando em conta o contexto de negociações da atuação do vereador João Bosco Vaz, utilizarei o termo assistencialista/pragmático para me referir ao seu tipo de atuação, especialmente pelo pragmatismo que pude interpretar nas suas estratégias. Nesse

¹¹¹ O total de votos obtidos por Sofia Cavedon em sua candidatura a deputada estadual pode ser conferido em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/rs/deputado-estadual/sofia-cavedon-13400/>. Acesso em: 4 out. 2020.

sentido, há diferenças do tipo de atuação que o vereador materializa comparativamente ao tipo de atuação da vereadora Sofia Cavedon. Segundo Kuschnir (1999, p. 10),

embora as diferenças entre os parlamentares possam superar os pontos em comum, a busca por uma valorização do seu papel motiva alianças e acordos para promover o prestígio da Câmara Municipal, revelando a existência de uma cultura institucional. [...] A valorização da proximidade com o eleitor é um de seus códigos básicos, implicando uma atuação parlamentar voltada para a atividade mediadora em diversos níveis – no plano material, o vereador presta serviços e troca bens de todos os tipos; no plano cultural, pode atuar no sentido de interpretar e traduzir diferentes visões de mundo e percepções da realidade.

Assim, entendo que o vereador João Bosco Vaz também desenvolveu o papel de mediador e, ao analisar o seu projeto nesse processo, posso afirmar que ele também teve ganhos expressivos. Para o parlamentar, que detinha bastante apoio entre seus pares na Câmara Municipal e pouco entre os eleitores, comparativamente à vereadora Sofia Cavedon, a extinção da SME por meio da votação no plenário configurou-se como uma vitória do seu projeto. Não quero dizer que figurava no projeto do Bosco a extinção da SME; esse projeto era o do governo. O que quero dizer é que a aprovação da Emenda n.º 1 via votação no plenário, que garantiria a não extinção da SME, representaria a vitória do projeto da vereadora Sofia Cavedon, pois aquele espaço fora tomado tanto pelas pessoas que buscaram a mediação por meio da parlamentar quanto pelas dramatizações da vereadora, que, na tribuna, mobilizava as manifestações da plateia a seu favor. Por outro lado, a extinção da SME por meio da votação no plenário constituiu-se em uma dupla vitória ao projeto do Bosco: ao mesmo tempo que o projeto da Sofia sofreu uma derrota, o Bosco mostra que detém apoio dos seus pares ao governo, ampliando o campo de possibilidades de negociações na relação com o chefe do Executivo e firmando-se com certa liderança entre os parlamentares.

Como vimos, após retirar a Emenda da Comissão de Constituição e Justiça, o vereador João Bosco Vaz torna público o seu “não apoio” à manutenção da SME. Sua capacidade de reunir votos de outros parlamentares foi tão substantiva que, mesmo votando pela manutenção da SME, os vereadores que estavam com ele votaram contra, seguindo o que fora acordado com a mensagem retificativa do prefeito que incluía a palavra “esporte” no nome da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Uma hipótese possível a partir dessa análise é que, se o movimento #SomosTod@sSME não tivesse se envolvido nas negociações na Câmara Municipal, o projeto do governo que extinguiu a SME teria que ser mais negociado com os vereadores, talvez abrindo espaço para a não extinção da SME ou para a proposição de uma outra secretaria como sugerido pelo vereador João Bosco Vaz na carta que enviou para o prefeito. A análise desenvolvida aqui sobre os diferentes ganhos que os projetos dos vereadores Sofia Cavedon e João Bosco Vaz obtiveram nos mostra que tinham um potencial de metamorfose diferente se compararmos com o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos dos professores. Sobre essa interpretação, Gilberto Velho nos ajuda explicando que

não estamos lidando apenas com contextos sociais diferentes, mas com distintos planos e níveis de realidade socialmente construídos. Parece-me que esta percepção é fundamental para uma teoria da cultura mais sofisticada. Faz parte da competência normal de um agente social mover-se entre províncias de significado e ser capaz de passar, como vimos, do mundo do trabalho para o reino do sagrado. Mas as fronteiras entre essas províncias podem ser mais tênues ou singelas e os trânsitos menos solenes e pomposos. Essa permanente latência implica o que poderíamos chamar de potencial de metamorfose, distribuído desigualmente por toda a sociedade. O repertório de papéis sociais não só não está situado em um único plano, mas sua própria existência está condicionada a essas múltiplas realidades. Com isso, talvez possamos escapar de falsos problemas ditados por uma visão linear da experiência sociocultural (VELHO, 1994, p. 29).

Assim, os projetos individuais, tais como os projetos dos vereadores, têm um maior potencial de metamorfose comparativamente ao Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos dos professores, por exemplo. Uma das características que sustentam essa hipótese é o fato de que o potencial de metamorfose precisa de uma negociação/adaptação/flexibilização. O agente político exerce esse potencial cotidianamente, nas negociações que ocorrem no desempenho da sua função (KUSCHNIR, 2001). Além disso, dependem mais da sua tomada de posição individual do que de uma negociação coletiva para adaptar/flexibilizar seu projeto. Não quero dizer que há plena autonomia, pois o político participa de uma rede de interdependências, mas, em comparação aos professores do Esporte, eles são mais autônomos. No caso dos professores, suas negociações cotidianas são mais restritas ao universo social do Esporte e, nesse sentido, há um campo de possibilidades mais restrito a ser vislumbrado. Além disso, na relação com seus pares, a rede de interdependências é menos flexível, fazendo com que as tomadas de decisão

dependam mais das ações coletivas, o que diminui o potencial de metamorfose dos professores.

Após a aprovação da Lei que extinguiu a SME, foi perceptível uma sensação de desânimo e de derrota nos professores que acompanharam a sessão da Câmara. Foram vários meses de envolvimento e, em determinado ponto desse percurso, o movimento havia conquistado o apoio político necessário para a manutenção da Secretaria. Algumas manifestações em entrevistas deixam esse sentimento claro, como nos excertos a seguir:

Ai, eu saí chorando de lá. Não que eu não soubesse... É muito louco, porque tu sabe que eles são assim. Mas a esperança é a última que morre, tu sempre.... E nós tínhamos todos os votos. E tu vai ali, a gente conseguiu a muito custo que o Tarciso [Tarciso Flecha Negra – PSD] assinasse. Acho que ele foi uma boa pessoa mesmo, pelo que ele falou tu vê que ele tem o coração ali. Teve o Carús [André Carús – PMDB] também, que ia assinar e não assinou; o Cassiá [Cassiá Carpes – PP], que deu assim pra trás assim, achando que era o melhor, na verdade só mudaram uma letra e [...]. (ENTREVISTA, 09/11/2017).

Diz que a gente tomando porrada aprende mais rápido, então acho que foi o que aconteceu comigo, e com todos os professores, porque, quando termina aquela sessão e as pessoas se abraçam e choram ali fora, é duro (ENTREVISTA, 10/10/2017).

O que restou aos professores que estavam envolvidos com a defesa da SME, especialmente aqueles que atuaram com mais intensidade no movimento #SomosTod@sSME, foi a sensação de que o seu Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos haviam sido, junto à Secretaria, extintos.

5 CAMINHOS PARA CONTINUAÇÃO: TENSÕES E NEGOCIAÇÕES NO ESPORTE

Apesar da mobilização social em favor da manutenção da SME, ela foi extinta. Na disputa que ocorreu, de acordo com a análise aqui apresentada, o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte não conseguiram se sustentar na disputa política travada entre os projetos dos vereadores citados no capítulo anterior. Como observei, o Projeto do Governo se sustentou no Legislativo, ganhando a oportunidade de operar na esfera do Executivo, ou seja, como materializador das políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre. Para avançar na análise com que esta pesquisa se compromete, cabem algumas questões sobre o Projeto do Governo considerando que agora ele começa a ser implementado no cotidiano – ou deveria ser. No capítulo anterior, apresentei uma noção do que seria o Projeto do Governo Marchezan em um sentido mais amplo. Aqui devo perguntar: como se constitui o Projeto do Governo Marchezan para o esporte e para o lazer do município de Porto Alegre após a extinção da SME?

Além disso, outra delimitação se faz necessária, pois o Projeto do Governo não é implementado diretamente pelo prefeito Marchezan. Nas análises acerca dos projetos dos vereadores no capítulo anterior, por exemplo, utilizei os próprios vereadores como personagens das reflexões desenvolvidas. Já no caso do Projeto do Governo, trata-se de algo mais complexo, envolvendo muitos atores, que, além disso, têm um certo grau de agência. Nessa direção, também pergunto: quem são as pessoas que operam o Projeto do Governo no que se refere ao esporte e ao lazer e como se dá essa agência?

Assim como o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, entendo que o Projeto do Governo não é homogêneo e provavelmente figura com menor tradição que o projeto do grupo do Esporte. Entretanto, pela posição hierárquica desse projeto, ele se sustenta a partir de relações de poder muito mais vigorosas que aquelas existentes no Esporte. Apesar de se chamar Projeto do Governo, no singular, considero-o, a partir de pressupostos, também um projeto construído coletivamente.

Em conflito e negociação com o Projeto do Governo, figura o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. Mas este, devido à extinção da SME, é colocado em tensão. As pessoas que compartilham desse Projeto Coletivo se percebem em uma situação em que precisam negociar suas ações com o novo Projeto do Governo, que foi aprovado na esfera Legislativa. Assim, cabe perguntar às

peçoas: o que se altera com esse Projeto do Governo? Essa possível mudança, essa provável alteração no Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte pode ser pensada a partir da noção de metamorfose.

A diversidade de contextos, a amplitude de uma série de questões como a da metrópole, a multiplicidade e descontinuidade entre domínios e províncias de significado, levaram à formulação da noção de metamorfose, que procura dar conta da singularidade dessas experiências. O repertório simbólico e o campo de relações sociais, simultaneamente, possibilitam e estimulam mudanças drásticas no desempenho dos referidos papéis. Ou seja, as mudanças de contexto e de domínio produzem situações em que o indivíduo altera de modo bastante significativo não só suas atividades no mundo prático, como sua própria autorrepresentação (VELHO; KUSCHNIR, 2001, p. 81).

Nesse sentido, considerando que há um processo de negociação com o Projeto do Governo, cabe perguntar: como se configura o potencial de metamorfose do Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte? Afirmo, então, que existe um conflito entre os referidos projetos. Mas por que razão, se o Projeto do Governo venceu na disputa que ocorreu no Legislativo? Talvez seja mais um ponto de reflexão que esta tese pode abordar: o que ocorreu no processo de extinção, como vimos, foi a disputa de dois (ou mais) projetos na esfera do Poder Legislativo, os projetos dos vereadores. O debate sobre a manutenção ou não da SME se apresentou como uma oportunidade para os projetos dos vereadores. Assim, mesmo após essa “vitória” na esfera Legislativa, ainda é necessário negociar esses projetos na esfera do Poder Executivo, que é onde as políticas públicas de esporte e de lazer são implementadas.

O que eu quero dizer é que há uma certa interdependência entre as pessoas do governo e as pessoas do Esporte. Para os primeiros implementarem suas políticas no campo do esporte e do lazer, eles precisam dos segundos. E os segundos, por serem “servidores públicos”, dependem da gestão que os primeiros fazem dos recursos de diversas naturezas que circulam no serviço público.

Com isso, surge um novo campo de possibilidades em que as pessoas interessadas em diferentes projetos vão interagir, por meio de conflitos e de negociações, com os seus projetos no horizonte. Considerando esse cenário, pretendo responder à seguinte questão: como se dá o processo de negociação entre as pessoas que buscam dar continuidade ao Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte e as pessoas que buscam implementar o Projeto do Governo? Mas antes de tecer reflexões a partir dessas questões, vou abordar algumas instabilidades que

foram potencializadas e produzidas tanto pelo processo quanto pela própria extinção da SME.

5.1 INSTABILIDADES PRODUZIDAS PELA EXTINÇÃO

A extinção da SME trouxe à tona uma série de instabilidades ao Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte para materializar as políticas públicas de esporte e de lazer em Porto Alegre. É importante salientar que esse conjunto de instabilidades não surgiu somente pela extinção da Secretaria; grande parte das preocupações, das carências e das precariedades, que são comuns no contexto dos serviços públicos, já habitavam o cotidiano dos professores. Contudo havia alguma segurança de que esse conjunto de preocupações, carências e precariedades pudesse ser superado ou, pelo menos, de que havia uma mediação para que, mesmo nesse contexto, as condições ao oferecimento dos serviços existissem, proporcionando, também, alguma segurança para a continuidade do Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte.

Em síntese, posso apontar que uma das razões dessa segurança que existia estava ancorada na estrutura que dava suporte ao trabalho desenvolvido no Esporte. Esse apontamento corrobora as conclusões de Mertins, Myskiw e Sanfelice (2016, p. 96), que observaram “o anseio pela conquista e institucionalização de uma maior estrutura no aparato burocrático”. Aponto que isso que denominamos estrutura, no cotidiano da extinta SME, não consistia apenas em um organograma e setores. Essa estrutura, pelo menos no universo particular da SME, era a garantia de um espaço de mediação para os professores em diversas situações em que seus campos de possibilidades pareciam esgotados. Assim, a extinção da SME colocou em risco a possibilidade de algum espaço de mediação, produzindo uma noção de instabilidade que partiu das muitas preocupações, carências e precariedades que faziam parte do cotidiano do trabalho – mas que não se encerrou nelas.

Um conjunto do que compõe as preocupações, carências e precariedades foi investigado por Stigger e colaboradores (2019)¹¹², no artigo *Investimentos e desinvestimentos nas políticas públicas de esporte e lazer em Porto Alegre: da criação da SME até a sua extinção*. Nesse estudo os autores apontam que, no período de

¹¹² Este estudo, do qual participo como coautor, contou com os dados produzidos no desenvolvimento desta tese.

existência da SME, houve avanços e retrocessos no que se refere às políticas públicas de esporte e de lazer em momentos distintos da sua história. Enquanto no início da Secretaria houve um investimento na ampliação das Unidades Recreativas, a ampliação no quadro de professores para atuar nesses espaços não acompanhou tal avanço. Posteriormente, quando houve uma ampliação no quadro de professores, o aumento dos recursos financeiros para manutenção e aquisição de materiais para as atividades não ocorreu. Os autores também constataram um desinvestimento na equipe de apoio, que são os servidores que atuam na manutenção e confecção dos equipamentos esportivos e de lazer. O estudo nos mostra que existe um processo de precarização no serviço público de esporte e de lazer em Porto Alegre ocorrendo desde a criação da SME, atravessado por momentos de avanços em algumas frentes de ação concomitantes com alguns retrocessos em outras.

Nesse contexto de instabilidades, proponho um exercício de análise dividindo esse conjunto de preocupações em duas esferas: as instabilidades da estrutura material e as instabilidades da estrutura funcional. A estrutura material diz respeito aos investimentos financeiros na aquisição de materiais esportivos, de limpeza e de manutenção, nos investimentos em reformas e conservação das Unidades Recreativas, na contratação de pessoal de limpeza terceirizado e nos investimentos necessários para a continuidade de projetos que dependem de certos recursos, tais como passagens de ônibus, alimentação, materiais, etc. A estrutura material, então, está relacionada ao “dinheiro” que a Secretaria gasta para funcionar além daquele gasto com o pagamento dos servidores públicos. Já a estrutura funcional diz respeito aos acordos existentes entre “patrão e empregado”, ou seja, entre governo e servidores concursados. No caso da SME, como vimos no capítulo 3, havia “acordos” que não eram oficiais, mas informais, e orientavam a forma como os professores e funcionários deveriam organizar o seu trabalho. Um tipo de regra que chamei de “é assim que isso funciona aqui”. A extinção da SME fez com que fossem rompidos esses acordos.

Após a extinção, houve um período de “negociação da realidade”. Sem esses acordos informais, muitas formas de viabilizar o trabalho desenvolvido no Esporte ficaram inviáveis. As principais preocupações acerca da estrutura funcional que estava em risco versaram em torno das rotinas de trabalho dos professores e funcionários concursados (horários, horas de planejamento, banco de horas, hora extra, recessos, etc.), da estrutura administrativa que substituiria a SME e da

manutenção dos professores cedidos da SMED, que era uma articulação entre o secretário do Esporte e a secretária da Educação.

Com isso, essa noção de instabilidade, que já fazia parte do serviço público a partir dos desinvestimentos na estrutura material, potencializou-se com o acréscimo da instabilidade acerca da estrutura funcional, algo que antes da extinção da SME não circulava nos diálogos e no cotidiano dos professores e funcionários do Esporte. Esse cenário de instabilidade foi fomentando inúmeras situações de tensão e conflitos entre, principalmente, professores e CCs (como representantes do governo).

A estrutura que era denominada Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME) passou a ser chamada, logo após a extinção, de Diretoria de Esportes (Diresp), que compõe a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE). Entretanto, esse não foi o nome definitivo: com a primeira publicação do organograma da SMDSE, em novembro de 2018, a Diresp passou a se chamar Coordenadoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer (CGERL); e, alguns meses depois, a CGERL teve seu nome alterado para Diretoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer (DGERL). Considerando que no período em que eu estive em campo produzindo dados para esta pesquisa o setor do Esporte na estrutura administrativa da Prefeitura de Porto Alegre foi mudando de nome, vou utilizar a denominação que estava em uso no período referido.

5.2 TENSÕES, CONFLITOS E ACUSAÇÕES: APRESENTANDO PROJETOS

Como abordei anteriormente, após a extinção da SME, pelo menos dois projetos seguiram em conflito no processo de materialização das políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre: o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte e o Projeto do Governo. O primeiro tema que pretendo abordar refere-se à pergunta: como se constitui o Projeto do Governo Marchezan para as políticas públicas de esporte e de lazer do município de Porto Alegre após a extinção da SME? Essa questão não figura apenas no texto desta pesquisa; ela circulava e era manifestada em diferentes momentos no cotidiano da Diresp.

Os professores conheciam o Projeto do Governo “mais amplo”, aquele abordado no capítulo anterior, vivenciado durante o processo de extinção. Já o projeto para o esporte era desconhecido, despertando curiosidade, principalmente pelo fato

de que na Diresp foram lotados três diretores em cargos de confiança, sendo dois vinculados ao PSDB e outro vinculado ao PP.¹¹³

Antes de prosseguir, retomo que o prefeito Marchezan foi eleito em 2016 e assumiu a gestão do município no dia 1.º de janeiro de 2017. Na 2.ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, em 2 de janeiro de 2017, os cargos de secretário e secretário adjunto do Esporte foram extintos. Mesmo com o processo de extinção da SME em andamento, a gestão da Diresp já figurava dentro da SMDS naquela época, que apenas após a extinção passou a ser chamada de SMDSE. Contudo, durante todo o ano de 2017 até março de 2018, a secretária do Desenvolvimento Social e Esporte não participou de nenhuma reunião com os professores que atuavam na Diresp, não fez nenhum movimento de aproximação, marcando, com isso, uma fronteira entre a gestora da pasta e o setor do Esporte.

Os diretores da Diresp estavam em um lugar de possível mediação; ou pelo menos em um lugar em que poderiam aproximar o Projeto do Governo para o Esporte dos professores. No entanto isso não ocorreu; contrariamente, não se estabeleceu um espaço de comunicação capaz de proporcionar alguma aproximação com os professores, e menos ainda com aqueles que se encontravam sistematicamente nas reuniões semanais. Na interpretação dos professores, não existia um Projeto de Governo para o Esporte, e isso se confirma ao analisarmos a proposta apresentada para as eleições de 2016, na qual a palavra “esporte” consta duas vezes no documento de 16 páginas: em uma das propostas do contraturno escolar e em uma proposta de manutenção dos equipamentos esportivos das escolas. Já a palavra “lazer” consta apenas uma vez, quando se refere às políticas públicas no tópico “Proteger a saúde”, sendo o lazer uma possibilidade de atendimento aos idosos quando articulado com a educação, com a assistência social e com a cultura (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2016). Ou seja, as políticas públicas de esporte e de lazer não aparecem na proposta do governo.

Para ilustrar como se constitui a noção de Projeto do Governo para o Esporte, vou descrever um dos primeiros encontros da secretária interina do Desenvolvimento Social e Esporte Elise com os professores, que ocorreram em março e abril de 2018.

¹¹³ No final do ano de 2017, o diretor vinculado ao Partido Progressista (PP) pediu exoneração e foi substituído em 2018 por outro diretor também vinculado ao PP. Os dois foram candidatos ao cargo de vereador nas eleições de 2016, entretanto não foram eleitos, mas ficaram como suplentes na Câmara Municipal.

Esse encontro se deu, pelo menos, com o atraso de um ano. Além de apresentar nas entrelinhas o Projeto do Governo, pretendo destacar que, nesses encontros, os professores também buscaram deixar claro os seus projetos, possibilitando uma certa negociação da realidade.

5.2.1 Quando a secretária interina visita o Esporte

Desde o início da gestão do governo do prefeito Nelson Marchezan Júnior, os professores solicitavam a presença da secretária do Desenvolvimento Social em alguma reunião de professores. Na lógica dos professores, não era de se esperar menos, pois, ao longo dos 23 anos da SME, na primeira reunião geral dos professores que ocorria no mês de março, o secretário da pasta sempre comparecia. No período em que estive na SME, a presença do secretário no Ginásio era frequente. Era possível encontrá-lo em dias de diferentes reuniões, mas também em outros momentos em que ele passava pelo Ginásio para tratar de algum assunto com o diretor Fonseca, com a coordenadora do Ginásio ou com a presidenta da Associação, por exemplo. Havia uma proximidade do gestor da pasta com as Unidades Recreativas, seus professores e seus usuários. Essa presença do chefe da pasta do Esporte com a comunidade do Tesourinha, usuários e servidores, produzia a percepção de proximidade com a política, proximidade com a gestão.

O ano de 2017 foi passando, a SME foi extinta, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ganhou o Esporte no seu nome, mas a secretária Pâmela não apareceu em nenhuma reunião dos professores. No mês de outubro de 2017, Pâmela pediu exoneração do cargo. E Elise assumiu as funções do cargo como secretária interina.¹¹⁴

No dia 12 de março de 2018, a chefe da pasta de Desenvolvimento Social e Esporte participou da primeira reunião de professores desde o início do governo do prefeito Nelson Marchezan Júnior. Os professores, de um modo geral, entendiam esse

¹¹⁴ Elise esteve na condição de secretária municipal interina de Desenvolvimento Social e Esporte de outubro do ano de 2017 até 4 de dezembro de 2018, quando foi nomeada como secretária da pasta a contar de 20 de novembro de 2018. Em 27 de dezembro de 2018, Elise anunciou sua exoneração alegando motivos pessoais e no mesmo período o governo anunciou que nomearia a vereadora Comandante Nádia para o cargo. Segundo matéria publicada no jornal *Zero Hora*, “o seu nome foi indicado pelo partido, quando o diretório municipal do MDB decidiu, em 19 de dezembro [de 2018], ingressar na base aliada de Marchezan”. A notícia na íntegra está disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/12/comandante-nadia-assumira-secretaria-no-governo-marchezan-cjq77tcuh0nzh01rxnhatenad.html>. Acesso em: 23 dez. 2019.

afastamento como algo negativo. Sentiam-se preteridos enquanto trabalhadores da SMDSE. E esse sentimento acompanhou os professores nesse primeiro encontro. Entretanto, havia uma grande expectativa para esse encontro por parte da professora Luciana¹¹⁵, que assim disse: “Vamos torcer, podemos ter encaminhamentos...”. Isso ocorria devido às possíveis mudanças na vida funcional dos professores, o que estava produzindo uma tensão.

A reunião estava agendada para iniciar às 8h, mas inúmeros fatores culminaram no atraso desse início. Eu cheguei ao Ginásio Tesourinha às 7h50min. Os portões ainda estavam fechados, pois o funcionário que tem as chaves inicia seu turno de trabalho apenas às 8h. Anteriormente, havia o plantão da Guarda Municipal durante 24 horas por dia, que ficava de posse das chaves do Ginásio e responsável pela abertura a partir das 7h. Desde o início dessa gestão, porém, esse plantão ficou infrequente.¹¹⁶ Nesse dia não havia guarda no turno da noite; assim, os portões foram abertos pelo funcionário às 7h55min, hora em que ele chegou para o seu turno de trabalho.

Havia cerca de 12 professores aguardando a abertura dos portões, pois todos deveriam bater o ponto às 8h. Assim que os portões foram abertos, todos se deslocaram para o relógio-ponto, formando uma fila de professores e funcionários. O aparelho não estava funcionando bem, então se gastavam algumas dúzias de segundos para cada servidor conseguir registrar sua presença no trabalho. Apareciam mensagens de erro no registro das digitais, o que exigia iniciar o processo novamente, passando o crachá e tentando registrar a digital. O assunto na fila do ponto girava em torno de estratégias para que o relógio registrasse com rapidez a digital. Alguns argumentavam que, ao ter falha no registro, o servidor deveria dar a vez. Os professores e funcionários lotados no Ginásio reclamavam que segunda-feira era sempre assim, e eles acabavam registrando seu horário de entrada no trabalho

¹¹⁵ A professora Luciana estava temporariamente atuando em uma gestão compartilhada com outra professora e um dos diretores na Gerência Pedagógica, mas sem a legitimidade para o cargo (ela não estava recebendo função gratificada para exercer o cargo). Estava ocorrendo um debate sobre quem deveria assumir, e a professora Luciana não era a opção da Gestão naquele momento. Posteriormente ela foi confirmada na função de gerente pedagógica, mas isso ocorreu devido a inúmeras disputas para manutenção desse cargo e com possibilidade de ação limitada se considerarmos a gerente anterior.

¹¹⁶ A retirada do plantão da Guarda Municipal do Ginásio Tesourinha foi uma das medidas que, no ponto de vista dos professores, precarizavam o serviço público. Após essa medida, o Ginásio foi arrombado em dois finais de semana em que não tinha guarda atuando no turno da noite. Além disso, faltava guarda durante o dia, o que deixava os usuários do Ginásio inseguros, principalmente nos finais de tarde e nas atividades noturnas.

sempre com atraso, sendo obrigados a permanecer esses minutos a mais no final do turno para compensar o tempo perdido.

Enquanto a fila do ponto seguia aumentando, pois a expectativa era de cerca de 80 professores nessa reunião, a professora Luciana começou a arrumar a sala 27 do Ginásio para o encontro. Ela solicitou que eu pegasse o Datashow do Ginásio emprestado. Próximo das 8h20min, a professora Luciana iniciou a reunião, embora nenhum dos diretores tampouco a secretária haviam chegado. Como responsável pelo encontro, ela iniciou com alguns informes. Cerca de 10 minutos após o início da reunião, o diretor Carlos¹¹⁷ chegou na sala, e a professora Luciana passou a palavra para ele.

Carlos, assim como a professora Luciana, estava tentando “gastar tempo” até a secretária interina chegar. Entretanto, a professora mostrou maior desenvoltura que o diretor por ela ter vínculos com os professores, ser servidora como eles e compartilhar de muitas aflições que naquele momento estavam em pauta para o grupo; já o diretor Carlos era um CC, estava atuando para o governo. Assim, houve certa receptividade, por parte dos professores, ao que ela manifestou durante os minutos em que ficou com a palavra na reunião. O Diretor Carlos, que tem um histórico de diálogos com o grupo de professores muito menos amistosos, não teve a mesma receptividade. Autorizo-me a definir a relação entre o grupo de professores com o diretor Carlos como “hostil”. Na sua fala, ele apresentou dados com um tom de prestação de contas, comemorando os cerca de 50 mil atendimentos realizados no Projeto Verão. Ele anunciou esse número como uma conquista, uma superação da gestão que ele desempenhava. Enquanto ele anunciava os dados, um colega que estava sentado em uma cadeira na fila atrás de onde eu estava falou em tom de voz médio (sem a cautela de que sua manifestação não fosse ouvida por Carlos): “Na nossa época fazíamos mais de 100 mil!”.¹¹⁸ O professor que fez esse comentário participou da equipe de gestão durante o período em que a Frente Popular administrava Porto Alegre (1989-2004).

¹¹⁷ Carlos atuava como diretor indicado pelo governo, com cargo comissionado. Foi atleta e desenvolvia eventos esportivos como uma de suas atividades profissionais. Concorreu para o cargo de vereador para a Prefeitura, mas não conseguiu se eleger.

¹¹⁸ Acessando os relatórios de atividades dos anos de 2001 a 2004 (último período administrado pela Frente Popular), os números de atendimentos no Projeto Verão foram os seguintes: 2001 – 124.303; 2002 – 141.702; 2003 – 184.018; e 2004 – 132.233. Precisamos considerar que havia oito piscinas em funcionamento no período mencionado contra cinco neste verão de 2018.

Carlos, após apresentar as conquistas do Projeto Verão, falou que solicitou, em uma reunião com o prefeito Marchezan, o retorno da SME. Recorrentemente, nas suas falas, o diretor Carlos manifestou que intercedeu em favor do retorno da SME. Interpreto essa manifestação como uma tentativa de aproximar-se dos professores. No entanto, os professores não consideravam essa proposta do diretor Carlos, até porque era algo improvável: Carlos não tinha poder (nem acesso) para propor isso e o prefeito não retomaria um assunto que tinha trazido tantos desgastes para o governo. Nessa situação em particular, me parece que ele percebeu algum grau de hostilidade enquanto falava sobre o Projeto Verão e possivelmente tenha ouvido o comentário que descrevi anteriormente.

Após, a professora Ângela, que integra a equipe pedagógica, fez um breve relato de uma reunião de que participara com a secretária em que ela havia garantido o turno de planejamento para os professores que tinham turmas de alunos. Até aquele momento, o turno de planejamento era direito de todos os professores, independentemente das funções que desempenhavam. A partir dessa perspectiva, os professores que não trabalhavam diretamente com alunos não teriam direito a horas de planejamento. Essa fala surgiu porque havia uma certa apreensão por parte dos professores acerca das suas vidas funcionais. Até aquele momento, para cada 20 horas de trabalho, os professores tinham quatro horas de planejamento não presenciais. As horas de planejamento são acrescentadas proporcionalmente à carga horária de trabalho no caso dos professores com 30 e 40 horas de trabalho nas suas matrículas.

Ainda sobre esse assunto, o professor Orlando afirmou que havia um encaminhamento, feito pela secretária, junto à Procuradoria-Geral do Município (PGM) com o objetivo de produzir uma instrução normativa sobre as horas de planejamento. Ele encerrou sua fala afirmando o seguinte: “se depender da PGM, eles sempre nos cravam!”. Em diversas reuniões ou conversas informais sobre os processos que envolviam as questões funcionais dos professores ou questões administrativas da Secretaria, o professor Orlando tecia comentários, sempre demonstrando deter conhecimento mais profundo acerca do assunto abordado. Esse posicionamento se dá devido aos acessos que o professor tinha a partir do cargo que ocupa e a partir das relações que cultivou durante o tempo que trabalha como servidor na Prefeitura.

A professora Ângela continuou falando sobre a necessidade de as Unidades Recreativas abrirem todos os dias da semana, sem fechar, por exemplo, nas sextas-feiras. Havia, então, a necessidade de os coordenadores de cada UR distribuir a carga horária dos professores sob sua coordenação de forma a garantir que as Unidades tivessem sempre um servidor concursado presente. Ela explicou que isso era necessário porque os funcionários terceirizados não poderiam ficar sem a supervisão de um servidor. Sobre essa situação, alguns professores manifestaram inconformidade. Há, segundo as suas lógicas, uma inversão da atuação do serviço que os professores do Esporte prestam: a necessidade de ter professores durante todos os turnos é devido aos funcionários terceirizados, e não para atender a população com atividades de esporte e de lazer. Alguns coordenadores argumentam que, para atender a essa orientação, teriam que deslocar os professores dos seus horários, deixando, em alguns casos, alunos de algumas turmas desatendidos. Do lado da gestão, há relatos de que muitos dos locais evitam colocar atividades nas sextas-feiras no turno da tarde, iniciando o final de semana mais cedo. Eles afirmam que essa prática ocorre há muitos anos.¹¹⁹

Essa descrição inicial apresenta a dinâmica de um dia de reunião geral dos professores, desde a entrada no Ginásio, os problemas com o ponto eletrônico, os comentários sobre a falta da Guarda Municipal, a movimentação para organizar os espaços para a manhã de reuniões, os avisos gerais até os debates acerca das mudanças no trabalho. De certa forma, muitos dos encontros de segunda-feira, quando ocorriam as reuniões, se desenrolavam de forma semelhante. Além desse sinal de recorrência, essa descrição inicial já dá pistas do conflito entre os projetos do Governo e do Esporte. Na entrada do Ginásio, a fila para bater o ponto e a espera pelo início da reunião são momentos em que as conversas colocam em evidência e acabam por reforçar as percepções coletivas sobre as medidas adotadas pela gestão.

Esse conflito também é aparente quando o diretor Carlos conversa com os professores. Há uma resistência evidente ao que o diretor apresenta. Algumas vezes ela é manifestada, como descrito antes, quando o professor fala sobre a quantidade de atendimentos realizados em outros tempos, mas em número muito maior essa

¹¹⁹ As duas pautas abordadas pela professora Ângela estavam no centro de algumas mudanças nas rotinas dos professores. Essas mudanças provocaram muitas tensões e se somaram a um conjunto de outras mudanças que foram sendo alteradas, sem muita negociação, durante o ano de 2018.

resistência é silenciosa, ela está nos olhares, nos braços cruzados, no rosto fechado, na atenção dispensada, enfim, é também uma resistência passiva.

Continuando a descrição, a secretária chegou na reunião às 8h57min. Assim que ela entrou na sala, a professora Luciana interrompeu as falas que estavam acontecendo e passou a palavra para ela. A secretária Elise fez uma breve apresentação sobre o seu currículo¹²⁰ e destacou: “Gosto de deixar a minha marca por onde passo, não gosto de passar em branco” (DC, 12/3/2018).

Assim que ela finalizou, iniciaram os questionamentos. O primeiro referiu-se à distância que a SMDSE manteve, durante o ano de 2017, dos professores que faziam parte do Esporte, considerando que desde o início da gestão, em 1.º de janeiro de 2017, a pasta do Esporte fazia parte daquela Secretaria. A Elise respondeu que isso ocorreu devido ao processo de discussão sobre a manutenção, ou não, da SME e que a secretária anterior se manteve distante até que essa decisão fosse definida. Alguns professores comentaram, em tom de voz alto, que a extinção da SME havia sido votada em julho de 2017 e que apenas naquele momento, em março de 2018, a secretária estava comparecendo em uma reunião do Esporte. A secretária interina não comentou essas falas, ainda que fossem audíveis a ela. E os professores não insistiram, ainda que tivessem a oportunidade. Havia uma certa cautela durante o encontro, provavelmente por se tratar de uma aproximação inicial. No entanto, a explicação sobre a distância que ela manteve do Esporte não convenceu os professores.

Na sequência, a secretária interina comentou que a SMDSE, pelo seu tamanho, era uma Secretaria “pesada”. Ela concluiu falando que, apesar disso, “agora ela estava organizada” (DC, 12/3/2018). Há, também, na fala da secretária, uma certa cautela ao falar sobre esses pontos. Ela transparece considerar que as pastas, que agora compõem a Secretaria, estavam desorganizadas anteriormente. Essa sensação acaba se confirmando em manifestações posteriores da Elise. Por exemplo: ela menciona que a forma como algumas Unidades Recreativas organizam a sua gestão junto às associações comunitárias não é mais possível, pois “o modo mental

¹²⁰ É mestre em Administração pela UFRGS (2002), especialista em Gestão Empresarial pela PUCRS (1995) e graduada em Administração de Empresas pela FAPA (1984). Atuou em diferentes cargos da administração pública nos níveis federal, estadual e municipal. Foi pró-reitora de ensino na Feevale. Atua como professora convidada em cursos de pós-graduação *lato sensu* na Faculdade Senac e na Fadergs.

de gestão mudou”, “mudou o rigor”, “temos que ser legalistas”¹²¹ (DC, 12/3/2018). Durante essa manifestação da secretária interina, o professor Geraldo, com um tom de voz um pouco menos cauteloso, defendeu o trabalho junto às associações. Ele disse que, sem essa parceria, algumas Unidades Recreativas não conseguiriam manter os atendimentos. A Elise respondeu que “essa informalidade não é mais possível” (DC, 12/3/2018), pois as associações estavam irregulares. Ela finalizou afirmando que, se a Unidade Recreativa não consegue funcionar sem a Associação Comunitária, ela deve fechar. Além disso, complementou sobre a irregularidade das associações, argumentando que “essas coisinhas aí a gente tem que enfrentar” (DC, 12/3/2018).

Apesar de já ser conhecida essa posição da Secretária acerca das associações comunitárias, essa manifestação na reunião ultrapassou uma fronteira delicada, pois o trabalho desenvolvido nessa política, o atendimento sistemático à população nas Unidades Recreativas, é a base do que o grupo de professores entende como a política pública de esporte e de lazer da pasta. Muitos professores investem muito do seu trabalho na construção dessa política. E a articulação com as associações comunitárias é uma parte importante das estratégias que compõem essa política. Desconsiderar a importância desse trabalho, manifestando que é preferível o fechamento da Unidade Recreativa à regularização dessa situação, é o equivalente a considerar o trabalho de grande parte dos professores irrelevante, ou seja, é afirmar que os seus projetos não têm espaço nesse novo “modo mental” de gestão. Temos que levar em conta, também, que o trabalho próximo às associações comunitárias é uma marca da gestão da Frente Popular (AMARAL, 2003; FORELL, 2014; SANTOS, 2003) – esforço esse já referido em capítulo anterior. Entretanto, no cotidiano da SME, essa forma de atuação ultrapassou a esfera político-partidária, se incorporando na forma de trabalho de professores vinculados a diferentes partidos e de professores sem vinculação partidária. Mesmo que em um primeiro momento tenha sido uma iniciativa “partidária”, essa forma de atuação foi assumida pelo coletivo de diferentes formas, constituindo o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte.

¹²¹ A crítica da secretária é sobre a forma de gerir as unidades recreativas utilizando recursos que são recolhidos pelas associações comunitárias. No ponto de vista da secretária interina, esse tipo de relacionamento não é legal.

Na sequência de sua fala, a secretária interina abordou o Prometa, que, para o Esporte, tem uma meta de 2 milhões de atendimentos¹²², e enfatizou a necessidade de atendê-la.

A Elise comentou sobre as condições dos centros de comunidade: ela reconhece que as condições dos centros são muito precárias.¹²³ Garantiu que “estamos do mesmo lado” e que “precisamos trabalhar juntos para enfrentar os desafios” (DC, 12/3/2018). Ela afirmou que o papel dela é dar condições para que o trabalho da Secretaria apareça. O professor Geraldo questionou novamente sobre como fazer o trabalho sem os recursos que chegam por meio das associações. A secretária interina respondeu que “a estrutura pública não pode ser como era antigamente” (DC, 12/3/2018). Ela afirmou que a estrutura maior de uma grande secretaria é um ganho, citando como exemplo os cortes de grama: anteriormente, quando era necessário o corte, o coordenador da Unidade Recreativa entrava em contato com o setor da Prefeitura responsável pelo serviço e negociava uma data para que fosse realizado. Ela argumenta que essa forma de resolver as necessidades das Unidades Recreativas não é aceitável e que “na informalidade depende sempre de um jeitinho para acontecer” (DC, 12/3/2018). A proposta da secretária foi fazer um convênio com a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb), estabelecendo um processo, assim o coordenador não precisaria dar “esses jeitinhos”, pois o corte estaria na agenda da SMSUrb e seria realizado no devido tempo, evitando que as praças ficassem com a grama alta.

Após essa discussão, a secretária encerrou a fala, alegando que teria compromisso. A professora Luciana combinou, na frente dos professores, um seminário interno propondo dois encontros com o objetivo de apresentar o Esporte para ela. Frente a esse convite, ela aceitou. Antes de se retirar, ela questionou a ausência do diretor Gaspar¹²⁴; vários professores falaram quase ao mesmo tempo

¹²² “Meta 34: Promover a inclusão por meio de 2,8 milhões de atendimentos nos equipamentos e eventos esportivos, recreativos e de lazer” (PORTO ALEGRE, 2017a, p. 41).

¹²³ Quando a Elise abordou a precariedade das Unidades Recreativas, ela falou: “Olhando para os nossos espaços, como essa sala, temos que reconhecer que eles são precários [...]” (DC, 12/3/2018). Essa reunião ocorreu na sala 27 do Ginásio Tesourinha, um dos espaços considerados mais qualificados do Esporte. Retomo a fala de alguns usuários, ou mesmo do ex-diretor Fonseca, que se referiam aos investimentos nesse espaço. A noção de espaço qualificado e de espaço precário diverge consideravelmente, mesmo quando se refere a um mesmo lugar, como no exemplo citado.

¹²⁴ Gaspar ocupava o cargo de diretor geral da Diresp e era o chefe do setor. No entanto, manteve-se sempre distante dos professores e parecia não ter um bom relacionamento com os outros diretores. Ele teve experiência em outros cargos de gestão que ocupou por indicação política. Seu vínculo era com um vereador do PSDB.

que não sabiam onde ele estava. A professora Simara fez questão de pedir a palavra e dizer que o diretor Gaspar nunca participou integralmente de uma reunião e que ele, como responsável pelo setor, deveria trabalhar mais próximo dos professores. A professora deixou claro o seu descontentamento e a sua desaprovação com a atuação do diretor. Ao final dessa fala, Elise, na condição de secretária interina e superior hierárquica do diretor Gaspar, solicitou a presença dele nesse seminário interno. Os outros dois diretores estavam presentes, o Carlos e o José¹²⁵, que havia iniciado no cargo há poucos dias, e foram embora com a secretária.

Após a saída da secretária, o professor Orlando falou para todo o grupo que achou o discurso muito político, que ela era muito articulada e disse para termos cuidado. Ele nos alertou argumentando que estava vivendo um cenário muito diferente daquele que ela apresentou, que os processos burocráticos estavam aumentando, que havia um engessamento nos fluxos necessários para a gestão da pasta. Em resumo, ele afirmou que parecia outro discurso.

5.2.1.1 Seminário interno da SMDSE: apresentando os projetos

Conforme acordado com a secretária interina, os professores organizaram o Seminário Interno da SMDSE. Apesar desse nome, incluindo toda a Secretaria, o seminário contava com a presença dos professores, seus diretores, a secretária interina e duas assessoras, ou seja, apenas com o “E” da SMDSE.

A reunião começou pontualmente. Pouco antes das 8h, a secretária interina, acompanhada de duas assessoras, o diretor Carlos e o diretor Gaspar já estavam presentes. O diretor José chegou à reunião às 9h30min, e também compareceu o assessor do diretor Gaspar, Ítalo¹²⁶, que chegou próximo das 10h.

As apresentações foram organizadas por local (Unidades Recreativas), por projetos (De Bem Com a Vida, Ginástica Artística, Ônibus Brincalhão, etc.) e por setor administrativo (Eventos, Manutenção, Pedagógico, Projetos Sociais, etc.). O objetivo era apresentar o que cada parte da Diresp fazia. Apesar da extinção da SME, o que se destaca é que a forma como o seminário fora organizado estava baseada na

¹²⁵ José foi indicado para o cargo alguns meses após o diretor anterior ter solicitado exoneração. Tanto ele quanto o diretor anterior eram vinculados ao PP.

¹²⁶ Ítalo atuava como assessor do diretor Gaspar. Era advogado e já atuava há muitos anos em cargos comissionados compondo equipes de gestão sempre por indicação política. Seu vínculo era com o PSDB.

“estrutura” que a SME tinha, que ainda orientava o trabalho dos professores, mesmo quase um ano após a extinção, pois ainda não tinha sido apresentada uma nova estrutura.

Na semana anterior ao encontro, a professora Luciana enviou um e-mail aos coordenadores das Unidades Recreativas e aos responsáveis pelos projetos e setores solicitando a apresentação e destacando o objetivo do encontro. Ela também encaminhou um e-mail aos professores indicando a ordem das apresentações do encontro. Estavam previstas 16 apresentações para o primeiro dia, todas das Unidades Recreativas, na seguinte ordem: Ginásio Tesourinha, Ginásio Lupi Martins, Cecores, Cecove, CEVI, Cegeb, Ceprima, Cecoflor, Cecopam, Praça Darcy Azambuja, Parque Ararigbóia, Parque Tenístico, Parque Ramiro Souto, Parque Mascarenhas de Moraes, Parque Tamandaré e Parque Alim Pedro.

Seguindo a ordem, os coordenadores de cada local apresentaram suas Unidades Recreativas. Resumidamente, os diferentes locais seguiram um roteiro que passou pelos seguintes pontos: quadro de professores (e estagiários quando aplicável); quadro de funcionários; atividades oferecidas para a comunidade; objetivo geral e específico da Unidade; organização das atividades sistemáticas e assistemáticas; e algumas imagens de aulas e eventos com a comunidade. A seguir, apresento o Quadro 4 com um resumo dos itens abordados pelas diferentes Unidades Recreativas.

Quadro 4 – Síntese das apresentações no Seminário Interno da SMDSE

Unidade Recreativa	Número de professores	Número de estagiários	Número de funcionários	Número de atividades	Informações adicionais
Ginásio Tesourinha	14 (360h) 2 (licença)	4	4 concursados 1 terceirizado 2 CCs 2 estagiários administrativos	27	12 eventos que ocorrem anualmente no calendário de atividades do Ginásio. Aagites.
Ginásio Lupi Martins	4	1	1 secretária 1 terceirizado	7	9 eventos que ocorreram no ano de 2017. Associação comunitária.
Cecores	1 coord. (40h) 2 prof. (60h)	1 + 1 voluntário ex-estagiário	1 concursado 2 terceirizados	Não apresentou	26 parceiros que utilizam os espaços da UR por meio de cedências.
Cecove	1 coord. (30h) 2 prof. (30h)	2	2	6	Associação comunitária

(continua)

Quadro 4 – Síntese das apresentações no Seminário Interno da SMDSE

Unidade Recreativa	Número de professores	Número de estagiários	Número de funcionários	Número de atividades	Informações adicionais
CEVI	4	Não abordou	Não abordou	Mostrou algumas sem quantificar	O coordenador da UR apresentou alguns vídeos utilizados nas redes sociais mostrando fotos e filmagens de atividades desenvolvidas.
Cegeb	1 coord. 3 prof.	2	2	10 Algumas atividades desenvolvidas pelos estagiários	Entre 250 e 300 alunos regulares. Cerca de 1.500 atendimentos mensais.
Ceprima	1 coord. 4 prof.	2	1 concursado	6	7 eventos internos. 3 participações em eventos externos.
Cecoflor	2	1	2 terceirizado	3	Divide o espaço físico com outras instituições. Os professores fazem a manutenção da UR.
Cecopam	6 (164h)	3	1 concursado 1 terceirizado	17	Diversos projetos desenvolvidos com a participação da comunidade.
Praça Darcy Azambuja	4	1	1 terceirizado	8	9 atividades assistemáticas
Parque Ararigbóia	8	3	1 concursado 1 terceirizado	14	Destacou as conquistas da comunidade no Orçamento Participativo. Associação comunitária. Cerca de 700 alunos e 4000 atendimentos mensais.
Parque Tenístico	1 coord. (20h) 2 prof. (40h)	1	1 concursado	2	Projeto desenvolvido com o HCPA.

(continua)

Quadro 4 – Síntese das apresentações no Seminário Interno da SMDSE

Unidade Recreativa	Número de professores	Número de estagiários	Número de funcionários	Número de atividades	Informações adicionais
Parque Ramiro Souto	6 (150h)	3	1 concursado 1 terceirizado	16	Destacaram fotos de inúmeras atividades sistemáticas e assistemáticas em diferentes espaços do parque.
Parque Mascarenhas de Moraes	1 (10h)	0	1 (5h)	2	A professora vai nas terças e quintas ao parque e divide a carga horária entre atividades e coordenação.
Parque Tamandaré	1 coord. 3 prof.	0	1 concursado	4	Necessidade de mais horas para o funcionário, pois ele abria o parque em muitas atividades de finais de semana, reduzindo a CH durante os dias em que a UR estava com atividades sistemáticas.
Parque Alim Pedro	1 coord. (40h) 5 prof. (110h)	3	1 concursado 1 terceirizado	15	15 atividades assistemáticas agendadas para 2018. Planejamento das atividades com a participação da comunidade.

Fonte: elaboração própria

Ininterruptamente, seguiram as apresentações do Ginásio Tesourinha até a do Parque Ararigbóia. Isso se prolongou até às 10h30min, quando a secretária pediu a palavra anunciando que teria um compromisso e por isso teria que ir embora, mas afirmou que as suas assessoras ficariam “anotando tudo”. Antes de sair, porém, ela falou algumas palavras. Segue a transcrição de uma parte da fala da secretária interina Elise:

O que me parece: muito se faz e não se tem muita visibilidade das coisas que são feitas. Essa grandeza do trabalho é uma questão que a gente tem que trabalhar pra que a gente consiga passar essa grandeza. A gente faz, faz, faz e é um trabalho que fica muito nos seus ambientes. Então a gente tem que ajustar uma forma de projetar o trabalho, e isso, de certa forma, é uma forma de valorizar esse trabalho quando a gente consegue externalizar e dar esse valor para o trabalho, né. E ficar mais registrado isso. Acho que isso é um trabalho que a gente tem que fazer na coordenação pedagógica, a gente precisa enxergar isso no governo, até para vocês ficarem menos suscetíveis a esses movimentos de governo, que daí fica mais registrado, fica mais visível, né. Assim como a FASC, que agora está sob a supervisão da Secretaria, também é um trabalho invisível, o de vocês também é um trabalho invisível, não tanto quanto o da FASC, que é mais invisível que o de vocês. O trabalho de vocês é visível na comunidade, me parece, naquele entorno, mas dentro do governo ele acaba ficando de uma maneira um pouco mais invisível (DC, 26/3/2018).

Nessa fala, a secretária interina Elise sustenta a narrativa de que o trabalho do Esporte é “invisível”. Aos professores, a invisibilidade soa como uma acusação, que parece ser mais do que uma visão particular da gestora, parece ser uma visão de governo acerca da política pública desenvolvida pelo Esporte. A manifestação da secretária interina gera um estranhamento nos professores pelo fato de o trabalho ser reconhecido nas comunidades, e isso a Elise confirma. Outro argumento dos professores sobre a visibilidade do trabalho é de que as atividades sistemáticas quase sempre estão com as turmas cheias e em muitas situações há filas de espera por vagas. Entretanto, parece que essa visibilidade descentralizada, perceptível nos diferentes locais onde as atividades são implementadas, não é suficiente para tornar o trabalho “visível” para os novos gestores e para outras parcelas da população. Esse trabalho, para se tornar visível, deve aparecer dentro do governo. Os professores questionam essa visão da Elise argumentando: “se a secretária, que é a representante na SMDSE mais próxima do governo, só se aproximou para olhar e para dialogar no Esporte agora, como poderia ser o Esporte mais visível?” (DC, 26/3/2018). Se o Esporte fosse uma secretaria exclusiva na estrutura do governo, ele seria mais visível?

Alguns professores argumentam que esse movimento, o de conhecer o trabalho, deveria ser do “governo que chega no novo mandato”, não dos setores que implementam o trabalho. Nessa lógica, segundo os professores: “nós não somos responsáveis por fazer propaganda do serviço para o governo, nós somos responsáveis por implementar as políticas públicas de esporte e de lazer” (DC, 26/3/2018).

A secretária interina ainda retomou a questão abordada no encontro anterior sobre o corte de grama. Ela disse que “passou um Whats” para o diretor-geral do DMLU e combinou que, independentemente de convênio, estaria colocando todas as

Unidades Recreativas na agenda de cortes de grama. Ela complementou com a seguinte fala:

Tudo que a gente puder organizar e deixar organizado, que é as coisas que incomodam a gente, a gente tem que fazer! [...] Acho maravilhoso que todo mundo dá um jeito de conseguir o fio, mas a gente pode em alguns casos comprar o fio, a gente pode se organizar para ter as coisas. E a Secretária, na Diretoria [de Esportes], tem algumas coisas que tem que andar melhor e outras tem que se comunicar melhor com o gabinete, que hoje a gente tem uma estrutura bem mais organizada (DC, 26/3/2018).

Cabe aqui um parêntese sobre o que a secretária falou: “acho maravilhoso que todo mundo dá um jeito de conseguir o fio, mas a gente pode em alguns casos comprar o fio”. Essa fala foi um recado ao coordenador de uma Unidade Recreativa que estava presente na reunião. Explico: no mês de janeiro de 2018, um dos centros comunitários foi arrombado (muitos locais ficam sem atividades nos meses de janeiro e fevereiro, pois os professores que não estão em férias são deslocados para as piscinas comunitárias). Foram roubados os ventiladores, um aparelho de som, materiais esportivos e toda a fiação elétrica do ginásio. No mês de março, com o retorno das atividades regulares, o ginásio estava sem luz, o que inviabilizava sua utilização no turno da noite e, durante o dia, havia pouca luminosidade. Segundo o coordenador do local, ele já havia conversado com os funcionários da manutenção (que fazem instalações elétricas), mas não havia material para fazer as instalações. Ele foi, então, falar com o Ítalo (assessor do diretor Gaspar), que afirmou não ter recurso para comprar a fiação, não ter de onde tirar dinheiro, logo precisaria fazer a licitação e esperar todo o processo tramitar. O coordenador da Unidade Recreativa sugeriu que eles pedissem emprestado para outro setor da Prefeitura que era liderado por um gestor vinculado ao mesmo partido deles; depois, quando a diretoria recebesse os fios, eles devolveriam. O Ítalo concordou e assim fizeram. A questão em pauta nesse “jeitinho” é que o “outro setor”, assim como o Ítalo e o diretor Gaspar, são cargos de confiança do mesmo partido. Interpreto a fala da secretária como uma desaprovação das ações do coordenador e do assessor Ítalo, assim como a concordância do diretor Gaspar, pois todos estavam presentes durante esse comentário. Mas, segundo os professores, esse “jeitinho” seria a gestão de recursos para atendimento das políticas públicas, visto que os dois são setores da Prefeitura de Porto Alegre. E essa negociação, que foi sugerida pelo professor, seria um papel dos gestores políticos para resolver as necessidades para a materialização das

políticas públicas. Já para a secretária interina, esse “jeitinho” seria gerir na informalidade.

Ao final, antes de se retirar da reunião, Elise falou que “é tanto trabalho, é tanta coisa legal que é impossível que a gente não consiga fazer alguma coisa de gestão para melhorar” (DC, 26/3/2018). Ciente de que há uma forte oposição às suas ideias, ela complementa: “Agora a gente vai se organizar, nós vamos nos aproximar e quem sabe vocês não acham legal estar nessa nova Secretaria dentro de um contexto?” (DC, 26/3/2018).

Após a fala da secretária, ocorreu o intervalo da reunião. Retornando, outros coordenadores apresentaram seus locais. Após as apresentações, iniciou-se uma discussão acerca de alguns pontos. A ausência da secretária interina nas apresentações finais foi criticada. A mesma crítica foi feita ao diretor Gaspar, que alguns minutos após a Elise sair comentou com os professores que estavam organizando o seminário que havia sido chamado e que por isso não poderia permanecer no encontro. Na interpretação dos professores, ele estava presente apenas porque a secretária interina havia exigido a participação dele no seminário. Destaco a fala da professora Simara¹²⁷ a seguir que versa sobre essas críticas:

Essa nossa apresentação é rica porque a gente, nós mostramos, depois de tudo que a gente passou, é importante que a gente mostre o trabalho, que traz a nossa autoestima, mas assim, isso está um pouco atrasado, com um atraso de um ano [...]. A cidade inteira se mobilizou pela importância do esporte, lazer e recreação, da SME, para os gestores, tá. Aí teve a tal de subida de status para ser Esporte [SMDSE]. Mensalmente nós encaminhamos as estatísticas de tudo que a gente faz. Eu esperava neste momento uma coisa de maior alinhamento [...]. Agora é preciso de um pouco mais de estreitamento. Por exemplo, eu cobre do secretário adjunto, ou diretor [Gaspar], que não está aqui. O que decide se não conhece e se não sabe? [...] A gente tem um monte de pontos pendentes e extremamente importantes, que é carga horária, que é planejamento, o horário do final de semana, que não dá para sustentar o trabalho com a vida [desorganizada] [...]. E todo o trabalho de esporte e de lazer da Secretaria, nesses meus 30 anos, ele está muito centrado nas pessoas. A estrutura, como vocês podem ver, ela está falida; as pessoas não, as pessoas estão aí! [...] Me incomoda que a secretária não estava, que o Gaspar não estava, porque eles que decidem! Como é que vão decidir uma coisa que não conhecem? Eu me interessaria muito se [o seminário] fossem dúvidas que eles tivessem e a gente trabalhasse com as coisas que estão pendentes ou não entendidas. Não quero passar quatro anos contando histórias. Ou deixem a gente trabalhar, ou vamos sentar juntos porque a gente está junto. [...] Outra questão que me preocupa muito é o organograma. Nós somos o que nisso? Eu tenho dito que nós não estamos abaixo no guarda-chuva; nós somos o Esporte e temos pelo menos um pedacinho lá em cima, pelo menos duas varetinhas! Gaspar, não dá pra ficar longe, gente! Ele que decide as coisas! (DC, 26/3/2018).

¹²⁷ Simara é professora concursada da PMPA e atua no Esporte desde a década de 1980. Por coordenar uma das Unidades Recreativas há muitos anos, é reconhecida na comunidade que frequenta, desenvolvendo um trabalho em conjunto com as lideranças comunitárias na gestão do lugar.

O trecho da professora Simara sintetiza algumas das discussões que ocorreram após as apresentações. Claramente, a professora manifesta um descontentamento frente à estratégia de “apresentar” o trabalho do Esporte para a secretária, pois “essa reunião já está atrasada um ano”, explica. Nos seus argumentos, o seminário seria para discutir alinhamentos do trabalho com orientações do governo. Simara manifesta interesse em um seminário que fosse para “tirar dúvidas” dos gestores acerca do trabalho desenvolvido. Mas, para isso, os gestores já deveriam conhecer o que é desenvolvido. Ela questiona ainda: “Como é que vão decidir uma coisa que não conhecem?” (DC, 26/3/2018).

Ainda quanto ao desconhecimento dos gestores sobre o trabalho do Esporte, a professora Simara argumenta que encaminha, mensalmente, os dados sobre os atendimentos que a Unidade Recreativa realiza. Isso, na percepção da professora, seria o suficiente para mostrar o trabalho que é desenvolvido. Sobre esse ponto podemos refletir que, talvez, essa forma de mostrar o trabalho aos gestores não seja suficiente. Mas em outros tempos era? O que mudou? Por que não é mais suficiente?

Poderíamos chamar de um “ato falho”, mas nesse caso é um “ato pensado” quando a professora Simara chama o diretor Gaspar de secretário adjunto. Ela e outros professores pressionam os gestores para se posicionar conforme a deliberação que garantiu um lugar para o Esporte na Secretaria de Desenvolvimento Social. A professora deixa clara essa visão ao falar que “aí teve a tal de subida de status para ser Esporte” (DC, 26/3/2018), mas ao mesmo tempo coloca essa deliberação em dúvida. Essa dúvida acerca do lugar do Esporte dentro da Secretaria fomenta a necessidade que o grupo de professores tem de conhecer o organograma do setor, pois o governo já estava no segundo ano e ainda não tinha apresentado a estrutura administrativa da SMDSE, quanto menos a do Esporte. Acredito que a manifestação da professora acerca do lugar que ela pretende para o Esporte está claro na seguinte fala: “não estamos abaixo no guarda-chuva; nós somos o Esporte e temos pelo menos um pedacinho lá em cima, pelo menos duas varetinhas!” (DC, 26/3/2018).

Enquanto a secretária interina sustenta que “hoje a gente tem uma estrutura bem mais organizada”, a professora Simara sustenta que precisa de definições dos gestores para organizar o trabalho, sem as quais não é possível planejar, não é possível organizar. Do ponto de vista da secretária, a gestão está organizada, mas isso não chega nos professores, deixando os serviços desorganizados. Isso, de certa forma, sustenta que o projeto do governo para o Esporte está mais centrado nos

processos administrativos do que nos serviços prestados para a população. Sobre a falta de definições que desorganiza a materialização do trabalho nas Unidades Recreativas, que é o lugar de onde a professora fala, o trecho do comentário do professor Rodrigo a seguir dá certa continuidade às percepções dos professores:

Eu gostaria de complementar o que a Simara falou para as pessoas da Diresp, que eu acho que é a primeira vez que estão participando de uma reunião nossa. [...] Tem sido falado, e não é somente aqui, agora, tem sido falado em praticamente todos os espaços. Vocês puderam ter hoje uma pequena parcela do trabalho que é desenvolvido aqui em Porto Alegre na área de políticas públicas. E também o que há 20 e poucos anos vem sendo construído aqui em Porto Alegre. E isso trocando de administração, e de outras administrações. E o que a gente tem sentido falta dessa nova administração é um projeto de política pública para o esporte, a recreação e o lazer. Nós precisamos, além do trabalho que já é desenvolvido, a gente precisa saber o que pensa a administração que hoje está em Porto Alegre. Então, eu faço mais uma vez esse apelo, pois já fiz em outros momentos. O que de fato chegou até o momento, que teve seu início no último sábado, chamado de Mexatchê, que são as semanas, que começou com as semanas das águas.¹²⁸ Eu estou enxergando esse projeto como um pingo em um oceano e sem muita localização. Então, eu pediria que fosse levado para a secretária essa insistência que eu particularmente tenho, e acho que também é uma demanda que os colegas também devem tá refletindo: qual é o papel da política de esporte e de lazer na cidade de Porto Alegre nessa administração? (DC, 26/3/2018).

Interessante que, apesar de todos os professores após a extinção da SME estarem atuando sob a gestão da Diresp, quando o professor Rodrigo diz que a “Simara falou para todos da Diresp”, ele nos mostra que não se percebe como integrante da Diresp. Ele nos mostra que existe uma fronteira entre eles (da Diresp) e o nós (do Esporte, da extinta SME). Nesse sentido ele mobiliza o trabalho que vem sendo construído há mais de 20 anos e que atravessou diferentes administrações, ou seja, mobiliza o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte.

Mas o ponto-chave que dialoga com a fala da professora Simara, que desorganiza o trabalho nas Unidades Recreativas segundo os professores, é a falta de um projeto para as políticas públicas que a Secretaria atende. Isso está claro na pergunta final do professor: “qual é o papel da política de esporte e de lazer na cidade de Porto Alegre nessa administração?” (DC, 26/3/2018).

Nesse primeiro encontro, um conjunto de acusações já se mostrava: de um lado, a secretária interina apontando a forma anterior de gerir o Esporte como desorganizada, informal e ultrapassada, materializando um serviço que é invisível; de outro lado, os professores apontando que os gestores são distantes, que não se

¹²⁸ Programa Mexatchê – Movimenta Porto Alegre, proposto pelo diretor Carlos. Informações disponíveis em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/sme/default.php?p_secao=1495. Acesso em: 25 dez. 2019.

apropriam do trabalho desenvolvido e que não apresentam uma proposta de política pública, deixando os professores sem diretrizes para o desenvolvimento do trabalho. Essas acusações, além de cerrar fronteiras entre o governo e o Esporte, vão desenhando os projetos de cada um. Podemos pensar esses encontros como um processo de negociação entre os dois projetos que estão em conflito.

O segundo encontro do seminário interno ocorreu no dia 2 de abril de 2018, no mesmo local. Eu cheguei às 7h45min, bati o ponto e fui auxiliar na organização da sala. O início das atividades ocorreu um pouco depois do programado: a previsão era às 8h, mas nesse horário a secretária interina e os diretores não estavam presentes; eles chegaram uns 15 minutos atrasados. Havia uma certa expectativa, pois o encontro iniciaria com a apresentação da secretária abordando os objetivos e a estrutura da SMDSE. Entre os servidores, havia um interesse especial em conhecer o novo organograma do setor.

Como acordado, a secretária interina Elise iniciou apresentando a estrutura da SMDSE. A primeira fala dela foi: “quando trabalhamos com as políticas sociais cada uma em uma pasta, não conseguimos trabalhar de forma integrada, pois cada um acaba puxando a brasa pro seu lado” (DC, 2/4/2018). O argumento da secretária interina foi que, estando todas as políticas sociais na mesma secretaria, haveria uma articulação mais adequada, proporcionando a implementação de todas sem favorecimento de alguma em particular.

O primeiro slide com conteúdo apresentou os oito valores que norteiam a SMDSE. Referente ao Esporte, assim dizia: “garantia do esporte, recreação e lazer como forma de socialização e de saúde” (DC, 2/4/2018).¹²⁹ No slide seguinte, o propósito da SMDSE foi apresentado, qual seja:

promoção do desenvolvimento social sustentável de Porto Alegre, a partir da articulação das políticas públicas voltadas à construção de uma cidade mais justa e solidária, que assegure às pessoas em situação de vulnerabilidade social a condição de serem capazes de construir as suas próprias vidas, conhecer e usufruir de seus direitos (DC, 2/4/2018).

¹²⁹ Os outros valores são: respeito à diversidade e autonomia das pessoas com deficiência; garantia dos direitos humanos; o trabalho, a renda e a qualificação profissional como ferramenta de inclusão social; políticas sociais emancipatórias; desenvolvimento social sustentável; transparência: mensuração e avaliação de resultados; parcerias.

Fechando o conteúdo conceitual da Secretaria, Elise apresentou os objetivos estratégicos da SMDSE, que também são oito. Para as políticas de esporte e de lazer, o objetivo era “promover a inclusão social através do esporte” (DC, 2/4/2018).¹³⁰

Segundo o propósito da Secretaria, seu público-alvo é composto de pessoas em situação de vulnerabilidade social. De forma geral, a SME tinha nas suas políticas o atendimento de um público mais amplo. A perspectiva das políticas da SMDSE é focalista, enquanto a perspectiva das políticas do Esporte é mais universalista. Esse propósito de atendimento mais amplo constitui o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. Portanto, desde o propósito, há divergências entre os projetos do governo e dos professores.

Comentando sobre as diferentes pastas que compõem a SMDSE, a secretária interina falou da FASC (Assistência Social) e do Dehmab (Habitação), que são fundações. Assim, elas continuam com autonomia, pois a FASC tem um presidente e o Dehmab tem um diretor. Mas ela alertou: “no decreto que sai agora do novo organograma, eles serão uma supervisão da SMDSE”. Elise afirmou que esse funcionamento já está ocorrendo na prática, de forma que tudo que vem do governo e da Fazenda passa pela SMDSE. Nesse sentido, há um funcionamento “informal” anterior à formalização da estrutura administrativa da SMDSE.¹³¹ Além das duas fundações, a secretária interina nomeou as cinco pastas, referentes às secretarias que foram extintas, quais sejam: Direitos Humanos; Acessibilidade e Inclusão Social; Juventude; Esporte e Lazer; e Trabalho e Qualificação Profissional. A SMDSE acumula um total de sete pastas/setores.

Após essa explicação, a professora Simara perguntou: “o esporte não seria uma subsecretaria?” Elise respondeu: “Não, não é uma subsecretaria, pois não existe

¹³⁰ Os outros objetivos são: reduzir os indicadores de pobreza do município; consolidar a política municipal dos direitos humanos; consolidar a política municipal de assistência social; consolidar a política de acessibilidade e inclusão de pessoas portadoras de deficiência; consolidar a política de habitação popular; promover a qualificação profissional com foco no mercado de trabalho; desenvolver/integrar programa para diminuir o número de pessoas em situação de rua.

¹³¹ A PMPA anunciou a reestruturação administrativa no dia 20 de novembro de 2018. Em matéria no site da Prefeitura, é mencionada a publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, que ocorreria no dia anterior (o Decreto n.º 20.100, de 19 de novembro de 2018, consolida a estrutura organizacional da SMDSE; o Decreto n.º 20.113, de 19 de novembro de 2018, dispõe sobre os órgãos que integram a administração direta). Na reportagem, a secretária municipal de Planejamento e Gestão relata: “o objetivo da reforma administrativa é otimizar e melhorar os serviços públicos municipais aos cidadãos. É um trabalho construído com todas as secretarias, especialmente do Planejamento, Fazenda e Procuradoria-Geral do Município”. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smpeo/default.php?p_noticia=999199719&MUNICIPIO+IMPLEMENTA+MAIS+UMA+ETAPA+DA+REFORMA+ADMINISTRATIVA. Acesso em: 27 dez. 2019.

esse conceito no governo”. A professora Simara insistiu: “pelo menos o status de subsecretaria, um pouco mais de autonomia...”. Quase sem deixar a professora terminar, Elise falou: “Simara, deixa eu apresentar! É isso que é! É isso que é, e é isso que vai sair no decreto. É isso que tá negociado. Não existe o conceito de subsecretaria no governo. A não ser que eles mudem! Hoje, é o conceito que tem” (DC, 2/4/2018). E sem deixar espaço para outra manifestação, a secretária interina seguiu o roteiro da apresentação.

Nessa manifestação, a secretária interina exclama que “é isso que tá negociado!” (DC, 2/4/2018). Entretanto, não é esse o entendimento dos professores e das pessoas que integraram o movimento #SomosTod@sSME sobre o que está negociado. A compreensão era de que o Esporte havia ganhado mais espaço dentro da Secretaria. Isso fora justificado com base nas manifestações que apontaram as políticas públicas de esporte e de lazer como importantes para a cidade.

Ela seguiu mostrando um modelo prévio do organograma da SMDSE, mas alertou que não conseguiu ajustar algumas mudanças no final de semana. Segundo a secretária interina, o grande trabalho realizado naquele ano foi a “centralização administrativa”. Exemplificando, ela cita inúmeros setores da SME, aos quais os professores se reportavam para demandas cotidianas, e que agora estão centralizados na SMDSE para todas as sete pastas. Nessa explanação, Elise mostrou conhecer como funcionava a SME, pelo menos como a estrutura administrativa da SME funcionava.

Após citar cerca de uns três exemplos, novamente a professora Simara se manifestou: “o que mud...” – e rapidamente Elise respondeu:

Não muda nada, não impacta nada. As coisas começam a ficar mais organizadas dentro do fluxo de trabalho de uma secretaria que foi organizada de uma maneira diferente e que não tem por que ficar com braços, né, por que daí a gente não otimiza o trabalho e não otimiza os resultados [...]. A gente está organizando os fluxos e organizando essas questões para que a gente tenha rotinas e principalmente que a gente garanta a formalidade dos dados, e está funcionando muito bem. Só para vocês terem uma ideia, a área do Esporte de vocês não conhecia muito o que era um plano de trabalho e de convênio. Todas as coisas eram feitas e chegavam para o setor jurídico. Eu sei porque ela está lá comigo, e alguém sentava do lado dela e falava pra fazer assim, assim, assado, e ela escrevia” (DC, 2/4/2018).

Ao tentar prosseguir, a professora Simara interrompeu aumentando o tom de voz: “se estava errado, tinha que dizer que estava errado... Isso me incomoda porque

parece que a gente só fez ‘M’ nesse tempo todo” (DC, 2/4/2018). A secretária interina minimizou argumentando:

Não é isso. É que se fazia de forma muito informal e agora a gente tem que organizar [...]. A gente só consegue avançar, Simara, se a gente conseguir enxergar que no poder público nós não podemos fazer as coisas na informalidade. Por isso que a gente abriu sindicância. O Orlando ficou chateado porque a gente abriu sindicância porque tinham alguns processos, algumas coisas que eram feitas de maneira informal (DC, 2/4/2018).

Ela continuou falando das ações realizadas com algumas empresas que acabaram gerando a referida sindicância. Sem deixar ela finalizar, o professor Orlando, que estava presente, se manifestou:

Não foi bem assim. Sobre esse processo, ele ocorreu há 15 anos. Nós não sentamos na frente da [empresa privada parceira] e inventamos as coisas, usamos o fluxo que existia. A Dr. Selma que havia redigido os termos. Falando do jeito que tu tá falando, parece que a coisa saiu da nossa cabeça. É um processo que estava instituído (DC, 2/4/2018).

Durante a curta manifestação do professor Orlando, Elise tentou interrompê-lo três vezes, mas o professor aumentou o tom de voz, não dando espaço para a contra-argumentação antes do final da sua explicação. Após, novamente a tentativa de minimizar o argumento do professor: “e é isso que a gente está, Simara e Orlando, está organizando no sentido de dar formalidade nos atos e de dar segurança para vocês [...]” (DC, 2/4/2018). Para tranquilizar o professor Orlando e atenuar o impacto da palavra “sindicância” no grupo de servidores, ela complementou:

Fica tranquilo, Orlando, que a gente vai fazer isso porque a gente tem que fazer, faz parte do processo. Vocês vão relatar como vocês fizeram e a gente vai concluir que era feito assim. Não é nenhuma caça às bruxas, é a necessidade de a gente se organizar e dar formalidade (DC, 2/4/2018).

A secretária interina sinalizou inúmeras vezes que os processos no Esporte eram “informais” e que, por isso, necessitavam de “organização”. Além de atribuir uma ideia de falta de gestão nos processos realizados na extinta SME, Elise acrescentou que eram desorganizados. Sob essa lógica, parece as sindicâncias servem como uma estratégia de documentar essa informalidade. Mas, como mencionado pela secretária interina, se as coisas eram assim e se será concluído que eram assim, por que fazer uma sindicância? Seria a sindicância uma forma de posicionar esses procedimentos como inadequados, documentando-os como irregulares, formalizando um processo

de acusação e fomentando, com isso, a necessidade de criação de um novo procedimento? Assim, abre-se a oportunidade para criação de procedimentos nos moldes vistos como adequados, formais e organizados pelos gestores que estão com a função de “criar” os novos fluxos.

Figura 20 – Organograma da SMDSE apresentado pela secretária interina



Fonte: apresentação disponibilizada pela secretária interina

Elise prosseguiu retomando a estrutura de diretorias da SMDSE (Figura 20): “eram cinco secretarias, que viraram quatro diretorias”. A Juventude, que era uma secretaria, agora está junto aos Direitos Humanos como uma coordenadoria. Esporte, Trabalho e Renda, Acessibilidade e Direitos Humanos, que eram secretarias, ficaram como diretorias. Segundo a secretária, essa é a orientação do governo, essa é a configuração padrão.¹³²

Enquanto essa explicação prosseguia, iniciou-se um burburinho na sala. Após uns minutos, a professora Simara se manifestou:

¹³² É possível acessar o organograma da estrutura atual da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/governo_municipal/usu_doc/smdse.pdf. Acesso em: 22 set. 2020.

Na Secretaria de Desenvolvimento Social e ESPORTE [ela enfatizou a palavra *esporte*] essa palavrinha no final do nome não foi apenas para contemplar os movimentos, ela representa uma identidade que teve, a partir da disputa que ocorreu no processo de extinção da SME, teve seu valor reconhecido. E que ali ele está ao lado dos pequenos. Nada contra os pequenos, mas o Esporte é maior, tem mais de cem anos de atuação na cidade. O Esporte deveria ter mais autonomia em comparação com os outros (DC, 2/4/2018).

A professora Simara retomou a pauta referente ao lugar do Esporte, argumentando que esse lugar não é apenas uma vontade dos professores, mas uma conquista da população, resultado do processo que ocorreu na extinção da SME. Elise reforçou que “o que está posto é isso”, mas “o pessoal do planejamento pode mudar”. Com isso, a secretária interina buscou encerrar a discussão. Trocando a pauta, ela abordou a necessidade de um trabalho integrado:

O que importa, no meu ponto de vista, é que a gente tem uma Secretaria que é forte, que é responsável pelo desenvolvimento social da cidade e que o Esporte tem que se integrar com essa Secretaria. Hoje o Esporte continua fazendo o trabalho na ponta sem se integrar com a Secretaria. E nós só vamos ter uma Secretaria forte, no sentido de um trabalho em conjunto, se o Esporte se incluir na Secretaria como um braço importante do desenvolvimento social da cidade (DC, 2/4/2018).

Elise atribui ao Esporte a responsabilidade de se incluir no projeto da SMDSE. Ao mesmo tempo, nas falas dos professores da reunião anterior, há o pedido para que os gestores apresentem o projeto de governo para as políticas públicas de esporte e de lazer. Nesse processo, de um lado, os professores argumentam que o governo não apresenta um projeto para o Esporte; de outro, a secretária mobiliza a necessidade de integração das políticas materializadas pela SMDSE. Assim, os professores seguem atuando nas políticas já implementadas, aquelas que se relacionam com o seu Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos, mas estes são forjados em um conjunto de lógicas informais e desorganizadas segundo a avaliação da secretária interina. Além disso, são políticas de pouca visibilidade para o governo. Cabe, a partir desse olhar, ao Esporte se incluir na Secretaria como um braço importante do desenvolvimento social da cidade.

A secretária interina apresentou os propósitos das diretorias. Para a Diretoria de Esporte, Recreação e Lazer, estavam descritos os seguintes propósitos:

- 1) consolidação das políticas de inclusão e ativação de espaços públicos de esporte, recreação e lazer, tendo como foco a universalização do acesso;
- 2) promover o esporte, a recreação e o lazer, como forma de inclusão social, promoção da saúde e qualidade de vida, durante o tempo livre da população (DC, 2/4/2018).

Após ler os referidos propósitos, Elise disse que se disponibilizaria a ouvir os professores nas suas reuniões, validando os propósitos ou produzindo novas propostas. Ela deixou as assessoras como responsáveis para encaminhar os propósitos aos professores. Entretanto, essa disponibilidade da secretária pareceu apenas uma formalidade sem a pretensão de constituir um debate para a construção desses propósitos. As assessoras não enviaram os propósitos a serem discutidos pelos professores, tampouco os professores solicitaram espaço para participação nessa elaboração.

A última diretoria apresentada foi a Administrativa e Financeira. Na descrição da diretoria, constava o seguinte:

responsável pela gestão administrativa (compras, estoque e patrimônio), financeira (PL, empenho e pagamento), de recursos humanos (ponto, banco de horas, horas extra, férias) orçamento, planejamento e controle de resultados (PPA e Prometa), contratos e convênios (Siconve) (DC, 2/4/2018).

Segundo Elise, “esta é a diretoria que mais vai causar impacto para vocês”, pois todos os serviços que ela realiza eram executados dentro de cada secretaria. A antiga SME tinha esses setores na sua estrutura administrativa. Agora estão centralizados e vinculados ao gabinete da secretária. Ainda segundo a fala da secretária interina, “o Esporte teve um pouco de resistência com os fluxos no ano passado”, referindo-se aos novos fluxos administrativos implementados. Ela complementa argumentando que o “pessoal que trabalha mais na gestão” – os diretores Gaspar e Carlos e o assessor Ítalo – já está trabalhando dessa forma e que naquele ano as coisas já estavam andando melhor. Cabem dois comentários sobre essa fala da secretária: as pessoas citadas são CCs, indicações do governo; e o “ano passado” em que o Esporte teve um pouco de resistência foi o ano em que a gestão da SMDS (SMDSE depois de 12 de julho) optou por ficar distante do Esporte até o debate sobre a manutenção da SME se definir. Nesse período de afastamento, não houve nenhum momento para promover a apropriação dos professores aos novos fluxos da Secretaria. E agora, apesar dessa aproximação fomentada pelo Seminário Interno, ainda não ocorreu nenhuma orientação geral para os professores acerca dos novos fluxos.

Na sequência da sua apresentação, e já se encaminhando para o final da exposição de slides, Elise mostrou alguns dados do material que estava sendo projetado na tela intitulado “Diagnóstico”. O primeiro slide fazia um comparativo entre

a gestão anterior (Fortunati) com a atual a partir de dados de dezembro de 2016 e novembro de 2017. Ao apresentá-los, a secretária interina explicou que, a partir de iniciativas da sua gestão, ela já conseguira economizar recursos públicos. Para sustentar o seu argumento, ela citou os dados apresentados no quadro: “conseguimos uma economia de 8,78% no custo com aluguel reduzindo três para dois os imóveis alugados pela Secretaria. Também tivemos uma redução de 177 para 166 servidores concursados lotados na Secretaria, o que representa uma economia de 6,2% no orçamento” (DC, 2/4/2018). Na sua manifestação, a redução de servidores estava equiparada com a redução de imóveis alugados, ambos considerados custos administrativos da Secretaria. O sentido desse quadro¹³³ foi mostrar o quanto a SMDSE conseguiu avançar no seu objetivo, no seu projeto, qual seja: a redução do Estado. Assim, os servidores públicos passam a figurar como um custo que pode ser reduzido da mesma forma que se rompe um contrato de aluguel. Após apresentar esse slide, a secretária interina ressaltou alguns outros e disse que as informações de interesse para o Esporte já haviam sido apresentadas, não havendo mais o que mostrar.

Com isso, retornando à apresentação de slides para a tela inicial, Elise anunciou um último tópico na fala dela com o grupo. Ela fez um questionamento: “qual é o papel do Esporte nessa Secretaria?” No setor de eventos, enquanto gestora da SMDSE, ela argumentou que consegue enxergar o papel do Esporte, pois o setor organiza e apoia eventos. Assim, “o esporte e o lazer são formas de relacionamento com a população da cidade”. Nas palavras da secretária interina:

A outra forma é com os serviços que vocês oferecem aqui, que são os professores, nas Unidades, nos equipamentos públicos, nas formas de se organizarem [...]. Esse trabalho é, na minha opinião, é um trabalho de grande valor, mas é um trabalho que a gente não enxerga ele organizado. Ele é organizado, mas a gente não enxerga ele como um grande programa [...]. Eu enxergo o Esporte como uma forma de relacionamento da cidade, através do esporte nos seus grandes e médios eventos, e esse trabalho de vocês é peq... [ela interrompe a fala na palavra “pequeno” e continua] precisa ser mais integrado com as outras políticas. [...] Precisa ser enxergado de uma forma mais integrada. [...] Esse trabalho está longe de atingir todo o seu potencial (DC, 2/4/2018).

Imediatamente após a fala da secretária interina, a professora Júlia, que atua na Secretaria há mais de duas décadas, se manifestou:

¹³³ Cabe salientar que a apresentação de Power Point utilizada pela secretária não foi produzida para esse seminário. Provavelmente, essa apresentação foi utilizada em alguma reunião em uma esfera de gestão, pois muitos slides com dados sobre a gestão da pasta não foram utilizados.

Elise, eu acho bem interessante porque “esse” trabalho é a nossa base. “Esse” [a professora acentua a fala] trabalho que aos olhos de quem comanda não consegue ainda ser visto é a nossa base, é o que tem de mais sólido da nossa ação. Na verdade, os eventos são um braço disso, pra nós é algo que vem para colorir. Mas a base e a estrutura estão no trabalho dos locais, é ali que se constrói. Eu acho interessante o que tu traz no sentido de a gente conseguir fazer essa relação pra que os governantes consigam ver; se não a gente não vai avançar. A gente vai continuar tentando, fazendo algo descolado de quem está olhando lá de cima. Isso eu acho importante. A gente vai ter que conseguir conversar e tentar organizar de uma forma que possa ser visto por alguém que não consegue estar no cotidiano. “Esse” é o nosso trabalho, isso é o que nos interessa [...] (DC, 2/4/2018).

A secretária interina respondeu: “esse trabalho de vocês, quando a gente se aproxima, a gente vê a grandeza do trabalho; quando a gente não se aproxima, a gente não vê! A grandeza do trabalho fica invisível se a gente não se aproxima. Isso não pode ser” (DC, 2/4/2018). A fala da professora Júlia provocou uma manifestação da secretária interina que acabou por expor o pensamento dela acerca do papel do Esporte nessa Secretaria, que fora a sua pergunta retórica. Para avaliar o trabalho nas Unidades Recreativas como algo invisível, o trabalho categorizado como “esse” trabalho, Elise argumenta que os eventos é o que mais aparece e que ela como gestora deve responder ao Prometa, ou seja, 2,8 milhões de atendimentos nos quatro anos de gestão. Também disse que o tipo de atendimento não faz diferença. Para exemplificar, ela cita que, em uma maratona, ela faz 100 mil atendimentos e que, em comparação com o trabalho nas Unidades Recreativas, ela precisa de uma estrutura muito maior, muito mais professores, muitas horas de trabalho de professores e funcionários, o que reflete em maior custo para conseguir o mesmo resultado de atendimentos. Elise continua explicando:

O grande trabalho que a gente tem, me enxergando inserida neste grupo [...], é a gente dar a grandeza, passar a grandeza deste trabalho. Não só para o governo, mas também que a gente consiga passar para a sociedade o efeito de todo esse trabalho de uma maneira mais qualitativa, e também de uma maneira quantitativa, e mesmo com esse trabalho de formiguinha vocês têm um grande volume, e ele é significativo. A gente precisa, sim, organizar. E dentro da nova proposta do organograma, a gente vai ter a coordenação dos programas sociais e a gente precisa ver de que maneira vocês se inserem nisso (DC, 2/4/2018).

Em seguida, Elise tenta finalizar a sua participação no seminário:

A gente precisa de um voto de confiança... A gente acredita em uma boa ideia, a gente acredita em planejamento, a gente acredita no trabalho de vocês, a gente acredita que mais organizado, não quer dizer que ele é desorganizado, organizado no sentido de governo, articulado com as políticas públicas, ele vai dar mais resultado. E que pensado de forma individualizada ele será restrito àquele local, e por isso é que fica um trabalho solitário. No fundo, cada um de vocês, tirando o dia em que

estão aqui juntos, cada um faz o seu planejamento, de acordo com a sua especialidade, de acordo com a motivação de cada um e com o que é possível naquela situação. Eu penso que as atividades sistemáticas possam ter uma maior integração com as políticas. Não foi só tirar o Esporte de dentro de uma secretaria; tem um sentido que é trabalhar o Esporte junto com outras políticas (DC, 2/4/2018).

Apesar da tentativa de encerramento de Elise, outras participações surgiram, entre elas a professora Simara, retomando a “subida do Esporte” para o nome da Secretaria: “Quando subiu o Esporte, subiu apenas o Esporte ou subiu o seu DNA, as suas finalidades?” (DC, 2/4/2018). A pergunta da professora é muito esclarecedora e mostra que, na sua percepção, esse DNA, que é composto pelas formas particulares como as diferentes Unidades Recreativas se organizam, não subiu. Para responder à professora Simara, Elise retomou o que já havia argumentado anteriormente: disse que isso está posto pelo governo, que essa estrutura está dada. Mas complementou expondo a sua percepção de que o Esporte é isolado, que precisa se integrar e que isso não vai acontecer. Segundo Elise:

Se vocês não derem um passo para trás nas concepções de trabalho que vocês têm, de como vocês se organizavam até agora, sem isso a gente não consegue avançar. A gente precisa dar um passo, dois passos para trás, assim como a Secretaria e o gabinete deram um passo para trás para entender um pouco desse movimento de vocês. E até respeitar esse movimento que foi feito no ano passado [sobre o movimento contra a extinção da SME]. A secretária Pâmela entendeu esse movimento e esperou. Agora a gente tem um ano para recuperar (DC, 2/4/2018).

Nesse processo em que a secretária interina coloca o Esporte como um conjunto de atuações isoladas nas diferentes Unidades Recreativas, evidenciam-se diferentes perspectivas, que têm estreita relação com os projetos em disputa. De um lado, a secretária defende um setor centralizado, com ações mais amplas e uma visão do esporte e do lazer como uma forma de relacionamento com a população da cidade; de outro lado, os professores operam de forma descentralizada, com políticas e ações mais particulares e uma visão do esporte e do lazer como uma construção junto às comunidades, em parceria com associações.

O momento seguinte do seminário interno contou com a participação do diretor Gaspar apresentando a Diretoria de Esporte, Recreação e Lazer (Diresp). De certa forma, ficou evidente, já no início da apresentação, que os professores não conferiam legitimidade ao diretor Gaspar. Durante o processo de extinção da SME, particularmente no processo de luta contra a extinção, os professores envolvidos no movimento diziam que, se a SME não fosse extinta, ele seria o secretário.

Posteriormente à extinção, com o Esporte subindo para o nome da Secretaria, os professores argumentavam que ele tinha que agir como secretário ou, no mínimo como, secretário adjunto. Mas o comportamento do diretor Gaspar não foi de tomar a frente das políticas públicas de esporte e de lazer. Ele atuou de forma isolada dos professores e de seus colaboradores na gestão. O estilo de atuação do diretor parecia ser mais administrativo, no entanto a expectativa dos professores e a necessidade do cargo exigia uma atuação mais política, no sentido de negociar recursos com os outros setores da SMDSE e da PMPA. A percepção geral é de que ele atuava em projetos particulares e distantes do Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. Em certa medida, considera-se que ele evitava a aproximação com os professores, pois ele nunca havia participado integralmente de uma reunião. No ano de 2017, ele compareceu em dois momentos apenas para uma breve fala e explicava que a segunda-feira era um dia difícil de participar de atividades fora do gabinete.

Uma evidência do descrédito em relação a ele ocorreu durante o início da apresentação do diretor Gaspar, quando os professores continuaram conversando. Ele falava simultaneamente à conversa que estava ocorrendo na sala como se nada estivesse acontecendo. Alguns minutos depois, quando o diretor continuava falando e os professores conversando, os organizadores do Seminário Interno solicitaram silêncio. Somente após essa intervenção houve silêncio.

O diretor Gaspar iniciou a sua fala, em meio à conversa, dizendo que apresentaria o dia a dia da diretoria e, depois, seguiu lendo os textos da forma como estavam escritos nos slides da apresentação. O primeiro tratava do propósito do gabinete da Diresp: “atender à demanda definida pelo governo, planejando ações institucionais que possam reduzir custos administrativos, ampliar a abrangência e potencializar benefícios do esporte e do lazer à população” (DC, 2/4/2018). Nada foi comentado sobre esse objetivo, mas destaco que atender às demandas do governo e reduzir custos administrativos são propósitos que antecedem as políticas de esporte e de lazer, nos sugerindo que as questões administrativas são priorizadas no Projeto do Governo para o Esporte enquanto os serviços são preteridos.

Sem fazer comentário algum, Gaspar passou para o próximo slide, que abordava a gestão administrativa. Ele seguiu lendo uma lista de demandas do setor até que o seu assessor, o Ítalo, interrompeu se apresentando: “Bom dia, eu sou o Ítalo. Eu não sou o lobo mau, eu trabalho auxiliando os diretores com questões administrativas [...]” (DC, 2/4/2018). Havia um comentário geral sobre o Ítalo, que era

indicação política (cargo comissionado), de que ele decidia as coisas pelo Gaspar, pois o diretor não fazia nada sem consultar seu assessor. De certa forma, essa impressão se confirmou no decorrer da apresentação, pois o diretor Gaspar e seu assessor Ítalo seguiram apresentando em conjunto: o primeiro fazia a leitura do texto descrito nos slides; o segundo explicava o que necessitava de explicação e respondia aos questionamentos dos professores. Isso tornou-se tão recorrente que as perguntas dos professores eram dirigidas diretamente ao assessor Ítalo, ignorando a presença do seu superior.

Um dos pontos interessantes da apresentação se deu quando o assessor Ítalo foi questionado sobre a transição de governo. Ele respondeu que não houve transição e que chegou na gestão em abril de 2017. Ítalo afirmou: “eu passei por cinco transições no governo do Estado e nunca tinha vivenciado isso. Cheguei no gabinete do Esporte e não havia nenhum documento, não havia nenhuma informação” (DC, 2/4/2018). Então, para entender como funcionava o setor, o assessor disse que teve de recorrer aos servidores que estavam trabalhando nos cargos de gestão anteriormente. Ele explicou que “o Orlando foi a voz de vocês. Muito pra gente respirar e entender a política do Esporte foi na figura do Orlando. Ele que nos trouxe toda informação. ‘Respirem, não vão por aí...’ – esse olhar veio da parte dele” (DC, 2/4/2018).

Essa manifestação do assessor confirma, de certa forma, a suspeita que circulava entre os professores sobre a gestão¹³⁴: o Esporte não estava (e não está) na pauta do governo e se passaram alguns meses até o governo começar a olhar para o setor. Além disso, ele também depõe sobre a dependência que os diretores têm de alguns servidores. Nessa fala, Ítalo aborda a importância das contribuições do professor Orlando para a organização do setor, pois ele detinha o conhecimento de como as coisas funcionavam. Em outros momentos, ele cita outros dois servidores que têm papel importante para o funcionamento da diretoria: o professor Marion e a professora Renata, que atuam em cargos de gestão dentro da Diretoria de Esportes.

Ressalto esse fato aqui porque, ao mesmo tempo que a secretária interina acusa a forma de gestão anterior de “desorganizada” e “informal”, os atores intermediários da gestão atual, os diretores e seu assessor, consultam os servidores

¹³⁴ Era comum ouvir pelos corredores que o setor do Esporte não era prioridade. Muitas pessoas mencionavam isso ao conversar sobre como o governo Marchezan encaminhou as políticas públicas de esporte e de lazer.

sobre como as coisas funcionam. Provavelmente, a inexistência de uma transição de governo na gestão da pasta do Esporte favoreceu essa situação, ou seja, essa ausência abriu uma oportunidade de comunicação entre alguns servidores concursados e alguns atores políticos indicados para cargos comissionados da nova gestão.

Um dos coordenadores de Unidade Recreativa perguntou para o assessor sobre como ficariam os fluxos de documentos para o setor de gestão de pessoas (RH) devido à troca de responsável e à centralização do setor junto ao gabinete da secretária. O Ítalo respondeu que ainda não existia um fluxo definido e que, por enquanto, deveriam seguir mandando para ele, responsabilizando-se pela mediação dos processos até que se definisse o fluxo. A atuação do assessor Ítalo foi se mostrando mais relevante do que a atuação do diretor Gaspar, pois tanto servidores quanto a própria secretária interina passaram a recorrer, durante aquele encontro, ao assessor com maior frequência do que ao diretor.¹³⁵

O diretor Gaspar relatou, também, que a Diretoria de Esportes seria a responsável, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), pela organização do evento Prefeitura nos Bairros, oferecendo materiais e atividades para a comunidade. Acredito que esse tipo de evento possa ser um bom exemplo do formato de atendimento almejado pela gestão da SMDSE, pois podemos considerá-lo um evento de relacionamento com a população, utilizando os termos que a secretária interina classificou como “o objetivo do Esporte para a Prefeitura”. Esse evento, ao mesmo tempo que tem a capacidade de atender uma grande quantidade de pessoas, ampliando a abrangência do Esporte, atua diretamente com o prefeito, tornando-se visível no momento da sua implementação.

Outro momento que apresenta alguns elementos que nos ajudam a pensar sobre o Projeto do Governo para o esporte ocorreu no terceiro encontro do Seminário Interno da SMDSE, quando o servidor Roberson apresentou a Equipe de Produção e Manutenção de Equipamentos (EPME). Ele iniciou explicando o nome do setor e complementou: “[...] embora a gente produza muito pouco hoje” (DC, 9/4/2018).

¹³⁵ O que pude observar foi que isso também passou a acontecer em diversas outras situações: quando os professores precisavam resolver algum assunto que deveriam acionar o diretor Gaspar, optavam por acionar o seu assessor, pois o que frequentemente o diretor fazia era deixar para responder após conversar com o assessor. Uma evidência de que a mediação do assessor foi se tornando relevante na administração do setor foi o fato de que, quando o organograma foi definido, o assessor se tornou um diretor, ou seja, a estrutura administrativa que tinha três diretores passou a ter quatro.

Roberson prosseguiu falando que em 2017 nenhum material foi comprado para o setor e que, além da falta de material, falta pessoal para atender às demandas. Além disso, afirmou que não se tem certeza sobre a renovação do aluguel do único caminhão disponível. O servidor lembrou que já houve mais de 30 servidores atuando na EPME e que tinham dois caminhões e duas Kombis para atender a SME. Atualmente são nove servidores que atuam na EPME e não há um chefe no setor, fazendo com que eles se organizem em uma “gestão compartilhada”. Segundo o servidor, no mês de março de 2018 a EPME atendeu a 41 demandas, sendo 28 realizadas para a Diresp e 13 para outros setores da SMDSE. Roberson expressou preocupação caso o setor seja demandado por toda a Secretaria, pois ele não acredita ser possível dar conta com o número reduzido de servidores da EPME.

Muitos professores passaram a fazer perguntas para o servidor sobre como ficariam certos atendimentos, tais como solicitações para eventos, manutenção de alguma Unidade Recreativa e solicitação de material recreativo (cama elástica, infláveis, etc.). As manifestações dos professores mostraram, ao mesmo tempo, a importância que esse setor tem na forma como os professores pensam a organização do trabalho no Esporte e a preocupação acerca do fim desse setor. Após algumas perguntas que chegaram em sequência para o servidor, que respondia sempre apontando incertezas quanto à possibilidade de atender às demandas das Unidades Recreativas da Diresp, a secretária interina interveio, falando que “a EPME funcionará cada vez mais para toda a Secretaria! Os locais que precisarem de serviço e não conseguirem ser atendidos pela EPME vão ter que fazer licitações e contratar” (DC, 9/4/2018). Elise complementou afirmando que não adiantaria fazer perguntas para o servidor Roberson; as perguntas deveriam ser feitas para o diretor Gaspar.

Nessa fala, Elise se impõe com um tom de voz mais agressivo, com uma certa falta de paciência com os professores e as suas manifestações e perguntas. Aproveitando o turno de fala, ela desabafou dizendo que muitos dos serviços da Secretaria eram realizados informalmente e que as gestões anteriores eram pouco profissionais, pois não documentavam as coisas. Afirmou que isso não seria mais possível, não sendo esta uma exigência do prefeito Marchezan, mas sim uma exigência do mundo: “tem que profissionalizar os processos”, afirmou Elise. Segundo a secretária interina, o caminho correto é a formalização de um convênio para estabelecer as parcerias.

Os slides das apresentações das diferentes Unidades Recreativas foram produzidos pelos coordenadores e professores responsáveis pelos locais. Em muitas apresentações, inclusive nesse terceiro encontro, apareciam em fotos ou em textos o nome SME. Nesse desabafo, a secretária interina comentou que os professores “têm que virar a página! Vi que tinha SME nas apresentações, mas agora tem que virar a página” (DC, 9/4/2018). Ela complementou dizendo que era muito proveitoso estar no seminário ouvindo os professores, mas que era algo muito custoso também, fazendo um grande esforço para estar lá por acreditar no potencial do trabalho do Esporte.

Havia um clima de tensão na sala. Nesse cenário, na sequência da sua fala, Elise argumentou: “ninguém sabe o que vocês fazem, o prefeito não sabe o que vocês fazem!” (DC, 9/4/2018). Como reação à fala da secretária interina, ocorreu um burburinho, manifestando inconformidade, mas ela continuou: “Não sabe [o prefeito] porque vocês não dizem, não adianta ficar assim!” (DC, 9/4/2018). Em meio ao burburinho que persistiu, ocorreu a tentativa de uma manifestação da professora Simara, entretanto Elise aumentou o tom de voz, que já estava alterado, e disse: “agora eu que estou falando!” (DC, 9/4/2018). O clima de tensão aumentou, e isso ficou evidente no comportamento dos participantes do Seminário Interno. Elise continuou com a palavra, mas mudou de assunto e anulou a possibilidade de manifestação da professora sobre a invisibilidade do Esporte.

Observar as inúmeras falas durante o Seminário Interno me permite analisar as discussões, os conflitos e as acusações considerando o contexto em que elas foram produzidas: a entrada de um governo novo e a extinção de uma secretaria. Para favorecer a escrita dessa análise, proponho a produção de dois grupos como categorias amplas: o Governo e os Professores.¹³⁶ O que delimita esses dois grupos são os projetos que defendem. O grupo denominado Governo é constituído pela secretária interina Elise, pelos três diretores da Diresp, pelo assessor do diretor e por todos os CCs que atuam na Diresp e na SMDSE, particularmente aqueles com cargos mais elevados na hierarquia administrativa. Esse grupo defende o Projeto do Governo para o Esporte. O outro grupo, denominado Professores, é constituído pelos

¹³⁶ Considero que há, na constituição desses grupos, grande heterogeneidade de ações, perspectivas, intenções, envolvimento e participação no coletivo.

servidores que atuavam na SME, ou seja, professores e funcionários¹³⁷ concursados. Esse grupo defende o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte.

Nesses encontros com a secretária interina, os professores foram aprendendo um pouco sobre o Projeto do Governo. Da mesma forma, a secretária interina foi aprendendo um pouco sobre o Projeto dos Professores. Ocorreu, então, um momento de negociação da realidade para os dois projetos, que se colocaram em conflito. Não aponto esses encontros como situações em que os projetos foram apresentados com alguma novidade para os envolvidos: tanto os professores quanto a secretária interina, que vivenciaram todo o processo de extinção da SME, tinham uma ideia do projeto do “outro”. Entretanto, o diálogo presencial, *vis-à-vis*, permitiu aprofundar essa perspectiva. Considerando a descrição anterior, questiono: como ocorre essa demarcação de fronteiras? Qual processo, ao mesmo tempo, comunica os projetos e permite que as pessoas envolvidas façam a leitura do campo de possibilidades de ação?

Além disso, ainda podemos inferir acerca de como os projetos do Governo e dos Professores se atualizam em face ao contexto que se apresenta. Também é possível fazer uma leitura com um pouco mais de precisão das pessoas que se articulam com cada projeto e em que medida se articulam. É importante destacar que essa articulação pode ser bastante dinâmica, pois, como já apontado anteriormente, os grupos constituídos em torno de um projeto são muito heterogêneos, assim como seus interesses e objetivos particulares. Nesse sentido é inviável pensar em um quadro relacional congelado, no qual as pessoas operam apenas em direções definidas, contribuindo para um ou outro projeto. Existe uma dimensão particular dos projetos individuais que essa análise não alcança, tampouco pretende alcançar. Mas podemos, em cada situação em pauta, buscar compreender como os agentes se posicionam em relação aos projetos em conflito.

O primeiro ponto que gostaria de discutir trata-se do processo de negociação que ocorreu nesses encontros que foram organizados com alguma formalidade: o Seminário Interno e a ordem das falas/apresentações. Entretanto, essa formalidade permitia certa flexibilidade, pois tanto os professores quanto a secretária tinham a possibilidade de intervir, manifestando as suas posições ou fazendo questionamentos

¹³⁷ Os lugares a que tive acesso no trabalho de campo me possibilitaram observar e acompanhar as ações dos professores. Pouco pude acompanhar as ações dos funcionários, que também constituíram esse grupo que denominei Professores.

– nem sempre respondidos. Alguns estudos do campo da antropologia da política nos ajudam a pensar sobre o processo em análise.

A pesquisadora Karina Kuschnir (1999), no já citado estudo *Eleições e representação no Rio de Janeiro*, acompanhou muitos debates nas sessões da Câmara Municipal. Segundo a autora,

o uso da “legalidade” e da “denúncia” tanto como argumentos de acusação quanto de defesa de um projeto reforça, como já foi observado, a dimensão teatral dos debates em plenário. Os dois pontos são como parte de um “*ethos* de tribuna”, que estabelece um padrão de comportamento para ser usado nos debates. A coincidência de métodos de grupos adversários e a reação apática das bancadas mostram que esse é um *script* conhecido e dominado por todos; parte do que poderíamos chamar uma cultura da representação política (KUSCHNIR, 1999, p. 60).

Cabe a ponderação de que os encontros realizados no Seminário Interno, apesar de terem alguma formalidade, não podem ser comparados com o rigor dos ritos na Câmara Municipal. Também devemos ter cautela no que se refere ao “*ethos* de tribuna”, que é dominado pelos vereadores, mas não constitui a realidade cotidiana dos professores. No entanto, ao olharmos a atuação da secretária interina, podemos encontrar verossimilhança tanto no uso da “legalidade” e da “denúncia” quanto na dimensão teatral dos debates das sessões do plenário municipal. Ainda sobre a dimensão teatral, o formato de seminário é um rito bastante utilizado nas reuniões dos professores, especialmente nas reuniões gerais, onde o número de participantes é maior. Trata-se de um rito em que ocorre a fala de alguém que está apresentando algo, assim como as intervenções e os questionamentos daqueles que se sentem autorizados para tal. Haveria, então, um “*ethos* de seminário”?

A secretária interina mobiliza a informalidade, a desorganização, a mudança de rigor, a necessidade de modernização, entre outras acusações para apontar um caminho a ser traçado, o da legalidade. Além disso, o professor Orlando reconhece que, durante a fala da gestora no primeiro encontro, “parece outro discurso”, colocando em evidência que há, nessa manifestação para o coletivo dos professores, uma dimensão teatral.

No estudo intitulado *Os comícios e a política de facções*, Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995) acompanharam as eleições municipais de 1988 e as eleições estaduais de 1990 em municípios dos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Ao analisarem os comícios de diferentes candidatos, os autores apontam que

uma das peculiaridades dos rituais políticos face aos rituais propriamente religiosos é que, ao contrário destes, eles estão vinculados a uma disputa pelo poder. As ligações entre ritual e conflito têm sido explicitadas pela literatura, que tem enfatizado a importância dos ritos, tanto na solução de contendas, quanto na mobilização de energia das partes em disputa para o enfrentamento. Em ambas as situações, permanece, todavia, uma certa externalidade do ritual com relação à disputa em questão. [...] O que vimos é que não há como pensar um comício sem que se pense sua dupla referência a um público presente e a um público maior e sem que se pensem palanques reciprocamente referidos nas acusações que se fazem, mas também nas propostas que elaboram; mas, sobretudo, na delimitação das fronteiras que os separam, ao colocar no centro de suas preocupações a exposição pública das adesões e a exclusão dos adversários (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 91-92).

Os autores relatam que os espaços ritualizados dos comícios funcionaram, nos universos investigados, como espaços não apenas de divulgação, mas também de elaboração das propostas de governo dos candidatos. Na medida em que um candidato mobilizava uma acusação e apontava uma solução como uma promessa de campanha, o adversário, no seu comício, respondia com outras acusações e com promessas maiores. Segundo os autores, os comícios, “mais do que realizar uma determinação preestabelecida do planejamento de campanha, acabam expressando um certo estado da disputa e provocando alterações no tom, forma, sequência e mesmo conteúdo dos comícios adversários” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 92). De certa forma, as trocas de acusações e as promessas que constituíam um projeto interferiam no projeto de algum adversário, e, igualmente, isso ocorria na direção oposta.

Outra dimensão apontada pelos autores refere-se ao efeito dos comícios na população das cidades estudadas. De acordo com os autores,

a partir de cada comício, esse produto das trocas entre comícios que são as acusações e as promessas, mas não apenas eles, transformados em temas de conversa, embebem de política o cotidiano da comunidade. Essa espécie de “contaminação” do cotidiano da comunidade pela política (até agora sinônimo de eleições) por sua vez irá garantir o sucesso dos comícios seguintes, assegurando público e “clima”. O que até esse momento era uma atividade própria dos políticos transforma-se numa paixão de todos, levando a divisão instaurada entre palanques para dentro das esferas supostamente menos permeáveis às paixões políticas – o lazer, os rituais religiosos e a própria família (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 93).

Na análise dos autores, existe um “tempo da política” que é demarcado pelos comícios. Nesse tempo, as disputas, os debates e os conflitos são produzidos e acabam conduzindo o tom da campanha eleitoral, orientando os candidatos no sentido de repensarem suas estratégias de campanha. Também nesse “tempo da política” há uma contaminação da cidade com as paixões políticas promovidas pelos comícios.

As observações dos autores contribuem para a análise do conflito entre os projetos do Governo e dos Professores na medida em que tentamos observar como esse processo se deu nos encontros observados. O Seminário Interno, mesmo com sua formalidade flexível, proporcionou um “palanque” para os diferentes projetos em conflito, onde os interlocutores mobilizaram acusações, realizações e promessas de realizações para defender o seu lugar. Além disso, há um diálogo com outras esferas, seja mobilizando as negociações ocorridas no Legislativo, seja referindo-se ao governo ou às comunidades que frequentam as URs.

Cabe ainda outro destaque sobre o “tempo da política”, que nas cidades estudadas teve seu início com os primeiros comícios e seu fim com o dia das eleições. No caso do conflito dos projetos do Governo e dos Professores, a esse “tempo da política”, que “estabelece um ritmo para as relações sociais” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 94), eu acrescentaria: um ritmo particular que parece ter iniciado com o processo de extinção da SME, mas não findou com a sua conclusão. O que parece, e que foi mencionado anteriormente, é que a disputa entre os projetos em conflito persiste, agora na esfera do Poder Executivo. Observamos, então, nessa nova etapa da disputa, que esses espaços, sejam eles mais ou menos formalizados, acabam por mostrar quanta energia cada uma das partes está disposta a colocar no enfrentamento.

A descrição desses encontros se mostrou como uma oportunidade para aprendermos sobre o conflito entre os projetos do Governo e dos Professores, nos permitindo, a partir de diferentes manifestações das pessoas envolvidas, compreender os seus contornos no momento em que a disputa/negociação estava em ação. O Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte já foi apresentado em capítulo anterior. No entanto, entendo que a noção de projeto é dinâmica, e os processos ocorridos, especialmente a extinção da SME, se colocaram como uma possibilidade de atualização. Nos termos de Gilberto Velho, abordariamos essa possibilidade como um processo de metamorfose. Assim, as manifestações dos professores nos ajudam a perceber o potencial de metamorfose desse projeto.

O Projeto do Governo para o esporte ainda era, em certa medida, desconhecido pelos professores. Considero-o “em certa medida” pelo fato de, em todo o processo de extinção da SME, já ter havido alguma mediação com o Projeto do Governo. O próprio processo de extinção foi uma mediação. No entanto, aqui há algumas especificidades:

- 1) O distanciamento da secretária e, no que se refere às propostas de gestão, dos diretores prorrogou as oportunidades para eles comunicarem seus projetos para o Esporte. Há uma certa ideia de como é o Projeto do Governo mais amplo, mas se desconhece o projeto do Governo para o Esporte.
- 2) As pessoas que defendem o Projeto do Governo para o Esporte não são as mesmas pessoas que apresentaram o Projeto do Governo para a Câmara Municipal. Assim, considerando a possível amplitude de um projeto (o seu campo de possibilidades), é necessário ouvir o que essas pessoas comunicam para compreender como se constitui tal projeto.
- 3) O Projeto do Governo ganhou a disputa que ocorreu no Poder Legislativo. Para vigorar no Poder Executivo, ainda é necessário negociar com as pessoas que contribuem para a implementação das ações que podem sustentar tal projeto. Diferentemente do tempo do processo de extinção da SME, que findou com a votação em 12 de julho de 2017, o tempo de negociação entre os projetos do Governo e dos Professores não tem prazo formal. Ele é negociado no cotidiano da Secretaria com mais ou menos tensão de acordo com a “contaminação” que a política fomentou.
- 4) O Projeto do Governo para o Esporte depende, em alguma dimensão, da colaboração dos professores. Não necessariamente para dar conta de desenvolver as ações que sustentam tal projeto; no limite, o Projeto do Governo para o Esporte precisa fazer alguma coisa com os professores que estão atuando no setor que é de sua responsabilidade. Nesse sentido, os professores podem figurar como agentes que implementam ações que contribuem com o Governo e, em um extremo, até como servidores que a gestão precisa gerir, mas que não contribuem para o seu projeto. Em qualquer que seja a situação, há uma interdependência entre Governo e Professores, cada qual com seus projetos.

A fim de apresentar alguns contornos dos projetos em conflito, a seguir apresento o Quadro 5 com interpretações das falas desenvolvidas nos encontros do Seminário Interno: de um lado, o Projeto do Governo para o Esporte e, de outro, o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte.

Quadro 5 – Contornos dos projetos do Governo e dos Professores para o Esporte

Projeto do Governo para o Esporte	Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte
<ul style="list-style-type: none"> - Traz a marca do Projeto do Governo que esteve em disputa na Câmara Municipal: reduzir o Estado. - Incorpora a visão da secretária interina: “gosto de deixar a minha marca por onde passo” [que parece estar relacionada aos processos administrativos]. - Organizar e modernizar, pois o “modo mental” da gestão mudou. - Formalizar os processos, produzir convênios e fluxos, pois “temos que ser legalistas”. - A “centralização administrativa foi o grande avanço” no ponto de vista da secretária; assim não é possível dar os “jeitinhos” que ocorriam com as associações comunitárias ou com outros setores da PMPA para dar conta das necessidades das URs, visto que eles não passavam pelo “centro administrativo”. - Dar conta do Prometa: independente do tipo de atendimento, preferencialmente aqueles de menor custo, tal como os grandes eventos. - Pensar o Esporte como uma forma de relacionamento da Prefeitura com a população; é necessário integrar o trabalho desenvolvido nas URs com os projetos do Governo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Traz a experiência de muitos anos de atuação nas políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre. - Entende que a gestão precisa ser descentralizada; acredita no trabalho com as associações comunitárias; opera nas URs com certa autonomia (política, administrativa e pedagógica). - Reconhece a disputa ocorrida em 2017 em torno da extinção da SME como uma “subida de status” do Esporte. Busca esse lugar na estrutura administrativa. - Percebe a distância dos gestores (secretária e diretores) como uma desvalorização do trabalho implementado: “como decidem se não conhecem?”. - Tem as atividades sistemáticas desenvolvidas na URs como o principal serviço implementado. “Esse” trabalho é a base do Esporte. Considera os eventos uma atividade secundária. - Precisa de segurança burocrática para desenvolver as atividades. Precisa conhecer como a Secretaria se organiza e qual é o lugar do Esporte nesse “guarda-chuva”.

Fonte: elaboração própria

Esses contornos são pistas que nos ajudam a olhar como se dão os campos de possibilidades para os diferentes projetos, permitindo que, ao acompanhar outras situações, interpretemos como eles se atualizam na medida em que interagem.

Durante o Seminário Interno, a secretária interina aprendeu mais sobre a “resistência” que existe no Esporte. Ficou claro qual é o Projeto dos Professores do Esporte: os atendimentos sistemáticos nas Unidades Recreativas são prioridade na concepção de serviço público desse coletivo. O encontro entre o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte e o Projeto do Governo desvela uma incompatibilidade: enquanto o primeiro opera em uma lógica descentralizada, buscando as particularidades dos locais onde é implementado, o segundo acredita que o “grande trabalho foi a centralização administrativa”. Assim, a expectativa gira em torno de projetos com orientações mais centralizadas e com menor custo financeiro.

Em muitas oportunidades, os professores manifestaram entender que o Esporte, conforme o acordo que fora estabelecido pelos vereadores no processo de extinção, deveria ter um lugar mais significativo nas prioridades da SMDSE. Esse

lugar deveria, segundo os professores, oferecer alguma autonomia para o Esporte. Também deveria conferir ao diretor Gaspar (ou ao ocupante do seu cargo) a posição de secretário adjunto, o que traria um “status” privilegiado para a pasta na relação com as outras diretorias reunidas sob o guarda-chuva do Desenvolvimento Social. Entretanto, apesar desse entendimento por parte dos professores, a secretária interina deixou claro o que estava negociado: não havia espaço para uma secretaria adjunta do Esporte. Essa posição encerrava, já nessa primeira aproximação, qualquer tipo de negociação acerca desse lugar.

Uma outra característica do Projeto do Governo para o Esporte está relacionada a um certo esvaziamento da política. Analisando as manifestações da secretária, a sua atuação enquanto líder para as demandas do esporte pareceu ser mais administrativa, com o objetivo de organizar e modernizar, e menos política, que teria no horizonte a negociação e o diálogo. As gestões anteriores, criticadas pela secretária interina pela sua informalidade, abriam espaço de negociação com as associações, com as comunidades, com os professores e com outros setores da administração, caracterizando-se, talvez, por ter uma performance de gestão que busca um caminho mais “político”, quando contrastado com a performance da atual secretária, que busca um caminho mais “administrativo”.

O Seminário Interno contribuiu para o esclarecimento dos projetos de cada um dos lados. Enquanto na agenda dos professores há uma busca para negociação de uma certa continuidade, a secretária interina, como representante do Projeto do Governo, evidencia que há pouco espaço para negociação. Essa aproximação mostrou aos professores que o campo de possibilidades para o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte é restrito. Mas os professores, pela característica das suas atuações e pelo lugar das suas funções, poderiam, talvez, ter mais espaço para negociação nas ações cotidianas?

5.3 O ESPORTE SÓ ARRUMA CONFUSÃO: NEGOCIAÇÕES E PROJETOS EM CONFLITO

Desde o processo de extinção da SME, o Governo e os Professores estão em conflito. Nas interações cotidianas esses conflitos produziram acusações de um grupo contra o outro. Com o decorrer desse tempo de negociação da realidade, em que as

peessoas estavam “contaminadas” pela política, esses processos de acusação foram se instalando nos diferentes grupos e produzindo diferentes noções “uns” dos “outros”.

Os processos de acusação partiam de diferentes lugares, considerando o Governo de um lado e os Professores de outro. Da mesma forma, os dois grupos acabavam sendo rotulados de alguma maneira. No entanto, é preciso considerar que o grupo posicionado em um lugar de maior poder pode provocar danos mais significativos ao grupo posicionado em um lugar de menor poder.¹³⁸ Os estudos do desvio, tal como o desenvolvido por Howard S. Becker (2008), nos ajudam a compreender os processos de rotulação. Resumidamente, nessa linha de análise, o rótulo decorrente de um processo de acusação acaba por diminuir o valor dos indivíduos rotulados apenas pelo fato de pertencerem a certo grupo. Além do indivíduo, ampliando o alcance interpretativo que a teoria possibilita, seus projetos também são diminuídos. Descrevo, a seguir, um rótulo, ou pelo menos o indício de um, que foi produzido pelos processos de acusação entre o Governo e os Professores do Esporte que atuam na SMDSE:

Solicitei à professora Luana, que está à frente de um movimento interno que discute a permanência dos professores cedidos da SMED no Esporte, para participar da reunião de professores do dia 10 de dezembro de 2018, cuja pauta seria essa. Entre muitos assuntos, presenciei o relato da professora Luana sobre uma visita que ela havia realizado à sede da SMDSE. O objetivo da professora era pegar um laudo no setor de Recursos Humanos (RH). Cabe salientar que, antes da reestruturação administrativa, havia um RH exclusivo para o Esporte. E até novembro de 2018, o setor estava localizado na sede do Esporte no Parque Marinha. A mudança de local desse setor passou a exigir que, frequentemente, os professores tenham que visitar a sede da SMDSE para resolver questões funcionais, tal como a entrega ou o recolhimento de documentos. Em algumas trocas de mensagens após a reunião, em que solicitei mais detalhes sobre o ocorrido, a professora Luana gravou uma mensagem de áudio me explicando e disse o seguinte: “Oi, Felipe. Tudo bem? Ah, foi bem chato, assim, bem estranho. Eu fui pegar um laudo e aí peguei o elevador, e junto comigo subiu uma senhora, uma mulher que trabalha lá no gabinete [gabinete da secretária]. E aí eu perguntei pra ela se tinha alterado o número do telefone do RH, porque eu estava tentando falar e não estava conseguindo. Ela foi muito irônica comigo e disse que o telefone tinha mudado desde que o RH havia se mudado pra lá. Eu disse que na nossa unidade agente não tinha recebido o número novo. Ela perguntou qual era a unidade, e eu disse que era do Esporte. Aí ela disse: “Ah, o Esporte! Só podia ser do Esporte! O Esporte só arruma confusão! Sempre incomodando!” Foi assim! Eu fiquei de boca aberta olhando pra ela. Ela desceu do elevador, eu desci atrás, e ela entrou no gabinete da secretária. Na verdade, é essa visão que eles têm da gente mesmo! Lá, a secretária não quer o Esporte, não faz parte. O problema é que agora, nos mandar para a SMED, fazer uma troca... eu não sei o que seria melhor” (DC, 10/12/2018).

A senhora que fez a acusação atua em um cargo de coordenação (CC7), como assessora de comunicação da SMDSE. Ela era responsável pela produção de

¹³⁸ Aqui, ao mencionar um lugar de maior poder, me refiro ao lugar dos tomadores de decisões sobre as políticas públicas, em que é definido onde o orçamento será investido e onde não será, por exemplo.

matérias sobre a Secretaria nos canais oficiais da Prefeitura. Ela também era responsável por toda a divulgação oficial dos eventos e das atividades da Secretaria, incluindo os eventos do Esporte. Também passava por ela toda a produção de materiais de divulgação (cartazes, banners, flyers, etc.). Na reforma administrativa, que extinguiu a SME, todas essas funções distribuídas na figura de diferentes servidores que atuavam no Esporte ficaram centralizadas na Assessoria de Comunicação da SMDSE, que atua para toda a Secretaria e era chefiada pela senhora descrita pela professora Luana.

Junto a essa senhora que fez a acusação, atuam outros assessores da SMDSE, que são os chefes do setor de Recursos Humanos, de Finanças, de Compras, etc. Isso ocorre porque toda a administração da Secretaria é centralizada. Essa disposição favorece, nos contatos cotidianos, tanto o fortalecimento de projetos como o de rótulos, conforme o exemplo citado.

Há uma consequência imediata a se pensar sobre essa rotulação no meio social em que ela ocorreu. Olhar para essa rotulação e refletir sobre essa consequência nos ajuda a compreender os processos de disputa política que ocorrem em um nível microssocial. Distantes das elaborações das políticas públicas e de seus orçamentos que ocorrem por meio de leis e programas, essas disputas podem contribuir, ou não, para que as políticas públicas sejam implementadas e que os orçamentos sejam empenhados – independentemente de estarem vinculados por lei. Isso porque, a partir dos processos de acusação, os atores em disputa são posicionados no campo, fronteiras são construídas, projetos são priorizados em detrimento de outros, ocorrem buscas por novos espaços, ocorrem respostas às acusações em forma de outras acusações, enfim, há uma negociação da realidade.

Considerando que toda a gestão da SMDSE foi centralizada e que o Esporte está inserido nessa Secretaria, o rótulo conferido ao Esporte coloca as políticas públicas implementadas pelo setor em desvantagem nas disputas internas, por exemplo, de recursos financeiros ou de espaço político. Muitas são as implicações que esse rótulo impõe aos servidores e, particularmente, aos seus projetos. Como abordado anteriormente, as políticas públicas de esporte e de lazer materializadas em Porto Alegre, especialmente aquelas desenvolvidas pelos professores do Esporte nas Unidades Recreativas, estão intimamente vinculadas aos seus projetos.

Acompanhei muitos movimentos dos professores tentando “continuar” com os seus projetos. Houve, nesse sentido, um conjunto de ações que buscavam a

manutenção dos trabalhos desenvolvidos pelos professores, ou seja, uma continuidade possível para o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos. Abordarei, então, dois movimentos que ganharam certa relevância durante esse período em que acompanhei os professores: um relacionado à manutenção dos espaços de gestão, com destaque às reivindicações pela manutenção da Gerência Pedagógica; e outro relacionado à manutenção dos professores cedidos da SMED. Esses não foram os únicos movimentos que figuraram em disputa na arena que envolveu os Professores e o Governo, mas foram pautas que se apresentaram de alguma forma desde o início do processo de extinção e que se mantiveram em pauta por um tempo prolongado, produzindo muitas tensões.

Para olhar esses movimentos seguirei a abordagem teórica de Gilberto Velho (2013) sobre a noção de projeto, que já constitui essa análise. Segundo o autor,

procuro, com estas ideias, assinalar pontos-chave para o desenvolvimento de uma antropologia das sociedades complexas. As noções de campo de possibilidades e de projeto com que venho trabalhando há vários anos, a partir de influências significativas como a dos muitas vezes citados Simmel e Schutz, buscam lidar com a problemática da unidade e fragmentação. Campo de possibilidades trata do que é dado como as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultados de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée* (VELHO, 2013, p. 123).

A noção de campo de possibilidades é cara para a análise das descrições que seguem, principalmente por permitir considerarmos a possibilidade de os indivíduos avaliarem e definirem constantemente a sua realidade. Também destaco que, ao olhar nesse contexto para o processo de negociação, busco compreender como os professores articulam a continuidade dos seus projetos. Ainda recorrendo a Gilberto Velho, essa continuidade dos projetos, mediante os ajustes e redimensionamentos negociados, só é possível quando existe um “potencial de metamorfose”. Ou seja, não sustento que os professores foram submissos às imposições do Projeto do Governo para o Esporte, pois esse potencial considera que há uma reconfiguração da realidade.

A metamorfose de que falo possibilita, através do acionamento de códigos, associados a contextos e domínios específicos – portanto, a universos simbólicos diferenciados –, que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos. Assim, eles não se esgotam numa

dimensão biológico-psicologizante, mas se transformam – não por volição, mas porque fazem parte, eles próprios, do processo de construção social da realidade (VELHO, 2013, p. 124).

Nesse processo tive a oportunidade de observar a mediação de alguns professores em situações que se apresentavam com a estrutura “obstáculo-mediação-solução” (KUSCHNIR, 2001, p. 157). Com a extinção da SME, a materialização dos projetos dos Professores encontrou barreiras. O campo de possibilidades que se mostrava pareceu, em muitas situações, restrito ou até inexistente. Foram nesses momentos que pude perceber a ação de alguns professores que foram capazes de

encontrar pontos de contato e comunicação entre diferentes mundos, produzindo novos resultados a partir desse processo. Essa é a tarefa básica do mediador. Sua atuação é mais ampla que a de um intermediário, que apenas transporta informações de um lado para o outro. A interferência do mediador é criativa, gerando novos valores e condutas (KUSCHNIR, 2001, p. 158).

Além de constituírem processos de mediação, as pautas analisadas a seguir também tiveram conflitos, acusações e disputas entre os Professores, o Governo e outros atores que circularam no Esporte. As situações observadas mobilizaram a atenção de toda a Secretaria (servidores, CCs e agentes políticos) e, em alguns casos, mobilizaram a atenção da mídia mais geral, ampliando o debate, assim como o potencial de metamorfose dos projetos.

5.3.1 As reivindicações pelos espaços de gestão

O ano de 2017, como já foi tratado, acumulou um conjunto de inseguranças aos projetos dos Professores. Além da extinção da SME, a professora Taís, que exercia o cargo de gerente pedagógica, anunciou na reunião do dia 13 de março de 2017 que se aposentaria em alguns meses e que estava em busca de interessados em assumir a função para que ela indicasse à nova gestão. Entretanto, esse processo não ocorreu da forma como a professora planejava. A ocupação do cargo foi palco de muitas tensões e negociações. Nesse processo, eu fui aprendendo a importância que a Gerência Pedagógica tinha para o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, que, para além de uma esfera meramente administrativa, era um espaço de mediação, negociando a realidade dos professores.

Também acompanhei, no mesmo período, a troca da coordenação do Ginásio Tesourinha solicitada pela própria professora que estava atuando como coordenadora – justificando estar esgotada com as novas atribuições do cargo. Esse espaço de coordenação assim como a Gerência Pedagógica são ocupados por professores concursados que recebem função gratificada (FG) para atuar em um cargo de gestão, e talvez seja esse o ponto de maior preocupação para os professores. São espaços que interferem diretamente na organização e implementação das atividades sistemáticas oferecidas nas Unidades Recreativas. Como vimos, esse é o tipo de atividade, de política pública, que os professores consideram mais significativa.

A possibilidade de esvaziamento desses espaços foi percebida pelos professores como um ataque do governo ao Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. A reação oferecida pelos docentes foi de defesa desses espaços, buscando resguardar os cargos e, com isso, proteger as políticas públicas com as quais os referidos setores contribuem para serem implementadas. Antes de abordar a descrição desse processo, apresentarei como a Gerência Pedagógica estava estruturada no final de 2016, antes da instalação do processo de extinção da SME.

5.3.1.1 Um retrato de despedida da Gerência Pedagógica

Para a descrição da Gerência Pedagógica, utilizei dados sobre o setor do ano de 2016 e do início de 2017, reunidos pelo próprio setor com o propósito de favorecer a transição para o novo governo. Os documentos consultados para produzir esse texto foram uma apresentação de Power Point e arquivos compartilhados tanto nas reuniões de professores quanto no período em que atuei na Equipe de Suporte Técnico (EST) – setor que substituiu a Gerência Pedagógica na estrutura administrativa proposta pela gestão Marchezan. Também utilizei os registros dos meus diários de campo.

A Gerência Pedagógica tinha como função “realizar o gerenciamento administrativo, o acompanhamento pedagógico e a formação continuada de professores e estagiários responsáveis pelas intervenções pedagógicas nas Unidades Recreativas”, segundo documento produzido pelo próprio setor no ano de 2016.¹³⁹ Algumas das atribuições do setor eram: visitas de supervisão às unidades recreativas;

¹³⁹ “Atribuições da Gerência Pedagógica”, documento produzido pelo próprio setor descrevendo as suas atribuições.

organização de reuniões com professores e coordenadores; seleção, lotação e acompanhamento de estagiários de ensino superior; reuniões de projetos; reuniões gerais e de equipes das Unidades Recreativas; seminários pedagógicos; coordenação dos grupos de estudo; instrumentalização em hidroginástica e natação para atuação no Projeto Verão; registro das horas extras dos professores e o monitoramento da compensação dessas horas.

Em uma apresentação intitulada “Retrospectiva 2016 – Gerência Pedagógica”, elaborada pela professora Taís, foram apresentados alguns dados sobre a atuação do setor no ano de 2016. Sete professores atuavam na Gerência Pedagógica, totalizando 180 horas distribuídas da seguinte forma: 40 horas da gerente pedagógica; 40 horas da assessora pedagógica; 40 horas da coordenadora de estágios; 20 horas da líder de ação no portal de gestão de adultos e idosos; 20 horas do líder de ação no portal de gestão de crianças e adolescentes; 10 horas da responsável pelos grupos de estudos dos professores; 10 horas do apoio pedagógico.

Nessa mesma apresentação constam alguns dados referentes às “realizações 2016”, sendo: 96 visitas às unidades recreativas; 95 reuniões; dois seminários; instrumentalização para o Projeto Verão; e aproximadamente 330.000 atendimentos em atividades sistemáticas e assistemáticas nas Unidades Recreativas e nos projetos Verão, Brincalhão e Bonde da Cidadania.

Logo após as eleições de 2016, em que o candidato Marchezan se elegeu, foram reunidas algumas informações a pedido do “gabinete de transição” que nos ajudam a descrever o universo gerido pelo setor. Os espaços públicos que estavam sob a responsabilidade da SME e os professores que atuavam na Secretaria estão dispostos no Quadro 6.

Quadro 6 – Espaços sob a responsabilidade da SME (com e sem professor)

Centros comunitários, ginásios, parques, praças	Disponibilidade de RH		CH de professor na UR ¹⁴⁰	Endereço
	Sim	Não		
Cecoflor – Centro de Comunidade Vila Floresta	X		110	Rua Irene Caponi Santiago, 290
Cecopam – Centro de Comunidade Pq. Madepinho	X		160	Rua Arroio Grande, 50
Cecores – Centro de Comunidade V. Restinga	X		80	Rua Econ. Nilo Wulff, s/n
Cecove – Centro de Comunidade V. Elizabeth	X		90	Rua Paulo Gomes de Oliveira, 200
Cegeb – Centro Esportivo George Black	X		95	Rua Cel. Neves, 555
Ceprima – Centro Esportivo Primeiro de Maio	X		140	Rua São Nicolau / R. Camoati
CEVI – Centro Esportivo Vila Ingá	X		150	Rua Papa Pio XXIII, 350
Cecobi – Centro de Comunidade Bairro Ipiranga		X	0	Rua Porto Seguro, 261
Ginásio Lupi Martins	X		130	Rua Arnaldo Bohrer, 320, Teresópolis
Ginásio Tesourinha	X		375	Av. Erico Veríssimo, s/n, Menino Deus
Parque Alim Pedro	X		160	Av. dos Industriários, IAPI
Parque Ararigóia	X		180	Rua Saicã, 6, Jardim Botânico
Parque Mascarenhas de Moraes	X		40	Av. José Aluísio Filho, 570, Humaitá
Parque Moinhos de Vento	X		30	Av. Goethe, Moinhos de Vento
Parque Ramiro Souto	X		160	Av. Osvaldo Aranha, 969, Bonfim
Parque Tamandaré	X		70	Av. Taquara, 609, Petrópolis
Parque Tenístico José Montauray	X		60	Av. 24 de Outubro, 211, Moinhos de Vento
Parque Chico Mendes		X	0	Rua Irmão Ildefonso Luis, Jardim Leopoldina
Parque Germânia	X		100	Av. Ferdinando Kisslinger, Vila Ipiranga
Praça Darcy Azambuja	X		120	Rua Dr. Fernando Ortiz Schneider, 180, Intercap
Praça Bartolomeu de Gusmão/Florida		X	0	Rua Comendador Azevedo / Av. Farrapos, Floresta
Praça General Osório		X	0	Rua Duque de Caxias, Centro
Praça Jaime Teles		X	0	Av. Bento Gonçalves / Av. Santana, Santana
Praça São Geraldo		X	0	Av. Guido Mondin / Av. Ceará, São Geraldo
Praça Pinheiro Machado		X	0	Av. Pátria, Navegantes
Praça dos Maias (Jorge dos Santos da Rosa)		X	0	Rua Francisco Galeck, Parque dos Maias
Praça México		X	0	Rua Sargento Silvia Delmar Hollembach, Rubem Berta
Praça Partenon		X	0	Av. Bento Gonçalves, Partenon

(continua)

¹⁴⁰ Carga horária dos professores lotados nas diferentes Unidades Recreativas no primeiro semestre de 2017. Além dessas lotações, havia professores com CH dedicada nas seguintes funções/atribuições na SME: Gerência Geral (80h); Gerência Executiva (40h); Gerência de Eventos (230h); Gerência de Futebol (200h); Gerência Pedagógica (180h); Projeto Bonde da Cidadania e Ônibus Brincalhão (180h).

Quadro 6 – Espaços sob a responsabilidade da SME (com e sem professor)

Centros comunitários, ginásios, parques, praças	Disponibilidade de RH		CH de professor na UR ¹⁴¹	Endereço
	Sim	Não		
Praça Amizade		X	0	Av. Luiz Moschetti / Cel. Tisiano de Leone, Partenon
Praça Fonseca Amador		X	0	Rua José C. Kaiser / Eurico da Costa Gama, Santana
Praça Francisco Alves		X	0	Rua Francisco Alves, Partenon
Praça Frederico Guilherme Gaelzer		X	0	Rua Armando Barbedo, Tristeza
Praça Jairo Domingos Galisteo		X	0	Rua Família Gonçalves de Carneiro, Cidade de Deus, Cavahada
Praça São Jorge Charrua		X	0	Rua Gervásio da Rosa, Travessa C, Vila Nova
Praça Tristezense		X	0	Rua Landel de Moura / Pe. Reus, Tristeza
Praça Lagos		X	0	Rua Leonardo Carlucci / Antônio Josefino Perrone, Guarujá
Praça Alexandre Zachia		X	0	Av. Chuí / Capivari / Ibicui, Cristal
Praça Ipanema		X	0	Av. Cavahada, 6735, Cavahada
Praça Antônio Cândido Menezes		X	0	Rua Francisco Pinto / Vicente Ferreira Gomes, Sarandi
Praça Oliveira Rolim		X	0	Av. Toledo Piza, Sarandi
Praça Rejane Vieira		X	0	Rua do Barracão, Santa Teresa
Praça Edgar Graeff		X	0	Av. Rachel Wolfrid, 57, Vila Petrópolis

Fonte: elaboração própria

O total de espaços sob a responsabilidade da SME no ano de 2016 era de 42, sendo que 18 estavam com atividades sistemáticas orientadas por professores da Secretaria e 24 estavam sem atividades sistemáticas e sem professores. Além dos espaços listados no Quadro 6 (centros comunitários, ginásios, praças e parques), cerca de 50 campos de futebol estavam sob a responsabilidade da SME, mas o setor que fazia a gestão desses campos era a Gerência de Futebol.

Tabela 2 – Vínculo, número de matrículas e carga horária de professores na SME em 2016

Situação/vínculo com a SME	N.º matrículas	N.º horas lotadas
Professores concursados pela SME	51	1840
Professores cedidos da SMED	31	960
Professores adidos da FASC	8	320
Outras cedências e permutas	6	120
TOTAL	96	3240

Fonte: elaboração própria

¹⁴¹ Carga horária dos professores lotados nas diferentes Unidades Recreativas no primeiro semestre de 2017. Além dessas lotações, havia professores com CH dedicada nas seguintes funções/atribuições na SME: Gerência Geral (80h); Gerência Executiva (40h); Gerência de Eventos (230h); Gerência de Futebol (200h); Gerência Pedagógica (180h); Projeto Bonde da Cidadania e Ônibus Brincalhão (180h).

Habitualmente se discute a quantidade de professores que a SME possui ou a quantidade de professores que estão próximos da aposentadoria. Entretanto, discutir nesses termos pode incorrer em uma certa imprecisão. Normalmente, quando são os professores que falam sobre esses dados, eles consideram as diferentes possibilidades de carga horária: os professores podem ser lotados com 20, 30 ou 40 horas de trabalho semanal por matrícula. E ainda existe a possibilidade de um mesmo professor ter duas matrículas com diferentes cargas horárias cada. Em 2016, por exemplo, dez professores lotados no Esporte tinham dois vínculos com a Prefeitura. Considerando essa característica, faz mais sentido discutirmos sobre o número de matrículas de servidores atuando no Esporte e a quantidade de horas semanais de trabalho de cada matrícula. A Tabela 2 apresenta esses dados, que são referentes aos 86 professores que atuavam no ano de 2016. Um dado complementar, que não está exposto na Tabela 2, é que nesse ano havia 12 professores concursados pela SME que estavam cedidos para outros setores. Esses dados nos mostram o tamanho da Gerência Pedagógica no final do ano de 2016 e oferecem uma ideia dos espaços e das pessoas que eram geridas por esse setor.

5.3.1.2 As tensões em torno do esvaziamento de espaços de gestão: a Gerência Pedagógica e a coordenação do Ginásio Tesourinha

A Gerência Pedagógica, como setor administrativo da SME, tinha uma característica particular. Além de ser muito requisitada pelos professores, assumia integralmente o papel de mediador entre professores e a gestão. Com isso, acumulava muitas funções relacionadas ao cotidiano dos professores, tanto sobre o trabalho quanto sobre a vida funcional. Ter a responsabilidade de gerir questões administrativas dos professores não seria uma característica que diferenciava a Gerência Pedagógica de um outro setor administrativo. Entretanto, muitas das questões cotidianas que o Pedagógico assumia ultrapassavam os limites formais das relações administrativas. Quando os professores encontravam alguma dificuldade em que a negociação estava fora do alcance do seu campo de possibilidades, a solução era mobilizar o Pedagógico. A seguir apresento um excerto do diário de campo de uma reunião que ocorreu em 20 de março de 2017 que mostra uma situação dessas:

Na agenda de reuniões dos professores da SME de hoje, estavam programadas uma reunião de coordenadores na sala 27 e uma reunião dos grupos de estudo com os professores na sala 14. [...] Os grupos se reuniram nas diferentes salas próximo das 8h20min [...]. No início do encontro, antes de ceder o espaço para a assembleia, a professora Luciana já havia mencionado que teria uma apresentação em Power Point para apresentar sobre a avaliação dos grupos de estudo do ano de 2016. [...] A assembleia teve como objetivo articular a participação de todos os colegas no Fórum em Defesa da SME, que ocorreria no dia 21 de março, nos turnos da manhã e da tarde, no Plenário Otávio Rocha, da Câmara dos Vereadores. O evento foi organizado pela Rede Cedes-RS e contava com o apoio da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos ao Esporte, à Recreação e ao Lazer. [...] Próximo das 9h percebi um diálogo entre a professora Luciana, que atuava em um cargo na Gerência Pedagógica e estava coordenando a reunião na sala 14, e a professora Júlia, que atuava em atividades de intervenção com grupos de diferentes faixas etárias. A professora Luciana perguntou até que horas seguiria a conversa (assembleia), pois tinha que começar a reunião dos grupos de estudos. Após a pergunta, a professora Júlia, em tom um pouco alterado e demonstrando impaciência, disse: “Nesse momento o importante é ESSA conversa! Pois, se não conversarmos sobre isso, pois se não defendermos a SME, talvez não teremos mais esse espaço para os grupos de estudo!”. A professora Júlia complementou dizendo que, com a situação atual, referindo-se ao processo de extinção, ninguém teria cabeça para conversar sobre os grupos de estudos. Após essa fala, a professora Luciana não se manifestou mais. A assembleia estendeu-se até o intervalo, que ocorreu às 10h30. [...] Durante a discussão sobre como os professores de diferentes Unidades Recreativas estavam mobilizando seus alunos para participarem do evento, a professora Cristiane, que também atuava com parte da sua carga horária na Gerência Pedagógica e estava ajudando a professora Luciana na coordenação da reunião de grupos de estudo, leu uma mensagem que havia recebido do professor Orlando. A mensagem dizia que não haveria liberação dos turnos para participação no evento do dia 21 de março. Imediatamente após, muitos professores se manifestaram. Nos comentários, os professores lembraram que a liberação dos turnos para participação no evento havia sido negociada pela Comissão em Defesa da SME diretamente com os diretores da Diresp em uma reunião que ocorrera no início do mês. Além disso, essa liberação também havia sido mencionada na reunião geral da semana anterior, dia 13 de março, pelos diretores. A professora Cristiane complementou, após algumas manifestações, dizendo que a liberação havia sido negada pelo RH. Essa notícia instalou um cenário de preocupação e indignação no grupo de professores. Logo após o início dessa discussão, a professora Cristiane resolve ir até a sala onde os coordenadores estavam reunidos para conversar com algum dos gerentes lá presentes. O debate continuou na sala 14. Muitas manifestações que expressavam preocupação e indignação foram aumentando o tom da conversa. Nas diferentes argumentações, algumas alternativas foram levantadas. Uma delas era a possibilidade de fazer uma solicitação para afastamento para cursos, mas a professora Luciana lembrou que o prazo para encaminhamento dessa solicitação já havia passado. Alguns professores sugeriram um acordo, mencionando o termo “desobediência civil”, para que todos os professores fossem ao evento, independente dos locais onde deveriam estar cumprindo horas, mas a professora Ângela falou que estava em estágio probatório e que uma possível falta prejudicaria seu histórico funcional. Outros professores concordaram e descartaram essa possibilidade. A discussão foi se encaminhando para conclusões sobre os motivos que levaram a essa mudança de posição dos diretores. Alguns professores falaram que isso era uma manobra do governo para desmobilizar os professores, pois o evento da semana anterior, que ocorrera no dia 14 de março e marcara a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte, ao Lazer e à Recreação, havia reunido um número de participantes acima da expectativa, mostrando que o movimento em defesa da SME estava se fortalecendo. Foi comentado, também, que o professor Orlando e os diretores eram superiores na hierarquia da Secretaria em relação ao setor de RH. Assim, eles poderiam determinar a liberação dos professores e o setor deveria acatar. Após uma longa discussão, a professora Cristiane retornou à sala 14. Ela disse que havia falado com a professora Taís (gerente pedagógica), que se comprometeu em entrar com uma solicitação via Pedagógico para que os professores participassem do evento. Ela só precisaria dos certificados de todos que tivessem turno de trabalho no dia do evento. Após a manifestação da professora Cristiane, o contexto de preocupação sobre a impossibilidade de participação no evento se encerrou. A reunião seguiu com combinações sobre o evento como se nada tivesse ocorrido (DC, 20/3/2017).

Nessa reunião, quando a notícia sobre a mudança de posicionamento da Diretoria de Esportes (Diresp) quanto à liberação dos professores para participação

no evento foi mencionada, um cenário de preocupação e de indignação se instalou. Esse cenário foi acentuado pelo antagonismo presente nas relações entre CCs e professores. Hipóteses acerca dos motivos que levaram a tal posicionamento apontam para uma estratégia do governo – e dos CCs – de esvaziar a mobilização. Para viabilizar a participação no evento, os professores discutiram estratégias, mas o campo de possibilidades de ação se mostrou complexo e acabou por dividir as opiniões do grupo, que, com isso, foi aumentando o tom nas discussões. Paralelamente ao debate dos professores, a professora Cristiane recorreu à Gerência Pedagógica, particularmente à professora Taís. Ao retornar à sala 14 e informar aos professores que o Pedagógico havia assumido a responsabilidade de garantir a participação dos professores no evento, as incertezas foram diluídas e a discussão de estratégias para permitir a participação foi esquecida.

A situação que ocorreu nessa reunião nos mostra um tipo de atribuição assumida pela Gerência Pedagógica: a de mediador para os professores. O setor, personificado na figura da professora Taís, se coloca numa posição de negociador da realidade para os professores. Essa situação também mostra a confiança dos professores na mediação do setor. A palavra da professora sobre o comprometimento da Gerência Pedagógica bastou para encerrar qualquer dúvida sobre possíveis empecilhos para a participação, ou sobre possíveis faltas àqueles servidores que estariam atuando em algum local com ponto eletrônico e teriam implicações nas suas vidas funcionais.

A garantia de participação dos professores nesse evento, que não estava sendo bem vista pelo governo, pois tinha uma agenda contrária às reformas propostas pelo prefeito Marchezan, mostra que a professora Taís tinha um campo de possibilidades de ação mais amplo que o dos professores. Apesar de o prazo para solicitação de participação nesse evento ter se esgotado, que segundo a Circular Normativa de 2017 é de 15 dias, a professora garantiu a liberação. Mas será que esse campo de possibilidades estava relacionado ao cargo de gerente pedagógica, ou ao conhecimento e às relações, ou seja, a um certo tipo de capital que a professora detinha naquele momento? Segundo Velho e Kuschnir (2001, p. 82), “a passagem por diferentes mundos dá a alguns indivíduos a possibilidade de desempenhar, com maior ou menor sucesso, o papel de mediador”, o que nos sugere que a mediação está mais relacionada à professora e à sua biografia do que ao cargo que ela ocupa.

Independentemente dessa resposta, é certo que, na representação dos professores sobre as atribuições do Pedagógico, está esse papel de mediador e esse amplo campo de possibilidades de ação. Em situações em que os professores se percebem sem a possibilidade de negociar, por exemplo, questões relacionadas às regras que orientam o trabalho, ou às demandas exigidas por agentes políticos, ou até mesmo algumas particularidades pessoais, eles entendem que a responsabilidade por essa mediação é da Gerência Pedagógica. De certa forma, o setor desempenha um papel fundamental no Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte.

Com o processo de extinção da SME e com inúmeras modificações que foram ocorrendo no trabalho e na carreira dos professores (muitas dessas modificações, inclusive, ameaçando os benefícios da carreira dos servidores municipais), a pauta em torno da aposentadoria da professora Taís e de um substituto para o cargo de gerente pedagógico ficou estacionada nas reuniões de professores. Somou-se a isso a greve dos municipais que ocorreu de 5 de outubro a 13 de novembro de 2017, deflagrada em razão de um projeto de lei enviado à Câmara dos Vereadores com a proposta de modificações na remuneração e nos benefícios da carreira dos servidores de Porto Alegre.¹⁴²

Nesses 40 dias de greve, participei de algumas reuniões com os professores da SME. Houve uma adesão à greve de forma significativa dos professores lotados na Secretaria, apesar de circular uma narrativa de que os servidores da SME nunca apoiavam os movimentos grevistas. No Tesourinha, pelo menos cinco professores aderiram à greve, inclusive a professora que estava como coordenadora do Ginásio na época. Nesse período, acompanhei alguns encontros dos professores nas mobilizações em função da greve, acompanhei um grupo de WhatsApp intitulado Tô em Greve e participei de alguns momentos nas reuniões de segunda-feira no Ginásio Tesourinha.

O debate sobre a aposentadoria da professora Taís e sobre a indicação de alguém para o cargo foi retomado nesse período. A proximidade da saída da professora, a indefinição de alguém para assumir o seu lugar e um cenário de acirramento das relações entre professores e CCs foram fatores que fomentaram tal

¹⁴² Mais informações sobre o conteúdo do projeto de lei podem ser obtidas na seguinte matéria da *Zero Hora*: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/08/entenda-os-projetos-que-mudam-a-remuneracao-dos-servidores-de-porto-alegre-e-extinguem-beneficios-9866339.html>. Acesso em 11 de junho de 2020.

discussão. No dia 3 de novembro de 2017, às 23h, a professora Sílvia enviou uma mensagem no grupo Tô em Greve:

Professora Sílvia: Coloco aqui no grupo que com a minha saída da coordenação, não vai ser colocado ninguém no meu lugar. Pois, segundo a direção da Diresp, eu já estou há um mês fora e não estou fazendo nenhuma falta, e tudo está funcionando muito bem sob o comando do Vinícius [CC] e da Letícia [CC].

Esta gente está acabando com a minha energia... estou muito mal, pois hoje a trouxa foi lá fazer o ponto, neste mês atendi de 4 a 6 ligações diárias do Vinícius e sempre procurei dar as coordenadas, estou no sacrifício desde junho/julho só esperando que arranjem alguém para o meu lugar, para não deixar sem coordenação...

Professor Pedro: Tá brincando? O que é que eles chamam de funcionar bem?

Professora Sílvia: Deve ser colocar os funcionários a trabalhar 30/40h a mais no mês, sem ter nenhuma hora extra autorizada, apesar dos meus avisos de que tinha que confirmar com o Orlando... Hoje o seu Olavo querido até chorou [funcionário de serviços gerais]. Ou ir viajar no feriado e deixar [a UR] a bangu... [A UR] estava abandonada hoje...

Professor Pedro: Quando a gente voltar tem que pegar pesado com essas coisas. A Letícia é uma que tem que marcar em cima. Parar com a política de boa vizinhança. Ficar relevando e distribuindo sorrisos. Acho que tem que começar a fechar a cara mesmo, e cobrar duro toda vez que fizer merda.

Professora Sílvia: É a olheira do diretor [da Diresp] lá dentro... passa tudo para ele... Tô muito mal...

Professor Pedro: É a política deles, Sílvia. De desmonte, não precisa de competência, pelo contrário. Eles vão precarizar tudo que puderem. Nós temos que pensar como resistir a isso.

Professora Sílvia: Minha vontade é me exonerar. Cheguei no meu limite mesmo... Desculpem o desabafo...

Professora Natália: É horrível passar por isto, mas não fica assim, reúne o que resta de energia e vamos resistir e denunciar tudo que pudermos. Tu tens a comunidade, os frequentadores do Tesourinha contigo. Não temos o que desculpar, estamos juntos nesta luta e o que está te acontecendo é parte do todo.

Professora Sílvia: Eu sei, Natália, que tem muita gente do nosso lado, mas eles são muito do mal...

Professora Natália: São sim, mas haverá de ter uma saída e fim para isto.

Professora Sílvia: Fora a Gerência Pedagógica que vai ficar sem ninguém...a Taís sai dia 14 e está desesperada, pois após a presepada da Leila, eles querem colocar o Ítalo na Gerência até o final do ano e dar a FG para a Renata... ela quer a FG6 para incorporar, mas não quer o cargo, quer continuar lá ganhando sem fazer p. nenhuma.

Professora Natália: Sacanagem, quem é o Ítalo? Não sei se conheço. A Renata é deste tipo de gente que eles gostam, estão nem aí, pensam só no seu umbigo então vão dizer sim e amém a tudo.

Professor Pedro: Quem é Ítalo?

Professora Sílvia: Um aspone do Gaspar

Professor Pedro: Já era o pedagógico!

Professora Sílvia: CCs everywhere

Professor Pedro: Eles querem transformar a SME num setorzinho de eventos pra tentar ganhar dinheiro e se promover.

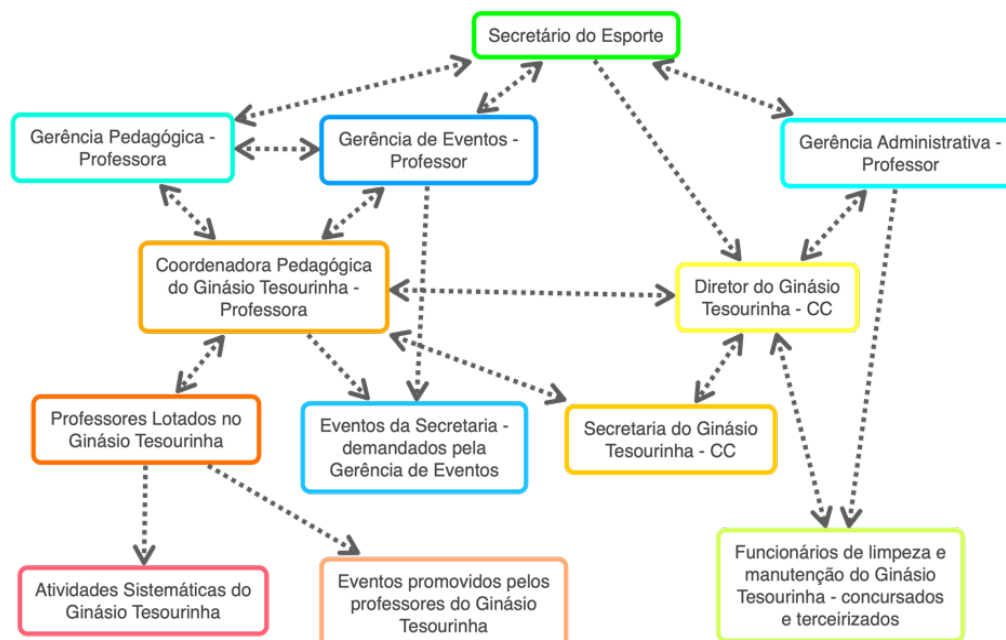
Professora Sílvia: CCs em posições estratégicas...para acabar de vez com o nosso trabalho, que segundo eles, é uma porcaria, porque a gente pensa que botar 20 alunos numa sala é trabalhar... (diálogo no WhatsApp, grupo Tô em Greve, 3/11/2017).

Essa conversa foi motivada pelo desgaste da professora Sílvia, que, apesar de estar em greve, continuava a auxiliar na gestão da Unidade Recreativa fazendo algumas das atividades administrativas que são de atribuição dos coordenadores e auxiliando os CCs em outras atividades. Vinícius e Letícia estavam trabalhando na UR em cargos comissionados (CCs) há poucos meses e, por isso, não sabiam como administrar muitas das coisas que eram necessárias para gerir o local. Nas

mensagens transcritas, a professora Sílvia demonstra que, mesmo em greve, mantinha preocupações com a gestão da UR, auxiliando os CCs naquilo que eles tinham dúvidas. Entretanto, as informações que chegavam eram de que os auxílios da professora não eram reconhecidos pelo Vinícius e pela Letícia. Além disso, circulava a informação de que a Sílvia não estava sendo mais necessária na função, pois não estava fazendo falta.

Para exemplificar as relações hierárquicas e administrativas que ocorriam em diferentes situações envolvendo professores e CCs, produzi um organograma a partir da leitura que fiz do funcionamento das “coisas” no Ginásio Tesourinha, local que observei mais de perto. Destaco que as diferentes URs apresentam características particulares, mas é possível encontrar semelhanças a partir do esquema que apresento a seguir (Figura 21). Chamo atenção para o fato de que não se trata de uma estrutura oficial, mas sim da estrutura observada antes da extinção da SME.

Figura 21 – Relações hierárquicas e administrativas observadas no Ginásio Tesourinha e vínculo funcional das pessoas que ocupam esses espaços



Fonte: elaboração própria

Considerando que, mesmo após a extinção da SME, não foi apresentada uma nova estrutura administrativa, o funcionamento das coisas no Ginásio Tesourinha seguiu de forma muito semelhante ao que ocorria antes. Na Figura 21 podemos observar que muitas coisas passam pelo coordenador pedagógico, o que também ocorria em outras URs. Ainda referente às relações hierárquicas e administrativas que

passam pelo coordenador pedagógico, é possível observar que os setores envolvidos são, na sua maioria, ocupados por professores. Já o diretor do Ginásio Tesourinha está mais envolvido com os setores ocupados por CCs ou que não envolvem questões consideradas pedagógicas, ou seja, que têm relação direta com as intervenções dos professores com os alunos em atividades sistemáticas ou assistemáticas.

Com a adesão da professora Sílvia à greve, o CC Vinícius assumiu o conjunto de atribuições que eram de responsabilidade da coordenadora pedagógica. Considerando que o CC não teria o conhecimento necessário para levar essas responsabilidades e, ao mesmo tempo, não abdicando delas, a professora Sílvia se manteve parcialmente atuante, auxiliando os CCs que estavam lotados na UR. A noção de Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos nos ajuda a explicar a decisão da professora em permanecer auxiliando os CCs na gestão da UR, mesmo estando ela em greve. Sílvia atuava no Esporte desde a década de 1980, entende a importância das ações de gestão e consegue perceber as consequências caso não realizadas. Já para os CCs, que eram responsáveis por essas ações, não é possível essa percepção.

A troca de mensagens descrita anteriormente parou próximo da meia-noite. No dia seguinte, a professora Eliane retomou o diálogo:

Professora Eliane: Oi Sílvia e pessoal! Li tudo, realmente está muito complicado. Estive no Marinha sexta para acertar minhas licenças até a aposentadoria enquanto a Taís ainda está lá. Fiquei muito chateada por não ter ninguém no lugar dela (eles convidaram a Ângela, mas ela, sabiamente, não aceitou). Realmente acho que eles só estão esperando a Taís sair para tomar conta. Mesmo alguns não concordando, a Gerência Pedagógica era um setor de resistência ao desmonte, procurando garantir o foco no trabalho dos professores na ponta, disputando recursos com outras Gerências. Tu, Sílvia, não deve te estressar com a coordenação, não vai prejudicar tua saúde, teu bem-estar. Eles vão passar, as coisas vão mudar mais adiante. Não vale a pena te exonerar. Imagina sair por causa destes “merdas”. O negócio é ter a política de “redução de danos”. Tipo ficar fazendo só o que te faz bem, se apoiando nos colegas, e mantendo vínculo com os alunos. Fazer isto pra conseguir tocar em frente e enfrentar estes 3 anos e pouco que virão.

Professora Sílvia: Agora com a cabeça mais fria, é exatamente isso que tu falou Eliane, política de redução de danos, para aguentar os próximos três anos e pouco, mas acho que ele não vai até o final [...] (diálogo no WhatsApp, grupo Tô em Greve, 4/11/2017).

Além de colocar em pauta o pedido da professora Sílvia para sair do cargo, a situação provocou uma reflexão acerca da ação dos servidores. A “política de redução de danos” foi a possibilidade considerada para conservar a saúde dos professores e, principalmente, pela estabilidade que o concurso lhes confere.

A professora Sílvia já estava articulando a sua saída do cargo desde julho de 2017. Ela permaneceu porque estava buscando garantir a indicação de um professor

concurado para substituí-la, preferencialmente alguém que já estivesse atuando na UR.

Na segunda-feira posterior ao diálogo apresentado (6/11/2017), fui ao Tesourinha para uma reunião que tinha como objetivo combinar alguns detalhes sobre o Show de Talentos, um evento que eu estava organizando com alguns outros professores. Chegando lá, na frente do bar, encontrei alguns colegas conversando sobre a situação da Secretaria, então Diretoria. Pouco depois me desloquei para a sala 27, onde haveria um momento inicial com todos os professores juntos para depois nos dividirmos nas reuniões dos diferentes projetos. A seguir trago um trecho do diário de campo que aborda esse momento da reunião:

Cheguei na sala 27 junto à professora Taís. Cumprimentei alguns colegas que já estavam lá. Logo que entramos, o professor Evaldo se aproximou e perguntou para a Taís como ela estava. Ela comentou que estava preocupada com o Tesourinha. Ela falou que estava acompanhando a professora Sílvia, que, apesar de estar em greve, seguia cumprindo com muitas atribuições da coordenação do Ginásio auxiliando os CCs. Entretanto, o que chegava no gabinete pelos relatos do Vinícius e da Letícia [CCs no Tesourinha] era que eles estavam “dando pinta” de que estão dando conta da coordenação do Ginásio. A professora Taís acrescentou que a ideia dos diretores é não colocar ninguém na coordenação pedagógica do Ginásio; o objetivo é deixar essa função nas mãos dos CCs. A professora Taís também falou que não tem ninguém para assumir o lugar dela como gerente pedagógica, mas uma proposta é o Ítalo [assessor do Gaspar] assumá-la. Isso preocupa ela, pois ele tem uma postura perigosa acerca da manutenção de uma estrutura pedagógica para o Esporte. Taís relata que há frequentes questionamentos sobre o trabalho da Secretaria, muitas críticas, mas não há nenhuma proposta de como ou o que fazer. Que há frequentes “indiretas” para que ela modifique algumas estruturas (por exemplo, que tire o turno de planejamento). Mas ela disse que devolve a indireta falando que “eles deveriam fazer uma proposta de trabalho! Até isso, nós seguiremos fazendo o que costumamos fazer, até que seja feita uma proposta de trabalho para mudarmos”. A professora Taís também falou do diretor Gaspar. Ela começou pedindo desculpa pela falta de ética, mas não aguentava mais e que ia falar. Disse que com ele não há diálogo; quando ela fala, combina, propõe algo, o Gaspar logo concorda, mas 10 minutos depois vem o Ítalo e modifica tudo. Ela disse que o Ítalo é a cabeça pensante da diretoria. São recorrentes os comentários de diferentes professores sobre o Gaspar apontando para essa direção. Ele figura como diretor, mas que não tem liderança e não assume uma postura referente ao cargo que ocupa (DC, 6/11/2017).

No relato da professora Taís, percebemos que os conflitos entre professores e CCs ocorrem em diferentes esferas. No Tesourinha, a coordenadora está em constante tensão com os CCs que atuam no Ginásio, assim como na Gerência Pedagógica a gerente está em conflito com os CCs que ocupam cargos de direção e assessoramento. Nos dois espaços os professores percebem que existe uma perspectiva de substituição dos professores por CCs. Aqueles que já atuam no Ginásio ficariam com as atribuições da coordenadora com a saída da professora, e o assessor Ítalo ficaria com a função de gerente pedagógico após a aposentadoria da professora Taís.

Esses dois espaços, de coordenação de Unidade Recreativa e de gerente pedagógico, atuam diretamente na materialização das políticas públicas que é mais cara para os professores: as atividades sistemáticas esportivas e de lazer. Essa perspectiva da gestão que parte dos CCs, além de quebrar a tradição de que esses espaços são sempre ocupados por professores concursados do quadro, coloca em risco a materialização desse serviço, assim como o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. Essa percepção se dá devido ao contexto de tensão e desconfiança dos professores com os CCs. Em outras palavras, a percepção dos professores é de que estariam “entregando o ouro para o inimigo”.

Com a proximidade da aposentadoria da professora Taís e com as situações que descrevi anteriormente, percebi que a discussão sobre a ocupação desses espaços passou a circular mais intensamente nas conversas informais e nas reuniões formais. E com as conversas e as tensões, a desconfiança em torno dos CCs foi aumentando. A seguir apresento o trecho da reunião do dia 13 de novembro de 2017, na semana em que a professora Taís se afastaria do cargo de gerente:

Hoje as reuniões ocorriam em duas salas diferentes. Os professores se reuniram na sala 14 do Ginásio Tesourinha para o encontro dos grupos de estudos; e os coordenadores junto à gerente pedagógica na sala 27 para a reunião de RAs. [...] Antes de separar os grupos, a professora Luciana chamou todos os professores para a sala 27 para fazer a despedida da professora Eliane, que está entrando em licença-prêmio para aposentadoria. Alguns colegas falaram sobre a professora, compartilhando alguns momentos que tiveram juntos na Secretaria; primeiro a Cristiane, depois a Simara, seguiu o Tadeu, a Patrícia, a Taís e, por fim, a própria Eliane falou, emocionada. A professora atuava na Secretaria desde a década de 1990. Após esse momento, os professores foram para a sala 14 e os coordenadores ficaram na sala 27. A professora Luciana, que estava coordenando a reunião de grupos de estudo, explicou como seria a nossa manhã: avaliação individual do espaço de estudo dos grupos de estudo, avaliação do grupo de estudo que participa reunido nos grupos, intervalo, e avaliação geral com uma discussão no grande grupo. Conversamos um pouco avaliando a produção do nosso grupo de estudo. A prof. Patrícia disse que poderíamos ter feito mais, coletado mais dados, discutido com mais profundidade, mas que, considerando a conjuntura do momento, conseguimos dar conta do objetivo desse espaço. Depois o assunto foi para questões políticas de secretaria. A Patrícia falou sobre a possível vinda de uma indicação da SMED para o cargo de Gerência Pedagógica. Como ninguém da própria Secretaria foi indicado, ou melhor, não foi aceito pelos diretores, a proposta deles era de indicar alguém da SMED. Esse fato foi recebido com muito receio, podendo vir alguém que seja vinculado politicamente com os diretores e com a proposta política deles. E, conforme o que o professor Anderson comentou, pode ser uma política que ainda desconhecemos. Seguimos discutindo e o assunto foi avançando de forma pessimista acerca do futuro da Secretaria. Fizemos um intervalo de uns 30 minutos. Nesse tempo fui conversar com alguns colegas e encontrei a professora Sílvia, que assim como eu estava voltando de greve. Perguntei como ela estava. Ela disse que estava sentindo falta do trabalho, apesar de tudo. Falando sobre a coordenação, ela afirmou que não quer mais ficar. Disse que ficou o final de semana todo pensando nas possibilidades e avaliou que a professora Andréa seria menos prejudicial para as atividades, pois ela teria mais perfil para assumir o cargo. Ela poderia ficar com 10 horas atendendo as turmas de atividades esportivas e 30 horas na coordenação do Tesourinha. [...] Após o intervalo, voltamos para o debate no grande grupo. Quando cheguei na sala, estavam conversando sobre a possibilidade de produzir um documento com resumos dos estudos, um tipo de relatório que registrasse o que foi produzido. Vários colegas falaram. A professora Cláudia falou discordando de um formato rígido.

Falou que no grupo dela estão pensando em outros formatos de produção do conhecimento. A discussão seguiu por mais alguns minutos até que o professor Sandro pediu para falar. Ele conduziu a discussão para um outro tema. Inicialmente falou brevemente sobre os interesses da pesquisa do grupo de que ele participava e encaminhou a pergunta: “Pra que estamos produzindo isso? Pra quem? Com qual finalidade?” Após essas perguntas, o professor Sandro iniciou a discussão sobre a aposentadoria da professora Taís, enfatizou que ninguém iria assumir o seu lugar, que a Gerência Pedagógica ficaria abandonada e que este era o início do fim. A professora Patrícia falou ao grupo da indicação de alguém da SMED por parte dos diretores, visto que não teria nenhum professor da Secretaria interessado em assumir o cargo. [...] Após algumas solicitações, a professora Luciana contou uma versão da história de como ocorreu o “troca-troca” das indicações sem citar os nomes dos envolvidos. Alguns colegas se incomodaram e insistiram para que a professora falasse os nomes. Mesmo com a insistência, a professora Luciana não se sentiu confortável em mencionar o nome dos envolvidos na história. Começaram muitas conversas paralelas na sala até que a professora Cristiane disse que poderia falar os nomes, que não tinha problema com isso. Cristiane seguiu dizendo que desde fevereiro a professora Taís estava procurando alguém para o cargo, mas, devido à situação da Secretaria, ninguém queria assumir. O grupo que estava atuando na Gerência Pedagógica convenceu o professor Leandro, e ele havia aceitado o compromisso. Mas os diretores alegaram que ele não teria o perfil e indicaram a professora Leila. A justificativa dos diretores era de que eles já tinham trabalhado com ela na Secretaria Estadual de Esporte, assim, já conheciam a forma de trabalho dela. Na versão “corredor” da história, comentada logo após a reunião, diziam que a professora Leila se articulou com os diretores para que ela fosse indicada. Entretanto, logo depois de anunciada a indicação da professora Leila, ela aderiu à greve, ficando os dez primeiros dias afastada. Os diretores disseram que a indicação de Leila havia ficado insustentável devido à adesão dela à greve. Os diretores fizeram outra indicação: a professora Ângela. Entretanto, foi comentado que a professora Ângela havia aceitado a função da professora Eliane, que estava se aposentando. Eliane atuava em uma função gratificada (FG) na Gerência Pedagógica, era uma FG3. A informação sobre o cargo de gerente pedagógico, posição que a professora Taís ocupava, era de que essa função viria sem a função gratificada, que era FG6. Foi mencionado na reunião que havia alguém que iria pegar a FG6 e não iria assumir o cargo de gerente. Na conversa que tivemos no grupo do WhatsApp, a professora Sílvia havia mencionado que a professora Renata estava se articulando para receber a FG6 em outra função. [...] Um dos professores disse que era necessária uma conversa com os coordenadores, pois não fazia sentido estarmos em espaços diferentes frente a esse acontecimento. A professora Patrícia falou que aquele era um momento importante para marcarmos uma posição frente ao que estava acontecendo com a estrutura administrativa do Esporte. Ela falou: “deveríamos indicar uns três ou cinco nomes, assim eles não teriam essa justificativa de não ter interessados para o cargo, e eles teriam que arranjar motivos para justificar a recusa dos nomes indicados”. A professora Luciana foi até a sala de reunião dos coordenadores para perguntar se a Taís concordava com a proposta de reunir os professores com os coordenadores para discutir sobre a ausência de definição de um nome para assumir a Gerência Pedagógica. Ela aceitou e disse que os professores poderiam ir para a sala 27. Após todos os professores se reunirem na sala 27, a conversa iniciou com um relato da professora Taís, explicando como ficaria a partir de quinta (dia em que ela entraria em licença-aposentadoria). A professora também relatou o processo de indicações e recusas, mencionado anteriormente pelas professoras Luciana e Cristiane, citando os nomes dos envolvidos sem que ninguém precisasse solicitar isso. [...] Houve uma fala ríspida, em certa medida um pouco agressiva, do professor Sandro, acusando a Gerência Pedagógica de não fazer um processo democrático para indicação de alguém para assumir a função. A professora Taís, aumentando o tom da fala, devolveu argumentando que desde o início do ano vinha conversando e falando que se aposentaria, que teria que indicar alguém, mas ninguém se mostrava interessado. Pelo contrário, todos com quem ela conversava diziam que não estavam dispostos a aceitar o cargo. A professora finalizou perguntando se o professor Sandro estava disposto a aceitar o cargo, e ele respondeu: “é claro que não!”. Ela complementou dizendo que não se sentia confortável de indicar alguém sem que este estivesse interessado em assumir o cargo. Houve uma discussão sobre se do encontro sairia um nome para indicação, mas coletivamente optaram por formar uma comissão que se reuniria com os diretores na quinta-feira, último dia de trabalho da professora Taís. A comissão havia ficado comprometida com os seguintes pontos: solicitar que os diretores esclarecessem como seriam as condições de trabalho do gerente pedagógico; solicitar a manutenção da FG para o gerente pedagógico; e solicitar uma equipe para atuar no setor. A informação que se tinha era de que a pessoa da SMED convidada para o cargo pelos diretores daria a resposta na terça, por isso a data sugerida foi posterior. A proposta de formação da comissão foi aprovada, mas não foram

definidos os nomes dos professores que participariam da reunião. Ficou acordado que essa definição seria combinada via WhatsApp, pois já passava do meio-dia (DC, 13/11/2017).

Nesse excerto do diário de campo, descrevi o momento em que o processo de negociação do cargo de gerente pedagógico foi compartilhado com todos os professores. Algumas tentativas de indicar um professor do quadro foram realizadas, mas não houve o aceite por parte dos gestores. Considerando que o Esporte está como uma diretoria dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte, essa indicação depende do diretor, que deve sugerir um nome para a secretária, e cabe a ela aceitar e nomear o servidor para o cargo.

No processo descrito pelas professoras, houve a indicação de alguém que já atuava no setor em uma outra função, o professor Leandro. Entretanto, paralelamente a essa indicação, outra professora negociou a sua indicação e, por ter alguma proximidade com o diretor, foi considerada para o cargo. Mas a adesão da servidora à greve impossibilitou a continuidade dessa negociação com a secretária.

Nesse processo, também, aparece o esvaziamento da função de gerente pedagógico. A função gratificada atribuída ao servidor que assume o cargo foi retirada e atribuída a outra servidora, também a partir de uma negociação. E ainda existe a incerteza de que haverá uma equipe para atuar no setor. O que se mostrou no horizonte foi que viria um outro servidor da Secretaria Municipal de Educação para assumir o cargo e que esse processo já estava negociado e com data para uma resposta.

Esse cenário fomentou uma organização dos professores para tentar negociar com os diretores do Esporte algumas condições de trabalho para o setor e para a pessoa que fosse indicada. A seguir apresento o diário de campo referente às trocas de mensagens que ocorreram no início do turno da tarde, logo após a reunião dos professores, com a finalidade de marcar a reunião com os diretores e definir os componentes da comissão. A professora Ângela, que tinha turno de trabalho no Marinha, havia se disponibilizado para tentar marcar a data, pois encontraria os diretores.

A professora Ângela enviou uma mensagem contando que havia conversado com o diretor Carlos para agendar a reunião com a comissão formada por professores. Ele solicitou que a reunião fosse às 14h e pediu para encaminhar os nomes dos professores que compõem a comissão. A professora Ângela também disse que solicitou ao diretor que eles não fizessem o convite para a pessoa da SMED. Ela relatou que ele havia concordado e pedia a indicação de um nome para o cargo. Após a

professora encaminhar a mensagem, iniciou um longo debate sobre a possibilidade de indicação. Questionaram, também, o fato de a professora Tais já ter anunciado que o convite havia sido realizado e que a resposta viria na terça. A professora Ângela sustentou que havia intercedido e que o diretor garantira que iria aguardar a conversa com a comissão. Alguns professores que participaram da conversa sugeriram indicar um nome. Inclusive a professora Ângela acrescentou: “e o que ele argumentou é que, vindo alguém da SMED, tudo vai mudar – palavras do Carlos!”. Outros sustentavam que não era isso que havia sido combinado na reunião dos professores algumas horas antes. A professora Patrícia disse: “Pessoal, sugiro que sigamos o que foi acordado com os professores hoje: 1) formação da comissão; 2) agendamento da reunião da comissão com a chefia; 3) apresentação da preocupação de todos com os rumos do Pedagógico e posteriormente, após aprovação dos professores, nosso nome ser indicado”. A professora Clarisse escreveu: “Acho que a ideia do Rodrigo de hoje foi boa, que se garantisse uma equipe pedagógica. É muito mais fácil alguém abraçar se tiver uma equipe que seja afinada com a pessoa”. Na troca de mensagens, parece que a professora Ângela perdeu a paciência. Ela enfatizou: “encerro aqui minha articulação com eles!”. E na sequência explicou: “bom, pessoal, foi assim!! Carlos disse que se não indicarmos alguém eles puxariam alguém da SMED e que tudo seria diferente... Nessa hora ele disse que não fizeram ainda nenhum convite por lá”. A professora Lara se manifestou concordando com a professora Patrícia, mas disse que seria importante que a comissão tivesse um nome pois essa indicação teria mais chance de ser aceita. A professora questionou o motivo do “não aceite” do professor Leandro para ocupar o cargo de gerente, explicando que isso devia ter ocorrido por conta da articulação que já existia em torno do nome da professora Leila. A discussão continuou e os professores acordaram seguir o que fora combinado na reunião da manhã, tentando garantir uma equipe para a estruturação do setor. Posteriormente a professora Leila enviou uma mensagem: “Colegas, como meu nome foi citado, esclareço que quando recebi o convite para assumir a Gerência Pedagógica pelo Gaspar e pelo Ítalo (talvez por eu já ter trabalhado com eles no governo do Estado), não tinha conhecimento do desejo do Leandro de assumir tal função. Inclusive já me desculpei pessoalmente com ele. Porém, pelo fato de eu ter feito a escolha de participar desse histórico movimento dos municipais e ter feito a greve por 10 dias, no meu retorno conversei com o Ítalo e o convite, segundo ele, ficou insustentável. Creio que, se for desejo do colega Leandro, há grandes chances de o gabinete aceitar essa indicação do grupo. Lembrando que, pelos relatos que tenho de colegas da SMED, os nomes indicados para as chefias são, muitas vezes, superalinhados com o governo, ou seja, chegam patrolando. Enfim...” (DC, 13/11/2017).

Após essa discussão em torno de um alinhamento dos objetivos da reunião e do agendamento do dia e horário com os diretores, foram encaminhados os nomes de professores que estariam nesse encontro. Solicitei participar do encontro mencionando que estaria presente com o objetivo de observar a reunião para a minha pesquisa de doutorado. Fui autorizado a comparecer.

A seguir apresento alguns trechos do diário de campo referentes à reunião que tratou da negociação do futuro da Gerência Pedagógica.

Conforme deliberado na reunião de segunda, no momento final do encontro uma comissão de professores marcou uma reunião com os diretores da Diresp com o objetivo de mostrar que o grupo de professores (representados pela comissão) considera importante a manutenção da Gerência Pedagógica com o mesmo nível de acesso e autonomia que as outras gerências e com a possibilidade de estruturar uma equipe de trabalho. Estavam presentes na reunião o diretor Carlos, o assessor Ítalo e os professores Cristiane, Luciane, Dagoberto, Tales, Simara, Evandro (até às 15h), Júlia, Orlando (chegou um pouco depois) e Diná (trabalhando no computador da sala). A reunião ocorreu na sala da Gerência Pedagógica. Logo que cheguei na sala, estavam somente os professores. Houve uma pequena tentativa de alinhar as falas, mas iniciou-se um debate sobre os boatos de indicações para o cargo que estavam circulando nos corredores [...]. Acabamos não alinhando nada. Em seguida o diretor Carlos chegou. Carlos iniciou a reunião abordando uma

possível reindicação do professor Leandro; ele disse que havia encontrado o professor no corredor e que havia oferecido a vaga de gerente pedagógico. Carlos falou que, antes de o Leandro responder se aceitava ou não, pediu para o professor pensar e responder depois. Ele falou que ainda não haviam convidado ninguém da SMED, pois, se convidassem, ficaria chato desconvidar (apesar de o professor Leandro ter sido desconvidado). Pouco depois chegou o Ítalo (assessor do diretor Gaspar), que trouxe algumas informações novas para os professores. Em certo momento ele explicou como ocorreu o processo de “indicações e desindicações”. Ele falou: “inicialmente a Taís trouxe o nome do Leandro, mas antes de darmos o OK, ela convidou ele. O que ocorreu foi que o professor Orlando disse que o Leandro não teria o perfil. Após, chegamos ao nome da professora Leila, acreditamos que ela teria perfil para o cargo, pois ela tem mais trânsito no gabinete, pois já havia trabalhado comigo e com o Gaspar na Secretaria Estadual. Nós sabemos que ela é uma pessoa instável, e com a greve ela acabou explodindo, e vocês sabem o que aconteceu.... Depois apareceu o nome da professora Ângela, que já estava indicada para a função da Eliane. A Taís não a deixou assumir, pois ela achou que seria um passo muito grande para ela. Ficamos sem ninguém para o cargo”. A professora Cristiane perguntou para o Ítalo sobre a possibilidade de indicação de alguém da SMED; comentou que o diretor Carlos havia mencionado que eles ainda não tinham feito esse convite. Após a manifestação da professora, o assessor Ítalo olhou para o diretor Carlos, com uma expressão de desaprovação e fazendo um gesto puxando a orelha, e disse: “Mas tu, hein!”. Na sequência ele desconversou e mudou de assunto, sem acrescentar informações sobre o possível convite. Foi perguntado para o Ítalo sobre a FG6 do cargo de gerente pedagógico, e ele explicou: “estamos revendo o organograma da Diresp. A Diretoria de Esporte está operando como secretaria desde o início do ano. Somos uma diretoria que funciona como secretaria... Nesse novo organograma, a Gerência Pedagógica seria transformada em Unidade Pedagógica”. Implica, com essa mudança, a retirada da FG de gerente, substituindo por uma de “responsável” pela unidade. Essa já é uma proposta desde o início do ano, mas, como o Ítalo disse, eles estão “respeitando” e “ouvindo”; por isso as mudanças não entraram em vigor. Sobre a questão da FG da Taís, Ítalo explicou: “a Diresp foi a única que conseguiu manter quase a totalidade das FGs, mas essa nós perdemos”. Depois ele se contradisse explicando: “estamos apenas eu (Ítalo), o Gaspar e a Renata no gabinete, e ela está ajudando muito nesta função... Por isso acreditamos que ela merecia receber a FG...”. Após a fala do Ítalo, os professores começaram a se manifestar. A professora Cristiane fez uma longa fala, abordando principalmente os problemas que as Unidades Recreativas enfrentam com a falta de recursos e com a falta de pessoal de limpeza e manutenção. O professor Tales também fez uma fala extensa, enfatizando a importância da Gerência Pedagógica como um setor que sustenta o trabalho dos professores. Enfatizou, também, a importância da legitimidade de quem for assumir o cargo frente aos professores, destacando a necessidade de garantir uma equipe de trabalho para o setor. Segundo Tales, “é impossível trabalhar neste cargo sozinho, é necessária uma equipe que atenda às diferentes demandas”. A professora Simara também falou bastante sobre problemas das Unidades Recreativas. Em um momento ela começou a entrar na pauta de que achava o nome do professor Leonardo uma boa indicação, mas a professora Cristiane fez uma intervenção dizendo que não era essa a pauta da reunião. Simara também disse: “me preocupa que um critério para escolher alguém para o cargo é ‘ter um bom trânsito’ no gabinete!”. O diretor Carlos disse, em um momento em que a discussão estava exaltada, que o prefeito havia errado sobre a decisão de extinguir a SME. Ele citou o caso da liberação de recursos para umas medalhas, cerca de 8 mil reais; ele teve que ligar para o prefeito dizendo que não estavam liberando, e o prefeito disse que já deveria estar liberado, mas não estava. Carlos disse que o prefeito ligou para os setores, algumas cabeças rolaram e a verba foi liberada. Ele afirmou que o Esporte é o único setor que mantém as metas; os outros não conseguem manter. Ele disse que existe a possibilidade de voltar a ser secretaria e que isso depende do desempenho da diretoria. Como em outros momentos, quando a discussão fica mais tensa, o diretor Carlos menciona a possibilidade de “voltar a ser secretaria”. Ele também falou que está negociando para lotar todos os professores na SMDSE (tanto os com concurso na SME quanto os com concurso na SMED que estavam cedidos para SME). Assim, segundo Carlos, fica garantido que os recursos humanos permanecem na Diretoria. [...] A professora Júlia, após algumas manifestações que seguiram a fala do diretor Carlos, sintetizou os objetivos da formação daquela comissão: 1) que a diretoria manifestasse as condições que o indicado ao cargo de gerente pedagógico teria; 2) que fossem disponibilizadas no mínimo 120 horas para a equipe de trabalho da Gerência Pedagógica; 3) que os professores que atuassem na Gerência Pedagógica mantivessem as FGs; 4) que os diretores apresentassem o organograma do Esporte (esse tópico não estava na pauta; acredito que a professora Júlia tenha incluído porque o Ítalo mencionou durante a sua fala). Após esses encaminhamentos, ficou acertado que os diretores combinariam uma data para nos apresentar o novo organograma e as condições que o indicado para a função de gerente pedagógico

iria ter. Não ficou definida a data para a conversa, pois para marcar era necessário ter algumas definições que eles não tinham naquele momento. Após a reunião, a professora Clarisse perguntou no WhatsApp o que havia sido combinado na reunião da comissão. A professora Cristiane enviou a seguinte mensagem: “Relato ultrarresumido: 1) Colocamos a preocupação do grupo de professores com a Gerência Pedagógica, a necessidade de garantir a continuidade da carga horária, FG específica e todas as questões pedagógicas; 2) Gaspar não estava presente, por ter agenda, falamos com Carlos e Ítalo. Eles colocam a vontade de ouvir e estabelecer o “Nós”. Ítalo nos coloca a par de uma reestruturação no organograma, que será feita. (Já encaminhada para a direção pelo governo via assessoria contratada); 3) Não temos retorno quanto ao provável ou possível convite ou sondagem que teria sido feito ou não a alguém da SMED. Não marcamos nova data. Deixamos para eles marcarem, e nos chamarem; 4) De qualquer forma, mantivemos a ideia de que nossa missão era representar o grupo e não indicar nomes. Isto dependeria de um processo em que eles exponham o que oferecem e quais as funções” (DC, 16/11/2017).

O debate sobre a ocupação do cargo e a manutenção da Gerência Pedagógica esfriou após esse encontro. De certa forma, a mobilização dos professores surtiu algum efeito. Não houve a indicação de nenhum professor externo (da SMED) para assumir o cargo, apesar dos boatos sobre essa indicação. Houve a manutenção do setor com uma espécie de “gestão compartilhada”, em que o diretor Carlos figurava como participante da equipe da Gerência Pedagógica com as professoras Luciana e Ângela. Elas seguiram atuando nos seus cargos, com as mesmas FGs que tinham anteriormente, assumindo algumas funções dos professores que estavam saindo da equipe da Gerência Pedagógica. A FG6 que estava anteriormente com o detentor do cargo de gerente pedagógico foi para a professora Renata, como era a vontade dos diretores, sem que ela assumisse uma função de gerente.

O setor Gerência Pedagógica ficou sem gerente. Apenas em abril de 2018, quase seis meses depois, e sob a pressão feita pelos professores, quando a secretária interina participou de algumas reuniões, como descrito anteriormente, foi anunciado que a professora Luciana assumiria o cargo de gerente. Mas com ressalvas. Ela passou a ser considerada “gerente”, mas não passou a receber a FG referente ao cargo. Do período em que o diretor Carlos anunciou que ela ocuparia o cargo até o momento em que eu saí do campo, outubro de 2018, a professora estava atuando como gerente e recebendo a mesma FG do cargo que ela ocupava anteriormente, uma FG3. A explicação dos diretores era que o organograma estava sendo discutido, sem ainda ter sido aprovado, e a professora seria contemplada com a FG referente ao cargo quando o novo organograma fosse publicado no *Diário Oficial*.¹⁴³

A solução paliativa encontrada ficou em meio-termo, pois a Gerência Pedagógica não se esvaziou por completo, mas também não estava ocupada como

¹⁴³ No novo organograma, ficou definida uma FG5 para o cargo de gerente pedagógico.

esperado pelos professores. O setor, que em 2016 estava com sete professores dedicando um total de 180 horas semanais de trabalho, passa a funcionar com duas professoras com cerca de 60 horas semanais de trabalho em 2017. No início de 2018, outro professor passa a fazer parte da equipe com mais 15 horas. E em maio eu passo a compor a equipe com 10 horas. Assim, de maio até 30 de setembro, data em que fui devolvido para a SMED, a Gerência Pedagógica funcionou com 85 horas semanais de trabalho. Cabe destacar que durante esse período em que atuei na Gerência Pedagógica também não recebi a FG referente ao cargo; segundo o assessor Ítalo, essa FG seria atribuída à minha função tão logo o organograma fosse aprovado.

Outro debate que acompanhei nesse período foi a indicação para o cargo de coordenador do Ginásio Tesourinha. A seguir apresento o diário de campo da reunião de equipe do dia 20 de novembro de 2017, que tinha como pauta o encaminhamento das indicações para o cargo:

A reunião de equipe sempre tem uma pauta referente à gestão do Ginásio. Nesse encontro não foi diferente. A pauta mais discutida, e que era a mais relevante, era a saída da professora Sílvia da coordenação do Ginásio Tesourinha. Sobre esse ponto, retomo alguns diálogos que tive nos dias anteriores com a professora. Sílvia me falou que havia pensado em cada professor do Tesourinha avaliando se teriam como assumir a coordenação do Ginásio. Ela demonstrou uma grande preocupação para a tomada dessa decisão, pois, se fosse indicado um professor de fora do Tesourinha, as consequências poderiam ser grandes. Havia, ainda, a possibilidade de não ter o coordenador pedagógico. Nesse caso acumularia essa função o diretor do Tesourinha, que é um CC e em quem os professores não confiam. O estudo da professora, considerando os prejuízos para os atendimentos do Ginásio, a carga horária e o perfil dos professores, chegou à conclusão de que a professora Andréa seria a melhor indicação. Na reunião esse ponto da pauta foi abordado quando o professor Orlando chegou. Não sabíamos que ele viria; não sei se ele veio sem avisar ou se a professora Sílvia havia combinado com ele. O assunto começou de forma estranha, do meu ponto de vista, pois a professora Sílvia já havia me contado que tinha conversado sobre a indicação do nome da Andréa para o Orlando e que ele havia aceitado, achando uma boa indicação. Inclusive sugeri um professor para substituí-la nas aulas que a professora ministrava. Mas acho que os outros professores não sabiam desses detalhes, principalmente o professor Pedro, que já havia manifestado interesse na coordenação para a Sílvia. [...] O professor Orlando contou sobre sua trajetória, falando sobre os desafios de assumir diferentes coordenações sem se considerar apto para tal cargo. Ele disse que o dia a dia o capacitou e que hoje ele está em um cargo de gestão por ter aceitado os desafios. Essa narrativa apresentada pelo professor soou como uma “palestra motivacional” para que o professor indicado aceitasse o cargo. Ele falou, também, que sabia quem não indicar por conhecer o perfil; que se indicasse para a coordenação de qualquer local, esse local fecharia; que se quiser fechar algum local, era só indicar essa pessoa. Disse, também, que o professor que aceitasse, sendo da SMED, não poderia ter sua cedência encerrada, pois a FG, vinculada à função, seguraria o professor na Diresp. Entramos no assunto da FG, julgando a FG3 pouco para coordenar o Tesourinha. Praças com dois ou três professores tinham a mesma FG3 que o Tesourinha. Antes da reforma administrativa do governo Marcezan o Tesourinha tinha uma FG5. Foi questionado se havia possibilidade de retorno da FG5 para o cargo. O Roberto disse que agora não, mas futuramente poderia tentar. A professora Sílvia retomou a fala e explicou sobre o seu estudo acerca das cargas horárias e os prejuízos aos atendimentos (ela não falou sobre o perfil para função). Ela disse que achava que “uma opção a partir destas considerações seria a professora Andréa”, mas perguntou se alguém mais queria ser indicado, pois ela ainda não havia encaminhado um e-mail ao diretor Gaspar com nomes de indicações para o cargo. O professor Pedro disse que tinha interesse, falou que estava cansado de fazer sempre as mesmas coisas com cada vez mais

problemas para resolver. A professora Sílvia justificou a opção pela Andréa e não pelo Pedro pelo possível fim da atividade que o professor desenvolve na Secretaria, pois caso o Pedro parasse de dar aula para assumir a coordenação, não teria outro professor para substituição. Orlando falou sobre os critérios de promoção para cargos com FGs. Segundo ele, muitas vezes a pessoa que ganhava uma FG para coordenar uma Unidade Recreativa era alguém que não servia para dar aula, que afastava os alunos e acabava com as turmas. Assim, as pessoas competentes não eram promovidas por ter um trabalho bom. Sílvia falou que enviaria o e-mail com os nomes do Pedro e da Andréa (DC, 20/11/2017).

Como desfecho desse processo, a professora Andréa foi nomeada para o cargo de coordenadora do Ginásio Tesourinha, e a professora Sílvia retomou as atividades “na ponta”, oferecendo aulas para a comunidade do Ginásio. Nesse espaço de gestão, houve menos conflito com os gestores comparativamente ao caso da Gerência Pedagógica. Mas também houve perdas. Antes mesmo de a professora Sílvia sair do cargo, a FG referente à coordenação do Ginásio, por ser um espaço mais complexo e com maior número de professores lotados, era uma FG5. Na renovação da FG para a professora Sílvia, ela ficou como FG3, equivalendo-se às outras Unidades Recreativas. Havia uma discussão no sentido de recusar a coordenação se a FG não retornasse à categoria anterior. Entretanto, com o risco de perder o espaço de gestão para um CC, essa discussão se encerrou, e a FG3 foi aceita sem restrições.

Anteriormente discuti, apoiado em autores do campo da antropologia da política, o papel de mediadores desempenhado pelos vereadores no processo de extinção. A partir do que descrevi aqui, aponto que alguns professores figuraram no papel de mediador em diferentes situações. Isso ocorre no trabalho cotidiano dos professores que atuam ocupando os cargos, mas também ocorreu no processo de defesa da manutenção da Gerência Pedagógica e da indicação de um professor do quadro como coordenador do Ginásio Tesourinha.

Respeitadas as devidas proporções relacionadas aos diferentes cargos ocupados, tanto a professora Taís quando era gerente pedagógica como a professora Sílvia quando era coordenadora do Ginásio Tesourinha atuavam como mediadoras dos professores. No entanto, não é o cargo em si que desempenha a mediação. Entendo que o cargo possibilita, mas, nesse caso, a mediação ocorre pela pessoa que ocupa o cargo. No artigo *Trajatória, projeto e mediação na política*, Karina Kuschnir (2001) descreve a trajetória de um político que construiu carreira no Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse texto a autora explora as experiências nos diferentes espaços em que Ricardo Alves (nome fictício) circulou como fatores que favoreceram o papel de mediador que ele desempenha enquanto vereador. Essas experiências,

construídas a partir da origem familiar, da associação engenharia/elite, do sindicalismo e da atividade partidária, permitem que ele circule com alguma desenvoltura por diferentes universos, com valores e visões de mundo mais ou menos distintos. No exercício da política, especificamente, isso significa uma maior habilidade para atuar como mediador entre o poder público e diferentes segmentos da população (KUSCHNIR, 2001, p. 154).

No artigo a autora relata a situação em que um líder comunitário comparece ao gabinete do vereador pedindo apoio para resolver o problema na área de telefonia popular. Resumidamente, o líder comunitário queria ajuda para instalação de orelhões na sua comunidade. O parlamentar ouviu os pedidos, solicitou inúmeras informações e organizou um cronograma de ação para buscar o atendimento da necessidade da comunidade. A mediação do vereador foi favorecida porque ele “conhecia o sistema ‘por dentro’ – tanto a parte técnica quanto a política” (KUSCHNIR, 2001, p. 155).

Com isso quero dizer que o papel de mediador que as professoras Taís e Sílvia desempenharam era favorecido pelos diferentes espaços que elas já haviam ocupado no Esporte, pelas suas trajetórias. Nesse sentido, a mediação deve ser interpretada como um projeto, e “é a partir desse projeto [...] que o mediador organiza seus interesses e estrutura seu estoque de conhecimento para interagir com os outros” (KUSCHNIR, 2001, p. 159). A professora Taís atuava na SME desde a década de 1990, em diferentes projetos como professora e depois como coordenadora; a professora Sílvia iniciou sua carreira no Esporte ainda na década de 1980, trabalhou em inúmeras Unidades Recreativas, atuou como professora, coordenou por muitos anos o projeto Lazer e Saúde e compôs a equipe da Gerência Pedagógica antes de ser coordenadora do Ginásio. Assim, elas dominavam tanto a parte técnica quanto a política: quando os professores compareciam com os seus problemas, elas sabiam os atalhos para resolvê-los. Aponto que a experiência dos professores com as atuações mediadoras das professoras Taís e Sílvia foi determinante no movimento de defesa de outros professores no cargo. O que não se tinha em mente era: qual campo de possibilidades, no que se refere à mediação, os professores que assumissem os referidos cargos teriam?

Acredito que o desempenho desse papel, não apenas pelas professoras que utilizei nesse exemplo, mas também por outros professores que trabalham no Esporte há muitos anos e que atuam em outras coordenações, ou outras gerências, seja um dos motivos para a mobilização pela manutenção de servidores do quadro do Esporte nesses lugares. No caso da manutenção pela Gerência Pedagógica, e pela garantia

de condições para o gerente desenvolver o seu trabalho, muitos professores se envolveram no processo. Mas os professores mais antigos, aqueles com certa trajetória, atuaram com mais destaque. No caso da coordenação do Ginásio Tesourinha, o professor Orlando se envolveu diretamente, buscando incentivar os professores a aceitar o cargo, mesmo naquele momento em que as condições para essa função não eram favoráveis.

Além disso, me parece que há ainda outros interesses na manutenção desses cargos com um professor do quadro do Esporte. Analisando pela ótica do Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos, manter professores que compartilham desse projeto é uma forma de ganhar alguma autonomia, pois esses cargos, como já abordado, se relacionam diretamente com a política pública que é mais cara aos professores do Esporte; me refiro àquela parcela das políticas ligada às atividades sistemáticas. Considerando que a SME havia sido extinta, seria, talvez, a mobilização pela manutenção de professores do quadro nessas funções uma estratégia para buscar a materialização do Projeto dos Professores do Esporte no contexto do cotidiano?

5.3.2 A busca pela manutenção dos professores cedidos

O receio de que os professores cedidos da SMED tivessem que retornar para a sua Secretaria de origem circulou nos diálogos e nas reuniões do Esporte desde que o processo de extinção da SME foi instalado. Alguns professores comentavam que, se a Secretaria fosse extinta, os acordos que sustentavam as cedências deixariam de valer. Essa percepção tem seu fundamento na lógica de que a cedência dos professores da SMED para a SME era um acordo entre secretários. Com isso, constituíam uma esfera política da atuação do secretário das pastas. Como qualquer tipo de cedência, a cada troca de governo, com a troca dos secretários das pastas envolvidas nas negociações, esses acordos necessitam de uma renegociação.

Apesar desse conhecimento, a extinção da SME esvaziou a capacidade de negociação política do Esporte, pois essa capacidade dependia de um status político que o Esporte deixou de ter. Não tenho elementos para afirmar que a extinção da SME foi o motivo desse esvaziamento, já que a gestão do governo Marchezan operou numa lógica centralizadora, enfatizando os processos administrativos e reduzindo os espaços de negociação política dentro do próprio governo. Resumidamente, o papel

da Secretária do Desenvolvimento Social e Esporte e dos Diretores do Esporte foi mais administrativo e muito menos político.

Considerando que a negociação entre agentes do governo para cedência de professores para o Esporte fora realizada, em gestões anteriores, pela negociação política, a percepção dos professores era de que havia uma grande possibilidade de os docentes cedidos deixarem o Esporte. Soma-se a isso o fato de os professores se perceberem como “o problema da SMDSE” aos olhos dos gestores da pasta e do governo.

Nesta etapa da tese pretendo descrever como ocorreu o processo de devolução dos professores cedidos da SMED. Utilizo o termo “devolução/devolvido” porque, simbolicamente, ele representa o que a não renovação da cedência significou para os professores do Esporte. E, para além de interpretações, esse termo surgiu em campo durante esse processo. Essa foi a forma como professores e outros interlocutores comunicaram e relataram o fato.

Outro ponto de destaque é que esse processo definiu a minha saída do trabalho de campo. Como já abordado, eu atuava no Esporte desde 2014 e, com o ingresso no curso de doutorado e o meu envolvimento com as pesquisas da Rede Cedes-RS, passei a estudar o meu campo de atuação profissional. Estava presente atuando em dois papéis, o de professor e o de pesquisador, que se misturavam e se confundiam no meu dia a dia. Por isso, o que pretendo descrever nesta etapa carrega “o sabor e a dor da ação, o som e a fúria” (WACQUANT, 2002, p. 11) desse mundo social que vivenciei, resultado da minha participação observante.

Nas páginas que seguem, contarei como se deu o processo de devolução dos professores cedidos da SMED, processo esse que me “tirou de campo”, pois fui incluído no grupo de professores que foram devolvidos. Assim, além de encerrar a minha atuação no Esporte, encerrei o meu período de imersão no campo de estudo. Nesse duplo papel, de pesquisador e de professor, pude vivenciar na pele as sensações e percepções que esse processo significou para os professores devolvidos.

Desde a abertura do processo SEI/PMPA¹⁴⁴ até o retorno dos primeiros professores à SMED, passaram-se menos de quatro dias. O processo SEI/PMPA foi

¹⁴⁴ Processo SEI/PMPA n.º 18.0.000094980-5. O despacho do secretário da Educação era o de n.º 4928524, com o ofício n.º 1342/2018, do dia 24 de setembro de 2018, da Diretoria de Recursos Humanos da SMED.

aberto pelo secretário municipal de Educação Adriano Naves de Brito às 10h15 do dia 24 de setembro de 2018, uma segunda-feira, segundo assinatura eletrônica do processo. O primeiro grupo de professores que retornaram para a SMED se apresentou no dia 28 de setembro, uma sexta-feira. Tudo aconteceu muito rápido, e os professores do Esporte não acreditavam que isso pudesse ocorrer num espaço tão curto de tempo. Em uma conversa com o professor Maurício, que já atuava há quase 20 anos no Esporte, ocorrida no dia 25 de setembro, ele disse: “isso não é assim, isso leva tempo”.

Mas havia algo que não estávamos considerando, algo que a própria secretária interina havia nos ensinado sobre os processos do SEI. Quando questionada pelo professor Geraldo, que disse ter aberto um processo para retirada de uma árvore e que nada havia sido realizado, ela respondeu: “não adianta abrir um processo SEI e esperar 30 dias. O SEI é a formalidade, mas depois tem que ligar para o setor responsável. Todo processo tem que ser construído em conjunto. O SEI é a formalização do processo final” (DC, 9/4/2018). Aqui há uma pista de que a devolução dos professores não iniciou com a abertura do referido processo SEI/PMPA. Talvez a devolução dos professores já tivesse sido negociada e o processo aberto em 24 de setembro de 2018 fosse apenas a formalização da negociação.

A seguir, descreverei esse processo destacando o meu percurso em campo. Esse momento foi, talvez, o ápice da minha trajetória no Esporte como professor e na investigação etnográfica como pesquisador. Assim, ao mesmo tempo que meus registros contribuem para a construção do meu texto, eles desvelam um “golpe duro” na minha trajetória profissional. Por outro lado, esse distanciamento do campo se tornou importante para relativizar minhas percepções sobre o que eu tinha observado. Também delimitou o fim do período de produção de material etnográfico, algo que não é uma decisão fácil para o pesquisador.

5.3.2.1 Saindo do campo: como fui devolvido para a SMED

Iniciei a semana com muitas tarefas. Os dois eventos em que eu estava trabalhando há cerca de três meses – XXIV Encontro sobre o Envelhecimento e XVII Jogos Municipais da Terceira Idade – ocorreriam na próxima sexta-feira (28/9/2018) e na terça e quarta-feira da semana seguinte (2 e 3/10/2018). Eu estava com a responsabilidade de organizar e executar esses dois eventos devido ao “cargo” que

estava ocupando na Equipe de Suporte Técnico (EST), dentro da Coordenação de Gestão Interna (CGI), que é uma das coordenadorias da Diretoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer (DGERL). Nesse cargo eu atuava como coordenador do projeto De Bem Com a Vida.¹⁴⁵

Esses eventos fazem parte do planejamento anual desse projeto. O Encontro sobre o Envelhecimento ocorre tradicionalmente no Parque Ararigbóia. Foi a partir dos primeiros encontros sobre o envelhecimento, ocorridos na década de 1990, que o projeto De Bem Com a Vida se formatou. Nesse sentido, ele tem uma representação simbólica na constituição do projeto, assim como na expectativa dos idosos que participam anualmente. Como se trata de um evento do Esporte, ele conta com a participação de professores e grupos de alunos de diferentes Unidades Recreativas. Os Jogos Municipais da Terceira Idade também constituem um evento do planejamento anual do projeto. Segundo sua descrição, os Jogos caracterizam-se por ser esportes adaptados para idosos, com uma proposta de ludicidade, participação e integração, tendo como princípios norteadores a democracia, a solidariedade e a inclusão. O evento tem como principal objetivo integrar, organizar e fortalecer a participação de idosos em atividades esportivas e recreativas, contribuindo para a melhora da sua qualidade de vida (Projeto Básico dos Jogos Municipais da Terceira Idade).

A reunião de segunda-feira (24/9/2018) era “de equipe”; assim, os professores deveriam se reunir com suas equipes de trabalho. Como eu estava atuando tanto na equipe de professores do Ginásio Tesourinha quanto na EST¹⁴⁶, tive que optar por participar da reunião com alguma das equipes (como fazem todos os professores que atuam em mais de uma equipe). Acabei optando por participar da reunião na EST, pois tinha muitas demandas para encaminhar no setor devido à proximidade dos

¹⁴⁵ Segundo o planejamento de 2018, o De Bem Com a Vida responde pelas atividades voltadas às pessoas com 60 anos ou mais. O programa divide-se em atividades sistemáticas e assistemáticas. As atividades sistemáticas são atividades realizadas em praças, parques, centros de comunidade e ginásios municipais para essa faixa etária como: grupos de convivência, alongamento, yoga, ginástica, ginástica chinesa, tai chi chuan, reeducação postural geral, atividade física orientada, caminhada, dança, brincadeira, biodança, musculação, esportes adaptados para a terceira idade, voleibol e bocha. As atividades assistemáticas são eventos promovidos para essa faixa etária, sendo o Encontro Sobre o Envelhecimento e os Jogos Municipais diretamente desenvolvidos pelo De Bem com a Vida.

¹⁴⁶ Equipe de Suporte Técnico, setor que substituiu a Gerência Pedagógica na estrutura administrativa proposta pela nova gestão. Nas tratativas dessa estrutura, o assessor Ítalo manifestou que o nome “pedagógico” conflitava no gabinete, ou seja, a secretária interina Elise não queria usar essa palavra na estrutura administrativa. O mesmo ocorria com outro setor, que antes era denominado Gerência de Eventos; nesse caso, o termo “eventos” conflitava, então o nome do setor ficou Equipe de Gestão Esportiva e de Lazer.

eventos que eu estava organizando. A pauta da reunião era pequena; assim, conseguiria trabalhar nos eventos. A seguir apresento o excerto do diário de campo que descreve algumas atividades relacionadas aos eventos que executei naquela manhã:

[...] No XXIV Encontro sobre o Envelhecimento, organizei alguns detalhes sobre a programação e sobre o almoço, pois a proposta do almoço demandou uma inscrição antecipada (via Google Forms) e o pagamento do valor referente ao almoço para os professores responsáveis pelos grupos (15 reais para meio galeto, salada, pão e refrigerante). Não esperávamos que tivéssemos tantos inscritos. As inscrições para o almoço superaram 170 pessoas. [...] No evento dos XVII Jogos Municipais da Terceira Idade havia algumas pendências mais urgentes, pois, além de detalhes sobre a programação e reservas de materiais e equipamentos, tinha o problema da ambulância, dos materiais e a organização do congresso técnico (que estava agendado para a terça, 25/9). Além disso, eu tinha organizado um curso de extensão gratuito na PUCRS sobre arbitragem de câmbio, em que um dos objetivos era capacitar os estagiários para atuar nos Jogos. Quando fui tentar tomar pé sobre como estava o processo de solicitação da ambulância, que tramitava via SEI, descobri que o servidor da antiga Assepla tinha feito um despacho perguntando se o recurso para contratação da ambulância poderia sair do Fundesp. Conversei com colegas perguntando quem respondia pelo Fundesp e me informaram que era o diretor Gaspar. O despacho do servidor questionando sobre a possibilidade de pagamento pelo Fundesp estava aberto para o Gaspar responder há alguns dias, mas ele não se manifestou no processo. Em seguida chegou o Orlando e eu contei a situação para ele, que manifestou que podia falar com o Gaspar. Cerca de uns 10 minutos depois, o Orlando retornou na minha sala e disse que o Gaspar havia autorizado e o pagamento das ambulâncias poderia ser realizado com recursos do Fundesp. Não hesitei e telefonei para o servidor. Quando falei sobre a resposta do Gaspar, ele me disse: “Bom, se ele falou isso, foi só de boca! Eu não recebi nenhuma comunicação sobre isso. Agora não dá mais tempo de efetuar o pagamento pelo Fundesp. Estou tentando outra forma de pagar isso com a Fazenda”. Eu fiquei com uma cara de tacho. [...] (DC, 24/9/2018).

Esse excerto descreve uma parte da manhã daquela segunda-feira em que eu estava envolvido com as demandas relacionadas aos eventos. Após isso, próximo das 10h30 min, a professora Luciana exclamou: “Vocês viram a mensagem do Fabrício no Grupo?!”. No meu Diário de Campo fiz o seguinte registro sobre esse momento:

Pouco depois das 10h30min, o professor Fabrício enviou uma mensagem no grupo de coordenadores dizendo que o Adriano [secretário da SMED] havia aberto um processo solicitando o retorno de todos os professores da SMED que estavam cedidos (em diferentes secretarias). A lista contava com 64 servidores distribuídos em inúmeros setores da PMPA; destes, 30 professores estavam cedidos à SME. Depois desse despacho, vários colegas ficaram agitados. Os corredores do Marinha, que estavam silenciosos, presenciaram uma série de diálogos preocupados. O professor Ronald, que estava trabalhando em um computador próximo da mesa em que eu estava, ficou bastante nervoso. De certa forma, ficou difícil seguir trabalhando naquele final de turno (DC, 24/9/2018).

Naquele dia eu não tinha turno de trabalho à tarde. Fiquei trabalhando em casa nas demandas relacionadas aos eventos que eu estava organizando. Mas não foi fácil me concentrar nelas, pois a todo momento eu acessava os grupos de WhatsApp para

verificar se alguma informação nova havia sido postada. Além disso, me mantive conectado ao e-mail institucional e ao processo SEI/PMPA com o mesmo objetivo. Nos grupos de WhatsApp houve muitas interações, mas nenhuma informação nova foi compartilhada para além do que o processo SEI/PMPA já trazia.

No dia 25 de setembro, tinha uma agenda com vários compromissos relacionados às atividades do Esporte. O primeiro deles era o congresso técnico dos XVII Jogos Municipais da Terceira Idade, que ocorreu na sala de reuniões da unidade localizada na Rua Erico Verissimo, onde também ficava a Gerência de Futebol. Encontrei alguns dos colegas desse setor e compartilhamos preocupações. O professor Alberto comentou que, se os professores fossem devolvidos para a SMED, a capacidade de manutenção dos projetos do Futebol estaria comprometida. Já o professor Maurício comentou que esse processo se arrastaria por algum tempo.

Os comentários do professor Maurício indicaram que ele não acreditava que a devolução dos professores pudesse ser realizada sem antes ocorrer um diálogo mais profundo dentro da Secretaria e com a comunidade. De certa maneira, a narrativa do professor me levava para a ideia manifestada por outros colegas em diferentes momentos do meu trabalho de campo: os professores tinham forte relação com a comunidade, e isso dificultava a sua devolução. Isso, também, por não existir uma forma de suprir as lacunas deixadas pelos professores que estavam na lista e, pontualmente, pelo fato de que 21 dos 30 professores cedidos da SMED atuavam diretamente com turmas de alunos em aulas sistemáticas. O professor Maurício não atuava diretamente com alunos em turmas sistemáticas. Ele coordenava projetos na área do futebol. Mas a fala dele reforça a importância que as atividades sistemáticas têm no Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos dos Professores do Esporte.

Durante o congresso técnico dos Jogos, alguns alunos da Secretaria me perguntaram sobre o processo SEI que solicitava o retorno dos professores cedidos. Eu expliquei o que sabia até aquele momento. Um dos professores que estava no congresso, que acompanharia um grupo de idosos de Gravataí, me perguntou se existia a possibilidade de os Jogos não se realizarem. Respondi: “Acho que não existe essa possibilidade!”. Complementei explicando que os Jogos são garantidos por uma

lei municipal¹⁴⁷ e, se eu fosse devolvido para a SMED, outro professor assumiria a coordenação do evento.

Após o congresso técnico, me desloquei para o Ginásio Tesourinha, pois a presidenta da Aagites e quatro alunas representantes de turmas me convidaram para uma reunião cujo objetivo era organizar alguma ação no sentido de evitar a devolução dos professores do Ginásio. Fui solicitado a explicar o que estava acontecendo e relatar as informações que tinha até aquele momento. Após o meu relato, a reunião continuou com proposições de ações em que cada uma das participantes do encontro teria algum envolvimento.

Na minha agenda de trabalho daquele dia, eu não retornaria para o Marinha, pois ficaria organizando os preparativos para os eventos do próprio Ginásio Tesourinha. Entretanto, trocando mensagens com a professora Ângela, perguntei, quando ainda estava em reunião na Aagites, como estavam as coisas. Ela me respondeu: “Complicado!”. Assim, logo após fazer o relato na reunião da Aagites, pedi para me retirar da reunião explicando que deveria comparecer na sede do Esporte.

Quando cheguei ao Marinha, encontrei os professores Ângela, Ronald e Renata com a CC Letícia, reunidos com o coordenador Ítalo¹⁴⁸ na sua sala. Eles discutiam a estrutura de um texto para levar na reunião com a secretária interina Elise e tentar sensibilizá-la a reverter a devolução dos professores. Essa reunião estava agendada para aquela tarde, às 17h30min, entretanto o coordenador Gaspar, que se reuniria com a secretária interina, disse que seria impossível devido a outros compromissos e acabou agendando para quarta (26/9) às 8h30min no gabinete da SMDSE.

¹⁴⁷ Lei Municipal n.º 8.794, de 18 de outubro de 2001. Oficializa a instituição dos Jogos Municipais da Terceira Idade, promoção anual da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?s1=000023494.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acesso em: 26 ago. 2020.

¹⁴⁸ Até esse momento, na escrita deste texto, quando me referia aos CCs que ocupavam os cargos de gestão do Esporte na SMDSE eu os chamava de “diretores”, pois assim eram chamados. Com a publicização do organograma, os “diretores” passaram a ser denominados “coordenadores”, pois a Diresp passou a se chamar Coordenadoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer (CGERL). No entanto, alguns meses depois, o nome do setor foi modificado novamente, passando a se chamar Diretoria-Geral de Esporte, Recreação e Lazer (DGERL). Como no período em que o processo de devolução dos professores estava sendo discutido os CCs em cargo de gestão eram chamados de “coordenadores”, vou utilizar neste texto, que descreve aquele período, o nome “coordenadores”. O Ítalo, que antes era assessor do Gaspar, foi promovido na nova estrutura administrativa. A CGERL passou a contar com quatro “coordenações”, mantendo as posições hierárquicas dos três diretores que atuavam anteriormente e possibilitando que o Ítalo fosse promovido sem prejuízo aos outros envolvidos em cargos comissionados de chefia.

A devolução dos professores, considerando o Projeto dos Professores, representava um retrocesso. Os prejuízos para a implementação desse projeto, que depende das atividades sistemáticas nas Unidades Recreativas, seriam imensos. Reduzir o número de professores que atuam em atividades sistemáticas seria reduzir o acesso às políticas públicas de esporte e de lazer, que, segundo Telles (1999), representa um estreitamento no horizonte dos direitos sociais. Essa análise se justifica na medida em que consideramos a relação existente entre políticas públicas e direitos sociais apontada por Pereira (2009), sobre a qual discorri na introdução deste trabalho. Acrescento ainda que a não priorização dessa pauta pelo gestor da pasta do Esporte, que é o coordenador Gaspar, é outro dado que me ajuda a afirmar que o projeto do gestor, em alguma medida relacionado com o Projeto do Governo, não dialoga com o Projeto dos Professores.

Ainda enquanto estávamos em reunião com o coordenador Ítalo, a coordenadora Natacha¹⁴⁹ entrou na sala e perguntou se estávamos discutindo sobre a devolução dos professores. Confirmamos, e ela nos disse que havia descoberto, por fontes externas, que a SMED precisava de nove professores com 40 horas.¹⁵⁰ Ela sugeriu levar para a reunião com a secretária interina a proposta de atendermos essas escolas que estão com essa necessidade sem devolver os professores. Essa proposta não avançou no texto produzido, tampouco nas negociações com a secretária. Um dos fatos que me sugerem o “não avanço” dessa proposta é que ela dependia de uma negociação política, algo que a secretária interina não considera na sua atuação como gestora. Mas a informação referente à necessidade de nove professores da SMED rapidamente se espalhou pela Secretaria – afirmo isso pela circulação dessa informação nos diferentes espaços em que estive e nos grupos de WhatsApp.

Após a conversa com o coordenador Ítalo, a professora Ângela, o professor Ronald e eu nos deslocamos para a sala da Gerência Pedagógica com o objetivo de levantar dados. Alguns dos dados que reunimos estão no Quadro 7, a seguir. Além disso, neste quadro agrupo outros dados que não estavam nos levantamentos

¹⁴⁹ Natacha estava atuando como coordenadora substituindo Carlos, que se afastou desse cargo por três meses para concorrer nas eleições de 2018 a deputado estadual. Após o pleito, por não ter sido eleito, Carlos retornou ao cargo como havia acordado com Natacha.

¹⁵⁰ No final do processo, como veremos, 14 professores foram devolvidos, totalizando 370 horas de trabalho semanal. Somando a carga horária referente aos nove professores que, segundo a coordenadora Natacha, era a necessidade da SMED, temos 360 horas de trabalho semanal. De certa forma, creio que a informação que a coordenadora trouxe estava sustentada por alguma necessidade da SMED ou pode ter sido um recurso de negociação utilizado por quem decidiu quem seria devolvido.

daquela tarde, mas que acabaram sendo, em algum momento, abordados nas argumentações acerca da manutenção dos professores.

Quadro 7 – Dados referentes ao impacto da devolução dos professores cedidos da SMED

Dado	Quantitativo	Percentual
Número de professores de Educação Física solicitados pela SMED no processo SEI	30 professores	35,7% dos professores lotados no Esporte
Número de Unidades Recreativas (UR) impactadas com a retirada de professores	13 UR	81,25% das UR
Número de projetos impactados	6 projetos	-
Número de setores administrativos impactados	4 setores	-
Número de atendimentos em atividades sistemáticas que os professores solicitados pela SMED realizaram em julho de 2018	9.083 atendimentos (24 dos 30 professores atuavam em atividades sistemáticas)	28,74% de todos os atendimentos (sistemáticos e assistemáticos) de julho de 2018
Número de alunos atendidos em atividades sistemáticas que os professores solicitados pela SMED realizaram em julho de 2018	2.951 alunos (24 dos 30 professores atuavam em atividades sistemáticas)	-
Carga horária total dos professores solicitados pela SMED	1.010 horas semanais	-

Fonte: elaboração própria

No final da tarde, a professora Ângela e eu fomos até a sala da professora Renata, que estava com o professor Rodrigo e com a CC Leticia construindo um texto que seria encaminhado para a secretária. Havia uma preocupação na utilização de termos jurídicos. A professora Renata, que trabalhava com a produção de projetos na Secretaria, fazia uma espécie de “tradução”: ela registrava nossas contribuições e reescrevia ajustando a linguagem considerada mais adequada. Contribuímos com a construção de alguns dos parágrafos e nos retiramos antes de o texto ser finalizado.

Pouco depois das 18h, a professora Ângela encaminhou uma mensagem para o grupo dos coordenadores de Unidades Recreativas. Nessa mensagem, ela “convoca” todos para participarem da reunião com a secretária interina que ocorreria às 8h30min do dia 26 de setembro (quarta-feira). O que seria uma reunião de negociação entre os coordenadores Gaspar e Ítalo – CCs em cargos de gestão da CGERL – que havia sido cancelada a pedido do gestor, tornou-se uma reunião com grande parte dos professores, que conseguiram se organizar para comparecer.

Os relatos que tive sobre essa reunião foram de que não houve diálogo, não houve negociação. A secretária interina estava decidida em atender ao pedido da SMED. Segundo os professores que participaram, ela disse que os coordenadores

das Unidades Recreativas deveriam “ajustar as turmas para que o impacto fosse o menor possível” e disse que era “necessário se reinventar na gestão” (DC, 26/9/2018) dos diferentes espaços. Considerando que a reunião com os gestores do esporte foi cancelada e que a remarcação dessa incluía os coordenadores das Unidades Recreativas, o objetivo me parece que foi orientar para que eles dessem conta da redução de professores nos seus quadros.

Após a breve reunião com a secretária interina, os professores se reuniram em um posto de gasolina próximo ao prédio onde ficava a sede da SMDSE. Houve uma tentativa de organização para reverter a devolução dos professores. Entre as propostas, levantaram a possibilidade de paralisar o serviço ou de entregar as FGs dos cargos de coordenação, mas acabaram não avançando em nenhuma das possibilidades apresentadas.

No período da tarde tive um turno de trabalho com três turmas de idosos no Tesourinha. Quando cheguei ao Ginásio, encontrei a professora Andréa, que havia participado da reunião com a secretária interina. Ela estava abatida e nervosa com a situação. Conversamos por alguns minutos. Andréa fez um breve relato sobre a reunião e disse: “Acho que vai vir alguma coisa ainda hoje!” (DC, 26/9/2018). No seu relato, ela falou que, pela forma como a secretária interina se comportou e pelo seu discurso e forma que abordou a devolução dos professores, ela já estava com tudo decidido. Minha sensação foi de que a professora Andréa tinha outras informações, mas que não se sentiu confortável para falar naquele momento.

Após a breve conversa com a professora, fui atender as turmas que tinha naquela tarde. A seguir, um excerto do diário de campo daquele dia:

Meus atendimentos nessa tarde foram: a turma do grupo de convivência, com cerca de 25 alunas; a turma de dança para terceira idade, com cerca de 45 alunas; e a turma de dança para adultos, também com cerca de 45 alunas. No grupo de convivência, após explicar sobre o processo de devolução dos professores, uma das alunas propôs de ir no Conselho Municipal do Idoso (Comui) solicitar uma audiência com o presidente para pedir ajuda. Essa aluna foi presidenta do Comui e disse que, naquela época, estava sempre presente em eventos e atividades que envolvessem os idosos. Agora, ela disse que não sabia quem era o presidente. Segundo seu relato, nos últimos eventos o Conselho não mandou nenhum representante. Durante as aulas de dança, tive um momento de conversa com todos: expliquei que todos os professores que haviam entrado para a Prefeitura via concurso para a SMED estavam sendo chamados pelo secretário Adriano para voltarem para as escolas e que eu estava nessa lista, pois havia feito o concurso para a SMED. As alunas se mostravam incrédulas. De certa forma, as salas lotadas produziam uma sensação de que seria impossível algum gestor público retirar o professor que atendia aquelas turmas. Muitas alunas manifestaram essa percepção. Durante as aulas eu estava fazendo as inscrições para o XXIV Encontro sobre o Envelhecimento (que estava marcado para acontecer no Parque Ararigóia na sexta). Assim, além das alunas regulares das turmas que eu atendia, muitos outros idosos que

faziam outras atividades no Tesourinha me procuraram para fazer a inscrição (para participar do galeto, era necessário fazer o pagamento antecipado) (DC, 26/9/2018).

Apesar de saber, naquele momento, que eu poderia ser devolvido para a SMED, eu ainda não acreditava que isso pudesse ocorrer tão rapidamente. Não ministrei aquelas aulas como se fossem as últimas aulas que eu ministraria para aquelas turmas. Fazia quase cinco anos que eu acompanhava aqueles grupos semanalmente, participava dos seus projetos e contribuía com algumas atividades nos seus momentos de lazer. De certa forma, fui retirado daquelas turmas sem a oportunidade de uma despedida.

A sensação de “uma certa segurança”, que consistia em acreditar ser pouco provável que eu fosse devolvido, também era compartilhada por outros colegas do Esporte e por muitos alunos que manifestaram essa percepção. Essa sensação me levou às perguntas: por que os professores e alunos do Esporte tinham essa sensação? Por que eu tinha aquela sensação? A partir dessa provocação, cheguei às reflexões que exponho daqui em diante.

Primeiramente, considero o fato de atender um grande grupo de alunos em atividades sistemáticas, que produziram vínculos dos alunos comigo e vice-versa (naquela tarde eu havia atendido aproximadamente 115 alunos). A sensação de que esse era um fator que me sustentaria como professor no Esporte era reforçado pelo modo como eu fui cedido para a SME quando passei no concurso. Foi por meio das reivindicações daquelas alunas que o secretário do Esporte da época solicitou que, para a escolha dos professores a serem cedidos, um atuasse com dança. Assim como no meu caso, muitos outros professores, cedidos ou não, atendem grandes grupos em atividades sistemáticas, constroem vínculos e desenvolvem trabalhos significativos com as comunidades atendidas, pois essa é a principal política pública do Projeto dos Professores, e o secretário daquela época, que produziu as condições necessárias para as cedências, compartilhava dessa ideia.

Em segundo lugar, considero o fato de estar atuando em um cargo de coordenador de projeto. Em diversas situações, os professores mais antigos da Secretaria falavam que os cargos com FG garantem a manutenção do professor cedido na Secretaria. Entretanto, eu não estava recebendo a FG. O meu ingresso na Gerência Pedagógica, que depois se tornou Equipe de Suporte Técnico (EST), foi por meio de um acordo informal com o coordenador Ítalo, e eu receberia os meses

trabalhados de forma retroativa assim que o organograma fosse publicado. Ao mesmo tempo que eu assumia as responsabilidades e atribuições de uma função gratificada (a organização dos eventos, reuniões, encaminhamentos de processos, produção de textos, etc.), eu não atuava em uma função gratificada. Tinha o ônus, mas não tinha o bônus da função. Muitos dos professores cedidos, não todos, atuavam em cargos com função gratificada, tal como nas coordenações de Unidades Recreativas ou de projetos.

Mas o fato que contribuía de forma mais significativa para a percepção de que eu não seria devolvido era a sensação de pertencer a um projeto de política pública de esporte e de lazer consolidado na cidade de Porto Alegre. Era o fato de pertencer ao Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. E essa era a sensação de muitos dos professores com quem conversava.

Nesse mesmo dia, 26 de setembro de 2018, às 18h07min, a secretária interina Elise fez um despacho apontando quais professores deveriam se apresentar para a SMED.¹⁵¹ Nesse despacho, ocorreu a indicação para que dez professores se apresentassem na SMED na sexta-feira (28/9/2018) e outros oito professores na segunda-feira (1/10/2018). Meu nome estava listado para apresentação na segunda-feira.

Essa lista teve uma grande repercussão nos grupos de professores e, principalmente, entre aqueles listados. Citando o meu caso, poucas horas antes eu estava atendendo um grande grupo de alunos descrente da possibilidade de que aquele seria o último encontro. Quando recebi essa notícia, levei algum tempo para processar, pois tinha, naquela e na próxima semana, que materializar dois eventos que fazem parte do cronograma de ações das políticas públicas de esporte e de lazer de Porto Alegre, sendo que um deles é garantido por lei municipal.

No horário em que o despacho foi publicado, os professores da Praça Darcy Azambuja estavam reunidos. O motivo da reunião era justamente a solicitação da SMED, pois, caso ela fosse atendida na íntegra, a Praça ficaria sem professores para oferecer as atividades sistemáticas. Três professores estavam presentes, a coordenadora e mais dois professores. Todos tinham entre 30 e 40 horas na Praça e todos ministravam atividades sistemáticas para a comunidade. A lista de professores

¹⁵¹ O Despacho n.º 4961028 da secretária interina do Desenvolvimento Social e Esporte foi incluído no mesmo processo SEI/PMPA n.º 18.0.000094980-5, aberto pelo secretário da Educação solicitando a devolução dos professores.

apontados no despacho chegou durante a reunião via WhatsApp. A notícia de que dois dos professores que estavam presentes na reunião teriam que se apresentar na SMED, segundo o despacho, no dia 1.º de outubro, abalou tanto os docentes quanto os alunos que estavam reunidos. De acordo com as mensagens compartilhadas pela coordenadora da Praça, alguns alunos e os professores choraram com a notícia.

Outro professor que estava na lista e que deveria se apresentar na sexta-feira (28/9) relatou, quando nos encontramos no XXIV Encontro sobre o Envelhecimento, que não conseguiu esperar e foi na quinta-feira pela manhã na SMED. Ele contou que chamou a coordenadora do local onde tinha um turno de trabalho e falou: “Eu não estou conseguindo trabalhar, preciso organizar minha vida” (DC, 28/9/2018). Então, pediu para deixar o estagiário ministrando a atividade sob a orientação dela e foi para a SMED. Enfim, aquela notícia chegou desacomodando todos os professores do Esporte e grande parte dos alunos e das comunidades atendidas por eles.

Ainda sobre o despacho da secretária interina, destaco o texto que introduziu o apontamento dos professores que deveriam se apresentar. Os parágrafos iniciais, particularmente três dos seis parágrafos do documento, estavam no texto que a professora Renata estava elaborando há dois dias. Ao ler o documento, percebi que havia contribuído para a construção do texto que solicitava a minha devolução.

No dia 27 de setembro de 2018, quinta-feira, já seria um dia bastante atribulado, pois antecedia o XXIV Encontro sobre o Envelhecimento e eu tinha muitas coisas para organizar. Para ampliar a ansiedade relacionada ao evento, foi um dia com muitas tensões acerca do processo de devolução dos professores, no qual eu estava incluído. Segundo as trocas de mensagens nos grupos de professores, que não cessaram de quarta para quinta, a secretária interina havia marcado uma reunião no Marinha com os coordenadores Gaspar e Ítalo para as 10h da manhã, mas a reunião foi transferida para a tarde. Alguns colegas estariam no turno da tarde trabalhando no Marinha, então solicitei que me mantivessem informado sobre o que estava acontecendo. Os grupos de WhatsApp seguiram com trocas de mensagens constantes. Por volta das 14h, um dos professores que estavam no Marinha informou que a secretária interina havia chegado. Nesse momento os grupos se silenciaram, produzindo uma tensão indescritível, pois havia a expectativa de alguma negociação e se esperava que os gestores da coordenadoria de Esporte apresentassem argumentos que sustentassem a permanência dos professores cedidos.

Segundo relato de alguns dos colegas que estavam presentes, se reuniram com a secretária interina Elise os coordenadores Ítalo, Natacha e Gaspar. Além deles, estavam presentes pelo menos mais cinco professores. A reunião foi tensa. Alguns dos professores tentavam defender a permanência de colegas com quem atuavam nas Unidades e/ou setores. Também foi relatado que, com a negativa da secretária interina em manter os professores, houve uma discussão sobre quem deveria ser devolvido. Após o término da reunião, não houve troca de mensagens nos grupos de WhatsApp dos professores. Acredito que os colegas saíram daquela conversa sabendo quem entraria na lista. O resultado da reunião chegou às 17h23min por meio de um despacho da secretária interina Elise no processo SEI/PMPA.¹⁵² Da lista anterior, cinco professores foram retirados e um foi incluído, sendo que oito deveriam se apresentar na SMED no dia 28 de setembro de 2018 e seis no dia 1 de outubro de 2018. No Quadro 8 apresento um resumo dos diferentes despachos com as alterações dos professores indicados para retornarem à SMED. A fim de preservar a identidade dos professores, os nomes foram substituídos.

Quadro 8 – Alterações dos professores indicados a devolução nos despachos do processo SEI/PMPA

Ofício n.º 1342/2018 24/9/2018 – 10h15		Despacho n.º 4961028 26/9/2018 – 18h07		Despacho n.º 4974197 27/9/2018 – 17h23	
Nome	CH	Nome	CH	Nome	CH
PROF 01	40				
PROF 02	30				
PROF 03	40				
PROF 04	30	PROF 04	30	PROF 04	30
PROF 05	40	PROF 05	40	PROF 05	40
PROF 06	40				
PROF 07	20			PROF 07	20
PROF 08	40	PROF 08	40	PROF 08	40
PROF 09	20	PROF 09	20	PROF 09	20
PROF 10	20	PROF 10	20	PROF 10	20
PROF 11	40	PROF 11	40	PROF 11	40
PROF 12	20				
PROF 13	40				
PROF 14	20	PROF 14	20	PROF 14	20
PROF 15	20	PROF 15	20	PROF 15	20
PROF 16	20	PROF 16	20	PROF 16	40
PROF 17	20	PROF 17	20	PROF 17	20
PROF 18	40				
PROF 19	40	PROF 19	40		
PROF 20	20	PROF 20	20	PROF 20	20
PROF 21	40				
PROF 22	30	PROF 22	30		
PROF 23	40				

(continua)

¹⁵² Despacho n.º 4974197 no processo SEI/PMPA n.º 18.0.000094980-5.

Quadro 8 – Alterações dos professores indicados a devolução nos despachos do processo SEI/PMPA

Ofício n.º 1342/2018 24/9/2018 – 10h15		Despacho n.º 4961028 26/9/2018 – 18h07		Despacho n.º 4974197 27/9/2018 – 17h23	
PROF 24	40				
PROF 25	20	PROF 25	20	PROF 25	20
PROF 26	20	PROF 26	20	PROF 26	20
PROF 27	40				
PROF 28	40	PROF 28	40		
PROF 29	40	PROF 29	40		
PROF 30	40	PROF 30	40		

Fonte: elaboração própria

Poucos minutos após a publicação do despacho da secretária interina Elise no processo SEI/PMPA, eu recebi um e-mail do RH-SMDSE solicitando a minha apresentação, assim como a dos meus colegas que estavam sendo devolvidos, na Diretoria de Recursos Humanos da SMED. O e-mail continha duas tabelas com os nomes, matrículas, locais de lotação (Unidades Recreativas e setores) e data da apresentação na SMED. Esse e-mail consolidava a devolução para a SMED.

Meu último dia de trabalho no Esporte, considerando a atividade profissional que eu desempenhava, foi uma experiência muito bacana – de certa forma, essa é a despedida que levei nas minhas memórias como professor do Esporte. Como já mencionei, eu estava organizando o XXIV Encontro sobre o Envelhecimento. Havia planejado, junto a outros professores que atuam com idosos, as atividades que ocorreriam e, para o almoço, uma confraternização com galeto. No dia do evento, pude contar com a ajuda dos professores que estavam envolvidos na atividade e, além deles, de muitos alunos. Desde o início da manhã, algumas horas antes do início do evento, os integrantes da Associação do Parque Ararigbóia já estavam organizando a cozinha para o almoço, a quadra do ginásio para as atividades, os corredores e os acessos ao Parque para receber os convidados. Naquele momento, resgatando algumas memórias afetivas, me percebia retornando às visitas de domingo com toda a família na casa da minha avó. Eu chegava cedo e a via, preocupada em receber todos os filhos e netos, organizando a casa, o almoço e a sobremesa. Considerando que eu já sabia que aquele dia seria o meu último no Esporte, esses aspectos do evento se tornaram um refúgio momentâneo daquela realidade.

O jornal *Correio do Povo* publicou uma matéria sobre o evento (Figura 22), com uma pauta positiva, sem abordar o assunto referente à devolução dos professores, que também estava na mídia.

Figura 22 – Matéria sobre o XXIV Encontro sobre o Envelhecimento



Fonte: *Correio do Povo*, 29 set. 2018

O objetivo deste texto não é abordar o evento, mas não poderia deixar de citar o que vivenciei. Naquele dia experimentei o que Gonçalves (2018) nos descreve como apropriação no sentido de transformar um espaço de esporte e de lazer em um "lugar". Também compreendi, empiricamente, muitas das descrições de Forell (2014) acerca da participação da comunidade no Parque Ararigbóia, particularmente aquelas relacionadas aos rituais de comensalidade. Referente ao almoço, aponto que essa parte do evento se tornou um lugar de confraternização e, ao mesmo tempo, de uma certa disputa. Explico: primeiramente tive a intenção de construir uma comissão de usuários do Parque Ararigbóia e do Ginásio Tesourinha para ajudar na organização do almoço, principalmente na gestão dos alimentos no dia do evento (galeto, salada, bebidas, pães, etc.). Fizemos algumas reuniões, nas quais a participação das usuárias do Parque Ararigbóia sempre foi mais expressiva (eram as donas da casa). No processo de definição das tarefas do dia, as usuárias do Parque assumiram propositalmente toda a organização das comidas, abrindo mão apenas da distribuição das bebidas (que ocorriam fora da cozinha). Não houve atrito entre as usuárias; o que me pareceu foi que as alunas do Tesourinha compreenderam que aquele lugar era das usuárias do Ararigbóia, não entrando em conflito para assumir alguma outra responsabilidade. Em certa medida, todos sabiam o seu lugar; eu é que, no primeiro momento, não sabia. Imagino que, se o evento ocorresse no Tesourinha, talvez, a ocupação dos espaços fosse invertida, pois, nos eventos de que pude participar no Tesourinha que envolviam alguma refeição, as senhoras da Aagites tomavam conta

da cozinha. A seguir, algumas fotos tiradas no evento de atividades práticas, palestras e do almoço.

Figura 23 – XXIV Encontro sobre o Envelhecimento – Parque Ararigóia



Fonte: elaboração própria

A seguir, trago alguns trechos do diário de campo que produzi, após o evento do dia 28 de setembro de 2018, sobre o XXIV Encontro sobre o Envelhecimento.

Cheguei no Ararigbóia antes dos outros professores. Estavam lá apenas os dois funcionários. Descarreguei as coisas e comecei a organizar o que estava ao meu alcance. Logo os outros professores foram chegando. Havia uma atmosfera de tristeza. A professora Luana, que não estava escalada para trabalhar no evento (ela permaneceu no evento e ajudou até a hora do almoço), tinha os olhos cheios d'água. As pessoas que iriam participar do evento e as pessoas que compareceram devido à mobilização começaram a chegar às 8h30. Logo as filas do credenciamento ficaram volumosas: uma fila era destinada às pessoas que pagaram o almoço (totalizaram 170); a outra fila era destinada às pessoas que não pagaram o almoço e não fizeram as inscrições antecipadas (circularam no Ararigbóia mais de 400 pessoas). O início do evento atrasou um pouco. Além das comunidades de diferentes Unidades Recreativas (Ararigbóia, Tesourinha, Cecores, CEVI, Tamandaré, Cecopam, Cegeb, Ceprima...), estavam presentes professores do Esporte (que estavam trabalhando no evento e que não estavam trabalhando no evento), pessoas do sindicato (Simpa), o vereador Prof. Alex Fraga, a vereadora Sofia Cavedon e pessoas da equipe e repórteres de jornais locais (*Correio do Povo* e *Extra Classe*). O impressionante nesse evento foi a mobilização que envolveu todos que participaram: os professores que estavam e que não estavam trabalhando no evento, os alunos que estavam trabalhando no evento (integrantes da Associação do Ararigbóia e do Tesourinha) e os alunos que compareceram das diferentes URs. Foi uma experiência muito rica. [...] Conforme as pessoas foram se inscrevendo, orientamos que elas fossem se dirigindo para a quadra, onde estavam as cadeiras e o espaço para as palestras e atividades práticas. Alguns grupos fizeram faixas com dizeres pedindo a manutenção dos professores e lembrando o processo de extinção da SME. Quando os alunos perguntaram se podiam pendurar as faixas, a professora Patrícia disse: "Faz de conta que eu não vi e pendura [...]". Se perguntarem, nós falamos que, quando vimos, já estavam penduradas". Me pareceu que a professora estava com algum receio de uma possível repreensão por parte dos gestores políticos da pasta. Perto das 9h20 iniciamos a abertura. O professor Alves foi chamando as pessoas. Ele anunciou o início do evento com uma breve fala de boas-vindas e começou a compor a mesa de abertura [...]. A ordem de manifestações da mesa foi a seguinte: o professor Jenival, falando pelo Comui; depois a professora Luciana falou pela Diresp e abordou a "devolução" dos professores para a SMED, destacando que o organizador do evento também estava sendo devolvido; depois eu falei brevemente agradecendo às inúmeras pessoas que ajudaram para a concretização do evento e apresentando a programação do Encontro. Depois o professor Alves perguntou se algum representante das comunidades (que estavam na mesa) gostaria de falar. Após alguns segundos de silêncio, a representante do Tesourinha pediu o microfone. Depois dela, manifestaram-se os representantes da Praça Darcy Azambuja, CEVI, Cecopam, Ceprima, Parque Ararigbóia e Cegeb. Todos os representantes falaram sobre o retorno dos professores e o impacto que isso causaria no atendimento aos idosos. [...] Charles estava com os olhos vermelhos e o rosto inchado, mas, apesar disso tudo, eles seguiram ajudando e trabalhando no evento. O Charles falou por diversas vezes: "Não posso aceitar isso [...]. Eu estava feliz trabalhando e fazia um trabalho bom, me dedicava". No final do evento, ele ainda falou: "Eles me mandaram só na segunda, pois nós temos a festa do Dia das Crianças na Darcy neste sábado. Eles são muito caras de pau!" (DC, 28/9/2018).

Como brevemente sinalizado nesse trecho do diário de campo, houve uma grande manifestação no evento, que mobilizou, além de alunos de diferentes Unidades Recreativas, professores de diferentes locais, vereadores de diferentes partidos e repórteres de diferentes canais de comunicação que circularam no Parque. A repercussão do evento e das manifestações que estavam por ocorrer foi tamanha que, no dia anterior ao evento, o coordenador Gaspar ligou para a professora Diná, que coordena o Parque Ararigbóia, questionando sobre a mobilização que estava agendada para sexta pela manhã.

Outras matérias tiveram como pauta as manifestações que ocorreram no evento, destacando a devolução dos professores para a SMED. O próprio jornal

Correio do Povo anunciou, na edição do dia 28 de setembro de 2018: “hoje, às 9h, no Parque Ararigbóia, no Jardim Botânico, haverá protesto contra a ação de desmonte da estrutura de esporte e lazer da cidade”. Foram veiculadas matérias sobre as manifestações em diferentes jornais impressos¹⁵³, assim como em jornais digitais¹⁵⁴, apresentando relatos de professores e de alunos abordando o fim de atividades de esporte e de lazer. O Simpa também produziu um pequeno vídeo, publicado no seu canal do YouTube, com alguns relatos de usuários de praças, parques e centros comunitários, mostrando trechos das falas dos idosos na mesa de abertura do evento.¹⁵⁵

5.3.2.2 Fora do campo: percepções acerca da devolução dos professores

No dia 1.º de outubro de 2018, antes de me apresentar na SMED, fui deixar alguns materiais utilizados no XXIV Encontro sobre o Envelhecimento no Tesourinha. Lá encontrei alguns colegas. Todos estavam desconfortáveis com a situação. Na SMED, encontrei outros quatro professores que também estavam sendo devolvidos. Quando fui chamado, descobri que a minha designação para a escola estava assinada pelo secretário da Educação desde o dia 26 de setembro (quarta-feira da semana anterior) e que eu havia sido lotado em uma Escola de Surdos de segunda a sexta todas as tardes. Questionei dois pontos sobre a minha lotação: 1) eu não tinha formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que dificultaria a minha atuação como professor de Educação Física em uma escola para surdos; 2) eu não tinha disponibilidade em todas as tardes da semana, pois no Esporte eu trabalhava em duas manhãs e três tardes. Quando comuniquei isso para a professora que me atendeu (que trabalhava na SMED), ela disse que não tinha problema; na própria escola eu poderia ajustar meu horário e, sobre a formação em Libras, a própria escola se

¹⁵³ *Correio do Povo* e *Metro* publicaram matérias no jornal impresso.

¹⁵⁴ Matéria do Clic RBS sobre a devolução dos professores: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/apos-anuncio-de-realocacao-de-professores-prefeitura-promete-manter-atividades-no-ginasio-tesourinha-cjmmmvx0r00v201piog8au2fo.html>. Acesso em: 22 ago. 2020. Matéria do jornal *Extra Classe* sobre a devolução dos professores: <https://www.extraclasse.org.br/politica/2018/09/prefeitura-esvazia-programa-de-atencao-a-idosos-em-porto-alegre/>. Acesso em: 22 ago. 2020. Matéria do *Sul 21* sobre a devolução dos professores: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/09/usuarios-temem-fim-de-programas-esportivos-apos-convocacao-de-professores-pela-prefeitura/>. Acesso em: 22 ago. 2020. Matéria do Simpa sobre o evento, com inúmeras fotos e mostrando os momentos de manifestação: <https://simpa.org.br/simpa-defende-manutencao-das-atividades-de-esporte-e-saude-em-porto-alegre/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

¹⁵⁵ Vídeo produzido pelo Alegre (Simpa) no XXIV Encontro sobre o Envelhecimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O-36gO8USLc>. Acesso em: 24 ago. 2020.

encarregaria de me instrumentalizar. Fui orientado a comparecer na escola no dia 2 de outubro.

Também no dia 1º de outubro de 2018, alunos das Unidades Recreativas impactadas pela devolução dos professores foram à Câmara dos Vereadores. A seguir, apresento um trecho do meu diário de campo sobre essa visita. Eu não participei desses encontros, apenas acompanhei pelos grupos de WhatsApp e, posteriormente, conversei com algumas pessoas que participaram.

Alunos e professores foram para a Câmara de Vereadores para tentar negociar a permanência dos professores no Esporte. Houve uma reunião na qual estavam presentes alguns professores, inclusive professores que foram devolvidos para a SMED, e alunos de diferentes Unidades Recreativas, o ex-secretário da SME e alguns vereadores. Nessa reunião foram apresentados os prejuízos que os diferentes locais teriam acerca do atendimento à comunidade se o retorno dos professores à SMED não fosse revertido. A vereadora Sofia Cavedon ligou para a secretária interina Elise e conseguiu uma reunião no final da tarde desse dia. Comunidade, professores, vereadores, o ex-secretário e o Ítalo (coordenador/gestor da CGERL) foram a essa reunião, que iniciou às 18h. Nessa reunião não houve nenhuma promessa; a secretária interina disse apenas que os atendimentos nos locais não seriam prejudicados e pediu dez dias para se organizar e ver no que poderia avançar. Também foi solicitada a abertura de um processo no Ministério Público, cuja audiência ficou agendada para o dia 10 de outubro (DC, 1/10/2018).

Figura 24 – Alunos e professores do Esporte na Câmara e no Gabinete da secretária interina do Desenvolvimento Social e Esporte



Fonte: fotos enviadas pelos participantes via WhatsApp para o autor

Compareci na escola no turno da tarde do dia 2 de outubro de 2018, que era meu turno de trabalho. Acessando a escola, informei que estava vindo da SMED. O funcionário que trabalhava na portaria me encaminhou para a Secretaria. Quando me

apresentei, dizendo que eu estava vindo da SMED, a secretária falou com certa surpresa: “Opa, encaminharam mais um estagiário!” (pois alguns dias antes um estagiário havia iniciado suas atividades na escola). Imediatamente eu corriji, dizendo que não era estagiário, mas sim o professor de Educação Física que estava vindo do Esporte. Nesse momento, com uma expressão de espanto, ela me disse que não estavam esperando nenhum professor de Educação Física. A secretária, educadamente, pediu para que eu esperasse um pouco, pois precisaria falar com a direção da escola.

Após alguns minutos, tempo que a secretária ficou na sala da direção, o próprio diretor da escola me chamou e explicou a situação. Ele disse que havia, há alguns meses, um pedido de professor de Educação Física para a escola, mas ele já havia retirado o pedido, pois não tinha previsão para serem atendidos. Então uma outra professora ajustou seus horários e estava ministrando as aulas de Educação Física. Por isso, não estavam esperando ninguém. Pelo menos não naquele ano. Seguimos conversando sobre os ajustes do horário e como seria minha lotação na escola.

Esse processo de devolução dos professores pareceu, na percepção de todos os professores com quem conversei, muito apressado. A sensação era de que a necessidade de devolução por parte da SMDSE era maior do que a necessidade de receber os professores de volta por parte da SMED. Essa percepção se acentua quando olhamos para os locais e as funções em que os professores foram lotados no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – Locais de lotação dos professores antes e depois da devolução para a SMED

Despacho n.º 4974197 27/9/2018 17h23		Local e atividades SMDSE	Local e atividades SMED
NOME	CH		
PROF 04	30	Cegeb: 3 turmas de Pilates, 3 turmas de ginástica (adultos e idosos).	Foi para a Escola Senador Alberto Pasqualini, atuando na biblioteca.
PROF 05	40	Praça Darcy Azambuja: 10h, dança circular e consciência corporal (adultos e idosos) e ginástica artística (6 a 10 anos). Cegeb: Duas aulas por semana de dança circular (adultos e idosos). Tesourinha: dança circular (adultos e idosos). Ônibus Brincalhão: 10h (crianças e adolescentes).	Foi para Escola Ildo Meneghetti. Substituição temporária de professora que está em licença-saúde prolongada, mas que retornará no final do ano. Portanto, a professora ficará sem lotação depois disso.

(continua)

Quadro 9 – Locais de lotação dos professores antes e depois da devolução para a SMED

Despacho n.º 4974197 27/9/2018 17h23		Local e atividades SMDSE	Local e atividades SMED
NOME	CH		
PROF 07	20	Coordenador do Parque Ramiro, Bonde da Cidadania, coordenação e atendimento de crianças em vulnerabilidade social.	Foi para uma escola infantil na Restinga atuar na Secretaria.
PROF 08	40	Ginásio Tesourinha, faltando 25 dias para entrar em licença pré-aposentadoria.	Não obtive informação sobre a lotação.
PROF 09	20	Ginásio Tesourinha: 3 turmas de musculação e 2 turmas de ginástica (adultos e idosos)	Apoio na parte operacional junto ao coordenador de turno na Escola Judith no turno da noite (EJA). Apenas 10 horas foram lotadas; outras 10 estão disponíveis.
PROF 10	20	Parque Alim Pedro: 20h, turmas de futebol (crianças e adolescentes).	Foi para EMEB Liberato atuar na EJA.
PROF 11	40	Praça Darcy Azambuja: 30h, ginástica, avaliação física e orientação de caminhada (adultos e idosos), futsal (10 a 14 anos). Parque Tamandaré: 10h, ginástica (adultos).	Ficou com 20h na EMEF Dep. Marcílio Goulart Loureiro, atuando com turma de Educação Física, e 20h na EMEF Porto Novo, atuando na coordenação de turno.
PROF 14	20	Parque Tenístico: beach tennis (jovens, adultos e idosos).	Foi para a Escola Victor Issler, com função de coordenação de turno.
PROF 15	20	Parque Ramiro Souto, Tamandaré e Ararigbóia: ritmos, ginástica e alongamento (adultos e idosos). A se aposentar em 40h no fim de 2018.	Designado coordenador de turno no CMET Paulo Freire.
PROF 16	20	Gerência de Futebol: coordenação da região norte do programa Em Cada Campo uma Escolinha (12 escolinhas) e do curso de Arbitragem Comunitária (35 alunos). Coordenação técnica do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea e da Comissão Disciplinar.	Foi para a escola Chico Mendes, com 3 turmas de Educação Física e coordenação de turno.
PROF 17	20	Tesourinha: yoga terapêutica (adultos e idosos) e beach tennis.	Tirou licença-saúde pelo período de um mês. Após, exonerou-se da PMPA em 1/11/2018 . Atuava no Esporte desde a década de 1980.
PROF 20	20	Tesourinha: aulas de dança (idosos e adultos) e grupo de convivência de idosos. Coordenava o projeto De Bem Com a Vida.	Foi transferido para uma escola especializada em alunos surdos.
PROF 25	20	CEVI: turmas de ginástica e alongamento (adultos e idosos).	Tirou licença-saúde.
PROF 26	20	Parque Alim Pedro: futebol pré-mirim e mirim, Dia de Brincar, tênis e basquete (crianças, adolescentes e jovens). Parque Mascarenhas de Moraes: câmbio (adultos e idosos).	Foi para a Escola Antônio Giúdice, no Laboratório de Aprendizagem.

Nota: os dados referentes à lotação dos professores foram obtidos nas semanas subsequentes à devolução para a SMED, nos meses de outubro e novembro de 2018. Já os dados referentes aos atendimentos são do mês de setembro de 2018.

Fonte: elaboração própria

Todos os professores, assim como eu, já tinham uma designação pronta quando foram se apresentar na SMED. Entretanto, poucos foram lotados em escolas para desempenhar a função de professor de Educação Física. Dos 14 professores devolvidos, apenas cinco passaram a atender alunos com atividades relacionadas à Educação Física; os outros nove professores ficaram atuando em diferentes setores que não necessitam de formação especializada. Além disso, em pelo menos dois casos, os professores haviam sido lotados em horários que não podiam cumprir. Destaco, ainda, o caso de um dos professores que se exonerou da carreira como servidor público e outro que permaneceu, até o momento em que pude acompanhar, em licenças-médicas consecutivas.

Alguns fatos ocorridos nesse período acentuaram a percepção de que a devolução dos professores para a SMED era uma necessidade da SMDSE. Quanto à negociação para a permanência dos professores cedidos, foi publicada uma matéria sobre a criação do Comitê de Acompanhamento da Política Pública de Esporte no dia 18 de outubro no site da Prefeitura de Porto Alegre, produzida pela Assessoria de Comunicação da SMDSE, que informava o seguinte:

no dia 10 de setembro, o Governo Municipal determinou que até 19 de novembro de 2018 seja verificada a situação de cada um dos servidores e empregados dos Órgãos da Administração do Município designados ou cedidos, seguindo orientação da Ordem de Serviço número 011/2018. “Vamos justificar a permanência de cada um dos que ainda ficaram e negociar o retorno do que for possível entre os 14 que saíram”, disse a secretária (MARTINS, 2018).

Essa matéria destaca que a devolução dos professores se deu em decorrência de uma solicitação que tinha prazo até 19 de novembro de 2018. Antes dela, houve o despacho do secretário da Educação no mesmo processo SEI/PMPA que solicitava o retorno dos servidores cedidos, indicando um cronograma de retorno: a primeira etapa já havia sido realizada, que envolvia os 14 professores cedidos para o Esporte e outros; a segunda etapa concedia prazo de 45 dias e listava servidores cedidos para outras secretarias – nenhum professor estava no Esporte; a terceira etapa determinava o prazo de 2 de janeiro de 2019 para o retorno de todos os professores que estavam cedidos para o Esporte. Tanto a matéria apresentada quanto o despacho do secretário da Educação chamaram a atenção para a referida Ordem de Serviço 011/2018, que determina:

Art. 1.º Os servidores e empregados dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município, designados ou cedidos, deverão retornar para o exercício de seu cargo ou emprego junto à origem, a contar de 19 de novembro de 2018.

§ 1.º A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG) promoverá os atos necessários para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, com a cessação dos afastamentos e retorno dos servidores ou empregados ao local de sua lotação de origem.

§ 2.º Excepcionalmente, até o prazo estabelecido no caput deste artigo, os Secretários Municipais, Diretores de Autarquias, Presidente de Fundações e Diretores de Estatais **poderão relacionar as necessidades de manutenção das designações ou cedências**, mediante a indicação e devida justificativa, conforme parametrização do modelo anexo (PORTO ALEGRE, 2018, p. 1, grifo meu).

O parágrafo 2.º deixa claro que os gestores públicos podem solicitar a permanência dos servidores cedidos mediante justificativa de necessidade. No dia 9 de outubro de 2018, um processo SEI/PMPA foi aberto com o objetivo de justificar as cedências. Esse processo se sustenta na Ordem de Serviço 011/2018, cujo trecho foi apresentado anteriormente. Alguns setores que tiveram os seus servidores solicitados encaminharam a justificativa para a permanência sugerindo a relocação do servidor no órgão, considerando a Autorização n.º 051/2017 do Comitê para a Gestão de Despesa de Pessoal emitida no dia 24 de maio de 2017, que permitia o seguinte:

- os órgãos da Administração Direta e Indireta, priorizar a relocação e transposição ao invés de cedência;
- de imediato, encaminhar a relocação dos servidores afastados há 04 (quatro) anos ou mais ininterruptos, conforme possibilidades estabelecidas pela legislação.

Esse documento enquadra quase todos os professores cedidos para o Esporte como servidores autorizados a serem relatados. Os professores, frente aos acontecimentos e às possibilidades de justificativa e de relocação previstas nos ofícios e documentos da atual gestão, interpretaram que a gestora da pasta do Esporte não tinha intenção de mantê-los. Inúmeras falas da secretária interina demonstraram que o Projeto dos Professores do Esporte, que prioriza os atendimentos sistemáticos na Unidades Recreativas, não é o projeto que ela entende como prioritário para a pasta. Na sua ideia de projeto, que tem o esporte como uma forma de relacionamento com a população de Porto Alegre, os professores cedidos da SMED não são necessários e, no tocante a um dos objetivos da sua gestão, que é a redução de gastos, eles aumentam o custo da SMDSE.

As informações que circulavam era de que todos os professores cedidos que atuavam na SMDSE seriam devolvidos. O despacho da secretária interina, que

indicava os primeiros professores, afirmava a intenção de atender ao pedido do secretário da SMED:

evidenciamos também que consiste em grande desafio, neste momento, atender à súbita solicitação da SMED, em função do elevado número de servidores solicitados a retornar imediatamente, bem como reorganizar os quadros visando a não interrupção das atividades. Dessa forma, solicitamos a compreensão na necessidade de **um maior prazo para atender o pedido de forma integral em face o número expressivo de servidores que terão sua cedência cessada** (Despacho n.º 4961028 no processo SEI/PMPA n.º 18.0.000094980-5, grifo meu).

As manifestações dos gestores veiculadas nos jornais que estavam cobrindo a devolução dos professores confirmavam essa intenção. Em matéria veiculada no *Jornal do Comércio* em 4 de outubro de 2018, o secretário da Educação confirmou: “a transferência de professores de Educação Física de atividades esportivas que beneficiam mais de 2,5 mil pessoas, entre idosos, jovens e crianças em 16 locais da cidade, será mantida”.

Nesse período ocorreu uma série de manifestações envolvendo, principalmente, os usuários das Unidades Recreativas atingidas pela devolução dos professores. Participaram, também, professores e estagiários do Esporte, a Frente Parlamentar em Defesa do Esporte, Recreação e Lazer, as associações comunitárias, o Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, entre outros. No Quadro 10, apresento alguns dos despachos no processo SEI/PMPA que solicitaram a devolução dos professores, bem como as manifestações que ocorreram solicitando a manutenção dos professores no Esporte.

Quadro 10 – Despachos envolvendo a devolução dos professores e manifestações solicitando a permanência dos docentes no Esporte

Data	Descrição
24/9/2018	Solicitação, via processo SEI/PMPA, de 32 professores de Educação Física cedidos para retornarem à SMED (Ofício n.º 1342/2018); 2 prof de EF estavam lotados em outras secretarias e 30 na SMDSE.
25/9/2018	Reunião entre coordenadores do Esporte e secretária interina Elise desmarcada. Elaboração de um texto e levantamento de dados para sensibilização e argumentação com a secretária para manutenção dos professores cedidos.
26/9/2018	Reunião da secretária interina com os coordenadores das Unidades Recreativas no prédio da SMDSE. Conversa dos coordenadores no posto de gasolina. Primeiro despacho da secretária interina Elise indicando 18 professores para serem devolvidos (Despacho n.º 4961028).
27/9/2018	Reunião dos coordenadores da Diretoria de Esporte (CCs) com a secretária interina e alguns professores na sede do Marinha. Despacho da secretária interina Elise indicando 14 professores para serem devolvidos (Despacho nº 4974197). Encaminhamento do e-mail do RH-SMDSE para os professores se apresentarem na SMED.
28/9/2018	XXIV Encontro sobre o Envelhecimento no Parque Ararigóia. Manifestações de diversos alunos de diferentes Unidades Recreativas (400 pessoas).
2/10/2018	XVII Jogos Municipais da Terceira Idade. Manifestações dos grupos de alunos de Unidades Recreativas sobre a devolução dos professores na abertura do evento.
3/10/2018	Manifestação contra a devolução dos professores com o Abraço ao Ginásio Tesourinha e pedágio na sinaleira.
6/10/2018	Manifestação dos alunos e usuários no Parque Alim Pedro solicitando a manutenção dos professores cedidos da SMED.
9/10/2018	Reunião, na Câmara dos Vereadores, da Frente Parlamentar em Defesa do Esporte com os usuários dos parques e praças afetados pela devolução dos professores para a SMED.
10/10/2018	Usuários dos parques e praças protocolaram uma série de abaixo-assinados no Ministério Público solicitando o retorno dos professores de Educação Física para as atividades de esporte e de lazer. Foi aberto o Processo n.º 01304.002.297/2018 na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre do Ministério Público.
15/10/2018	Homenagem dos usuários de parques e praças na Câmara dos Vereadores aos professores devolvidos para a SMED. Matéria da Câmara: https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/professores-sao-homenageados-no-periodo-de-comunicacoes . Acesso em: 24 ago. 2020.
17/10/2018	Em reunião com a comunidade de usuários de parques e praças afetados pela devolução dos professores, a secretária interina cria o Comitê de Acompanhamento da Política Pública do Esporte, com representantes de oito URs.
18/10/2018	Resposta da secretária interina ao processo SEI/PMPA, aberto pela Câmara dos Vereadores no dia 24 de setembro de 2018, que se posicionou contra a devolução dos professores (Processo n.º 18.0.000095677-1).
20/10/2018	Mobilização dos alunos do Parque Tenístico solicitando o retorno dos professores que foram devolvidos para a SMED.
25/10/2018	Seminário Um Ano sem SME!, organizado pela Rede Cedes-RS, no plenário Ana Terra, da Câmara dos Vereadores. Mobilização de vários grupos de Unidades Recreativas, vereadores, representantes dos cursos de Educação Física (PUCRS, UFRGS, IPA, Ulbra, Unisinos), Simpa, alunos de graduação em Educação Física e estagiários.
8/11/2018	Secretária interina Elise anexa a justificativa para a manutenção da cedência dos professores cedidos da SMED ao processo SEI/PMPA n.º 18.0.000102572-0.
21/11/2018	Aula pública pela manutenção dos professores no esporte, recreação e lazer da cidade, realizada na frente da Prefeitura de Porto Alegre.

Fonte: elaboração própria

A pauta das manifestações estava relacionada com o retorno dos professores que foram devolvidos e a manutenção dos professores cedidos que ainda estavam na SMDSE. A faixa etária de alunos mais afetada foi a de idosos. Eles estavam em grande número nas manifestações (Figura 25). Os argumentos para sustentar as reivindicações dos grupos de alunos giravam em torno da saúde e dos direitos ao esporte e ao lazer. Matérias de jornais apresentavam relatos como o da aposentada Eliana Souza, que disse: “Descobri que sou hipertensa através da atividade na praça. Tinha pressão alta e não sabia. Graças ao professor Fábio, que media pressão e pulso na caminhada orientada, que acabei indo ao cardiologista e fui medicada. Agora ele não tá mais aqui”. Ou como o do promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos Edes Ferreira Santos Cunha: “Ouvimos as reclamações e vamos anexar à investigação. Também já pedi explicações à Prefeitura. Vamos avaliar a legalidade ou não de solicitar os professores e se há alguma afronta aos direitos dos idosos”.¹⁵⁶

Um pessimismo tomou conta dos professores que ficaram na SMDSE, tanto os cedidos da SMED quanto os professores com concurso pela SME. Não ocorria, por parte dos gestores das pastas do Desenvolvimento Social e Esporte e da Educação, uma definição pela manutenção das cedências ou pela devolução dos professores. No dia 6 de dezembro de 2018, encontrei o professor Ronald e tivemos uma conversa, que gerou o trecho do diário de campo reproduzido a seguir:

Iniciei a conversa com o professor Ronald perguntando se na segunda-feira haveria o seminário dos grupos de estudo. Ele me respondeu dizendo que iriam cancelar e marcar uma reunião de equipe, mas não estavam certos disso. Alguns professores queriam marcar uma reunião geral, pois achavam que se reunindo em equipe dispersaria o grupo. Outros achavam que todos deveriam ir ao gabinete da secretária, para que ela definisse a situação dos professores cedidos logo. [...] Ele acrescentou falando sobre o cancelamento da formação em hidroginástica que a professora Ângela iria oferecer. O Ronald me disse que achava que o cancelamento ocorreu devido a um comentário que ele fez; ele disse: “por que tu vai dar a formação se não sabe se vai estar aí? Se ficarmos, tu pode dar essa formação nas primeiras semanas de janeiro!” [...] O professor falou, ainda, que o clima entre os cedidos e os concursados SME/FASC não está bom. Ele disse que os professores cedidos que ficaram na SMDSE fizeram um grupo no WhatsApp para conversar sobre estratégias para não serem devolvidos. (DC, 6/12/2018).

¹⁵⁶ A matéria publicada no *Jornal do Comércio*, no dia 14 de outubro de 2018, sobre a devolução dos professores apresenta os argumentos da aposentada e do promotor. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2018/10/652461-idosos-ficam-sem-atividade-fisica-apos-transferencia-de-professores-em-porto-alegre.html. Acesso em: 22 ago. 2020.

Figura 25 – Manifestação dos usuários de diferentes Unidades Recreativas na homenagem aos professores ocorrida na Câmara dos Vereadores em 15 de outubro de 2018



Fonte: foto 1 de Elson Sempé Pedroso (CMPA); as demais encaminhadas via WhatsApp ao autor

Na conversa com o professor Ronald e em conversas com outros professores, eles criticaram o posicionamento do promotor de justiça que, ao defender o direito dos idosos, se comprometeu apenas em verificar se havia ilegalidade na devolução dos professores cedidos. Ronald disse: “Que não tem ilegalidade eu já sei! Ser legal não tem nada a ver com o direito ao esporte!” (DC, 6/12/2018). Na manifestação do professor e de outros colegas, o olhar apenas para as questões legais não seria a função de um defensor dos direitos. Com essa atitude, a defesa estaria em função da legalidade das ações. Esse posicionamento favorece, nesse caso, a SMDSE em detrimento dos direitos dos idosos.

Ainda sobre as argumentações para a manutenção dos professores cedidos, considerando a questão da saúde, a secretária interina garantia que todos os atendimentos seriam mantidos. Nessa lógica, não haveria prejuízo à saúde devido à falta de atividade física. Na resposta aos vereadores, a secretária interina Elise apresentou as suas estratégias para contornar a devolução de professores mantendo os serviços. Segundo o documento,

no mês de setembro de 2018 nos 8 equipamentos que tiveram professores que retornaram à SMED, eram ofertadas 194 turmas. Destas: 164 turmas se mantiveram inalteradas, em relação ao horário e modalidade esportiva; 51 turmas tiveram alteração de professores; 13 turmas tiveram alteração de modalidade, sem prejuízo do benefício alcançado pela prática esportiva anterior; e 19 turmas tiveram alteração de horários (processo SEI/PMPA n.º 18.0.000095677-1).

Ainda nesse documento, a secretária interina Elise garantiu que não houvera redução nas vagas ofertadas e nos atendimentos, mas sim um pequeno acréscimo devido a novos ingressos de alunos em vagas que estavam abertas.

No transcorrer desse período o posicionamento da gestora da pasta foi se alterando. No primeiro momento a intenção era organizar o serviço para atender à solicitação do secretário da Educação. A resposta em apenas quatro dias, devolvendo 14 professores, mostra que não havia outra possibilidade em vista no campo de ação da secretária interina. Entretanto, os grupos que defendiam a permanência dos professores, com destaque aos usuários das Unidades Recreativas, pressionaram a gestora com o objetivo de interromper o processo, buscando, inclusive, o retorno dos professores que foram devolvidos. Houve, então, uma negociação da realidade em que a proposta da gestora era contrária à vontade dos usuários. É importante destacar que, nesse processo de negociação, foi mobilizada a mediação da vereadora Sofia Cavedon, que havia intercedido em defesa da manutenção da SME no processo de extinção da Secretaria. Naquela oportunidade, sua mediação não teve o resultado esperado, que seria a manutenção da SME.

Cedendo às pressões, os movimentos da secretária interina foram no sentido de buscar a continuidade dos serviços. E isso só foi possível com a manutenção dos professores cedidos que não haviam sido devolvidos. De certa forma, podemos avaliar que as mobilizações em busca da manutenção dos professores cedidos, juntamente à mediação da vereadora por meio da Frente Parlamentar em Defesa do Direito Social ao Esporte e ao Lazer, conseguiram sustentar a cedência dos professores que não haviam sido devolvidos até o momento.

O processo de prorrogação das cedências foi sendo protelado por alguns meses. Nesse período, as incertezas e as inseguranças persistiam no cotidiano do trabalho dos professores. Apenas em 28 de fevereiro de 2019, por meio da Resolução n.º 006/2019 do Comitê para Gestão de Despesa de Pessoal, as cedências foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2019, contrariando a orientação do mesmo Comitê que indicava a relotação ou realocação preferencialmente à cedência.

A seguir apresento o Quadro 11, que sintetiza tanto o impacto que a devolução dos professores produziu no serviço público de esporte e de lazer quanto as estratégias iniciais da gestão visando dar uma resposta às pressões que as comunidades desatendidas, a mídia e alguns vereadores fizeram pela manutenção das atividades.

Quadro 11 – Impacto da devolução e primeiras estratégias de ajustes

Despacho n.º 4974197 27/9/2018 17h23		N.º de alunos (set/2018)	N.º de atendi- mentos (set/2018)	Nº de turmas que atendia	Substituição por turma	Atendido por
Nome	CH					
PROF 04	30	170	338	09	3 turmas atividades diferentes (1 troca de horário) 6 turmas atividade igual	3 turmas atendidas por professores 6 turmas atendidas por estagiários sob supervisão
PROF 05	40	106	333	06	5 turmas atividades diferentes 1 turma atividade igual	6 turmas atendidas por professores
PROF 07	20	-	-		Projeto/coord.	Projeto/coord.
PROF 08	40	-	-		Projeto/coord.	Projeto/coord.
PROF 09	20	115	593	05	4 turmas atividade igual 1 turma agrupada em outro horário	2 turmas atendidas por estagiários sob supervisão 2 turmas atendidas por professores
PROF 10	20	133	537	04	2 turmas atividade igual 2 turmas atividades diferentes (com troca de horário)	4 turmas atendidas por professores
PROF 11	40	119	486	07	7 turmas atividade igual	2 turmas atendidas por estagiários sob supervisão 5 turmas atendidas por professores
PROF 14	20	116	420	06	3 turmas atividade igual 3 turmas sem definição (fechadas)	3 turmas atendidas por estagiários sob supervisão
PROF 15	20	144	622	07	5 turmas atividade igual (1 troca de horário) 2 turmas atividades diferentes (1 troca de horário)	5 turmas atendidas por estagiários sob supervisão 2 turmas atendidas por professores
PROF 16	20	-	-		Projeto/coord.	Projeto/coord.
PROF 17	20	66	373	04	2 turmas atividade igual 2 turmas atividades diferentes (com troca de horário)	2 turmas atendidas por estagiários sob supervisão 2 turmas atendidas por professores
PROF 20	20	125	813	03	3 turmas atividade igual	2 turmas atendidas por estagiários sob supervisão 1 turma atendida por professor

(continua)

Quadro 11 – Impacto da devolução e primeiras estratégias de ajustes

Despacho n.º 4974197 27/9/2018 17h23		N.º de alunos (set/2018)	N.º de atendi- mentos (set/2018)	N.º de turmas que atendia	Substituição por turma	Atendido por
Nome	CH					
PROF 25	20	57	539	03	3 turmas atividade igual	3 turmas atendidas por professores
PROF 26	20	86	264	04	4 turmas atividade igual (com uma troca de horário)	4 turmas atendidas por estagiários sob supervisão
TOTAL	350	1237	5318	58		

Nota: os dados referentes à lotação dos professores foram obtidos nas semanas subsequentes à devolução para a SMED, nos meses de outubro e novembro de 2018. Já os dados referentes aos atendimentos são do mês de setembro de 2018. Os professores que não têm dados de atendimentos atuavam somente em coordenações de projetos e/ou URs.

Fonte: elaboração própria

O Quadro 11 mostra um conjunto de dados referentes aos atendimentos e às substituições dos professores que foram devolvidos. Importante destacar que os atendimentos apresentados são referentes ao mês de setembro de 2018, e os dados referentes às substituições foram as alternativas encontradas e apresentadas pela CGERL durante o primeiro mês após a devolução. Os professores devolvidos atenderam, no mês de setembro de 2018, 1.237 pessoas nas atividades sistemáticas que ministravam, totalizando 5.318 atendimentos nesse mês. Como se trata de atividades em que as pessoas estão matriculadas e que mantêm uma frequência regular, essa quantidade de atendimentos pode ser replicada mês a mês com alguma variação. Nessa totalidade não estão contabilizados os atendimentos desses mesmos professores realizados nas atividades assistemáticas, ou seja, nos eventos.

Como já mencionado anteriormente, ao todo oito Unidades Recreativas foram impactadas com a devolução dos professores, afetando um total de 58 turmas de diferentes atividades esportivas e de lazer – o total de turmas ofertadas nas oito URs que foram impactadas era de 194, ou seja, 29,89% das turmas foram afetadas. Nas substituições propostas pela gestão, 14 turmas tiveram alteração na sua modalidade – como exemplo, posso citar a substituição de uma atividade de dança circular por uma aula de alongamento. Além disso, nove turmas tiveram seu horário modificado, três foram fechadas e uma foi agrupada com outra turma.

Outro ponto que merece atenção refere-se à substituição dos professores devolvidos. A secretária interina, em reunião ocorrida no dia 17 de outubro de 2018, envolvendo alunos das oito Unidades Recreativas afetadas e três vereadores de Porto Alegre, propôs a criação de um comitê de acompanhamento das atividades que foram

impactadas pela devolução dos professores. Ao apresentar uma grade de substituições, conforme consta em matéria no site da Prefeitura, a secretária afirmou: “a criação deste comitê é para mantermos um canal de diálogo direto com a comunidade na gestão de controle da política pública de promoção do esporte. Terça-feira foi o último dia de ajustes. A partir de agora, tudo deve estar funcionando normalmente” (MARTINS, 2018). Com isso, ela fez um esforço para que “o mínimo de turmas fossem prejudicadas” pelo menos nos meses seguintes, quando havia bastante “barulho” na mídia acerca da devolução dos professores.

Para avaliar as substituições dos professores devolvidos, não podemos esquecer que o número total de professores da Secretaria já estava bastante reduzido. Sendo assim, muitos se desdobravam para dar conta das grandes demandas. Exemplifico com o meu caso: eu atuava em uma coordenação de projeto que demandava 20 horas de trabalho semanal e atendia três turmas de atividades em dois turnos semanais com cerca de 125 alunos matriculados, mas minha carga horária semanal era de 20 horas. O que eu quero dizer com isso é que, recorrendo ao jargão popular, “o cobertor é curto”: os professores tinham sua carga horária ocupada por diversas atividades, muitas delas com carga horária além do que cabia na quantidade de horas dos seus contratos de trabalho, ou seja, na prática, os professores assumiam mais trabalho do que podiam. Assim, o movimento de “substituição dos professores devolvidos” acabou sobrecarregando os professores que ficaram no Esporte.

Como exemplo aponto algumas situações, começando pela escolha de estagiários para a substituição de professores. Na maioria dos casos, os estagiários que ficaram nas turmas eram aqueles que acompanhavam os professores devolvidos, pois eles já conheciam a rotina da aula. O professor que ficou como responsável, em algumas situações, não tinha formação específica para ministrar a aula da atividade que ficou supervisionando. Além disso, esse supervisor muitas vezes era o coordenador da Unidade Recreativa e, em algumas situações, ficava supervisionando estagiários em duas aulas que ocorriam no mesmo horário. Essa estratégia de substituição se mostra provisória pelo fato de que muitos dos estagiários que estavam atuando como substitutos tinham os seus contratos findando em poucos meses. Para dar continuidade a essas substituições, os novos candidatos a estágio deveriam ter experiência nas atividades que os anteriores ministravam, o que seria pouco provável. No total foram 26 turmas atendidas por estagiários, incluindo as turmas de dança que eu ministrava.

Outra estratégia de substituição foi alocar professores que atuavam em coordenações e em gerências, professores que já não ministravam atividades com alunos há alguns anos por estarem envolvidos com essas atividades, para suprir essa demanda. No entanto, esses professores mantinham todas as suas tarefas de coordenação e de gerência e somavam algum atendimento às turmas que estavam sem professores (em algumas situações esses professores também atuavam como supervisores de estagiários). Em síntese, a forma como muitas das “coisas” foram “resolvidas” acabou tendo um caráter provisório, não deixando de impactar negativamente os serviços a serem oferecidos.

6 CONCLUSÕES

Essa experiência etnográfica me permitiu olhar e viver muitas situações no Esporte. Quando entrei em campo, como professor da SME, aprendi como funcionava essa Secretaria. Conheci seus projetos, sua forma de organização e fui percebendo que atuar nesse espaço exigia alguns conhecimentos particulares que passavam, além de outras coisas, por saber negociar com diferentes pessoas (políticos, CCs, comunidades, professores, etc.) e com as regras. Aponto que o meu maior aprendizado foi de que a SME é um Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos que deu certo!

Durante o processo de extinção, acompanhei uma intensa mobilização envolvendo muitas pessoas que praticavam suas atividades esportivas e de lazer nas Unidades Recreativas da SME. Algumas faziam desses espaços um lugar em que desenvolviam laços comunitários mais profundos e outras trabalhavam de diferentes maneiras. Eram pessoas que defendiam um projeto contrário ao proposto pelo governo Marchezan e que estavam engajadas ou eram simpatizantes do movimento #SomosTod@sSME. Vi esse debate ganhar espaço dentro da Câmara Municipal e ser mobilizado por projetos de diferentes vereadores, mas, no fim dessa discussão, a SME acabou extinta.

Somente após 15 meses a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte aproximou-se do Esporte, e não foi por falta de convites. Acompanhei as tensões que essa aproximação produziu ao promover o encontro de dois projetos que buscavam direções divergentes: de um lado, o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte; do outro, o Projeto do Governo para o Esporte. A partir desse encontro, pude observar esses dois projetos serem atualizados, buscando se materializar a partir do campo de possibilidades que os diferentes agentes encontravam. A continuidade do Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte não foi possível na forma como vinha acontecendo, tampouco o Projeto do Governo para o Esporte conseguiu a totalidade da sua implementação; houve constantemente uma negociação da realidade.

Ao descrever e interpretar o que observava em campo, busquei apresentar materiais empíricos que me ajudassem a responder à questão norteadora desta pesquisa: **considerando um cenário em que as políticas públicas de esporte e de lazer figuravam como um direito social a partir de uma estrutura pública e**

atividades consolidadas, como a SME foi extinta, e em que medida ocorre a continuidade dessas políticas públicas após a sua extinção?

Apresentar uma resposta direta para essa questão não é algo viável, pois ela mobiliza uma complexidade que esta tese está aquém de apreender. Ciente desse contexto, apresentarei alguns tópicos como conclusões, a partir do que eu fui observando e vivenciando em campo, que nos ajudam a responder à questão central desta pesquisa.

a) Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte: uma noção que faz sentido

Apontei no subcapítulo 3.4 a noção de Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte como um campo simbólico que foi sendo construído a partir de um conjunto de processos que ocorreram em um longo período de tempo. Os limites temporais que esta pesquisa alcançou não deram conta de explicar todos esses processos, no entanto o recorte abordado por meio de entrevistas, observações e outras pesquisas possibilita pensarmos nessa noção que atravessa o trabalho cotidiano dos professores que atuam no Esporte e, com isso, orienta as políticas públicas por eles propostas e materializadas.

Ao olhar para a criação da SME na década de 1990, havia um contexto que favoreceu tanto a proposição da Secretaria quanto o fortalecimento do Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. O contexto refere-se ao acesso da Frente Popular na gestão do município de Porto Alegre e à presença de um grupo grande de professores que eram engajados com a política e tinham vínculos (alguns partidários, outros não) com agentes políticos. O fortalecimento se deu porque houve um alinhamento político e um alinhamento corporativo: o primeiro estava relacionado à ideia de assumir a proposta “política” das ações desenvolvidas pela SME, independentemente do direcionamento político partidário; o segundo estava vinculado com a visão de grupo presente no Esporte, fazendo com que as políticas públicas produzidas no interior da Secretaria fossem percebidas pelos professores como suas. Havia um contexto que permitia a todos sentirem que faziam parte do que era produzido.

Nesse contexto, em que um grande grupo de professores atua em atividades de esporte e de lazer por muitos anos consecutivos, compartilhando ações, pensando propostas, organizando intervenções e atendendo comunidades, entendo que a

noção de Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte faz sentido. Reitero que essa noção não significa que os professores atuam e pensam de forma homogênea; já foi mostrada, no subcapítulo 3.4, a heterogeneidade desse universo. Mas, mesmo assim, olhar a partir da noção de projetos nos permite levar em conta as subjetividades que constituem as ações dos atores individuais, que encontram sentido e se atualizam no coletivo de professores e no contexto particular em que o projeto é colocado em prática.

b) Sobre as fronteiras entre professores e CCs

A partir do que eu fui observando, percebi a existência de fronteiras entre os professores e os CCs que atuavam no Esporte. Apontei em 3.5.1 algumas das características dessas duas categorias de professores que marcam suas diferenças. Por um lado, há narrativas que posicionam os professores como trabalhadores que acessaram o serviço público por meio de um concurso, o que identifica essas pessoas como profissionais competentes e que atuam a favor das políticas de esporte e de lazer – sua condição de estabilidade favorece a aquisição de experiência e de conhecimentos específicos produzidos no campo de atuação. Essa mesma narrativa posiciona os CCs como trabalhadores que acessam o serviço público por meio de indicações políticas, o que identifica essas pessoas com os políticos que os indica e com as vontades particulares desses mesmos políticos – essa condição esvazia qualquer competência que essas pessoas tenham e, somada a sua transitoriedade, fragiliza a possibilidade de acumularem experiência e conhecimentos específicos do setor. Por outro lado, há narrativas que posicionam os CCs como trabalhadores eficientes e qualificados que modernizam o serviço público justamente pela possibilidade de contratação (e demissão) de acordo com a sua produtividade. Essa narrativa posiciona os professores como trabalhadores acomodados, pouco produtivos e ineficientes.

Esse conjunto de narrativas circula há muito tempo no Esporte, produzindo fronteiras entre essas diferentes categorias de trabalhadores. No entanto, essas fronteiras se tornam mais acentuadas quando o governo Marchezan assumiu a administração da Prefeitura de Porto Alegre. Uma das explicações para essa mudança é o acirramento das disputas que ocorreram entre um projeto que visa reduzir o Estado e outro que busca a ampliação do Estado, ou ao menos a sua

manutenção. O primeiro, o Projeto do Governo, está associado com os CCs, que na sua atuação buscam criar condições para implementá-lo. O segundo, o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, está associado aos professores e ao ideal de um Estado forte, com serviços públicos de qualidade para a população. No governo anterior, pelo menos no contexto da SME, havia muitos acordos entre o Projeto do Governo e o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. Poderia dizer que “as coisas estavam acomodadas”. Com a mudança de governo, “as coisas se desacomodaram”: os CCs, por serem cargos de confiança do governo, eram os responsáveis por colocar em ação o Projeto do Governo para o Esporte, que, visando diminuir o Estado, colocava em risco as políticas públicas de esporte e de lazer que eram materializadas pelos professores. Essa associação colocou os CCs e o projeto que representavam contra os professores e contra o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte.

c) Uma política pública cara aos professores.

Já nos primeiros meses em que atuei na SME como professor, ainda no ano de 2014, pude perceber que o tipo de serviço público de esporte e de lazer que é mais caro ao Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, e por isso também aos professores, são as atividades sistemáticas. Essa percepção ficou mais evidente quando a secretária interina questionou a centralidade dessa política dentro do serviço de esporte e de lazer, situação descrita nos subcapítulos 5.2.1 e 5.2.1.1. Pelo que fui observando, essa política pública se constrói pelo vínculo que os professores têm com o trabalho, cujo acesso se dá via concurso público e que, após o estágio probatório, é estável. Contando com isso no seu campo de possibilidades, e observado aquilo que constitui a noção de Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, os professores investem energia para o desenvolvimento desse tipo de trabalho que em muitas situações persiste nos espaços esportivos e de lazer mais do que os próprios professores. Há inúmeros casos em que isso ocorre. Por exemplo: as turmas que fui substituir eram compostas por um grande grupo de alunas que frequentavam aquelas atividades desde a década de 1990; ainda no Tesourinha, existem grupos de ginástica chinesa que participam das aulas com o mesmo professor há mais de duas décadas; o Parque Ararigbóia oferece na quadra de esportes uma atividade de ginástica para idosos que mobiliza quase 100 alunos; essa atividade começou sendo oferecida por

uma professora que, quando se aposentou e devido à grande procura, “passou” a regência para uma outra professora que segue com o grupo até hoje. Esses são alguns exemplos de continuidade, mas existem muitos outros que têm uma característica em comum: o envolvimento de um professor concursado ministrando ou coordenando atividades de esporte e de lazer por um tempo prolongado. Essa característica vincula-se com as propostas de políticas públicas de esporte e de lazer universalistas. Nesse sentido, cabe destacar que políticas públicas universalistas favorecem o acesso da população ao bem cultural na forma de direito social.

d) O que o status de secretaria permitia

Ao longo do tempo, pelo menos da história da SME, foi realizado um conjunto de acordos e, dependendo do ponto de vista, flexibilizações nas regras. Isso foi viabilizando uma forma de materializar as políticas públicas e talvez, sem esses acordos, algumas propostas não seriam desenvolvidas. Não tenho como afirmar a partir de dados produzidos nesta pesquisa se havia alguma outra forma de fazer as coisas que não envolvesse acordos informais. O que eu posso dizer é que as coisas eram feitas a partir dos acordos que já estavam instituídos e que, em algumas situações, não se sabia quem acordou ou por quê. Com a reestruturação administrativa proposta pelo governo Marchezan, esses acordos se encerraram, logo as formas de fazer as coisas foram prejudicadas, o que inviabilizou a materialização de muitas atividades.

Retomo brevemente um exemplo sobre esses acordos desconstituídos que se relaciona ao enfraquecimento das relações comunitárias. Quando a secretária interina passou a considerar irregular esse tipo de gestão, sugerindo que preferia o fechamento da Unidade Recreativa à parceria que envolvia as contribuições da comunidade para investimentos nos equipamentos públicos, mas não foram propostas novas formas de se fazer aquilo que era feito, o que produzia insatisfação nos professores e nos alunos. Assim, o trabalho desenvolvido pelos professores, em certos casos trabalhos de mais de uma década, passaram a enfrentar dificuldades e, em algumas situações, o risco de encerramento.

Em certa medida, o que se pode considerar é que aqueles acordos que viabilizavam a continuidade de muitas políticas só eram possíveis antes da extinção da SME, pois o Esporte detinha o status de secretaria. Como secretaria havia alguma

autonomia em que os gestores transitavam. Essa autonomia ampliava o campo de possibilidades de atuação dos professores, permitindo que o Projeto Coletivo/Coletivos de projetos do Esporte encontrasse um campo para sua materialização por meio das ações dos professores. Com a extinção da SME, o campo de possibilidades dos professores ficou restrito, pois as possibilidades de negociação da realidade foram reduzidas.

e) A extinção da SME: uma disputa de projetos

A partir da análise por meio da noção de projetos de Gilberto Velho, pude observar que houve uma disputa entre dois projetos na esfera do Executivo: de um lado, o Projeto dos Professores (Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte); de outro, o Projeto do Governo. O primeiro, constituído e consolidado no serviço público de esporte e de lazer de Porto Alegre; o segundo, fruto de uma proposta de reestruturação administrativa que visava à redução do Estado, colocando os serviços públicos em segundo plano, o que, de acordo com os professores e a comunidade, reduzia o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais, operando a partir da “centralização administrativa”. Esse enfrentamento se apresentou durante o processo de extinção da SME, no entanto, nesse período, o embate ocorreu por meio de mediadores na esfera legislativa. Os dois projetos em disputa mobilizaram a atenção dos vereadores a partir das suas possibilidades de ação. O encontro direto desses projetos aconteceu apenas no ano de 2018, ou seja, mais de um ano depois que a gestão Marchezan assumiu a administração de Porto Alegre. Isso mostrou que havia uma distância significativa da gestão administrativa da SMDSE em relação aos serviços públicos de esporte e de lazer que ela materializava. De certa forma, essa distância foi uma sinalização das fronteiras intransponíveis que foram se mostrando entre esses dois projetos. Ao constatar que a atuação do governo estava mais interessada nas questões administrativas, vinculadas à redução de custos, e distante do oferecimento de serviços públicos para a população de Porto Alegre, que visa concretizar os direitos sociais ao esporte e ao lazer, tenho elementos para afirmar que houve uma redução do horizonte de acesso aos direitos sociais com a extinção da SME.

f) A extinção da SME: oportunidade para projetos do Poder Legislativo

A disputa entre projetos na esfera do Poder Executivo surgiu como uma oportunidade para materialização de diferentes projetos na esfera do Poder Legislativo. Essa oportunidade acabou por fomentar uma disputa em que o direito social ao esporte e ao lazer ficou em segundo plano, ou, quem sabe até fora de questão.

Como descrito no subcapítulo 4.1, os vereadores buscaram mobilizar a pauta do direito ao esporte e ao lazer colocando em curso os seus projetos. Durante a disputa no campo do Poder Legislativo, o debate sobre o esporte e o lazer como direitos sociais tornou-se redundante; em certa medida tornou-se óbvio, perdendo sentido como argumento de negociação da realidade. O que fomentava o apoio aos projetos estava mais relacionado aos acordos internos, às alianças entre os vereadores e à capacidade de os projetos em disputa mobilizarem diferentes vereadores do que a pauta em questão.

De um lado, o projeto de uma vereadora cuja atuação se dava de forma ideológica. Do outro lado, o projeto de um vereador cuja atuação era do tipo assistencialista/pragmática. Esses tipos de atuações desenvolvem estratégias diferentes: a primeira busca, entre outras coisas, mobilizações populares ou de grupos engajados politicamente para materializar seu projeto; já o segundo atua mais por meio de alianças e acordos entre os seus pares. No transcurso das negociações acerca dos votos na Câmara Municipal, particularmente no dia 12 de julho, quando houve a votação que extinguiu a SME, votar para manter a Secretaria representaria uma vitória do projeto da vereadora ideológica, ou seja, seria votar na vereadora. A extinção da SME representou, ao mesmo tempo, uma derrota para a vereadora e uma vitória para o vereador do tipo assistencialista/pragmático.

Esse embate ocorrido na Câmara Municipal colocou em disputa o potencial de poder dos vereadores envolvidos. O projeto do vereador assistencialista/pragmático, com o resultado da votação referente à extinção da SME, mostrou que ele ocupava um lugar de prestígio entre os seus pares. Com isso o projeto da vereadora do tipo ideológica teve uma derrota nesse espaço. No entanto, o seu projeto também mostrou que ela ocupa um lugar de prestígio, não entre os parlamentares, mas no seio do movimento #SomosTod@sSME. Considerando que o projeto da vereadora, que tem uma atuação do tipo ideológica, se sustenta também a partir das mobilizações e dos

engajamentos da sociedade nas pautas que defende, não se pode dizer que o projeto não obteve alguma vitória. Enfim, o que perdeu nessa disputa foi o direito social ao esporte e ao lazer, que, durante o processo de discussão sobre a manutenção da Secretaria, ocupou um lugar comum e acabou em lugar nenhum.

g) Após a extinção: uma aproximação tardia da SMDSE

Apenas no segundo ano de governo é que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte se aproxima do Esporte. Além de tardia, essa aproximação buscou implementar uma agenda vinculada ao Projeto do Governo, ou seja, à redução do Estado. Como consequência, há uma série de imposições acerca da estruturação administrativa sem a necessária negociação com os “materializadores” do serviço público no sentido de buscar um equilíbrio entre a necessidade de redução do Estado, conforme o Projeto do Governo, e a materialização dos serviços públicos de esporte e de lazer que visam concretizar direitos sociais.

A proposta da secretária interina, segundo ela, teve como intuito organizar e modernizar a gestão, sinalizando que não havia espaço para negociação. Elise localizou a forma de gerir o Esporte como “desorganizada” e “informal”, o que abria oportunidades para a implementação da sua agenda. Um exemplo foram as sindicâncias abertas para investigar processos operacionalizados pelos professores em gestões anteriores. Elas questionavam os processos administrativos realizados, apontando irregularidades nas suas execuções. Com isso, as formas de gestão acusadas são vistas como irregulares, e os projetos que elas sustentavam ficam enfraquecidos. Abre-se, assim, um conjunto de argumentos para sustentar uma nova forma de gestão, orientada pelos projetos dos seus proponentes.

O Projeto do Governo já era conhecido pelos professores antes da aproximação com a SMDSE, mas o Projeto do Governo para o Esporte não. Nessa aproximação a secretária interina apresentou esse projeto, assim como os professores puderam apresentar o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. A partir de então, inicia-se um processo de negociação da realidade. No entanto, o campo de possibilidades para o Projeto dos Professores mostra-se limitado por ela, exigindo um grande potencial de metamorfose. O que ocorreu foi a atualização dos

diferentes projetos que estavam em disputa, o do Governo para o Esporte e o dos Professores.

h) Após a extinção: perda de status

Nessa aproximação entre o Projeto do Governo para o Esporte e o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, ocorreu uma negociação acerca do lugar do setor na hierarquia da SMDSE. Havia uma exigência dos professores acerca de um status do Esporte em comparação às outras secretarias que acabaram na “grande estrutura” da SMDSE. A argumentação dos professores considerava o acordo que havia sido firmado entre governo e vereadores na extinção da SME. A partir dessa leitura, quando o Esporte subiu para o nome da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ele ganhou um status de secretaria adjunta. Essa exigência esteve presente em diferentes situações: quando o professor Orlando chamava o diretor Gaspar de secretário adjunto; quando a professora Simara disse que “temos pelo menos duas varetinhas do guarda-chuva”, referindo-se à SMDSE como o guarda-chuva; entre outras. Já a secretária interina deixa claro que “isso não foi negociado”, pois a estrutura de governo nunca previu secretarias adjuntas, logo um status diferente não seria possível.

A questão é que ter um status de secretaria, na forma como os professores argumentavam, significaria ter autonomia para negociar as prioridades para a implementação das políticas públicas de esporte e de lazer. Essa autonomia refere-se, por exemplo, ao empenho de recursos específicos para as políticas de esporte e de lazer. Figurando dentro de uma secretaria como a SMDSE, com a administração dos recursos centralizados, o que se viu foi uma redução de recursos no Esporte – a prioridade era outra. Mas não são somente financeiras as prioridades; a própria “invisibilidade” do Esporte pode ser interpretada como uma falta de prioridade. Atuar como uma secretaria demanda a figura política de um secretário, que tem como função fazer a devida interlocução da sua secretaria com a administração da Prefeitura. Estar como uma diretoria dentro de uma secretaria, disputando prioridades com outros seis setores, com suas particularidades e prioridades, dentro de uma gestão “administrativamente centralizada”, deixou o Esporte em uma posição de desvantagem: seja por ser o esporte e o lazer uma política vista como menos

importante, seja pela percepção dos gestores da SMDSE de que o “Esporte só arruma confusão”, não há como afirmar.

O que eu posso concluir é que as políticas de esporte e de lazer não faziam parte do Projeto do Governo, e continuaram não fazendo. Com isso, o esporte e o lazer ficaram em um lugar menor, menos importante quando comparados com outras políticas dentro da SMDSE. Caso fosse uma secretaria, pelo menos haveria a garantia de algum recurso para o setor sem a necessidade de disputar com outras políticas.

i) Após a extinção: disputa cotidiana

A extinção significou perder estrutura administrativa, perder status. Mas ainda cabia, por parte dos professores, uma disputa no cotidiano. Nesse lugar seguiram as disputas entre o Projeto do Governo e o Projeto dos Professores. Enquanto não havia espaço para os professores negociarem sobre a reestruturação administrativa, o cotidiano, onde as ações de esporte e de lazer eram consolidadas, era o lugar onde o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte poderia se manter. Alguns espaços de gestão, que foram colocados em risco pelo Projeto do Governo, fomentaram mobilizações dos professores.

Para o Projeto dos Professores seguir acontecendo, foi necessário buscar a manutenção desses espaços. Estou me referindo à busca pela manutenção dos cargos de coordenação das Unidades Recreativas e de gerente pedagógico. Manter professores concursados e do quadro do Esporte nesses cargos contribuiria para “alguma” manutenção das atividades sistemáticas, visto que esses setores são os principais responsáveis por colaborar para a continuidade desse tipo de serviço.

Assim, o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte seguia nas ações de esporte e de lazer nas formas que faziam sentido para os professores, se mantendo no cotidiano com o foco nas atividades sistemáticas. Como mencionou a professora Eliana para a professora Sílvia, “temos que adotar a política de redução de danos”. O Projeto do Governo tinha foco nos processos administrativos, na gestão, deixando o espaço onde as políticas de esporte e de lazer se materializavam fora do seu radar – pelo menos até a definição do organograma da SMDSE, que ocorreu em setembro de 2018.

j) Após extinção: a devolução dos professores

A devolução dos professores foi um avanço para o Projeto do Governo, contribuindo com a diminuição do Estado nas políticas públicas de esporte e de lazer. Nesse processo, pude acompanhar que havia uma necessidade maior de devolver os professores por parte da SMDSE do que uma necessidade de receber os professores por parte das escolas (da SMED). Sustento essa afirmação utilizando como exemplo o meu caso: no último turno em que atuei no Tesourinha, atendi cerca de 115 idosas em atividades sistemáticas; quando cheguei para me apresentar na escola à qual havia sido designado, eles não estavam me aguardando e até já haviam retirado o pedido de professor de Educação Física. Mas também posso sustentar essa afirmação a partir da análise que fiz do Projeto do Governo para o Esporte. Vale lembrar que o diretor Gaspar, ao apresentar o objetivo da Diresp no Seminário Interno, mostrou que era “atender à demanda definida pelo Governo, planejando ações institucionais que possam reduzir custos administrativos, ampliar a abrangência e potencializar os benefícios do esporte e do lazer à população”. A opção por reduzir custos administrativos figurava como um objetivo central para o diretor. Mas essa não era uma meta isolada; ela fazia parte de um Projeto de Governo que alinhava, também, os objetivos da SMDSE. Para ilustrar esse apontamento, retomo a apresentação que a secretária interina Elise fez para os professores no Seminário Interno da SMDSE quando ela mostrou, ao abordar as iniciativas da sua gestão, um quadro sobre o quanto a SMDSE havia reduzido seus “custos”. Esse quadro comparava os setores em dezembro de 2016, quando estavam na gestão do prefeito Fortunati, com novembro de 2017, após quase um ano de gestão do governo Marchezan. A secretária interina mostrou a redução de imóveis alugados de três para dois, o que resultou em uma economia de 8,78% no custo com aluguel. No mesmo slide Elise mostrou a redução de 177 para 166 servidores lotados na Secretaria, o que representava uma economia de 6,2% no orçamento. O que eu quero dizer com isso é que os professores de Educação Física que atuam na SMDSE, que representam cerca de 50% dos servidores da Secretaria, são percebidos como custos administrativos. Nessa lógica, reduzir esse custo significa um avanço na direção do Projeto de Governo, que visa à redução do Estado. Por mais que esses professores sejam concursados e permaneçam sendo um custo para a Prefeitura, esse custo deixa de ser da SMDSE e passa a ser problema de outra secretaria.

Nessa lógica, o direito social ao esporte e ao lazer figuram em um lugar de menor importância na escala dos direitos sociais. A oportunidade de reduzir os custos administrativos devolvendo professores para o local de origem, mesmo sem condição de manter as atividades de esporte e de lazer e mesmo sem uma necessidade emergencial desse retorno, parece se sobrepor a esse direito social. Aproveita-se do direito à educação, que tem um lugar de maior prestígio do que o direito ao esporte e ao lazer, para justificar a devolução. Funde-se, então, a redução do Estado com a redução do direito social ao esporte e ao lazer, atendendo a uma das diretrizes do Projeto de Governo, que versa sobre “a redução do custo administrativo”.

k) Após a extinção: sobre qualidade vs. quantidade nas políticas públicas de esporte e de lazer

Apresentei um conjunto de dados no Quadro 11, no subcapítulo 5.3.2.2, que já falam um pouco sobre o impacto que a devolução dos professores teve para os diferentes grupos de alunos que eram atendidos, mas há pelo menos duas outras considerações que posso tecer – compartilhadas a partir do que observei em muitas atividades antes da devolução dos professores. A primeira refere-se à qualidade das atividades que eram oferecidas pelos professores que foram devolvidos. Muitos deles já ministravam aquelas aulas há alguns anos; eu atendia aquelas turmas desde 2014, por exemplo. Nesse sentido, assim como no caso de outros professores, a minha atuação como docente havia amadurecido com esse tempo, levando em consideração as características dos alunos que eu atendia, pois fui conhecendo suas especificidades nesse período prolongado de intervenção. Essa primeira observação me conduz à segunda, que é o vínculo que se constrói entre professores e alunos. Esse contato sistemático, na maioria dos casos duas vezes por semana, e por alguns anos – eu tinha muitas alunas que faziam aula comigo desde 2014 – fortalece o vínculo que contribui para a qualidade das atividades.

O que eu quero dizer com isso é que não se trata apenas da substituição de professores; no momento em que esses professores foram retirados daquelas atividades, elas perderam características que faziam aqueles momentos particulares, enriquecidos com o acúmulo de experiência e com os vínculos desenvolvidos na relação entre professores e alunos. Essa dimensão qualitativa, que se refere às particularidades que os professores desenvolvem na sua prática com as diferentes

turmas de esportes ou de atividades de lazer, não parece interessar para a gestão da política pública da forma como se apresenta em Porto Alegre – essa preocupa-se muito mais com a dimensão quantitativa. O problema é que esse interesse pelos dados quantitativos que capitaliza as políticas públicas de esporte e de lazer também capitaliza a discussão sobre a oferta de atividades, ou seja, não importa a qualidade das atividades oferecidas no serviço público de esporte e de lazer, importam os números de atendimentos. Um exemplo disso foi o debate sobre a “grandeza” do trabalho nas Unidades Recreativas que ocorreu no Seminário Interno da SMDSE e que não fazia sentido para o ponto de vista apresentado pela secretária interina Elise. Se o trabalho é grandioso ou se ele é medíocre, não faz diferença. Ela olhava a partir do filtro do Prometa, dos números frios e impessoais, enquanto os professores falavam a partir do cotidiano, do ponto de vista das pessoas que são atendidas, da qualidade particular de cada lugar, de cada prática de esporte e de lazer, das repercussões que só se pode perceber de dentro e de perto.

O que essa perspectiva nos indica ao discutirmos o acesso às atividades de esporte e de lazer como direito social? Na minha análise, o serviço público que figura como uma atividade gratuita e, geralmente, para a população de menor renda parece não exigir qualidade. Segundo o Projeto do Governo para o Esporte, me valho da argumentação da secretária interina quando afirmou que ela, como gestora, deveria responder ao Prometa, ou seja, realizar 2,8 milhões de atendimentos nos quatro anos de gestão, independentemente do tipo de atendimento. Para exemplificar, ela citou que em uma maratona ela conseguiria fazer 100 mil atendimentos, mas, com o trabalho nas Unidades Recreativas, ela precisaria de uma estrutura muito maior, muito mais professores, muitas horas de trabalho de professores e funcionários, o que reflete em maior custo para conseguir o mesmo resultado de atendimentos. Isso revela, ao mesmo tempo, o interesse da gestão pelas questões administrativas em detrimento da qualidade do serviço prestado. A necessidade é atender ao Prometa. Assim, os eventos acabam rendendo mais com um custo administrativo menor do que as atividades sistemáticas.

No Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte, os eventos, que configuram as atividades assistemáticas, são apenas o complemento das atividades sistemáticas – estas que criam os vínculos e que se convertem em fruição para as comunidades atendidas. Como disse, certa vez, meu orientador: “evento é vento”.

Nesse sentido, aponto que, além de uma diminuição no acesso aos serviços devido à redução de professores, houve uma redução na qualidade das atividades propostas.

l) SME: um projeto que deu certo?

Ao concluir esta pesquisa, mesmo após a extinção da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer, novamente apresento esse questionamento. Poderia reformulá-lo perguntando: qual foi o legado que a SME deixou para Porto Alegre? Analisando a SME a partir do lugar que ocupei no campo, como professor no Ginásio Tesourinha, é possível afirmar que a SME foi um projeto que deu certo. Tal afirmação pode ser sustentada na materialização das políticas, na atuação dos professores, na articulação com as comunidades e em muitas outras características que não pude abordar nesta tese. Por todas essas características, posso dizer que a SME foi uma política de Estado.

Mas a minha afirmação nesta etapa do texto se pauta, particularmente, pela relação entre a SME e o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte. O que eu quero dizer é que a SME e, ao mesmo tempo, o Projeto Coletivo/Coletivos de Projetos do Esporte tiveram a capacidade de mobilizar pessoas para defender o seu direito social ao esporte e ao lazer. Mesmo figurando como um direito “menor”, quando comparamos com moradia, saúde e educação, por exemplo, as pessoas se dispuseram a defender os espaços em que vivenciavam as atividades esportivas e de lazer. Isso está além do serviço e, em muitas situações, figura apenas em uma utopia presente nos objetivos de projetos sociais esportivos que, no entanto, não podem ser mensurados – não existem indicadores nos modelos de gestão para isso.

Apesar da extinção da SME, o Projeto que tornava essa Secretaria significativa na vida das pessoas que nela circulavam continua presente no funcionamento particular das Unidades Recreativas. Não quero dizer com isso que o processo de “modernização” e a busca da “eficiência”, pretendidos pela gestão da SMDSE, não impactaram esse Projeto. Como já mencionei, ele foi afetado. Para as políticas públicas de esporte e de lazer, modernizar a gestão tornou-se sinônimo de redução do Estado; ser mais eficiente significou reduzir a qualidade das políticas. Figurar como uma diretoria dentro da administração municipal representa ocupar um lugar menor e menos importante que outras políticas públicas.

Enfim, todo esse processo que descrevi me mostrou que houve uma redução significativa no horizonte dos direitos sociais. Posso, a partir do que observei nesse trabalho, concluir que, no caso particular de Porto Alegre, a reforma administrativa que visava diminuir o Estado acabou por reduzir o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais. Por outro lado, o legado da SME foi ensinar à população de Porto Alegre que o esporte e o lazer podem ter espaço como direitos sociais e, ao mesmo tempo, ser materializado por meio de serviços públicos municipais de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. F. Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 23, n. 1999, p. 109-121, 2001a.

AMARAL, S. C. F. Lazer/recreação: estudos de memória na cidade de Porto Alegre – uma proposta em andamento.pdf. **Licere**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 109-123, 2001b.

AMARAL, S. C. F. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã**: entendendo o caso de Porto Alegre. 2003. 192 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

APÓS REDUÇÃO, quadro de CCs da prefeitura de Porto Alegre volta a inflar em 2019. **Gaúcha ZH**, 12 maio 2019. Disponível no link: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/apos-reducao-quadro-de-ccs-da-prefeitura-de-porto-alegre-volta-a-inflar-em-2019-cjvfr12j7028p01mauvh5rgmj.html>. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

APÓS TROCA de telhado e piso, Ginásio Tesourinha reabre à população. **Correio do Povo**, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/ap%C3%B3s-troca-de-telhado-e-piso-gin%C3%A1sio-tesourinha-reabre-%C3%A0-popula%C3%A7%C3%A3o-1.209360>. Acesso em: 28 maio 2020.

ATHAYDE, P. F. A. O direito ao lazer e as novas expressões da “questão social” frente à (ir)realidade brasileira. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-31, 2013.

ATHAYDE, P. F. A. *et al.* O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, v. 19, n. 2, p. 490-501, 2016.

BATISTA, L. Quando Lula e FHC dividiram um palanque. **Estadão**, 23 set. 2015. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,quando-lula-e-fhc-dividiram-um-palanque,11484,0.htm>. Acesso em: 30 set. 2020.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2014.

BECKER, H. S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, H. S. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BELLO, M. **Atividade física para idosos em Porto Alegre**: um estudo dos programas da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC e da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – SME. 2004. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BEZERRA, M. O. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BEZERRA, M. O. Político, representação política e recursos públicos. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 181-207, 2001.

BIELAWSKI, F. R. T. N. **As vivências de lazer com os idosos do Parque Alim Pedro**: um estudo etnográfico. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. In: VÍCTORA, C. *et al.* (org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004. p. 33-44.

CARTA de Porto Alegre para o Esporte, a Recreação e o Lazer. Porto Alegre: Fórum em Defesa da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre, 2017. Disponível em:
http://www.ufrgs.br/gesef/uploads/CARTA_POA_ESPORTE_RECREACAO_LAZER.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

COSTA, S. G.; MONTINI, G. A. P. Os servidores públicos são acomodados?: percepções dos professores de uma escola estadual de ensino fundamental em Porto Alegre. **Análise**, v. 21, n. 2, p. 137-150, 2010.

CUNHA, M. L. O. **As práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre (1920-1940)**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DIAS, M. R. Hegemonia e polarização: a reconfiguração de forças políticas no município de Porto Alegre (1988 a 2000). **Civitas**, v. 2, n. 1, p. 157-179, 2002.

FEIX, E. **Lazer e cidade ne Porto Alegre do início do século XX**: a institucionalização da recreação pública. 2003. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FERRAZ, M. Prefeitura envia à Câmara projetos que mudam Previdência e regras de reajuste a servidores. **Gaúcha ZH**, 26 abr. 2017. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/prefeitura-envia-a-camara-projetos-que-mudam-previdencia-e-regras-de-reajuste-a-servidores-9781056.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FLAUSINO, M. S.; MASCARENHAS, F. O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. **Licere**, v. 15, n. 2, p. 1-26, 2012.

FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico. **Teoria e Cultura**, v. 2, n. 1-2, p. 39-53, 2008.

FONTOURA, P. R. Vereadora Comandante Nádia assume Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte. **Prefeitura de Porto Alegre**, 28 dez. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smdse/noticias/vereadora-comandante-nadia-assume-secretaria-de-desenvolvimento-social-e-esporte>. Acesso em: 27 jan. 2020.

FORELL, L. **Participando na cidade**: um estudo etnográfico sobre a participação em políticas públicas de esporte e lazer no Parque Araribóia em Porto Alegre/RS. 2014. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FORELL, L.; STIGGER, M. P. Gestão e democracia: um estudo etnográfico sobre a apropriação das políticas públicas de esporte e lazer no Parque Araribóia em Porto Alegre/RS. **Licere**, v. 19, n. 2, p. 168-198, 2016.

FREITAS, M. V. **A saída de jovens atletas do esporte de alto rendimento**: sobre percursos e processos. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GONÇALVES, F. S. **Os espaços de lazer, o bairro Uberaba, o projeto Vila Sustentável**: elementos articuladores para experiências de lazer e cidadania na cidade de Curitiba. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GUTTERRES, E. S.; RODRIGUES, R. P. Orçamento Participativo e a questão do lazer – o caso de Porto Alegre/RS. In: MARCELLINO, N. C. (ed.). **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 71-84.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JACOBSEN, G. Câmara instala CPI do Banco de Talentos e presidente quer quebrar sigilo do prefeito. **Gaúcha ZH**, 3 out. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/10/camara-instala-cpi-do-banco-de-talentos-e-presidente-quer-quebrar-sigilo-do-prefeito-ck1axj2st02mp01n3r17goyvx.html>. Acesso em: 25 jan. 2020.

JESUS, D. F. PSDB: teoria e análise dos tucanos. **Em Tese**, v. 10, n. 2, p. 77-103, 2013.

KLEIN, S. Nelson Marchezan Jr chama servidores de “vagabundos” em sessão da CCJ da câmara. **Correio do Povo**, 9 ago. 2016. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/nelson-marchezan-jr-chama-servidores-de-vagabundos-em-sessão-da-ccj-da-câmara-1.209151>. Acesso em: 30 abr. 2020.

KUSCHNIR, K. Antropologia e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 163-167, 2007.

KUSCHNIR, K. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro:

Relume Dumará, 1999.

KUSCHNIR, K. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

KUSCHNIR, K. Rituais de comensalidade na política. *In*: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 243-270.

KUSCHNIR, K. Trajetória, projeto e mediação na política. *In*: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 137-164.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LAZZARI, A. **Futebolística num programa social esportivo**: possibilidades de articulações e de sustentação do programa. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOPES, W. O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 33, p. 23-34, 2014.

MAGNANI, J. G. C. Antropologia urbana: desafios e perspectivas. **Revista Antropologia**, v. 59, n. 3, p. 174-203, 2016.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MARCUS, G. E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MARIANTE NETO, F. P. **Jabs, diretos, low kicks e duble lags no processo civilizador**: uma leitura elisiana das artes marciais mistas. 2016. 190 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, G. Secretaria cria comitê para atividades esportivas gratuitas. **Prefeitura de Porto Alegre**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/smdse/noticias/secrataria-cria-comite-para-atividades-esportivas-gratuitas>. Acesso em: 21 out. 2018.

MARTINS, M. G. **Campeonato municipal de futebol de várzea de Porto Alegre**: uma abordagem sócio-histórica (1993-2014). 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MAYBORODA, F. G. **Os Jardins de Recreio em Porto Alegre/RS**: uma análise da relação entre a política pública e a constituição de uma Educação na República (1920 a 1950). 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

MERTINS, F. F.; MYSKIW, M.; SANFELICE, G. R. O esporte e o lazer na estrutura organizacional da administração pública municipal. **Licere**, v. 19, n. 3, p. 71-101, 2016.

MOLINA, R. M. K. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre. **Movimento**, v. 10, n. 2, p. 11-37, 2004.

MOLINA, R. M. K. **Las políticas sociales y la educación social**. El impacto de las políticas sociales en las comunidades urbanas de la ciudad de Porto Alegre: estudio de un caso. 1997. Tesis (Doctorado em Educación) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 1997.

MYSKIW, M. As “tradições varzeanas” nos “times de camisa”: notas etnográficas sobre a circulação de jogadores num circuito de lazer da cidade de Porto Alegre. **Licere**, v. 18, n. 3, p. 158-196, 2015.

MYSKIW, M. **Nas controvérsias da várzea**: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre. 2012. 415 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MYSKIW, M. *et al.* A extinção da SME de Porto Alegre: discursos e enquadramentos de esporte, recreação e lazer na agenda do governo. *In*: STIGGER, M. P.; MYSKIW, M. (org.). **Políticas públicas de esporte e lazer**: olhares e experiências na perspectiva do direito social. Ijuí: Unijuí, 2019. p. 49-80.

MYSKIW, M. *et al.* Esporte, recreação e lazer nos jogos políticos: reflexões a partir da inserção numa ação coletiva em Porto Alegre. **Licere**, [2021?]. No prelo.

MYSKIW, M.; MARIANTE NETO, F. P.; STIGGER, M. P. Jogando com as violências no esporte de lazer: notas etnográficas sobre o “guri” e o “nego véio da várzea”. **Movimento**, v. 21, n. 4, p. 889-902, 2015.

MYSKIW, M.; PACHECO, A. C.; STIGGER, M. P. Aqui é a várzea: reflexões sobre a constituição de um circuito de lazer na/da cidade de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 2, p. 711-724, 2014.

MYSKIW, M.; STIGGER, M. P. O futebol “de várzea” é “uma várzea”!? Etnografia da organização no circuito municipal de Porto Alegre. **Movimento**, v. 20, n. 2, p. 445-469, 2014.

PACHECO, A. C. **Talento esportivo**: uma etnografia sobre as produções de talentos em práticas na Educação Física. 2017. 177 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PALMEIRA, M. G. S.; HEREDIA, B. M. A. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, p. 31-94, 1995.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I. *et al.* (ed.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87-108.

PLANO Real garante privatização e reeleição. **Folha**, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1995.shtml>. Acesso em: 30 set. 2020.

PORTO ALEGRE. 2.^a Sessão Extraordinária – 2 jan. 2017. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, 2 jan. 2017b. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/sesoes_plenarias/272. Acesso em: 16 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. 25.^a Sessão Extraordinária – 21 dez. 2016. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, 21 dez. 2016a. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/sesoes_plenarias/265/025%C2%AA_Sess%C3%A3o_Extraordin%C3%A1ria_21DEZ2016.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. 46.^a Sessão Ordinária – 25 maio 2017. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, 25 dez. 2017d. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/sesoes_plenarias/333/046%C2%AA_Sess%C3%A3o_Ordin%C3%A1ria_25MAIO2017.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. 65.^a Sessão Ordinária – 12 julho 2017. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, 20 jul. 2017e. Disponível em: https://camarapoa.rs.gov.br/sesoes_plenarias/355. Acesso em: 19 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar n. 133, de 31 de dezembro de 1985. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 9 jan. 1986.

PORTO ALEGRE. Lei Complementar n. 810, de 4 de janeiro de 2017. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, jan. 2017c.

PORTO ALEGRE. Lei n. 6.116, de 6 de junho de 1988. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, p. 15, 8 out. 1988a.

PORTO ALEGRE. Lei n. 6.151, de 13 de julho de 1988. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, p. 47, 15 jul. 1988b.

PORTO ALEGRE. Lei n. 7.330, de 5 de outubro de 1993. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, 5 out. 1993.

PORTO ALEGRE. Mensagem retificativa ao PLCE 005/2017. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 11 jul. 2017f. Disponível em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/131722/MRPLCE005_2017_2017_07_12_10_52_44_920.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. Ordem de serviço n. 011, de 5 de outubro de 2018. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 5 out. 2018. Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2650_ce_235966_1.pdf.

Acesso em: 24 ago. 2020.

PORTO ALEGRE. Processo n. 02750/16 – PLCE 012/16. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, 2016b. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/130181>. Acesso em: 16 fev. 2020.

PORTO ALEGRE. **Programa de metas 2017-2020**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2017a.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Banco de Talentos. **Prefeitura de Porto Alegre**, 2017. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/gp/projetos/banco-de-talentos>. Acesso em: 25 jan. 2020.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Modelo de Gestão. **Prefeitura de Porto Alegre**, 2020. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smpeo/default.php?p_secao=28. Acesso em: 4 jun. 2020.

PSDB. **Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB**. Brasília: PSDB, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Complementar n. 14.376, de 26 de dezembro de 2013. **Diário Oficial do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, dez. 2013.

RODRIGUES, R. P. Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer da cidade de Porto Alegre. In: MARCELLINO, N. C. (ed.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. São Paulo: Autores Associados, 2001. p. 157-173.

RODRIGUES, R. P.; MARCELLINO, N. C. O lazer nas políticas públicas participativas de Porto Alegre: estudo das gestões municipais de 1994 a 2004. **Licere**, v. 14, n. 3, p. 1-38, 2011.

SANTOS, H. T. **A democratização do esporte e lazer em Porto Alegre: um estudo das políticas públicas no período de 1989 a 2000**. 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHAFF, I. A. B. **Formação permanente e suas relações com a prática do professor de Educação Física na Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre**. 2010. 276 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHMIDT, B. B. **Flávio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 a 1984**. Porto Alegre: Libretos, 2018.

SILVA, H. R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 171-188, 2009.

SILVEIRA, J. Considerações sobre o esporte e o lazer: entre direitos sociais e projetos sociais. **Licere**, v. 16, n. 1, p. 1-22, 2013.

SILVEIRA, R. **Vivendo ciências**: as (co)existências de diferentes ontologias científicas da Educação Física. 2016. 431 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUKI, L. G. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Civitas**, v. 6, n. 1, p. 39-58, 2006.

STIGGER, M. P. **Administração de parques públicos e democracia**: um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática. 1992. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1992.

STIGGER, M. P. **Desporto, lazer e estilos de vida**: uma análise cultural a partir de práticas desportivas realizadas em espaços públicos da cidade do Porto. 2000. 321 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade do Porto, Porto, 2000.

STIGGER, M. P. Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (Gesef): uma trajetória meio-biográfica em diálogo com estudos do lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 2, n. 3, p. 35-48, 2015.

STIGGER, M. P. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para Educação Física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?” **Motrivivência**, n. 11, p. 83-96, 1998.

STIGGER, M. P. *et al.* Investimentos e desinvestimentos nas políticas públicas de esporte e lazer em Porto Alegre: da criação da SME até a sua extinção. *In*: STIGGER, M. P.; MYSKIW, M. (org.). **Políticas públicas de esporte e lazer**: olhares e experiências na perspectiva do direito social. Ijuí: Unijuí, 2019. p. 23-47.

STIGGER, M. P.; MYSKIW, M. (org.). **Políticas públicas de esporte e lazer**: olhares e experiências na perspectiva do direito social. Ijuí: Unijuí, 2019.

TELLES, V. S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TESOURINHA, recordar é preciso. **Observatório da Discriminação Racial no Futebol**, 3 dez. 2010. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/tesourinha-recordar-e-preciso/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

THOMASSIM, L. E. C. **O “público-alvo” nos bastidores da política**: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos. 2010. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TONDIN, G. **A formação dos educadores sociais de esporte e lazer no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) em Porto Alegre**. 2011. 241 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Nelson Marchezan Júnior. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**, 2016. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/88013/210000029381>. Acesso em: 23 out. 2020.

VARGAS, B. Como o governo quadruplicou os votos e garantiu a aprovação do projeto que restringe benefícios de servidores. **Gaúcha ZH**, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/03/como-o-governo-quadruplicou-os-votos-e-garantiu-a-aprovacao-do-projeto-que-restringe-beneficios-de-servidores-cjtgagvyk00k301llkx38d7t.html>. Acesso em: 25 jan. 2020.

VAZ, J. B. João Bosco Vaz: prefeito Marchezan, não feche a secretaria municipal de Esportes. **Gaúcha ZH**, 6 abr. 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2017/04/joao-bosco-vaz-prefeito-marchezan-nao-feche-a-secretaria-municipal-de-esportes-9765762.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

VELHO, G. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. *E-book*.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VELHO, G. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. Mediação e metamorfose. *In*: KUSCHNIR, K. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 81-89.

WACQUANT, L. **Corpo e alma**: notas etnográficas de uma aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

WERNECK, C. Trajetória do primeiro centro de estudos de lazer no Brasil (1973-1978): conversando com Andréa Bonow. **Licere**, v. 5, n. 1, p. 127-133, 2002.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WINKIN, Y. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. São Paulo: Papirus, 1998.

WOLFF, M. P. **Direitos sociais**: fundamentos e política de implementação. São Paulo: Estúdio Editores, 2015.

APÊNDICE I – Dados de atendimentos em atividades esportivas, recreativas e de lazer de 1976 a 2019

Tabela 1 – Número de atendimentos registrados nos anuários estatísticos e relatórios de atividades no período entre 1976 e 2019

ANO	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	ANO	NÚMERO DE ATENDIMENTOS
1976	256.575	1999	1.217.550
1977	254.809	2000	1.310.552
1978	284.708	2001	1.559.224
1979	370.819	2002	1.827.358
1980	1.612.116	2003	1.632.365
1981	4.324.683	2004	1.175.205
1982	1.828.111	2005	1.336.529
1983	1.978.334	2006	1.511.087
1984	1.916.039	2007	830.632
1985	1.759.118	2008	1.510.549
1986	1.428.690	2009	1.574.193
1987	1.150.661	2010	1.637.764
1988	1.308.377	2011	1.390.314
1989	1.057.407	2012	1.086.774
1990	1.336.906	2013	1.659.726
1991	1.410.182	2014	794.267
1992	664.169	2015	854.795
1993	1.621.798	2016	658.148
1994	1.500.000	2017	708.760
1995	1.267.001	2018	536.276
1996	1.408.172	2019	498.958
1997	1.263.786		
1998	1.223.343		

Gráfico 1 – Número de atendimentos registrados nos anuários estatísticos e relatórios de atividades no período entre 1976 e 2019

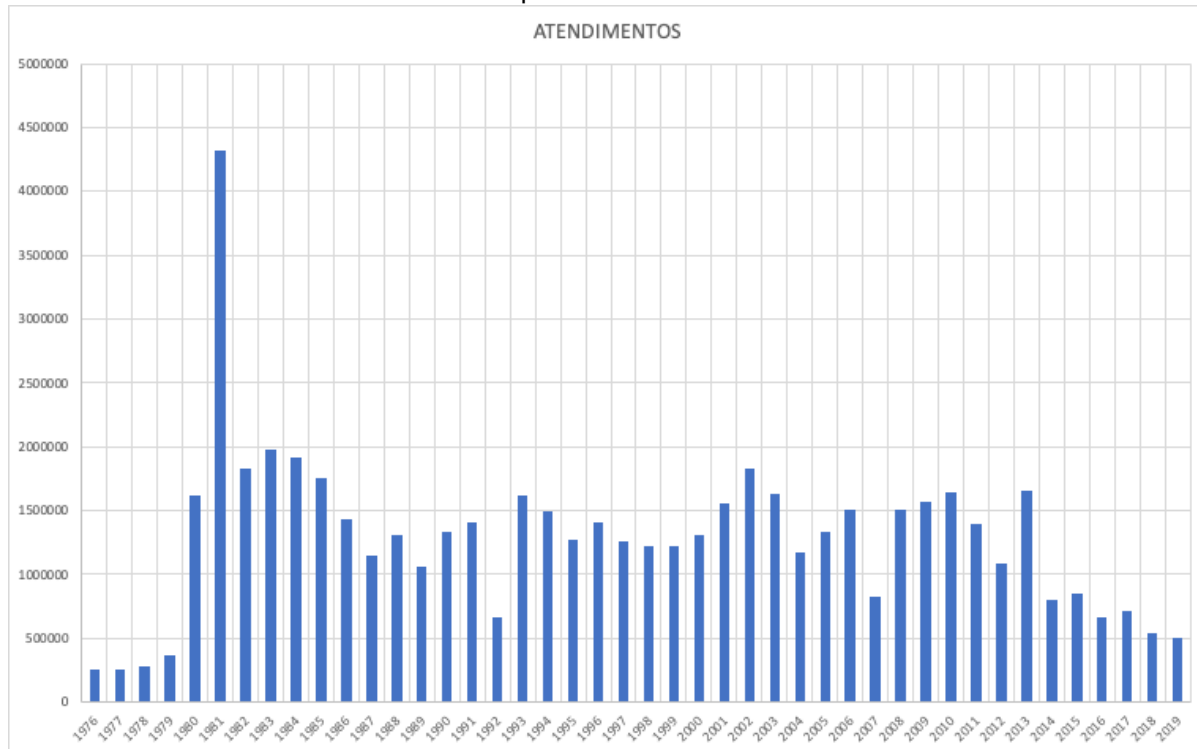
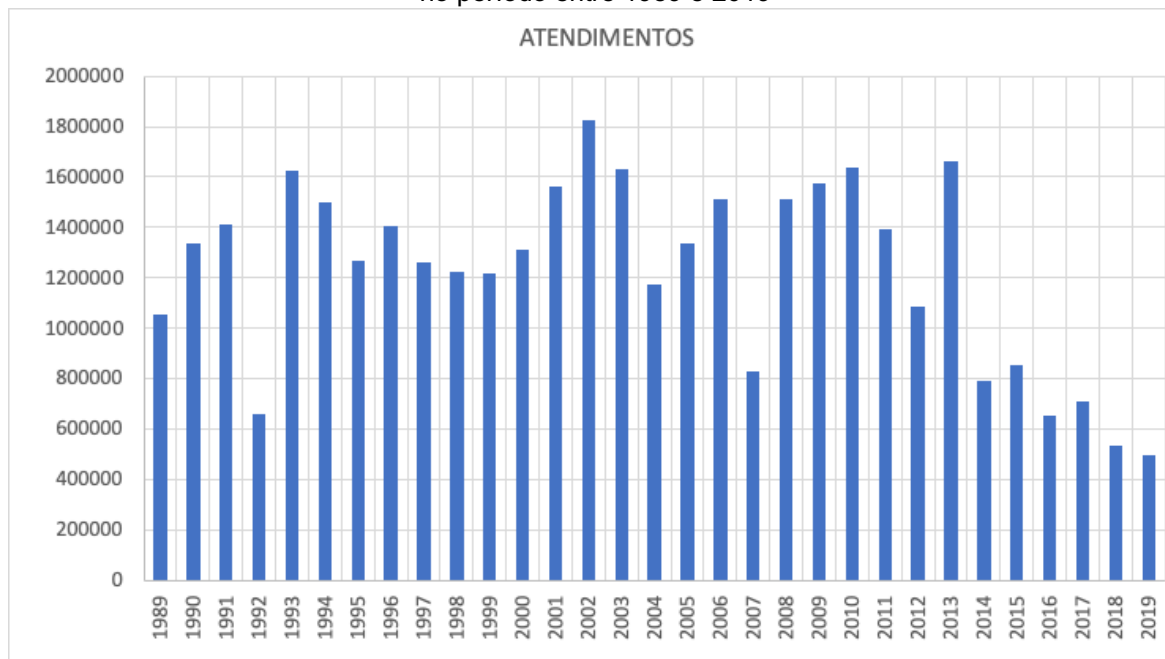


Gráfico 2 – Número de atendimentos registrados nos anuários estatísticos e relatórios de atividades no período entre 1989 e 2019

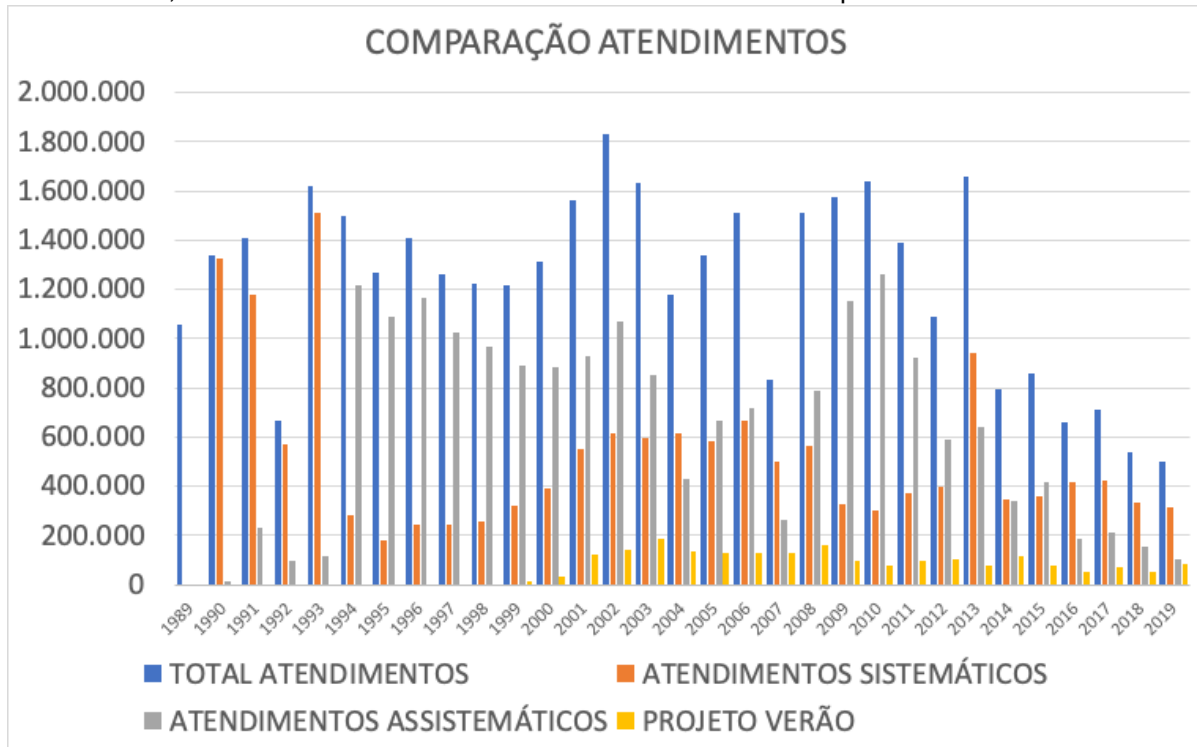


APÊNDICE II – Atendimentos em diferentes categorias de 1990 até 2019

Tabela 1 – Número de atendimentos em diferentes categorias registrados nos anuários estatísticos, relatórios de atividades e matérias do site da PMPA no período entre 1989 e 2019

ANO	TOTAL ATENDIMENTOS	SISTEMÁTICOS	ASSISTEMÁTICOS	PROJETO VERÃO
1990	1.336.906	1.326.283	10.623	
1991	1.410.182	1.177.407	232.775	
1992	664.169	568.191	95.978	
1993	1.621.798	1.507.878	113.920	
1994	1.500.000	284.220	1.215.780	
1995	1.267.001	181.743	1.085.258	
1996	1.408.172	242.339	1.165.833	
1997	1.263.786	241.439	1.022.347	
1998	1.223.343	256.829	966.514	
1999	1.217.550	319.646	886.999	10.905
2000	1.310.552	390.005	886.087	34.460
2001	1.559.224	549.731	925.190	124.303
2002	1.827.358	613.721	1.071.935	141.702
2003	1.632.365	594.973	853.374	184.018
2004	1.175.205	613.459	429.513	132.233
2005	1.336.529	581.826	663.253	128.829
2006	1.511.087	662.785	719.175	129.127
2007	830.632	500.000	265.312	126.473
2008	1.510.549	564.977	784.592	160.980
2009	1.574.193	326.091	1.152.069	96.033
2010	1.637.764	302.336	1.261.289	74.139
2011	1.390.314	371.047	921.651	97.616
2012	1.086.774	398.116	587.695	100.963
2013	1.659.726	941.797	641.887	76.042
2014	794.267	345.487	336.344	112.436
2015	854.795	358.569	418.301	77.925
2016	658.148	418.043	186.397	53.388
2017	708.760	258.509	120.031	73.586
2018	536.276	331.830	155.126	49.320
2019	498.958	316.413	101.314	81.231

Gráfico 1 – Comparação entre diferentes categorias de atendimentos registrados nos anuários estatísticos, relatórios de atividades e matérias do site da PMPA no período entre 1989 e 2019

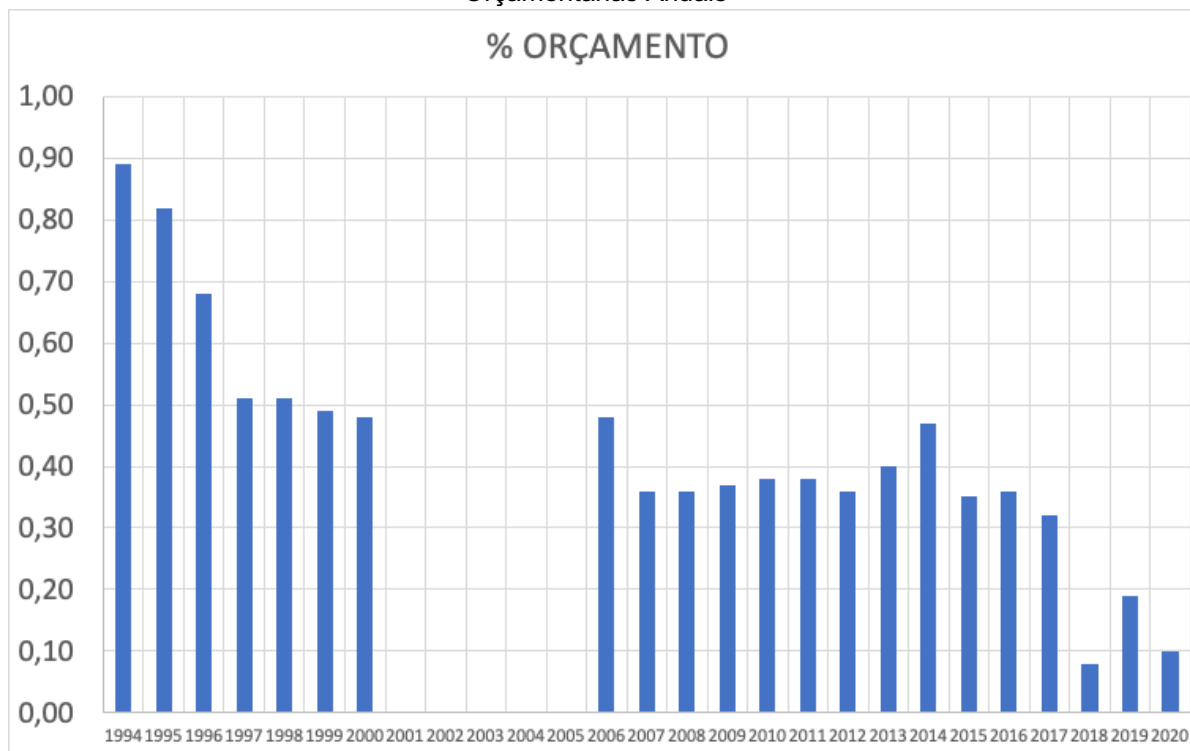


**APÊNDICE III – Orçamento municipal previsto pela Lei Orçamentária Anual de
Porto Alegre para a função Desporto e Lazer de 1994 até 2020**

Tabela 1 – Orçamento municipal previsto pela Lei Orçamentária Anual de Porto Alegre para a função Desporto e Lazer (cód. 27) no período entre 1994 e 2020

ANO	% ORÇAMENTO
1994	0,89
1995	0,82
1996	0,68
1997	0,51
1998	0,51
1999	0,49
2000	0,48
2001	
2002	
2003	
2004	
2005	
2006	0,48
2007	0,36
2008	0,36
2009	0,37
2010	0,38
2011	0,38
2012	0,36
2013	0,40
2014	0,47
2015	0,35
2016	0,36
2017	0,32
2018	0,08
2019	0,19
2020	0,10

Gráfico 1 – Orçamento municipal previsto para a função Desporto e Lazer (cód. 27) disponível no quadro “Geral consolidado da receita por fontes e da despesa por funções do governo” das Leis Orçamentárias Anuais

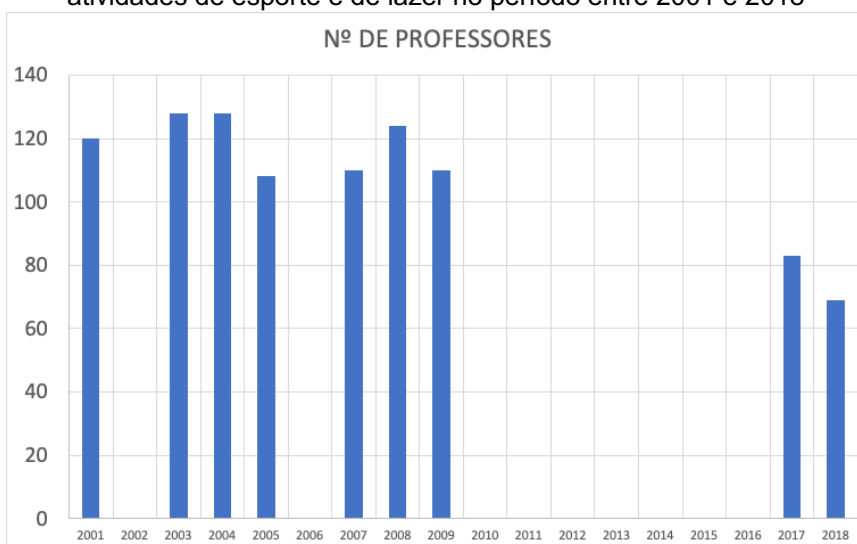


APÊNDICE IV – Número de professores que estavam atuando em atividades de esporte e de lazer, de 2001 até 2018

Tabela 1 – Número de professores que estavam atuando em atividades de esporte e de lazer no período entre 2001 e 2018

ANO	NÚMERO DE PROFESSORES
2001	120
2002	
2003	128
2004	128
2005	108
2006	
2007	110
2008	124
2009	110
2010	
2011	
2012	
2013	
2014	
2015	
2016	
2017	83
2018	69

Gráfico 1 – Número de professores que estavam atuando em atividades de esporte e de lazer no período entre 2001 e 2018

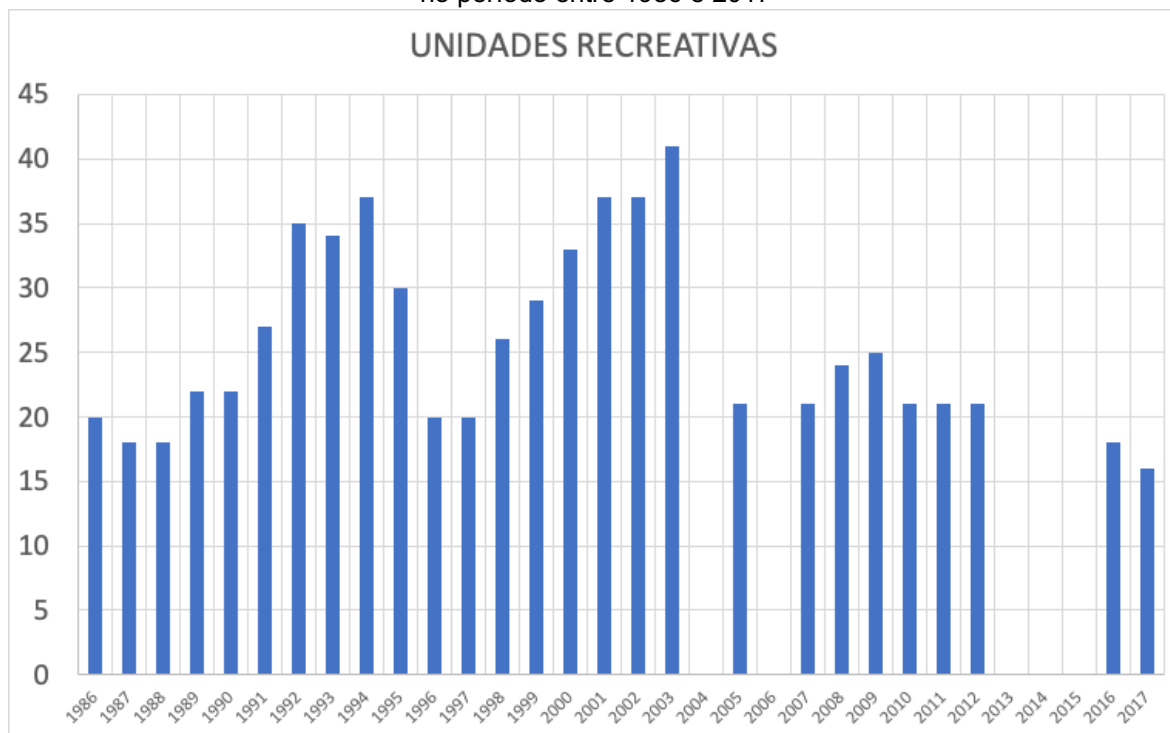


APÊNDICE V – Unidades recreativas com atividades orientadas por professores de 1986 até 2017

Tabela 1 – Unidades recreativas com atividades orientadas por professores no período entre 1986 e 2017

ANO	NÚMERO DE UNIDADES RECREATIVAS
1986	20
1987	18
1988	18
1989	22
1990	22
1991	27
1992	35
1993	34
1994	37
1995	30
1996	20
1997	20
1998	26
1999	29
2000	33
2001	37
2002	37
2003	41
2004	
2005	21
2006	
2007	21
2008	24
2009	25
2010	21
2011	21
2012	21
2013	
2014	
2015	
2016	18
2017	16

Gráfico 1 – Unidades recreativas com atividades orientadas por professores
no período entre 1986 e 2017



ANEXO I – Circular Normativa 01/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer
Gerência Pedagógica

CIRCULAR NORMATIVA 01/2015:

1. Reuniões:

Todas as segundas-feiras pela manhã, conforme cronograma abaixo:

- 1ª segunda: reuniões de RA's e de professores no Ginásio Tesourinha;
- 2ª segunda: reunião de equipe, nos respectivos locais de trabalho;
- 3ª segunda: reunião geral (áreas de atuação), no Ginásio Tesourinha;
- 4ª segunda: reunião de projetos e/ou equipes, em locais a combinar.
- **Seminário Pedagógico:** 13 de julho- segunda/ manhã e tarde, a confirmar.

Obs:

Não é permitida a compensação de turno nas manhãs de reunião;
 A confirmação de presença se dará pela assinatura na entrada e na saída das reuniões;
 Atrasos ou saídas antecipadas serão descontados do banco de horas;
 Eventuais faltas deverão ser justificadas à Gerência Pedagógica em até 48h.

2. Redução de carga horária para estudo:

Solicitar abertura de processo no Protocolo Central da PMPA, com a ciência do RA, antes do início das aulas, anexando comprovante de matrícula com a discriminação das disciplinas e respectivos horários, para redução de até 6h30 por matrícula, se concomitantes com o horário de trabalho. A redução começará a contar a partir da informação do nº do processo à Gerência Pedagógica.

3. Participação em congressos, cursos...

Solicitar a liberação para **um** congresso, curso ... de **até 40h** por semestre, através de memorando à Gerência Pedagógica, com no mínimo 15 dias de antecedência, com a assinatura do RA e, posteriormente encaminhar cópia do certificado.

Quando fora do município*, solicitar abertura de processo no Protocolo Central da PMPA, com no mínimo 30 dias de antecedência, anexando ficha de inscrição e/ou folder e posteriormente apresentar cópia do certificado. (*quando no exterior, preencher os formulários para autorização do Sr. Prefeito).

Para apresentação de trabalho (oral e/ou poster) referente a SME, encaminhar solicitação à Gerência Pedagógica via memorando- com resumo anexo, antes da inscrição (ou apresentação de carta-convite, antes da confirmação) e, posteriormente encaminhar cópia do certificado.

4. Afastamentos por problemas de saúde:

Consulta médica, odontológica, ambulatorial ou fisioterápica: negociar previamente com o RA, marcando em horário que não interfira no trabalho (no início ou final do turno), com apresentação do comprovante da mesma, posteriormente;

Licença para tratamento da saúde (f): quando o afastamento for superior a um dia, informar o RA e solicitar laudo no NEP para encaminhamento à Biometria.

Quando não houver comprovação de falta por motivo de saúde, os turnos correspondentes deverão ser lançados como devedores no relatório mensal de turnos e pagos por convocação em eventos gerais da SME.

5. Férias:

Solicitar nos meses de janeiro, fevereiro e/ou julho, em formulário específico, encaminhado à Gerência Pedagógica com a assinatura do RA;

Fora destes meses as solicitações serão avaliadas pelo respectivo RA e Gerência Pedagógica, para que não prejudiquem o atendimento sistemático.

6. Licenças-prêmio:

Solicitar nos períodos de 17 a 31 de julho e/ou 17 a 31 de dezembro, através de formulário específico encaminhado à Gerência Pedagógica, assinado pelo RA.

Casos especiais serão examinados pela Gerência Pedagógica com os respectivos RA's.

7. Turnos extras:

O controle dos turnos extras é de responsabilidade do professor e do respectivo RA e deve ser proporcional à carga horária do professor na UR ou projeto.

O relatório de turnos extras deverá ser entregue na reunião de RA's ou até o dia 05 do mês subsequente. Não serão lançados turnos em atraso.

- Somente serão lançados como turnos extras aqueles realizados em eventos, previstos no planejamento anual da UR ou projeto.
- Os turnos relativos à participação no JAPA , com o acompanhamento de um estagiário quando necessário, deverão ser lançados pelo RA da equipe de origem.
- A participação em eventos de outras UR's da SME, que não a de sua lotação, deverá ser solicitada com antecedência pelo responsável pelo evento, com a ciência do seu RA através de memorando à Gerência Pedagógica para ser contabilizada como turno extra.
- Será autorizada a realização de apenas um passeio de grupo por semestre de até 6h aos sábados e 5h aos domingos, totalizando no máximo 10h extras.
- A participação de grupos por convite para apresentações fora da SME deverá ser comunicada por memorando à Gerência Pedagógica com antecedência de 15 dias e lançada posteriormente no relatório mensal de turnos pelo RA.

8. Compensação de turnos:

Solicitar a compensação de turnos por memorando nos períodos de 20 a 31 de julho e/ou 17 a 31 de dezembro (especificando dias e nº de turnos, quando mais de uma lotação), conforme relação abaixo:

CH 20 horas - no máximo 08 turnos;
CH 30 horas - no máximo 12 turnos;
CH 40 horas - no máximo 16 turnos;
CH 60 horas - no máximo 24 turnos.

- Compensações fora destes períodos que compreendam até 5 dias de trabalho, serão avaliadas pelo respectivo RA e Gerência Pedagógica.
- Viagens ao exterior só poderão ser realizadas em férias ou licença prêmio.

9. Folhas Ponto:

Preencher diariamente, por turno e sem rasuras, conforme carga horária na UR/projeto.

A entrega da mesma é de responsabilidade exclusiva do RA, na reunião de RA's ou até o dia 05 do mês subsequente, devidamente conferida e assinada.

10. Ponto eletrônico:

Informar ao RA até o último dia do mês os ajustes necessários no seu ponto eletrônico, e, solicitar cópia do relatório de efetividade mensal.

GERÊNCIA PEDAGÓGICA

ANEXO II – Circular Normativa 02/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer
Gerência Pedagógica

CIRCULAR NORMATIVA Nº 02/2015:

1. Reuniões (cronograma conforme item 1 da circular nº1/2015):
 Participação na reunião mensal de RA's, no Ginásio Tesourinha;
 Organização da reunião mensal de sua equipe, no seu local de trabalho;
 Participação com sua equipe nas reuniões gerais e/ou de área de atuação;
 Definição do representante do sua UR nas reuniões de projetos.

2. Reforço acerca dos **itens 2, 3 4, e 7 da circular nº 1/2015** para os professores sob sua abrangência.

3. Férias, licença prêmio e/ou compensação de turnos:

Os formulários e/ou memorandos deverão ser entregues pelo RA na Gerência Pedagógica seguindo a orientação dos itens 5,6 e/ou 8 da circular nº 1;

4. Folha Ponto:

A entrega é de responsabilidade exclusiva dos RA's conforme segue:

- Funcionários da COOTRAVIPA: até o dia 30 de cada mês, na Gerência Executiva;
- Professores e funcionários SME: na reunião de RA's ou até o dia 05 de cada mês no NEP, sem rasuras, conferidas, com CH correspondente à lotação na UR e/ou projeto;
- Estagiários: no NEP sem rasuras, conferidas e assinadas pelo RA, no 1º dia útil após o dia 15 de cada mês;

As horas extras realizadas em eventos deverão ser lançadas no respectivo relatório de evento;

Horas extras de outra natureza (congressos técnicos, acompanhamento de equipe em eventos fora do seu local de trabalho, etc...) deverão ser lançadas no relatório de turnos, bem como, os turnos compensados durante o mês;

Eventuais faltas tb. deverão ser lançadas neste relatório e pagas posteriormente por convocação da Gerência Pedagógica em eventos aos finais de semana;

Este relatório deverá ser entregue à gerência pedagógica no dia da reunião de RA's (1ª segunda do mês subsequente), para lançamento no banco de dados.

5. Ponto Eletrônico:

Os ajustes são de responsabilidade do respectivo RA e deverão ser realizados até o dia 05 do mês subsequente com a concordância dos professores sob sua abrangência;

RA's de professores com parte da CH em folha ponto deverão informar o RA que faz os ajustes dos mesmos sobre a efetividade mensal;

O RA deverá entregar cópia do relatório de efetividade funcional para os professores sob sua abrangência;

As horas extras realizadas deverão ser encaminhadas através do relatório de eventos ou relatório de turnos para a Gerência Pedagógica até o último dia útil de cada mês. Após aprovadas serão devolvidas ao RA para lançar diretamente no sistema Ronda. (no máximo 25% da CH semanal).

Os turnos compensados deverão ser lançados diretamente no sistema Ronda como débito.

6. Horários:

Qualquer alteração nos horários dos professores e/ou no quadro de atividades deverá ser encaminhada previamente à Gerência Pedagógica através de memorando para aprovação.

RA em compensação de turno ou em serviço externo (turno inteiro) deverá comunicar as gerências com antecedência.

7. Estagiários:

Os estagiários poderão cumprir até 6h diárias, de acordo com a demanda de sua lotação, 20h semanais se SMED ou 30h se SME e até 44h quinzenais se SMED e 66h se SME, totalizando no máximo 88h e/ou 132h mensais.

Os estagiários de educação física cumprirão 80h-SMED/124h-SME mensais nas unidades recreativas e/ou projetos e 8h mensais ficarão à disposição da coordenação de estágios (Rejane Gutierrez) para eventos gerais;

O RA será informado da falta dos estagiários às convocações da coordenação de estágio sem justificativa prévia, acarretando a perda das horas correspondentes no final do mês. A reincidência é passível de advertência e/ou cancelamento do estágio.

Os estagiários participarão de reuniões pedagógicas e de instrumentalização para eventos, quando convocados.

8. Divulgação das atividades sistemáticas e eventos:

Mapeamento do entorno de sua UR: escolas, postos de saúde, entidades assistenciais e outros possíveis parceiros, divulgando as atividades sistemáticas no mínimo em março e agosto, ou sempre que se fizer necessário e antes dos eventos.

9. Atividades sistemáticas:

O demonstrativo de frequência mensal e o de cedência de espaços devem ser enviados para a Gerência Pedagógica até às 12h do dia 05 do mês subsequente, para lançamento no Portal de Gestão pelos líderes de ação.

As atividades sistemáticas deverão ser realizadas até o dia 11 de dezembro, incluindo as comemorações/ confraternizações.

10. Materiais:

Os pedidos de material de consumo deverão ser solicitados pelo GMAT/intranet até a quinta-feira da semana anterior à entrega quinzenal (verificar cronograma entregue pelo almoxarifado);

A compra de materiais para as atividades pedagógicas deverá ser encaminhada por memorando ao líder da ação (C/A/J para Cleber Andrade e A/I para Ana Luisa) com o respectivo código e quantidade. Se material nunca antes comprado pela PMPA, anexar a descrição técnica e 3 orçamentos.

11. Eventos:

Projetos de eventos novos que não constem no planejamento deverão ser encaminhados à Gerência Pedagógica para aprovação e posterior lançamento no banco de dados da Gerência Executiva com no mínimo 15 dias de antecedência;

A solicitação de água deverá ser feita por memorando e/ou e-mail para o gabinete com 30 dias de antecedência.

A reserva de notebook/ projetor deverá ser feita pessoalmente ou por e-mail para o gabinete informando data de retirada e retorno.

Para fins de organização dos recessos só serão computados turnos de eventos realizados até 12/07 e 06/12- domingos para realização dos últimos eventos dos respectivos semestres.

12. Planejamento anual do ano seguinte:

Deverá ser entregue até a data da última reunião geral do ano em curso contendo o planejamento geral da UR ou projeto, planejamento específico por atividade/professor, quadro horário/atividade/responsável, relação de eventos com os respectivos códigos, memorandos com pedidos de compra de material pedagógico, endereçado aos respectivos líderes de ação no Portal de Gestão.

Março de 2015